

# Teoria e Cultura

---

Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF

**Dossiê:**

Olhar o sol e a morte: reflexões  
das Ciências Sociais sobre a  
pandemia de Covid-19 no Brasil

# TEORIA e CULTURA

REVISTA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFJF

VOLUME 17, NÚMERO 1  
MAIO DE 2022  
JUIZ DE FORA - MG, BRASIL

**Olhar o sol e a morte: reflexões das Ciências Sociais sobre a  
pandemia de Covid-19 no Brasil**

**Organizadores:  
Marta Mendes,  
Leonardo Soares  
e Lilian Chaves**

DOAJ DIRECTORY OF  
OPEN ACCESS  
JOURNALS

latindex

ISSN  
2318-101x(on-line)  
ISSN 1809-5968 (print)

Teoria e Cultura	Juiz de Fora	v. 17	n. 1	Maio	p. 239	2022
------------------	--------------	-------	------	------	--------	------

Teoria e Cultura é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, destinada à divulgação e disseminação de textos na área de Ciências Sociais (antropologia, ciência política e sociologia), estimulando o debate científico-acadêmico. O projeto editorial contempla artigos científicos, verbetes, ensaios, resenhas, entrevistas, fotografias e traduções de textos da área de ciências sociais. A revista publica predominantemente em português e é aberta a outras línguas, havendo justificativa editorial. A revista está classificada, de acordo com a atual avaliação da CAPES, como QUALIS B2 em Sociologia.

Endereço eletrônico:

<http://teoriaecultura.ufjf.emnuvens.com.br/TeoriaeCultura/index> E-mail:

[teoriaecultura@gmail.com](mailto:teoriaecultura@gmail.com)

EDITORA / EDITOR

Cristina Dias da Silva

CONSELHO EDITORIAL / EDITORIAL BOARD

Carlos Francisco Perez

Reyna Christiane Jalles de Paula

João Dulci

Jorge Chaloub

Marta Mendes da Rocha

Raphael Bispo dos Santos

Rogéria Campos de Almeida Dutra

Thiago Duarte Pimentel

PROJETO GRÁFICO / GRAPHIC PROJECT

Cristiane Paranhos

DIAGRAMAÇÃO / DIAGRAMMING

Maria Eduarda Galvão

REVISÃO / REVIEW

A responsabilidade final sobre a revisão dos textos da Teoria e Cultura é dos próprios autores

CONSELHO CONSULTIVO / EDITORIAL ADVISORY BOARD

Amy Erica Smith (Iowa State University)

Beatriz de Basto Teixeira (UFJF)

Cornelia Eckert (UFRGS)

Eduardo Antônio Salomão Condé (UFJF)

Euler David Siqueira (UFRRJ)

Fátima Regina Gomes Tavares (UFBA)

Francisco Colom González (IFS/Espanha)

Jorge Ruben Tapia (UNICAMP)

Jurema Gorski Brites (UFSM)

Luiz Fernando Dias Duarte (Museu Nacional/UFRJ)

Luiz Werneck Vianna (PUC/RJ)

Marcelo Ayres Camurça (UFJF)

Márcia Leila Pereira Castro (UFPI)

Maria Alice Rezende de Carvalho (PUC/RJ)

Maria Claudia Pereira Coelho (UERJ)

Moacir Palmeira (Museu Nacional/UFRJ)

Octavio Andrés Ramon Bonet (IFCS/UFRJ)

Octavio Guilherme Velho (Museu Nacional/UFRJ)

Philippe Portier (EPHE, Paris-Sorbonne, França)

Raul Franciso Magalhães (UFJF)

Rodrigo Rodrigues-Silveira (USAL, Argentina)

## **Nominata de pareceristas**

- Arthur Saldanha dos Santos**  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- Carlos Francisco Perez Reyna**  
Universidade Federal de Juiz de Fora
- Célia da Graça Arribas**  
Universidade Federal de Juiz de Fora
- Flávia de Assis Souza**  
Fundação Oswaldo Cruz
- Felipe Maia Guimarães da Silva**  
Universidade Federal de Juiz de Fora
- Filipe Leite Pinheiro**  
Universidade Federal Fluminense
- Gabriela de Brito Caruso**  
Fundação Getúlio Vargas
- Helena Salgueiro Lermen**  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Ivan Fontes Barbosa**  
Universidade Federal de Sergipe
- Jorge Gomes de Souza Chaloub**  
Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Joyce Louback Lourenço**  
Universidade Federal de Goiás
- Juliana Gonçalves Melo**  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- Luana Lima Santos Cardoso**  
Universidade de Brasília
- Luis Fernando Cardoso e Cardoso**  
Universidade Federal do Pará
- Luiz Flávio Neubert**  
Universidade Federal de Juiz de Fora
- Madiana Valéria de Almeida Rodrigues**  
Universidade Federal de Roraima
- Marcos Antonio Pellegrini**  
Universidade Federal de Roraima
- Maria Isabel Mendes de Almeida**  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
- Marina Fisher Nucci**  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Michele Escoura Bueno**  
Universidade Federal do Pará
- Murillo Marschner Alves de Brito**  
Universidade de São Paulo
- Neiva Furlin**  
Universidade do Oeste de Santa Catarina
- Oswaldo Zampiroli Cerqueira**  
Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Paulo Victor Leite Lopes**  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- Potyguara Alencar dos Santos**  
Universidade Federal do Piauí
- Raphael Bispo dos Santos**  
Universidade Federal de Juiz de Fora
- Rodrigo Cantu de Souza**  
Universidade Federal de Pelotas
- Sandro Ruduit Garcia**  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- Sheyla Castro Diniz**  
Universidade de São Paulo
- Tainá Turri**  
Universidade do Sul de Santa Catarina
- Thainá Rosalino de Freitas**  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Victor Rabello Piaia**  
Fundação Getúlio Vargas
- Victor Cesar Torres de Mello Rangel**  
Universidade Federal Fluminense



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

**Reitor**

Marcos Vinicius David

**Vice-Reitora**

Girlene Alves da Silva

**Pró-Reitora de Cultura**

Valéria de Faria Cristofano

**Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação**

Mônica Ribeiro de Oliveira

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

**Diretor do ICH**

Fernando Perlatto Bom Jardim

**Coordenador do PPGCSO**

João Dulci

**Chefe do Departamento de Ciências Sociais**

Luzimar Paulo Pereira



**EDITORA UFJF**

**Diretor da Editora Ufjf / Presidente do Conselho Editorial**

Ricardo B. Cavalcante

**Conselho Editorial**

Ricardo B. Cavalcante

Andre Netto Bastos

Charlene M. Miotti

Claudia H. C. Marmora

Cristina Dias da Silva

Iluska M. S. Coutinho

Jair A. Kopke Aguiar

Marco A. Kistemann Jr

Raphael Marcomini

[www.editoraufjf.com.br](http://www.editoraufjf.com.br)

E-mail:

[editora@ufjf.edu.br](mailto:editora@ufjf.edu.br)

Tel.: (32) 3229-7646

---

Ficha catalográfica

Teoria e Cultura: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais. v. 17 n.1 Janeiro-Março de 2022, Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2022.

Semestral

ISSN 1809-5968 (impresso/print)

ISSN 2318-101x (on-line)

1. Ciências Sociais - Periódicos

---

CDU 302.01 (05)

## Sumário

<b>Nota Editorial</b>	7
<i>Cristina Dias da Silva</i>	
<b>Apresentação do dossiê</b>	8
<b>Olhar o sol e a morte: contribuições das Ciências Sociais sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil</b>	8
<i>Profa. Dra. Marta Mendes da Rocha</i>	
<i>Profa. Dra. Lilian Leite Chaves</i>	
<i>Prof. Dr. Leonardo Barros Soares</i>	
<b>O trabalho docente e a pandemia da covid-19: Uma investigação com professores do ensino fundamental e médio</b>	11
<i>Irapuan Peixoto Lima Filho</i>	
<i>Danyelle Nilin Gonçalves</i>	
<i>Harlon Romariz Rabelo Santos</i>	
<b>“Voltar para qual escola?”: desafios do ensino público diante da pandemia e os sentidos da educação escolar</b>	24
<i>Jéssica Nunes da Silva</i>	
<b>Os jovens, os velhos e o vírus: reflexões sobre gerações e pandemia</b>	37
<i>Ana Paula Marcelino</i>	
<b>Em tempos de pandemia: reflexões sobre a rotina de duas jovens durante o isolamento social</b>	50
<i>Bruna Rossi Koerich</i>	
<b>Políticas de vida e morte: Redução do valor dos corpos e aumento das precariedades no primeiro ano de pandemia</b>	63
<i>Talita Iasmin Soares Aquino</i>	
<i>Carlos Magno Camargos Mendonça</i>	
<b>A Síndrome Pós-Covid e a Desorientação como Estratégia Política</b>	75
<i>Bárbara Rossin Costa</i>	
<b>Prisão e(m) pandemia: covid-19, políticas de morte e a produção de resistências</b>	90
<i>Lucas Gonzaga do Nascimento</i>	
<i>Anna Paula Uziel</i>	
<b>“No dia em que eu caí ninguém entendeu, porque eu era guerreira”: maternagem e Síndrome Congênita do Vírus Zika em tempos de Covid-19</b>	105
<i>Júlia Vilela Garcia</i>	
<b>As respostas dos governos municipais à Covid-19 no Brasil: a política de distanciamento social nas cidades médias nos primeiros meses da pandemia</b>	118
<i>Marta Mendes da Rocha</i>	
<i>Paula Emília Gomes de Almeida</i>	
<i>Giliard Gomes Tenório</i>	
<i>Rafael Maciel Artuzo</i>	
<i>Helena Delgado Malvaccini Mendes</i>	

<b>O enfrentamento espírita da pandemia do Covid-19 no Brasil</b>	136
<i>André Ricardo de Souza</i> <i>Pedro Simões</i>	
<b>O “isolamento social” e os níveis de escolaridade: uma discussão do ponto de vista da sociologia da cultura (São Paulo, 2020).</b>	146
<i>Lidiane Soares Rodrigues</i>	
<b>Artigos</b>	161
<b>O Decisionismo Transcendente de Leo Strauss: apontamentos para interpretação da República Americana em guerra</b>	161
<i>Ronaldo Tadeu de Souza</i>	
<b>O nascimento da observação social sistemática com Harriet Martineau</b>	176
<i>Fernanda Henrique Cupertino Alcântara</i>	
<b>A tributação (in)justa: da utopia realista de Thomas Piketty à realidade distópica brasileira</b>	191
<i>Matheus Guimarães Barros</i>	
<b>Impasses e contribuições do debate entre agência e estrutura em um conjunto específico de autores do pensamento social</b>	201
<i>Gustavo Paccelli</i>	
<b>Resenhas</b>	213
<b>História da sexualidade IV: as confissões da carne</b>	213
<i>Mario Jorge de Paiva</i>	
<b>A Pragmática Cultural de Jeffrey Alexander entre a dramaturgia e a performance</b>	218
<i>Pedro Callari Trivino Moisés</i>	
<b>Ensaio Fotográfico</b>	222
<b>Semear um bom jardim: ritos de memória e de mobilização comunitária em defesa da vida nas periferias de Fortaleza</b>	222
<i>Daniel Paiva de Macêdo Junior</i>	
<b>Sobre os autores</b>	233
<b>Normas para publicação</b>	236

## Nota Editorial

O volume 17, número 1, da Revista Teoria e Cultura apresenta algumas das recentes pesquisas desenvolvidas sobre a pandemia de Covid-19, contribuindo para uma reflexão que se faz necessária e urgente, com destaque para a pluralidade de abordagens e métodos selecionados com esmero. Organizado por Marta Mendes (UFJF), Leonardo Soares (UFPA) e Lilian Chaves (UFRR), o dossiê “**Olhar o sol e a morte: contribuições das Ciências Sociais sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil**” reflete nosso empenho pela atualidade de temas e reflexões que nos permitem lançar luz sobre o cenário nacional, marcado por uma crise político-sanitária cuja extensão e impacto urge investigar. Nesta edição contamos ainda com os artigos do fluxo contínuo, duas resenhas e um ensaio fotográfico! Boa leitura!

*Cristina Dias da Silva*  
*Editora-Responsável Revista Teoria e Cultura*

## Apresentação do dossiê

# Olhar o sol e a morte: contribuições das Ciências Sociais sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil

*Profa. Dra. Marta Mendes da Rocha<sup>1</sup>*

*Profa. Dra. Lilian Leite Chaves<sup>2</sup>*

*Prof. Dr. Leonardo Barros Soares<sup>3</sup>*

No momento em que escrevemos a apresentação do dossiê que o leitor/a leitora tem em mãos – em fins de 2021 – o Brasil conta 616.691<sup>4</sup> mortos vítimas da pandemia de Covid-19 que assolou o país e o mundo desde o início de 2020. Mais de 21 milhões de pessoas se recuperaram, muitas delas com sequelas que vão acompanhá-las para o resto de suas vidas. O país, que se encontra entre aqueles com o maior número de mortos em todo o planeta, enfrenta de modo claudicante as variantes do coronavírus que fazem com que a população viva uma espécie de “loop pandêmico”.

Por outro lado, o processo de vacinação em massa ganhou tração a partir de fevereiro de 2021, apesar de todos os esforços do governo federal para sabotá-lo. Entre a esperança e a exaustão, a sociedade brasileira, em sua complexidade multifacetada, se abre como um campo de investigação das ciências sociais.

É nesse contexto que apresentamos o dossiê “Olhar o sol e a morte: reflexões das Ciências Sociais sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil”. Nossa chamada jogava com a famosa frase de La Rochefoucauld, que escreveu que “não se pode olhar fixamente nem o sol, nem a morte”, chamando a atenção para o fato de que as Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia – são convocadas a fazer exatamente o contrário: olhar fixamente, com rigor científico e criticidade, para aspectos de nossa sociedade que, por vezes, não gostaríamos que existissem. Os trabalhos aqui apresentados abordam, a partir de recortes empíricos, teóricos e metodológicos distintos, as vicissitudes que experimentamos enquanto coletividade abatida por anos de crise político-institucional permanente e, desde o início de 2020, pela maior pandemia em um século.

As repercussões da pandemia sobre a educação no Brasil foram abordadas em dois artigos. Em “O trabalho docente e a pandemia de Covid-19: uma investigação nacional com professores do ensino fundamental e médio”, Irapuan Peixoto Lima Filho apresenta resultados de um survey online realizado junto a professores e professoras do ensino básico na rede pública de educação em todo o país. Em “Voltar para qual escola: desafios do ensino público diante da pandemia e os sentidos da educação escolar”, Jéssica Nunes Silva analisa dados obtidos junto a docentes, familiares e estudantes por meio de etnografia online e informações coletadas em veículos de comunicação também com foco no ensino básico, na rede pública de educação de Porto Alegre e região metropolitana. Ambos os artigos analisam os impactos da pandemia, das medidas de distanciamento social e do ensino remoto sobre as condições de trabalho dos docentes. Também discutem questões relevantes relacionadas ao ensino remoto como a sobrecarga de trabalho e as desigualdades de acesso, entre elas as relacionadas a gênero.

Os impactos da pandemia em termos geracionais foram discutidos em dois trabalhos. Em “Os jovens, os velhos e o vírus: reflexões sobre gerações e pandemia”, Ana Paula Marcelino da Silva propõe uma reflexão sobre as consequências da pandemia a partir de um enquadramento intergeracional, articulando as ideias de risco,

1 Marta Mendes da Rocha é professora associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde coordena o Núcleo de Estudos sobre Política Local (NEPOL).

2 Lilian Leite Chaves é Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília e professora Adjunta do Instituto de Antropologia da Universidade Federal de Roraima.

3 Leonardo Barros Soares é Mestre e Doutor em ciência política pela Universidade Federal de Minas Gerais.

4 Segundo os dados oficiais atualizados em 9 de Dezembro de 2021 e disponíveis no site <https://covid.saude.gov.br/>

cuidado, doença, Estado, vulnerabilidade e geração. Já em “Em tempos de pandemia: reflexões sobre a rotina de duas jovens durante o isolamento social”, Bruna Rossi Koerich, inspirada nos estudos sobre usos do tempo, analisa as mudanças na organização das rotinas juvenis durante o período de isolamento social.

As relações entre vida, morte e política, em seus múltiplos aspectos e desdobramentos foram tema recorrente nos trabalhos ora apresentados. Em “Políticas de vida e morte: a redução do valor dos corpos e o aumento das precariedades humanas no primeiro ano da pandemia”, Talita Aquino mobiliza dados e evidências sobre violência no primeiro ano da pandemia no Brasil para discutir como as desigualdades decorrentes das hierarquias de gênero e do racismo se manifestaram durante a emergência sanitária, agravando situações de precariedade de determinados sujeitos e corpos. Em “A síndrome pós-covid e a desorientação como estratégia”, Bárbara Rossin Costa se vale de dados coletados em artigos científicos, imprensa, sites eletrônicos, cartilhas institucionais e pronunciamentos públicos de políticos para discutir a Síndrome Pós-Covid, expressão usada para se referir às repercussões prolongadas da SARS-CoV-2. A autora argumenta que a desorientação vem sendo utilizada como uma ferramenta política de governo, para ocultar, revelar de forma seletiva, confundir plateias e impedir a atribuição de responsabilidades em relação à gestão da pandemia.

Outros dois artigos abordam os impactos da pandemia sobre grupos que já se encontravam em situação de precariedade e vulnerabilidade antes da emergência. Em “Prisão e(m) pandemia: covid-19, políticas de morte e a produção de resistências”, Lucas Gonzaga do Nascimento mostra, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, como a pandemia afetou o sistema prisional no estado do Rio de Janeiro, intensificando as violações de direitos sobre a população prisional e tornando mais difíceis as articulações e formas de resistência empreendidas por movimentos anti prisionais e familiares de pessoas presas. Em “No dia em que eu caí ninguém entendeu, porque eu era guerreira: maternagem e Síndrome Congênita do Vírus Zika em tempos de Covid-19”, Julia Vilela Garcia analisa os impactos da pandemia sobre a realidade das “mães de micro”, cujas crianças nasceram com a Síndrome Congênita do Vírus Zika em Recife, Pernambuco. Por meio de

dados provenientes de trabalho de campo etnográfico, a autora analisa as narrativas de cansaço, solidão e sofrimento psíquico, intensificadas durante a pandemia devido à suspensão das atividades de reabilitação de seus filhos e ao confinamento e sobrecarga doméstica. Marta Mendes da Rocha, Paula Gomes de Almeida et al. analisam como cidades médias, em todo o país, reagiram à crise sanitária, por meio de uma investigação das medidas de distanciamento social adotadas pelos governos municipais. O artigo mostra semelhanças e diferenças nas medidas adotadas pelos governos estaduais e pelas capitais em seis dimensões da política de distanciamento, mais uma evidência do protagonismo dos governos subnacionais no combate à pandemia no Brasil.

Completam o dossiê dois artigos que analisam as reações à pandemia sob o prisma da escolaridade e da religião. Em “O enfrentamento espírita da pandemia do Covid-19” André Ricardo de Souza analisa a forma como os espíritas reagiram à pandemia de Covid-19 em comparação com não-espíritas, valendo-se, para tanto, de dados obtidos por meio de um questionário online e de informações levantadas junto a integrantes de centros espíritas da cidade de São Paulo. Em “O ‘isolamento social’ e os níveis de escolaridade: uma discussão do ponto de vista da sociologia da cultura”, Lidiane Soares Rodrigues investiga prováveis incidências de níveis de escolaridade sobre o modo de praticar o ‘isolamento social’ como medida não farmacológica e preventiva à transmissão da Covid-19, a partir de dados produzidos em um *survey online* com moradores do estado de São Paulo.

À guisa de conclusão, uma breve nota metodológica. Os artigos aqui reunidos em sua maioria, baseiam-se em pesquisa empírica, envolvendo trabalho de campo, etnografia, pesquisa documental, surveys, entrevistas e análise de dados secundários. Além disso, o dossiê conta com excelentes trabalhos de caráter ensaístico, retomando a melhor tradição das ciências sociais como um arcabouço amplo de teorias que nos auxiliam a compreender melhor o momento conturbado em que vivemos. As evidências mobilizadas pelos autores e pelas autoras demonstram, de forma contundente, o avassalador impacto da pandemia de Covid-19 em múltiplas dimensões do cotidiano de indivíduos, atores sociais, instituições políticas e governos. Com os artigos ora apresentados, esperamos contribuir para a emergente literatura que abordará aquele que será,

durante muito tempo, lembrado como um período em que uma crise sanitária mundial imprevisível nos encontrou em momento de crise e profundas mudanças, expressas no enfraquecimento das democracias em diferentes partes do mundo, nas sucessivas crises econômicas e no aumento da concentração de renda, na emergência climática e em suas implicações sobre o Estado Nacional e a sociedade, com repercussões ainda a serem conhecidas.

Boa leitura!

# O trabalho docente e a pandemia da covid-19: Uma investigação com professores do ensino fundamental e médio

*Irapuan Peixoto Lima Filho<sup>1</sup>*  
*Danyelle Nilin Gonçalves<sup>2</sup>*  
*Harlon Romariz Rabelo Santos<sup>3</sup>*

## Resumo

O presente artigo visa analisar a maneira como os professores da Educação Básica no Brasil foram atingidos pela pandemia de Covid-19, em particular pela necessidade de isolamento social que levou à adoção do regime de ensino remoto. Foi realizada uma pesquisa de abrangência nacional por meio de formulário eletrônico entre os meses de abril e junho de 2020. O artigo trabalha com uma amostra redimensionada e estratificada de 2.402 professores de nível Fundamental e Médio e analisa como vivenciaram o início da pandemia, atentando em particular às condições laborais, conhecimento dos recursos tecnológicos e interface com os trabalhos domésticos e seus sentimentos em relação à pandemia. Percebeu-se por meio de análises descritivas, cruzamentos e por uma regressão logística que as condições de trabalho, o nível de trabalho, a necessidade de adaptações e o modo de relação com a escola impactaram a vida e atuação docente. Também, essas condições são perpassadas por questões de gênero, gerando uma dinâmica que impacta diferentemente professores e professoras.

**Palavras-chaves:** Educação; pandemia; docentes; ensino remoto emergencial

## Teaching work and the covid-19 pandemic: an investigation with elementary and high school teachers

## Abstract

This article aims to analyze the way in which Basic Education teachers in Brazil were affected by the Covid-19 pandemic, in particular by the need for social isolation that led to the adoption of the remote teaching system. A nationwide survey was carried out using an electronic form between the months of April and June of 2020. The article works with a resized and stratified sample of 2,402 elementary and high school teachers and analyzes how they experienced the beginning of the pandemic, paying particular attention to working conditions, knowledge of technological resources and interface with housework and their feelings about the pandemic. It was perceived through descriptive analysis, statistic crossings, and a logistic regression that the working conditions, the level of work, the need for adaptations and the way of relating to the school had an impact on the life and performance of teaching. Also, these conditions are permeated by gender issues, generating a dynamic that impacts teachers differently.

**Keywords:** Education, Pandemic, Teachers

1 Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará.

2 Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará.

3 Doutorando em Sociologia no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

## El trabajo docente ante la pandemia del covid-19: a investigación con profesores de escuela primaria y promedio

### Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la forma en que los docentes de Educación Básica en Brasil se vieron afectados por la pandemia Covid-19, en particular por la necesidad de aislamiento social que llevó a la adopción del sistema de enseñanza a distancia. Se realizó una encuesta a nivel nacional utilizando un formulario electrónico entre los meses de abril y junio de 2020. El artículo trabaja con una muestra redimensionada y estratificada de 2.402 docentes de primaria y secundaria y analiza cómo vivieron el inicio de la pandemia, prestando atención a las condiciones de trabajo, el conocimiento de los recursos tecnológicos y la interfaz con las tareas del hogar y sus sentimientos sobre la pandemia. Se percibió a través del análisis descriptivo, intersecciones y una regresión logística que las condiciones laborales, el nivel de trabajo, la necesidad de adaptaciones y la forma de relacionarse con la escuela incidieron en la vida y desempeño docente. Además, estas condiciones están permeadas por cuestiones de género, generando una dinámica que impacta a los docentes de manera diferente.

**Palabras claves:** Educación; pandemia; maestros aprendizaje remoto de emergencia

Este artigo visa analisar aspectos do impacto causado pela pandemia de Covid-19 sobre os professores de Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio. A necessidade de isolamento social, que levou à adoção do regime de ensino remoto (virtual) atingiu professores de formas diferentes. O artigo apresenta dados que evidenciam o impacto diferenciado relacionado com as variáveis de gênero, relação com os níveis e exigência do trabalho docente e condições de trabalho. Em todos os graus de ensino esses impactos foram sentidos, o foco aqui dado nesses dois níveis da educação básica se dá pelo fato de os autores já terem apresentado resultados

referentes aos docentes da Educação Superior em outro trabalho (GONÇALVES; LIMA FILHO; FREITAS, 2020).

Os dados analisados neste trabalho foram coletados de forma eletrônica, por meio de um questionário de 29 questões objetivas, sendo 15 de resposta única e 14 com mais de uma resposta. O instrumento foi disponibilizado via *Google Forms* e seu preenchimento se deu entre os dias 20 de abril a 30 de junho de 2020<sup>4</sup>, o que em tempos normais seria o fim do semestre letivo.

Visando compreender a situação docente, o questionário destinava-se a professores de todos os níveis de ensino. Para poder capilarizar a investigação em todo o território nacional, foram usadas algumas estratégias de divulgação por meio das redes sociais, em especial *Facebook* e *WhatsApp*, de modo que se rompesse a “bolha” particular dos pesquisadores. Assim, foram acessadas páginas ou grupos específicos de docentes de todos os estados brasileiros. Era solicitada ao administrador a entrada no grupo e quando esta era concedida, se realizava uma postagem na qual se explicava o objetivo da pesquisa, inseria-se o *link* para o formulário e se pedia a colaboração dos docentes, inclusive para repassar o questionário para outros colegas. Essa estratégia permitiu uma difusão capilarizada, ainda que não aleatória.

Apesar do tempo dispendido com essa tarefa (pesquisa dos grupos, solicitação, tempo de aceite e postagem), a ação permitiu que em pouco mais de dois meses se obtivessem 5.858 respostas de 26 unidades federativas do Brasil, faltando apenas o estado de Roraima. Considerando a baixa responsividade em geral de pesquisas *online*, percebemos que os professores estavam interessados em relatar a situação que viviam no momento.

Obtivemos um total de 3.733 respostas de professores atuantes no Ensino Fundamental e Médio, concomitante ou não. Deste recorte 15,5% atuam exclusivamente no Ensino Fundamental I, 13,2% no Fundamental II e 24,8% no Ensino Médio e 46,5% atuam de forma não exclusiva entre as etapas.

Apesar de nossa intenção aqui ser analítica e não descritiva ou censitária, foi feito um redimensionamento da amostra com base nos microdados do Censo

4 Após esse prazo, 14 pessoas ainda responderam ao questionário. Para fins de análise estamos considerando todos os questionários respondidos que atendiam a amostra de professores da educação Fundamental e do Ensino Médio.

Escolar 2020<sup>5</sup>. Fez-se uma estratificação pós-coleta, considerando região geográfica e gênero. Calculou-se uma amostra (n=2402) por estimativa da proporção populacional, considerando erro de 0.02, nível de confiança de 0.95 e P&Q de 0.50<sup>6</sup>. Dessa forma, nossa amostra final distribuiu-se semelhantemente à distribuição populacional de professores do Ensino Fundamental e Médio, conforme Censo Escolar de 2020 (INEP, 2020).

**Tabela 01 – Distribuição por região e sexo da amostra final**

Região	Sexo	Frequência	%
Norte	Feminino	130	5,4
	Masculino	70	2,9
Nordeste	Feminino	437	18,2
	Masculino	163	6,8
Centro-Oeste	Feminino	118	4,9
	Masculino	41	1,7
Sudeste	Feminino	929	38,7
	Masculino	216	9
Sul	Feminino	240	10
	Masculino	58	2,4
Total		2402	100
<b>Sexo</b>			
Feminino		1854	77,2
Masculino		548	22,8
Total		2402	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Calibrada a amostra, os estratos de faixa etária se apresentam com um recorte concentrado no intervalo de 35 a 49 anos de idade, com 48,4%. Aqueles com mais de 50 anos somam 18,7% e a faixa abaixo de 35 anos acumula 32,8%; sendo a maior concentração entre 25 e 34 anos. Isso indica que a maioria dos professores da amostra está localizada numa faixa etária mediana, o que é condizente com a necessidade de tempo para a formação.

Quanto à renda familiar dos professores pesquisados, há concentração num estrato entre “baixo” e “mediano” de renda, ou seja, entre mais de dois e

cinco salários mínimos (44,6%). O estrato seguinte (de mais de cinco até dez salários) aparece em segundo lugar, com 34,8%. Apenas 9,7% da amostra possui renda familiar maior do que dez salários e existe uma expressiva faixa de docentes, com 10,9%, que declara renda inferior a dois salários. Dessa forma, a faixa salarial dos docentes tende para faixas mais baixas de renda. Há, no entanto, alguma concentração com renda alta.

A renda guarda conexão com as formas de contratação dos docentes. Na realidade educacional brasileira, é muito comum que – provavelmente motivados pela busca de salários mais altos – muitos professores se submetam a distintas atuações docentes, o que os levam a trabalhar combinando formas de contratação, níveis (entre Fundamental, Médio e Superior) e setores (público e privado). Por isso, 12,7% da amostra está contratada em formas mistas. Apesar de existir diminutas porções como terceirizados ou mesmo voluntários, a maioria da amostra se concentra na condição concursado/ efetivo/ estável, com 51,6%; com estratos semelhantes de contrato via CLT (18,6%) e contratos temporários (16,3%).

Configurada a descrição básica da amostra, vejamos como os docentes pesquisados vivenciaram a pandemia de Covid-19.

### A pandemia e a educação

No final de 2019, começaram a surgir notícias de que alguns pacientes de hospitais de Wuhan, na China, apresentavam sintomas semelhantes aos da Síndrome Respiratória Aguda (SARS)<sup>7</sup>. Após o sequenciamento do vírus e a confirmação de que se tratava de um novo coronavírus, as autoridades passaram a se preocupar com as possibilidades altas de contágio, dado o intensivo fluxo de pessoas na cidade e no país. Um mês depois, a doença já ultrapassava as fronteiras da China, alcançando países como Tailândia, Japão e Coreia do Sul, fato que fez a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar se tratar de uma Emergência em

5 Professores do Ensino Fundamental e/ou Médio totalizam 1.884.594 considerando os filtros do INEP (2021). Microdados atualizados em 08/03/2021, disponível no sítio do INEP.

6 Conforme possibilidade apresentada por Levy e Lemeshow (2008).

7 De acordo com Marques, Silveira e Pimenta (2021), em novembro de 2002, a SARS mobilizou a atenção internacional, quando casos descritos como uma “pneumonia misteriosa” foram relatados na província de Guangdong. Em março e abril de 2003, a doença teria produzido 2.781 notificações e 111 mortos. No estudo de revisão sobre a SARS, publicado em dezembro de 2003, a OMS indicava o registro de 8.096 casos da doença em 29 países, com 774 óbitos, quase 10% do total. Apesar do número reduzido de infectados, a mortalidade foi proporcionalmente elevada.

Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII. O vírus se alastrou de forma intensa nos países. Em pouco mais de dois meses, já era dada a situação de pandemia, a terceira do século XXI<sup>8</sup>.

Além das orientações e protocolos de segurança (“lavar as mãos”, “usar álcool em gel”, “usar máscaras”, dentre outros), os governos começaram a estabelecer decretos impondo o isolamento social, como forma de barrar o contágio, alterando com isso a rotina e os procedimentos cotidianos mundo afora.

Praticamente todos os setores da vida social foram alvo de alterações substanciais. Uma das primeiras providências foi fechar espaços que reuniam muitas pessoas, tais como lojas, centros comerciais, *shoppings*, cinemas, indústrias e desincentivado o uso de praças, parques públicos e todo o tipo de evento que levasse a aglomerações. Atividades educativas presenciais foram suspensas em escolas e universidades. No decorrer dos primeiros meses de 2020, os países foram parando pouco a pouco em resposta à disseminação do vírus.

Pela primeira vez era possível acompanhar em tempo real, pela rede mundial de computadores ou pela televisão, os casos de novas infecções e óbitos no mundo, as descobertas científicas e os novos protocolos de segurança sugeridos pela OMS e pelos governos.

A situação que se encontrava o mundo permitia isso. Em 2019, a conectividade da população mundial à rede mundial de computadores era de 51% e mais de cinco bilhões de pessoas tinham acesso a aparelhos celulares (VALENTE, 2019). Nos últimos anos surgiram várias redes sociais que conectavam os usuários mundo afora. Percebeu-se, dessa forma, que as redes sociais e plataformas online poderiam ser utilizadas de maneira mais ostensiva para distintas atividades. Empresas como a *Google*, *Microsoft* e *Zoom* se apressaram em oferecer plataformas interativas, como o *Google Meet*, *Microsoft Teams* e *Zoom*, que somados ao *Instagram*, *Facebook*, *YouTube* e *WhatsApp* passaram a ser utilizadas não somente para comunicação, entretenimento e lazer, mas também para atividades de trabalho e de estudo.

A circunstância de pandemia evidenciava, no entanto, as enormes disparidades sociais, dentre elas o acesso desigual à internet, às tecnologias e ao próprio conhecimento das tecnologias (VALENTE, 2019).

Com a adoção dos decretos de isolamento social, ocorridos de modo gradativo nos estados brasileiros entre os meses de março e abril de 2020, seguiu-se a suspensão das aulas presenciais, fechando com isso as 179.533 escolas existentes na Educação Básica (segundo o Censo Escolar 2020), atingindo 35,2 milhões de alunos dessa modalidade no país.

As atividades educacionais que antes ocorriam de forma presencial passaram agora a ser mediadas pela tecnologia. Alunos e docentes precisaram se adaptar à realidade imposta pelo distanciamento social<sup>9</sup>. Além da utilização de TV e rádio, as aulas passaram a ser gravadas para serem disponibilizadas em plataformas já existentes ou em sistemas próprios elaborados pelas secretarias de educação. Atividades escolares, roteiros de estudos e textos

foram disponibilizados para os alunos de forma virtual ou física, dependendo da situação. O contato com os alunos passou a acontecer também via *WhatsApp*, uma ferramenta de comunicação rápida muito utilizada no país. Essas atividades foram todas realizadas pelos docentes pouco tempo após a eclosão dos decretos estaduais, quando as aulas presenciais foram substituídas pelo formato remoto.

Como a realidade entre os estados é bastante diferente, foram utilizadas diversas estratégias para que o ano letivo continuasse, não sendo possível pensar num plano único ou padronizado. As inúmeras reuniões entre a gestão da escola, os professores e técnicos das secretarias de educação ajudaram a dar conta dessa diversificação. Táticas foram sendo pensadas e avaliadas no decorrer do ano letivo. O Quadro 1 dá conta desse conjunto de atividades.

**Quadro 1 - Atividades realizadas durante o ano de 2020 pelos docentes**

Atividades	Estado
Material impresso distribuído	AL, BA, MA, MS, MT, PA, RR, SC
Aulas pela TV	AM, BA, GO, MA, MG, PA, PB, PI, PR, SE, SP
Aulas via <i>Google Classroom</i>	AL, CE, DF, MT, PR, PI, RS, RO, RR, SC
Atividades por <i>Youtube</i> , <i>WhatsApp</i> , <i>Facebook</i> , IPTV	AM, BA, ES, GO, PA, PR, PE, PI, RO, RR
Aulas via rádio	GO, MA, PE, SE
Atividades via Sistemas próprios elaborados pelos estados	AP, BA, CE, GO, MA, PA, PB, PR, SE
Atividades via <i>Zoom/ Google Meet</i>	PI, RO, RR
Plantão realizado nas escolas	MT

8 As outras foram SARS-CoV em 2002, e MERS-CoV em 2012 (MARQUES; SILVEIRA; PIMENTA, 2021).

9 Apesar de não ser o foco da análise, é importante ressaltar que o retorno às atividades foi diferenciado entre escolas públicas e privadas, tendo estas voltado mais rápido às aulas. As disparidades puderam ser percebidas ao longo do ano e certamente ampliam as desigualdades educacionais.

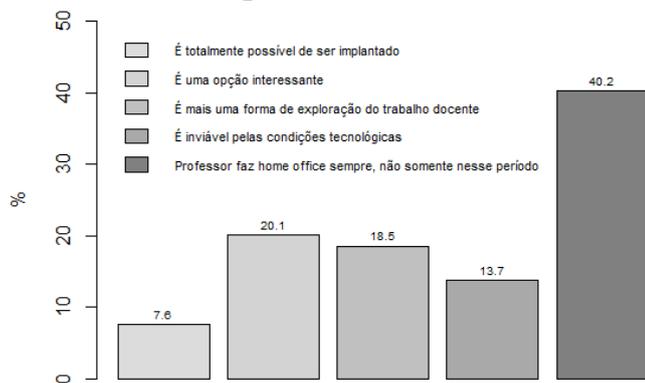
Fonte: Elaborado a partir de informações disponíveis no site do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED/ jun. 2021).

Que impactos portanto, a pandemia e todas as adaptações decorrentes dela, impuseram às condições laborais dos docentes, dado que passaram a realizar quase todas essas atividades a partir de suas residências, no chamado *home office*?

Em estudos sobre as condições de trabalho docente, como os de Gasparini; Barreto; Assunção (2005) e de Pereira (2016), em fóruns de professores, na própria observação cotidiana e na sala de aula em formações continuadas de docentes da educação básica, professores afirmam que o trabalho não ocorre apenas na sala de aula, sendo comum também levarem atividades para casa. Todavia, anteriormente as atividades se realizavam grande parte no interior das escolas, onde ocorriam aulas, atividades extracurriculares, reuniões de planejamento, semanas pedagógicas, aplicação de avaliações, realização de conselhos de classe, reuniões com pais e/ou responsáveis etc.<sup>10</sup>. A pandemia e a necessidade de isolamento social trouxeram, no entanto, a quase totalidade do trabalho para dentro de casa, realizados agora de maneira diferente do que se fazia até então.

Questionamos os docentes acerca do *home office*. Como esperado, a maior parte confirmava a percepção já citada dessa condição não ser exclusiva desse período. O restante se dividiu entre considerar uma opção interessante e possível de ser implantado e os que eram críticos a isso, seja por ver nele mais uma possibilidade de exploração do trabalho docente ou pela inviabilidade de recursos.

**Gráfico 1 - Opiniões sobre o home office**



10 As condições de trabalho docente são objeto de inúmeras reflexões, como as de Carvalho, (1999); Gasparini, Barreto, Assunção (2005); Pereira (2016), dentre outros.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: Respostas múltiplas.

No momento em que a investigação ocorria, eles estavam envolvidos em atividades majoritariamente relacionadas ao ensino, com destaque para preparação de exercícios, planejamento de aulas e orientações de estudantes, reuniões virtuais em gerais e outras atividades (Tabela 2). Apesar de proporcionalmente menor, escrita de artigos científicos e participação em bancas também aparece, principalmente entre professores do Ensino Médio.

**Tabela 2 – Atividades desenvolvidas citadas pelos professores**

Atividade	%		
	Sim	Não	Total
Preparação de exercícios para enviar aos alunos	75,6	24,4	100
Planejamento de aulas	74,6	25,4	100
Orientações de alunos em alguma plataforma virtual	56,8	43,2	100
Envio de textos aos alunos	55,4	44,6	100
Reuniões com gestores	54,8	45,2	100
Reuniões com outros professores	50,5	49,5	100
Leitura de trabalhos de alunos	40,1	59,9	100
Gravação de aulas para a internet	37,3	62,7	100
Realização de chats e fóruns virtuais	36,1	63,9	100
Realização de pesquisas	32,9	67,1	100
Escrita de textos para artigos, projetos	18,4	81,6	100
Grupo de estudo	16,2	83,8	100
Estou conseguindo fazer pouca ou nenhuma atividade	11,4	88,6	100
Reuniões sindicais	2,5	97,5	100
Participação em bancas	1,7	98,3	100

Fonte: Elaboração dos autores.

Com a intensidade desse modo de trabalho virtual, o acesso à internet e a equipamentos se tornou central para o desenvolvimento dessas atividades. Quanto ao acesso à internet, os professores da amostra apresentavam bom nível de conectividade sendo que 63,1% deles informaram ter internet residencial e plano de dados de celular combinados; 33,3% afirmaram ter apenas internet residencial; 3,3% apenas por celular e somente 0,3% não dispõe desses meios de acesso à rede.

Dentre os recursos básicos disponíveis para uma fluída atuação nesse cenário de ensino remoto, 90% afirmaram possuir *smartphones*, 93,1% dispunham de computadores (*notebooks* e/ou *desktops*) e 14,1% de *tablets*. Notou-se que a maioria possui de maneira combinada esses recursos.

As gravações de aulas para inserir nas plataformas, a realização das chamadas aulas síncronas e as reuniões

que passaram a ocorrer no formato virtual obrigaram parte dos docentes a adaptar espaços destinados a isso (o cantinho do *home office*), tendo em muitos casos adquirido novos equipamentos, como tripés, fones, microfones, iluminação, suportes para *notebooks*, impressoras, cadeiras mais adequadas às longas jornadas etc.

Esse investimento em novos equipamentos para a realização do trabalho foi custeado principalmente pelos docentes, já que poucos estados disponibilizaram recursos para esse fim. Em levantamento realizado no site do CONSED, em junho de 2021, somente os estados do Espírito Santo, Maranhão, São Paulo e Sergipe ofereceram algum benefício destinado aos docentes, tais como: auxílio internet, pacote de dados e aquisição de equipamentos (CONSED, 2021).

O ensino remoto e as atividades desenvolvidas requeriam não somente tempo ou recursos específicos, mas também a necessidade do conhecimento tecnológico para operar equipamentos e plataformas em um nível bem diferente do anterior.

O uso dos recursos tecnológicos apresentou-se como um desafio aos docentes, pois quando instados a classificar o próprio nível de conhecimento acerca da tecnologia, a maioria colocou-se em um estrato mediano. Numa escala de 1 a 5, 45,8% marcaram nível 3 e 30,7% marcaram nível 4, com apenas 8,7% no nível 5. Todavia, quando exploramos a utilização de alguns recursos no período anterior à pandemia, percebemos que parte desses não eram costumeiros para os docentes.

**Tabela 3 – Atividades realizadas antes da pandemia**

Atividade	%		
	Sim	Não	Total
Fazer slides em <i>Powerpoint</i> , <i>Prezzi</i>	71,7	28,3	100
Inserir textos na plataforma utilizada por sua instituição	32,7	67,3	100
Nenhuma das opções	21,5	78,5	100
Escrever em blogs	13,5	86,5	100
Fazer reuniões em plataformas virtuais	12,2	87,8	100
Organizar chats, fóruns	9,2	90,8	100
Fazer vídeos para as plataformas virtuais	7,8	92,2	100

Fonte: Elaboração dos autores.

Perguntados que ações de caráter virtual ou tecnológico usavam antes da pandemia e do ensino

remoto, 71,7% dos professores responderam que faziam slides em softwares como *Microsoft Powerpoint* ou *Prezzi*. Em proporção bem menor, 32,7% inseriam textos nas plataformas já usadas pelas instituições. Apenas 13,5% já tinham escrito para blogs, por exemplo, e somente 9,2% haviam organizado fóruns ou chats. Mesmo as reuniões virtuais, que se tornaram o padrão da vida *online* a partir do início da pandemia, tinham baixíssima adesão antes disso: apenas 12,2% dos docentes já haviam participado delas. Não deixa de chamar a atenção que expressivos 21,5% dos professores afirmaram não ter usado nenhum desses recursos antes da pandemia, o que aponta para o fato de que uma parcela do corpo docente não usava qualquer recurso tecnológico para auxiliar suas aulas e, portanto, foi instada a aprender quase que imediatamente a fazer uso disso.

**Tabela 4 – Habilidade na realização de atividades**

Atividade	%			
	Sim	Mais ou menos	Não	Total
Fazer slides em <i>Powerpoint</i> , <i>Prezzi</i>	74,8	15,1	10,1	100
Inserir textos na plataforma utilizada por sua instituição	69,3	16,6	14,1	100
Fazer reuniões em plataformas virtuais	51	26,4	22,6	100
Escrever em blogs	36,5	25,3	38,3	100
Fazer vídeos para as plataformas virtuais	51	26,4	22,6	100
Organizar chats, fóruns	31,6	29,6	38,8	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Parte dos docentes não tinha tradição no uso dos recursos visuais virtuais antes da pandemia e mesmo durante a pandemia uma parcela importante reconhecia não realizar tarefas fundamentais como fazer reuniões em plataformas virtuais, onde apenas 51% afirmam ter habilidade para fazer. Se não era feito de maneira sistemática antes, não havia, portanto, o desenvolvimento de estratégias didáticas específicas, o que parece apontar para a adoção improvisada das aulas remotas ou, ao menos, estratégias e planejamentos rápidos para sua implantação imediata.

As mudanças que estavam em curso ainda no início da pandemia tiveram, destarte, impacto na carga horária docente? Fizemos um levantamento das horas trabalhadas e encontramos uma distribuição muito diversa de carga laboral, atendendo às variabilidades de tipo de contratação e divisão de carga horária de

aulas por dias da semana. Assim, enquanto 32,4% dos professores trabalhavam entre mais de 4 até 8 horas diárias; 22,3% entre mais de 8 até 12 horas e 8,3% mais de 12 horas diárias; 27,4% deles não trabalhavam todos os dias. Não foi encontrada diferença significativa nessa proporção entre as etapas de Ensino Fundamental e Médio.

**Tabela 5 – Carga horária diária**

Carga horária diária	%
Até 4 horas diárias	9,8
Acima de 4 a 8 horas diárias	31,1
Acima de 8 a 12 horas diárias	23
Acima de 12 horas diárias	8,2
Não trabalho todos os dias, mas quando trabalho são até 4 horas	9,5
Não trabalho todos os dias, mas quando trabalho são de 4 a 8 horas	10,9
Não trabalho todos os dias, mas quando trabalho são de 8 a 12 horas	5,9
Não trabalho todos os dias, mas quando trabalho são acima de 12 horas	1,6
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Perguntados sobre os impactos laborais do regime remoto, 59% afirmaram que estavam trabalhando mais do que antes, enquanto 10,4% disseram estar igual e 30,6% consideraram estar trabalhando menos do que antes. Esse aumento expressivo de atividades a serem desenvolvidas durante a pandemia reportados pelos docentes investigados é também reforçado pela fala abaixo:

Ao contrário do que se possa imaginar, o trabalho em casa está mais intenso. Os professores estão o tempo todo produzindo aulas, se adaptando ao uso de ferramentas que não sabiam, alguns com mais dificuldades, outros com menos. Complementando esse trabalho, os docentes também se deslocam até a casa dos alunos que não possuem internet, celular ou computador, para que os conteúdos alcancem grande parte dos discentes que moram nas áreas de difícil acesso. Existe a necessidade de manter o aluno ocupado, interagindo e aprendendo diante de toda essa loucura ocasionada pelo novo

Coronavírus”, ressaltou Ruth Bernardino, coordenadora do Núcleo da Educação em Cruzeiro do Sul (ALMEIDA, 2020).

O aumento decorrente da carga didática não era o único incremento laboral a incidir sobre esses docentes. Não se pode ignorar o impacto do isolamento social à vida doméstica e à carga de trabalho que a situação impôs.

### Docentes mulheres e a pandemia

Há farta literatura que aponta para as diferenças provocadas pela forma como está estruturada a questão de gênero na sociedade (SAFFIOTI, 1992; SCOTT, 1996; HEILBORN; SORJ, 1999; MELO; CONSIDERA; SÁBATTO, 2007; GAMA, 2010; BIROLI, 2018). As assimetrias entre homens e mulheres notadas em várias áreas como renda e expectativa de vida mostram a pertinência dessa questão. Como o distanciamento social obrigou as famílias que puderam se isolar a estarem em casa dividindo-se entre o trabalho remoto e a vida cotidiana, buscamos saber como a pandemia impactou a vida docente.

Os dados revelados pela pesquisa confirmaram a situação já amplamente discutida em trabalhos anteriores (SORJ, 2004; GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005; ZIBETTI; PEREIRA, 2012) que demonstram que as mulheres historicamente acumulam mais atividades domésticas e familiares proporcionalmente que os homens.

Percebemos uma forte diferença, estatisticamente significativa, ao cruzar sexo pela responsabilidade principal com as tarefas domésticas, conforme pode ser avaliado com o Gráfico 2<sup>11</sup>.

**Gráfico 2 – Cruzamento entre responsabilidade pelas tarefas domésticas e sexo**



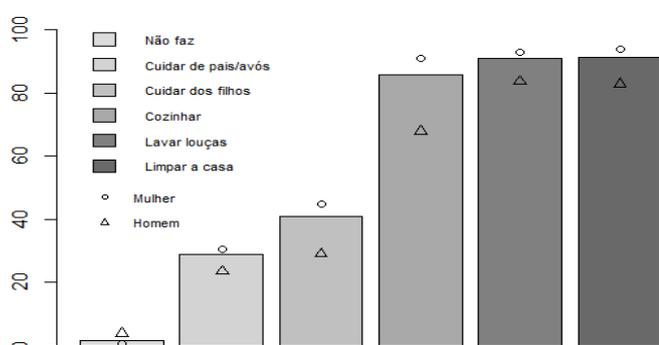
Fonte: Questionário elaborado pelos autores (2020).

11 Além disso, nota-se um nível de associação relevante pelo Coeficiente de Contingência (0.32), uma vez que em pesquisas sociais uma associação de 0.15 já é considerável relatável.

Nota: Coeficiente de Contingência = 0.32. Qui-Quadrado de Pearson com correção de continuidade de Yates:  $Qui^2 = 278.2$ , g.l. = 1, valor-p < 0.01.

Além disso, quando se perguntou quais atividades domésticas estavam realizando no isolamento social percebe-se que as mulheres apresentam uma média maior de envolvimento com as tarefas domésticas que os homens. Inclusive uma destacada proporção de cuidados a familiares (filhos, pais e/ou avós) que demanda um nível de comprometimento e atenção maior, conforme pode ser observado no Gráfico 3.

**Gráfico 3 – Média geral e por sexo dos tipos de tarefas domésticas realizadas**



Fonte: Questionário elaborado pelos autores (2020).

Essa situação também foi percebida na pesquisa *Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia realizada por Gênero e Número e Sempreviva Organização Feminista*. Entre tantas dimensões de desigualdades evidenciadas durante esse período, a sobrecarga de trabalho doméstico<sup>12</sup> e de cuidado foi uma das questões que as mulheres vivenciaram logo quando das medidas de isolamento social, percebendo-se clivagens ao se considerar as questões raciais e de renda. 50% das mulheres atingidas por aquela pesquisa, afirmaram passar a cuidar de alguém durante a pandemia, sendo ainda mais alta essa porcentagem quando se tratava de mulheres rurais (62%). 41% das mulheres que seguiram trabalhando durante a pandemia com manutenção de salários, afirmaram trabalhar mais na quarentena. Um dos depoimentos obtidos pela pesquisa, reforça os argumentos que também pudemos captar em nossa investigação<sup>13</sup>, como se vê abaixo:

12 Essa discussão, embora realizada em outro contexto, já foi trazida também por Sorj (2004), Melo, Considera e Sábatto (2007) e Birolli (2018), dentre outros.

13 Essas questões também foram vistas por Marinho e Freitas (2020).

Ser professora num momento como esse fez com que meu trabalho se multiplicasse. Trabalho em duas instituições e a minha carga horária diária tem sido de, no mínimo, 12h em frente a um computador, e sei que tantas outras colegas vivem essa realidade. E a maior parte das minhas colegas são mulheres, né? Quando essas mulheres professoras não possuem muitas habilidades com tecnologias, têm filhos em casa, pouco espaço para dar aula/gravar aulas em silêncio, a situação é ainda mais exaustiva. Tem sido bastante difícil gerenciar essa carga horária com as tarefas domésticas, qualquer tentativa de lazer e ter que ter inteligência emocional para oferecer apoio aos/as alunos/as (sejam crianças, adolescentes ou adultos) que também têm dificuldades de passar pelo confinamento. (Depoimento apud SEM PARAR, 2020, p. 40).

A condição de isolamento social imposta no momento da investigação (entre um e três meses desde os primeiros decretos que iam sendo prorrogados a cada ampliação do contágio no país), as múltiplas atividades que tiveram que desenvolver nessa condição, o aumento das mortes ocasionadas pelo coronavírus, a ausência de vacinas, já que elas ainda não haviam sido descobertas e a incompreensão sobre o impacto da pandemia na vida cotidiana influenciaram os sentimentos dos docentes.

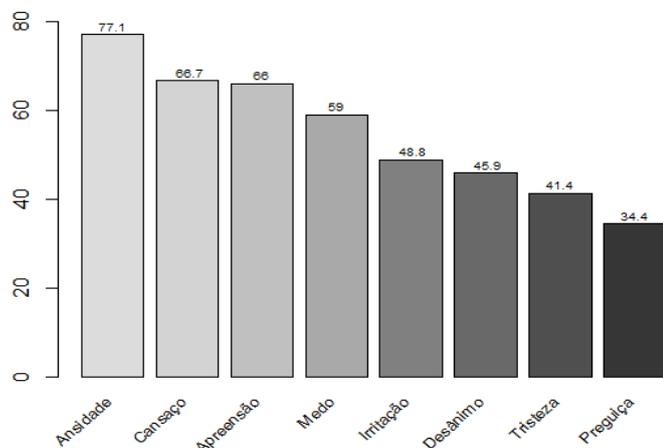
### Sentimentos e a pandemia

Ao serem indagados sobre os sentimentos que identificavam em si mesmos naquele momento, foi bastante evidenciado que os negativos se sobrepunham sobremaneira aos positivos, como se vê nos Gráficos 4 e 5.

Ansiedade, apreensão e medo eram sentimentos comuns a quem acompanhava de perto o desenrolar da pandemia no país. Em termos numéricos, durante o período em que o formulário ficou aberto às respostas, o Brasil passou de 40.814 casos e 2.575 mortes em 20 de abril a 1.368.195 casos e 58.314 óbitos em 30 de junho de 2020, segundo os Boletins epidemiológicos divulgados pelo Ministério da Saúde, influenciando certamente nos sentimentos apresentados pelos docentes. O cansaço, todavia, está bastante atrelado ao tipo de trabalho desenvolvido, ao próprio *home office* e ao fato de que as mulheres tiveram uma sobrecarga de trabalho

acentuada com a pandemia, quando tiveram que dar conta de suas atividades profissionais e dos cuidados com a casa e com a família, desdobrando-se também no ensino dos filhos que estavam em atividades remotas, como já demonstrado pela pesquisa *Sem Parar* (2020).

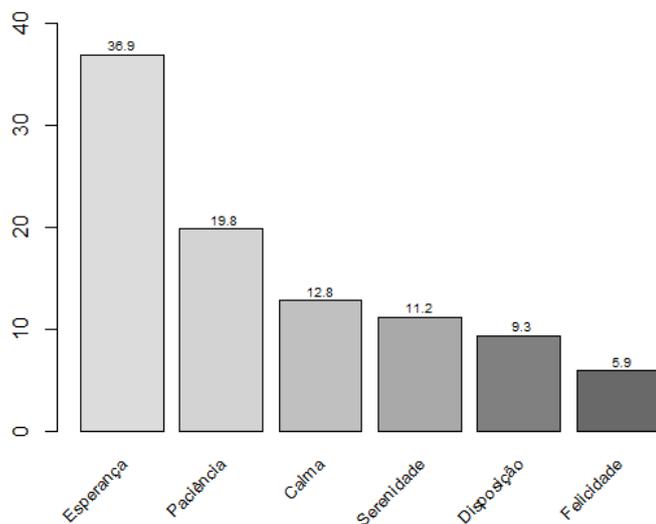
**Gráfico 4 - Sentimentos negativos apontados**



Fonte: Questionário elaborado pelos autores (2020).

Nota: Respostas múltiplas.

**Gráfico 5 - Sentimentos positivos apontados**

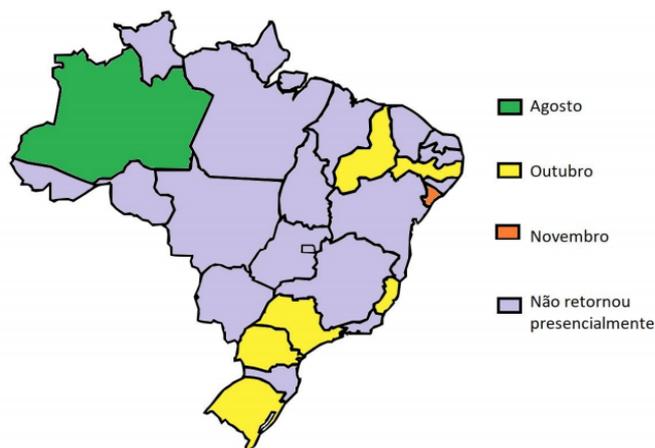


Fonte: Questionário elaborado pelos autores (2020).

Nota: Respostas múltiplas.

Apesar dos dados crescentes de alastramento da pandemia no país, havia ainda por parte dos estados uma esperança de que as atividades voltassem à forma presencial em breve. Três meses após a coleta dos dados, três estados já estavam nessa condição: Amazonas (10 de agosto de 2020), Rio Grande do Sul (08 de setembro) e Piauí (22 de setembro), ainda que nenhum deles de forma total. 7 outros ainda esperavam ser possível retornar ainda em 2020. Um deles, no entanto, já estabelecia que isso só se daria em 2021 (CNN, 2020).

**Imagem 1- Situação do ensino nos estados em 2020**



AM e PE: Retomaram o Ensino Médio

ES: Retomada progressiva começando pelo Ensino Médio

PR: Abriu as escolas para atividades extracurriculares, reforço escolar e idiomas

PI: Retomou o Ensino Médio e a VII Etapa da EJA

RS: Retornou de forma escalonada entre os meses de outubro e novembro de 2020

SP: Retorno optativo para o Ensino Médio

SE: Retomou o 3º Ano do Ensino Médio, EJA e Educação Profissional

Fonte: <https://consed.info/ensinoremoto> (2021)

O agravamento da pandemia impossibilitou os planos desses estados. O ensino permanecia remoto em maio de 2021 em vários estados brasileiros (CONSED, 2021).

**Quadro 2- Situação do ensino por estado em 2021**

Estado	Formato e Início das aulas em 2021
Acre	Remoto- 10 de maio
Alagoas	Remoto e atividades impressas- 10 de março
Amapá	Remoto-8 de março
Amazonas	Híbrido- 19 de maio
Bahia	Remoto-15 de março
Ceará	Híbrido ou remoto a critério da escola- 1º de fevereiro. Devido ao avanço da pandemia, o Governo do Ceará suspendeu as aulas presenciais desde o dia 19 de fevereiro.
Distrito Federal	Remoto- 8 de março
Espírito Santo	Presencial/híbrido (com revezamento de alunos) ou remoto- 4 de fevereiro, seguindo as orientações do Mapa de Risco. Devido o avanço da pandemia, o Governo do Estado anunciou a suspensão das aulas presenciais em todas as unidades de ensino no dia 18 de março. Elas foram retomadas no dia 10 de maio.
Goiás	92% das 1.010 escolas estaduais retomaram as aulas no regime especial de aulas não presenciais (REANP). Outras 8% das unidades escolares da rede estadual retomaram as aulas presenciais, no regime híbrido, com atividades desenvolvidas na escola e por meios remotos. As aulas foram iniciadas no dia 25/1 nas escolas com regime híbrido e no dia 21/1 naquelas com aulas não presenciais. Devido ao avanço da pandemia, todas as escolas estão com aulas remotas.
Maranhão	Remoto- fevereiro
Mato Grosso	Remoto ou por meio de apostilas- 8 de fevereiro
Mato Grosso do Sul	Remoto- março
Minas Gerais	Remoto- 8 de março
Pará	Remoto-3 de fevereiro
Paraíba	Remoto- 8 de março
Paraná	Remoto- 18 de fevereiro
Pernambuco	Presencial- A partir de 5 de abril, de acordo com a modalidade
Piauí	Remoto-1 de fevereiro
Rio de Janeiro	Presencial e híbrido-1 de fevereiro
Rio Grande do Norte	Remoto-Abril

Rio Grande do Sul	Remoto- 8 de março apenas no modelo remoto, e desde o dia 3 de maio as aulas também ocorrem no formato presencial.
Rondônia	Sem informações
Roraima	Remoto-3 de maio
Santa Catarina	18 de fevereiro de 2021, com três modelos adotados pelas unidades escolares: 100% presencial, misto e 100% remoto. Estes sistemas foram pensados para que a volta às aulas pudesse ser feita de forma segura, adaptando-se à estrutura de cada escola
São Paulo	Presencial e escalonado- 14 de abril
Sergipe	Remoto-22 de março
Tocantins	Remoto-3 de maio

Fonte: Elaborado a partir das informações disponíveis no site do CONSED (julho de 2021).

Um ano após a realização da investigação, os docentes seguiam em sua maioria em *home office* e, apesar de já estarem mais acostumados ao uso das tecnologias e terem iniciado o processo de vacinação praticamente em todos os estados, é uma pandemia que já ceifou a vida de mais de meio milhão de pessoas, dentre os quais 2.129 profissionais da área de educação, de acordo com o levantamento realizado pelo DIEESE (2021), de janeiro de 2020 a abril de 2021. Seu efeito certamente não passa incólume.

Executamos uma regressão logística para melhor compreender as variáveis relacionadas ao nível de sentimentos negativos apontados pelos docentes. Nossa variável desfecho foi criada a partir da dicotomização do relato dos sentimentos negativos, categorizando os extremos do conjunto de apontamentos de sentimentos negativos<sup>14</sup>.

Para um modelo geral e inicial selecionamos variáveis relacionadas: (i) aos atributos pessoais (sexo e idade); (ii) condições sociais e domésticas (renda, responsabilidade pelas atividades domésticas); (iii) condições/configurações de trabalho (tipo de contrato, horas diárias de trabalho, quantidade de dias semanais de trabalho, sobre o nível de trabalho na pandemia e nível de demandas da escola/gestores); (iv) recursos e habilidades (internet, equipamentos e conhecimento das ferramentas); e sobre (v) localização (capital/interior e região brasileira).

No entanto, parte dessas variáveis não alcançaram significância ou apresentaram multicolinearidade, caso das variáveis idade, renda e tipo de contrato. O modelo ajustado por especificação confirmatória manteve as variáveis apresentadas na tabela abaixo (Quadro 3) e os resultados do modelo ajustado (Tabela 6) indicam uma importante relação entre a pressão de trabalho recebida pela escola e o aumento no nível de trabalho na pandemia com o desfecho para um relato de mais

sentimentos negativos. Homens, professores com mais idade e que possuem conhecimentos tecnológicos apresentam menores razões de chance para relatar muitos sentimentos negativos.

### Quadro 3 – Variáveis no modelo final ajustado

Variável	Categorias	Posição
Sentimentos negativos	0 = 0 ou 1 sentimento 1 = 6 ou mais sentimentos	Dependente
Sexo	Mulher (ref.) Homem	Independente
Idade em classes	Menos de 20 a 34 anos (ref.) 35 a 49 anos 50 ou mais	
Etapa	Ensino fundamental (ref.) Ensino Médio	
Nível de trabalho na pandemia	Menor ou igual trabalho (ref.) Mais trabalho	
Pressão recebida	Não recebeu (ref.) Um pouco Sim, recebeu	
Conhecimento tecnológico	1:5	
Localização	Interior (ref.) Capital	

### Tabela 6 – Resultados da regressão logística (modelo ajustado)

Variável		OR (95% IC)	p (Wald's test)	p (LR-test)
Sexo	Homem	0.47 (0.35, 0.64)	< 0.01	< 0.01
	Mulher	1.00		
Idade	35 a 49 anos	0.44 (0.31, 0.62)	< 0.01	< 0.01
	50 ou mais	0.32 (0.21, 0.47)	< 0.01	< 0.01
Etapa	Ensino Médio	0.63 (0.48, 0.85)	0.03	0.03
Nível de trabalho na pandemia	Mais trabalho	2.29 (1.73, 3.03)	0.01	0.01
Pressão recebida	Um pouco	2.62 (1.82, 3.76)	< 0.01	< 0.01
	Sim	4.88 (3.49, 6.83)	< 0.01	< 0.01
Conhecimento tecnológico	1:5	0.82 (0.7, 0.95)	< 0.01	< 0.01
Localização	Capital	1.59 (1.2, 2.1)	< 0.01	< 0.01

Log-likelihood = -514.6  
n = 1077  
AIC = 1049.2  
GVIF (1.03:1.20)  
Pseudo-R<sup>2</sup>:  
Índice de Nagelkerke = 0.24  
Índice de Cox e Snell = 0.16  
R<sup>2</sup> de McFadden = 0.15  
Hosmer-Lemeshow (valor-p) = 0.45

Conforme nossa amostra, homens têm em média 53% menos chances de relatarem 6 ou mais sentimentos negativos em relação às mulheres; professores de 35 a 49 anos em média 56% menos chances, e os de 50 anos ou mais, em média 68% menos chances. Professores que atuam no Ensino Médio (exclusivamente ou não) têm em média 37% menos chances de relatarem 6 ou mais sentimentos negativos em relação à pandemia. Enquanto estar trabalhando mais na pandemia do que antes faz aumentar em média 129% as chances desse relato.

Estar sob pressão da escola e/ou gestores em relação ao trabalho docente faz aumentar em média 162%

14 Onde 0 (base) = nenhum e/ou um sentimento negativo apontado e 1 = seis ou mais sentimentos negativos apontados.

quando essa pressão é pouca e em média 388% quando a pressão é claramente reconhecida, as chances de relato de 6 ou mais sentimentos negativos. Tem-se aqui a variável de maior impacto sobre a experiência de sentimentos negativos no trabalho docente.

A cada aumento na variável de conhecimento tecnológico (tipo Likert), sobre o uso de ferramentas básicas para o trabalho docente virtual, diminui-se em média 18% as chances de relatar 6 ou mais sentimentos negativos. Estar morando em uma capital faz aumentar 59% as chances desse relato.

Como síntese desses resultados, podemos perceber que os homens, dentre outros motivos, pelo fato de estarem menos envolvidos com atividades domésticas, tendem a relatar um nível menor de sentimentos negativos do que as mulheres. Pessoas mais velhas em geral também. Estar trabalhando mais durante a pandemia que antes e estar sob pressão da escola e/ou gestores escolares, faz com que as chances de relato de mais sentimentos negativos aumentem consideravelmente, impondo-nos uma reflexão sobre a importância da dinâmica e carga de trabalho dos docentes, sobretudo, ante uma singular e trágica situação social como a causada pela pandemia de Covid-19.

Trabalhar no ensino fundamental talvez requeira mais adaptações e uma intensidade de ações, visto o fato de se tratar de alunos mais novos. De qualquer modo, julgamos ser essa variação passível de mais estudos. E, ter mais conhecimento e habilidade no uso da tecnologia para o trabalho docente virtual ajuda a lidar melhor com as mudanças impostas pelo isolamento social sobre o “novo” trabalho docente.

Consideramos que estar na capital faz aumentar a sensação de perigo visto o fato de que o vírus se propagou primeiramente nas capitais, após sair da China, e a densidade demográfica ser um fator importante na propagação deste agente. Assim, o ambiente interiorano talvez tenha sido considerado por seus moradores como mais seguro por permitir melhor isolamento. Além disso, é possível que os professores das capitais tenham turmas maiores e mais diversificadas, o que complexifica o trabalho.

### Considerações finais

O ano de 2020 causou uma grande transformação global com a eclosão da pandemia de Covid-19 e suas

consequências. A migração das atividades laborais (de lazer e de sociabilidade) para o regime remoto/ virtual obrigou o mundo inteiro a adotar não somente novas práticas, mas especialmente a aprender o manejo de novos recursos tecnológicos e a viver com eles.

O impacto disso no regime laboral das pessoas foi enorme e este artigo buscou discutir a realidade específica dos docentes da Educação Básica a partir de uma pesquisa realizada por formulário eletrônico com 3.733 professores do Ensino Fundamental e Médio de quase todas as unidades federativas brasileiras. A amostra utilizada para esse artigo foi redimensionada para 2.402 respostas.

Os dados permitem perceber que uma parcela significativa dos docentes não utilizava recursos tecnológicos antes da pandemia e o regime de aulas virtuais, portanto, os obrigou a adotá-los em urgência e aprender rapidamente a usá-los. O levantamento mostrou que a maioria dos professores usava recursos que poderíamos chamar de “tradicionais”, como a elaboração de *slides* em *Powerpoint*, e que aqueles que se transformariam em padrão logo em seguida, como aulas ou reuniões por meio de plataformas virtuais, haviam sido experimentados por uma parcela muito pequena da amostra alcançada.

Dessa forma, realizar a docência em meio à pandemia significou à amostra, que tinha faixa etária mediana, com maioria entre 30 e 49 anos de idade, precisar superar adversidades tecnológicas e aprender todo um conjunto de novas habilidades. Tudo isso sem apoio institucional satisfatório, precisando adquirir equipamentos (e aprender a utilizá-los) quase sempre por conta própria num cenário de indecisão e falta de planejamento que marcou o enfrentamento da pandemia, como os dados referentes às previsões de regresso às aulas presenciais ou a falta de ações efetivas para assegurar boas condições ao ensino remoto ilustram bem.

Relacionado a isso, muitos professores que já tinham uma carga de trabalho elevada passaram a considerar que estavam trabalhando ainda mais do que antes.

Para completar, todo esse incremento de trabalho e da pressão psicológica inerente, provavelmente representada na gama de sentimentos negativos expressos em relação ao que sentiam em meio ao período pandêmico, havia outras questões estruturais que tornavam as condições ainda mais inóspitas. Dentre

elas, a baixa remuneração que marca os profissionais da Educação Básica de um modo geral; ainda que a maioria da amostra tenha apresentado situação contratual estável. Entrementes, parte significativa desses professores atua em mais de um nível de ensino, o que provavelmente se explica pela busca de aumento na renda e tem como consequência cargas horárias ainda mais altas.

Não bastassem a grande carga horária, a pressão de trabalhar em condições muito adversas (seja pela falta de infraestrutura que acomete em especial a educação pública, da qual advém a maior parte da amostra; seja pelos desafios inesperados e quase insolúveis em curto prazo do ensino remoto compulsório), a baixa remuneração e a necessidade de trabalhar em mais de um nível escolar; os docentes enfrentam o desafio de vivenciar uma profissão marcada pela falta de reconhecimento e desvalorização social. Concordando com Carvalho (1999) para quem a docência pode ser percebida como uma atividade extremamente relacional, na qual o envolvimento afetivo dos professores com seus alunos e a sua preocupação com a aprendizagem dos mesmos é uma fonte de desgaste, mesmo que também seja fator de gratificação e realização, o ano de 2020 potencializou esses sentimentos.

Por fim, a vivência desses problemas ainda encontra outro ponto de aprofundamento na questão de gênero. Ainda que os docentes de maneira geral sejam acometidos pelas adversidades relatadas, as professoras enfrentam provações diferenciadas, potencializadas por uma estrutura social que coloca nas mãos das mulheres maior carga de trabalho doméstico e de cuidado com filhos ou genitores. Sem dúvidas, isso influencia na condição de vida e de saúde física e emocional e os dados de nossa pesquisa permitem refletir que a invisibilidade do trabalho doméstico e seus efeitos não está ausente do mundo da escola. Menos ainda em tempos de pandemia.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rubiluci. Escolas estaduais se adaptam à pandemia e aulas seguem de maneira remota. **Notícias do Acre**. Governo do Acre, 07/08/2020, disponível em <<https://agencia.ac.gov.br/escolas-estaduais-se-adaptam-a-pandemia-e-aulas-se-guem-de-maneira-remota>>. Acesso em 07 de agosto de 2020.

BIROLI, Flavia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim COE Covid-19**, nº 13. Brasília: Ministério da Saúde, 2021a. Disponível em <http://portalarquivossaude.gov.br>. Acesso em 3 de julho de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim COE Covid-19**, nº 20. Brasília: Ministério da Saúde, 2021b. Disponível em <http://portalarquivossaude.gov.br>. Acesso em 3 de julho de 2021.

CARVALHO, M. P. de. Ensino, uma atividade relacional. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 11, p.17-32. 1999.

DIEESE. **Boletim Emprego em Pauta**, nº21, junho de 2021. Disponível em <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2021/boletimEmpregoemPauta21.pdf>. Acesso em 3 de julho de 2021.

GAMA, Andréa de Sousa. **O conflito entre trabalho e responsabilidades familiares no Brasil** - Reflexões sobre os direitos do trabalho e a Política de Educação Infantil. Rio de Janeiro, 2012. Tese de Doutorado.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005.

GONÇALVES, Danyelle N.; LIMA FILHO, Irapuan P.; FREITAS, Rafael de M.F. Educação superior em tempos de pandemia: uso de tecnologias e condições de trabalho de docentes. In: FROTA, Horácio da S.; FROTA, M. Helena de P.; SILVA, M. Andréa L. da (orgs.). **O Impacto do Covid-19 nas Políticas Públicas**. [ebook] Fortaleza: EdMetas, 2020, pp. 259-275.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de Gênero no Brasil. In: **O que ler na Ciência Social**

**Brasileira (1970-1995).** Sociologia (Volume II). São Paulo: Sumaré/ANPOCS, 1999.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A Classe operária tem dois sexos. **Revista Estudos Feministas.** Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1994.

INEP. **Instruções para utilização dos Microdados do Censo da Educação Básica 2020.** Brasília: INEP, 2021.

LEVY, Paul; LEMESHOW, Stanley. **Sampling of populations: methods and applications.** Hoboken: John Wiley & Sons, 2008.

MARINHO, Camila Holanda; FREITAS, Isaurora Claudia Martins de. Experiências com o ensino remoto: relatos de professores da educação básica no Ceará In FROTA, Francisco Horácio da Silva; FROTA, Maria Helena de Paula; SILVA, Maria Andréa Luz da (orgs.). **O impacto do COVID-19 nas políticas públicas** [livro eletrônico]. 1 ed. Fortaleza, CE: Edmeta Editora, 2020.

MARQUES, Rita de Cassia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; PIMENTA, Denise Nacif. **A pandemia de Covid-19: interseções e desafios para a história da saúde e do tempo presente.** Coleção História do tempo presente: Volume III, 2021.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio Monteiro; SABBATO, Alberto Di. Os afazeres domésticos contam. **Economia e Sociedade,** Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 435-454, dez. 2007.

PEREIRA Junior, Edmilson Antonio. Condições de trabalho docente nas escolas de educação básica no Brasil: uma análise quantitativa. Belo Horizonte, 2016. 230, Tese de Doutorado.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) **Uma Questão de gênero.** São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** Recife: SOS Corpo, 1996.

**SEM PARAR:** o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Relatório de Pesquisa. Gênero e Número e Sempre Viva Organização Feminista GN; SOF, 2020. Disponível em <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/>. Acesso em 3 de julho de 2021.

SIQUEIRA, Maria Juracy Toneli; FERREIRA, Edirê S. Saúde das professoras das séries iniciais: o que o gênero tem a ver com isso?. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2003, v. 23, n. 3 [Acessado 18 Novembro 2021] , pp. 76-83. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000300011>>. Epub 29 Ago 2012. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000300011>.

SORJ, Bila. **Trabalho e responsabilidades familiares: Um estudo sobre o Brasil.** Relatório final. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <<http://www.cfemea.org.br/temasedados/detalhes.asp?IDTemasDados=129>>. Acesso em: 18/11/2021.

VALENTE, Jonas. Quase metade do planeta ainda não tem acesso à internet, aponta estudo. **Agência Brasil,** 28.09.2019. Disponível em: <https://agencia-brasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-09/quase-metade-do-planeta-ainda-nao-tem-acesso-internet-aponta-estudo>. Acesso em 01 de julho de 2021.

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto; PEREIRA, Sidnéia Ribeiro. Mulheres e professoras: repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente. **Educar em Revista,** Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 259-276, 2010. Editora UFPR.

#### Sites:

<https://consed.info/ensinoremoto>. Acesso em 02 de julho de 2021.

# “Voltar para qual escola?”: desafios do ensino público diante da pandemia e os sentidos da educação escolar

Jéssica Nunes da Silva<sup>1</sup>

## Resumo:

Diante da pandemia da Covid-19, a esfera da educação foi reconfigurada profunda e consideravelmente, suscitando dúvidas e produzindo diferentes afetações. O presente artigo dedica-se a mapear e refletir criticamente sobre os efeitos deste evento pandêmico para a educação básica, mais especificamente no âmbito do ensino público. Para tal, ampara-se em notas etnográficas tecidas a partir de: 1- relatos, impressões e problemáticas captadas por meio de etnografia online em grupos de *Whatsapp* e *Facebook* voltados à educação na rede pública; 2- notícias, reportagens midiáticas; e por fim, 3- a interlocução com professoras, familiares e estudantes da rede pública de ensino em Porto Alegre/RS e região metropolitana. Por meio de tais reflexões, são elencadas as problemáticas mais recentes em torno do tema, desde o “ensino remoto”, com suas demandas e fatores complicadores na viabilização em termos de acesso; até as sobrecargas de trabalho e demandas cotidianas vivenciada por professores e estudantes; além dos riscos decorrentes das propostas de retorno às aulas presenciais e ensino híbrido. Conclui-se pela necessidade de engajar-se crítica e ativamente à análise cuidadosa das práticas e políticas excludentes que endossam e reafirmam a tomada da educação enquanto mais um instrumento de aprofundamento e produção de desigualdades.

**Palavras-chave:** Ensino Público. Ensino Remoto. Etnografia. Antropologia da Educação.

## “Back to what school?”: challenges of public education face of the pandemic and the meanings of school education

## Abstract:

Faced with the Covid-19 pandemic, the sphere of education was profoundly and considerably reconfigured, raising doubts and producing different affectations. This article is dedicated to mapping and critically reflecting on the effects of this pandemic event for basic education, more specifically within the scope of public education. For this, it is supported by ethnographic notes elaborated from: i- reports, impressions and issues captured through online ethnography in *Whatsapp* and *Facebook* groups about education in the public network; ii- news, media reports; and finally, iii- the interlocution with teachers, family members and students from the public school system in Porto Alegre/RS and metropolitan region. Through these reflections, the most recent issues around the theme are listed, from “remote education” with its demands and complicating factors in enabling access; even the work overload and daily demands experienced by teachers and students; in addition to the risks arising from the proposals to return to the face classes and hybrid teaching. It is concluded that there is a need to critically and actively engage in the careful analysis of exclusionary practices and policies, which endorse and reaffirm the taking of education as yet another instrument for deepening and producing inequalities.

**Keywords:** Public Education. Remote Teaching. Ethnography. Anthropology of Education.

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS), integra o Núcleo de Antropologia e Cidadania – NACi/UFRGS e o Grupo de Estudos sobre Antropologia e Deficiência – GEAD/UFRGS. Contato: jess.nunes@ufrgs.br

## Apontamentos iniciais

O advento da pandemia da Covid-19 reconfigurou consideravelmente a estrutura de funcionamento dos sistemas de ensino a nível global. No Brasil, a irrupção desse evento pode ser apontada a partir do primeiro caso da doença, registrado oficialmente no dia 26 de fevereiro de 2020; semanas depois, em 11 de março do mesmo ano, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarava pandemia<sup>2</sup>. Antes disso, em dezembro de 2019, o primeiro caso oficial da doença era registrado na cidade chinesa de Wuhan. Acompanhamos com muita apreensão desde a mobilização inicial de estruturas hospitalares construídas com celeridade na China<sup>3</sup> até as alarmantes notícias que chegavam da Europa, revelando os contornos de gravidade que situação poderia assumir ao eclodir por aqui.

Com a instauração de medidas de isolamento e distanciamento social e a incorporação da necessidade do *lockdown*, temos vivenciado o prolongamento da paralisação de determinadas atividades, a retomada gradual de outras, e todo um “vocabulário pandêmico” remetendo a riscos e cuidados que passou a ser incorporado em nosso dia-a-dia. Informações – por vezes difusas – sobre atuação do vírus, a centralidade da higienização das mãos e superfícies, o uso de máscaras (algumas mais eficazes do que outras) e as “atividades essenciais” se consolidaram enquanto elementos que nos acompanham desde então. No âmbito da educação, fechamentos temporários e permanentes das escolas vêm sendo adotados em diferentes escalas, condições e temporalidades, produzindo adesões e efeitos que tentamos e tentaremos compreender ao longo dos próximos anos.

Recuperar o encadeamento dos fatos se traduz também em uma tentativa de conferir algum sentido lógico e reflexivo a essa profusão de acontecimentos que nos afetam de modo tão drástico. Como procuro endossar a seguir, tais afetações, os *impactos* da pandemia da Covid-19 são sentidos em níveis e esferas de formas consideravelmente diferentes. Inspirada inicialmente pelas considerações de Veena Das em seu ensaio intitulado *Encarando a COVID-19* [...]

(2020), me volto à educação e busco refletir sobre as possibilidades de compreensão e contribuições da antropologia às políticas de ensino, ao atravessar os percalços e “desafios” que agora se impõem. No texto referenciado acima, Das (2020) compartilha algumas reflexões sobre os efeitos da pandemia no campo das pesquisas antropológicas. Para além, a autora aborda de forma crítica e sensível suas inquietações enquanto professora e pesquisadora na área: desde as angústias geradas por esse contexto de incisivas mudanças, até os recursos metodológicos possíveis e necessários que podemos mobilizar ao pensar e produzir conhecimento neste momento.

Pesquisando sobre ensino público no Brasil, com ênfase na educação básica – níveis municipal e estadual – tenho observado as *particularidades* em torno deste segmento. Como um primeiro registro, pode-se citar desde as problemáticas envolvendo o “ensino remoto”, com suas demandas e fatores complicadores na viabilização em termos de acesso, até a sobrecarga de trabalho vivenciada pelos professores e os riscos decorrentes das propostas de retorno às aulas presenciais e ensino híbrido (*cf* SAVIANI; GALVÃO, 2021). Essas e outras questões trazem consigo a retórica dos “desafios”, que por sua vez não é novidade ao falarmos de educação, sobretudo na esfera escolar e pública. Nesses termos, segundo o relatório intitulado *Enfrentamento da cultura do fracasso escolar* da Unicef Brasil (2021), temos que:

O cenário de desigualdades que já preocupava antes da pandemia da Covid-19 se tornou ainda mais grave com ela. Em outubro de 2020, 3,8% das crianças e dos adolescentes de 6 a 17 anos (1,38 milhão) não frequentavam mais a escola no Brasil – remota ou presencial. O dado é superior à média nacional de 2019, que foi de 2%, segundo a Pnad Contínua. (UNICEF, 2021)

A pesquisa foi realizada em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) e também com o Instituto Claro<sup>4</sup>. Ela incide no recorte da escola pública, com foco nas redes municipais de ensino e apontando para

2 Para maiores informações a esse respeito, ver: “Primeiro caso de Covid-19...” (AGÊNCIA BRASIL, 2021); e “Há um ano o Brasil...” (LONGUINHO, 2021) e “OMS declara...” (BBC BRASIL, 2020).

3 Sobre o hospital construído logo nas primeiras semanas de irrupção da pandemia em Wuhan, na China, o Portal G1 (2020) realizou um compilado bastante completo com as principais informações.

4 Segundo a formulação da Unicef Brasil, o conceito de cultura do fracasso escolar envolve desde a reprovação, até o abandono escolar e distorções entre faixa etária e série/nível de ensino. Creio que haja espaço, em um momento oportuno, para refletir mais

os desafios, que agora mais do que nunca mereceriam atenção. As constatações em torno da fragilidade dos sistemas públicos de ensino básico não são, de fato, uma novidade. Da mesma forma, são igualmente variadas e partem de diversas frentes as proposições para sanar estes problemas. Procuro delimitar e problematizar algumas delas no que se segue.

Estimulada pelas *notas etnográficas* mobilizadas por Fernandes (2020) para registrar elementos do cotidiano que emergiram na cidade do Rio de Janeiro logo nos primeiros meses da pandemia no Brasil, tomo-as por referência para compilar e registrar relatos, impressões e problemáticas captadas por meio de perambulações (cf LEITÃO & GOMES, 2017) em grupos de *Whatsapp* e *Facebook* voltados à educação na rede pública em Porto Alegre e região metropolitana. Acompanho também notícias, reportagens e conversas cotidianas sobre o tema, além da interlocução com professoras, familiares e estudantes<sup>5</sup> com os quais mantenho contato em razão de minha pesquisa atual sobre Educação Inclusiva e Escola Pública.

A metodologia empregada por Fernandes (2020) inspira e dialoga de modo instigante com a celeridade, com as incertezas e temores próprios do contexto. Os primeiros meses da pandemia foram também marcados pela centralidade do papel da pesquisa, dos especialistas e cientistas das mais diversas áreas, (re) enfatizando e reacendendo no âmbito do debate público a problemática do financiamento à pesquisa científica no Brasil (TONIOL, 2020). O recurso das *notas etnográficas* pareceu-me interessante, sobretudo pelo caráter de registro: excertos de memórias, conversas, dos diários de campo e de percepções (também e especialmente da antropóloga) sobre o período, sobre os noticiários e transformações paulatinas no mundo

que tornar-se-ia o nosso presente hoje. Nas palavras de Fernandes (2020, p.11):

A ideia de capturar por notas etnográficas esse presente que vem por ondas de um mar que encontra-se muito mexido e, que, devido a sua força, é capaz de suspender por segundos a consciência de banhistas inexperientes ou não, se deseja próxima da crônica e dos diários de viajantes e escritores, gêneros literários que se distinguem por trazerem em seu cerne a experiência cotidiana e uma presença mais visível do eu-narrador.

Busco então produzir uma reflexão e um registro crítico a partir de minhas próprias notas de campo, reunidas até então. Este ensaio conta com impressões tomadas a partir de diários de campo, diálogos, excertos, e advém da Etnografia Online empreendida com a finalidade da análise. O material compilado está circunscrito ao período de fevereiro a abril de 2021, e conta com o relato de três de minhas interlocutoras – professoras da rede pública de ensino, sendo duas delas mães de crianças e jovens em idade escolar. Orientei a etnografia online a partir dos apontamentos de Leitão e Gomes (2017), por meio do acompanhamento diário a dois grupos de *Facebook*, ambos fechados e administrados pelas escolas com as quais mantenho interlocução<sup>6</sup>. Além disso, acompanhei três grupos de *Whatsapp* nos quais ingressei partir da pesquisa, sendo um deles meu próprio grupo de trabalho como docente<sup>7</sup> – boa parte das notícias às quais faço referência aqui, foram compartilhadas por meio destes espaços. Por meio da Hashtag #LugardeCriançaÉnaEscola, mapeada via *Twitter* e *Facebook* ao longo do mês de abril (2021), pude acessar o debate acalorado acerca do retorno às aulas presenciais.

---

longamente sobre esta concepção, sobretudo pois ela traz em sua contrapartida, a ideia do sucesso escolar, sobre o qual pode ser profícua a análise e reflexão diante do atual cenário.

5 Este material vem sendo sumarizado no decorrer de minha pesquisa atual, cuja temática abarca a rede pública de ensino básico, com ênfase na Inclusão Escolar de Pessoas com Deficiência. Por meio da inserção em grupos de professores (as), familiares e estudantes, tenho podido acompanhar muitos destes desdobramentos; além de enfrentar alguns dos “percalços” supracitados, através de minha atuação enquanto professora de Sociologia em um curso pré-vestibular popular cujas atividades mantêm-se também na modalidade virtual.

6 Para as autoras, é possível pensar em três abordagens básicas e distintas para uma etnografia de ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. Ao discorrer sobre cada uma delas, identificam as implicações éticas, posicionalidades, estratégias e recursos demandados, refletindo sobre a posição do pesquisador em cada um dos casos. Consideram, por exemplo, os desdobramentos do uso do perfil pessoal em plataformas como o Facebook e Whatsapp, nos levando a ponderar sobre as variáveis da permeabilidade entre espaços de trabalho, relações pessoais, lazer e etc. Ver Leitão e Gomes (2017).

7 Não farei referência direta ao nome dos grupos de modo a preservar a privacidade dos membros. O acesso e o consentimento por parte dos integrantes foram obtidos no momento de meu ingresso, e advém especificamente da supracitada pesquisa que atualmente conduzo.

Tal como aponta Fernandes (2020), são notáveis as controvérsias em torno das classificações entre *atividades essenciais* e/ou *grupos de risco*. No entanto, o que se explicita no cerne das classificações entre corpos “vulneráveis” e/ou “sacrificáveis”, é o fato de que a pandemia possui recortes bastante demarcados de raça, classe e gênero e geração. Nas palavras de Segata et al (2021, p.8): “De forma direta: a pandemia é um evento múltiplo e desigual”. A escola é então, uma dentre muitas alçadas correlatas ao cotidiano de famílias que hoje buscam, antes de mais nada, sobreviver. E sobreviver não somente *ao vírus*, mas especialmente à negligência e letalidade de políticas de governo efetivamente perversas e mortais.

Partindo deste segmento em especial, dentre as continuidades e rupturas, novos e antigos desafios, creio ser interessante perguntar: Quais os sentidos e o significado da educação escolar nesse momento? Para quem, e como ela importa? Entendo essas questões como um ponto de partida interessante na busca por contribuir crítica e ativamente com as análises produzidas sobre o tema. Como aporte teórico, conto com as pertinentes observações de Saviani e Galvão (2021) para uma perspectiva atenta e adensada sobre os desdobramentos, lutas e possibilidades diante do “ensino remoto” e “híbrido”. Com Segata (2020), Segata et. al (2021) e Biehl (2021), busco compor um panorama de análises qualitativas e situadas sobre a multiplicidade de sentidos e implicações decorrentes de um *cenário pandêmico*. Imagino assim, ser possível pensar tanto sobre a estrutura e o sucateamento dos sistemas de ensino, sobre currículo, ensino e aprendizagem; quanto empreender em uma mirada engajada sobre o “futuro da educação” no Brasil.

### **Pensando o ensino, agora remoto**

Desde a irrupção da pandemia da Covid-19 no Brasil, inúmeras controvérsias em torno das medidas de distanciamento, isolamento e restrições de mobilidade vêm se desdobrando e perpassando diversos setores do debate público. No que se refere ao campo da educação não tem sido diferente. Após transcorrido mais de um ano desde a suspensão das aulas presenciais e do

fechamento das escolas visando a contenção do vírus, multiplicam-se ainda as incertezas e também as tensões.

Encarada inicialmente enquanto emergencial e provisória, tal medida estendeu-se durante todo o ano letivo de 2020 e atualmente permanece sendo alvo de debates, disputas judiciais e opiniões divergentes<sup>8</sup>. No momento em que escrevo este ensaio, o Brasil ultrapassa a marca das 480 mil mortes em decorrência da Covid-19. Com médias de mortes diárias acima de 2,5 mil, sistemas de saúde colapsando e uma campanha de vacinação considerada perigosamente lenta, o panorama no país é considerado preocupante<sup>9</sup>. Como podemos perceber, frente a este quadro, não existem respostas simples. Cabe então o esforço de visibilizar as diferentes narrativas e questões que daí emergem, fornecendo subsídio para práticas e políticas que possam suprir estas demandas.

Ao refletir sobre as problemáticas que envolvem a escola pública, estes e outros elementos devem ser levados em consideração. Nesse sentido, a substituição das aulas presenciais pela modalidade de “ensino remoto” junto ao fechamento das escolas, traz consigo uma série de fatores que tanto evidenciam quanto aprofundam camadas de desigualdade, desamparo e vulnerabilidade econômica e social. Como bem aponta Segata (2020), para além das implicações e tendências epidemiológicas, eventos como a pandemia da Covid-19 expõem de fato as desigualdades, reordenam moralidades e produzem ainda subjetividades diversas. Segundo ele, nesse caso:

Não se trata apenas da agudeza avassaladora da doença que o vírus pode provocar, a Covid-19. Trata-se do modo como a pandemia evidencia muitas camadas de vulnerabilidade. Elas se acumulam nas situações de desigualdade de acesso a serviços de saúde e de proteção social. (SEGATA, 2020, p.277)

Assim como Segata (2020), Biehl (2021) também atenta para o caráter agudizante da Covid-19 frente à fragilidade dos sistemas sociais, desestabilizados em seus mais diversos segmentos. De acordo com o autor, podemos compreender a vulnerabilidade estrutural enquanto “uma lente crítica que oferece explicação à propagação tão desigual de um vírus respiratório, que atinge mais gravemente grupos sub-

8 Conforme elucidam Oliveira (2021) e Unesco (2021).

9 Ver: “Pelo 23º dia seguido...” (SAÚDE IG, 2021), além das considerações de Mões (2021) e Venaglia (2021) para maiores informações a esse respeito.

representados, como que no encaço da estratificação social” (BIEHL, 2021, p.7). As questões abordadas por Biehl (2021) nos convidam a uma reflexão acurada sobre a transversalidade das pautas emergentes neste cenário. Sua leitura fornece ainda elementos para uma crítica mais ampla das agendas neoliberais, que diante dessa intensificação das violências e desigualdades estruturais aprofundam os contornos dramáticos da estratificação social, provando-se afirmadamente insustentáveis.

Como parte deste cenário, Biehl (2021) enfatiza o espaço da casa enquanto elemento central nos campos da economia e da saúde pública, evidenciando a indissociabilidade desta reconfiguração em relação aos debates sobre direito à moradia, espaço urbano e trabalho. A realocação das atividades de ensino para a esfera do lar por meio do “ensino remoto”, traz consigo uma série de implicações, que abarcam desde o acesso às dinâmicas familiares agora imbricadas mais diretamente e sob outra lógica nas práticas escolares. Neste panorama de desigualdades intensificadas e incertezas, a educação foi igualmente implicada. De acordo com a pesquisa do Instituto DataSenado:

Entre os quase 56 milhões de alunos matriculados na educação básica e superior no Brasil, 35% (19,5 milhões) tiveram as aulas suspensas devido à pandemia de covid-19, enquanto que 58% (32,4 milhões) passaram a ter aulas remotas. Na rede pública, 26% dos alunos que estão tendo aulas online não possuem acesso à internet. (AGÊNCIA SENADO, 2020)

Conforme indiquei anteriormente, com o fechamento das escolas e suspensão das aulas presenciais, convencionou-se a alternativa do ensino remoto como possibilidade única de substituição ao ensino presencial. No entanto, como bem apontam Saviani e Galvão (2021), as variações deste “recurso” desdobram-se de modo díspar ao considerarmos, por exemplo, a realidade das escolas públicas em paralelo às redes privadas. Em interlocução com Gabriela<sup>10</sup>, professora de História na Rede Estadual de Ensino (RS), pude ouvir sobre seu desconforto em relação a estas disparidades:

Agora na pandemia abriu pra nós né, se escancarou, principalmente pra nós da área das humanas, essa desigualdade na questão do ensino e na questão do

acesso. Ela limita o aluno que não tem acesso a internet, que não tem um bom equipamento a não estudar. Eu nunca pensei que eu ia ver uma situação assim, essa exclusão dentro da escola pública. Eu falei isso pra minha diretora e ela disse pra mim “eu entendo tudo que tu tá dizendo, mas eu não posso abrir a escola agora com a bandeira preta, e a gente vai ter que atender só os alunos que estão com acesso online”. Eu me sinto às vezes dando aula pros meus alunos numa escola particular. Parece que eu tô dentro do Estado, dentro de toda uma máquina pública, mas me sinto dando aula pra um aluno da escola particular, que tem notebook, celular, que a internet é boa, que se acontecer alguma coisa o pai dá um jeito. (Notas de campo. Gabriela, 08 abr. 2021)

É possível assinalar que a não observância das condições materiais básicas para viabilização deste tipo de estratégia revela-se na prática: docentes sobrecarregados; falta de acesso adequado à internet e equipamentos adequados para acompanhar/formular atividades; e ainda, o fato de que a utilização destes recursos demanda conhecimentos específicos acerca das tecnologias empregadas. O uso do adjetivo “remoto” ao referir-se a essa modalidade de ensino, torna-se de fato polissêmico: informa tanto a realização do ensino “à distância”, quanto um distanciamento entre o âmbito do ensino (da escola em si mesma), e as relações de aprendizagem estabelecidas entre docentes e discentes.

### **Novas rotinas, antigos recortes**

A já sucateada educação pública encontra-se então diante de “novos desafios”. Segundo as professoras com as quais mantenho interlocução desde os primeiros meses da pandemia, o principal deles consiste em tentar evitar que se aprofundem ainda mais as desigualdades nos processos de escolarização. Com relação aos efeitos do ponto de vista pedagógico e das relações de ensino-aprendizagem na modalidade remota, sobretudo neste contexto tão complexo, Saviani e Galvão (2021, p.42) irão sinalizar que

No “ensino” remoto, ficamos com pouco ensino, pouca aprendizagem, pouco conteúdo, pouca carga horária, pouco diálogo. Em contrapartida, temos muitas tarefas. Do lado dos alunos, estes supostamente passam a ser “autônomos” e vão em busca do próprio conhecimento, assoberbados com a multi-

10 Utilizarei pseudônimos ao longo do artigo, de modo a preservar a identidade das interlocutoras citadas.

plicação de leituras, vídeos, podcasts, webinários etc.

Para os autores, esta sobrecarga reflete-se diretamente na prática docente, agora atravessada por uma série de *novas* demandas, dinâmicas e cobranças – em consonância, naturalmente, com os afazeres domésticos e aspectos familiares imbricados neste processo todo. A sobrecarga emocional também é bastante evocada. Pude ouvir professoras(es) desestabilizadas com as angústias próprias do contexto, assim como estudantes que agora assumem maiores responsabilidades na família, em razão dos impactos econômicos e novas necessidades que se impõem. A perda de familiares e colegas é outro elemento de grande impacto. Em meu próprio perfil do *Facebook*, uma ex-professora com a qual mantenho contato, comentou que sua “linha do tempo” teria “virado um obituário”, devido ao número de amigos, colegas de trabalho e alunos falecendo em decorrência da Covid-19.

Discutindo os impactos do ensino remoto para a saúde mental de trabalhadores da educação, Menezes *et al* (2021) ressaltam que para além destes aspectos, a precarização das condições de trabalho, ensino e pesquisa no Brasil consolida-se há algum tempo enquanto elemento chave para compreender o adoecimento psíquico associado ao exercício da docência. Trata de um complemento importante, na medida em que enfatizam sobretudo os desafios inerentes à prática docente, os temores e vislumbres possíveis para o futuro da educação pública. Diante destas ponderações, os autores se perguntam: “até que ponto é possível desenvolver as potencialidades do pensar num cenário que cheira a dor, morte e angústia?” (MENEZES *et al*, 2021, p.51).

Para Gabriela, ainda que existam aspectos “positivos”, ressaltados igualmente por outras interlocuções – tanto com docentes quanto com discentes – como a possibilidade de estar em casa, não precisar se deslocar por meio do transporte público, e poder participar de eventos e cursos online que não seriam possíveis de forma presencial, os “desafios” se estendem também para o terreno da privacidade, que afeta diretamente as dinâmicas próprias da educação escolar:

Eu me senti muito incomodada com essa questão do ensino online vir pra dentro da minha casa. Então eu tive que me adaptar. Esses tempos eu tava

olhando aqui na minha estante [...] tu tem que cuidar tudo o que está ali, porque isso pode vir a dar algum problema, tem aluno que pode não estar prestando atenção na aula mas vai estar olhando ali pra tua estante. [...] Pode dar problema porque eu não sei quem está ali do lado do aluno, tem aluno que desliga a câmera e o pai está ali do lado assistindo a aula, então isso tirou a minha privacidade. Eu me sinto invadida, como eu também estou invadindo o espaço deles. Minha casa virou meu local de trabalho, meu local de descanso, é tudo [...]. Eu sei que algumas famílias se sentem incomodadas também, tem alunos que assistem a aula na sala, tão ali vendo a aula e a família assistindo o *Jornal Nacional*. [...]. Tem pais que eu sei que assistem à minha aula, então é cuidar tudo que eu falo. E deles também, tirou muito a privacidade, eu sinto que os próprios alunos, eles não conseguem se soltar, porque eles tão ali com a família. Eu sempre entendo que a escola é um espaço que os alunos fazem tudo, tem jovens que não se sentem seguros em lugar nenhum além da escola, então essa pandemia tá sendo muito difícil pra eles. (Notas de campo. Conversa com Gabriela, 08 abr. 2021)

Ao refletir sobre a dimensão da escola na vida das mães de crianças com microcefalia e afetadas pela epidemia do Vírus Zika, Garcia (2020) demonstra como o ingresso dessas crianças no sistema de ensino acabou por modificar também a rotina das mães, que agora passariam a ter mais tempo para se dedicar a seus afazeres em casa, trabalhar autonomamente em outras ocupações e mesmo socializar, encontrar amigas para conversar, etc. A importância da escola para essas famílias se reflete também em ganhos para as crianças, que experienciam novas sociabilidades, aprendizados e interações. Assim como na percepção de Gabriela, torna-se nítida a importância do espaço e do tempo da escola para além da dimensão de ensino-aprendizagem.

Estes aspectos são endossados não apenas pela sobrecarga de trabalho hoje vivenciada por mulheres, mães trabalhadoras que se dividem entre as demandas domésticas, trabalho (dentro e/ou fora de casa) e os cuidados com a família, mas também para estudantes trabalhadores que passam a ter de articular de outras formas suas rotinas de estudo e trabalho. Ana, professora e mãe de Alice, uma menina autista de 9 anos, comentou em conversa comigo via *Whatsapp* o quanto estava difícil lidar com o *home office*, as “questões da casa” e as aulas de Alice, que retornavam de modo online. Para Ana, ainda que Alice se sinta mais confortável em casa, a ausência da escola em sua

rotina e as novas dinâmicas trazidas pelo isolamento social podem ser complicadas:

Eu tenho que me *virar nos 30*<sup>11</sup>, é reunião atrás de reunião no trabalho, o tempo todo ali recebendo mensagem, e com o retorno das aulas dela é um monte de professor mandando atividade [...], eu tenho que parar tudo que tô fazendo, tem aulas de duas horas... tá bem difícil! Mas a gente vai levando”. (Notas de campo. Conversa com Ana, 30 mar. 2021)

As dimensões de classe, gênero e raça se ressaltam, e são recortes que permitem visualizar em diferentes âmbitos os impactos da pandemia em populações historicamente vulnerabilizadas. Ao abordar a invisibilização do trabalho feminino, Blanc, Laugier e Molinier (2020) partem de reflexões a partir do cenário francês para grifar a centralidade do trabalho do *care* neste contexto pandêmico. Este trabalho de “cuidado” e manutenção da vida ordinária trata-se sobretudo de um trabalho feminino, que se estende para além da esfera do lar: o trabalho de enfermeiras, cuidadoras, vendedoras, empregadas domésticas, cuja desvalorização traduz-se estruturalmente por condições de trabalho precarizadas, vulnerabilidade econômica, além das múltiplas camadas de violência estrutural. Segundo as autoras:

Se as mulheres desempenham um papel crucial na produção da esfera doméstica, em tempos de crise elas desempenham um papel auxiliar e de acompanhamento da crise. São elas que permitem manter o fio da vida ordinária, mas elas são desvalorizadas e invisibilizadas, assim como a própria vida ordinária. (BLANC, *et. al*, 2020, p.5)

Refletir sobre o ensino público, passa necessariamente por considerar as condições de vida dessas professoras, mães, alunas e funcionárias, que precisam “se virar nos 30” para seguir mantendo suas atividades cotidianas. Nesse mesmo sentido, cabe atentar para os desdobramentos múltiplos destas “novas dinâmicas”: em certos casos, tornam-se menos

delimitadas as fronteiras entre a escola, o trabalho e a casa; em outros, o risco cotidiano vivenciado pela exposição ao vírus para famílias cujos membros têm de seguir trabalhando fora de casa, torna as rotinas de trabalho nitidamente mais tensas. Logo, tentar compreender como se desvelam essas novas configurações segue sendo também um desafio para as ciências humanas, e como bem ratificam Oliveira et al (2020), podemos aferir que estes impactos são vivenciados diferencialmente, e atuam de modo a acentuar antigos problemas<sup>12</sup>.

### **Voltar para qual escola? Entre controvérsias e desgovernos**

Parte central de todo este panorama são os debates em torno do retorno (ou não) das aulas presenciais. Acompanhamos diariamente notícias, reportagens e depoimentos sobre a volta às aulas em diversos municípios do país. Entre opiniões de *especialistas* de áreas como psicologia, educação e saúde, e manifestações divergentes por parte de pais e estudantes, o tema é delineado enquanto controverso. Um traço bastante característico (e parte do contexto de instabilidade política), é a numerosa ocorrência de disputas judiciais através de liminares e recursos, ora autorizando a retomada, ora cancelando o retorno presencial das aulas. Tais disputas, somadas às diferentes deliberações entre redes estaduais, municipais, públicas e privadas – além dos níveis de ensino – consolidam uma situação de incerteza. Nas redes sociais das escolas com as quais mantenho interlocução, é possível acompanhar cotidianamente mensagens de familiares e alunos questionando sobre o retorno do ensino presencial.

No caso do Estado do Rio Grande do Sul, recentemente deflagraram-se disputas entre o Poder Judiciário e o Executivo. Com todos os municípios classificados sob a chamada “Bandeira Preta” – que sinaliza Risco Altíssimo de Contágio – a contenda envolve desde petições por parte de tanto de organizações de professores e funcionários das escolas, quanto manifestações de pais, familiares e estudantes,

11 Ana faz referência ao quadro “Se Vira nos 30”, realizado no programa Domingão do Faustão (TV Globo). Nele, os participantes tinham trinta segundos para demonstrar algum talento e/ou habilidade inusitada e surpreendente. O participante que conquistasse a atenção da plateia ganharia um prêmio em dinheiro.

12 Utilizando como estratégia retórica o termo “efeito colateral” (advindo do aparato discursivo biomédico), para abordar os impactos diferenciais da pandemia sobre o ensino público, o trabalho transdisciplinar de Oliveira et al (2020) contribui com uma análise bastante “inquietante” sobre este período ao qual me dirijo. Ainda que eu opte por não utilizar tal referencial discursivo, trata-se de um referencial bastante evocativo, que se coaduna com a proposta deste breve ensaio.

além de liminares e recursos negados entre as diferentes esferas de governo<sup>13</sup>. Em meio a isso, foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 20 de abril deste ano o Projeto de Lei Nº 5529/20, que converte a educação básica e o ensino superior em serviços essenciais, permitindo a reabertura das escolas e universidades em todo país.

Crítérios como a prioridade para os professores no calendário de vacinação e a possibilidade de retorno opcional para famílias de estudantes entre 4 e 17 anos são alguns dos elementos idealizados na proposta, que tem gerado polêmica no bojo dos debates públicos e deve intensificar a judicialização de toda esta questão. Segundo Biehl (2021), a pandemia tem evidenciado o fortalecimento do papel político do judiciário. Tal tendência torna-se perceptível ao atentarmos para os embates em torno das medidas de isolamento e/ou distanciamento social, nos quais “uma solução comumente encontrada em estados e municípios foi (tem sido) a de terceirizar a decisão para a justiça” (BIEHL, 2021, p.9). Esse protagonismo se desvela em meio a uma instabilidade política a nível nacional, e exige que ponderemos com cuidado sobre suas implicações.

Entre professores, familiares e estudantes as opiniões podem divergir. Enquanto as considerações já elencadas sobre os prejuízos do “ensino remoto” – sobretudo para estudantes que não possuem acesso aos recursos necessários para dar conta das destas demandas – são frequentemente evocadas, os riscos do retorno presencial em meio ao pior momento da pandemia até então, são grifados também com considerável ênfase. A esse respeito, Cristina, professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em uma escola da rede municipal de ensino em Porto Alegre, comentava em uma de nossas conversas iniciais sobre as problemáticas que envolvem essa pauta controversa. Para ela:

A questão é que a escola pública tá vivendo um momento complicado né. Eu acho que a gente tem que voltar o quanto antes. Eu tenho andado pela vila, eu tenho ido lá pelo menos uma vez por mês desde o começo da pandemia, porque tem alunos meus passando fome, com bastante dificuldade financeira. Então andei visitando alguns alunos meus e a situação é assim, caótica. E eles estão pela rua, por que com a fome e a situação que tá, um vírus não é nada, então eles já estão se expondo [...]. E nós

como educadores daqui pra frente, pós-pandemia, a gente vai ter muito, muito trabalho. Porque o prejuízo que essas crianças estão tendo agora guiria, ainda vão se refletir por muitos anos. (Notas de campo. Conversa com Cristina, 18 abr, 2021)

As ponderações de Cristina levam em consideração o papel da escola para além das relações de ensino, considerando também aspectos referentes ao apoio que essa instituição fornece aos estudantes que estão em situação de vulnerabilidade econômica. Acompanhando a hashtag #LugardeCriançaÉnaEscola, por meio do Facebook e Twitter, pude observar algumas manifestações, sobretudo por parte de familiares, pais e mães destes estudantes. Em alguns casos, são compartilhadas chamadas à carreatas e manifestações em prol do retorno, direcionado principalmente a escolas da rede privada, e argumentando em grande medida sobre os impactos negativos que a ausência da escola poderia causar principalmente para as crianças. Essa ênfase na Educação Infantil explicar-se-ia pela dificuldade, nessa faixa etária, em adaptar-se ao ensino remoto.

Em uma das postagens é possível encontrar uma imagem com fundo preto, cuja foto de uma criança espiando por uma fenda no escuro é adornada pela frase: *Só as crianças em lockdown. Não estamos protegendo vidas, estamos matando o futuro*. Em outra postagem vinculada à hashtag, é compartilhada a foto de uma criança segurando uma folha de papel com a frase “*Me deixem voltar para a Escola!*”. O texto é escrito na primeira pessoa, e narra o que seria a reação de uma criança ao descobrir que não poderia voltar às aulas e encontrar os colegas. A retórica é bastante similar à reportagem veiculada no site do jornal *Zero Hora*, intitulada “*Mamãe, não era hoje que eu ia voltar para a escola?*”. A colunista endossa o texto com o seguinte diálogo: “Foi no balanço fixado na pracinha de um parque em Porto Alegre que a filha de um casal de amigos me contou neste domingo, com sorriso e uma covinha no rosto: — Tia Kelly, amanhã eu vou voltar para a escola!” (MATOS, 2021). Segundo ela, o “vai e vem” de deliberações e a incerteza sobre o retorno das aulas acaba por frustrar as crianças, alimentando expectativas e gerando ansiedade nos envolvidos.

Longe de ser solucionado, o impasse envolve sobretudo os riscos evidentes que o retorno representa.

13 Para um panorama das decisões que envolvem a volta das aulas presenciais no Rio Grande do Sul, ver Gonzatto (2021).

Nos comentários da supracitada reportagem sobressaem-se aqueles reafirmando a condicionalidade da vacinação dos professores e estudantes para um retorno seguro, além de menções à superlotação das UTIs e ao aumento crescente do número de mortes. Dentre estes, há também os que consideram que o retorno deveria ser opcional, já que as demais atividades classificadas como essenciais seguem sendo realizadas.

Para a professora Gabriela: “sobre essa questão do retorno das aulas eu fico 50/50 né, por que eu penso na minha família também. No momento em que eu voltar, já aviso que não vou poder mais ter contato com eles” (Notas de campo. Conversa com Gabriela, 8 abr 2021). Ela é divorciada e compartilha a guarda de seu filho, hoje com 17 anos, com o pai. As visitas à casa de sua mãe, e a presença do filho teriam de ser reduzidas em razão do risco de contágio. Além disso, Gabriela aponta que

“[...] não adianta abrir a escola num dia e ter que fechar dias depois porque teve professor e aluno contaminados. Eu não tenho estrutura pra lidar com a morte de aluno meu, colega meu Jéssica. Então eu me pergunto, como é que vai ser essa volta? Penso também nesses riscos, quando eu escolhi trabalhar com educação eu nunca pensei que teria que lidar com esse tipo de risco. Nunca pensei que eu poderia ir trabalhar e poderia não voltar, ou teria que deixar de conviver com a minha família”. (Notas de campo. Conversa com Gabriela, 8 abr 2021)

É certamente compreensível o fato de que a escola mobiliza o compartilhamento e a construção de conhecimentos sobretudo a partir das sociabilidades, interações cuja centralidade se constitui enquanto elemento chave para as relações de aprendizado e desenvolvimento dos alunos (as). Além disso, a escola pública em regiões de vulnerabilidade econômica representa também um importante papel em termos de garantia da alimentação básica e amparo socioeconômico aos estudantes – fato este apontado por minhas interlocuções, e referenciado também por Saviani e Galvão (2021, p.42). No entanto, é impossível desconsiderar o aumento descontrolado das taxas de contágio e transmissão do vírus, agudizados por sistemas de saúde fragilizados e pela ausência quase que total de políticas de governo adequadas à gravidade do contexto. A exemplo, menciono a Nota Técnica N°

01 - 03/2021, divulgada pela Fiocruz, que endossa as seguintes ponderações:

Consideramos que a interrupção prolongada das atividades escolares presenciais por ocasião da pandemia de Covid-19 produz efeitos físicos e emocionais em crianças e adolescentes. Ainda que seja fundamental reconhecer as atividades escolares como serviços essenciais à sociedade, no atual momento os indicadores da transmissão comunitária expressam a necessidade urgente de tomar medidas mais efetivas de lockdown ou restrições. (FIOCRUZ, 2021)

A partir da experiência de outros Estados, nos quais as atividades escolares foram retomadas de forma presencial, percebe-se a gravidade da situação. O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) tem mantido atualizações diárias em seu site oficial, acompanhando desde o retorno das aulas (ocorrido em 26/1/2021) o número de estudantes, funcionários e professores que vieram a óbito em decorrência da Covid-19<sup>14</sup>. Até o presente momento, há o registro de 90 mortes, apenas na rede estadual de ensino.

Diante do exposto, torna-se necessário visibilizar o fato de que estas questões extrapolam o nível das opiniões pessoais e mesmo das expectativas. Não é viável, nesse mesmo sentido, avaliá-las isoladamente e sem levar em conta a profunda crise política na qual nos vemos inseridos. Tendo em vista ainda, que longe de visualizarmos políticas de gestão e enfrentamento dos impactos produzidos pela pandemia de Covid-19, nos deparamos cotidianamente com políticas de viés integracionista calcadas em progressivas perdas de direitos. No cerne do debate antropológico recente, conforme bem indicam Segata et al (2021), a acepção crítica destas dinâmicas revela-se local e heterogeneamente, demandando cuidado e abertura para *múltiplas antropologias* comprometidas, “responsáveis e responsivas”.

Para além de *localizar* os marcadores de diferença e desigualdade que conformam o caráter desigual deste fenômeno em especial, demanda-se o engajamento com a amplificação destes debates e o enfrentamento a tais questões. Essa abertura compreenderia então a relevância de uma antropologia pública (cf FASSIN, 2013), na medida em que preconiza o engajamento com

14 Para atualizações e registros completos, ver dados de APEOSP (2021).

a “produção de conhecimentos que fomentem diálogos críticos com e para públicos diversos e também com e sobre os próprios modelos de gerenciamento da pandemia” (SEGATA et al, 2021, p.19). Dessa forma, pensar sobre a escola para a qual iremos voltar, passa também indubitavelmente por refletir sobre qual escola nos trouxe até aqui.

### Notas finais para possibilidades em aberto

Em meio a tantas perguntas cujas respostas parecem distantes, creio que seja importante, para além de visibilizar os debates em torno dos *meios* pelos quais hoje se busca viabilizar a educação, ponderar sobre os *sentidos* que a mesma assume frente a este panorama crítico. Por *sentidos*, penso em abarcar elementos como a própria forma e função da educação pública. A introdução massiva e verticalizada das tecnologias nos diversos âmbitos dos sistemas de ensino, hoje mais do que nunca parecem consideravelmente “justificadas”. Conforme indicam Saviani e Galvão (2021), ao tomar o “ensino remoto” como única possibilidade de substituição ao funcionamento das escolas, abre-se espaço não somente para a precarização deste segmento, como para a absorção quase que automática dos discursos em prol da incorporação progressiva do EaD à estrutura dos sistemas de ensino.

Pretendo grifar, que ainda que pesem as incertezas diante do atual cenário, não devemos desconsiderar que a introdução de plataformas como o *Google for Education* enquanto meio para viabilizar o ensino remoto e/ou híbrido em redes públicas de ensino, forma parte de movimentos mais amplos, no quais as parcerias entre o setor público e empresas privadas são tomadas como alternativas palatáveis em tempos difíceis. A esse respeito é possível citar brevemente e como exemplo, as ações da Fundação Lemann, que atualmente é “parceira” de 24 redes públicas em todo o Brasil, através do Programa Formar<sup>15</sup>.

Jorge Paulo Lemann, hoje o segundo homem mais rico do Brasil, afirmou durante uma *live* promovida em abril de 2020 pelo Fórum da Liberdade, que “crises são os melhores momentos para oportunidades”, referindo-se à crise desencadeada pela Covid-19<sup>16</sup>.

No site da Fundação, podemos encontrar uma série de publicações e notícias em torno de seu “compromisso com a educação pública”, fomentando estratégias para *reduzir os danos à aprendizagem* de crianças e jovens em meio a pandemia. No entanto, de modo sucinto, as ações propostas pela fundação enfatizam a defesa aberta à incorporação do Ensino a Distância (EaD) em todos os níveis da educação básica, assinalando a parceria com empresas de tecnologia e operadoras de telefonia de modo a expandir o acesso.

Assim, ao pensarmos sobre a escola e principalmente sobre o “futuro pós-pandêmico” da educação, é preciso questionar não somente *para qual escola voltar* agora, em meio à crise. Mas ainda, na mesma medida, atentar para práticas e políticas excludentes que endossam e reafirmam a tomada da educação enquanto mais um instrumento de aprofundamento e produção de desigualdades. Caberia então, voltar-se tanto para aqueles que hoje se veem excluídos e alheios à educação que lhes é de direito, quanto às alternativas “emergenciais” que delinham pouco a pouco um “novo normal” igualmente excludente – lembrando que este, por sua vez, apesar de “novo” em muitas de suas características, não deve ser de fato normalizado. Em torno de todo este aparato tecnológico visualizado enquanto saída possível, Mbembe (2020) nos lembra também da insustentabilidade sob a qual apoia-se a “infraestrutura da digitalização planetária”, cujos recursos de que necessita extraem-se às custas da predação e da exploração em países do continente africano e do Sul Global.

Tais elementos importam sobretudo se quisermos, conforme Biehl (2021), *horizontalizar* futuros possíveis. Partindo da antropologia, creio que possamos delinear e refletir criticamente sobre estes processos, levando em conta a importância de investir em uma circunscrição e análise cuidadosas e atentas às particularidades da ética, desdobradas nas dinâmicas cotidianas da vida vivida em meio a um evento de tamanhas proporções. Descentrando os saberes produzidos sobre a pandemia de uma perspectiva estritamente biomédica e/ou homogeneizante – que pode enfatizada por meio das grandes narrativas<sup>17</sup> – trata-se ainda da preconização

15 Parte da problemática envolvendo a atuação da Fundação Lemann na educação pública é sintetizada no artigo de Gonçalves (2020). Além disso, as informações sobre o projeto são encontradas diretamente no site da Fundação, através do link <<https://fundacaolemann.org.br/educacao-publica-de-qualidade>>.

16 Para a reportagem completa ver Gonçalves (2020).

17 Para um debate mais adensado acerca das diferentes escalas (locais e “globais”) de análise produzidas no âmbito das Ciências

de um enfoque qualitativo das realidades locais, “amplificando os debates em torno da criação de opções para o próprio gerenciamento das crises” (SEGATA et al, 2021, p.20). Estes movimentos são relevantes, e se articulam visando sempre a compreensão acerca das formas pelas quais coproduzem-se as inter-relações entre o cotidiano e os fenômenos macrosociais no bojo dos quais nos vemos inseridos. De acordo com Das (2020):

A Covid-19 mostrou, tragicamente, que é impossível saber com antecedência que tipo de conhecimento será caracterizado como acadêmico, não acadêmico ou instrumental. Se, por exemplo, formuladores de políticas públicas estivessem prestando atenção ao trabalho acadêmico feito por cientistas sociais acerca dos impactos de formas cotidianas de governança sobre comunidades vulneráveis, talvez tivéssemos evitado a tentação de presumir que um modelo que funciona em um lugar funcionará igualmente bem em outros. (DAS, 2020, p.5)

Busquei contemplar aqui, parte dos debates e problemáticas que compõem o cenário da educação pública, especialmente no segmento do ensino básico. Esta ênfase se materializou através dos relatos de professoras e familiares de estudantes, além da interlocução com esferas do debate público por meio das sociabilidades via redes sociais e reportagens veiculadas na mídia. Como horizonte de possibilidades e visando um engajamento mais amplo, busco expandir o alcance destes relatos e reflexões, de modo a contribuir e fomentar a construção democrática de políticas pertinentes e adequadas às demandas do contexto.

Creio ser central pensar sobre o papel da escola pública, enfatizando seu caráter de amparo e articulação com políticas e práticas de assistência aos estudantes e famílias, sobretudo aquelas em situação de vulnerabilidade econômica e social. Imaginar hoje uma outra realidade possível, passa de modo indissociável pelo comprometimento com a coletividade e com o enfrentamento aos avanços cada vez mais ferozes das políticas neoliberais à educação.

### Referências bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. Primeiro caso de covid-19 no

Brasil completa um ano. **Agência Brasil**, 26 fev. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02>>. Acesso em: 20 abr 2021.

APEOESP. **Casos de contaminação pelo Covid-19 na Rede Estadual de Ensino**, 2021. Disponível em: <APEOESP - Casos De Contaminação Pelo Covid-19 Na Rede Estadual De Ensino>. Acesso em 25 mai 2021.

**BBC Brasil**. Coronavírus: OMS declara pandemia. **BBC Brasil**, 11 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-51842518>>. Acesso em 20 abr 2021.

BIEHL, João. Descolonizando a saúde planetária. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 59, p. 337–359, 2021.

BLANC, Nathalie.; LAUGIER, Sandra.; MOLINIER, Pascale. O preço do invisível: As mulheres na pandemia. In: **DILEMAS**. Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia 2020, pp. 1-13. Disponível em: <<https://www.reflexpandemia.org/texto-88>>. Acesso em 25 mai 2021.

DAS, Veena. 2020. Encarando a Covid-19: Meu lugar sem esperança ou desespero. Trad. Marcella Araújo. In: **DILEMAS**. Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia 2020, p.1-8. Disponível em: <<https://www.reflexpandemia.org/texto-26>>. Acesso em 20 mai 2021.

FASSIN, Didier. Why ethnography matters: on anthropology and its publics. **Cultural Anthropology**, [S.l.], ish. 28, n. 4, p. 621-646, 2013.

FERNANDES, Adriana. Coronel vírus Chegou: Notas etnográficas sobre a Covid-19 entre vulnerabilizados da cidade do Rio de Janeiro. In: **Sexualidad, Salud y Sociedad Revista Latinoamericana**. N.35, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sess/n35/1984-6487>>. Acesso em 10 mai 2021.

FIOCRUZ. Nota técnica Nº 01 – 03/2021. Vice-Presidência de Ambiente Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS/Fiocruz). **Considerações sobre política de restrições e as atividades escolares por ocasião da pandemia de Covid-19**. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/documento/nota-tecnica-consideracoes-sobre-politica-de-restricoes-e-atividades-es>>

Sociais nos primeiros meses da pandemia da Covid-19, Rui et al (2021) realizam uma leitura bastante produtiva sobre perspectivas e conceitos que orientaram os esforços analíticos de compreensão e registro deste período.

colares>. Acesso em: 20 abr 2021.

FLEISCHER, Soraya.;LIMA, Flávia. **Micro: Contribuições da Antropologia**. Brasília: Editora Athalaia, 2020.

GONÇALVES, Yara. Artigo | Fundação Lemann e os ataques à Educação Básica Pública em tempos de Covid-19. **Brasil de Fato (PE)**, 06 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefatope.com.br/2020/04/06/artigo-fundacao-lemann-e-os-ataques-a-educacao-basica-publica-em-tempos-de-covid-19>>. Acesso em 19 abr 2021.

GONZATTO, Marcelo. Entenda as decisões que envolvem o vaivém sobre volta às aulas presenciais no RS. **GaúchaZH**, 26 abr. 2021. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/coronavirus-servico/noticia/2021/04>>. Acesso em 27 abr. 2021.

LEITÃO, Débora K.; GOMES, Laura Graziela. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. In: **Revista Antropolítica**, n.42: 41-65, 2017.

LONGUINHO, Daniela. Há um ano, Brasil anunciava primeiro caso de covid-19. **Agência Brasil** em 26 fev 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/>>. Acesso em: 20 abr 2021.

MATOS, Kelly. Mamãe, não era hoje que eu ia voltar para a escola? O vaivém do retorno às aulas frustra os pequenos e parece distante de uma solução consensual. **GaúchaZH**, 26 abr 2021. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/kelly-matos/noticia/2021/04>>. Acesso em 26 abr 2021.

MBEMBE, Achille. O direito universal à respiração. **Buala**, 9 abr 2021. Disponível em: <<https://www.buala.org/pt/mukanda/o-direito-universal-a-respiracao>>. Acesso em: 24 abr 2021.

MENEZES, Kelly Maria Gomes; MARTILIS, L.F de Sousa; MENDES, Virzangela Paula Sandy. Os impactos do ensino remoto para a saúde mental do trabalhador docente em tempos de pandemia. In: **Universidade e Sociedade ANDES-SN**, ano XXXI, jan. 2021.

MÕES, Malu. Brasil completa 2 meses de vacinação com ritmo lento, diz infectologista. **Poder360**, 18 mar 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/brasil>>. Acesso em 26 abr 2021.

OLIVEIRA, Elida. Um ano após a suspensão de aulas presenciais, estudantes e famílias ainda enfrentam incertezas com reabertura das escolas na pandemia. **G1 GLOBO**, 13 mar 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/volta-as-aulas/noticia/2021/03/13>>. Acesso em 24 abr 2021.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; GOMES, Aguinaldo Rodrigues; MUNIZ, Tatiane Pereira; et al. INQUIETAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE PANDEMIA. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 6, n. 4, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/51647>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

PORTAL G1 - GLOBO. Construído em 10 dias hospital recebe seus primeiros pacientes. **G1 GLOBO**, 03 de fev 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/02/03/>>. Acesso em: 20 abr 2021.

RUI, Taniele; FRANÇA, Isadora Lins; MACHADO, Bernardo Fonseca; et al. Antropologia e pandemia: escalas e conceitos. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 59, p. 27–47, 2021.

SAÚDE IG. Pelo 23º dia seguido, Brasil possui média de mortes por Covid acima de 2,5 mil. **SAÚDE IG**, 04 abr 2021. Disponível em: <<https://saude.ig.com.br/coronavirus/2021-04-18/>>. Acesso em 26 abr 2021.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. Educação na Pandemia: a falácia do 'ensino' remoto. In: **Universidade e Sociedade ANDES-SN**, ano XXXI, jan. 2021.

SEGATA, Jean. Covid-19, biossegurança e antropologia. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre , v. 26, n. 57, p. 275-313, Aug. 2020.

SEGATA, Jean; SCHUCH, Patrice; DAMO, Arlei Sander; et al. A Covid-19 e suas múltiplas pandemias. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 59, p. 7–25, 2021.

TONIOL, Rodrigo. Cientistas Sociais e o Coronavírus. In: **Cientistas sociais e o Coronavírus**. Miriam Pillar Grossi e Rodrigo Toniol (org.). São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

UNESCO. Educação: da interrupção à recuperação. **Unesco**. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse>>. Acesso em 20 abr 2021.

UNICEF BRASIL. Enfrentamento da cultura do fracasso escolar: Reprovação, abandono e distorção idade-série. **Trajetórias de Sucesso Escolar**, jan 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/12566/file/enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar.pdf>>. Acesso em 24 abr 2021.

VENAGLIA, Guilherme. Governo federal atribui vacinação lenta à falta de doses no mundo. **CNN Brasil**, 05 abr 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/04/06/governo-federal-atribui-vacinacao-lenta-a-falta-de-doses-no-mundo>>. Acesso em 20 abr 2021.

# Os jovens, os velhos e o vírus: reflexões sobre gerações e pandemia

Ana Paula Marcelino<sup>1</sup>

## Resumo:

Os desdobramentos da pandemia de COVID-19 também impactaram bastante as relações intergeracionais no Brasil. Da ênfase na percepção do risco à necessidade de promoção de cuidados - esses relacionados principalmente ao chamado grupo de risco, composto em parte por pessoas acima dos 60 anos de idade - a crise sanitária reacendeu os debates acerca de como questões geracionais sócio-históricas são definitivas para entender, a partir de um recorte geracional, a forma como a gestão do problema por parte do Estado brasileiro afetou as condições de vida da população. Além disso, as diversas crises que se sobrepuseram à crise sanitária passaram a ser determinantes para entender a relação entre os grupos etários e suas respectivas demandas e valores históricos. Este artigo traz algumas reflexões sobre o impacto da pandemia de COVID-19 entre jovens e idosos.

**Palavras-chave:** Idosos. Jovens. Risco. Neoliberalismo. Pandemia.

## Abstract:

The COVID-19 pandemics unfoldings have also greatly impacted intergenerational relationships in Brazil. From the emphasis on the perception of risk to the necessity to the promotion of care - with this one being mainly related to the named risk group, composed partly by people above 60 years old - the sanitary crisis has reignited debates on how socio-historical generational issues are definitive to understand, from a generational perspective, how the management of the problem by the State of Brazil affected the population's living conditions. In addition, the various crises that overlapped the sanitary crisis became decisive for understanding the relationships between age groups and their respective demands and historical values. This article brings some reflections on the impact of the COVID-19 pandemics among the young and the elder.

**Keywords:** Elder. Young. Risk. Neoliberalism. Pandemics.

O jogo pra valer ainda não começou, mas minha mão está dolorida, o raio do computador desacostuma os dedos de segurar a caneta, ou é a artrose chegando? fim da competente professora de meia-idade? já ninguém mais diz isso, meia-idade, fica-se jovem até ser promovida a velha avó, mesmo sem netos, e olhe lá! A idade adulta sumiu, comprimida entre a juventude esticada até o limite do indisfarçável e a tal da melhor idade (Maria Valéria Rezende, em Quarenta Dias).

O aparecimento de uma nova linhagem de coronavírus – a Sars-CoV-2 – desencadeou uma emergência sanitária no mundo todo. No dia 11 de março de 2020, a doença teve os primeiros casos notificados em Wuhan, na China, que já havia se espalhado por 19 países. Destarte, a Organização Mundial da Saúde (OMS), a declara que o mundo estava passando por uma pandemia. A situação política mundial não favorecia em

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB). Pesquisadora participante da rede de pesquisas ANTROPOCOVID.

nada as medidas de contenção e combate ao vírus. Com a ascensão de governos neoliberais em países-chave como o Brasil e os Estados Unidos, ficou cada vez mais difícil impedir que o vírus atingisse lugares que já são devastados por outras moléstias e guerras crônicas.

Esse foi um fator fundamental para a falta de uma gestão coordenada da pandemia que envolvesse todos os entes federativos no caso do Brasil. Desde o início da crise sanitária, a falta de ações de minimização dos efeitos do problema, principalmente por parte do governo federal, ia de encontro às recomendações de diversos órgãos e instituições reconhecidos, como a OMS, intensificando o risco de contaminação. Entretanto, essa intensificação não acontecia de maneira igualitária, pois havia o denominado “grupo de risco”, composto por pessoas com comorbidades, a exemplo de problemas cardíacos e respiratórios, mulheres grávidas e idosos. No caso dos idosos, o déficit histórico de políticas públicas na área da saúde direcionadas a esse grupo etário, a redução orçamentária no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e a crise econômica causada pela pandemia também podem ser apontados como fatores de potencialização do risco, não apenas de contaminação pelo vírus, mas também de questões de ordem socioeconômica que refletem diretamente na qualidade de vida dessa parte da população.

### Os idosos e o risco duplo

Desde os momentos iniciais da pandemia, a vulnerabilidade biológica diante do vírus colocou os idosos como principais integrantes do grupo com risco potencial de contaminação e morte pelo novo coronavírus. Essa característica é respaldada pelo que a biomedicina chama de imunossenescência, ou seja, a “diminuição das funções do sistema imunológico, [que] desencadeia o aumento da incidência e da gravidade das doenças infecciosas” (FLORES; LAMPERT, 2020, p. 1). E no caso de uma doença infectocontagiosa, cuja evolução ainda era obscura para a própria biomedicina naquele momento, o cuidado com os idosos precisava ser ainda mais diferenciado.

Entretanto, as ações de proteção à saúde dos idosos durante a pandemia de Covid-19 passariam a fazer parte de uma extensa cadeia de eventos históricos sobre a implantação de políticas públicas direcionadas ao atendimento dessa população no Brasil. Além de questões de ordem biológica, o status dos idosos na

sociedade brasileira é atravessado por fatores sociais e econômicos muito determinantes, como o gênero, o que revela a complexidade da categoria velhice (LONGHI, 2018). De acordo com Peixoto (2006), o próprio sentido de algumas das palavras usadas para nos referirmos às pessoas acima dos 60 anos revela questões muito esclarecedoras sobre esse status.

Entretanto, as ações de proteção à saúde dos idosos durante a pandemia de Covid-19 passariam a fazer parte de uma extensa cadeia de eventos históricos sobre a implantação de políticas públicas direcionadas ao atendimento dessa população no Brasil. Além de questões de ordem biológica, o status dos idosos na sociedade brasileira é atravessado por fatores sociais e econômicos muito determinantes, como o gênero, o que revela a complexidade da categoria velhice (LONGHI, 2018). De acordo com Peixoto (2006), o próprio sentido de algumas das palavras usadas para nos referirmos às pessoas acima dos 60 anos revela questões muito esclarecedoras sobre esse *status*.

Embasado num aparato estatístico de controle populacional característico do Estado moderno (FOUCAULT, 2008) e influenciado pela centralidade funcional do trabalho nas sociedades industriais, o modelo brasileiro de designação das pessoas acima dos 60 anos veio sofrendo mudanças históricas significativas. Inicialmente, o termo “velho” aparecia em todos os documentos oficiais para designar as pessoas com mais de 60 anos de idade e que, em consequência de perdas fisiomotoras e imunológicas acentuadas, precisavam abandonar o trabalho produtivo.

No fim dos anos 1960, o termo “velho” dá lugar ao termo “idoso”, emprestado do modelo francês. A partir de então, a condição socioeconômica passa a ser um marcador fundamental para diferenciar o velho do idoso. Outra designação ainda muito presente nos dias atuais é a “terceira idade”, que também é bastante representativa, principalmente no âmbito das políticas públicas estatais.

A rubrica da terceira idade é fundamentalmente empregada nas proposições relativas à criação de atividades sociais, culturais e esportivas. Idoso simboliza sobretudo as pessoas mais velhas, “os velhos respeitados”, enquanto terceira idade designa principalmente os “jovens velhos”, os aposentados dinâmicos, como na representação francesa. E não é por acaso que surge um novo mercado para a terceira idade: turismo, produtos de beleza e alimentares, bem como novas especialidades profissionais,

gerontólogos, geriatras etc. A terceira idade passa assim a ser a expressão classificatória de uma categoria social bastante heterogênea. De fato, essa noção mascara uma realidade social em que a heterogeneidade econômica e etária é muito grande. (PEIXOTO, 2006. p. 81).

Do ponto de vista etário, é possível apontar como principal fator para essa heterogeneidade, o aumento da expectativa de vida da população. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essa expectativa em 2019 era de 76,6 anos. Nesse sentido, ao falar em idosos, estamos nos referindo a um amplo espectro etário em que as variações muito pequenas – do ponto de vista cronológico — podem significar perdas analíticas muito significativas, ainda mais quando se considera que, a depender das garantias institucionais e do estímulo que recebem, a autonomia dessas pessoas ainda deve se manter por muitos anos (LONGHI, 2018). Já com relação à condição socioeconômica, a figura do aposentado – diretamente relacionada a um período de decadência e de não-produtividade – é central para entender até que ponto as diferenças de idade, endógenas à classificação “idoso”, estão relacionadas à possibilidade ou não de acesso a condições que proporcionem uma velhice que de fato signifique um período de repouso e autonomia.

Historicamente, envelhecer no Brasil (e no mundo) sempre trazia à baila essas questões. De acordo com Siqueira, Botelho e Coelho (2002), a análise de obras sobre o tema da velhice publicadas desde a década de 1970, mostrou ao menos quatro categorias de investigação sobre o tema, a saber: a) a biológico/ comportamentalista; b) a economicista; c) a socioculturalista e; d) a transdisciplinar (SIQUEIRA; BOTELHO; COELHO, 2002, p. 900). A primeira dessas categorias é baseada na observação dos processos degenerativos do organismo, e está diretamente relacionada ao processo de mudança no perfil populacional brasileiro. Ainda segundo dados do IBGE –, em 2017, o número de idosos – pessoas com 60 anos ou mais, de acordo com o instituto – chegou a 30,2 milhões, números que respaldam a tendência mundial de envelhecimento populacional. No entanto, a pandemia também teve influência direta sobre esse processo.

Longhi (2018) aponta que a promoção dos cuidados necessários para uma velhice satisfatória é fruto da formulação legal direcionada às pessoas acima dos 60 anos, ocorrida após a promulgação da Constituição Federal de 1988, mas apresenta especificidades determinantes.

As políticas que tratam dessas dimensões da vida são as de geração de renda e as de cuidados de longa duração, mas elas seguiram caminhos diferentes. Se a aposentadoria passou a ser um direito universal e caracterizou o idoso como sujeito de direito, independente dos vínculos familiares, no que tange aos cuidados de longa duração, os textos oficiais apontam o Estado e a família como responsáveis por suprir essa demanda. Caso o idoso ou a idosa necessite de cuidados para realizar as atividades da vida diária (AVD), o Estado assume essa responsabilidade somente quando a família não dispõe de recursos ou não existe. Sendo assim, o mesmo sujeito é percebido por diferentes perspectivas, dependendo do enfoque e do tipo de necessidade de que se está falando. (LONGHI, 2018, p. 200).

No escopo dessa discussão, a função dos benefícios previdenciários proporcionados pelo sistema estatal está diretamente ligada à capacidade de autonomia desses idosos e idosas. Uma pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) revelou que 18% dos lares brasileiros são mantidos unicamente através dos benefícios previdenciários das pessoas com mais de 60 anos. Se essa situação por si só já representa um problema bastante grave, o contexto pandêmico e o número recorde de 14,6%<sup>2</sup> da população brasileira desempregada em 2020, certamente, agravou a dependência econômica das famílias brasileiras aos benefícios previdenciários das pessoas com idade mais avançada. Essa dependência interfere diretamente na capacidade de manutenção das condições básicas, como a compra de remédios e alimentos necessários para subsistência em condições de saúde satisfatórias.

Idosos mortos (ou potencialmente afetados pelas doenças), pessoas mais jovens desempregadas e crises que se sobrepujam à crise sanitária. Dentre suas principais consequências, o cenário pandêmico fomentou o agravamento de alguns indicadores sociais historicamente presentes no contexto nacional, dentre eles, os indicadores sobre insegurança alimentar da

2 Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/11/27/desemprego-no-brasil-atinge-146percent-no-trimestre-encerrado-em-setembro.ghtml>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

população. O Brasil já havia voltado para a lista dos países com maior incidência de insegurança alimentar grave – o mapa da fome do mundo –, problema que seria agravado pela pandemia.

Um estudo realizado por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Livre de Berlim, constatou a existência de um quadro de grave insegurança alimentar no Brasil com a pandemia ainda em curso. A insegurança alimentar, em algum grau, estava presente em 59,4% lares brasileiros, principalmente naqueles chefiados por mulheres negras. Esses números mostram como a pandemia e as diversas crises desencadeadas pela gestão controversa do problema aceleraram o processo de insegurança alimentar que, conforme apontam os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada entre os anos de 2017 e 2018, apresentou uma tendência de alta na quantidade de domicílios brasileiros nessa situação.

Em junho de 2020, 70% das mortes por Covid-19 no Brasil eram de idosos. Reitera-se que os aspectos relacionados às condições sociais, como determinantes geográficos e de renda, também precisam ser considerados nesse número. A supramencionada pesquisa do IPEA mostrou que o desemprego entre os idosos que, além da aposentadoria ou pensão que recebiam, ainda trabalhavam, também foi bastante afetado pela pandemia.

Segundo a PNAD Contínua de 2018, aproximadamente metade dos homens idosos brasileiros trabalhava por conta própria e 21,4% eram comerciantes, pedreiros, motoristas de táxi, de carros por aplicativos e de caminhões. A proporção de mulheres idosas que trabalhavam por conta própria era mais baixa que a dos homens, mas, mesmo assim, muito alta, 39,6%. As suas principais ocupações eram de empregadas domésticas, comerciantes, costureiras, faxineiras e cozinheiras de empresas. Em tempos de isolamento, essas ocupações, tanto as masculinas quanto as femininas, são as que têm sofrido o maior impacto tanto pela destruição das vagas, quanto pela substituição de idosos por serem mais sensíveis ao risco da pandemia e/ou ao medo deles próprios de se exporem (CAMARANO, 2020, p. 11).

Esse cenário diz respeito à função do trabalho produtivo para a própria formação do sujeito. De acordo com Fortes (2011, p. 11) o capital social envolvido na constituição do ciclo de desenvolvimento do grupo

doméstico apresenta três fases. A primeira fase remete-se a “expansão”, que é formada a partir dos determinantes biológicos, pois diz respeito à fase de procriação, e que começa com o casamento entre dois indivíduos. Em segundo lugar, o autor destaca a “cisão ou dispersão”, fase que, em algumas sociedades, tem início com o casamento e formação da família do filho mais velho. Finalmente, a morte dos pais marca a “substituição” deles por seus filhos na estrutura social. Entendido como cerne da formação da sociedade, o grupo doméstico varia conforme diversifica-se as condições de vida pelas quais esses indivíduos estão expostos. Ainda assim, a capacidade de exercer determinada função laboral ou participar financeiramente, por meio de um benefício previdenciário, por exemplo, é o que determina se o indivíduo fará ou não parte da estrutura social enquanto sujeito cuja autonomia é reconhecida tanto no âmbito do grupo doméstico quanto fora dele.

A análise de Fortes (2011) contém elementos do que Honneth (2009) entende por “luta por reconhecimento”. Para o filósofo alemão, a necessidade de luta por reconhecimento surge por meio do conflito do sujeito com seu grupo. Ora, desde Aristóteles, é a família – ou o grupo doméstico – o primeiro em que estamos inseridos. O reconhecimento precisa ser o resgate de uma relação precedente ao conflito gerado por essa constante tensão nas relações entre os indivíduos, que não havia sido desencadeada por eles, ou que não fora completada na interação entre esses indivíduos. O autor esclarece também que o reconhecimento se dá em três etapas: amor, respeito e solidariedade. Logo, é pela intersubjetividade das relações sociais conflituosas que o sujeito é atravessado em sua formação.

De acordo com isso, são as três formas de reconhecimento do amor, do direito e da estima que criam primeiramente, tomadas em conjunto, as condições sociais sob as quais os sujeitos humanos podem chegar a uma atitude positiva para com eles mesmos; pois só graças à aquisição cumulativa de autoconfiança, autorrespeito e autoestima, como garante sucessivamente a experiência das três formas de reconhecimento, uma pessoa é capaz de se conceber de modo irrestrito como ser autônomo e individuado e de identificar com seus objetivos e desejos (HONNETH, 2009, p. 266).

Essas etapas têm relação direta com a passagem do indivíduo pelo grupo doméstico e o reconhecimento jurídico do Estado na “cisão”. No entanto, a estima que

o indivíduo alcança dentro da lógica social envolvida depende do grupo, pois, “na medida em que todo membro de uma sociedade se coloca em condições de estimar a si próprio dessa maneira, pode se falar então de um estado pós-tradicional de solidariedade social” (HONNETH, 2009, p. 210). A solidariedade é o *medium* que atravessa a relação entre o indivíduo (em sua luta por reconhecimento) e o grupo. Mas, como veremos na sequência, todas essas relações também dependem da conjuntura na qual estão inseridas.

O ideário neoliberal que atravessa a sociedade brasileira atual afeta diretamente a forma como a solidariedade permeia a relação entre o indivíduo e o grupo. De acordo com Cesarino (2019), alguns acontecimentos no campo político brasileiro promoveram diversas modificações no âmbito das políticas identitárias. Esses acontecimentos foram viabilizados principalmente pela expansão do uso dos smartphones, cuja capacidade de disseminar notícias falsas e informações distorcidas sobre assuntos pontuais é imprescindível, inclusive para a manutenção das ideias que sustentam esse sistema. Com isso, a autora explica que o reforço de dualidades concernentes principalmente ao campo identitário ganharam uma nova roupagem. O dual passa a ser híbrido e grupos que antes reivindicavam por representação no campo político<sup>3</sup> passam a se reconhecer enquanto atores políticos.

Em outras palavras, o bolsonarismo ofereceu a essas pessoas uma nova identidade – a de direita e conservadora onde antes só havia ambiguidade, confusão ou insegurança. Ofereceu não apenas um rótulo, mas um novo lugar de reconhecimento, liberdade e direitos: o direito de não ter de assumir uma identidade militante (mas que, num segundo momento, pode se tornar uma, só que no outro lado do espectro político); o direito de expressar abertamente o que era proibido pelo politicamente correto; o direito de não se sentir diminuído por não saber falar ou escrever corretamente; o direito de reivindicar conhecimento derivado da experiência e da trajetória de vida pessoais (“eu sei como foi a ditadura, pois eu vivi”) contra os ditames in-

compreensíveis de elites de especialistas; o direito de se sentir representado politicamente por alguém que parece ser igual a você, etc. Embora o conteúdo seja diametralmente oposto, num plano estrutural o apelo populista da nova direita se parece em muitos pontos com o da esquerda identitária (CESARINO, 2019, p. 545-546).

Essas conclusões são semelhantes ao que Fraser (2007) já apontava com relação à chegada de George Bush à presidência dos Estados Unidos em 1994 e a discussão sobre as políticas de gênero. A autora explica que a incorporação das lutas por reconhecimento por parte do ideário feminista tangenciou as políticas de redistribuição do âmbito do debate político estadunidense. Desta forma, movimentos como o evangelicalismo passaram a captar principalmente as mulheres que não se enxergavam como parte do debate feminista. Ora, foi exatamente nesse momento que o neoliberalismo ressuscitava da lixeira histórica e ensaiava políticas de redistribuição menos igualitárias, como no caso do governo Bush (FRASER, 2007). A atual conjuntura política brasileira apresenta similaridades com o caso estadunidense. No entanto, a imprevisibilidade da crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19 acrescenta alguns fatores à dinâmica estatal, pois cria um ambiente de bastante vulnerabilidade, propício à sobreposição de outras crises, como a econômica. Como veremos mais adiante, mesmo com a chegada de uma ameaça tão potente o bolsonarismo se absteve de sua essência ideológica.

Nunes (2020), ao analisar a relação entre neoliberalismo e vulnerabilização durante a pandemia de Covid-19, destaca que a pretensão do sistema neoliberal de poder é justamente destruir “as relações de solidariedade e empatia essenciais ao esforço conjunto que a resposta à Covid-19 tornou necessário” (NUNES, 2020, p. 3). Isso porque, ao promover a atomização social e o individualismo, o neoliberalismo quebra justamente essa cadeia de solidariedade. A falsa estima social engendrada pela via econômica aparta os indivíduos, vulnerabilizando-os.

3 Na senda de uma crise da representação política, que surge no início dos anos 2010 no Brasil com os protestos de junho de 2013 (CARVALHO; SIQUEIRA, 2020, p. 2), o bolsonarismo emerge, na visão de seus seguidores, como a única saída para a resolução dessa crise e a consequente volta de uma normalidade social. Todo esse cenário futurista é desenhado a partir de uma retórica anticorrupção, responsável pelo fim da corrosão à imagem do Estado brasileiro e de seus representantes. Entretanto, a especificidade funcional do Poder Executivo dentro do sistema federativo nacional que concentra na presidência as funções de chefe de Estado e de governo – sistema presidencialista – também abre espaço para o aparecimento de governos de alto teor populista, tanto progressista quanto conservador, como o governo de Jair Messias Bolsonaro.

Nunes (2020), ao analisar a relação entre neoliberalismo e vulnerabilização durante a pandemia de Covid-19, destaca que a pretensão do sistema neoliberal de poder é justamente destruir “as relações de solidariedade e empatia essenciais ao esforço conjunto que a resposta à Covid-19 tornou necessário” (NUNES, 2020, p. 3). Isso porque, ao promover a atomização social e o individualismo, o neoliberalismo quebra justamente essa cadeia de solidariedade. A falsa estima social engendrada pela via econômica aparta os indivíduos, vulnerabilizando-os.

A vulnerabilidade é uma relação política desigual, por meio da qual determinados grupos - definidos em termos de identificação de gênero, raça, orientação sexual, idade, entre outros, bem como nas suas várias interseções - são sistematicamente expostos ao empobrecimento, ao adoecimento e à morte. (NUNES, 2020, p. 3).

E sob o prisma das gerações isso é muito delimitado. Logo, a afirmação de Fortes (2011, p. 12) de que o estágio final do ciclo da vida dentro do grupo familiar leva ao domínio jurídico-político desse indivíduo pela sociedade não é válida, quando falamos na situação dos idosos durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. Isso porque, além dos fatores históricos envolvidos desde que o texto fora escrito, numa sociedade desigual do ponto de vista socioeconômico, como é a brasileira, essa progressão no curso da vida não acontece da maneira como descreve o Fortes, o que quebra a progressão – família, Estado e sociedade – do indivíduo na luta por reconhecimento. Pelo contrário, de acordo com a teoria da eticidade de Honneth (2009), a construção da autonomia do indivíduo – que se dá nas etapas do reconhecimento – o projeta tanto no âmbito individual, quanto no coletivo. E, por esse motivo, está sujeita aos acontecimentos históricos (imprevisíveis), como é o caso da pandemia, e aos determinantes sociais, econômicos etc. E a função do Estado na mitigação das consequências da pandemia é importante tanto do ponto de vista da saúde coletiva, quanto do ponto de vista das relações sociais.

Conforme já mencionamos, a política de promoção do risco por parte do governo central é o que justifica o grande número de idosos mortos pela doença, pois, “a (in)ação pode ser vista como ato calculado contra comunidades pobres e marginalizadas” (ORTEGA; ORSINI, 2020, p. 8, tradução nossa). A não-promoção

do cuidado por si só já exerce um poder sobre os corpos fisiologicamente mais envelhecidos, pois, além das razões biológicas, há determinantes sociais de forte impacto sobre esses corpos.

Os arranjos intergeracionais se caracterizam por serem estruturas de apoio econômico no Brasil, principalmente em momentos de crise, como é o caso da pandemia de Covid-19. Cronologicamente, o que se espera é, conforme a perspectiva de Fortes (2011, p. 11), a saída dos filhos das casas de seus pais. Todavia, como vimos, alguns fatores têm colaborado para a permanência desses filhos em casa, como o enxugamento do papel do Estado na promoção de políticas públicas, as dificuldades de relacionamento afetivo e a capacitação profissional mais longa entre os mais jovens. Nesse sentido, podemos entender que a situação dos idosos durante a pandemia de coronavírus no Brasil possui pelo menos duas chaves de análise. Primeiramente, as questões relacionadas à biomedicina e ao maior risco de contaminação devido à idade e ao fato de já possuírem alguma doença crônica e, posteriormente, questões de ordem socioeconômica que geram dependência financeira por parte dos mais jovens.

Um estudo realizado por pesquisadores da Universidade de Harvard constatou que a pandemia reduziu em praticamente dois anos a expectativa de vida dos brasileiros. Se anteriormente o predomínio de doenças de intervenção primária reduziu o impacto das doenças infectocontagiosas na expectativa de vida dos brasileiros (SIQUEIRA; BOTELHO; COELHO, 2002, p. 901), o surgimento da Covid-19, uma doença infectocontagiosa, e que contribuiu para reverter, ao menos nesse momento, a tendência de alta na expectativa de vida no Brasil.

No que diz respeito ao modelo de atenção primária à saúde da pessoa idosa no Brasil, existem alguns marcos legais de destaque como a Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI) de 1999, e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), de 2006. Ao analisar a estrutura dessas políticas de cuidado, Veras e Oliveira (2018) concluem que

Os adequados modelos de atenção à saúde para idosos, portanto, são aqueles que apresentam uma proposta de linha de cuidados, com foco em ações de educação, promoção da saúde, prevenção de doenças evitáveis, postergação de moléstias, cuidado precoce e reabilitação. O modelo deve ser baseado na identificação precoce dos riscos de fragilização

dos usuários (VERAS; OLIVEIRA, 2018, p. 1933).

Ora, era exatamente o que se apresentava também – e certamente com mais gravidade – por causa da pandemia. No entanto, a falta de ações específicas do processo pandêmico por parte do governo central brasileiro também perpassa pelo SUS, o maior sistema público de saúde do mundo. Com um teto de gastos<sup>4</sup> impedindo que mais recursos fossem destinados à áreas fundamentais, o SUS foi desmontado e continuou sendo, apesar do aparecimento de um vírus com alta taxa de letalidade. Conforme aponta Freire (2019), as políticas de cortes no orçamento do SUS foram feitas na tentativa de sanar uma suposta “crise na saúde” brasileira que apresenta heterogeneidades determinantes, visto que as propostas para solução do problema variam de acordo com a esfera administrativa e os agentes estatais, sendo estes últimos responsáveis pelo que o autor classifica como “versões oficiais da crise” (FREIRE, 2019, p. 77). Convém destacar que a chegada da pandemia e a falta de uma gestão coordenada entre os entes federativos acirraram essa disputa, promovendo a subutilização da capacidade do SUS em áreas estratégicas como a atenção básica (FERNANDEZ; LOTTA CORRÊA, 2021). Além disso, o arcabouço ideológico que subjaz ao governo liderado por Jair Bolsonaro, tentava manter o antagonismo com propostas que almejavam a contenção da crise sanitária a partir de um conjunto de estratégias institucionais de disseminação do vírus (VENTURA et al., 2021).

O governo federal percebeu na regulamentação do caráter essencial das atividades a possibilidade de restringir, ao menos parcialmente, o alcance das medidas de proteção da saúde pública adotadas pelos Estados. Assim, teve expressiva tradução normativa o vigoroso embate político entre a estratégia federal de disseminação do vírus, e as numerosas estratégias estaduais e municipais de contenção da propagação da doença, gerando a inflação de normas federais, estaduais e municipais, além de ensejar uma intensa judicialização. (VENTURA et al, 2021, p. 32).

No entanto, a saúde é um dos pilares que formam o que se entende no Brasil por Seguridade Social, garantia constitucional que foi altamente modificada em 2019 com a aprovação da PEC 6/2019<sup>5</sup>. A Constituição de 1988 entende que “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988, Art. 194). Logo, se a pandemia ataca diretamente um desses pilares, que é a saúde, é necessário fortalecer o sistema de seguridade, em vez de desmontá-lo, como tem ocorrido.

Ao analisar esse conjunto de fatores, constatamos que a imunossenescência vai além das questões estritamente fisiológicas (apesar de ser essa a área de origem e aplicação do termo), mas também diz respeito aos aspectos sociais e econômicos que contribuem com o envelhecimento desses corpos. Por sua vez, esses corpos envelhecidos não estão isolados e dispersos do todo. Muito pelo contrário, tais corpos são parte essencial para a manutenção de aspectos positivos para a estrutura social do país. Mas as cisões no curso da vida, que, como vimos, afetam principalmente os mais jovens, ao invés de aproximar as gerações, as separa, como no sistema neoliberal. Esta constatação nos leva a investigar quais os determinantes sociais e em torno do comportamento dos mais jovens, abordados na próxima seção.

### Jovens: arriscar o presente

Desde que Margareth Mead publicou *Adolescência em Samoa*, a Antropologia inaugurou uma nova perspectiva crítica em relação às questões geracionais. A rebeldia não seria o único viés a partir do qual a juventude seria entendida. Na obra, além de discutir os limites entre natureza e cultura, Mead constata que o período de turbulência psicológica que caracteriza a adolescência na sociedade ocidental, não poderia ser universalizado, visto que, numa sociedade tradicional como Samoa, a passagem por esse período da vida era bastante diferente.

O fator que torna o crescimento em Samoa um as-

4 Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>>. Acesso em: 4 set. 2021.

5 Proposta de Emenda Constitucional da Reforma da Previdência proposta nos primeiros meses do governo de Jair Bolsonaro. A proposta foi promulgada pelo Senado Federal em novembro de 2011. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/08/congresso-promulga-reforma-da-previdencia-nesta-terca-feira>>. Acesso em: 5 set. 2021.

sunto fácil e direto é a prevalência de um clima de indiferença complacente que permeia toda a sociedade. Porque Samoa está em um lugar onde ninguém arrisca muito, ninguém paga preços muito altos, ninguém sofre por suas condenações ou luta até a morte por objetivos especiais (MEAD, 1993, p. 187, tradução nossa).

Esta característica – de indiferença diante dos acontecimentos potencialmente problemáticos, como são as transformações psicobiológicas na adolescência – é o que “contrasta [a sociedade samoana] profundamente não só com os Estados Unidos como também com as civilizações mais primitivas” (MEAD, 1993, p. 189, tradução nossa).

Em 2020, 92 anos após a publicação do clássico desse texto clássico, a obra ainda origina algumas reflexões acerca do comportamento das pessoas mais jovens<sup>6</sup>. Num acelerado processo de individualização, a sociedade capitalista neoliberal exerce uma pressão ainda maior sobre os grupos etários. A tendência histórica de representar socialmente o envelhecimento do corpo biológico foi substituída pela necessidade de manter o corpo e a mente com “uma atitude juvenil” na terceira idade. E ainda que ressalvas relacionadas à condição socioeconômica possam ser feitas, a juventude deixou de representar um grupo etário específico, e passou a ser um valor que deve ser compartilhado por todos.

Debert (2010, p. 51) aponta que essa emergência da juventude como um valor é fruto do pós-guerra que, nos anos 1980, uma década marcada por diversos acontecimentos no mundo, culminou no rompimento entre o tempo cronológico e o curso da vida. Essa cisão causa modificações consideráveis na percepção da sociedade acerca do que seria a juventude e do que seria a velhice, pois ser jovem ou idoso passou a ser mais uma questão performática que fisiológica.

Por um lado, a juventude perde conexão com um grupo específico e passa a significar um valor que

deve ser conquistado e mantido em qualquer idade através da adoção de formas de consumo de bens e serviços apropriados. Por outro lado, a velhice perde conexão com uma faixa etária específica e passa a ser um modo de expressar uma atitude de negligência com o corpo, de falta de motivação para a vida, uma espécie de doença autoinfligida, como são vistos hoje, por exemplo, o fumo, as bebidas alcoólicas e as drogas (DEBERT, 2010, p. 51).

Sendo jovens, portanto, esses idosos consomem. Ora, é dessa forma que o capitalismo funciona! Convencidos da possibilidade de manutenção de uma vida plenamente saudável do ponto de vista fisiológico, mas, sobretudo, do ponto de vista estético, os idosos passaram a ser um grupo consumidor em potencial. Já para os adultos, a maturidade significava uma forma de aceleração do envelhecimento diante das responsabilidades exigidas, por exemplo, pela manutenção de uma família.

Já entre os cronologicamente jovens e os adultos, a promoção da juventude como valor é intensificada pelo respaldo etário que caracteriza esse grupo. Industrialização, guerras e a “morte de Deus” são fatores que certamente contribuíram para as mudanças ocorridas no curso da vida. Também no âmbito das questões biológicas, o aumento da expectativa de vida, inclusive fora da Europa, foi um fator de bastante impacto para a valoração da dimensão simbólica da juventude. Margulis e Urresti (2008, p. 10) apontam que o valor simbólico da juventude desencadeou a comercialização de seus atributos. Bourdieu (1983), ao discutir a arbitrariedade das construções sociais em torno da juventude, afirma que “a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável” (BOURDIEU, 1983, p. 2). Conforme a interpretação de Margulis e Urresti (2008), mais do que isso,

[...] a juventude não é só um signo, nem se reduz aos atributos “juvenis” de uma classe. Apresenta diferentes modalidades, segundo a incidência de uma série de variáveis. As modalidades sociais de

6 Aqui cabe uma diferenciação do que estamos entendendo por adolescentes e por jovens neste ensaio. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera adolescentes, as pessoas entre doze e dezoito anos de idade. Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), considera jovens as pessoas com 15 anos ou mais. Nas discussões no âmbito das ciências sociais não-aplicadas, a juventude será entendida como um “valor” (DEBERT, 2010), um agrupamento de saberes e práticas simbólicas específicas que compõem o imaginário social em torno da juventude. Nesse sentido, a adolescência e a juventude são praticamente sinônimos, ainda que mantenham certa hierarquização proveniente das condições legais que legitimam determinadas ações como, por exemplo, a emissão do título de eleitor ou da carteira de motorista. Esses documentos são símbolos de uma “liminaridade legal” que, em alguns casos – como guiar um carro sem carteira ou falsificar a identidade para ter acesso a um ambiente que exige a maioridade – são, inclusive simbólicos, pois representam uma espécie de subversão ao sistema.

ser jovem dependem da idade, da geração, o crédito vital, a classe social, o marco institucional e o gênero. Não se manifesta da mesma maneira se é de classe popular ou não, o que implica que os recursos que fornecem à moratória social não estão distribuídos de maneira simétrica nos diversos setores sociais (MARGULIS; URRESTI, 2008, p. 10, tradução nossa).

Em complemento à moratória social, os autores explicam que é da moratória vital – o capital temporal que acompanha a valoração da juventude – que surge a sensação de invulnerabilidade e de segurança característica dos mais jovens. E é a partir dessa sensação de ter mais tempo de vida em relação às pessoas mais velhas, que se sobrepõem marcadores como classe e raça, por exemplo.

Ora, foi justamente isso o que vimos acontecer no Brasil no ano de 2020. Com a maioria das mortes concentradas entre os idosos (SOUZA; RANDOW; SIVIERO, 2020), a percepção do risco de contaminação entre os mais jovens provocaria nos meses iniciais de 2021 um “rejuvenescimento da pandemia” (CASTRO, 2021). Ainda em 2020, mesmo em face às milhares de mortes causadas pela Covid-19, as notícias de festas clandestinas e a maior quantidade de pessoas nas ruas sem máscara foram criando um ambiente de falsa segurança. Com isso, as pessoas mais jovens passaram a ser os grandes disseminadores do vírus. A dificuldade no controle e manutenção do isolamento, principalmente entre os mais jovens, foi intensificada por diversos fatores que, como já discutimos, têm um claro viés social, mas também relacionado às questões fisiológicas.

Mas, dentre os fatores que colaboraram para a ascensão desse modelo de juventude universal, está a diminuição do papel do Estado, engendrada pela via econômica no neoliberalismo. O “empresário de si mesmo” é a figura máxima dentro do simbolismo em torno da valoração da juventude, pois é o único modo de subjetivação possível na estrutura neoliberal de poder. E são justamente as características socialmente entendidas como juvenis que promovem a imagem desse sujeito. Expressar a juventude através dos nossos corpos é um empreendimento que requer a busca constante pelo melhoramento estético de nossa aparência, e isso envolve dinheiro. Frequentar academias de ginástica

e musculação é um bom exemplo disso, pois isso é visto como uma prática de promoção da saúde física e mental que, por sua vez, têm seu auge justamente quando somos jovens<sup>7</sup>. Portanto, a juventude é um valor que retroalimenta a estrutura neoliberal de poder, funcionando como máscara social do *homo economicus*, verdadeiro sujeito por trás de tudo isso. De acordo com Foucault (2008),

O *homo economicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo economicus* parceiro da troca por um *homo economicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo a fonte de sua renda (FOUCAULT, 2008, p. 311).

A biopolítica (FOUCAULT, 2008) por trás da disciplinarização dos corpos para a manutenção de seu auge psicofisiológico, não se restringe às questões de aperfeiçoamento da imagem apenas, mas a manutenção de uma forma de vida que deve ter capacidade própria de promover os valores da juventude. Para o empreendedor de si, não importa a idade, o que interessa é a atitude em relação ao que ele pode e deve fazer para evitar que a pátina do tempo se instale em seu corpo e mente.

Portanto, as discussões em torno da juventude na atualidade dizem mais respeito às práticas e valores do que especificamente a uma faixa etária turbulenta do curso da vida. Essa, que deveria ser ultrapassada por representar um momento de insegurança emocional, econômica e social, não representa necessariamente uma ameaça, mas uma espécie de conexão entre o sujeito e o tempo presente. Tal conexão supre as necessidades do indivíduo, pois, se ele está sendo o tempo todo apresentado à formas de vida tidas como “ideais”, a urgência em atendê-las se sobrepõem a qualquer outra coisa, inclusive aos direitos coletivos.

### **As consequências do desenlace geracional na pandemia de Covid-19**

Os desdobramentos geracionais que são parte da crise de continuidade (BALANDIER, 1976) que caracteriza as sociedades contemporâneas

<sup>7</sup> Obviamente, os benefícios da prática de atividades físicas regulares são indiscutíveis do ponto de vista fisiológico. O que está sendo discutido são as questões estéticas, que levam às questões econômicas, em torno das práticas de melhoramento do corpo.

são intensificados pela aceleração do processo de individualização. As gerações, regidas pelas associações e hierarquias estabelecidas, têm suas diferenças potencializadas dando espaço para a intensificação de um antagonismo baseado em diferenças de faixas etárias. É neste momento que a imprecisão – característica da juventude – coloca nos indivíduos (e não mais na sociedade) a responsabilidade pela constante renovação de um modelo de vida baseado na valoração da juventude.

Tudo se embaralha. As divisões por idade fixam-se confusamente. Os jovens antecipam o momento de sua maturidade ou “maioridade”, os mais velhos tentam prolongar sua juventude, um quarentão junta-se a um de trinta anos, as legislações fixam incoerentemente a idade de acesso às responsabilidades (casamento, serviço militar, direitos cívicos, autorização para conduzir veículos a motor, entrada em certas categorias de espetáculos (BALANDIER, 1976, p. 68).

O tempo, o corpo, a mente, o cansaço e a saúde... São inúmeras as questões colocadas em evidência pela pandemia de Covid-19. As bruscas alterações no modo de vida da maioria dos brasileiros e brasileiras, principalmente nos meses iniciais, abriram espaço para refletirmos sobre questões que antes passavam despercebidas diante do cotidiano. Entretanto, refletir sobre os valores de nossa existência parecia ser coisa de gente velha, mero saudosismo. Não era economicamente interessante que as pessoas permanecessem em casa, recebendo subsídios do Estado e com tempo para questionamentos: a economia não podia parar!<sup>8</sup> E não parou. Aliás, a pandemia de Covid-19 mostrou de uma forma bem mais intensa e rápida as graves consequências da exploração desenfreada dos recursos naturais e o “efeito bumerangue” (BECK, 2011, p. 27) que tarda, mas chega nas grandes produtoras da sociedade do risco.

Com a distribuição e o incremento dos riscos, surgem situações sociais de ameaça. Estas acompanham, na verdade, em algumas dimensões, a desigualdade de posições de estratos e classes sociais,

fazendo valer, entretanto, uma lógica distributiva substancialmente distinta. Os riscos da modernização cedo ou tarde acabam alcançando aqueles que o produziram ou que lucram com ele. [...] Tampouco ricos e poderosos estão seguros diante deles. Isto não apenas sob a forma de ameaças à saúde, mas também à propriedade e ao lucro (BECK, 2011, p. 27).

Com o lucro ameaçado, a ausência de uma gestão centralizada da pandemia deu espaço para que medidas de flexibilização bastante questionáveis surgissem ao primeiro sinal de redução no número de mortos. Afinal, já não eram mais de 1000, mas 276<sup>9</sup> pessoas que morriam vítimas da Covid-19 no Brasil. A estatística, um dos pilares da governamentalidade, continuava controlando o fazer viver. A morte passou a ser moralmente aceitável, ainda que o saldo de mais de 600.000 vidas perdidas para o vírus hoje<sup>10</sup> pudesse ter sido evitado.

A privação da liberdade de cada indivíduo se sobrepôs aos direitos coletivos, como a saúde. A juventude, o valor, não aguentava mais ficar em casa. E logo a descentralização nas ações de contenção da pandemia (que foram lideradas por estados e municípios), deu lugar aos planos de convivência com o vírus. Grandes centros comerciais de rua, *shoppings*, academias de ginástica, bares e restaurantes poderiam ser reabertos desde que observassem os protocolos de segurança. “A pandemia está mudando”, declarou a OMS em agosto de 2020, mês em que o Brasil atingia a marca de 121.000 mortos por Covid-19.

A mudança anunciada pela OMS tinha como cerne o comportamento dos jovens depois de 5 meses de isolamento e restrições. Como a maioria deles não apresenta sintomas mesmo estando infectada pelo vírus, a retomada de algumas atividades deveria ser prioridade por uma questão de saúde mental, como muitas pessoas alegam. Embora não apresentassem sintomas, eles impulsionaram a propagação da doença entre as pessoas fisiologicamente mais vulneráveis: os idosos. Essa reabertura foi a causa de muitos surtos de infecções em pleno verão europeu.

8 O falso dilema entre saúde e economia foi uma das bases ideológicas sobre as quais o problema sanitário foi gerido no Brasil. Em diversas falas e manifestações públicas, tanto o presidente Bolsonaro, quanto seus auxiliares; reafirmaram as prioridades da economia em detrimento de políticas públicas efetivas para minimizar o quanto possível o impacto da pandemia.

9 Menor número de vítimas da Covid-19 registrado no Brasil até então. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/11/03/coronavirus-brasil-3-de-novembro.htm>>. Acesso em: 05 set. de 2021.

10 De acordo com dados do painel da RedeCovid. Disponível em: <<https://painel.redecovida.org/brasil>>. Acesso em: 5 set. 2021.

No Brasil, em agosto de 2020, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) informou que 75% das vítimas da Covid-19 eram pessoas idosas<sup>11</sup>. Esse número é um bom exemplo do que Guiddens (1992) entende como rompimento das trocas entre as gerações que faz com que a noção de curso da vida perca completamente seu sentido na modernidade. Para caracterizar os desdobramentos dessa perda de vínculo entre as gerações, Debert (2010) usa a expressão “adolescentização do curso da vida”. Para a autora, a perda de vínculo impulsionada pela individualização e centramento no eu é perpassada não mais por etapas de reconhecimento, mas pela resolução de crises constantes de identidade promovidas por certa inadequação ao mundo. Assim, a suposta falta de alinhamento com a multiplicidade de possibilidades oferecidas pelo mundo gera uma necessidade constante de superar essas crises em nome de uma vida boa e plena.

Essa discussão mostra que, ao mesmo tempo em que promove a manutenção de riscos constantes, o neoliberalismo investe na individualização das ações – “o empresário de si mesmo” – que pretendem superar esses riscos, colocando o indivíduo sob necessidade constante de se adequar ao sistema. A estrutura do curso da vida abandona o modelo cronológico, baseado no reconhecimento, e ser um adulto-jovem passa a ser uma *conditio sine qua non* para a vida em sociedade. No entanto, por trás de toda essa fantasia perversa, o mundo ainda precisa lidar com ameaças coletivas, como é o caso da pandemia de Covid-19.

A partir do momento em que passou a ameaçar a máquina neoliberal, a vulnerabilização dos indivíduos foi promovida como principal reação às medidas de isolamento social, indispensáveis para conter o avanço da doença. As consequências da adoção das medidas de flexibilização, que por sua vez são baseadas num falso dilema entre economia e saúde, são bem mais intensas entre as populações que já são vulneráveis do ponto de vista socioeconômico, mas mais ainda entre os biologicamente mais vulneráveis, os idosos.

### Referências bibliográficas

BALANDIER, Georges. Pais e filhos primogênitos e caçulas. In: BALANDIER, Georges. **Antropo-lógi-**

**cas**. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

BARBOSA, Isabelle et al. Incidência e mortalidade por COVID-19 na população idosa brasileira e sua relação com indicadores contextuais: um estudo ecológico. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 1-11, 2020.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 105/2019. Brasília: Senado Federal, 2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Promulgado em 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 2017.

CAMARANO, Ana Amélia. **Os dependentes da renda dos idosos e o coronavírus: órfãos ou novos pobres?**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020.

CARVALHO, Lucas da Silva; LIMA, Paulo Henrique de. Crise de representatividade na democracia brasileira: considerações sociais e políticas. **Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel, v. 19, n. 37, p. 1 -21. 2020.

CASTRO, Márcia et al. Reduction in life expectancy in Brazil after COVID-19. **Nature Medicine**, [s.l.], v. 1, n. 27, p. 1629-1635, 2021.

CASTRO, Regina. **Observatório Covid-19 Fiocruz alerta para rejuvenescimento da pandemia no Brasil**. Rio de Janeiro: Agência Fiocruz de Notícias, 2021.

CESARINO, Leticia. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019.

11 Disponível em: < <https://sbgg.org.br/brasil-ultrapassa-100-mil-obitos-por-covid-19-idosos-sao-75-das-vitimas/>>. Acesso em: 7 jun. 2021.

- CESARINO, Letícia. On digital populism in Brazil. **PoLAR: Political and Legal Anthropology Review**, [s.l.], v. 15, 2019.
- DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 49-70, jul./dez 2010.
- DUGNANI, Rodrigo. **A previdência social brasileira sob pressão neoliberal**. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. 304 p.
- FLORES, Thamara; LAMPERT, Melissa Agostini. Por que os idosos são mais propensos a eventos adversos com a infecção por Covid-19? In: CONGRESSO DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA DA UNIFACIG, 1., 2020, [s.l.]. **Anais [...]**. [s.l.]: CGGU, 2020. p. 1-2. Disponível em: <https://raggfunati.com.br/docs/covid/Flores%20e%20Lampert.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- FORTES, Meyer. **O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico**. Brasília: DAN/UnB, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007.
- GALINDO, Eryka et al. **Working Paper 4: Efeitos da pandemia na alimentação e na situação de segurança alimentar no Brasil**. Berlim: Working Paper Series Food for Justice, 2021.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Notas metodológicas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=microdados>>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- LONGHI, Márcia Reis. “Eu tô fazendo certo, tô não?”: envelhecimento, políticas de saúde e relações de cuidado. In: MALUF, Sônia Weidner; SILVA, Érica Quinaglia (org.). **Estado, políticas e agenciamentos sociais em saúde**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.
- LONGHI, Márcia Reis. Cuidado, velhice, gênero e deficiência social. **Anthropológicas**, Recife, v. 29, n. 2, p. 28-48, 2018.
- MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. “La juventud es más que una palabra”. In: MARGULIS, Mario (org.). **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. Buenos Aires: Biblios, 2008.
- MEAD, Margareth. **Adolescência, sexo y cultura en Samoa**. Buenos Aires: Editorial Planeta- Agostini, 1993.
- NUNES, João. A pandemia de COVID-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 1-4, 2020.
- PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma da compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: BARROS, Myriam Lins de (org.). **Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- REZENDE, Maria Valéria. **Quarenta Dias**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- SIQUEIRA, Renata; BOTELHO, Maria Izabel Vieira; COELHO, France Maria Gontijo. A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 899-906, 2002.
- SOUZA, Larissa Gonçalves; RANDOW, Raquel; SIVIERO, Pamela Cristina Lima. Reflexões em tempos de COVID-19: diferenciais por sexo e idade. **Comunicação em Ciências da Saúde**, Brasília, v. 31, v. 1, p. 75-83, 2020.
- VENTURA, Dayse et al. Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil. **Boletim Direitos na Pandemia**, São Paulo, n. 10, p.

1-17, jan. 2021.

VERAS, Renato Peixoto; OLIVEIRA, Martha. Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1929-1936, 2018.

# Em tempos de pandemia: reflexões sobre a rotina de duas jovens durante o isolamento social

Bruna Rossi Koerich<sup>1</sup>

## Resumo:

O contexto mundial de pandemia decorrente do novo coronavírus trouxe profundas mudanças para a vida em sociedade. Essas mudanças ocorrem tanto pela pandemia em si, quanto pelos efeitos decorrentes das medidas adotadas para atenuar a propagação do vírus. Esse artigo visa refletir acerca das mudanças na organização das rotinas juvenis durante o período de isolamento social. Para tanto, analisou hora a hora a rotina de duas jovens durante uma semana, bem como as reflexões por elas elaboradas acerca das percepções temporais durante esse contexto. Foi possível observar um deslocamento das atividades centrais para a organização da rotina. Se, antes da pandemia, a rotina se baseava nos *tempos de estudo*, durante o isolamento essa centralidade foi deslocada para as atividades domésticas ou profissionais, dependendo do contexto de cada jovem.

**Palavras-chave:** Temporalidades Juvenis; Vivências Temporais; Rotina; Isolamento social; Pandemia

## In pandemic times: reflections on the routine of two young women during social isolation

## Abstract:

The worldwide context of pandemics resulting from the new coronavirus has brought profound changes to life in society. These changes occur both because of the pandemic itself and because of the effects resulting from the measures taken to mitigate the spread of the virus. This article aims to reflect on the changes in the organization of youth routines during the period of social isolation. To this end, it analyzed hour by hour the routine of two young women for a week, as well as the reflections they elaborated on temporal perceptions during this context. It was possible to observe a shift from central activities to routine organization. If, before the pandemic, the routine was based on study time, during isolation this centrality was shifted to domestic or professional activities, depending on the context of each young person.

**Keywords:** Youth Temporalities; Temporal Experiences; Routine; Social isolation; Pandemic

## Introdução

O contexto de pandemia vivenciado globalmente a partir de 2020, em decorrência do novo coronavírus, gerou mudanças profundas em diferentes aspectos da vida social. Essas mudanças surgem em razão da doença em si e, também, em razão das medidas que são (ou não são) tomadas no intuito de conter o avanço da disseminação viral.

No Brasil, esse contexto é vivenciado de forma bastante conturbada, tendo em vista que as ações tomadas pelos diferentes âmbitos do poder público não são unificadas e são, por vezes, antagônicas. Assim, os efeitos possíveis no cenário nacional são ainda mais incertos. Apesar disso, pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento vêm buscando sistematizar ferramentas que possibilitem análises acerca desse contexto tão

<sup>1</sup> Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

atípico. Por vezes, essas análises são ainda incipientes ou precisam ser feitas a partir de dados escassos, tendo em vista que se trata de um fenômeno ainda em curso e das dificuldades existentes da coleta de dados nesse contexto social.

Nesse artigo buscamos construir reflexões acerca de como o cenário de isolamento social altera as vivências temporais juvenis, em especial no que se refere à construção de uma rotina cotidiana. Dessa forma, seu objetivo principal é compreender quais são os principais marcadores temporais vivenciados no dia-a-dia de duas jovens, buscando identificar possíveis alterações em suas rotinas e deslocamentos dos principais marcadores temporais presentes em seus cotidianos.

A partir da análise das rotinas de duas jovens durante o período de uma semana, o artigo visa gerar subsídios para a reflexão sobre as temporalidades juvenis e para a compreensão de com os jovens vivenciam os seus cotidianos.

### Escolhas metodológicas

De acordo com Abbot (2004), a pesquisa pode ser motivada por um *enigma*, que diz respeito a “algo sobre o mundo social que seja estranho, incomum, inesperado ou novo” (p. 11) e uma *ideia* que busca responder, interpretar ou resolver esse *enigma*. O *enigma* que motiva a existência desse artigo é a forma como os jovens têm vivenciado seu tempo cotidiano durante o contexto de isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19.

Intrigada por esse enigma, a autora dessa pesquisa já havia conversado sobre o assunto informalmente com jovens que haviam sido interlocutores de pesquisas anteriores e com jovens com quem a autora havia participado de projetos e atividades formativas. Dessas conversas surgiram algumas *ideias* acerca de como seria possível interpretar esse fenômeno. Esse artigo sistematiza uma dessas ideias, que proporcionou olhar para a organização do cotidiano de duas jovens do sexo feminino, que possuíam semelhanças e diferenças importantes. Assim, dentro das limitações impostas pelo cenário atual, constitui-se uma amostra por

conveniência desse campo exploratório que visa a criação de ferramentas para a interpretação desse assunto, bem como proporcionar a sistematização de elementos importantes para a realização de uma pesquisa semelhante em uma escala maior futuramente.

Durante uma semana, essas duas jovens registraram as atividades que foram realizadas a cada hora do dia em um instrumento criado especificamente com essa finalidade. Depois, foram convidadas a refletirem sobre as mudanças que o contexto de isolamento social trouxe em relação às suas vivências temporais. As duas concordaram com a realização da pesquisa e no caso da jovem que ainda não possui 18 anos completos, também foi solicitado a anuência de sua responsável<sup>2</sup>.

Essa estratégia de coleta de dados permite a construção de quadros comparativos sobre a forma como determinados grupos sociais utilizam seu tempo, evidenciando aspectos relevantes sobre a forma como vivenciam seus cotidianos, uma vez que “essas dimensões temporais servem para orientação prática e estão imersas na cultura” (AGUIAR, 2011, p. 74)

As ferramentas metodológicas de averiguação dos *usos do tempo* utilizam, via de regra, a classificação das atividades realizadas a partir de sistema de códigos baseados em projeto internacional de pesquisa realizado em meio à Guerra Fria, envolvendo países socialistas e capitalistas com o intento de compreender os usos do tempo como estratégia de planejamento social.

Apesar dessa forte associação com pesquisas relacionadas ao mundo do trabalho produtivo, a pesquisa sobre *usos do tempo* também vem sendo utilizada já foram utilizadas em outras pesquisas no sentido de identificar a forma como os jovens vivem seus cotidianos (PINHEIRO; PEREIRA; FRANÇA, 2011)

Como a pesquisa apresentada nesse artigo não parte da classificação específica dos sistemas de códigos e não teve como objetivo principal a mensuração dos tempos especificamente falando, e sim a compreensão dos marcadores temporais, dizemos que, metodologicamente, ela se inspira nos estudos dos usos do tempo, mesmo que não se classifique como um desses estudos.

2 Como as jovens já haviam atuado como interlocutoras em outros momentos, todo o contato com elas, bem como sua concordância em participar da coleta de dados se deu por meio aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas. No caso da jovem com menos de 18 anos, a anuência de sua responsável também ocorreu por meio desse aplicativo, a partir de interlocução proporcionada pela própria jovem, seguida de consulta sobre a autorização de participação da jovem por parte da pesquisadora.

Partindo do princípio de que o nível de escolaridade é um elemento fundamental para a compreensão da rotina dos jovens durante o isolamento, optamos aqui pela participação de duas jovens com diferentes níveis de escolaridade: uma cursando o ensino médio e outra o ensino superior.

Kerolen<sup>3</sup> é uma jovem de 17 anos, que atualmente cursa o terceiro ano do ensino médio em uma escola pública da região sul do país. Ela reside com a mãe, o pai e o tio em uma conhecida região periférica da cidade. A jovem se identifica como branca e teve algumas experiências profissionais na condição de jovem aprendiz e atualmente busca oportunidades profissionais. A jovem também já atuou como *jovem multiplicadora* do de um projeto social desenvolvido por uma ONG local em parceria com o poder público estadual. A jovem teve uma atuação destacada no projeto, demonstrando grande aptidão para atividades de leitura e escrita, bem como no desenvolvimento de projetos e atividades sociais.

Maiara é uma jovem de 20 anos, também declarada como branca, que nasceu em uma capital da região nordeste do país e ingressou em uma universidade federal da região sul do país pelo modelo de seleção nacional unificada para cursar a graduação de Ciências Sociais. Atualmente reside sozinha em uma cidade que integra uma das regiões metropolitanas da região sul do país. Antes do início da pandemia, a jovem trabalhava como bolsista em uma das bibliotecas da Universidade e agora trabalha como instrutora de yoga. A jovem define-se como alguém estudioso e com grande interesse em aprender e possui desempenho acadêmico destacado.

Mesmo assumindo que esses dois casos não dão conta de expressar toda a complexidade envolvida nas vivências temporais nesse contexto, acreditamos que sistematizar essas reflexões iniciais é um primeiro passo para avançar na construção de ferramentas teóricas e metodológicas para a compreensão das especificidades das vivências temporais juvenis em tempos de pandemia.

### Temporalidades juvenis e usos do tempo

O conceito de *tempo* está tão presente em nosso cotidiano que é difícil pensar em seu uso como uma categoria analítica ou mesmo campo de estudos. Contudo, conforme argumenta Norbert Elias (1998), o tempo é uma representação simbólica das inúmeras redes de relações que conectam as experiências individuais, sociais e físicas dos seres humanos em sua relação com a natureza (p. 17). Sendo assim, o *tempo* pode ser uma categoria analítica interessante para a compreensão de fenômenos sociais.

*Tempo e Juventude* se relacionam de diferentes formas e estão diretamente imbricadas. O reconhecimento de uma categoria etária de juventude, por exemplo, passa pela divisão da vida em ciclos, fases ou tempos. Além disso, a juventude é vista, ora como um tempo de preparação para a vida adulta, ora como um tempo mais propício a práticas culturais, de socialização e de engajamento social e político. É nesse sentido que Franch (2018) defende a *potencialidade heurística* da categoria tempo para os estudos sobre juventudes.

Dessa forma, surge uma área de interesse nas ciências sociais acerca das *temporalidades juvenis*, que compreendem tanto o estudo sobre os modos como as juventudes contemporâneas ocupam/vivenciam o tempo em sua dimensão cotidiana no presente, quanto as formas como os jovens se relacionam com as temporalidades passadas e, sobretudo, com as projeções acerca do futuro.

Essa tarefa vem sendo empreendida por diferentes autores (FRANCH, 2008, 2018; LECCARDI, 2005; MELUCCI, 1996; PAIS, 2006, 2012; PINTO, 2012) que tem se dedicado a compreender a influência dos regimes de temporalidade na forma como os jovens se relacionam com o tempo.

Este artigo busca refletir acerca das temporalidades juvenis, especialmente no que diz respeito à sua dimensão cotidiana. Nos interessa, nesse sentido, identificar marcadores temporais no processo de organização da rotina das duas jovens que compõem o campo dessa pesquisa. Nossa proposta, nesse sentido, não é a de utilizar as metodologias voltadas ao *uso do tempo*, mesmo que inspirada por ela. E sim, identificar de que forma a rotina das jovens foi reorganizada em um contexto de isolamento social.

3 Foi oferecido para as interlocutoras a possibilidade de utilização de nomes fictícios. Contudo, ambas as interlocutoras optaram pela manutenção de seus nomes reais.

Tal qual expõe Giddens (1989), a noção de *cotidiano* diz respeito justamente à rotinização da vida social inscrita no tempo e no espaço. Assim, podemos afirmar que a rotina não diz respeito apenas às atividades realizadas ao longo do dia, mas também a forma como o dia é organizado e gerido.

Assim como a chegada na sociedade industrial pautou a rotinização e o controle rigoroso do tempo de trabalho na sociedade europeia (Thompson, 1998), a modernidade também trouxe mudanças para a organização da rotina infantil e juvenil, a partir da rotinização do ambiente escolar. Conforme apontam Varela e Alvarez-Uria (1992), a rigidez no controle do tempo teve um papel fundamental na preparação dos filhos de operários para uma lógica temporal similar a do mundo fabril: “O espaço escolar, rigidamente ordenado e regulamentado, tratará de inculcar-lhes que o tempo é ouro (...)”. (p.14)

Ao discorrer acerca da *disciplina*, Foucault (2010) apresenta uma série de mecanismos instituídos no ambiente escolar a partir do século XIX, que se assemelham ao controle das atividades militares (tal como horário, controle dos gestos, medição do tempo e utilização exaustiva). Nesse sentido, segundo o autor, a escola se organiza de forma a “intensificar a utilização do tempo” (p. 149).

Mesmo quando trazemos essa análise para o contexto brasileiro e contemporâneo, ainda conseguimos observar a forte rotinização da vida escolar e uma tentativa de sincronia dos tempos individuais com o tempo coletivo:

No ambiente escolar, para além do relógio, que organiza as divisões de tempo vivenciadas por todos, existe uma outra “máquina”, que intervém ainda mais no sentido de pautar as divisões do tempo: o “sinal”. O soar do sino marca o início do turno letivo, a troca de um período para outro, a chegada e o fim do intervalo, bem como o encerramento do turno letivo. Ele sinaliza o momento em que os tempos individuais devem afinar-se com o tempo coletivo do que será realizado naquele momento. (Koerich, 2019)

Apesar das mudanças que a escola, enquanto instituição, teve ao longo desse tempo, e de um recente deslocamento da centralidade da vida juvenil para outros ambientes que não apenas o escolar, é inegável que ela segue sendo uma das instituições

sociais responsáveis pela organização das vivências temporais juvenis.

Ao produzirem uma etnografia do tempo escolar, Souza e Franch (2014) apresentam como a vivência temporal juvenil é fortemente influenciada por unidades de tempo presentes no ambiente escolar (como ano letivo, bimestre, mês e semana). As autoras ainda expõem acerca da existência de duas temporalidades no ambiente escolar, uma do tempo planejado e outra do tempo realmente vivido. Apesar de distintas, contudo, essas vivências temporais não são paralelas, e o tempo vivido pelos jovens é fortemente pautado pelas medições do tempo institucional do ambiente escolar.

Diferente do que ocorre na escola de educação básica, a universidade não possui um regramento temporal tão marcado, proporcionando aos alunos uma maior autonomia da gestão do tempo. Apesar disso, o tempo vivido dos estudantes universitários também segue métricas temporais típicas da sua condição de estudante e, a depender do nível de centralidade que o curso de ensino superior tenha na vida desse jovem, pode pautar sua rotina de forma considerável.

Mesmo que muitas vezes a rotina juvenil seja marcada pelo exercício de equilibrar vivências temporais distintas (como conciliar estudo e trabalho), é inegável que, no momento em que o jovem estava presente em seu espaço de formação (seja escola, seja universidade), sua marcação temporal tendia a obedecer às lógicas temporais daquele espaço.

Contudo, o contexto de isolamento social decorrente da pandemia do novo coronavírus trouxe alterações profundas para a centralidade do espaço de formação na organização da vivência temporal dos jovens. Em um primeiro momento, quando ainda não se dimensionava o tempo de duração desse momento de exceção, as trajetórias educativas (aqui compreendidas tanto à educação básica quanto à educação superior) entraram em um processo de suspensão. A ausência dessas instituições educativas no cotidiano juvenil abriu espaço para rotinas organizadas por outras instituições (como a família), ou mesmo sem uma lógica organizativa da gestão do tempo.

Conforme aponta o antropólogo Félix Ringel (2020), esse contexto de incertezas e mudanças que vivemos, em decorrência da pandemia do novo coronavírus, pode ser visto como uma *privação de agência temporal*,

ou seja, uma ruptura na nossa capacidade de gerir e controlar o nosso tempo cotidiano.

Com o passar do tempo, as instituições educativas adotaram diferentes estratégias para dar continuidade aos percursos formativos. Algumas optaram pela manutenção de atividades síncronas, outras optaram pela realização de atividades e tarefas assíncronas. De toda forma, mesmo nos casos em que se optou pela tentativa de simular os tempos vigentes no ambiente presencial, a lógica do isolamento social colocou barreiras para que o tempo fosse vivenciado de forma similar ao que ocorria antes do contexto de pandemia.

É nesse sentido que Guizzo, Marcello e Muller (2020) apontam da existência de um *cotidiano inventado* no contexto de isolamento social, a partir da reconfiguração dos papéis das principais instituições sociais do cotidiano de crianças e de jovens<sup>4</sup>: as instituições de educação e a família. Segundo as autoras, estabelecer uma nova rotina nesse cenário é particularmente desafiador.

Por mais que especialistas de diferentes áreas (pedagogia, psicopedagogia, psicologia, entre outras) recomendem o estabelecimento de uma rotina, a maneira como os sujeitos têm lidado com a educação caracteriza-se pela flexibilização, pois esse modo de ensinar sugere lidar com outras linguagens, outras temporalidades e, conseqüentemente, com diferentes experiências. De acordo com Saraiva (2018, p. 32), em uma educação mediada pelas tecnologias, “o espaço-tempo perde seu caráter rigidamente universal, relativizando-se e flexibilizando-se. Os corpos perdem sua fixidez e são convidados a se mover: no movimento fundem-se as dimensões espaço e tempo” (GUIZZO *et al.*, 2020, p.7)

De forma similar, o historiador Ricardo Turin argumentou em entrevista recente que um dos efeitos do contexto pandêmico nas vivências temporais foi o de confinar diferentes dimensões temporais, como em uma convivência de co-temporalidades que convivem e se articulam a partir de tensões.

Nossa sociedade vive tempos extremamente des-sincronizados. É essa pluralidade que faz com que tenhamos sensações divergentes, ou mesmo contraditórias. Estamos, ao mesmo tempo, mais acelerados e mais imobilizados na pandemia. O confinamento físico dos corpos representou uma

expansão de suas existências virtuais, acelerando a digitalização de setores inteiros da sociedade. Aulas virtuais, home office, shows online, o consumo pela internet, as notícias, tudo isso embaralha nossas sensações temporais, pois tudo isso acontece no mesmo espaço (o confinamento da casa) e, muitas vezes, simultaneamente. (TURIN, 2020)

É evidente que as estratégias e táticas elaboradas na gestão do tempo cotidiano durante o isolamento social variam de acordo com diversos elementos, como o nível de escolaridade do jovem, a sua condição na residência de moradia, gênero, raça, rede de ensino que está inserido, dentre outras tantas características que podem se mostrar relevantes para refletir acerca dos marcadores temporais das rotinas durante o isolamento social.

Nosso objetivo aqui é o de iniciar essa discussão, demonstrando a relevância da investigação sobre temporalidades nesse contexto tão marcado pela imprevisibilidade. Assim como Medeiros (2020) declarou que ignorar espaço enquanto categoria teórica e de análise para pensarmos o contexto pandêmico seria desperdiçar oportunidades de compreendê-lo, propomos aqui pensar o *tempo* enquanto teoria de análise que auxilie na compreensão desse contexto ainda tão recente.

### **Duas rotinas em tempos de pandemia: reflexões possíveis**

Nessa seção, apresentamos alguns dos marcadores identificados nas rotinas juvenis das duas jovens que compõem o campo dessa investigação. Depois de tecer considerações acerca das similaridades e diferenças gerais relacionadas a essas duas rotinas, apontamos aspectos relacionados aos tempos dedicados aos afazeres domésticos e de cuidados, ao tempo de estudos, ao tempo de trabalho, bem como do tempo livre. Por fim, apresentamos algumas das reflexões sobre as vivências temporais apontadas pelas jovens.

Em termos de similaridades, é importante destacar que as duas jovens, antes da pandemia, tinham a centralidade de sua rotina bastante pautada pelos tempos de estudo. Além disso, podemos verificar que as duas seguiram as orientações de distanciamento

4 O artigo citado trata acerca de crianças. Contudo, tendo em vista a importância que as instituições de educação possuem também no cotidiano de adolescentes e jovens, estendemos aqui a sua compreensão também para esse público.

social durante a semana que envolveu a coleta de dados. Apesar disso, em ambas as rotinas apareceram marcadores de circulação, mesmo que limitados. Na rotina de Kerolen conseguimos observar a circulação dos pais, que seguem trabalhando presencialmente, a circulação do namorado, que vem passar uma noite com ela e a circulação da sobrinha, que na ausência de escola, é cuidada por Kerolen durante o dia. Na rotina de Maiara, a circulação é ainda mais restrita, tendo um único episódio de circulação, envolvendo a visita ao namorado no dia de seu aniversário.

Em termos de diferenças, podemos apontar, principalmente, o nível de ensino (enquanto Kerolen cursa o ensino médio, Maiara cursa o ensino superior) e o contexto familiar de residência. Kerolen reside com os pais e o tio, e Maiara reside sozinha.

Em relação às rotinas propriamente ditas, os horários de acordar variaram entre 6h e 9h no caso de Maiara, e entre 8h e 9h no caso da Kerolen (apesar de ela levantar as 6h para receber a sobrinha e seguirem dormindo juntas por mais um tempo). Kerolen almoçou todos os dias da semana pontualmente às 12h, enquanto os horários de almoço de Maiara variaram entre 12 e 15h. Para Kerolen, os horários de dormir variaram bastante, e Maiara pareceu ter uma rotina mais regrada nesse sentido.

De uma forma geral, a organização da rotina de Kerolen parece estar bastante centrada nos afazeres domésticos, enquanto que a de Maiara tem centralidade, sobretudo, nas tarefas profissionais. A seguir apresentaremos brevemente reflexões acerca dos diferentes *tempos* da rotina das duas jovens.

### ***Tempos de afazeres domésticos e de cuidados***

Conforme já abordado por uma vasta literatura acerca da divisão sexual do trabalho, independente das demais funções e atividades que exercem, as mulheres tendem a dedicar mais horas aos afazeres domésticos e de cuidados do que homens. Estudos recentes mostram que essa tendência se confirma também quando se comparam as horas de tarefas domésticas entre meninos e meninas jovens e adolescentes.

Por partir da rotina de duas interlocutoras mulheres, essa investigação não tem a pretensão de estabelecer apontamentos relacionados com as questões acerca das diferenças de gênero, uma vez que essas são essencialmente relacionais (Cyrino, 2009).

Contudo, cabe aqui destacar a centralidade dessas tarefas na rotina de Kerolen. Durante a semana (de segunda a sexta), a jovem foi responsável por diferentes atividades diárias (como a limpeza da casa, preparo do almoço, e gerir as medicações do tio, que possui necessidade de cuidados). Além disso, a jovem foi responsável pelo cuidado da sobrinha de 7 anos na terça, quarta e quinta-feira no período das 6h às 17h.

Tomemos como exemplo a rotina simplificada de segunda-feira, dia em que a jovem não precisou cuidar da sobrinha, como forma de visualizar como a rotina esteve centrada na realização das tarefas domésticas:

8:00- Acordei (Hoje não fiquei de babá da minha sobrinha pois ela ficou com o pai dela)

**9:30- Levantei e tomei café**

**10:00- Comecei a arrumar a casa**

**11:00- Comecei a fazer o almoço**

**12:00- Almocei e dei almoço para o meu tio**

**12:50- Terminei de arrumar a casa** e em seguida tomei banho

**14:00- Dei o remédio do Tio** e logo comecei a estudar

**16:00- Minha mãe chegou e fui fazer café**

19:00- Pai chegou e fez chá pra mim pois estava com tosse

20:00- Comecei a ver série com meu namorado por chamada

21:00 Jantei e logo voltei para a série até dormir...

(grifos nossos)

Quase metade das atividades apresentadas pela jovem na organização da rotina de seu dia envolvia a realização de tarefas dessa natureza. Durante a semana, a média de horas diárias utilizadas pela jovem para atividades domésticas e de cuidados foi de 5h (utilizando apenas o período de segunda a sexta para o cálculo). Mas, para além do número de horas ocupadas, queremos aqui destacar o quanto a organização do dia pareceu estar bastante centrada nesse tipo de atividade.

No espaço reservado a reflexões sobre a rotina, Kerolen relata cansaço associado à realização dessas atividades, mas em seguida reconhece o esforço da mãe

na realização de atividades similares em seu exercício profissional:

Essa minha rotina as vezes me cansa, mas eu sei que isso não é nada se comparar a o que minha mãe faz todos os dias, por exemplo, limpando a casa de uma pessoa diferente a cada vez, voltando cansada e eu oferecendo apenas uma xícara de café adoçado, para despertar para a manhã seguinte (Kerolen, 17 anos)

No caso de Maiara, a média de horas diárias ocupadas com tarefas domésticas foi de 2 horas e 48 minutos. Algumas tarefas domésticas, que provavelmente foram realizadas pela jovem (como preparar a janta), não aparecem na descrição de sua rotina. Esse fato indica a não centralidade dessas tarefas, apontando que a organização de sua rotina está calcada em outros elementos (enfaticamente as atividades profissionais).

Torna-se importante aqui a realização de pesquisas com propósito semelhante a esse que envolvam jovens de diferentes gêneros, possibilitando um olhar comparativo para essa dimensão.

### *Tempos de estudo*

Em tempos de “normalidade”, o tempo de estudo tende a ser precisamente localizado no espaço e no tempo. Mesmo que as trajetórias formativas (tanto na educação básica quanto no ensino superior) sejam compostas, também, por horas dedicadas a realização de tarefas e trabalhos, a maior parte da trajetória formativa envolve participar sincronamente (e presencialmente) das aulas.

Dessa forma, pode-se apontar para uma centralidade desse tempo na organização da rotina juvenil. As demais atividades costumam se encaixar nos demais horários disponíveis, especialmente quando falamos de alunos da educação básica. É bastante improvável, por exemplo, que o jovem seja demandado a realizar alguma atividade de cuidado *enquanto* estiver no *tempo de estudo* durante período de normalidade. O fato de as aulas presenciais estarem inscritas em um tempo e espaço específico, garante que aquele momento da aula seja um momento *exclusivo* como tempo de estudo.

Uma demonstração disso é o conceito de *contraturno* escolar, utilizado com frequência nas políticas públicas para as juventudes para designar os turnos do dia em que o jovem não está na escola.

Mesmo no ensino superior, que permite uma maior flexibilidade da rotina dos alunos, há situações onde a organização do dia é centrada no percurso formativo. Esse é o caso de Maiara, conforme aponta a jovem:

Eu me dedicava somente à universidade antes (...) Muitas vezes minhas aulas ficavam de manhã à tarde, e de noite eu trabalhava na bolsa. Eu não conseguia, por exemplo, ir numa academia ou praticar yoga que é uma coisa que eu amo e que hoje eu vivo disso (Maiara, 20 anos).

Além das aulas na faculdade, a jovem tinha uma bolsa de trabalho em uma das bibliotecas da Universidade, no período das 16h às 20h, de segunda a sexta. Como a jovem reside em uma cidade da região metropolitana, também comentou sobre como *perdia tempo* no transporte até a Universidade, que envolvia um trem e um ônibus.

Essa rotina me deixava um pouco estressada, muito cansada. Eu perdia muito tempo que eu poderia estar lendo os textos da faculdade nesse percurso. (Maiara, 20 anos).

É nesse sentido que, para a jovem, o contexto de isolamento social foi visto como algo *positivo*. Segundo ela, o tempo que *ganhou* por não precisar mais se deslocar até a universidade pode ser dedicado a projetos antigos, como investir em sua formação como instrutora de yoga.

Ainda em relação aos estudos, Maiara relata que no início da pandemia, a Universidade ficou um tempo *parada*<sup>5</sup> e que esse *tempo perdido* em sua trajetória acadêmica precisou ser recuperado com a realização de diversas disciplinas a partir do oferecimento de aulas na modalidade remota. Durante a realização do exercício de registro de rotina, Maiara estava no período de recesso na faculdade, previsto entre esse semestre (que é, na verdade, referente ao segundo semestre letivo de 2020) e o início do primeiro semestre letivo de 2021.

5 A Universidade em questão teve as aulas de graduação suspensas do entre março e agosto de 2020. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade aprovou as diretrizes e o calendário das aulas da graduação na forma de Ensino Remoto Emergencial em 27/07/2020. Essa modalidade está vigente até o momento de realização desse artigo (junho de 2021).

Esse descompasso entre os semestres letivos e os semestres cronológicos também pode ser apontado com uma novidade desse contexto, já que anteriormente os fluxos temporais desses dois calendários costumam se desenvolver de forma similar.

Pedimos para que Maiara contasse sobre o seu tempo de estudo durante o isolamento social no período letivo, e a jovem disse que adaptava sua rotina profissional para conseguir acompanhar as aulas.

Quando eu tava com as aulas da faculdade, eu tentava não dar aulas no turno da tarde, tentava encaixar de todo o jeito as minhas alunas para a manhã e aí eu me dedicava no período da tarde. (...) (Maiara, 20 anos)

Além da participação em atividades síncronas, como assistir as aulas, as atividades formativas do semestre envolviam a realização de atividades assíncronas, que Maiara “encaixa” à sua rotina de acordo com as suas demais atividades

(...) Nesse semestre teve bastante Podcast, bastante vídeo. Eu tentava fazer enquanto fazia as coisas de casa. Porque os afazeres de casa nunca param, né? Então enquanto eu lavava a louça, eu ouvia um podcast... agora as leituras mesmo quando dava era de tarde, se não, lia de madrugada. (Maiara, 20 anos).

Essa tentativa de conciliar o estudo com outras atividades, especialmente com a realização de atividades domésticas, também esteve presente na rotina de Kerolen, que relatou dificuldades nessa empreitada:

14:50- Coloquei um desenho pra Júlia e fui estudar (não deu muito certo pois ela não parava quieta (Kerolen, 17 anos).

O tempo de estudo de Kerolen pareceu bastante “picotado” em meio a sua rotina nesse contexto de isolamento. Segundo os registros da jovem, durante a semana de realização do exercício, os momentos em que a jovem conseguiu estudar foram na segunda-feira, das 14h às 16h (enquanto também cuidava das medicações do tio); na terça-feira das 15h às 15h30 (enquanto cuidava da sobrinha) e com dedicação exclusiva das 17h30 às 18h. E na quarta-feira das 18h às 18h30, com dedicação exclusiva.

Nos demais dias, não houve menção a tempo dedicado aos estudos. Importante fazer a ressalva aqui que Kerolen costuma ser uma aluna bastante aplicada em tempos de “normalidade”, como já pudemos acompanhar em atividades anteriores. A jovem, inclusive, ganhou recentemente um concurso literário voltado à sua faixa etária. Essa ressalva é importante no sentido de evidenciar as dificuldades de manutenção de um *tempo de estudos* mesmo entre aqueles jovens que possuem uma disciplina de estudos em sua trajetória.

Esse elemento aponta para a necessidade em se realizarem pesquisas voltadas à forma como os jovens têm vivenciado os desafios da educação nesse contexto pandêmico, uma vez que grande parte das publicações acerca dos desafios pedagógicos contemporâneos têm se debruçado principalmente sobre as dificuldades encontradas pelos docentes. (PALÚ; SCHÜTZ; MAYER, 2021; SILVA; SILVA, 2021)

Apesar das diferenças significativas do espaço dedicado aos estudos na rotina das duas jovens, de uma forma geral podemos afirmar que se antes o tempo de estudo organizava a rotina e, portanto, a realização das demais atividades se encaixavam no *contraturno* do estudo, agora, aparentemente, os estudos se encaixam nas demais atividades, sejam elas atividades domésticas, sejam atividades profissionais.

### *Tempos de atividades profissionais*

Buscamos aqui apresentar as principais considerações acerca dos tempos dedicados à inserção profissional, bem como das reflexões que foram realizadas pelas jovens sobre esse aspecto. Não chamamos aqui de *tempo de trabalho*, por considerar que o conceito de trabalho seja mais amplo e envolve tanto as tarefas profissionais, como as tarefas não remuneradas, como os afazeres domésticos. Assim, não necessariamente nos referimos a atividades profissionais em sua relação com o conceito de *profissionalização* e sim de trabalho remunerado.

Conforme já exposto acima anteriormente, antes da pandemia Maiara atuava como bolsista em uma das bibliotecas da universidade. Durante o contexto de pandemia, a jovem conseguiu colocar em prática projetos antigos voltados à concentração de suas atividades profissionais na função de instrutora de

yoga, atividade que consegue exercer em casa durante esse contexto.

Ao observar o instrumento preenchido por Maiara, fica evidente a centralidade que as atividades profissionais possuem agora na organização de sua rotina. Ao longo da semana, foram 13h utilizadas dando aulas de yoga e outras 7 horas preparando aulas ou conteúdos de apoio para elas. Dessa forma, a jovem relatava o quanto esse contexto foi importante no sentido de oportunizar uma mudança positiva na gestão de seu tempo.

Aí eu consegui ter liberdade, que antes eu não tinha tempo nenhum para me dedicar porque eu ficava muito cansada (Maiara, 20 anos)

Por outro lado, o contexto de isolamento parece ter gerado efeitos negativos para Kerolen no que diz respeito à gestão de seu tempo, principalmente no que se refere à construção de projeto de futuro e de aspirações profissionais.

Tinha diversos planos antes disso tudo, trabalhar, *juntar um dinheiro*, fazer um cursinho pré-vestibular, me formar. Mas tá sendo bem complicado conciliar, me focar ou aprender. (Kerolen, 17 anos).

Essa constatação de Kerolen pode ser interpretada à luz do que Ringel (2020) argumenta em relação à dificuldade de planejar o futuro em tempos de crise como a que estamos vivendo. Segundo o antropólogo, contextos como os nossos nos empurram para o que Jane Guyer chama de *presentismo forçado*, devido à incerteza de quando poderemos pensar nos termos de uma “vida normal”.

Além dessa dificuldade relatada no que diz respeito aos projetos mais relacionados ao futuro (como se formar e fazer cursinho), a jovem relata dificuldades relacionadas à inserção mais imediata em atividades profissionais. A jovem desabafa:

Nem mesmo pra entrevistas me chamam, depois de tantos currículos enviados... Mas apesar de tudo seguimos, semanas boas e semanas ruins. (Kerolen, 17 anos)

Se, por um lado, Kerolen parece estar inserida no grupo de jovens que teve que “adiar” seus projetos de futuro (ou até mesmo reorientá-los), Maiara está no

grupo dos jovens que puderam efetivar antigos projetos e sonhos que estavam guardados, esperando o melhor contexto para serem concretizá-los.

As diferenças aqui apresentadas na rotina das jovens no tocante a atividades profissionais e, em especial, à suas expectativas em relação ao futuro apontam para como os jovens brasileiros têm sentido efeitos diferenciados do contexto de isolamento social. Essas diferenças são reflexos das desigualdades de oportunidades a que estão expostos e que são permeados por desigualdades de classe, gênero, raça, território, escolaridade dos pais, dentre outras.

Maiara e Kerolen não se distinguem tão consideravelmente em termos de faixa etária, locais de residência ou mesmo *origem de classe*. Mas estiveram expostas a diferentes contextos sociais durante o período de isolamento social e tiveram acesso a diferentes oportunidades. Maiara reconhece o quanto a possibilidade de visualizar efeitos positivos do contexto de isolamento social em sua trajetória é, também, reflexo do privilégio de ter acessado algumas oportunidades.

Eu sei que muitas pessoas estão passando necessidade nesse contexto e eu reconheço isso, mas no meu caso isso foi diferente, muito em razão de vários privilégios de conseguir ter acessos, etc

### *Tempo “livre”*

Mônica Franch (2000) alerta para a importância de olhar para a ocupação do tempo livre como uma forma de compreender aspectos fundamentais da vida juvenil de forma a fugir da noção de que o *tempo livre* é um mal a ser combatido.

No exercício aqui proposto, o *tempo livre* das jovens pareceu ser ocupado de forma similar. Tanto Maiara quanto Kerolen tiveram momentos da semana para encontrar seus namorados e vivenciar esse tempo dedicado à suas relações. Ou, como disse Kerolen, “Tirar um tempo para dedicar ao amor”.

As jovens também relataram tempos diários preenchidos por *descanso*. Esses momentos envolveram, sobretudo, a leitura de livros, ou o hábito de assistir filmes ou séries.

Interessante, nesse sentido, pensar o quanto o *tempo livre* é bastante associado a hábitos praticados frente às telas. Vinte anos atrás, ao analisar os usos do tempo livre de jovens da periferia, Franch (2000)

encontrou “assistir televisão” como a prática de tempo livre mais citada entre jovens. Naquela ocasião, os jovens que participaram da pesquisa assistiam a TV aberta e ficavam trocando de canal durante os intervalos comerciais, com o intuito de busca um “divertimento” constante. Para a autora, esse hábito também pode ser visto como uma busca pela sensação de preenchimento e mesmo de sociabilidade:

É também (...) um meio de evasão, uma forma de vencer o tédio, um “passatempo” que ocupa o lugar da sociabilidade, ou até da contemplação solitária, fornecendo a ilusão da companhia através das suas imagens constantes. Assistir TV à toa, mudando de canal durante os comerciais, procurando algum divertimento nas ondas televisivas, é uma das formas, a mais pungente talvez, de “matar o tempo” de um sábado à tarde. Contudo, a relação do indivíduo com a televisão pode ser entendida como uma outra forma de exercer a sociabilidade, requisito básico, como já foi repetidamente comentado, da recreação. (FRANCH, 2000, p. 124)

No cenário atual, com a difusão das plataformas *streaming*<sup>6</sup>, há alteração na forma de se relacionar com essa tela, uma vez que os jovens podem possuir uma relação de maior autonomia em relação ao que pretendem assistir, sem a necessidade, por exemplo, de ficar alternando canais durante os intervalos comerciais.

Mas, de forma semelhante, a interação via telas cumpre um propósito de sociabilidade similar ao encontrado por Franch no contexto por ela estudado. Também lá a pesquisadora encontrou ocasiões em que assistir televisão fazia parte de eventos de sociabilidade. A inovação do momento atual talvez seja a possibilidade de que essa socialização ocorra mesmo quando os jovens não se encontram no mesmo ambiente.

Kerolen inclusive relatou uma forma interessante de contornar as distâncias geradas pelo isolamento social: ela e o namorado assistiram séries ao mesmo tempo em que estavam *em chamada* pelo telefone. Assim, mesmo cada um em sua casa, era como se estivessem “gastando” esse tempo livre de forma conjunta.

Uma das características desse *tempo livre* é que, diferente da rigidez dos demais tempos, sua existência é mais fluída, sem uma precisão de início e término.

No caso de Kerolen, por exemplo, em uma das noites dedicadas a assistir séries, esse tempo acabou se estendendo até às quatro da manhã. O tempo livre, assim, é menos uma parte constituinte da rotina e mais elementos que preenchem o tempo *apesar* da rotina.

### *Percepções do tempo e do contexto*

Depois de apresentar os *achados de pesquisa* referentes às duas rotinas aqui analisadas, trazemos aqui algumas das reflexões acerca das percepções das jovens sobre o tempo vivenciado nesse contexto de isolamento, bem como sobre o contexto pandêmico em si.

Uma das principais mudanças que o contexto de isolamento trouxe foi a *dessincronização* entre as rotinas individuais e a rotina coletiva. Mesmo em tempos de “normalidade” há uma coexistência entre os tempos individuais e os tempos coletivos, conforme aponta Melucci (1996). Contudo, a existência de atividades cotidianas presenciais gera aspectos de sincronização dos tempos individuais, ao menos momentaneamente e entre os jovens que compartilham as atividades de formação.

No contexto de isolamento social, essa sincronização entre tempos individuais e coletivos não ocorre mais necessariamente devido aos compromissos educativos. Cada família teve sua reorganização temporal e de rotina. Essas alterações mudaram não apenas a forma como o tempo é organizado nas rotinas, mas também a forma como o tempo é percebido por cada um.

Maiara confirma que sentiu mudanças na forma de se relacionar com o tempo.

Com certeza a forma como a agente se relaciona com o tempo mudou durante a pandemia. Até porque tu não fica mais em contato com outras pessoas. Por exemplo, quando estamos com os amigos, o tempo voa, é uma coisa muito positiva. E hoje em dia é muito difícil viver isso. Mas, ao mesmo tempo, quando a gente está nas redes sociais, eu tenho a impressão que o tempo passa mais rápido. A gente fica ali vidrado no telefone, que prende a gente de uma forma... (Maiara, 20 anos)

6 No campo da tecnologia da informação, *streaming* diz respeito à uma forma de distribuição digital, que se caracteriza pela distribuição de dados através da internet, sem a necessidade de que os usuários descarreguem esses dados de forma individual. Um dos principais exemplos das plataformas *streamings* é o Netflix®.

Nesse sentido, o tempo de lazer e socialização, mesmo que modificado, continua “voando”, marcando uma percepção de rapidez e fluidez. Apesar de afirmar que sua rotina hoje é bastante cheia, Maiara relata estar *menos cansada* que antes. Essa redução do cansaço não diz respeito à redução de atividades realizadas e sim a mudanças na natureza das atividades realizadas. Ao substituir o tempo de locomoção por atividades profissionais, a jovem *percebe* o tempo de forma diferente.

Por outro lado, ao relatar sua rotina, Kerolen utiliza a expressão “a rotina de sempre”, indicando certa monotonia ligada à repetição da rotina. Franch (2008), ao analisar os sentidos de tempo desenvolvidos por jovens de classes populares, aponta que, para as jovens analisadas, “é o tempo da reprodução doméstica que mais responde pela sensação de repetição” (p. 140). Em partes, essa repetição guarda percepções de cansaço por parte da jovem, que acaba acumulando as atividades de estudo com as atividades de cuidado com a casa e com outras pessoas.

Ao contrário disso, Maiara descreveu precisar “fugir do tédio” no momento em que as aulas da faculdade ficaram suspensas em 2020, aprofundando sua formação como instrutora de yoga para esse fim.

Aí depois da pandemia eu comecei a olhar mais para meus estudos. Porque eu fiquei um semestre parada e eu comecei a pensar o que eu poderia fazer (...) “Eu pensei: eu preciso ocupar minha mente, porque não tem nada para eu fazer (Maiara).

Além das percepções sobre o tempo, Kerolen teceu reflexões sobre como estava vivenciando o contexto de pandemia.

Depois de termos perdido tantas pessoas, inclusive minha avó e alguns parentes e amigos da família, encontramos todos os dias motivos para continuar, nem que sejam pequenos.

Durante essa semana, aconteceu também o 29 de maio, um dia histórico que eu não pude participar, tanto por medo da doença e de trazê-la para dentro de casa, quanto por talvez levá-la para lá, e ficar em casa foi uma decisão difícil, pois sei como está crítico o país nesse desgoverno e nessa loucura. Mas poder ver o tanto de pessoas na luta foi como um suspiro de alívio. (Kerolen)

Apesar das dificuldades que relata em sua rotina decorrentes desse contexto, a jovem finaliza sua reflexão falando em *suspiros de alívio* e esperanças de novas organizações do tempo e rotina, menos pautadas pelo medo “da doença e de trazê-la para dentro de casa”.

### Considerações Finais

Esse artigo buscou tecer reflexões iniciais acerca dos marcadores temporais da rotina de duas jovens durante o contexto de isolamento social decorrente da pandemia do novo coronavírus. Seu objetivo não foi o de verificar milimetricamente de que forma as duas jovens ocuparam seu tempo durante uma semana. Ao contrário, partimos de seus registros da rotina para compreender quais os marcadores temporais emergiram desse registro.

Sabemos que, ao utilizar instrumentos como esses, é preciso estar ciente de que muitas informações *escapam* às anotações. A ideia foi, assim, partir da forma como as próprias jovens representaram suas rotinas e seu cotidiano.

Podemos constatar um deslocamento na centralidade da organização do tempo na rotina, que antes estava centrado nos tempos de estudo, e que, agora, estão centrados em diferentes tempos (como os de afazeres domésticos e de atividades profissionais).

Conforme já afirmou Franch (2008), é preciso encontrar um balanço entre a tese de que as temporalidades juvenis contemporâneas podem ser sentidas de forma cada vez mais individual e o fato de que essa individualização esconde “linhas de força” na construção dessas temporalidades, pautadas em diferenças de condições de vida. (p.195)

As reflexões expostas nesse artigo demonstram parcialmente essa tensão. Se, por um lado, as vivências temporais cotidianas dessas jovens parecem fruto de escolhas individuais ou mesmo de contexto familiares específicos, por outro, alguns marcadores relacionados à condição de vida das jovens dão pistas sobre a forma como jovens em contextos similares podem vivenciar suas relações temporais. O próprio contexto da pandemia que, por mais que seja vivenciado de forma diferencial entre os jovens, é um elemento que atravessa a rotina e o cotidiano dos jovens contemporâneos de uma forma geral, podendo gerar marcas e efeitos parecidos nas temporalidades juvenis.

Assim, esses deslocamentos observados na rotina dessas duas jovens podem nos ajudar a dar as primeiras pistas sobre os efeitos que esse contexto atípico de pandemia e de isolamento social pode trazer não apenas para a organização da rotina, mas também para os marcadores centrais das vivências temporais juvenis.

Acreditamos que a realização desse campo exploratório e a sistematização das análises aqui registradas possam demonstrar a relevância de estudos voltados a compreender as vivências temporais juvenis em contextos sociais atípicos, como o que estamos vivendo. Evidencia-se, dessa forma, a necessidade de realização de novas pesquisas com esse propósito, que envolvam um número maior e mais diverso de interlocutores, para que seja possível estabelecer análises comparativas e identificar o papel de diferentes características como faixa etária, classe, gênero e raça na forma como os jovens se relacionam com as mudanças temporais nesse contexto.

### Referências bibliográficas

- ABBOTT, Andrew. **Methods of Discovery: Heuristics for the Social Sciences**. New York, Norton, 2004.
- AGUIAR, Neuma. Mudanças no uso do tempo na sociedade brasileira. **Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho**. Ribeirão Preto, n.34, p. 73-106, 2011.
- CYRINO, Rafaela. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. **Revista Sociologias**. n. 21, p. 66-92, 2009.
- ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- FRANCH, Mónica Lourdes. **Tardes ao léu: um ensaio etnográfico sobre o tempo livre entre jovens de periferia**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife- PE, 2000
- FRANCH, Mónica Lourdes. **Tempos, contratempos e passatempos: um estudo sobre práticas e sentidos do tempo entre jovens de grupos populares do Recife**. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- FRANCH, Mónica Lourdes. De Tempos em Tempos: Reflexões sobre a Categoria Tempo nos Estudos sobre Juventudes. **Revista TOMO**, São Cristóvão, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i32.8838>
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- GUIZZO, Bianca; MARCELLO, Fabiana; MÜLLER, Fernanda. A reinvenção do cotidiano em tempos de pandemia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202046238077>
- KOERICH, Bruna Rossi. **(Contra)Tempos na escola: reflexões sobre a vivência do tempo no ensino médio**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/205807>. Acesso em: 14 jun. 2021.
- LECCARDI, Carmen. “Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo”. **Tempo Social**. São Paulo, v. 17, n. n. 2, p. 35–57, 2005.
- MEDEIROS, Ricardo. Coexistir no espaço-tempo da pandemia. **Ensaio de Geografia**. Niterói, v. 5, p. 142–147, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/eg.v5i9.42304>
- MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 3–14, 1996.
- PAIS, José Machado. A esperança em gerações de futuro sombrio. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 267–280, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000200018>
- PAIS, José Machado. Buscas de si: expressividades identidades juvenis. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (org.). **Culturas jovens: Novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro, Jorge ZAHAR Editor, 2006. p. 7–21.
- PALÚ, Janete; SCHÜTZ, Jenerton; MAYER, Leandro. **Desafios da educação em tempos de pandemia**. Cruz Alta, Editora Ilustração, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.46550/978-65-991146-9-4>

PINHEIRO, Ana Carla Oliveira; PEREIRA, Flavilio da Silva; FRANÇA, Rafael. A análise dos usos do tempo como instrumento para se pensar a juventude. **Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES**, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/snpgcs/article/view/1558>. Acesso em: 25 ago. 2021.

PINTO, Edmara de Castro. Tempo da Juventude ou Juventude além do Tempo? In: ARAÚJO, Emília; DUQUE, Eduardo (ed.). **Os tempos sociais e o mundo contemporâneo**. Um debate para as ciências sociais e humanas. Portugal, Universidade do Minho, 2012. p. 225–237.

RINGEL, Felix. Como a pandemia mudou nossa percepção do tempo. **Nexo Jornal**, Brasil, 26 jun. 2020. Externo. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2020/06/26/Como-a-pandemia-mudou-nossa-percep%C3%A7%C3%A3o-do-tempo>. Acesso em: 24 maio 2021.

SILVA, Katharine; SILVA, Jamerson. **CADERNOS DA PANDEMIA**: problematizando a Educação em tempos de Isolamento Social. Curitiba, Editora CRV, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24824/978652510847.6>

SOUZA, Josilene Pequeno de; FRANCH, Mónica. Ritmos, tempos medidos e tempos vividos: uma etnografia do tempo escolar. In: **Anais dos GTS da REFOR**. 18., 2014, Recife- PE, UFPB, 2014. p. 656–673.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

TURIN, Ricardo. **Tudo ao mesmo tempo**: pandemia nos confinou a diferentes dimensões temporais. Entrevistador: Juliana Sayuri. Japão, TAB Uol; 12 ago. 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/08/12/tudo-ao-mesmo-tempo-pandemia-nos-confinou-a-diferentes-dimensoes-temporais.htm>. Acesso em: 14 jun. 2021.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A Maquinaria Escolar. In: **Teoria & Educação**. n. 6 São Paulo, 1992, p. 68–96.

# Políticas de vida e morte: Redução do valor dos corpos e aumento das precariedades no primeiro ano de pandemia

*Talita Iasmin Soares Aquino<sup>1</sup>*  
*Carlos Magno Camargos Mendonça<sup>2</sup>*

## Resumo:

Neste ensaio lembramos acontecimentos violentos ocorridos no Brasil durante o primeiro ano de pandemia de Covid-19, propondo reflexões que inquiram o valor dos corpos na sociedade brasileira, bem como as desigualdades decorrentes das hierarquias de gênero e do racismo. Compreendemos que os marcadores sociais da diferença ganham novas tramas em situações especiais, como a pandemia, e podem agravar situações de precariedade. Inicialmente, abordamos o isolamento social como fator de destaque no aumento de casos de violência intrafamiliar, colocando em perspectiva o sistema patriarcal e a cultura da violação, em diálogo com alguns casos e dados quantitativos. Posteriormente, discutimos as violências que atingem certos corpos e territórios a partir de acontecimentos e sua repercussão midiática, abordando a lógica institucionalizada do racismo e a produção de teatralidades da morte. Elaboramos uma argumentação que articula as violências hierárquicas a uma noção de valor, atravessada por políticas de morte. Tal articulação nos ajuda a compreender como as lógicas patriarcal e racista se beneficiam do contexto pandêmico para acentuar a precariedade de determinados sujeitos e destituir a importância de tais vidas, em meio a um processo de banalização da morte.

**Palavras-chave:** Covid-19. Violência intrafamiliar. Racismo. Precariedades. Necropolítica.

## Politics of life and death:

### Reduced value of bodies and increased precariousness in the first year of the pandemic

## Abstract:

In this essay, we recall some violent events that occurred in Brazil during the first year of the Covid-19 pandemic, proposing reflections that inquire into the value of bodies in Brazilian society, as well as the inequalities arising from gender hierarchies and racism. We understand that the social markers of difference gain new plots in special situations, such as the pandemic, which can aggravate precarious situations. Initially, we approach social isolation as a prominent factor in the increase cases of intrafamily violence, putting the patriarchal system in perspective and the culture of violation, in dialogue with some cases and quantitative data. Later, we discussed the violence that affects certain bodies and territories, addressing the institutionalized logic of racism, and the production of theatricalities of death, from events and their media repercussion. We elaborate an argument that articulates hierarchical violence to a notion of value, crossed by death policies. Such articulation helps us to understand how patriarchal and racist logics benefit from the pandemic context to accentuate the precariousness of certain subjects and dismiss the importance of such lives, amid a process of trivialization of death.

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG). Bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Professor Associado do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais.

**Keywords:** Covid-19. Intra-family violence. Racism. Precariousness. Necropolitics.

### Introdução

Passado mais de um ano desde o registro do primeiro caso de Covid-19 no Brasil, permanecemos realizando formas mais ou menos restritas de isolamento social. Em razão da pandemia, tentamos conciliar os velhos modos de habitar e as novas formas de vivenciar a casa. Para uma parcela da população, dotada de recursos econômicos, financeiros e tecnológicos, o obscuro início da quarentena anunciava o confinamento como um tempo adequado para a descoberta de si, inventos gastronômicos e horas de sobra para ler livros ou ver filmes. Todavia, os ensejos alardeados no início foram substituídos pelo desânimo e pela ansiedade na espera da vacina que, por incompetência e/ou projeto político, demorou a chegar à população brasileira.

Protegidos em nossas residências, fomos naturalizando o *home office*. Este formato de trabalho, antes restrito a grupos bem específicos de trabalhadores, tornou-se a fórmula possível para a equação que necessita equilibrar trabalho e confinamento. Com o *home office* chegaram as despesas com a infraestrutura para manter o trabalho, as adaptações às tecnologias e metodologias necessárias para resolver tudo à distância, a reformulação espacial da casa, a alteração dos horários no ambiente doméstico etc. Entretanto, quando olhamos para quem pode trabalhar em casa, percebemos desigualdades tanto em relação às funções exercidas, quanto em relação aos corpos que as exercem. Por um lado, atividades que podem ou não serem efetuadas à distância; por outro, sujeitos que podem ou não trabalhar no espaço doméstico. Neste segundo viés, por exemplo, os privilégios relacionados ao contexto do lar são evidenciados: quais habitações possibilitam uma boa conexão de internet, para as horas e horas de chamadas de vídeo? Quem tem espaço em casa para montar um escritório e conseguir se concentrar nas tarefas? Quem teria condições de se desvencilhar

dos outros moradores para cumprir um “horário de trabalho”?

Distante desses privilégios, parte da população experimentou a aceleração de seu empobrecimento. Segundo o Jornal Folha de São Paulo<sup>3</sup>, em texto publicado em maio de 2020, dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), durante o primeiro semestre de 2020, apontavam um crescimento na taxa de pessoas desempregadas no Brasil. Naquele momento, a taxa era de 12,2%. No mês de maio de 2021, uma publicação do portal G1 tinha por título o recorde histórico na taxa de pessoas desempregadas no Brasil: 14,7% ou 14,8 milhões de brasileiras e brasileiros sem trabalho formal<sup>4</sup>. De acordo com os dados de uma pesquisa realizada pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro<sup>5</sup>, 31% das pessoas que estão vivendo nas ruas daquela cidade estão nesta situação há menos de 12 meses. Dentro deste número, 64% foram viver nas ruas depois de terem perdido o emprego. A pesquisa apontou também um aumento de 35% no número de mulheres em situação de rua.

Outra parte da população continuou empregada, mas também mais exposta ao vírus, destituída da segurança do *home office*. O trânsito desses corpos, comprimidos nos transportes públicos das grandes e pequenas cidades do país, continuou a se mover em direção às casas e empresas de famílias abastadas. Empregadas domésticas, babás, porteiros, garis, atendentes de supermercado, permaneceram nessa linha de frente, em serviços considerados essenciais. Durante a pandemia, o debate sobre a manutenção desses trabalhadores em regime presencial foi amplamente pautado, principalmente em 2020. Muitos artistas, influenciadores digitais e outros representantes das camadas mais privilegiadas da sociedade foram “flagrados” fazendo confinamento com seus funcionários, por vezes os obrigando a permanecerem na residência dos chefes. Em abril de 2021, o marido da cantora Ivete Sangalo, Daniel Cady, afirmou que ele e a família teriam sido infectados pela cozinheira da casa: “A Covid chegou por uma funcionária, uma cozinheira. O que a gente pode fazer a gente fez. Uma semana o funcionário passava aqui e na outra folgava,

3 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/crise-trazida-pela-pandemia-acelera-o-empobrecimento-do-brasileiro.shtml>>

4 Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/05/27/desemprego-atinge-147percent-no-1o-trimestre-diz-ibge.ghtml>>

5 Disponível em: <<https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-a-pandemia/>>

mas agora está tudo bem”<sup>6</sup>. Após a repercussão negativa da declaração, o nutricionista pediu desculpas em suas redes sociais.

Esse caso reverbera ainda outros dois, infelizmente envolvendo vítimas fatais. Recordamos que a primeira morte por Covid-19, no estado do Rio de Janeiro, em março de 2020, foi de uma mulher, de 63 anos, que morava no município de Miguel Pereira (RJ) e passava quatro dias por semana trabalhando como empregada doméstica em uma residência no Leblon, a mais de duas horas de viagem. Tendo trabalhado por 20 anos para a família, contraiu a doença da empregadora, que havia passado o carnaval na Itália<sup>7</sup>. Lembramos ainda, que o primeiro caso de Covid-19 registrado no país, em 26 de fevereiro de 2020, foi de um homem de 61 anos, que também havia regressado de uma viagem à Europa.

Exatamente um mês depois, o Brasil registrou o número de 77 mortos. No mês de junho de 2020, eram 7.256 óbitos, de acordo com os números divulgados pelo Ministério da Saúde. Quando a média de mortes diária chegou a 400 pessoas, já estávamos abrigados sob o perigoso manto que nubla a visão e nos faz confundir vidas e índices numéricos. Em junho de 2021, ao ultrapassarmos a marca de mil mortes diárias (tendo atingido o pico em abril daquele ano, com mais de 4 mil mortes em um dia), parecíamos ainda mais distantes de compreender tais números como vidas perdidas, como existências interrompidas. Nas telas, víamos o apagamento do peso de vidas e as mortes como o coroamento deste ato. Imagens de caixões empilhados em valas comuns, o relato de pessoas desesperadas por alguma vaga em Unidades de Tratamento Intensivo, a falta de oxigênio, o aplauso para as e os profissionais de saúde, os pênaltos contra o presidente, o desemprego, a fome e a violência.

Compreendemos, especialmente a partir do pensamento de Judith Butler (2018; 2020a; 2020b), que a experiência pandêmica não é a mesma para todo mundo. Embora a pandemia evidencie como somos vulneráveis diante uns dos outros, uma vez que nossa vida é posta em risco mediante a possibilidade de contato, em algumas situações essa vulnerabilidade é ou torna-se ainda mais acentuada. Isto ocorre quando

sobre as pessoas repercutem as condições impostas por múltiplos marcadores sociais da diferença (MELO; MALFITANO; LOPES, 2020), nessa tessitura entre os marcadores se dão a ver situações de precariedade.

A precariedade é a rubrica que une as mulheres, os *queers*, as pessoas transgêneras, os pobres, aqueles com habilidades diferenciadas, os apátridas, mas também as minorias raciais e religiosas: é uma condição social e econômica, mas não é uma identidade (na verdade, ela atravessa essas categorias e produz alianças potenciais entre aqueles que não reconhecem que pertencem uns aos outros). (BUTLER, 2019, p.65)

Quando buscamos limites para as noções de vulnerabilidade e precariedade, estamos pensando nos modos pelos quais os corpos experimentam interações sociais, culturais, afetivas, e sexuais em uma determinada sociedade. Pensamos a vulnerabilidade como interdependência, no sentido de que nossa existência depende daqueles com os quais convivemos e daqueles que não necessariamente são próximos ou conhecidos. Portanto, entendemos a vulnerabilidade como condição intrínseca à vivência coletiva. Entretanto, refletimos a partir de Butler (2013), que chama atenção para a necessidade de repensar o que significa ser um ser social, a fim de compreender a precariedade. A filósofa ressalta a dependência não apenas dos sujeitos entre si, mas entre os sujeitos e as instituições sociais (BUTLER, 2013, p. 3).

[...] o que queremos dizer quando nos referimos ao conceito sociológico de sujeito, e como o distinguimos tradicionalmente do conceito ontológico de sujeito? Quando eu defendo que o sujeito é constituído socialmente, ou que o sujeito é constituído em e por suas relações sociais com os outros, é uma afirmação sociológica ou ontológica? Para mim, a ontologia não se situa em outro nível senão o social nesse tipo de debate, [...]. Isso significa que quaisquer que “sejam” esses seres, o que eles “são” é constituído no cruzamento dessas relações, o que implica também que, quando as instituições sociais falham, eles ficam ameaçadas de “não ser” ou de formas de morte social. (BUTLER, 2013, p. 3)

6 Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/04/10/marido-de-ivete-sangalo-pede-desculpas-para-cozinheira-apos-revelar-infeccao-por-covid-19-na-familia-grande-erro.ghtml>>

7 Disponível em: <<https://apublica.org/2020/03/primeira-morte-do-rio-por-coronavirus-domestica-nao-foi-informada-de-risco-de-contagio-pela-patroa/>>

Segundo Butler (2020a), embora o vírus não discrimine quem irá atingir, as desigualdades sociais e econômicas se certificam de que exista discriminação. Em tal cenário, o direito à vida de uns se dá às custas de outros, criando distinções entre vidas que merecem ou não o luto, “ou seja, aquelas que deveriam ser protegidas contra a morte a todo custo e aquelas cujas vidas são consideradas não dignas de proteção contra doenças e morte” (BUTLER, 2020a)<sup>8</sup>. Quando a saúde da economia é mais valiosa que a saúde das populações, é correto pensar que “as pessoas mais vulneráveis morram - os idosos, os sem-teto, aqueles com doenças preexistentes - desde que a economia possa ser reativada. A nação não é seu povo, mas apenas seus mercados” (BUTLER, 2020a). Tal economia antropomorfizada, cuja saúde importa mais que a das vidas humanas, retira forças dos trabalhadores, das populações já precarizadas, para sobreviver (BUTLER, 2020b).

Neste ensaio, dialogamos com alguns acontecimentos que nos levantaram questões acerca desse “não ser social”, por evidenciar como a precariedade de determinados corpos e territórios, foi acentuada durante a pandemia. Os casos, ocorridos durante o período pandêmico, mas sem relação direta com a proliferação do vírus, fomentaram debates na arena pública e chocaram por suas características violentas. Em diálogo com eles, refletimos e argumentamos sobre como a ação, convivência ou omissão institucional, baseadas em um sistema simbólico de destituição de valor dos sujeitos, contribuíram para agudização da precariedade de algumas populações. No primeiro tópico, concentramos a discussão na relação violência intrafamiliar e sistema patriarcal e, no segundo, discutimos violência institucionalizada e racismo.

### **Ficar em casa também pode ser letal**

Se, por um lado, a pandemia explicita uma interdependência global, em que “somos confrontados com um vírus que atravessa fronteiras rapidamente, alheio à própria ideia de território nacional” (BUTLER, 2020a), por outro, a necessidade do isolamento nos direciona a permanecer nas “unidades familiares,

espaços habitacionais compartilhados ou domicílios individuais” (BUTLER, 2020a). Entretanto, embora o espaço doméstico seja figurado como lugar de proteção, essa perspectiva não é real para grande parte da população.

Além das vulnerabilidades impostas pela materialidade do ambiente, como abordamos na Introdução deste texto, o compartilhamento frequente dos espaços domésticos acentuou as condições para a ocorrência de outro problema social histórico no contexto brasileiro: a violência intrafamiliar. Em junho de 2021, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Datafolha<sup>9</sup> produziram uma nova rodada da pesquisa “*Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*” que trouxe questões específicas para o momento de pandemia. O relatório informou que “1 em cada 4 mulheres (24,4%) acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses [...] o que significa dizer que cerca de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano” (FBSP, 2021, p. 10). Os dados reforçaram, ainda, a informação de que companheiros, ex-companheiros e familiares são os principais autores das violências (72,8%) e que a residência segue como o espaço de maior risco para as mulheres.

A pesquisa apresenta outros elementos importantes, indicando que 61,8% das mulheres que sofreram violência afirmaram que a renda familiar diminuiu na pandemia, e 46,7% delas também perderam o emprego. Em relação ao perfil das vítimas, verificou-se que quanto mais jovens, maior a prevalência de violência; que mulheres não brancas experimentaram níveis mais elevados de violência; e que mulheres separadas e divorciadas foram as mais vitimadas<sup>10</sup>. A 14ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública<sup>11</sup> analisou os registros de violência referentes ao ano de 2019 e ofereceu um panorama dos primeiros meses de 2020, considerando o impacto da pandemia na sociedade brasileira. Segundo os dados, os relatórios da polícia sobre abuso doméstico registaram uma queda, de 1.157 denúncias, feitas em março de 2019, para 652, efetuadas nos primeiros 22 dias de março de 2020. Essa diminuição no número de denúncias pode indicar

8 As citações relativas às referências 2020a e 2020b, de Judith Butler, são traduções livres realizadas por nós.

9 Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>>

10 O dado pode indicar que tentativas de separação do agressor são fatores de vulnerabilidade que aumentam a possibilidade dessas mulheres serem mortas por seus parceiros.

11 Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>>

dificuldade da vítima para realizar uma ligação ou ir à delegacia, já que o agressor está mais próximo.

Considerando os números apresentados por este Anuário, que comparam o primeiro semestre do ano de 2020 com o primeiro semestre de 2019, com o objetivo de verificar como a pandemia impactou os índices de violência contra a mulher no Brasil, confirma-se o que já vinha sendo indicado nas notas técnicas publicadas anteriormente e o que já vinha sendo constatado em outros países: houve redução dos registros de lesão corporal dolosa, ameaça, estupro e estupro de vulnerável e aumento da violência letal contra as mulheres no primeiro semestre desse ano (FBSP, 2020, p. 39).

O Anuário (2020) também apontou que o aumento do tempo em casa elevou “a carga do trabalho doméstico, o convívio com crianças, idosos e familiares e a ampliação da manipulação física e psicológica do agressor sobre a vítima” (FBSP, 2020, p. 38). Segundo pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz, outros fatores de risco podem estar associados ao aumento das ocorrências de violência contra a mulher na pandemia, sendo a “diminuição da renda familiar, aumento dos níveis de estresse, aumento do consumo de álcool” (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

Como o contexto de isolamento social tem imposto, principalmente para as mulheres, um convívio mais intenso com os agressores, na grande maioria pessoas próximas das vítimas, torna-se ainda mais necessário que o enfrentamento ao problema seja “priorizado como uma política pública forte e consistente, não limitada apenas aos setores da segurança pública, mas igualmente aos campos da saúde, educação e assistência” (FBSP, 2020, p. 41). Entretanto, embora o governo federal tenha desenvolvido estratégias de combate à violência contra a mulher, como a abertura de canais online para denúncia de casos, a atuação não foi significativa. Segundo matéria veiculada no portal da Câmara dos Deputados<sup>12</sup>, dos mais de 120 milhões de reais previstos na Lei Orçamentária de 2020 para serem utilizados em políticas para as mulheres, apenas 5,6 milhões foram efetivamente gastos. O texto sinaliza ainda que o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 (que estabelece diretrizes da administração pública federal), excluiu o “Programa 2016: Políticas para as

Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento a Violência” e criou o “Programa 5034: Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos”, e argumenta que a fusão dos programas (um destinado apenas às mulheres e outro que inclui idosos e pessoas com deficiência) “pode dificultar o acompanhamento dessas políticas públicas e levar a uma redução da transparência” (Agência Câmara de Notícias, 2020).

Sabemos, no entanto, que a pandemia apenas acentuou o problema da violência de gênero, que já era urgente no país. Os dados de 2019, sistematizados no 14º Anuário, demonstram uma realidade assustadora. Em 84,1% dos casos de estupro de vulnerável, os agressores eram conhecidos da vítima, o que sugere “um grave contexto de violência intrafamiliar, no qual crianças e adolescentes são vitimados por familiares ou pessoas de confiança da família” (FBSP, 2020, p. 136). Em relação aos números totais de estupros, 70,5% dos casos foram registrados como estupros de vulnerável. Dentre esses casos, 64% ocorreram “no período da manhã ou da tarde, possivelmente no momento que pais e/ou responsáveis se ausentam para o trabalho e que as vítimas ficam mais vulneráveis” (FBSP, 2020, p. 136). No total de estupros e estupros de vulneráveis, 57,9% das vítimas tinham no máximo 13 anos, sendo 28% entre 10 e 13 anos, 18,7% entre 5 e 9 anos de idade e 11,2% entre 0 e 4 anos. A publicação informa ainda que, em 2019, uma agressão física ocorreu a cada dois minutos e um estupro a cada oito minutos e que, em uma comparação com o ano de 2018, houve crescimento no número de feminicídios ocorridos no Brasil.

A precariedade que acomete essas mulheres e crianças está intrinsecamente relacionada às formas de poder que organizam nossa sociedade. No trabalho da australiana Raewyn Connell (2015), encontramos, dentre outras, uma linha reflexiva sobre o ordenamento de gênero sob as seguintes lógicas: de poder - o patriarcado -, de produção - a divisão sexual do trabalho -, dos afetos - o controle da sexualidade através da previsão de relações estáveis, monogâmicas e produtivas. Nesse contexto, a violência que acomete as mulheres está ancorada na ideia de que tudo que não é o homem deve ser submisso a ele. Essa crença

12 Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/668512-governo-gastou-apenas-r-56-milhoes-de-um-total-de-r-1264-milhoes-previstos-com-politicas-para-mulheres/>>

confere aos agressores certo senso de direito sobre esses corpos, que devem obedecer ou morrer. Quando o isolamento social é adicionado à equação, junto a outras consequências sociais da pandemia, as vítimas se veem ainda mais aprisionadas ao universo da agressão, e o distanciamento em relação a amigos, familiares ou redes de apoio tornam a situação ainda mais precária.

Trazemos à discussão as proposições de Rita Segato (2003), que realizou uma pesquisa com homens que foram julgados e encarcerados, em Brasília, por cometerem estupros cruentos contra mulheres (*violación cruenta*). Tais violências são caracterizadas por ela como aquelas que acontecem no anonimato das ruas, em um ato que se realiza por meio do uso da força física. A antropóloga argumenta como o ato violento aponta para o disciplinamento da mulher ou implica um desafio dirigido a outro homem (SEGATO, 2003, p. 26). A autora discute como a violação se aproxima de uma dimensão territorial, já que “como território, a mulher e, mais especificamente, o acesso sexual a ela, é um patrimônio, um bem pelo qual os homens competem entre si”<sup>13</sup> (SEGATO, 2003, p. 26). Segato identifica nas entrevistas com os violadores alguns temas recorrentes, que fundamentam sua argumentação, sendo eles: o castigo contra a mulher que saiu de seu lugar, ou negou a posição de subordinação; a agressão ou enfrentamento contra outro homem, que desafia o poder e o patrimônio do violador; e a demonstração de força e virilidade em relação aos pares, objetivando garantir um lugar entre eles a partir da comprovação de competência sexual e força física.

Compreendemos, em diálogo com a pesquisadora, que essa forma de violência se relaciona a uma experiência de masculinidade fragilizada, em que a condição do masculino representa uma dependência de um status que engloba, sintetiza e confunde poder sexual, poder social e poder de morte (SEGATO, 2003, p. 37). Portanto, a violação pode ser entendida como uma forma de restaurar o status perdido a partir da subordinação do corpo feminino, que coloca em dúvida a capacidade do masculino de exercer controle (SEGATO, 2003, p. 31-32). Segato argumenta que o sujeito que viola não o faz porque tem poder ou

para demonstrar que o tem, mas porque deve tomá-lo (SEGATO, 2003, p. 40),

[...] porque de fato a violação responde dialogicamente à interpelação de personagens que povoam o imaginário do perpetrador, figuras genéricas que o instigam e exigem a restauração de uma ordem danificada. Em última análise, estão em jogo a virilidade e o prestígio pessoal que a violação confere como valor. Pode-se dizer, portanto, que se trata de uma violência instrumental orientada para um valor, ou seja, à reparação ou aquisição de um prestígio. (SEGATO, 2003, p. 43)<sup>14</sup>

Podemos inferir, em diálogo com o momento pandêmico e os dados apresentados neste texto, que o desemprego e a perda de poder do homem são fatores que podem estar contribuindo para o aumento da violência no espaço doméstico. Com a desestabilização do imaginário viril e prestigioso do sujeito provedor, as formas de retomar o poder se tornam violentas.

Essa mesma lógica que busca manter ou adquirir valor a partir da subjugação do corpo feminino estende sua violência também aos corpos das crianças. Como seres dependentes dos adultos, que conformam um humano que ainda virá a ser, as crianças experienciam uma “dupla vulnerabilidade” que as localiza em condições de vida precária. Na pandemia, o cuidado com as crianças tem sido um grande desafio. Desde as problemáticas que envolvem o ensino remoto e o cerceamento da atividade social, fundamental à criança, até a violência do lar ou do Estado, provamos, cotidianamente, as falhas que cometemos em relação às crianças.

Na madrugada do dia 8 de março de 2021, no Rio de Janeiro, Henry Borel, de 4 anos foi torturado e morto dentro de sua casa. O padrasto do menino, vereador Jairo Souza Santos Júnior (Dr. Jairinho), foi acusado de espancar até a morte o enteado, e a mãe, a professora Monique Medeiros, de ter sido conivente com o crime. Os dois estão presos, atualmente, e seguem em julgamento. O caso ganhou grande repercussão midiática e pressão popular. Foram descobertos os esquemas de corrupção nos quais o político estava

13 Tradução nossa para o texto original: “como territorio, la mujer y, más exactamente, el acceso sexual a ella, es un patrimonio, un bien por el cual los hombres compiten entre si”.

14 Tradução nossa para o trecho original: “[...] porque de hecho la violación responde dialógicamente a la interpelación de personajes que pueblan el imaginario del perpetrador, figuras genéricas que lo apremian y exigen restaurar un orden dañado. En última instancia, están en juego la virilidad y el prestigio personal que la violación confiere como valor. Podría decirse, por lo tanto, que se trata de una violencia instrumental orientada hacia un valor, esto es, la reparación o adquisición de un prestigio”.

envolvido e a justiça determinou que ele pague uma indenização ao pai do garoto. Após o ocorrido, Jairo foi acusado por duas ex-namoradas de ter violentado suas crianças.

Em 2 de junho de 2020, Miguel Otávio Santana da Silva, de 5 anos, morreu ao cair do 9º andar de um prédio em Recife (PE). Sarí Côrte Real, “patroa” da mãe do menino, estava cuidando da criança enquanto a doméstica levava o cachorro dos chefes para passear. Miguel quis procurar a mãe e Sarí deixou ele entrar no elevador e apertou o botão do último piso, voltando à sua sessão de manicure. Após a morte do garoto Sarí foi presa, mas solta pouco tempo depois, mediante pagamento de fiança no valor de vinte mil reais. Um ano depois, o processo segue na justiça. A família da criança tem apontado diversas irregularidades na tramitação e a mãe afirmou que a linha dos advogados de defesa “busca nitidamente adultizar Miguel e infantilizar Sarí”<sup>15</sup>

Enquanto o caso Miguel permanece em julgamento, o caso Henry vem sendo tramitado com rapidez pelo judiciário. As duas mortes, tão distintas em termos de cobertura midiática e comoção popular, exemplificam como a sociedade brasileira oprime e mata crianças, mas também demonstram que certas mortes importam mais. Percebemos, portanto, a coexistência de enquadramentos éticos e políticos de transformação dessas realidades, a partir de comunidades que se formam pelo luto dessas crianças (BUTLER, 2019), mas também a manutenção de exclusões, que destituem a humanidade de determinados corpos.

### Alguns corpos são alvo

Se a casa não é a mesma para todo mundo, não seria diferente com a cidade. Durante a pandemia, a ação estatal extrapolou os níveis de violência em relação a determinados territórios e pessoas que os habitam. Em sistematização realizada pela Campanha Despejo Zero<sup>16</sup>, compreendendo o período de 1º de março de 2020 a 11 de fevereiro de 2021, os dados apontam que mais de 9 mil famílias foram removidas dos lugares

onde moravam e que mais de 65 mil famílias correm risco de remoção durante a pandemia.

Em matéria do portal Brasil de Fato<sup>17</sup>, a pesquisadora do Observatório de Remoções, Isabella Alho, observa como os processos de remoção são caracterizados pela intensa violência policial e desamparo das famílias despejadas. Ela salienta que as ameaças de remoção também são bastantes violentas para as comunidades, já que “a polícia fica assediando os moradores, [...] As famílias não sabem se vão ter casa ou não”. Em outra reportagem sobre o tema, veiculada pela Carta Capital<sup>18</sup>, o especialista em Planejamento de Gestão do Território e membro do Observatório de Remoções, Benedito Roberto Barbosa, reflete sobre como as remoções integram a história do Brasil. Ele recorda a favelização que se sucedeu ao fim da escravidão, e as expulsões dos negros libertos das comunidades que se formavam nas periferias das cidades. Na reportagem, assinada por Victor Ohana, o especialista ainda afirma que o “Judiciário é classista, são elites que defendem uma cultura patrimonialista e os interesses de quem tem poder”.

Outro exemplo nefasto de violência institucional, ocorrido durante a pandemia, foi a chacina na favela do Jacarezinho, na Zona Norte do Rio de Janeiro, ocorrida em 06 de maio de 2021. A ação policial terminou com 28 vítimas fatais e se tornou a mais letal da história da cidade do Rio e a segunda maior chacina registrada no Estado. Entre os mortos, muitos não tinham nenhuma relação com a investigação empreendida pela polícia. Nos vídeos que circularam na Internet, disponibilizados pelos moradores que também fizeram transmissões ao vivo durante a operação, a primazia da morte, do “atira primeiro e pergunta depois” escancara o desvalor daquelas vidas. Nas casas dos moradores, invadidas pelos policiais, o banho de sangue e restos dos corpos assombravam, e devem permanecer assombrando, vítimas ‘indiretas’ da tragédia. O vice-presidente Hamilton Mourão deu declarações sobre o caso e afirmou que “os mortos eram os marginais que estavam lá, armados, enfrentando a força da ordem”<sup>19</sup>.

15 Disponível em: < <https://bityli.com/NTIvd> >

16 Disponível em: < <https://www.campanhadespejzero.org/documentos> >

17 Disponível em: < [brasildefato.com.br/2021/05/06/despejos-de-vulneraveis-continuaram-durante-a-pandemia-em-2020-diz-relatorio](https://brasildefato.com.br/2021/05/06/despejos-de-vulneraveis-continuaram-durante-a-pandemia-em-2020-diz-relatorio) >

18 Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/na-contramao-do-fique-em-casa-brasil-segue-despejando-familias-no-pico-da-pandemia/> >

19 Disponível em: < [brasil.elpais.com/brasil/2021-05-07/maioria-dos-mortos-na-chacina-do-jacarezinho-nao-era-suspei](https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-07/maioria-dos-mortos-na-chacina-do-jacarezinho-nao-era-suspei) >

Para esses corpos, além da ausência do direito ao luto (BUTLER, 2019), a morte não é o fim de uma vida precária. No Jacarezinho, há relatos de que os corpos foram arrastados e jogados nas viaturas, outro parece ter sido disposto de forma jocosa numa das ruas da comunidade. Vinte dias após da chacina, os veículos de notícia divulgaram que a Polícia Civil do Rio de Janeiro havia decretado sigilo de cinco anos sobre as documentações não apenas da operação recente, mas de todas as operações realizadas pela polícia durante a pandemia. Mesmo com a pressão de instituições, organizações e dos moradores do Jacarezinho, o acontecimento segue sem trazer justiça às vítimas, vivas ou mortas.

Em diálogo com o conceito de necropolítica (MBEMBE, 2018), que discute a soberania dos poderes de morte na conjuntura atual, Ileana Diéguez introduz a noção de necroteatro, para falar sobre a disseminação da morte e sua exibição punitiva (DIÉGUEZ, 2013, p. 11). Tal noção aborda a forma de

trazer aos olhos a evidência espetacular do sofrimento, a cena aterrorizante de um necropoder que aniquila o corpo humano em vida e *post-mortem* com objetivos disciplinadores. [...] Nos teatros da morte ou necroteatro, o cênico se concretiza não apenas pelos restos do corpo exposto. É produzida uma construção espetacular do próprio ato de dar a morte, buscando produzir efeitos aterrorizantes<sup>20</sup> (DIÉGUEZ, 2013, p. 11).

Essa imposição de uma cultura do medo, como argumenta Diéguez, está presente nessas imagens de morte em que o propósito não é apenas matar, mas ritualizar o extermínio como forma de advertência aos vivos (DIÉGUEZ, 2013, p. 13). A profanação do corpo no pós-morte, apreendida pelos relatos e imagens da chacina do Jacarezinho, parece expandir o terror da morte (DIÉGUEZ, 2013, p. 18) e anunciar um porvir (DIÉGUEZ, 2013, p. 23). Nesse sentido, as teatralidades da violência convertem acontecimentos reais em acontecimentos de representação, comunicando e transmitindo um significado construído icônica e

corporalmente de maneira violenta (DIÉGUEZ, 2013, p. 12).

A escritora e artista visual Jota Mombaça (2016) destaca a dimensão estrutural da violência policial no Brasil e relembra as tentativas da polícia de controlar a circulação pública de pessoas africanas livres ou de afrodescendentes, posteriormente à abolição formal da escravidão no Brasil:

[...] a polícia vai passar a operar aí, como braço do projeto colonial em sua versão moderna, garantindo a segurança das elites brancas e mestiças e o terror das comunidades empobrecidas e racializadas. O racismo contra pessoas pretas e pobres está, portanto, no DNA das polícias e das redes de controle e extermínio que se articulam em torno delas. (MOMBAÇA, 2016, p. 03)

Lélia Gonzalez (1980) também observa a lógica espacial do racismo quando argumenta sobre a separação entre o espaço físico ocupado por dominadores e dominados:

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc., até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais”. (GONZALEZ, 1980)

Esses gestos são definidos por enquadramentos e papéis tanto da ordem de uma textualidade da cidade e dos corpos (qual corpo pertence a que lugar e por que motivo) quanto da não valorização de vidas (no sentido de apontar aquelas já mortas antes mesmo de serem assassinadas). A partir de Muniz Sodré (2018), refletimos sobre como os vínculos estabelecidos na relação racial, que encontramos nos discursos, ficções e mitos fundantes de nossa cultura, indicam que ainda estamos ligados ao período colonial. A “saude

[ta-em-investigacao-que-motivou-a-acao-policial.html](#)>

20 Tradução nossa para o trecho original: “essencialmente vinculado al propósito de poner ante los ojos la evidencia espectacular del sufrimiento, la escena aterradora de un necropoder que aniquila el cuerpo humano en vida y post mortem con propósitos aleccionadores. [...] En los teatros de la muerte o necroteatro, lo escénico toma forma no sólo por los restos corporales expuestos. se produce toda una construcción espectacular del acto mismo de dar muerto, buscando producir efectos aterrorizadores.”

do escravo”, como ele argumenta, tem configurado a permanência de uma forma social escravista que envolve

(a) seleção de mão de obra (b); relações com empregadas domésticas e babás (sucedeas das amas-de-leite); (b) formas culturais como mero folclore, senão como objeto de ciência (para sociólogos e antropólogos); (c) imagens pasteurizadas da cidadania negra na mídia. [...]. (SODRÉ, 2018, p. 14)

A crítica e teórica Gayatri Chakravorty Spivak (2010) denuncia a existência de uma violência epistêmica que silencia, nega o outro como sujeito, uma ação que colabora fortemente para produção de subalternidades e para a exclusão dos subalternos<sup>21</sup>. O racismo, que alimenta a precariedade das populações periféricas, carrega a violência da morte simbólica, da não vivência, do não luto, da ausência de valor, da desumanização.

Um mês após a chacina do Jacarezinho, em 8 de junho de 2021, Kathlen Romeu, de 24 anos, foi baleada durante ação da Polícia Militar, enquanto passava na rua com a avó, na comunidade Lins de Vasconcelos, Zona Norte do Rio de Janeiro. Kathlen estava grávida de quatro meses. Podemos nos perguntar quantas mulheres grávidas foram mortas enquanto caminhavam no Leblon. Quantas crianças foram atingidas e mortas por balas perdidas em Copacabana? As periferias, entendidas como lugares onde vivem os pobres e os negros, são territórios extinguíveis. Uma vez que tais territórios são colocados sob o controle das polícias, por meio das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), os agentes dessas instituições se sentem donos daqueles corpos que não são mais escravizados, mas que na ideologia desses grupos deveriam ser. A saudade do escravo, que faz com que tais instituições desejem trabalhadores que se calam, que não tem agência ou voz, mobiliza a hierarquia polícia-favela.

Por outro lado, quando olhamos para os corpos dos policiais, notamos que são, muitas vezes, também negros e pobres. Assim como os homens entrevistados por Segato (2003), que encontravam na violência uma forma de resgatar um status perdido, podemos dialogar com Frantz Fanon (2008) para pensar como negar a

negritude, ou agir como o branco, são características dos processos subjetivos das pessoas negras, que almejam, dessa forma, poder alcançar a humanidade não concedida. Segundo o psiquiatra,

Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será. (FANON, 2008, p. 34)

Retornando à Kathlen, percebemos como as relações raciais conformam a valoração dos corpos. Após o ocorrido com a jovem, a empresa de vestuário Farm, para quem Kathlen trabalhava como vendedora em uma loja em Ipanema, publicou uma nota em suas redes sociais lamentando o ocorrido e lançando um cupom de desconto para os clientes com o nome da funcionária, alegando que os valores arrecadados seriam repassados para a família da moça. Rapidamente, tanto movimentos sociais, quanto militantes e influenciadores digitais apontaram o racismo da marca e exigiram retratação. Um dia depois, a Farm pediu desculpas, cancelou o cupom e sugeriu que a ideia teria vindo de outra vendedora. Muitas avaliações do público apontaram como a marca poderia ter simplesmente ajudado financeiramente a família de Kathlen, já que os artigos vendidos pela empresa possuem custos elevados e, também, que a Farm estaria buscando lucrar a partir da morte de uma mulher grávida. Em seu perfil no Instagram, Joice Berth argumentou sobre a postura racista da empresa:

A Farm, que é uma marca bastante problemática e recorrente quando o assunto é racismo, inventou uma nova modalidade de tokenismo: o Necro-Token. Pra quem não sabe o que é tokenismo, grosso modo, é o uso de pessoas negras ou não brancas como escudo pra se protegerem ou justificarem seu racismo “velado”. [...] Mas esse da Farm é inspirado na necropolítica praticada aqui no Brasil. Uma funcionária negra, grávida de 4 meses é executada a tiros e para “prestar solidariedade” eles resolvem reverter o dinheiro da comissão de vendas que leva

21 Os subalternos são definidos como aqueles que vivem “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante.” (SPIVAK, 2010, p. 12).

o nome da vítima para a família. Tipo isso: a pessoa morre mais [sic] continua vendendo, trabalhando mesmo. É o ápice da exploração de corpos negros. Dessa vez usado para gerar lucro e ao mesmo tempo se passar como solidário antirracista.

É impossível, portanto, pensar nas lógicas raciais dissociadas das lógicas do capital. A guerra às drogas, eterna desculpa para o genocídio da população negra, não parte dos territórios periféricos, já que as grandes fortunas geradas pelo tráfico circulam pelas milícias, bolsos de políticos e representantes das altas classes sociais. Mombaça (2020) desenvolve o conceito de Plantação para descrever esse sistema em que a vida negra é apropriada como matéria destituída de valor. Ela diz: “Plantação descreve aqui um modo particular de agenciar a sujeição negra em favor da reprodução de um sistema produtivo que continua a obra da escravidão na medida em que faz coincidir processos de extração de valor com um regime de violência antinegra” (MOMBAÇA, 2020, p. 4). Essa seria a estrutura responsável por transformar a morte de Kathlen em possibilidade de lucro, e ainda se fazer ver como antirracista. A atitude expõe ainda mais sua articulação com tal sistema a partir da doação das comissões para a família; a marca deixa ver que o valor extraído do trabalho do corpo morto não é revertido em totalidade para as vítimas, mas apenas a pequena porcentagem da vendedora, que trabalha, mesmo morta.

Quando tanto a violência jurídica (colonial) quanto a simbólica (racial) são colocadas em primeiro plano, a análise da subjugação racial já começa desde o reconhecimento de que, por exemplo, uma vez alforriados, ex-escravos não foram apenas despojados dos meios de produção e do valor total criado pelo seu trabalho e pelos seus antepassados; além disso, também foram compreendidos por um arsenal político-simbólico responsável por atribuir sua expropriação econômica a um defeito moral e intelectual inerente. Do ponto de vista econômico, é possível reconsiderar a trajetória pós-escravidão dos negros nas Américas enquanto uma acumulação de expropriação. Nos Estados Unidos, por exemplo, esta acumulação tem se dado através de processos de exclusão econômica e alienação jurídica – escravidão, segregação, encarceramento em massa –, que deixaram uma porcentagem desproporcional da população negra economicamente

despossuída. A frase acumulação negativa, que do contrário seria um oxímoro, descreve perfeitamente esse processo. Como modalidade de expropriação, a escravidão produziu um sujeito econômico que, [...], possui menos (-) capacidade produtiva precisamente porque, ao contrário da pressuposição marxista em respeito a trabalhadores assalariados, a trabalhadora escrava não tem a propriedade de seu trabalho nem exerceu poder de decisão de aliená-lo. (FERREIRA da SILVA, 2019, p. 178)

O pensamento de Denise Ferreira da Silva (2019) incita uma reflexão sobre as condições as quais as populações negras são submetidas por um viés econômico e social. Quando analisamos a atitude da Farm, podemos compreender como a expropriação do valor dos corpos negros servem ao capital e como a família de Kathlen, que segue sem ela a partir de agora, é outra vez assaltada, despossuída, desmaterializada. Ao rememorarmos os casos que discutimos aqui, percebemos como a violência é sistêmica no Brasil, mas também como os corpos mais violentados e mortos ainda são os corpos negros. Quando circunscrevemos o contexto à pandemia, novamente reconhecemos que pessoas negras tanto morrem mais em decorrência da doença, quanto são menos vacinadas no país<sup>22</sup>.

### Considerações

As ações genocidas dos governos brasileiros contra vidas já precarizadas, que se deixam ver a partir dos exemplos apresentados neste ensaio, evidenciam como a necropolítica se impõe tanto diretamente sobre os corpos, como nos casos de despejo e assassinatos que recuperamos aqui; quanto de maneira simbólica, por meio das omissões em relação ao combate à pandemia, do incentivo à misoginia e desmantelamento dos programas de proteção à mulher e do fortalecimento das estruturas patriarcais que promovem a vitimização de mulheres e crianças. Tais políticas de morte perpetuam a violência contra corpos cada vez mais precarizados à medida em que se entrelaçam os diversos marcadores sociais de diferença. Percebemos que essas vidas, tão mais matáveis quanto mais resistentes e/ou dissidentes das estruturas de poder, não pesam – nem vivas, nem mortas. Não há luto por elas e, absurdamente, muitos aplaudem e justificam seus destinos desumanos. A necropolítica, em seus desígnios racistas e patriarcais,

22 Disponível em: <<https://apublica.org/2021/03/brasil-registra-duas-vezes-mais-pessoas-brancas-vacinadas-que-negras/>>

entrelaça as violências institucionais de matar e deixar morrer (BUTLER, 2020b).

A teatralidade de tais violências se manifesta de forma mais acentuada dentre estes que “não merecem o luto”, entre estas vidas cujas mortes nem são consideradas perdas (BUTLER, 2020b). Nesse grupo reconhecemos as mulheres, crianças, pessoas negras, pessoas pobres, indígenas, a população LGBTQIA+, dentre muitos outros. Junto ao pensamento de Butler (2013; 2020b), compreendemos como a banalização da morte impossibilita um processo de reconhecimento de tais comunidades e de reparação de suas condições precárias. Segundo a autora, “quando as populações destruídas não são lamentadas, e quando as chamamos de “efeitos colaterais” ou de outros termos desse tipo, há uma negação da violência como perda que deve ser recuperada e combatida” (BUTLER, 2013, p. 11).

As cenas de horror, que se agravaram na pandemia, e das quais trouxemos alguns poucos exemplos, tornam-se mais eficientes em seus necropoderes e mais desmaterializadas junto à opinião pública. Diante do número assustador de mais de meio milhão de pessoas vitimadas pela Covid-19, o espetáculo da morte vai além da doença, servindo-se das (necro)condições possibilitadas pela pandemia para vitimar mais corpos. Vamos sendo golpeados por imagens aterrorizantes, intragáveis. Valas comuns, crianças brutalmente assassinadas, chacinas. Nas coberturas midiáticas e nas *timelines* das redes sociais, uma cena se sobrepõe a outra e, uma por uma, vão caindo no esquecimento. Embora pareça cada vez mais difícil imaginar qualquer possibilidade de reparação, reconhecer as precariedades de determinados grupos e a violência imposta a eles, parece-nos, ainda, um caminho para pensar políticas de vida e formas não violentas de convivência.

### Referências bibliográficas

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2019.

\_\_\_\_\_. **Uma analítica do poder** – Conversa com Judith Butler. PAGÈS, Claire; TRACHMAN, Mathieu. *Investigação Filosófica*: vol. 5, n. 1, artigo digital 6, 2013.

\_\_\_\_\_. **Capitalism Has its Limits**. Verso Books, 2020a. Disponível em: <<https://www.versobooks.com/blogs/4603-capitalism-has-its-limits>> 30 March 2020> Acesso em: 08/09/2021.

\_\_\_\_\_. **Judith Butler**: on COVID-19, the politics of non-violence, necropolitics, and social inequality (palestra). Verso Books, 2020b. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=6Bnj7H7M\\_Ek](https://www.youtube.com/watch?v=6Bnj7H7M_Ek)> Acesso em: 08/09/2021.

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.

DIÉGUEZ, Ileana. **Necroteatro**. Iconografías del cuerpo roto y sus registros punitivos. *Investigación teatral. Revista de artes escénicas y performatividad*, v. 3, n. 5, 2013.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** / Frantz Fanon; tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA da SILVA, Denise. **A Dívida Impagável**, São Paulo: 2019.

FBSP- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>> Acesso em: 23/10/2020.

\_\_\_\_\_. **Visível e Invisível**: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 3ª edição – 2021. Disponível em: <[https://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-3ed/](https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-3ed/)> Acesso em 23/10/2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**: Violência Doméstica e Familiar na Covid-19. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/documento/saude-mental-e-atencao-psicossocial-violenciadomestica-e-familiar-na-pandemia-de-covid-19>>. Acesso em: 09/06/2021.

GONZALEZ, Lélia. **Para compreender a “América” e o “pretuguês”**. Portal Outras Palavras. 1980. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/eurocentrismoemxeque/para-compreender-a-america-e-o-pretugues/>> Acesso em: 19/10/2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1edições, 2018.

MELO, Késia; MALFITANO, Ana Paula; LOPES, Roseli. Os marcadores sociais da diferença: contribuições para a terapia ocupacional social. In: **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, n. 3, Jul-Sep, 2020.

MOMBAÇA, Jota. **A plantação cognitiva**. MASP Afterall-Arte e Descolonização. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo, 2020.

\_\_\_\_\_. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência**. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2016.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

SEGATO, Rita. La estructura de género y el mandato de violación. In: \_\_\_\_\_. **Las estructuras elementales de la violencia** – 1ª ed. – Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SODRÉ, Muniz. **Uma lógica perversa de lugar**. Eco-Pós. v. 21, n. 3, 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Can the subaltern speak?**. Die Philosophin, v. 14, n. 27, p. 42-58, 2003.

# A Síndrome Pós-Covid e a Desorientação como Estratégia Política

*Bárbara Rossin Costa<sup>1</sup>*

## Resumo:

Desde meados de 2020, uma nova categoria vem sendo reivindicada no campo biomédico para designar um amplo conjunto de sintomas que parece desafiar a compreensão e as expectativas relativas à família viral dos coronavírus: a Síndrome Pós-Covid. Embora sem uma descrição clínica precisa até o momento, a nomeação da síndrome procura dar sentido às repercussões prolongadas da SARS-CoV-2, que afetam distintos órgãos e sistemas do corpo humano, especialmente o cérebro, coração, pulmão e pele. Com base em dados coletados em artigos científicos, imprensa, sites eletrônicos, cartilhas institucionais e pronunciamentos públicos de políticos com algum destaque no cenário nacional, o objetivo deste texto será analisar os modos de materialização e estabilização da síndrome e compreender as formas pelas quais a percepção e os sentidos podem ser capturados e governados para conformar uma determinada realidade em relação à pandemia. Ao estabelecer alguns paralelos entre os sintomas que circunscrevem a síndrome e as estratégias de gestão da crise sanitária, realizadas pelo governo federal brasileiro, procuro defender que a desorientação vem sendo utilizada como uma ferramenta política de governo, capaz de ocultar e revelar aquilo que se deseja, confundir plateias e impedir a atribuição de responsabilidades.

**Palavras-Chave:** síndrome pós-covid, desorientação, política, realidade, pandemia

## The Post-Covid Syndrome and the Disorientation as a Political Strategy

## Abstract:

Since mid 2020, a new category started to be claimed in the biomedical field to designate a broad set of symptoms that seem to defy the understanding and the expectations regarding the viral family of coronaviruses: the Post-Covid Syndrome. Without a precise clinical description until now, the name of the syndrome concerns to the prolonged repercussions of SARS-CoV-2, which affect different organs and systems of the human body, especially the brain, heart, lung and skin. Based on data collected from scientific articles, press, electronic websites, institutional brochures and public statements from politicians with some prominence on the national scene, the purpose of this text is to analyze the ways of materialization and stabilization of the syndrome and understand the ways in which perception and senses can be captured and governed to shape a given reality in relation to the pandemic. By establishing some parallels between the symptoms that circumscribe the syndrome and the health crisis management strategies carried out by the Brazilian federal government, I argue that disorientation has been used as a government policy tool, capable of hiding and revealing what is desired, confuse audiences and prevent the assignment of responsibility.

**Keywords:** post-covid syndrome, disorientation, politics, reality, pandemic

<sup>1</sup> Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS – Museu Nacional – UFRJ).

## Introdução

Outras crises sanitárias nos lembram que a realidade expressa pela presente pandemia não é exatamente nova, nem mesmo dissociada de outros processos epidêmicos (BLANCO; SACRAMENTO, 2021). Ela se conforma a partir das condições materiais e simbólicas elaboradas e acumuladas em períodos anteriores à sua própria existência, somando-se a outros processos e experiências relativas à saúde e doença. Essa característica particular fez com que o desenvolvimento da pandemia, em todo o mundo, se articulasse em torno de um paradoxo (BONET, 2021); um duplo movimento capaz de congrega, simultaneamente, o conhecido e o desconhecido, o passado e o futuro. Se, por um lado, o vírus provocou a desordem do ordinário, prospectou novos horizontes e mobilizou empreendimentos em caráter de urgência, por outro, ele também se associou a uma trama de desigualdades e precariedades já previamente existentes, interagindo e se sobrepondo a elas.

Em um país que já ultrapassa a marca de 600 mil mortos e 21 milhões de pessoas recuperadas da infecção viral<sup>2</sup>, um outro fenômeno, associado à SARS-CoV-2, vem crescendo exponencialmente e provocando inúmeras incertezas no Brasil e no mundo: a Síndrome Pós-Covid ou Covid Longa. Sem uma etiologia precisa até o momento, a síndrome procura dar sentido às repercussões prolongadas de uma doença que, para algumas pessoas, não parece ter um fim. A nova condição tem congregado uma variedade de disputas e controvérsias em torno de sua realidade, sintomatologia, diagnóstico e planejamento terapêutico. Além disso, tem desestabilizado conhecimentos e práticas biomédicas hegemônicas (BIEHL, 2021) e viabilizado uma expansão dos marcadores da temporalidade que conformam a pandemia.

A fim de fornecer alguma inteligibilidade a tais processos, este texto tem como objetivo analisar os modos de materialização e estabilização da síndrome e compreender as formas pelas quais a percepção e os sentidos podem ser capturados e governados para conformar uma determinada realidade em relação à pandemia. Na primeira parte do texto, procuro descrever o contexto de produção e nomeação da síndrome, aquilo que se tenta estabilizar em torno dela e apresentar algumas particularidades relativas ao

cuidado nas doenças compridas. Em seguida, analiso com maior profundidade os sintomas classificados como “neurológicos” e discorro sobre alguns dos dispositivos técnicos e discursivos utilizados para a mobilização de uma determinada performance de realidade e a composição de um problema. Com base em narrativas que evidenciam as incertezas provocadas pela inexistência de um diagnóstico clínico preciso, apresento a administração dos sintomas do ambiente doméstico, as transformações operadas sobre a própria subjetividade e algumas das disputas em torno da sua veracidade e legitimidade (se a síndrome seria ou não um *fato científico*, digno de atenção e cuidado). Por fim, na última parte, detalho algumas das narrativas presidenciais a respeito do vírus e da pandemia, apresento algumas das estratégias de gestão da crise sanitária realizadas pelo governo federal brasileiro, e estabeleço alguns paralelos entre elas e os sintomas que circunscrevem a síndrome pós-covid.

Os dados que apresento foram coletados (entre os meses de outubro de 2020 e junho de 2021) em artigos científicos, imprensa, sites eletrônicos, cartilhas institucionais e pronunciamentos públicos de políticos com algum destaque no cenário nacional. A partir de um estreito diálogo com esse material, defendo que a desorientação vem sendo utilizada como uma ferramenta política de governo, capaz de ocultar e revelar aquilo que se deseja, confundir plateias e impedir a atribuição de responsabilidades pelo que quer que seja.

Pensar a pandemia, enquanto ela ainda se desdobra, não é uma tarefa simples. Os dados produzidos de forma sincrônica à crise sanitária são capturas contingenciais e efêmeras, que constantemente precisam ser atualizadas em função dos novos contextos e descobertas. Apesar das limitações epistêmicas e analíticas que tais empreendimentos assumem, eles também são valiosos porque funcionam como testemunhas de um tempo e partes de um todo, que tendem a ser (re)costurados e (re)articulados em múltiplas frentes.

### Complicações extrapulmonares: algumas notas sobre a Síndrome Pós-Covid

Em um contexto de intensas e constantes disputas pela legitimidade e pelo monopólio da verdade, os esquemas de classificação e as práticas de nomeação

<sup>2</sup> Panorama epidemiológico referente ao momento de revisão deste artigo, corrigido em outubro de 2021.

se revelam importantes recursos para a produção de uma unidade do real ou a crença nessa unidade (BOURDIEU, 2008). No campo científico, as classificações consagram uma determinada ordem social e ratificam uma determinada forma de agrupar e separar, ver e crer, conhecer e reconhecer. Os campos semânticos, mobilizados pelas categorias científicas (LEIBING, 1999), fornecem um sentido, uma forma e alguns limites às experiências, transformando o que era extraordinário e invisível em comum, visível e socialmente sancionado. Do ponto de vista discursivo, então, os enunciados científicos poderiam ser descritos como *performativos* (AUSTIN, 1975). Eles operacionalizam ações e *fazem acontecer* aquilo que enunciam.

Desde meados de 2020, uma nova categoria vem sendo reivindicada no campo biomédico para designar um amplo conjunto de sintomas que parece desafiar a compreensão e as expectativas relativas à família viral dos coronavírus (CoV): a Síndrome Pós-Covid. Embora sem uma descrição clínica precisa até o momento, a nomeação da síndrome procura dar sentido às repercussões prolongadas da SARS-CoV-2, que afetam distintos órgãos e sistemas do corpo humano, especialmente o cérebro, coração, pulmão e pele. Sua sintomatologia costuma ser diversa, podendo incluir e sobrepor manifestações como a fadiga, dores de cabeça, perda do olfato, dores musculares, queda de cabelo, tontura, trombose, náuseas, palpitações e alterações sobre o raciocínio, linguagem e memória.

Na literatura médica, as síndromes são caracterizadas como uma reunião de sinais e sintomas associados a causas diversas ou não especificadas<sup>3</sup>. Enquanto as doenças teriam uma razão conhecida e definida por trás de sua manifestação clínica, as síndromes poderiam ser descritas como condições de origens múltiplas ou desconhecidas. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS<sup>4</sup>), cerca de 10% das pessoas infectadas pelo novo coronavírus acabam desenvolvendo a condição – descrita também

como “covid longa”, “covid persistente” ou ainda “uma possível epidemia subjacente e silenciosa”<sup>5</sup>. Em números absolutos, isso representaria quase 2,1 milhões de pessoas no Brasil até o presente momento. As razões pelas quais algumas pessoas manifestam a síndrome ainda permanecem desconhecidas, mas resultados preliminares, divulgados pela OMS, apontam maior prevalência entre pessoas com idade avançada, mulheres, asmáticos e profissionais de saúde. E, embora mais comum entre aqueles que passaram pelo processo de hospitalização, seu desenvolvimento e severidade não parecem estar associados à extensão e natureza da fase aguda da infecção, manifestando-se também entre aqueles com quadros leves e assintomáticos.

As formas pelas quais uma infecção aguda se transforma em longa ainda não estão claras para os pesquisadores. Mas algumas iniciativas vêm sendo realizadas no Brasil e no mundo para encontrar respostas e promover maior compreensão sobre o fenômeno, como pesquisas clínicas e laboratoriais, sistemas nacionais de monitoramento, a criação de centros especializados, grupos de apoio e ferramentas de suporte online. No Rio de Janeiro, um empreendimento pioneiro vem sendo realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Quase um ano e meio após o primeiro registro de infecção pelo novo coronavírus no país, um Centro Multidisciplinar para Tratamento Pós-Covid-19 foi inaugurado para prestar atendimento especializado à população, assim como para investigar a eficácia das vacinas e os possíveis componentes genéticos envolvidos no agravamento e prolongamento da doença.

Embora apresente semelhanças com os sintomas de outras síndromes conhecidas, como a síndrome da fadiga crônica e a síndrome do cuidado pós-intensivo (frequente entre aqueles que passaram longos períodos em ventiladores mecânicos), a síndrome pós-covid parece se diferenciar por conjugar um amplo espectro de manifestações. De acordo com a infectologista Anna Caryna Cabral, chefe da Unidade de Doenças

3 Etimologicamente, a palavra tem sua origem no grego συνδρομή (syndrome) e designa aquilo que “ocorre junto”, em “reunião”, “afluência” ou “encontro”. A palavra syndrome é composta pela união dos elementos syn, que significa “com, junto”, e dromos, que pode ser traduzido como “corrida” (BARROS, 2007).

4 Em fevereiro de 2021, a OMS/Europa divulgou uma cartilha de orientação sobre a chamada covid longa, contendo informações epidemiológicas, sintomas, possíveis repercussões sociais e econômicas e recomendações para políticas públicas. Disponível em: [https://eurohealthobservatory.who.int/publications/i/in-the-wake-of-the-pandemic-preparing-for-long-covid-\(2021\)](https://eurohealthobservatory.who.int/publications/i/in-the-wake-of-the-pandemic-preparing-for-long-covid-(2021)) Acessado em: 05/06/2021.

5 Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/sindrome-pos-covid-como-detectar-e-tratar-os-sintomas-mais-persistentes/> Acessado em: 10/05/2021.

Infecções Parasitárias do Hospital Universitário Pedro Ernesto (UERJ) em reportagem ao Jornal Extra<sup>6</sup>, mais de 50 sintomas já foram observados e catalogados pela equipe médica:

Há todo tipo de gente. Jovens que perderam a fertilidade e a vida sexual, homens de 40 anos que davam uma volta correndo na Lagoa, mas agora não conseguem andar nem para levar os filhos pequenos à escola. Há mulheres cujos cabelos caíram. Muita gente que perde a memória e não consegue se lembrar nem do nome de amigos. E casos extremos, que incluem infartos e AVCs.

Assim como outras doenças de longa duração, a Síndrome Pós-Covid tem promovido alterações profundas sobre as dinâmicas da vida social, bem como sobre os próprios modelos médicos de atenção. Se nas doenças agudas o modelo de gestão está centrado na *cura*, nas doenças compridas ele se desloca para o *cuidado* (MANSANA, 2015). O modelo biomédico da atenção curativa não encontra eficácia nesses casos, exigindo uma atenção diferenciada, que leve em consideração as biografias dos sujeitos acometidos e as implicações sociosanitárias e/ou sociais da enfermidade (MANSANA, 2015). Dados sobre os impactos da síndrome em relação aos mundos do trabalho ainda são escassos, mas a redução de habilidades (motoras, cognitivas) e/ou a incapacidade de retorno ao emprego são queixas frequentes.

### As manifestações neurológicas e seus desafios

Se nos meses iniciais da pandemia os médicos se esforçaram para manter a respiração de seus pacientes, com o foco no pulmão e seu sistema circulatório, o cérebro agora parece ter se tornado um importante foco de atenção e cuidado:

Até agora, a gente considerava que alguns sintomas eram secundários da doença, mas a gente está vendo que, em algumas pessoas, os sintomas neurológicos e psiquiátricos podem ser primários, ou seja, não adianta tratar o pulmão desse paciente porque o coronavírus está no cérebro. Entendendo que o vírus muda a forma de fazer energia nas células, nós

conseguimos começar a pensar em como usar os medicamentos corretos (Martins-de-Souza, neurocientista da Universidade Estadual de Campinas).<sup>7</sup>

Em relato à BBC Brasil, Evelize Vasconcelos, de 40 anos, conta que, após contrair o novo coronavírus, passou a ter a “sensação de estar sempre balançando, como se estivesse em alto mar”<sup>8</sup>. No conjunto de sintomas que descreve, ainda estariam presentes a falta de ar persistente, a dificuldade para a realização de simples operações matemáticas, o sumiço das palavras e um raciocínio oscilante. Na mesma reportagem, Geovenna Bessa, de 18 anos, descreve manifestações similares. Há alguns meses, a jovem continua a apresentar perda grave e constante de memória, sensação de estar aérea e dificuldade para se concentrar. De acordo com a estudante, “é como se as palavras fossem esquecidas” ao longo da conversa: “A perda de memória é algo que parece inofensivo, mas que faz toda a diferença; às vezes me esqueço se tranquei a porta ou desliguei o fogo, o que é muito perigoso”. Em artigo publicado na *Nature*, Michael Marshall (2020) descreve ainda o caso de uma mulher que passou a ver leões e macacos em sua casa após a infecção:

Ela começou a ficar desorientada e agressiva com os outros, e convencida de que seu marido era um impostor. Ela tinha por volta de seus 50 anos, algumas décadas a menos do que o esperado para a manifestação de sintomas psicóticos, e nenhum histórico de doença psiquiátrica. (Marshall, 2020, p. 1. Tradução da autora)

A experiência da doença tem remodelado o cotidiano daqueles que a vivenciam de maneira profunda, fragmentando e reposicionando o real por entre os limites do conhecido e desconhecido, existente e inexistente, humano e inumano, inteligível e ininteligível (FERIANI, 2020). Diante dos novos imponderáveis que se apresentam, tornam-se frequentes as narrativas de um mundo que se revela às avessas (SEIXAS, 2007; FERIANI, 2017; 2020) ou simplesmente de cabeça para baixo. A ideia de uma ruptura biográfica (BURY, 2011) aparece, sobretudo,

6 Disponível em: [https://extra.globo.com/noticias/rio/rio-tera-hospital-especializado-para-tratamento-pesquisa-de-sindrome-pos-covid-19-25041158.html?fbclid=IwAR1j-o5rU6dneBWqmNrP633SrwAE5ev6xu7L\\_kJCBXsplCK4A81zlgMRBrI](https://extra.globo.com/noticias/rio/rio-tera-hospital-especializado-para-tratamento-pesquisa-de-sindrome-pos-covid-19-25041158.html?fbclid=IwAR1j-o5rU6dneBWqmNrP633SrwAE5ev6xu7L_kJCBXsplCK4A81zlgMRBrI) Acessado em: 31/05/2021.

7 Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/10/14/covid-afeta-o-cerebro-e-pode-causar-alteracoes-mesmo-em-pacientes-leves-aponta-estudo-preliminar.ghtml> Acessado em: 20/03/2021.

8 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-56337032> Acessado em: 20/03/2021.

associada aos comportamentos pessoais, aos estados corporais e à capacidade de mobilizar recursos:

De repente, é como se eu fosse outra pessoa, alguém que passa mal todos os dias e que está vivendo outra vida, em razão de todas essas desordens e da persistência desse mal-estar. É tudo muito esquisito e assustador - Elói Rodrigues, advogado e professor universitário (PERES, 2020, p. 30).

Alguns dias após ter se recuperado da covid-19, Elói Rodrigues passou a apresentar episódios de insônia, fadiga, alucinações e enjoos. Na quarta semana, percebeu que, sempre que sentia fome, seu organismo reagia de uma forma desproporcionalmente intensa. No caso de Patrícia Versolato, funcionária pública de São Bernardo do Campo, os efeitos puderam ser experienciados até mesmo sobre a (re)configuração dos sentidos. Desde que contraiu o novo coronavírus, o shampoo passou a ter cheiro de desinfetante; o café passou a ter gosto de terra; o refrigerante de pimenta salgada e a pasta de dente o sabor de cimento:

Digo, categoricamente, que as sequelas têm sido bem piores do que o período de infecção em si, pois parece que não tem fim. Um dia, acordo ótima; no outro acordo ruim; fico três dias bem e depois volta tudo. Estou vivendo uma montanha-russa diária (PERES, 2020, p. 27).

No Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, um estudo brasileiro tem apresentado números alarmantes sobre os efeitos tardios da infecção pelo novo coronavírus<sup>9</sup>. O trabalho, liderado pela neuropsicóloga Lívia Stocoo Sanches Valentin, analisou a “performance” e as “funções cognitivas” de pessoas entre 8 e 80 anos. Os resultados preliminares apontam que 80% das pessoas apresentaram sintomas como “perda da memória”, “problemas de compreensão” e “déficits no raciocínio e execução de tarefas cotidianas” (como dirigir, pagar contas, ler, arrumar a casa). Além disso, foram registrados ainda “mudanças comportamentais e emocionais”, “prejuízo em habilidades pessoais” e “*brain fog*” (em termos literais, névoa cerebral – um sintoma que vem sendo traduzido na literatura médica como “confusão mental”).

Entre os casos analisados pela equipe, constam relatos de motociclistas que desaprenderam a andar de moto, pessoas que não se lembram de realizar as refeições e ainda aqueles que passaram a dormir em pé ou a cair constantemente após a infecção aguda. Essas experiências têm deslocado expectativas, relações sociais e o próprio processo de subjetivação, reposicionando ou ameaçado severamente alguns dos pressupostos sobre os quais se assentam a moderna noção de pessoa nas culturas ocidentais: a crença na unidade e integridade dos sujeitos no decorrer do tempo, a valorização da singularidade e autenticidade, a preeminência da escolha individual (da presumida liberdade e autonomia individual), a racionalização corporal e a busca pelo prazer e satisfação no mundo (AZIZE, 2008; DUARTE, 2004; MENEZES, 2011).

Pesquisadores ainda desconhecem a extensão dos indivíduos afetados por essas aflições neurológicas, assim como possíveis fatores agravantes. Contudo, de acordo com Fernanda De Felice, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a prevalência de sintomas neurológicos poderia chegar a 50% entre aqueles hospitalizados (MARSHALL, 2020). Embora já não haja dúvidas quanto a presença do vírus no tecido cerebral, ainda não está exatamente claro o que isso representa e quais os mecanismos de atuação da doença.

Em reportagem à *BBC Brasil*, a neuropsicóloga Lívia Valentin, comenta: “A covid-19 é, sem sombra de dúvidas, a doença mais preocupante do século no impacto e prejuízo das funções neuropsicológicas”<sup>10</sup>. No estudo do Instituto do Coração, liderado pela pesquisadora, foi identificado que 63% das pessoas diagnosticadas com covid apresentaram problemas de memória de curto prazo e 72% manifestaram dificuldades de atenção. Ainda não está claro se os efeitos são temporários ou permanentes, nem há dados precisos sobre os indivíduos mais afetados, embora alguns estudos apontem para aqueles com mais de 40 anos.

Por ser uma doença considerada nova, “sistêmica e multifatorial”, ainda não há tratamento estabelecido para seus sintomas, nem mesmo um protocolo definitivo para diagnóstico e controle de suas manifestações. E isso tem colocado alguns desafios. A objetificação e estabilização da doença oferece aos

9 Disponível em: <https://saude.abril.com.br/mente-saudavel/estudo-brasileiro-reforca-que-a-covid-19-causa-problemas-cognitivos/> Acessado em: 10/02/2021.

10 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-56337032> Acessado em: 20/03/2021.

saberes biomédicos uma base socialmente legítima tanto para a conformação de um padrão e seu desvio, quanto para o desenvolvimento de intervenções clínicas (BURY, 2011). Nesse processo, tabelas, indicadores numéricos, fatores de risco e graus de severidade se tornam alguns dos dispositivos técnicos e discursivos utilizados para composição de um problema, apto a ser controlado pela ciência e pelo Estado (BIEHL, 2004). Esses elementos são cruciais para a mobilização de uma determinada *performance de realidade* (MOL, 1999; PEREIRA, 2021) a respeito da pandemia e do comportamento viral. Sem esses componentes, que conferem uma orientação e um enquadramento para a sustentação da doença e sua realidade material, as possibilidades de conjecturar sobre o presente e elaborar previsões tornam-se nebulosas.

Na ausência de uma definição clara sobre a forma e os sentidos da doença, as pessoas acometidas precisam encontrar mecanismos para administrar as incertezas e as expectativas suspensas com relação ao futuro. Entre as estratégias mobilizadas no cotidiano estão as consultas com diferentes especialidades médicas (PERES, 2020), as observações sobre o corpo baseadas no próprio conhecimento biográfico, a utilização de remédios experimentais e a busca por espaços de apoio e partilha de experiências, como grupos de *Facebook*<sup>11</sup>.

As incertezas provocadas pela inexistência de um diagnóstico clínico possuem amplas repercussões. O diagnóstico modela trajetórias e fornece um determinado enquadramento para a compreensão dos sintomas (LÖWY, 2021). Além disso, são instrumentos fundamentais para a conquista de direitos (como a compensação pelas faltas no trabalho ou a pensão por invalidez), para a organização dos serviços de saúde, planejamento de políticas públicas e distribuição de recursos orçamentários.

As indeterminações sobre os comportamentos apropriados e os tratamentos mais adequados se somam também à desconfiança médica com relação aos sintomas e as dificuldades advindas da não-legitimação das queixas. Entre os relatos, destacam-se aqueles que atestam uma discrepância entre a realidade interna, expressa pela pessoa queixosa, e a realidade externa constatada pelo médico. No grupo de *Facebook* “Pós-

Covid19- Quem tem sequelas?”, algumas pessoas lamentam a minimização dos sintomas e a relativização de suas narrativas. Para parte da comunidade médica, suas manifestações seriam invenções, consequências de quadros de ansiedade ou sofrimento psíquico, de acordo com os relatos. Segundo Patrícia Versolato: “Infelizmente, tem médicos que não entendem o nosso lado. Esse me disse que não se trata de sequela pós-covid, que é tudo psicológico, e ainda insinuou que o meu aparelho de medir pressão está quebrado” (PERES, 2020, p. 4).

Na França, cerca de 80% das pessoas diagnosticadas com a síndrome são mulheres com idades que variam entre 20 e 45 anos (LÖWY, 2021). Ilana Löwy tem alertado para a tendência histórica de deslegitimação das queixas femininas, especialmente quando não há causas bem definidas e estas costumam ser classificadas como psicossomáticas. As negligências médicas com relação às reivindicações femininas tornaram-se recorrentes, podendo ser observadas e rastreadas desde a definição original de histeria até o recente reconhecimento da endometriose como um problema de saúde. Embora dados epidemiológicos sobre a síndrome no Brasil ainda sejam escassos, não sendo possível, no momento, identificar e estabelecer os sujeitos ou grupos mais afetados<sup>12</sup> pela condição, o alerta de Löwy se faz imprescindível. Sobretudo, para que estejamos atentos a possíveis formas de modernização da histeria.

No que diz respeito às causas, origens e localização da patologia, as hipóteses suscitadas parecem mobilizar as premissas físico-morais das tradições médico-filosóficas do século XIX (DUARTE, 1994), que buscavam qualificar as perturbações entre os dois planos considerados constitutivos da pessoa: a mente e o corpo. Para o médico intesivista João Gabriel Rosa Ramos, as manifestações neurológicas relatadas, muito provavelmente, estão associadas:

ao contexto ambiental de isolamento, de despessoalização do cuidado (por conta do uso da máscara face shield e da dificuldade de interagir com o cuidador) e da distância da família, que são fatores claramente protetores do delírio.

E, mesmo após a resolução do quadro confusional,

11 No *Facebook*, o grupo “Pós-Covid19- Quem tem sequelas?” foi criado no dia 6 de Julho de 2020 para a troca de informações relacionadas às sequelas da Covid19. Atualmente, o grupo conta com 20 mil pessoas e mais 90 sintomas persistentes catalogados, a partir das queixas compartilhadas por seus membros.

12 Para problematizações sobre o conceito de “grupo de risco”, ver ENGEL, 2020 e DOURADO, 2020.

do delírio associado ao confinamento e às medicações, persistem nesses pacientes alterações cognitivas que, em alguns casos, simulam inclusive quadros demenciais (PERES, 2020, p. 30).

Para um grupo de pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), contudo, as perturbações observadas seriam explicadas por outros motivos. Daniel Martins-de-Souza, neurocientista do Instituto de Biologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tem apostado em uma explicação fisicalista<sup>13</sup>, relacionando as manifestações neurológicas a alterações na estrutura cortical e a infecção dos astrócitos. Para o pesquisador, o novo coronavírus parece afetar três áreas principais do cérebro: 1) o sistema nervoso central, responsável por receber informações e distribuir ações pelo corpo (com manifestações como convulsões, tontura, confusão, dificuldades na coordenação, fala e equilíbrio, dores de cabeça); 2) sistema nervoso periférico, responsável por associar o sistema nervoso central a outras partes do corpo (com manifestações como perda do paladar, olfato, perdas na audição, visão e tato); 3) sistema musoesquelético, responsável pela estabilidade e movimento do esqueleto (com manifestações como dores e lesões musculares). O desafio do pesquisador tem sido definir e delimitar os mecanismos de ação da doença, priorizando fatores internos e componentes cerebrais.

Experiências em culturas de células, realizadas por Martins-de-Souza<sup>14</sup>, mostram que os neurônios se tornaram menos viáveis quando os astrócitos são infectados. Os astrócitos são células de suporte e as mais numerosas do sistema nervoso central, sendo fundamentais para o bom funcionamento dos neurônios. Ao serem infectados, os astrócitos morrem ou deixam de cumprir seu papel de suporte aos neurônios. E estes, então, passariam a não mais levar

com eficiência os sinais nervosos, o que acarretaria em dificuldades de raciocínio, perda de memória e depressão.

As transformações cerebrais têm sido observadas com grande atenção e preocupação pela equipe de pesquisadores da Unicamp. Segundo Martins-de-Souza, a morte neuronal, provocada pelo funcionamento irregular dos astrócitos, poderia levar a uma mudança na espessura do córtex cerebral – região apontada como responsável pela fala, linguagem, compreensão, memória.

Alterações deste tipo já puderam ser identificadas em exames de ressonância magnética em uma pesquisa liderada por Clarissa Yasuda, do Instituto Brasileiro de Neurociência e Neurotecnologia/Brainn/Unicamp. Os exames foram realizados, em média, 2 meses após o aparecimento dos primeiros sintomas da Covid-19. Nesse período, um terço dos participantes ainda apresentava “problemas neurológicos ou neuropsiquiátricos, como ansiedade, fadiga, dor de cabeça, depressão, perda de paladar, de sono e do desejo sexual”<sup>15</sup>. Para Martins-de-Souza, as descobertas seriam alarmantes, tendo em vista que:

O córtex é a região mais nobre e complexa do cérebro. Está ligado a funções fundamentais, como consciência, memória, linguagem, cognição e atenção. Alterações no córtex acontecem em doenças neurodegenerativas graves, como os males de Alzheimer e Parkinson. E, por isso mesmo, os cientistas pretendem acompanhar as pessoas examinadas no estudo de Covid-19 por dois anos, para detectar se houve sequelas<sup>16</sup>.

As controvérsias a respeito da síndrome parecem se distribuir em duas posições principais e conflitantes. Primeiro, entre aqueles que estão buscando transformar esse conjunto de manifestações em um *fato* (LATOUR, 2000), uma realidade digna de atenção e cuidado,

13 Em linhas gerais, o fisicalismo diz respeito à corporalidade em si como dimensão auto-explicativa do ser humano. Sua emergência está relacionada a uma transformação cosmológica elementar (operada desde o final do século XVII), fruto da separação radical estabelecida entre corpo e espírito e a partir da qual se passa a considerar a corporalidade humana como dotada de uma lógica própria, que deve ser descoberta e preservada (DUARTE, 1999).

14 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/covid-19-caoa-disturbios-neurologicos-ate-em-pacientes-com-sintomas-leves-alerta-neurocientista-1-24814864> Acessado em: 20/03/2021.

15 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/covid-19-caoa-disturbios-neurologicos-ate-em-pacientes-com-sintomas-leves-alerta-neurocientista-1-24814864?fbclid=IwAR2btG6Opp6EOaAELMPlxTb4cnbYNcsvgB4GaXX2-Ggp-ZkN6Y7jG3EiLpDo> Acessado em: 20/03/2021.

16 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/covid-19-caoa-disturbios-neurologicos-ate-em-pacientes-com-sintomas-leves-alerta-neurocientista-1-24814864?fbclid=IwAR2btG6Opp6EOaAELMPlxTb4cnbYNcsvgB4GaXX2-Ggp-ZkN6Y7jG3EiLpDo> Acessado em: 20/03/2021.

enquanto outros tentam desacreditar ou deslegitimar tal posição. Segundo, entre aqueles que defendem uma localização ou preponderância fisiológica (física) das perturbações, enquanto outros defendem uma localização ou preponderância psíquica (moral).

Os modos de captura do prefixo *neuro* nas culturas científicas e não-científicas são diversos e porosos. Contudo, costumam se referir às formas de governar a vida e compreender os processos de subjetivação que recorrem ao cérebro como elemento central (VIDAL & ORTEGA, 2020). A ideia de que *somos nosso cérebro ou a mente é o que o cérebro faz* (VIDAL; ORTEGA, 2020), tornou-se presente em diferentes contextos locais e globais, conjugando conhecimentos, valores, agentes e interesses distintos, como aqueles propagandeados pelas políticas de saúde de laboratórios farmacêuticos (AZIZE, 2008) e por determinados movimentos de saúde global. A defesa do cérebro como o lugar da mente, da consciência, da memória e das doenças do mundo “psi” (psiquiatria, psicologia e psicanálise) ganha força em fins do século XX, a partir do desenvolvimento de novas tecnologias de visualização cerebral e da proliferação de narrativas sobre neurotransmissores e suas conexões com a saúde mental (AZIZE, 2008).

Entre os princípios básicos que sustentam esse novo *sujeito cerebral* (AZIZE, 2008; EHRENBERG, 2009; VIDAL; ORTEGA, 2021), destacam-se o dualismo (em que posições são estabelecidas em função da distinção mente e corpo) e a ênfase na autonomia (VIDAL; ORTEGA, 2021). Se uma parte considerável dos sujeitos têm manifestado sintomas como desorientação, *brain fog* e perda de memória na pandemia, eles parecem se tornar patológicos para a biomedicina quando a autonomia para a realização das atividades da vida diária é perdida ou seriamente comprometida. As representações sobre as manifestações neurológicas não parecem eliminar o dualismo cartesiano (corpo e mente), mas produzir numerosas montagens, fluxos e conexões que deslizam por entre essas dimensões (DUARTE, 1994). A partir desse conjunto semântico fractalizado, tornam-se possíveis eventos físicos com consequências morais, eventos morais com

consequências físicas sem que, no entanto, se deixe de distingui-los.

Além das vacinas, são poucos os medicamentos eficazes na prevenção e controle de formas graves e prolongadas da Covid-19. E, alguns deles, sem uma avaliação sistemática a respeito de seus riscos. Sem um protocolo definitivo, os tratamentos têm sido variados, incluindo medicamentos, psicoterapia, reabilitação neurocognitiva e fisioterapia:

Ainda não sabemos se existe a possibilidade de reversão do quadro cognitivo prejudicado. Assim como algumas pessoas ainda não retornaram com seus paladares e olfatos, outras estão ainda apresentando falhas significativas na memória, função executiva e linguagem mesmo depois de terem se recuperado da covid-19 há 10 meses (Livia Valentin, da USP, à BBC News Brasil)<sup>17</sup>.

De acordo com Clarissa Yasuda, da Unicamp, há a suspeita de que o vírus possa desencadear “doenças degenerativas”, como o Alzheimer e o Parkinson, em quem possui a pré-disposição genética<sup>18</sup>. A preocupação parece ser compartilhada também por Sonia Villapol. De acordo com a pesquisadora, o agravamento e aceleração das demências já pôde ser observado em alguns estudos. E, com base na experiência de outras doenças virais inflamatórias:

É muito factível que a porcentagem de pessoas com Alzheimer aumente nos próximos anos. É uma hipótese com bastante fundamento porque já aconteceu isso com outras doenças virais. De qualquer forma, o agravamento de doenças neurodegenerativas preexistentes após ter covid-19 é um fato comprovado.<sup>19</sup>

### **(Re)enquadrando a percepção: a desorientação como estratégia política de governo**

Nada está na escala certa. Não se trata apenas, portanto, de uma crise *no tempo e no espaço* mas de uma corrosão feroz do tempo e do espaço (Viveiros de Castro; Danowski, 2014, p. 30)

17 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-56337032> Acessado em: 20/03/2021.

18 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/covid-19-causa-disturbios-neurologicos-ate-em-pacientes-com-sintomas-leves-alerta-neurocientista-1-24814864?fbclid=IwAR2btG6Opp6EOaAELMPlxTb4cnbYNcsvjB4GaXX2-GgpZkN6Y7jG3EiLpDo> Acessado em: 20/03/2021.

19 Disponível em: <https://bityli.com/WBioS> Acessado em: 30/04/2021.

A emergência sanitária provocada pelo surgimento do novo coronavírus transformou radicalmente a experiência cotidiana, remodelando os circuitos de circulação de pessoas e coisas, as formas de manejo e contato e os modos pelos quais o afeto e o cuidado puderam ser desenvolvidos. Em todo o mundo, a crise sanitária instituiu uma temporalidade excepcional, conjuntural e não rotineira (ALMEIDA, 2019), que desestabilizou o ordinário e mobilizou empreendimentos em caráter de urgência. Líderes políticos dos cinco continentes organizaram-se em forças-tarefa para o controle e combate à pandemia, por meio de ações como o isolamento social, o *lockdown*, as campanhas de vacinação em massa, a defesa do uso da máscara, a aplicação de multas àqueles que descumprissem as regras de distanciamento, entre outros.

No Brasil, a crise sanitária foi condensada com uma crise político-econômica, instaurada desde 2013 e intensificada com as eleições de 2018. Se a desorientação e a imprevisibilidade já haviam se tornado marcas fundamentais da dinâmica política brasileira (ALMEIDA, 2019), com a deflagração da pandemia, essas características se aprofundaram:

Esses cortes, vamos chamá-los ainda de brechas no tempo, retomando o diagnóstico feito por Hannah Arendt, isto é, esses intervalos totalmente dominados pelas coisas que não são mais e pelas coisas que não são ainda. Brechas, pois há uma pausa e esse tempo parece desorientado (HARTOG, 2014, p. 138 apud ALMEIDA, 2019, p. 192).

Do ponto de vista discursivo, os modos de administração, estabilização e controle da pandemia têm sido diversos. As formas pelas quais a doença e o vírus vem sendo compreendidos e transformados em um problema, alvo de investimentos específicos, são múltiplas e variam conforme os atores e instituições envolvidas. No que diz respeito ao atual presidente, algumas estratégias e recursos discursivos se tornaram frequentes em pronunciamentos públicos: a retórica da eufemização (somada ao uso de diminutivos) para promover uma redução da gravidade da doença; a utilização de analogias que associam o novo coronavírus a eventos familiares e conhecidos (como gripes e resfriados) e para os quais já existe tratamento e prevenção; a caracterização dos discursos de oposição como “históricos”, “delirantes” e “fora da realidade” (BRANCO-PEREIRA, 2021; CASTRO, 2021); a

conversão da doença em um inimigo a ser combatido; e, por fim, a sua simetrização com a manutenção da economia, devendo o vírus ser enfrentado na mesma proporção que o desemprego (SILVA, 2020):

A vida continua, não tem que ter histeria. Não é porque tem uma aglomeração de pessoas aqui ou acolá esporadicamente. Tem que ser atacado exatamente isso, tirar a histeria. (Pronunciamento de 17 de março de 2020)

Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar, não, tá ok? (Pronunciamento de 20 março 2020)

Mas ainda o número de pessoas que morreram de H1 N1 no ano passado foi na ordem de 800 pessoas. A previsão é não chegar a essa quantidade de óbitos no tocante ao coronavírus. Espero que não queiram me culpar lá na frente pela quantidade de milhões e milhões de desempregados na minha pessoa, e digo mais: brevemente o povo saberá que foi enganado por esses governadores e por grande parte da mídia nesta questão do coronavírus. (Pronunciamento de 22 março 2020)

No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão. (Pronunciamento de 24 março 2020)

Na contramão das evidências científicas e das orientações de diversas agências regulatórias (CASTRO, 2020), como a Organização Mundial de Saúde, desde março de 2020 a substância medicamentosa cloroquina passou a fazer parte do catálogo de intervenções terapêuticas no país, transformando-se em importante pauta política:



Jair M. Bolsonaro  
@jairbolsonaro

1- Há 40 dias venho falando do uso da Hidroxicloroquina no tratamento do COVID-19. Sempre busquei tratar da vida das pessoas em 1º lugar, mas também se preocupando em preservar empregos. Fiz, ao longo desse tempo, contato com dezenas médicos e chefes de estados de outros países.

8:00 AM · 8 de abr de 2020 · Twitter for Android

13,3 mil Retweets 1.670 Tweets com comentário 67,6 mil Curtidas

(Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1247841684584640512> Acesso em 11 de junho de 2021)

Mesmo após intensa controvérsia quanto à sua eficácia e segurança, em 15 de janeiro de 2021 Bolsonaro voltou a defender o uso da substância em seu *Twitter* pessoal, afirmando que: “Estudos clínicos demonstram que o tratamento precoce da Covid, com antimaláricos, podem reduzir a progressão da doença, prevenir a hospitalização e estão associados à redução da mortalidade”. Algumas horas após a postagem, a rede social incluiu uma marcação sobre o tweet, explicando que a mensagem violava suas regras sobre publicações enganosas e potencialmente prejudiciais relacionadas à Covid-19.

Para Castro (2020), o processo de liberação da substância deveria ser analisado como um *princípio ativo ou operativo* que confere uma visibilidade, uma forma de ação e uma estabilização para seu uso ao conjugar um amplo espectro de relações. Esse arranjo específico de relações e seu modo de produção permitiria, simultaneamente, o reconhecimento da ausência de comprovação científica e a recomendação de seu uso. E, de forma semelhante, a desmobilização de práticas usuais de regulamentação sanitária, a desresponsabilização de agentes federais pela liberação e a sobrerresponsabilização de pacientes, que, sob o pretenso exercício da liberdade, deveriam decidir ou não sobre o uso da medicação<sup>20</sup>.

Após sucessivas defesas e distribuições em massa dessas substâncias, Eduardo Pazuello em entrevista à imprensa no dia 18 de janeiro de 2021, disse que o governo federal nunca estimulou o uso da cloroquina e hidroxicloroquina contra a covid-19. Em meio ao caos do sistema de saúde de Manaus, que sofria com a falta de leitos hospitalares e oxigênio para atendimento de seus internados, Pazuello, à época Ministro da Saúde, afirmou: “Nunca indiquei medicamentos a ninguém. Nunca autorizei o Ministério da Saúde a fazer protocolos indicando medicamentos”.<sup>21</sup>

Para além da liberação e recomendação de fármacos e substâncias sem comprovação de eficácia,

outras medidas, adotadas pelo Governo Federal no enfrentamento à pandemia, vem encontrando dissonâncias e provocando tensões entre médicos, gestores públicos, veículos midiáticos, cientistas, autoridades e grupos da sociedade civil. Entre eles, a defesa da abertura de serviços não essenciais (como Igrejas, academias, salões de beleza), a tese do isolamento vertical (que apenas os grupos considerados mais vulneráveis ao vírus deveriam praticar) e, mais recentemente, a não obrigatoriedade da vacinação e do uso de máscaras (entre aqueles já vacinados e/ou imunizados pelo contato prévio com o vírus).

No processo de convencimento ou persuasão de uma determinada audiência, espera-se que o orador organize “seu discurso em torno de provas que o tornem crível, coerente e menos suscetível à contra-argumentação” (SILVA, 2020, p. 17). Essa premissa básica da oratória, contudo, parece ser deslocada quando observamos Bolsonaro. Segundo a organização jornalística *Aos Fatos*,<sup>22</sup> que monitora a veracidade de informações propagadas por políticos e autoridades de expressão nacional, em 891 dias como presidente, Bolsonaro já teria comunicado 3.115 declarações falsas ou distorcidas<sup>23</sup>.

Embora não seja um acontecimento novo, a prática de disseminação de relatos falsos com fins políticos parece ter ganhado novas características e contornos nos últimos anos. Refletindo sobre os efeitos da ampla disseminação e consumo de narrativas falsas no contexto eleitoral brasileiro, Dourado e Gomes (2019) defendem que ao menos quatro elementos seriam decisivos para uma correta avaliação do fenômeno: as guerrilhas informativas, os novos meios e modos de propagação (sobretudo digitais), a mimetização jornalística (de forma que se pareçam com notícias produzidas pelo sistema jornalístico) e o teor político das histórias. Definidas pelos autores como “relatos pretensamente factuais que inventam ou alteram os fatos que narram e que são disseminados, em larga escala, nas mídias sociais, por pessoas interessadas nos efeitos que eles poderiam produzir” (DOURADO; GOMES, 2019, p. 35), as *fake news* se popularizaram como elementos de

20 Para uma reflexão sobre o lugar das substâncias e dos remédios nos processos de feitura do Estado e a agência da cloroquina em um contexto pandêmico, ver Alves da Silva (2020).

21 Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,apos-meses-de-entrega-em-massa-pazuello-diz-que-nunca-incentivou-uso-da-cloroquina,70003586046#:~:text=BRAS%C3%8DLIA%20%E2%80%93%20Ap%C3%B3s%20meses%20de%20defesa,Nunca%20indiquei%20medicamentos%20a%20ningu%C3%A9m>. Acessado em: 11/06/2021.

22 Disponível em: <https://www.aosfatos.org/> Acessado em: 13/06/2021.

23 Informações recolhidas em 13/06/2021.

retórica dos ascendentes movimentos conservadores de direita no Brasil e no mundo. Em conjunto com as contradições discursivas, elas parecem operacionalizar uma *crise epistêmica* (DOURADO; GOMES, 2019); uma fratura intencionalmente produzida com o intuito de desqualificar instituições tradicionalmente dotadas de credibilidade e prestígio e sentenciar sobre o conhecimento a respeito dos fatos.

Entre os eixos temáticos das contradições e/ou mentiras construídas por Bolsonaro na pandemia, destacam-se aquelas relacionadas à compra de vacinas e insumos para a sua produção. Em meio aos escândalos da CPI da Pandemia, envolvendo o desprezo aos contatos do laboratório farmacêutico *Pfizer*<sup>24</sup> e sua oferta de vacinas ao governo brasileiro<sup>25</sup>, Bolsonaro, em uma live pelo Youtube no dia 13 de abril de 2021, disse que: “Acabou a narrativa. Não podíamos assinar o contrato [com a *Pfizer*] no ano passado, porque era um contrato que tinha muita incerteza jurídica.”<sup>26</sup>. Em consulta realizada pela rede *Aos Fatos*, Fernando Aith, professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e pesquisador de direito sanitário, afirma, no entanto, que a narrativa do presidente não procede. O argumento da *incerteza jurídica*, acionado tanto para desresponsabilizar o governo federal no que diz respeito à escassez de vacinas no cenário nacional, quanto para justificar a não-adesão ao contrato do referido laboratório, não se sustentaria.

De acordo com Aith, a legislação brasileira estabelece que nem a empresa e nem o governo poderiam se eximir de responsabilidades sobre eventuais problemas ou efeitos colaterais da vacina. E que a afirmação de Bolsonaro seria falsa, porque a cláusula solicitada pela farmacêutica (o alegado motivo para a inviabilidade da compra) poderia ser anulada mesmo após a assinatura do contrato por ser considerada abusiva, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor e com respaldos

sobre a própria Constituição. E, nesse sentido, nada impediria que o governo levasse o negócio adiante, sobretudo em uma emergência sanitária, tendo em vista que ela poderia ser questionada depois.

Com o objetivo de investigar “ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados”<sup>27</sup>, no dia 24 de abril foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado. Entre as incumbências dos parlamentares envolvidos na comissão, estariam a análise de possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos durante a vigência da pandemia de SARS-CoV-2.

A instalação da CPI foi protocolada pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso (que ocupa o cargo desde 2013 por indicação da Presidenta Dilma Roussef), no momento em que o Brasil enfrentava recordes diários de óbitos pela doença. Em um vídeo publicado em seu Twitter, no dia 9 de Abril<sup>28</sup>, Bolsonaro diz:

Sobre a decisão do Barroso de ontem, monocraticamente...Presta atenção, aqui, porque é importante...mandando, determinando que o senado federal instale a CPI da Covid contra o Presidente Jair Bolsonaro. É exatamente isso. E não é para apurar desvio de recursos de governadores. É para apurar, segundo está lá na ementa do pedido da CPI, omissões do governo federal. Ou seja, uma jogadinha casada. Barroso e a bancada de esquerda do senado, né, pra desgastar o governo. Eles não querem saber o que aconteceu com os bilhões desviados por alguns governadores e por alguns poucos prefeitos também. Agora detalhe: lá dentro do senado

24 De acordo com o Vice-Presidente da CPI, o senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP), 90% dos 81 e-mails enviados pela Pfizer, entre abril de 2020 e março de 2021, não foram respondidos pelo governo federal. Disponível em: <https://aovivo.folha.uol.com.br/poder/2021/06/09/5998-braco-direito-de-pazuello-no-ministerio-da-saude-fala-agora-a-cpi-da-covid-acompanhe.shtml#post408637> Acessado em: 12/06/2021.

25 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/governo-recusou-oferta-da-vacina-da-pfizer-pela-metade-do-preco-pago-por-eua-reino-unido-25050068> Acessado em: 12/06/2021.

26 Para assistir a live na íntegra: <https://www.youtube.com/watch?v=pjFbcotB2cE> Acessado em: 12/06/2021.

27 Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441> Acessado em: 12/06/2021.

28 Disponível em: [https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1380499600851804160?ref\\_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etwetembed%7Ctwtterm%5E1380499600851804160%7Ctwtgr%5E%7Ctwtcon%5E%5E1\\_&ref\\_url=https%3A%2F%2Fbr.noticias.yahoo.com%2Fbolsonaro-faz-cortina-de-fumaca-para-desviar-foco-da-cpi-da-covid-diz-oposicao-133231883.html](https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1380499600851804160?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etwetembed%7Ctwtterm%5E1380499600851804160%7Ctwtgr%5E%7Ctwtcon%5E%5E1_&ref_url=https%3A%2F%2Fbr.noticias.yahoo.com%2Fbolsonaro-faz-cortina-de-fumaca-para-desviar-foco-da-cpi-da-covid-diz-oposicao-133231883.html) Acessado em: 13/06/2021.

tem processo de impeachment contra ministro do supremo tribunal federal. Tem ou não tem? (pergunta ao público, que responde que tem). Eu quero saber é se o Barroso vai ter a coragem moral de instalar esse processo de impeachment também. Pelo que me parece, falta coragem moral para o Barroso e sobra ativismo judicial. Não é disso que o Brasil precisa. O país vive um momento crítico de pandemia, pessoas morrem e o ministro do supremo tribunal federal faz politicagem junto ao senado federal. Barroso, nós conhecemos teu passado, tua vida, o que você sempre defendeu, como chegou ao supremo tribunal federal, inclusive defendendo o terrorista Cesare Battisti, tá? Então, use a sua caneta para boas ações, defesa da vida e do povo, e não para fazer politicalha no senado federal. Se tiver MORAL, um pingo de moral, ministro Barroso, mande abrir o processo de impeachment contra alguns dos seus companheiros do supremo tribunal federal.

Diante da comunicação do Presidente, a opinião do senador Fabiano Cantarato (Rede-ES) é de que Bolsonaro realiza uma cortina de fumaça para desviar o foco da CPI da Pandemia. No dia 12 de abril, o senador escreveu em sua conta pessoal do *Twitter*: “Bolsonaro tenta fazer cortina de fumaça na CPI: o Senado não deve desviar o foco. Que as assembleias estaduais investiguem desvios dos governadores e que o Congresso Nacional se dedique aos desvios federais”<sup>29</sup>. A expressão *cortina de fumaça* vem sendo empregada no debate público em alusão às técnicas utilizadas por estrategistas militares para a dissimulação de manobras. Em um contexto bélico, as nuvens de fumaça (naturais ou artificialmente produzidas) oferecem uma janela temporal para o desenvolvimento e operacionalização de ações (como o contra-ataque ou a retirada de tropas), por meio do engano ou confusão exercido sobre o inimigo. O recurso também costuma ser utilizado por ilusionistas, com o objetivo desorientar o público e desviar sua atenção do momento da execução de um truque (BITTENCOURT, 2018).

A *cortina de fumaça*, assim como a *brain fog* (névoa cerebral; confusão mental) da Síndrome Pós-Covid, parece *embaçar*<sup>30</sup> o acesso a determinado registro de realidade (FERIANI, 2017; 2020), a partir de um deslocamento provocado sobre os enquadramentos que governam a percepção. A articulação organizada para

reconfigurar os elementos que conferiam um sentido à experiência transforma a estruturação da cena, assim como o seu reconhecimento. No enquadramento, uma força ativa é desempenhada para tanto ocultar como mostrar, tanto desviar como inflamar, e fornecer aos espectadores a ilusão de que estes estão em uma relação visual imediata com a realidade (BUTLER, 2015).

Ainda que a moldura direcione o olhar, ela nunca determina realmente, de forma precisa, aquilo que é observado, pensado, reconhecido e apreendido. Algo sempre pode ultrapassar a moldura e perturbar o senso da realidade, atualizando as possibilidades de existência e a própria produção de enquadramentos, tal como acontece no delírio. Na experiência delirante, o registro de realidade é deslocado para um além, um mundo outro que escapole para fora dos contornos esperados. Essa expansão ontológica desestabiliza os enquadramentos reconhecidos e expõe, de maneira radical, o trabalho de classificação e controle de autoridades privilegiadas (como aqueles que compõem o Estado e o saber científico e biomédico) sobre a produção dos quadros que sustentam o real. A disputa política por uma imanência da realidade (BRANCO-PEREIRA, 2021) na gestão da pandemia e na Síndrome Pós-Covid concentram-se, sobretudo, nesse esforço de manter as molduras referenciais sob controle, de modo a impedir a abertura da realidade à novas possibilidades de apreensão. No caso da síndrome, a experiência delirante como um sintoma psicopatológico a ser tratado pela biomedicina. No jogo político, como uma categoria acusatória desmoralizante, que atesta a ruptura de um mundo comum possível.

De acordo com Merleau-Ponty (1999), a capacidade perceptiva se construiria de maneira sempre contingencial, a partir daquilo que é vivido e experimentado no tempo presente. Em um amplo campo de possibilidades disponíveis à percepção e apreciação, é a atenção quem filtra e revela determinadas figuras, “como um projetor que ilumina objetos preexistentes na sombra” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 53). E a percepção realizaria bem mais do que apenas iluminar ou focalizar dados preexistentes. Ela também fomentaria neles uma nova articulação e um novo horizonte possível:

Assim, a atenção não é nem uma associação de

29 Disponível em: <https://twitter.com/contaratosenado/status/1381581982631657474> Acessado em 12/06/2021.

30 Inspiro-me no trabalho de Feriani (2017; 2020) sobre a nebulosidade do reconhecimento, classificação e experiência da Doença Alzheimer.

imagens, nem o retorno a si de um pensamento já senhor de seus objetos, mas a constituição ativa de um objeto novo que explicita e tematiza aquilo que até então só se oferecera como horizonte indeterminado. Ao mesmo tempo em que aciona a atenção, a cada instante o objeto é reapreendido e novamente posto sob sua dependência (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 59).

O mundo fenomenológico, portanto, não seria um dado puro à priori, mas um conglomerado de sentidos que se revelam na intersecção das experiências dos sujeitos (entre o *eu* e o *outro*) e na engrenagem de uns nos outros (MERLEAU-PONTY, 1999). Aquilo que é percebido como existente ou como sendo, de fato, a natureza real das coisas, emerge no encontro intersubjetivo. Nesse nó, experiências passadas são retomadas e cruzadas com experiências presentes e com as experiências do outro sobre as minhas, reorganizando os elementos referenciais que sustentam determinada ordem e coerência. As cortinas de fumaça, as *fake news*, as contradições e as disputas em torno de uma realidade delirante parecem funcionar como *dispositivos da sensibilidade*<sup>31</sup> (DUARTE, 1999) - recursos discursivos que capturam, modelam, e (des)orientam sensibilidades e disposições perceptivas. Com essas ferramentas, é possível revelar e ocultar aquilo que se deseja, enganar ou confundir plateias e “impedir a atribuição de responsabilidades pelo que quer que seja” (CESARINO, 2021, p. 2). A partir desse jogo de luz e sombra, Bolsonaro pode enfatizar certos aspectos da realidade que ele prospecta e simula em relação à doença e seus desdobramentos no cenário nacional (SILVA, 2020).

### Considerações Finais

Durante a pandemia, não apenas as representações da realidade que circulam sob a forma de palavras e imagens (MOL, 1999) tornaram-se contestáveis e abertas a disputas, mas também as próprias formas materiais de governo da realidade e sua percepção. As tentativas de estabilização e administração do vírus, assim como de suas repercussões no cotidiano, revelam-nos mais do que simples aspectos de uma pandemia ou de uma gestão da crise, mas os próprios mecanismos de construção das condições de performance do real

(MOL, 1999; PEREIRA, 2020) e dos enquadramentos perceptivos que o sustenta. As formas de composição desses arranjos produzem diferentes versões da pandemia, que podem colaborar entre si e, inclusive, estabelecer uma relação de mútua dependência (MOL, 1999; MOSER, 2008) – algumas só existindo em função de outras.

Como tentei demonstrar, os arranjos sensíveis, mobilizados por essas práticas, são variados. Durante o trabalho de modelagem dessas relações, o que parece estar em aberto são formas de regulação da perspectiva e os modos de governo da percepção e dos sentidos. No que se refere à gestão da pandemia no Brasil, realizada pelo presidente, as estratégias e ações operacionalizadas parecem constantemente reconfigurar aquilo que se faz apreensível ou visível ao público. “Seu traço verdadeiramente importante está no modo como ele cria uma realidade incerta, a partir da ficção, dando contornos e voz à forma informe da realidade, na qual a atuação recíproca da verdade e da ilusão torna-se uma força social fantasmagórica” (TAUSSIG, 1993, p. 126). Ao desorientar e produzir incertezas, essas manobras políticas comprimem as possibilidades de apreensão da conjuntura presente e a previsão de cenários futuros, assim como tornam turvas as condições de mobilização e organização de alguma oposição ao cenário e a responsabilização dos sujeitos envolvidos por suas eventuais falhas.

### Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, Evangelismo e a Crise Brasileira. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, v38, n 01, 185-213, Jan.–Abr, 2019.
- ALVES DA SILVA, Wagner. Cloroquina: um programa de estado. **Áltera**, João Pessoa, v. 1, n. 10, p. 382-389, jan./jun. 2020.
- AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. Oxford: Clarendon Press, 1975.
- AZIZE, Rogério Lopes. Uma neuro-weltanschauung? Fisicalismo e subjetividade na divulgação de doenças e medicamentos do cérebro. **Revista Mana**, n 14, v 1, p. 7-30, 2008.
- BARROS, José. A síndrome – no Brasil e Portugal.

31 Termo utilizado por Luiz Fernando Dias Duarte (1999) em analogia aos “dispositivos da sexualidade”, de Michel Foucault.

**Sinapse: Publicação da Sociedade Portuguesa de Neurologia**, Suplemento 1, Volume 7, Número 2, Dezembro de 2007.

BIEHL, João. Ciência, Tecnologia e Saúde Mental. In: **Tecnologias do Corpo**. Org. Annette Leibing. Editora NAU, 2004.

\_\_\_\_\_. Descolonizando a saúde planetária. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 337-359, jan./abr. 2021.

BITTENCOURT, Felipe. Você conhece a expressão “cortina de fumaça”? Publicação no **Medium**, 2018. Acesso: <https://medium.com/tudo-pela-metade/voc%C3%AA-conhece-a-express%C3%A3o-cortina-de-fuma%C3%A7a-4c320cd6cea7>

BLANCO, Lis; SACRAMENTO, Jonatan. Pós-pandemia ou a “endemização do (extra)ordinário”? Uma análise comparativa entre as experiências com a fome, Zika vírus e Covid-19 no Brasil. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 183-206, jan./abr. 2021.

BONET, Octavio. La sociedad del espanto. Mallas de vidas en cuarentena. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 147-163, jan./abr. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Editoria da Universidade de São Paulo, 2008.

BRANCO-PEREIRA, Alexandre. lucinando uma pandemia: ensaio sobre as disputas pela realidade da Covid-19. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 129-145, jan./abr. 2021.

BURY, Michael. Doença crônica como ruptura biográfica. **Tempus**, v. 5, n. 2, p. 41-55, 2011.

CASTRO, Rosana. Mesmo sem comprovação científica...: Políticas de ‘liberação’ da cloroquina. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** – Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia 2021 – pp. 1-12.

CESARINO, Letícia. A desinformação como método: Bolsonaro e o novo regime de verdade na pandemia. **Revista Jacobin**, 2021. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/02/a-desinformacao-como-metodo-bolsonaro-e-o-novo-regime-de-verdade-na-pandemia/>

DANOWSKI, Deborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Desterro – [Florianópolis]: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2014.

DOURADO, Simone Pereira da Costa. A pandemia de COVID-19 e a conversão de idosos em “grupo de risco”. **Cadernos de Campo** (São Paulo, online) | vol.29, (suplemento), p.153-162 | USP 2020

DOURADO, Tatiana; GOMES, Wilson. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. 16 N° 2. Julho a Dezembro de 2019.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. “O Império dos Sentidos: Sensibilidade, Sensualidade e Sexualidade na Cultura Ocidental Moderna.” In: HEILBORN. M. L. A. **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, pp. 21-30, 1999.

\_\_\_\_\_. A outra saúde: mental, psicossocial, físico moral?. In: ALVES, PC., and MINAYO, MCS., orgs. **Saúde e doença: um olhar antropológico** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.

\_\_\_\_\_. A pulsão romântica e as ciências humanas no ocidente. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n 55, 2004.

EHRENBERG, Alain. O sujeito cerebral. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, vol.21, n.1, p. 187– 213, 2009

ENGEL, Cíntia. Como cuidar de coletivos de cuidado? Pensando grupos de risco e orientações públicas sobre a prevenção da Covid-19 a partir da convivência com as demências. Políticas da Pandemia: Mulheres, Economia e Saúde. **Caderno 4, Instituto Imuê**, 2020.

FERIANI, Daniela. Doença De alzheimer e xamanismo: Diálogos (im)possíveis. **Revista Mana** 26(2): 1-44, 2020.

\_\_\_\_\_. **Entre sopros e assombros: estética e experiência na doença de Alzheimer**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2017.

LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP, 2000.

LEIBING, Annette. Olhando para trás: os dois nascimentos da doença de Alzheimer e a senilidade no Brasil. **Est. Interdiscipl. Envelhec.**, Porto Alegre, v. 1, p. 37-56, 1999.

LÖWY, Ivana. Long Covid, chronic fatigue syndrome and women: the shadow of hysteria. May 25, 2021 (<http://somatosphere.net/2021/long-covid.html/>)

MANSANA, Lina. La dimensión temporal de la enfermedad crónica: duración, diagnóstico y edad. *In: Dossiê Antropologia das Doenças de Longa Duração. Revista Política e Trabalho / Programa de Pós-Graduação em Sociologia* – Vol. 1, Ano 32, n. 42(out. 2015). João Pessoa, 2015.

MARSHALL, Michael. How covid-19 can damage the brain. **Nature**, Vol 585, 17 September, 2020.

MENEZES, Rachel Aisengart. Demanda por eutanásia e condição de pessoa: reflexões em torno do estatuto das lágrimas. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, n 9, pp.137-153, 2011.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**; [tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura]. - 2- ed. - São Paulo : Martins Fontes, 1999.

MOL, Annemarie. Ontological politics. A word and some questions. **The Editorial Board of The Sociological Review**, 1999.

MOSER, Ingunn. Making Alzheimer's disease matter. Enacting, interfering and doing politics of nature. **Geoforum** 39, p. 98–110, 2008.

PEREIRA, Everson Fernandes. A pandemia de Covid-19 na UTI. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 49-70, jan./abr. 2021.

PERES, Ana Cláudia. Dias que nunca terminam: Sintomas relacionados a Síndrome Pós-Covid surpreendem pacientes e pesquisadores. **RADIS** n.218 , nov, 2020.

SEIXAS, Heloísa. **O lugar escuro: uma história de senilidade e loucura**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

SILVA, Alexandre Marques. (Não) é só uma gripezinha: argumentação e realidade forjada nos pronunciamentos de Jair Bolsonaro sobre a covid-19. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e**

**Argumentação**, Ilhéus, n. 20, v. 2, ago, 2020.

TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem: um estudo sobre o terror e a cura**. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1993.

VIDAL, Fernando; ORTEGA, Francisco. **Somos nosso cérebro? Neurociências, Subjetividade, Cultura**. São Paulo, N-1 Edições, 2019.

World Health Organization (Organização Mundial da Saúde). In the wake of the pandemic: Preparing for Long COVID. **Policy Brief** 39, 2021.

# Prisão e(m) pandemia: covid-19, políticas de morte e a produção de resistências<sup>1</sup>

*Lucas Gonzaga do Nascimento<sup>2</sup>*

*Anna Paula Uziel<sup>3</sup>*

## Resumo:

O artigo discute como a pandemia do coronavírus afetou o sistema prisional fluminense, intensificando as violações de direitos sobre a população prisional e tornando mais difíceis as articulações e formas de resistência empreendidas por movimentos antiprisionais e familiares de pessoas presas. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica e documental. Dentre as violências da instituição prisional citadas no artigo, estão: dificuldades de comunicação entre a população prisional e suas famílias; falta de condições básicas de sobrevivência nos cárceres, incluindo alimentação e água; problemas no atendimento médico durante a pandemia; subnotificação de casos de COVID-19 na população carcerária; tentativa de implementação das audiências de custódia virtuais; redução das pessoas presas que poderiam cumprir prisão domiciliar, de acordo com a resolução número 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça. O texto também evidencia algumas das formas de resistência de movimentos sociais e de familiares de pessoas presas contra as violências perpetradas pelo cárcere. Nessas articulações, dinâmicas de gênero podem ser observadas a partir da predominância de mulheres em tais movimentos. Há também uma extensão dos processos de criminalização e estigmatização às famílias da população carcerária. Por último, o texto aborda as dificuldades de atuação destes movimentos desde o início da pandemia do coronavírus.

**Palavras-chave:** Sistema prisional; COVID-19; direitos humanos; movimentos antiprisionais; famílias.

## Prison in pandemic: covid-19, death policies and the production of resistance

## Abstract:

The article discusses how the coronavirus pandemic has affected the Rio de Janeiro's prison system, intensifying the violations of rights against the prison population and making the articulations and forms of resistance undertaken by anti-prison movements and prisoners' family members more difficult. The methodology used is bibliographic and documentary research. Among the violence in the prison institution mentioned in the article are: communication difficulties between the prison population and their families; lack of basic conditions for survival in prisons, including food and water; problems with medical care during the pandemic; underreporting of COVID-19 cases in the prison population; attempt to implement virtual custody hearings; reduction of people arrested who could serve house arrest, according to the resolution number 62/2020 of the National Council of Justice. The text also highlights some of the forms of resistance of social movements and family members of prisoners against the violence perpetrated by prison. In these articulations, it can be observed gender dynamics from the predominance of women in such movements. There is also an extension of criminalization and stigmatization processes to the families of the prison population. Finally, the text addresses the difficulties in the performance of these movements since the beginning of the

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

2 Psicólogo e Professor Colaborador da Universidade do Grande Rio (Unigranrio).

3 Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

coronavirus pandemic.

**Keywords:** Prison system; COVID-19; human rights; anti-prison movements; families.

### Introdução

Este texto é baseado na dissertação de mestrado de um dos autores, cujo tema é a relação entre paternidade e sistema prisional no Rio de Janeiro, e que sofreu significativas modificações em função da pandemia do COVID-19. Tais modificações evocaram a necessidade de analisar os impactos da pandemia no sistema prisional fluminense, e a forma como familiares de pessoas presas (especialmente mulheres) vêm se organizando para garantir direitos de seus parentes privados de liberdade. Assim, o texto divide-se em dois momentos: um primeiro de análise da gestão da pandemia pela administração penitenciária do Rio de Janeiro; e um segundo de discussão sobre as dinâmicas de gênero e parentesco acionadas pela luta de familiares em movimentos antiprisionais. Na segunda parte do texto, optou-se por citar também movimentos existentes em São Paulo e Minas Gerais.

A população prisional brasileira, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) contabilizava 759 mil pessoas presas no Brasil em junho de 2020. Em 2020 havia um déficit de 231 mil vagas no sistema, indicando a superlotação das unidades prisionais do país. Os dados apontam que, dessa população, 228 mil (cerca de 30% do total) não foram ainda formalmente condenados, cumprindo prisões provisórias.

Com o início da pandemia, em março de 2020, a interrupção dos contatos externos com a população carcerária (exceto agentes penitenciários e outros/as funcionários/as, a despeito dos afastamentos por conta de comorbidades) operou como medida protetiva de garantia da vida, ainda que não tenha evitado que mortes decorrentes do coronavírus tenham ocorrido nas prisões fluminenses.

Nesse período dramático ficaram evidentes as linhas duras da vulnerabilidade física e afetiva a que está exposta a população encarcerada, que se

viu impossibilitada de ter qualquer contato com seus familiares e o mundo externo, aumentando a precariedade das condições de vida no cárcere e os sentimentos de angústia, medo e desamparo. Suas famílias que, mesmo antes da pandemia poderiam ter dificuldades de acessar informações sobre seus parentes presos, viram-se completamente impossibilitadas de saber sobre o estado de saúde deles/as.

Em um sistema marcado pela insalubridade e superlotação, que propicia a transmissão de doenças respiratórias – com destaque para a tuberculose, com taxa de transmissão cerca de 35 vezes maior do que a da população em liberdade<sup>5</sup> –, a pandemia adotou características de um verdadeiro massacre (MALLART; GODOI; CAMPELLO; ARAÚJO, 2020). Massacre este que se deu de forma silenciosa, com pouco alarde e dados escassos - resultado da ausência de testagem para diagnóstico de coronavírus e da subnotificação dessas infecções (e de outras doenças), gerando as elevadas taxas de “mortes naturais” não investigadas, mesmo antes do advento da pandemia.

Ao abordar a relação entre a pandemia e o sistema prisional, nos debruçamos também sobre as consequências para as famílias das pessoas presas e suas movimentações e ativismos ao redor das prisões. Tendo como proposta metodológica a cartografia, seguimos sua postura de abertura e de análise da processualidade de eventos que produzem intensidades, sentimentos e afetações (ROLNIK, 2011). Por isso, o texto aqui apresentado aborda diferentes temas e discussões que se apresentaram ao longo da pesquisa, em que a produção de violências convoca também agenciamentos ao redor da prisão, marcada por dinâmicas de gênero e parentesco (D'ANGELO; HERNÁNDEZ; UZIEL, 2019).

A composição das fontes utilizadas neste estudo não obedece a uma sistematicidade, no sentido de esgotar todas as questões que a pandemia levanta no âmbito do sistema prisional fluminense. Optou-se por trazer à tona documentos e estudos que evidenciem o manejo estatal frente à difusão do coronavírus nas prisões, atualizando formas institucionais de “deixar morrer” (FOUCAULT, 1999).

4 Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjU3Y2RjNjctODQzMm00YTE4LWwMDAtZDZlZlNwQ5YmIzZmZk1iIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>. Acessado em: 11/06/2021.

5 Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-da-ensp-mostra-que-tuberculose-atinge-10-dos-presidiarios-do-rio-de-janeiro>>. Acessado em: 11/06/2021.

É nesse plano de forças que a pesquisa se insere, tentando acompanhar sofrimentos e lutas coletivas que ocorrem dentro e ao redor das prisões. Neste contexto, pretende-se analisar a forma como operaram as violações de direitos humanos nas prisões do Rio de Janeiro durante a pandemia, bem como a luta de familiares de pessoas presas contra tais violações, especialmente através da formação de movimentos antiprisionais.

### O incremento das políticas de morte

As prisões brasileiras punem não apenas quem supostamente cometeu um crime, mas todos aqueles reconhecíveis na figura do bandido irrecuperável e incurável, geralmente negro, quase sempre pobre (D'ELIA FILHO, 2007). Os processos de criminalização desses sujeitos encontram sua razão de ser na garantia da ilusão da segurança da sociedade a partir da contenção de um contingente cada vez maior de humanos, acreditando serem eles a razão da insegurança social que tem raízes sociais e históricas profundas em nossa sociedade, individualizando problemas sociais complexos e desobrigando o Estado de outras formas de segurança (alimentar, previdenciária, etc.), em prol do incremento das políticas de segurança pública que atuam justamente sobre os efeitos visíveis do fracasso dos outros sistemas securitários (BATISTA, 2002).

O efeito subjetivo decorrente dessas engrenagens sociais é o ódio aos presidiários, cuja garantia de direitos é vista como regalia por amplos setores da sociedade. Institucionalmente, os afetos mortíferos que circundam a população prisional produzem violências e precariedades que perpassam todos os âmbitos da vida no cárcere. Os efeitos mais visíveis dessa produção são as condições degradantes e desumanas de vida a que é exposta essa população, com destaque para as absurdas taxas de superlotação, os precários fluxos de assistência à saúde e a insalubridade. Pode-se citar também episódios como o massacre ocorrido em 2017 no presídio de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, onde a omissão estatal permitiu confrontos entre detentos oriundos de diferentes facções rivais. Na ocasião, foram noticiadas inúmeras execuções brutais, com relatos de

torturas e esquartejamentos (MELO; RODRIGUES, 2017).

Dessa forma, faz-se presente uma política de morte (COSTA; SILVA; BRANDÃO; BICALHO, 2020) que não mata diretamente a partir de armas de fogo de agentes do Estado, mas que deixa morrer de múltiplas formas. O deixar morrer é a forma deliberadamente assumida pelo Estado em sua presença nas prisões; é a forma pela qual o ditado popular segundo o qual “bandido bom é bandido morto” assume contornos de uma política pública, submetendo essa população a diferentes tipos de tortura de forma contínua, no que Mallart (2019) define como políticas do definhamento.

O contexto da pandemia levantou, a nível nacional e internacional, a preocupação sobre o risco do coronavírus se propagar no sistema prisional brasileiro, frente à sua situação peculiar de violação de direitos, insalubridade e tortura. A situação de superlotação, em especial, impossibilita ações de isolamento da população carcerária. Segundo Sánchez, Simas, Diuana e Larouzé (2020), estima-se que na população livre cada infectado pelo novo coronavírus contamine de 2 a 3 pessoas. Já nas prisões brasileiras, dadas as suas condições, pode-se estimar que uma pessoa contaminada transmita o vírus para outras 10. De acordo com dados disponibilizados em abril de 2020 pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), a taxa de letalidade do COVID-19 nas prisões do país pode ser 5 vezes maior que na população em liberdade. Além disso, a projeção real pode ser ainda maior, tendo em vista o baixíssimo percentual de testes realizados na população prisional; 0,1% à época<sup>6</sup>.

Em 15 de março de 2020 a OMS divulgou o primeiro documento oficial ressaltando o risco que as pessoas privadas de liberdade correm a partir das condições estruturais das prisões, que facilitam a transmissão de doenças infecto-contagiosas (OMS, 2020). Levando em consideração esse panorama, diversos países têm adotado políticas de desencarceramento para diminuir os riscos de transmissão no sistema prisional (COSTA; SILVA; BRANDÃO; BICALHO, 2020).

No Brasil, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou em 17 de março de 2020 a Recomendação nº 62 (CNJ, 2020), orientando tribunais e magistrados quanto às medidas cabíveis para a contenção do coronavírus

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/letalidade-do-coronavirus-entre-presos-brasileiros-e-o-quintuplo-da-registrada-na-populacao-geral.shtml>>. Acessado em: 07/04/2021.

nas prisões e unidades socioeducativas do país. Dentre as medidas com relação ao sistema prisional, vale ressaltar a reavaliação das prisões provisórias e concessão de saída antecipada dos regimes fechado e semiaberto, priorizando-se: 1) mulheres gestantes, mães ou pessoas responsáveis por crianças de até doze anos ou por pessoa com deficiência, e pessoas idosas ou que se enquadrem nos grupos de risco; 2) pessoas presas em estabelecimentos com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do coronavírus; 3) prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 dias ou que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça. Há também a recomendação de máxima excepcionalidade de novas ordens de prisão preventiva, concessão de prisão domiciliar para pessoas presas em regime aberto e semiaberto, e prisão domiciliar para pessoas presas com diagnóstico ou suspeita de COVID-19, quando há ausência de espaço de isolamento adequado no estabelecimento penal.

No Rio de Janeiro, algumas medidas foram tomadas no sentido de atenuar os efeitos da pandemia nas prisões do estado. No dia seguinte à divulgação da Recomendação 62 do CNJ, foi permitida a saída de pessoas presas que tinham autorização para trabalhar fora da unidade prisional e cumpriam pena em regime semiaberto. No dia 19 de março, a Vara de Execuções Penais liberou que pessoas do regime semiaberto que já possuíam direito às visitas periódicas ao lar (VPL) deixassem as unidades prisionais e permanecessem em casa pelo prazo de 30 dias. Foi também concedido o benefício de prisão albergue domiciliar para quem cumpre pena em regime domiciliar (DPE-RJ, 2020a). No entanto, segundo dados da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPE-RJ, 2020a) referentes ao mês de maio de 2020, apesar da recomendação do CNJ pela excepcionalidade das prisões preventivas, para apenas 39% dos casos analisados foi concedida liberdade provisória; para os 61% restantes a prisão preventiva foi aplicada.

Com relação à reavaliação de prisões provisórias de pessoas com mais de 60 anos, conforme a Recomendação do CNJ, de 128 casos analisados, apenas 42% tiveram sua prisão provisória reavaliada pelo/a magistrado/a; dentre os casos de reavaliação, 46% resultaram em manutenção da prisão (COSTA; SILVA; BRANDÃO; BICALHO, 2020). Segundo o relatório da Defensoria

Pública do Rio de Janeiro, foi possível notar uma queda da conversão das prisões em preventivas, porém este índice foi voltando aos poucos ao que era antes da pandemia. Uma explicação possível para isso foi a preocupação no início da pandemia com a questão do contágio pelo coronavírus, o que foi diminuindo nos meses que se seguiram. Além disso, vale ressaltar o argumento nas decisões de prisões preventivas de que, se o custodiado não faz parte do grupo de risco, deve ser mantido preso. Como observamos, no entanto, isso não foi a realidade apenas para aqueles que não faziam parte do grupo de risco. E, desconsiderando toda a realidade já documentada sobre as condições dos cárceres do estado, foi também recorrente a argumentação de que a “população carcerária encontra-se devidamente isolada, portanto, não sofre risco de contaminação” (DPE-RJ, 2020a, p. 16).

Em outro relatório elaborado pela DPE-RJ com relação à reavaliação de prisões provisórias de presos diagnosticados com tuberculose, também de maio de 2020, foi constatada a existência de 352 pessoas privadas de liberdade portadoras da doença. Diante da Recomendação nº 62 do CNJ, que prevê a diminuição do fluxo de ingresso no sistema prisional, foram analisados os 107 casos em que a prisão preventiva foi mantida, mesmo havendo ciência quanto à situação de saúde dos internos. Os dados revelam que em 81% desses casos não houve qualquer decisão de reavaliação da prisão provisória. Nos casos em que houve reavaliação e manutenção da prisão, vale citar alguns argumentos utilizados, como: a afirmação de que não houve alteração fática ou jurídica capaz de modificar a situação da prisão preventiva, mesmo em um caso em que o/a magistrado/a admite a situação de saúde fragilizada do acusado, afirmando que nem isso, somado à alegação de primariedade, endereço certo e bons antecedentes são garantidores de revogação do aprisionamento. Em outro caso, o/a juiz acrescentou que a situação de tuberculose pode ser controlada por medicamentos, que deveriam ser ministrados intramuros (DPE-RJ, 2020b).

Importante citar o relatório produzido pelo Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ, 2020), onde são listadas suas atividades de fiscalização e alerta quanto à situação das prisões durante a pandemia, evidenciando a necessidade de políticas de desencarceramento como forma de evitar mais mortes, além de apontar

as contradições entre o discurso oficial assumido pela administração penitenciária e a realidade das unidades do estado. A falta de acesso à informação para a sociedade, movimentos sociais e familiares coexistia com o discurso de que o COVID-19 não havia afetado o sistema prisional fluminense, mesmo após surgirem as primeiras notícias de mortes no sistema.

O Rio de Janeiro foi o primeiro estado brasileiro a notificar casos suspeitos de coronavírus no sistema prisional brasileiro. Em 16 de março, a direção da penitenciária Milton Dias Moreira, em Japeri, enviou um comunicado à Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) informando a suspeita de quatro casos em detentos. No entanto, o então governador Wilson Witzel determinou que os internos fossem isolados, mas permanecessem na unidade, a mais lotada de todo o estado<sup>7</sup>. O primeiro caso confirmado de morte por coronavírus em uma prisão do Rio de Janeiro ocorreu em 17 de abril de 2020, e a vítima foi um homem de 73 anos que estava preso no Instituto Penal Cândido Mendes, exclusivo para pessoas idosas<sup>8</sup>. A SEAP informou que os presos que tiveram contato com a vítima foram isolados, e que teriam acesso a tratamento, caso fosse necessário. No mesmo mês, o então ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro afirmou que “há ambiente de relativa segurança para o sistema prisional em relação ao coronavírus, pela própria condição dos presos de estarem isolados”<sup>9</sup>. No entanto, como dito anteriormente, no contexto de superlotação das unidades prisionais, são extremamente questionáveis as supostas ações de isolamento. Apenas um mês após a primeira morte por complicações do COVID-19 em um presídio do estado, os números oficiais davam conta de 48 mortes em prisões fluminenses durante a pandemia, número mais alto em seis anos para o intervalo analisado e 33% maior que o mesmo período no ano anterior<sup>10</sup>. A ênfase em medidas de isolamento num sistema precário e superlotado, sem investimentos na melhoria dos

fluxos de atendimento médico, reforçou um quadro que já era caótico.

No entanto, a pandemia e a interrupção do contato extra-muros não foram os únicos problemas enfrentados pela população prisional fluminense. Entre novembro e dezembro de 2020, os presos passaram fome e sede. Em apenas 5 dias, organizações sociais que atuam em prisões receberam 98 denúncias de falta de alimentos e água em presídios do estado. A SEAP informou que o problema de abastecimento de alimentos foi causado pelo rompimento do contrato com um dos fornecedores, o que atrasou a entrega de refeições em algumas unidades. De acordo com uma denúncia feita por um familiar de preso e veiculada na imprensa:

Hoje foi só uma colher de arroz, uma colher de feijão, um pinguinho de comida mesmo e já foram avisados que não vai ter janta. Eles estão passando essa dificuldade, não tem água, não tem nada pra beber direito<sup>11</sup>.

O MEPCT/RJ já havia denunciado problemas com o fornecimento de água em unidades prisionais mesmo antes da pandemia. Com o retorno das visitas, membros/as do Mecanismo averiguaram que, no Instituto Penal Ismael Sirieiro, em Niterói, a água era aberta de 2 a 3 vezes por dia, pelo espaço de 15 minutos a 1 hora. Entre novembro e dezembro, foram recebidas denúncias de corte do fornecimento de água, especialmente no Complexo de Guaxindiba de Magé (MEPCT/RJ, 2020, p. 17).

No início da pandemia, a SEAP chegou a criar um “Gabinete de crise”, responsável pela centralização da tomada de decisões no combate à pandemia, passando a ser o interlocutor da SEAP com outras instituições. No início de julho, após meses de ausência de informação ao público, a Secretaria passou a divulgar Boletins gerais que continham contagem de óbitos por COVID-19 nas prisões do estado. No entanto,

7 Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/03/18/coronavirus-presidios-rio-witzel/>>. Acessado em: 07/04/2021.

8 Disponível em: <<https://ponte.org/primeira-morte-de-presos-pela-covid-19-no-brasil-e-registrada-no-rj/>>. Acessado em: 06/04/2021.

9 Disponível em: <<https://istoe.com.br/para-moro-sistema-prisional-e-relativamente-seguro-apesar-do-coronavirus/>>. Acessado em: 15/04/2021.

10 Disponível em: <<https://coronavirus.rj.def.br/numero-de-mortes-em-presidios-sobe-33-durante-pandemia/>>. Acessado em: 06/04/2021.

11 Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/02/parentes-de-presos-denunciam-falta-de-comida-e-agua-em-presidios.ghtml>>. Acessado em: 06/04/2021.

o gabinete foi extinto em meados do mesmo mês, quando não havia – assim como hoje –, qualquer indício de que a pandemia ou a situação das prisões estivesse estabilizada (MEPCT/RJ, 2020, p. 19). Além disso, em análise realizada por Prando e Godoi (2020), a opacidade dos números apresentados pela SEAP durante a pandemia é problematizada. Os números de infectados e mortos por coronavírus apresentados a cada boletim, quando comparados com números da população em geral, eram baixos, parecendo indicar que a situação não era grave o suficiente nas prisões fluminenses e não demandava esforços além dos que já eram empenhados.

Mesmo antes da extinção do gabinete, em maio, diante da escassez de testagem no sistema e da consequente subnotificação, houve uma tentativa de judicialização da situação, com a intenção de evitar danos maiores. Através do Ministério Público, pela 2ª Promotoria de Justiça e Tutela Coletiva da Capital e da Defensoria Pública, pela Coordenação de Saúde e Tutela Coletiva e pelo Núcleo do Sistema Penitenciário (NUSPEN) foi movida uma Ação Civil Pública (ACP) com os seguintes réus: O Estado e o Município do Rio de Janeiro, a Associação Filantrópica Nova Esperança (AFNE), organização social que administra o Pronto Socorro Geral Hamilton Agostinho (PSGHA), único equipamento de saúde que presta assistência à saúde para a população prisional do estado. No documento, é apontada que a “*situação no sistema prisional é EXTREMAMENTE CRÍTICA, GRAVE E DESUMANA, merecendo intervenção pelo Poder Judiciário*”<sup>12</sup>. No entanto, em 30 de abril o juiz titular da 9ª Vara de Fazenda Pública indeferiu o pedido de tutela de urgência alegando, dentre outras coisas, que, “*não há comprovação no processo de ausência de atendimento médico aos presos que necessitem de tal serviço e que o sistema atual se encontre com sua capacidade integralmente comprometida*” (MEPCT/RJ, 2020, p. 25).

Em julho foi apresentada pela Secretaria de Estado de Saúde o “Plano Colaborativo da Saúde dos Privados de Liberdade do Estado do Rio de Janeiro durante a Pandemia da COVID-19”, elaborado em parceria com a SEAP e o DEGASE (Departamento Geral de Ações Socioeducativas), com apoio de Secretarias Municipais de Saúde das cidades que possuem unidades prisionais.

Datado de abril, o texto aponta que a oferta de serviços de saúde nas prisões era preocupante por conta de fatores como: ausência de profissionais, aumento da população prisional do estado e superlotação, ausência de implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), dentre outras questões. O texto orienta que cada município deveria traçar suas próprias estratégias de enfrentamento à pandemia nas unidades, guiados por alguns parâmetros, como: a cessão provisória de profissionais de saúde ao sistema prisional, construção de processos integrados para identificação, monitoramento e isolamento, estratégias para regulação de leitos, criação de fluxos para disponibilização de kits de diagnóstico e análise laboratorial, bem como de EPI. No entanto, segundo informações trazidas pelo MEPCT/RJ, as discussões entre as Secretarias estavam mais adiantadas que o plano, e uma série de questões complexas carecia de solução para ampliar a assistência e garantir o controle da disseminação do COVID-19 no sistema prisional do estado (MEPCT/RJ, 2020).

A situação da assistência à saúde para a população prisional do estado do Rio de Janeiro, que já era precária, se tornou crítica no mês de setembro de 2020, com a paralisação dos/as trabalhadores/as do PSGHA, por conta da falta de pagamento de três meses de médicos e falta de insumos básicos como luvas, gaze, bolsas de hidratação para presos, dentre outros. Nesse período, reproduzindo a dinâmica das visitas nas unidades prisionais, os familiares dos presos internados tiveram que levar os insumos para o atendimento de seus parentes, como curativos, medicamentos e até bolsas de colostomia (MEPCT/RJ, 2020).

A partir de junho de 2020, o Conselho Nacional de Justiça passou a contabilizar os casos confirmados e óbitos pelo novo coronavírus nos sistemas prisionais de todo o país, disponibilizando-os em relatórios semanais divulgados *online*, que a partir de 2021 passaram a ser divulgados quinzenalmente. O levantamento é feito com base em informações provenientes de diferentes fontes dos poderes executivo e judiciário estaduais, incluindo dados repassados pelos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMFs), boletins epidemiológicos de secretarias estaduais e dados informados ao DEPEN<sup>13</sup>. Os dados

12 TJRJ, Ação Civil Pública n. 087229-92.2020.8.19.0001

13 Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/covid-19/registros-de-contagios-obitos/>>. Acessado em:

de 31 de maio de 2021<sup>14</sup> dão conta de 81.214 casos confirmados nas prisões do Brasil, com 449 óbitos, dentre funcionários/as e pessoas presas. Com relação apenas à população prisional, foram, oficialmente, 59.055 casos confirmados e 211 óbitos. Estes números representam uma curva ascendente de quase 200% no registro de novos óbitos desde o início de 2021, com relação às mortes por coronavírus nos últimos 70 dias de 2020<sup>15</sup>, em consonância com a alta de infecções e óbitos na população em liberdade do Brasil. O relatório aponta também que 317.820 pessoas presas foram testadas para COVID-19. Com relação à população prisional do estado do Rio de Janeiro, os dados informam 501 infecções e 16 óbitos. Levando em conta que a infecção na maioria das vezes é assintomática, podemos apontar, com segurança, para a subnotificação do número real de casos nas prisões do país.

Além disso, a subnotificação não é a única forma de esconder informações acerca da violência perpetrada pelo cárcere. Segundo dados da Pastoral Carcerária, durante a pandemia houve um aumento de 104% do número de denúncias de tortura nas prisões brasileiras: entre março e outubro de 2020, foram 90 denúncias recebidas; no mesmo período de 2019, a Pastoral recebeu 53 casos e, em 2018, 44. Dessas 90 denúncias, 67 referem-se à negligência na prestação de assistência à saúde (GONÇALVES; BALAN; SANTOS, 2020). O quadro se torna mais dramático pelo fato de que as prisões permaneceram incomunicáveis durante a pandemia, o que impediu visitas da Pastoral para ouvir as queixas diretamente dos presos/as, restando apenas as informações advindas de familiares por meio de denúncias virtuais.

Outro ponto que merece destaque é a falta de informação sobre as mortes que ocorrem no sistema prisional. Se isso já era uma realidade antes da pandemia, seu advento dificultou ainda mais o acesso a informações acerca das circunstâncias dos óbitos. Em 23 de março de 2020 foi lançada a resolução conjunta n. 10 entre a Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPOL) e a SEAP, que suspendeu as autópsias em

corpos de presos vítimas de “morte natural”, antes realizadas pelo Instituto Médico Legal (IML). Tais procedimentos continuaram sendo feitos apenas nos casos de mortes violentas ou “causa suspeita”, passando a ser responsabilidade dos médicos do sistema prisional atestar as mortes decorrentes de “causas naturais”, sendo os corpos enviados ao IML apenas para retirada pelos familiares. Nesse contexto, cresceram as denúncias de presos/as sendo sepultados sem que se soubesse a causa do óbito.

Em 30 de março de 2020, o CNJ e o Ministério da Justiça já haviam estabelecido novos padrões para o sepultamento e cremação de corpos de presidiários/as. De acordo com as novas regras, o enterro e a cremação se tornam possíveis até mesmo sem o registro civil de óbito, requerendo apenas a declaração de óbito, que deve ser arquivada no estabelecimento de saúde juntamente com o prontuário e eventuais documentos. Se muitas vezes já é difícil para familiares localizar um preso no sistema prisional, a adoção de cremação ou sepultamento sem atestado de óbito poderá transformar presos/as que venham a falecer em pessoas desaparecidas (MALLART; GODOI; CAMPELLO; ARAÚJO, 2020).

Outro exemplo da vulnerabilização dos mecanismos de garantia de direitos durante a pandemia foi o caso das audiências de custódia. Como importante mecanismo para, em teoria, diminuir o número de prisões provisórias, a partir da apresentação do/a acusado/a a uma autoridade judicial em até 24 horas após a prisão em flagrante, as audiências de custódia buscam também averiguar e coibir situações de tortura e violência policial. Em 26 de novembro de 2020, o CNJ emitiu a Resolução nº 357, que dispõe sobre a realização das audiências de custódia por meio de videoconferência, quando não for possível realizá-la de maneira presencial em até 24 horas.

Diante disso, 67 organizações, instituições e movimentos sociais assinaram um apelo urgente, encaminhado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)<sup>16</sup>, chamando a atenção para os

07/04/2021.

14 Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/06/Monitoramento-Casos-e-%C3%93bitos-Covid-19-2.6.21-Info.pdf>>. Acessado em: 07/04/2021.

15 Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/03/4911508-mortes-por-covid-19-crescem-190--no-sistema-prisional.html>>. Acessado em: 07/04/2021.

16 Disponível em: <<https://www.covidnasprisoas.com/blog/apelo-urgente-enviado-a-cidh-realizacao-de-audiencias-de-custodia-por?categoryId=163923>>. Acessado em: 11/04/2021.

riscos da implementação de audiências de custódia por videoconferência. Além de dificultar o contato entre o/a magistrado/a e a pessoa custodiada, e, por consequência, a averiguação de sinais de violência e tortura, as audiências de custódia *online* podem abrir a possibilidade de a pessoa custodiada prestar seu depoimento em um ambiente potencialmente hostil, na presença de agentes estatais, rodeada por seus próprios algozes ou pelos agentes responsáveis pela prisão. Dessa forma, podem ser facilitadas intimidações para que a pessoa custodiada não denuncie situações de abuso ou violência sofridas.

Além disso, como documentado por Silvestre, Jesus e Bandeira (2020), a suspensão das audiências de custódia presenciais contribuiu para manter o fluxo dos processos criminais na dinâmica burocrática anterior à implementação das mesmas, retomando a velha rotina e procedimentos de avaliação dos autos de prisão em flagrante (APFs) sem a presença da pessoa presa. No Rio de Janeiro, isso gerou situações de restrição de direitos ainda maiores, uma vez que, como relatado pela pesquisa de Brandão (2020), muitos advogados/as foram impossibilitados de ter acesso aos APFs de seus clientes durante a suspensão das audiências de custódia. Com isso, não puderam saber ao certo os crimes de que seus clientes foram acusados e demais informações que poderiam colaborar para concessão de liberdade provisória, tendo como solução a elaboração de “pedidos genéricos de liberdade”, junto ao qual se anexava documentos do acusado, como comprovante de residência e carteira de trabalho.

Desde junho de 2020, quando foi noticiado que as audiências de custódia por videoconferência iriam para votação no CNJ, ativistas, coletivos e entidades ligadas à Agenda Nacional pelo Desencarceramento iniciaram a campanha “Tortura não se vê pela TV”<sup>17</sup>, contribuindo para a negativa inicial do Conselho em aprovar tal modalidade de audiência, o que foi revertido, como vimos, após alguns meses. Apesar disso, o Rio de Janeiro foi o primeiro estado brasileiro a retomar as audiências presenciais, em 3 de agosto de 2020, o que foi seguido por outros estados. Em outros estados, as audiências

de custódia presenciais seguem suspensas. Outro risco da implementação das audiências de custódia por videoconferência no período da pandemia é que esse formato se transforme em um legado para além do período pandêmico, negando às pessoas custodiadas o direito de estar com um magistrado/a presencialmente.

No final de 2020, com a aprovação das primeiras vacinas contra o COVID-19, começou-se a discutir no Brasil as etapas do Plano Nacional de Vacinação, com a definição dos grupos prioritários que receberiam primeiro o imunizante. À época, foi noticiado na imprensa nacional o plano do Ministério da Saúde de excluir a população privada de liberdade dos grupos prioritários, mantendo apenas os funcionários dos espaços de custódia. A justificativa era de que não havia evidências suficientes de que a transmissão do coronavírus era mais intensa nas prisões, a despeito das pesquisas científicas e estimativas já realizadas por importantes órgãos, como a Fiocruz, apontando para o elevado risco de transmissão e morte por COVID-19 nas prisões e unidades socioeducativas do país. O intento, felizmente, não se cumpriu, e a população prisional foi oficialmente incluída no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19<sup>18</sup>.

No mesmo sentido, em 15 de março o CNJ editou a Recomendação nº 91, que traz medidas preventivas adicionais à Recomendação nº 62/2020, orientando magistrados/as quanto à prevenção da disseminação do coronavírus no contexto atual. No entanto, apesar da importância de documentos como esse, respaldando a necessidade de ações contra os impactos da pandemia no sistema prisional, sua efetividade está ligada ao nível de aceitação das propostas junto aos operadores/as da justiça criminal. A própria Recomendação 62/2020 do CNJ enfrentou resistência do judiciário em sua aplicação, levando o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) a ajuizar, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 684, pedindo novas providências jurídicas para evitar a disseminação do COVID-19 nos cárceres do país<sup>19</sup>.

17 Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/nos-maes-e-familiares-de-vitimas-de-terrorismo-do-estado-dizemos-nao-as-audiencias-por-videoconferencia/>>. Acessado em: 11/04/2021.

18 Disponível em: <[http://www.saude.pi.gov.br/uploads/warning\\_document/file/641/Plano\\_Nacional\\_de\\_Vacina%C3%A7%C3%A3o\\_Covid19.pdf](http://www.saude.pi.gov.br/uploads/warning_document/file/641/Plano_Nacional_de_Vacina%C3%A7%C3%A3o_Covid19.pdf)>. Acessado em: 09/04/2021.

19 Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-mai-14/psol-recorre-stf-pedir-medidas-evitem-covid-presidios>>. Acessado em: 11/04/2021.

Cabe ainda ressaltar que a Recomendação 62 sofreu uma reforma que refreou seus efeitos na consecução da principal medida preventiva da pandemia em prisões: a redução emergencial da superlotação (SOUZA, 2020). O atual presidente do CNJ e do STF reduziu o número de pessoas potencialmente beneficiadas pelas medidas da Recomendação 62, excluindo uma série de hipóteses onde a saída da prisão deixa de ser possível: pessoas condenadas por organização criminosa; lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; corrupção, concussão, prevaricação, etc.; crimes hediondos ou crimes de violência doméstica contra a mulher (MEPCT/RJ, 2020, p. 110). Dessa forma, mesmo que a Recomendação 62/2020 tenha sido elogiada pela CIDH e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como um dos melhores dispositivos instituídos na região para conter a disseminação da pandemia em prisões<sup>20</sup>, a resistência em sua aplicação ou mesmo a desfiguração de alguns de seus pontos contribuíram para a diminuição de sua efetividade.

Tais fatos indicam que, nas diversas esferas do governo, seja a nível federal, estadual ou municipal, tanto as omissões quanto as ações concretas e propostas são caracterizadas – a despeito de tentativas de determinadas frações do Estado de garantir direitos da população privada de liberdade –, pela forma de governo do “deixar morrer” (FOUCAULT, 1999), em que a vida de certos indesejáveis, os presidiários, não são passíveis de luto ou comoção social (BUTLER, 2015).

### **Familiares de preso/as e a produção de resistências**

A pandemia, como vimos, amplificou as dinâmicas prisionais cuja tônica é a produção de precariedades, violências e, no limite, vidas expostas a políticas de morte e definhamento. Seus efeitos atingem diretamente as famílias das pessoas privadas de liberdade. Como atores e atrizes centrais na manutenção das condições de vida do cárcere, a interrupção de suas idas às unidades prisionais produziu efeitos difíceis de mensurar. Talvez nunca saibamos o real impacto do COVID-19 no mundo e, especialmente, nas prisões (SOUZA, 2020).

No entanto, como afirma Foucault (2013, p. 105), não existe poder sem resistência. Se as políticas penitenciárias produzem vidas precarizadas, a organização de movimentos sociais, ativistas e familiares de pessoas presas busca brechas na arquitetura do Estado onde pode ser possível reivindicar direitos.

Pode-se abordar aspectos dessa realidade a partir de uma política de pesquisa que não almeja analisar de forma exaustiva o todo, mas, antes, propor reflexões desde a micropolítica daquilo que se apresenta em notícias, relatórios, pesquisas, documentos e reivindicações coletivas. Buscamos, com isso, produzir uma cartografia sentimental (ROLNIK, 2011) das movimentações em torno e através das prisões, em que gênero e parentesco são interpelados pelas dinâmicas institucionais do cárcere, levando as famílias e, principalmente, as mulheres dessas famílias, a se mobilizarem na defesa do direito à vida de seus parentes.

Mas como fazer isso em um contexto onde se limitou, por meses, a comunicação entre o dentro e o fora da prisão? Como saber das condições de saúde dos parentes presos? Em alguns estados, como no Rio de Janeiro, passou a ser permitida a comunicação apenas por meio de cartas. Essa forma de comunicação, que já era prevista na Lei de Execução Penal (LEP) de 1984 (art. 41, inciso XV), se tornou, a partir de março de 2020, a única forma de contato dos presos/as com seus parentes.

As cartas são capazes de manter laços afetivos a partir da escrita direcionada a um parente ou amigo/a. Ou, como relata Rosa (2020, p. 418), “as cartas são visitas que a gente recebe”. Elas são ainda capazes de informar muito mais do que consta na escrita em si: “as cartas dizem como a gente está, porque pode perceber sentimentos na forma das letras ou mesmo nas marcas de batom ou lágrimas...” (p. 419). A autora evoca as reflexões de Foucault (2009), para quem as cartas são capazes de presentificar a imagem do outro. Nesse sentido, a troca de cartas transcende a mera informação, conformando vínculos afetivos e existenciais entre pessoas que compartilham histórias de vida e/ou constituem famílias.

No entanto, como relatado pelo MEPCT/RJ (2020), apesar de a SEAP ter teoricamente flexibilizado o envio de correspondências às unidades prisionais, o

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-mar-26/cidh-aprova-recomendacao-cnj-prisoos-durante-pandemia>> . Acessado em: 11/04/2021.

mecanismo recebeu diversas denúncias de dificuldades dos familiares para enviar ou receber cartas de parentes presos/as. A explicação foi a redução dos serviços dos correios durante a pandemia, ocasionando atrasos na entrega das cartas, e que o fluxo de entrega às pessoas privadas de liberdade seria intermediado pelas direções das unidades prisionais, que retirariam as cartas nas unidades dos correios e fariam a entrega nas celas.

Vale ressaltar que, para os ingressantes no sistema prisional durante a pandemia, o quadro foi mais severo, sem que tenha havido qualquer flexibilização no envio de cartas. O DETRAN, órgão responsável pela emissão de carteirinhas de visitante necessárias para o envio de cartas, ficou paralisado por 90 dias desde o início da pandemia, retornando aos trabalhos com capacidade reduzida que não dava conta do número de familiares de novos ingressantes no sistema prisional do estado. Mesmo para os que possuem carteirinha, foi relatada a disparidade de fluxos na entrega das cartas, havendo unidades que não aceitam que elas sejam entregues por custódia – no momento em que os familiares entregam alimentos e outros mantimentos na portaria das unidades –, outras que não as recebem de modo algum e outras ainda que exigem o envio via SEDEX, o que onera ainda mais as famílias nesse momento de fragilidade social (antes da pandemia, era permitido o envio de cartas registradas pelos correios, um instrumento muito mais acessível economicamente).

Esse quadro de dificuldades na comunicação entre presos/as e familiares gerou situações extremas, como a de uma presa com comorbidade durante a pandemia. Seu estado se agravou em junho de 2020, com constantes internações hospitalares, e ela acabou vindo a óbito. Quando sua família recebeu a notícia, foi entregue à familiar 30 cartas que estavam na direção da unidade. Sua filha escreveu durante todo o processo de agravamento da doença até seu óbito. Cartas que jamais puderam ser respondidas.

Como afirmamos anteriormente, os órgãos jurídicos e institucionais não foram os únicos que tentaram diminuir os efeitos nocivos da pandemia nos cárceres. As famílias das pessoas presas também possuem formas de organização através das quais se busca reivindicar direitos, ainda que esta auto-organização possua suas limitações quanto ao alcance de suas ações e sejam também suscetíveis a efeitos dos processos de criminalização que atingem seus parentes, como abordaremos em breve.

A falta de apoio social para essas famílias e de informações sobre as diferentes regras para visitação em cada penitenciária, por exemplo, produz situações onde uma das poucas fontes de suporte são as pessoas que também compartilham da mesma situação e que vivenciam a rotina das visitas às prisões. No período da pandemia, tais espaços virtuais ganharam nova importância frente à interrupção das visitas e consequente perda de informações sobre seus parentes e maridos presos. Os grupos passaram a ser habitados por notícias sobre as diferentes ações das administrações penitenciárias estaduais frente à pandemia, além de pedidos de ajuda, orações e desabaços sobre a angustiante falta de informações sobre os parentes confinados (LERMEN; CÚNICO, SILVA, 2021).

Vianna e Farias (2011) já haviam analisado movimentos de familiares de vítimas da violência policial no Rio de Janeiro, evidenciando como gênero e relações de parentesco dão sentido e legitimidade às demandas por justiça, com destaque especial para o papel simbólico representado pelas mães das vítimas. Mesmo quando elas não estão presentes em determinados momentos da luta por direitos de seus parentes mortos, sua figura é sempre evocada como aquilo pelo qual se continua a lutar: em nome das mães que perderam seus filhos. E, frente à ideia de um Estado masculino – pois habitado por uma maioria de homens nas posições de poder e nas forças armadas e de segurança –, estão as mulheres que lutam por anos a fio pela punição de quem é identificado como responsável pela morte de seus filhos. Contra um Estado masculinizado, uma resistência majoritariamente feminina.

Lago (2020a) analisa os meandros do Amparar (Associação de Familiares e Amigos de Presos/as), um movimento social formado por familiares de pessoas privadas de liberdade de São Paulo que busca orientar e dar assistência a pessoas que compartilham a mesma situação. A experiência de ter um filho/a aprisionado/a força essas famílias a aprenderem uma série de ritos e regras institucionais dos espaços de privação de liberdade, fazendo com que a manutenção dos vínculos afetivos e parentais passe a ser atravessada pelas rotinas burocráticas da cadeia. Mais do que isso, uma ação política e ativista vai além da busca por direitos individuais, formulando as demandas ao poder

público na forma de ações coletivas. Isso cria laços que, embora não sejam de sangue, remetem a uma família.

No contexto atual, mães e familiares de pessoas presas se encontram numa espécie de “linha de frente” da pandemia, enfrentando velhas questões que se aprofundaram, como o distanciamento físico e a indeterminação que constitui uma marca perene no contato com as prisões (LAGO, 2020b). Aprofundou-se a falta de informações com a suspensão das visitas e a única alternativa de comunicação, as cartas, demoram a chegar. A falta de informações e a dificuldade de enviar os jumbos<sup>21</sup> são os pontos mais mencionados por mulheres que procuram a sede da Amparar desde o começo da pandemia. Uma mulher cujo marido estava preso contou sua estratégia: se juntar com outras mulheres e fazer um “rateio” para o pagamento de um advogado que podia, por videoconferência, conversar com os presos para saber de suas condições.

No final de julho, o governador João Dória anunciou que familiares poderiam realizar “visitas virtuais”: conversas de até cinco minutos com a pessoa presa, uma vez por mês<sup>22</sup>. A duração e a periodicidade desses contatos já demonstram que o direito à convivência familiar não é uma prioridade da administração penitenciária no período da pandemia. Além disso, nem todas as famílias conseguem se cadastrar e ter acesso aos cinco minutos de conversa com seu parente preso (LAGO, 2020b).

O trabalho realizado pela Amparar foi ampliado pela proliferação de canais de conversa, articulação e produção de denúncias, bem como pelos pedidos de ajuda de familiares e de egressos – ou sobreviventes do sistema. Essa última nomenclatura vem sendo utilizada por ativistas e movimentos sociais na tentativa de demarcar as políticas de morte que operam no sistema prisional. Os pedidos de ajuda crescem na medida em que aumenta o desemprego e se agudizam as condições de vida da classe trabalhadora, e de forma mais dramática de moradores/as de periferias e favelas.

O abolicionismo penal, difundido em artigos e livros, se presentificou na fala de uma mulher negra que relatou a organização de um movimento social em Minas Gerais que visava promover a ajuda mútua entre

familiares de pessoas presas naquele estado. Ela é Maria Teresa dos Santos, considerada uma referência nacional na luta antiprisional, o movimento é a Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade de Minas Gerais, conhecido também apenas como Grupo de Amigos. Dona Teresa, como também é conhecida, é uma mulher negra, de 60 anos de idade, de origem pobre, evangélica e mãe de dois filhos que passaram pelo sistema prisional. Ela se define politicamente como anarquista e abolicionista penal.

O Grupo de Amigos surgiu em 2007, e se constituiu juridicamente como associação em meados de 2009. Em um evento do Fórum Permanente de Saúde do Sistema Prisional do Rio de Janeiro, Maria Teresa narrou a trajetória de criação do Grupo como um mecanismo de orientação, auxílio e proteção às mulheres que visitam seus maridos, filhos/as e outros parentes, contra a burocracia e violações de direitos que atingem essa população. A afirmação da posição abolicionista está estampada nas camisetas utilizadas por membros do Grupo nas visitas às prisões: na parte da frente da camisa, constava o nome da Associação, e a frase “todo preso é um preso político”, e, atrás dela, “abolicionismo penal na veia”.

A atuação da Associação (LEMOS, 2020) é marcada pelo protagonismo de familiares de presos e egressos/as do sistema prisional, contando com a colaboração de profissionais como advogados/as, assistentes sociais, psicólogos/as e ativistas sociais em direitos humanos, chamados de amigos. A tônica das reivindicações aponta para a politização da questão penitenciária e criminal e para a pertença das familiares em suas ações auto-organizativas, sendo um dos versos entoado pelos participantes das manifestações o seguinte: “hoje o quilombo veio dizer, a rua veio dizer, a favela veio dizer: é nós por nós!” Em cartazes, as participantes expressavam a necessidade de valorização das vidas de seus parentes e maridos, e a suas próprias: “Todo preso é o amor da vida de alguém”; “Respeitem os sentimentos dos familiares”; “Não me condene por amar”; “Juntas somos mais fortes”; “Família carcerária unida”.

O Grupo de Amigos compõe a Agenda Nacional pelo Desencarceramento desde o seu surgimento. A

21 Jumbo é o nome dado, em São Paulo e em outras localidades, para conjunto de materiais, como alimentos e itens de higiene, que os visitantes entregam para amigos/as e parentes presos nas ocasiões das visitas. No Rio de Janeiro esse conjunto é chamado de sucata.

22 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/sem-visitas-presos-de-sp-fazem-videochamada-de-cinco-minutos-e-evitam-falar-sobre-covid-19.shtml>>. Acessado em: 25/04/2021.

Agenda surgiu em 2013, aglutinando movimentos antiprisionais de todo o Brasil e visando a construção de um programa popular de enfrentamento ao encarceramento em massa. Com o lançamento da Frente Estadual pelo Desencarceramento/MG, foi lançada em 2019 a articulação *Desencarcera, Minas Gerais!* que, assim como a Agenda Nacional, se estrutura em torno das noções de auto-organização e horizontalidade, agregando movimentos e militantes comprometidos com a luta abolicionista. Segundo Lemos (2020), se até o início de 2020 o Desencarcera atuava predominantemente na capital mineira, com o advento da pandemia ocorreu um verdadeiro *boom* de mobilizações de familiares, tanto a nível local, nas cidades do interior de Minas Gerais, quanto a nível nacional, com a criação de 10 novas frentes estaduais. No total, existem hoje 18 frentes pelo desencarceramento, nos seguintes estados: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Acre, Amazonas, São Paulo, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pará, Paraná, Goiás, Bahia, Rondônia, Maranhão, Distrito Federal, Ceará e Piauí (LEMOS, 2020, p. 7).

No período da pandemia houve um aumento do número de denúncias recebidas pela plataforma Desencarcera e por meio de redes sociais, fazendo com que em 4 de junho de 2020 ocorresse a primeira edição do ato Minas Contra a Tortura, em frente à assembleia legislativa do estado. Nos atos e manifestações que se seguiram, passou-se a adotar o lema “Ser família não é crime”, difundido em cartazes, faixas, camisetas, máscaras e *hashtags* nas redes sociais. Cunhado em 2008 pelo Grupo de Amigos, o lema é hoje utilizado em todo o país por familiares de pessoas privadas de liberdade que se organizam na luta contra a sua estigmatização e criminalização, reivindicando direitos e tratamento digno pelo Estado.

A criminalização, no entanto, se estende às familiares das pessoas privadas de liberdade – mesmo que não existam provas do cometimento de delitos - e sobre essas famílias recai também a suspeição, atravessada por marcadores sociais de raça, classe e território. Lago (2020a) narra a situação vivenciada pela principal liderança da Amparar, em São Paulo, Railda, que teve negado seu pedido para integrar o Conselho da Comunidade de São Paulo. O Conselho é previsto na LEP e deve “representar a sociedade” na fiscalização do sistema penitenciário. A negativa da entrada de Railda no Conselho poderia ter relação

com uma noção que circula em diferentes instâncias de que “não se sabe quem pode estar por trás dos familiares” (LAGO, 2020a, p. 249), dando a entender uma colaboração com as ditas “facções criminosas”, ou, mais especificamente no contexto paulista, com o Primeiro Comando da Capital (PCC). Isso faz com que os membros da Amparar tenham que negar a todo momento qualquer ligação com o PCC, reafirmando constantemente que o atendimento a familiares de presos se dá de forma indiscriminada, sem qualquer diferenciação entre pessoas presas de diferentes penitenciárias ou localidades. Isso constitui um dos limites do ativismo de familiares de pessoas presas: cerceamento de lugares e instâncias, visto haver sempre a suspeita de algum tipo de ligação com o crime. Lago (2020a) aponta também para um deslizamento entre as categorias de mãe e familiar, como um efeito dos processos de criminalização: “Mãe é a que denota legitimidade moral de lutar pela justiça quanto a seus filhos; familiar é a pessoa que é interpelada como possível cúmplice ou criminalizável” (p. 252).

Mães e parentes se encontram também sujeitas a um tratamento violento pelo Estado, semelhante ao dispensado à população privada de liberdade, fazendo com que, para essas mulheres, a principal experiência compartilhada, nas palavras de Lago (2020a), seja a pedagogia da dor, expressa pelas situações de humilhação. Tais situações se fazem presentes na peregrinação das visitas – muitas vezes em prisões distantes de casa –, nas longas esperas e gastos para visitar e manter um parente preso; em submeter-se, em alguns casos, à exposição do corpo na revista vexatória; na condenação moral que vai do preso à sua família e amigos. Assim, a organização e a luta antiprisional surgem com um efeito da pedagogia da dor, um esforço para que a humilhação não seja a definidora da vida das mulheres que visitam os cárceres (LAGO, 2020a, p. 243).

No entanto, ao lado da luta, há outro efeito gerado pelo contato contínuo com a dura e burocrática realidade prisional, configurando o que Pereira (2016) denomina “narrativas do cansaço”, onde o convívio familiar com parente preso/a só pode se dar com persistência e esforço. Para ter acesso a direitos, é necessário percorrer diferentes instâncias. Às obrigações cotidianas de trabalho formal e/ou informal, fora de casa e/ou doméstico, soma-se, para essas mulheres, o trabalho da manutenção de vínculos, do cuidado

que se expressa pelo afeto do contato presencial e pelo esforço em salvar seus parentes das políticas de morte e definhamento perpetradas pelo Estado. E esse esforço contínuo adocece. Segundo Railda, membra do Amparar entrevistada por Lago (2020a, p. 242):

As mães estão sendo mutiladas. (...) Tem mãe que já tirou o seio, já tirou o útero. (...) Quando você vê seu filho assim, você não se olha mais como mulher. E a gente na Associação começa a mostrar que ela precisa também ter cuidado.

O sofrimento de mãe, compreendido como superior aos demais (VIANNA; FARIAS, 2011), se traduz nos processos de mutilação de seus corpos: câncer, depressão, úteros e seios retirados.

Ainda no contexto paulista, Padovani (2020) narra a criação do “Por Nós: Coletivo de mulheres sobreviventes do cárcere”. A formação desse coletivo decorre da necessidade de ajuda mútua e de suporte afetivo entre pessoas que têm suas trajetórias marcadas pelo cárcere. Dessa forma, o Por Nós tem servido como uma rede que coloca em interlocução diversas e inúmeras demandas de mulheres sobreviventes do cárcere e suas famílias. Por meio dessa rede, contas de água, luz e aluguel puderam ser pagas coletivamente, alimentos e produtos de higiene foram entregues para pessoas presas e sobreviventes, e o luto pela perda de parentes pelo COVID-19 foi acolhido.

No Rio de Janeiro, podemos citar no movimento antiprisional a figura de Mônica Cunha, fundadora do Movimento Moleque, em 2003, que luta pelo direito dos jovens privados de liberdade no sistema socioeducativo. Mônica é uma mulher negra de 54 anos que teve um de seus filhos apreendido no sistema socioeducativo e, posteriormente, morto pela Polícia Civil em dezembro de 2006, aos 20 anos de idade. Em reportagem da Revista Piauí<sup>23</sup>, consta o relato de uma manifestação ocorrida em junho de 2020, no palácio da Guanabara, no Rio de Janeiro. A manifestação, de cunho antirracista, ocorreu após uma série de ações das polícias fluminenses que resultaram na morte de jovens negros.

Vale citar também outros movimentos antiprisionais do Rio de Janeiro, dentre eles o “Eu Sou Eu – A ferrugem”, formado por sobreviventes do sistema prisional. João Luis Silva, um de seus membros, relata

(SILVA, 2020) sua experiência em prisões cariocas e a criação do movimento Eu Sou Eu, em 2017, com o objetivo de garantir oportunidade de fala para quem de fato viveu as agruras do cárcere, dando ouvidos a presos e sobreviventes do sistema para que falem por si mesmos e não sejam representados apenas por especialistas e acadêmicos.

Não pretendemos aqui esgotar as lutas e organizações protagonizadas por pessoas privadas de liberdade, sobreviventes do sistema prisional, suas mães e outros familiares. Procuramos abordar, a partir de fragmentos da realidade, o movimento que vai das políticas de morte à produção de resistências, especialmente no contexto da pandemia. Movimento esse marcado por dinâmicas próprias dos marcadores sociais, dos quais gênero e raça compõem pontos nodais: uma maioria de mulheres negras lutando por direitos que são continuamente negados a seus parentes e a elas próprias; direitos formalmente reconhecidos por um Estado que continuamente os nega, em um contexto de economia neoliberal que contrai as políticas sociais que amparam a população pobre, empurrando-a cada vez mais para formas precárias de emprego e sobrevivência. Nesse contexto, o bordão “*nós por nós*” constitui mais que um lema, traduzindo, de forma literal, a luta pela afirmação da vida frente à barbárie capitalista que é o encarceramento em massa e o genocídio da juventude negra.

### Considerações finais

A precariedade da forma como são geridas as prisões brasileiras transformam as famílias das pessoas presas em peças fundamentais para seu funcionamento. Por meio das visitas, alimentos e itens diversos são fornecidos à população prisional – itens que, teoricamente, deveriam ser disponibilizados pela própria instituição prisional. A rotina das visitas ajuda a criar vínculos entre as familiares que visitam seus companheiros e parentes, gerando redes de solidariedade e troca de informações sobre as dinâmicas e regras de cada unidade prisional. Diversos movimentos sociais que abrigam egressos e familiares de presos/as formaram-se a partir da necessidade de auto-organização e ajuda mútua, frente a uma instituição que sistematicamente viola direitos e desumaniza pessoas privadas de liberdade e suas famílias.

23 Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/eu-nao-aguento-mais-chorar/>>. Acessado em: 01/05/2021.

O trabalho realizado por estes movimentos sociais se tornou mais necessário e também mais difícil a partir do longo e trágico acontecimento da pandemia. Acontecimento que potencializou as políticas de morte que já operavam muito antes da disseminação do coronavírus, concretizando ainda mais a naturalização do extermínio das vidas consideradas descartáveis por grande parte da população brasileira. A pandemia criou as condições para mudanças substanciais nas formas de matar ou deixar morrer, em uma biopolítica perversa que, aliada das ideologias neoliberais, transforma cada vez mais os direitos em privilégios e a sobrevivência da população periférica em luta constante. Lutas que, de individuais, se transformam em coletivas e organizadas, trazendo em si a potência que ousa demandar por mudanças estruturais no sistema prisional brasileiro, o que inclui sua abolição.

### Referências bibliográficas

- BATISTA, V. M. O globo da morte. In: RAUTER, C.; PASSOS, E.; BARROS, R. B. (Orgs.). *Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos*. Rio de Janeiro: Equipe Clínico-Grupal, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ; Instituto Franco Basaglia TeCorá, 2002, p. 59-64.
- BRANDÃO, N. B. As audiências de custódia na pandemia e a inquisitorialidade do processo penal. *DILEMAS: Revista de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, p. 1-9, 2020.
- BUTLER, J. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Recomendação nº 62*. Brasília: CNJ, 2020.
- COSTA, J. S.; SILVA, J. C. F.; BRANDÃO, E. S. C.; BICALHO, P. P. G. COVID-19 no sistema prisional brasileiro: da indiferença como política à política de morte. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, 32, e020013, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240218>>. Acesso em: 08 out. 2021.
- D'ANGELO, L. B.; HERNÁNDEZ, J. G.; UZIEL, A. P. Por entre fronteiras e dobras da prisão: traçando cartografias em ethos feminista. *Cadernos pagu*, Campinas, v. 55, e195502, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449201900550002>>. Acesso em: 08 out. 2021.
- D'ELIA FILHO, O. Z. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (DPE-RJ). *Relatório custódia durante a pandemia*. Rio de Janeiro: DPE-RJ, 2020a. Disponível em: <<https://defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/14c2ed9073ce4445a97d94b6c362abef.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2021.
- \_\_\_\_\_. *Pesquisa sobre decisões judiciais de reavaliação da prisão provisória dos presos com tuberculose no RJ em razão da pandemia do novo coronavírus*. Rio de Janeiro: DPE-RJ, 2020b. Disponível em: <<https://defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/25915fb685454b56b3b5361456a3d5a3.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2021.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.
- \_\_\_\_\_. O que é um autor? In: \_\_\_\_\_. *Ditos e escritos III. Estética: literatura e pintura, música e cinema*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 264-298.
- GONÇALVES, L.; BALAN, M.; SANTOS, C. A pandemia de tortura: uma análise dos dados coletados pela Pastoral Carcerária Nacional. In: COUTINHO JÚNIOR, J.; GONÇALVES, L.; BALAN, M.; SANTOS, C. (Orgs.). *A pandemia da tortura no cárcere*. São Paulo: Pastoral Carcerária, 2020, p. 25-44.
- LAGO, N. Nem mãezinha, nem mãezona. Mães, familiares e ativismo nos arredores da prisão. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 36, p. 231-254, dez., 2020a. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.36.10.a>>. Acesso em: 08 out. 2021.
- \_\_\_\_\_. Na 'linha de frente': Atuação política e solidariedade entre 'familiares de presos' em meio à Covid-19. *DILEMAS: Revista de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, p. 1-9, 2020b.
- LE MOS, C. B. Abolicionismo em movimento. A luta antiprisional em Belo Horizonte/MG. *32ª Reunião*

- Brasileira de Antropologia*. 2020. Disponível em: <[https://www.32rba.abant.org.br/simposio/view?ID\\_SIMPOSIO=81](https://www.32rba.abant.org.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=81)>. Acesso em: 30 abr. 2021.
- LERMEN, H. S.; CÚNICO, S. D.; SILVA, M. B. B. Impacts of the pandemic on a virtual community of prisoners' family members. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 1-33, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5935/1980-6906/eP-TPC1913802>>. Acesso em: 08 out. 2021.
- MALLART, F. *Findas linhas: circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo*. 2019. 270f. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- \_\_\_\_\_.; GODOI, R.; CAMPELLO, R.; ARAÚJO, F. O massacre do coronavírus. In: GROSSI, M. P., TONIOL, R. (Orgs.). *Cientistas sociais e o coronavírus*. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020, p. 405-409.
- MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA (MEPCT/RJ). *Aglomeração legal, morte indeterminada: Pandemia de COVID-19 e a necropolítica prisional no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: MEPCT/RJ, 2020.
- MELO, J.; RODRIGUES, R. Notícias de um massacre anunciado e em andamento: o poder de matar e deixar morrer à luz do Massacre no Presídio de Alcaçuz, RN. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 48-62, ago./set., 2017.
- ORGANIZAÇÃO MUNDAL DA SAÚDE (OMS). *Preparedness, prevention and control of COVID-19 in prisons and other places of detention*. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/336525/WHO-EURO-2020-1405-41155-55954-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- PADOVANI, N. Nós Por Nós: Teias de solidariedade, políticas de desencarceramento e abolicionismo penal no mundo em pandemia. *DILEMAS: Revista de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, p. 1-17, 2020.
- PEREIRA, E. L. Famílias de mulheres presas, promoção da saúde e acesso às políticas sociais no Distrito Federal, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n. 7, v. 21, jul., p. 2123-2134, 2016.
- Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.16792015>>. Acesso em: 08 out. 2021.
- PRANDO, C.; GODOI, R. A gestão dos dados sobre a pandemia nas prisões: Uma comparação entre as práticas de ocultamento das secretarias de administração prisional do RJ e do DF. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, 2020.
- ROLNIK, S. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2011.
- ROSA, M. Carta a Maria do Mar: dialogando com mulheres no cárcere durante a pandemia. In: GROSSI, M. P., TONIOL, R. (Orgs.). *Cientistas sociais e o coronavírus*. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020, p. 418-421.
- SÁNCHEZ, A.; SIMAS, L.; DIUANA, V.; LAROUZE, B. COVID-19 nas prisões: um desafio impossível para a saúde pública? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 36, v. 5, e00083520, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00083520>>. Acesso em: 08 out. 2021.
- SILVESTRE, G.; JESUS, M. G. M.; BANDEIRA, A. L. V. V. Pandemia, prisão e violência: Os efeitos da suspensão das audiências de custódia na cidade de São Paulo. *DILEMAS: Revista de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, p. 1-12, 2020.
- SOUZA, R. C. B. A liberdade como estratégia global de contenção e de cuidado. In: COUTINHO JÚNIOR, J.; GONÇALVES, L.; BALAN, M.; SANTOS, C. (Orgs.). *A pandemia da tortura no cárcere*. São Paulo: Pastoral Carcerária, 2020, p. 119-136.
- SILVA, J. L. Do exílio ao auxílio. In: UZIEL, A. P.; PADOVANI, N. C.; BALDANZI, A. C. O.; D'ANGELO, L. B.; HERNÁNDEZ, J. G.; ROCHA, B. S.; LIMA, V. P.; SILVA, M. B. B. (Orgs.). *Prisões, sexualidades, gênero e direitos: desafios e proposições de pesquisas contemporâneas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020, p. 166-172.
- VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos pagu*, n. 37, p. 79-116, dez., 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200004>>. Acesso em: 08 out. 2021.

# “No dia em que eu caí ninguém entendeu, porque eu era guerreira”: maternagem e Síndrome Congênita do Vírus Zika em tempos de Covid-19

Júlia Vilela Garcia<sup>1</sup>

## Resumo:

A maternagem foi historicamente atribuída ao gênero feminino. O zelo, a dedicação e a abdicação de si em prol do bom desenvolvimento da criança tornaram-se características intrínsecas ao ideal de “boa mãe”, afetando mais intensamente mães de crianças com deficiências que, muitas vezes, dependem de cuidado integral. Neste artigo busco analisar, à luz de uma maternagem específica – a de “mães de micro”, cujas crianças nasceram com a Síndrome Congênita do Vírus Zika em Recife/PE – os impactos de ser uma “boa mãe” na vida e na saúde dessas mulheres, bem como as consequências desse cuidado integral ao longo da epidemia de Zika e com a chegada da pandemia de Covid-19. A partir de dados provenientes do trabalho de campo etnográfico junto a essas mulheres foram constatadas narrativas de cansaço, solidão e sofrimento psíquico, as quais foram intensificadas no contexto atual devido à suspensão das atividades de reabilitação de seus filhos e ao confinamento e sobrecarga doméstica. Se essas mulheres já eram mães e cuidadoras em tempo integral, agora elas também se tornaram terapeutas de suas crianças, abdicando ainda mais de suas redes de apoio, sujeitando-se a uma maternagem ainda mais exigente, solitária e desgastante.

**Palavras-chave:** Antropologia. Maternagem. Gênero. Síndrome Congênita do Vírus Zika. Covid-19.

## “The day I toppled, no one understood, because I was a warrior”: mothering and Congenital Zika Virus Syndrome in Covid-19 times

## Abstract:

Mothering has historically been attributed to the female gender. The zeal, the dedication and the abdication of oneself in favor of the good development of the child have become characteristic to the ideal of “good mother”, affecting more intensely mothers of children with disabilities who depends on intensive care. In this article I will analyze a specific maternity - that of “mothers of micro”, whose children were born with the Zika Virus Congenital Syndrome in Recife/PE - the impacts of being a “good mother” in the life and health of these women, and the consequences of this intensive care throughout the Zika epidemic and with the arrival of the Covid-19 pandemic. Based on data from ethnographic fieldwork with these women, narratives of tiredness, loneliness and psychological distress were found, which were intensified in the current context due to the suspension of their children’s rehabilitation activities, domestic confinement and domestic overload. If these women were already mothers and full-time caregivers, now they also became therapists for their children, abdicating of their support networks, subjecting themselves to an even more demanding, lonely and exhausting mothering.

**Keywords:** Anthropology. Maternity. Gender. Congenital Zika Virus Syndrome. Covid-19.

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB).

## Introdução

Identificado pela primeira vez em Uganda na década de 1940, o Vírus Zika (VZ) se tornou foco de notícias e investigações científicas apenas em 2015, quando culminou em uma epidemia no Brasil. Pertencente à tríade de arboviroses “Dengue, Chincungunha e Zika” transmitidas pelo mosquito *Aedes Aegypti*, os casos de Vírus Zika foram expressivos na região Nordeste do país, e marcados pelo que se pode chamar de racismo ambiental<sup>2</sup>, infectando, principalmente, mulheres pobres, negras, sertanejas e periféricas. Apesar de os sintomas da doença serem fracos ou imperceptíveis – cerca de 80% dos infectados não desenvolvem manifestações clínicas, segundo dados da FIOCRUZ (2020) – o legado do Zika não se restringiu apenas aos sintomas previamente identificados pelos médicos como “dengue fraca” (DINIZ, 2016), mas ocasionou um aumento descomunal nas notificações de microcefalia congênita em recém-nascidos, o que ficou conhecido, posteriormente, como Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCVZ). De acordo com Löwy (2019), nos anos iniciais da epidemia, mais de 60% dos habitantes do Nordeste entraram em contato com o VZ. Esta região representou 80% dos casos confirmados de SCVZ no Brasil. A autora também chama atenção para o fato de que, das mulheres grávidas que tiveram o diagnóstico de Zika no país, 63,5% foram descritas como negras ou pardas e, a maioria delas, pertencem a famílias de baixa renda, dados que reforçam o argumento da composição racial dessa epidemia.

O Vírus Zika possui múltipla transmissão viral – vetorial, sexual e vertical, sendo essa última referente a transmissão do vírus da mãe para o feto por meio da placenta, o que ocasiona a SCVZ. Segundo Reis-Castro e Nogueira (2020), a transmissão vertical do Zika, ligada a ocorrência de casos de bebês com microcefalia congênita, transformou a epidemia, de um problema de mosquito, em um problema de mulheres, gerando uma alta responsabilização feminina e culpabilização das mulheres grávidas cujas crianças foram diagnosticadas

com a Síndrome. Recomendações como o uso de repelentes, roupas compridas e adiamento de possíveis gestações foram algumas das falas de Marcelo Castro, ministro da saúde à época, para evitar a propagação do VZ. O ministro ainda chegou a declarar que “sexo é para amadores e gravidez é para profissionais”, atrelando os casos de SCVZ, bem como a própria epidemia, às mulheres “irresponsáveis” que não se preveniam, ou não planejavam adequadamente suas gestações (ARAÚJO; PERON, 2017).

O alto número de pessoas infectadas e de bebês nascidos com a SCVZ fez com que, no final do ano de 2015, o Ministério da Saúde declarasse Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), e em fevereiro de 2016 a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciasse a Situação de Emergência de Importância Internacional (ESPII). O alerta gerado pela OMS à saúde pública durou menos de um ano, mas deixou um legado permanente às famílias atingidas pela epidemia. Estima-se que cerca de quatro mil bebês nasceram com a SCVZ no Brasil, sendo aproximadamente 400 deles residentes no estado de Pernambuco, o local mais afetado pela epidemia (LUSTOSA; FLEISCHER, 2018). Esses bebês nasceram com múltiplas deficiências cognitivas e motoras, e a pouca informação sobre a Síndrome não abria possibilidades para bons prognósticos às crianças. Já as mães de micro<sup>3</sup>, como se auto intitulam em referência à microcefalia decorrente da SCVZ, tornaram-se as cuidadoras principais – quando não as únicas – de seus filhos e filhas, reconfigurando completamente suas rotinas e abrindo mão de empregos, estudos e lazeres em prol da saúde e do desenvolvimento da criança.

As consequências dessas reconfigurações ocasionadas pelo VZ resultaram em uma espécie de “maternidade devotada” (BADINTER, 1985), cujos resultados são filhos mais desenvolvidos, saudáveis e fortalecidos, de um lado, mas mães depressivas, exaustas, ansiosas e com dores físicas e psicológicas ocasionadas pelo ideal de ser uma “boa mãe de micro”. Embora tenham aprendido a falar e ir atrás de seus

2 “Cientistas brasileiros usam a expressão *racismo ambiental* para descrever a distribuição altamente distorcida de riscos ambientais entre diferentes segmentos da população” (LÖWY, 2019, p. 105). Desse modo, fatores como saneamento básico rudimentar e demais desigualdades sociais podem ter contribuído para a maior exposição ao Vírus Zika em mulheres não brancas e pertencentes às classes econômicas mais baixas.

3 As crianças com a SCVZ possuem múltiplas deficiências, dentre elas, a microcefalia, consequência mais visível e comum dos nascidos com a Síndrome. Uma vez que a microcefalia foi utilizada para resumir o quadro das crianças, o termo “de micro” tornou-se um conceito para abordar as crianças, mães e famílias afetadas pela epidemia do Vírus Zika.

direitos e dos direitos de suas crianças, assumindo uma postura política por causa de seus filhos e filhas (LUSTOSA, 2020a), essas mulheres se sentem também silenciadas pelo título de “mãe guerreira”, em que a dedicação integral, junto ao peso da responsabilidade do cuidado, exige abrir mão de suas subjetividades em prol da subjetividade de suas crianças (LAGARDE, 2003).

### Metodologia e cuidados éticos

Com base nesse cenário revelado pela epidemia do Zika e a partir de pesquisa de campo vinculada ao grupo de pesquisa “Síndrome congênita do vírus Zika em Recife/PE: Uma antropologia dos ímpetus maternos, científicos e políticos”, coordenado por Soraya Fleischer, professora do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (DAN/UnB), pesquisadoras acompanharam, entre 2016 e 2019, as rotinas de famílias afetadas pelo VZ. Mais de 1800 páginas de diários de campo foram escritas durante as visitas semestrais a Região Metropolitana de Recife (RMR)<sup>4</sup>, gerando um rico material para compreender como se deu a reconfiguração das rotinas diárias de mães e famílias afetadas pela Síndrome. Tal material foi compartilhado com todas as pesquisadoras da equipe – a qual fui introduzida em seu último ano – fortalecendo uma pesquisa de cunho coletivo, como bem explicada por Fleischer (2020), cujos dados também embasam este artigo.

As narrativas emergentes sobre cansaço, culpa, responsabilidade materna e solidão por parte das mães de micro foram constantemente relatadas nos diários de campo das pesquisadoras. Entretanto, é a partir de um outro projeto de pesquisa, iniciado em 2020 e intitulado “Quando duas epidemias se encontram: repercussões do Covid-19 no cuidado e cotidiano de crianças com a Síndrome Congênita do Vírus Zika”, também coordenado por Fleischer e co-coordenado por Lustosa, e do qual sou integrante, que busco dar continuidade aos relatos e sentimentos expressados por essas mulheres. Com base nos diários produzidos pelas pesquisadoras entre 2016 e 2019, e a partir de

conversas que tenho realizado via *WhatsApp* com algumas mães de micro desde julho de 2020, bem como o acompanhamento de eventos online produzidos por essas mulheres em suas redes sociais, busco compreender os impactos ocasionados pelo título de “boa mãe de micro” e/ou “mãe guerreira”, utilizados como sinônimos de uma maternagem<sup>5</sup> ideal, não só ao longo dos cinco anos da epidemia do Zika, como a partir das novas configurações sociais ocasionadas pela atual pandemia de Covid-19.

A atual pesquisa tem sido feita de modo remoto, devido às restrições e reconfigurações provocadas pela pandemia. O *WhatsApp* tem sido um excelente meio de comunicação para saber sobre a situação das mães e das crianças, hoje com cinco anos, em meio ao isolamento e distanciamento social. Desde o início da epidemia do Zika, essas mulheres têm se utilizado da internet para articular medidas, movimentos de luta e trocar afetos e informações com outras mães e profissionais da saúde. Ter interlocutoras do Recife que já estavam em contato com as minhas colegas de pesquisa em Brasília e me valer de um meio de comunicação já conhecido e utilizado por elas fez com que a minha apresentação e conversa com essas mães se desse de maneira bastante fluida. Outro passo metodológico foi observar os eventos online que essas mulheres começaram a fazer em suas redes sociais para dialogarem com outras mães, autoridades do meio político e profissionais de saúde. Nesses eventos, para além da angústia com seus filhos e filhas, que tiveram seus tratamentos suspensos durante a pandemia e, conseqüentemente, começaram a regredir em seu quadro de saúde, essas mulheres relatavam suas condições físicas e psíquicas, enfatizando as narrativas de cansaço e sobrecarga materna (LUSTOSA, 2020b).

Tendo como base o relato dessas mulheres, busco entender os impactos do título de “boa mãe de micro” e/ou “mãe guerreira” na saúde física e mental de mulheres que possuem filhos com a SCVZ, as quais, na atual pandemia, enfrentam o medo do contágio, para continuarem circulando e cuidando de suas crianças nos inúmeros hospitais e clínicas recifenses. Após contextualizar a relação existente entre

4 A Região Metropolitana de Recife é formada por 14 municípios e concentra mais de um milhão e meio de habitantes, sendo a maior região metropolitana do Norte-Nordeste, segundo o Censo do IBGE (2010).

5 Utilizo o termo maternagem para falar sobre afeto e amor materno, vistos como sentimentos incondicionais e intimamente ligados às práticas de cuidado e ideal de “boa mãe”. Já o conceito de maternidade diz respeito ao tornar-se mãe, o qual implica, atualmente, e no caso das mães de micro, em praticar a maternagem.

maternagem, cuidado e gênero, analisarei os impactos da naturalização do cuidado como responsabilidade exclusivamente feminina sobre essas mulheres durante a epidemia do Zika, após o nascimento das crianças com SCVZ, bem como no atual contexto da pandemia de Covid-19. Argumento que essa sobrecarga e naturalização do cuidado sujeitaram essas mulheres a rotinas de cansaço extremo e solidão, gerando, muitas vezes, sintomas de ansiedade, depressão e síndrome do pânico. A responsabilidade e o cuidado materno integrais reconfiguraram a rotina dessas mulheres, que abdicando do cuidado de si, de suas redes de apoio e sociabilidade, ficaram confinadas ao papel de mãe. Por fim, discutirei a importância de uma rede de apoio social e profissional para essas mulheres, que, ao contrário de seus filhos e filhas, ficaram desde o início da epidemia do Zika desassistidas social, financeira e psicologicamente, ou – para aquelas que haviam conseguido algum tipo de acompanhamento – tiveram seus atendimentos profissionais, como psicólogos, e vínculos sociais interrompidos com a chegada da atual pandemia de Covid-19.

### Maternagem, gênero e cuidado

Antes de me aprofundar em como os conceitos de “mãe guerreira” e “boa mãe de micro”, expressados e vivenciados pelas interlocutoras as afetam negativamente, optei por elucidar sobre como as noções de cuidado e responsabilidade familiar foram historicamente atreladas ao gênero feminino. Elizabeth Badinter, em 1985, fez uma análise histórica da maternidade, reconhecendo a existência de marcadores históricos-sociais que separam o trabalho masculino do feminino, aprisionando e subestimando a mulher ao ambiente doméstico e às esferas menos valorizadas do trabalho. Segundo a autora, o amor materno visto como um instinto e atrelado à biologia é um mito, pois o sentimento materno é parte de uma construção de ideais de comportamentos ao longo do tempo e variante em função dos valores dominantes de uma sociedade.

Badinter explora conceitos como “boa mãe” e “mãe devota” que começaram a ser instituídos no final do século XVIII e passaram a moldar os ideais de cuidado e maternagem, dando início à “era das provas de amor” (1985, p. 202). É a partir daí que os ideais de uma maternidade que beira o sacrifício em benefício dos filhos se instala. A mãe, que em outros

tempos possuía pouca conexão com a prole, passa a ser vista como a principal responsável pela felicidade dos filhos e a maternidade passa a ser dada como uma “missão” (PINHEIRO; LONGHI, 2017) que enclausura a mulher ao papel inevitável de mãe, carregando uma responsabilidade moral que, se desafiada, gera julgamentos, condenação e culpa. A ideia de uma mãe “naturalmente devotada” seria confirmada socialmente pelo destino físico e moral da criança, em que a boa mãe seria recompensada e a má seria punida na pessoa do filho (BADINTER, 1985).

Embora Badinter sugira que esse ideal materno vem sendo modificado e desconstruído pelos estudos feministas, a autora reforça que ainda existe um conflito entre o ser mulher e o ser mãe que pressiona as mulheres a cumprir o destino social da maternidade (BADINTER, 2011; SCAVONE, 2004). Scavone (2004) também afirma que apesar das mudanças, o modelo de maternidade e cuidado com a vida e a saúde da criança gerada ainda recai esmagadoramente sobre as mulheres na sociedade brasileira. Para a autora, ainda há uma forte pressão dos valores tradicionais que impõem às mulheres o dever da maternidade, coibindo a participação pública feminina e perpetuando a tríade ideal da mulher-mãe-dona de casa. Em paralelo a essa construção da maternidade enclausurada ao ambiente doméstico, Clímaco (2019, p. 7), em uma análise sobre maternidade e deficiência, também explicita a constituição do “destino da mulher atrelado a seus filhos e aos trabalhos domésticos, ou seja, ao mundo privado pela sua feminilidade: dócil, amorosa, submissa e, claro, cuidadora”.

Apesar de os estudos feministas buscarem novas configurações para o modelo de maternidade, nota-se que a mãe – aqui enfatizo a mãe de uma criança com deficiência – ainda se vê amarrada a seu filho, devota integral de seus cuidados, privando seu tempo e energia em favor da saúde e do bem-estar de suas crianças. Nesse contexto, Lustosa (2020), ressalta esse protagonismo feminino e a intensificação do trabalho materno no âmbito do Zika, trazendo à tona a figura da “boa mãe de micro” como aquela que se compromete integralmente com a saúde do filho. Uma “boa mãe de micro”, portanto, seria aquela em que a posição de mãe se sobressai frente a todos os outros aspectos de sua vida (LUSTOSA; SAFATLE, 2019, p. 134), transformando as dinâmicas familiares, impondo

uma forma específica de maternar e reconfigurando o cotidiano dessas mulheres.

O relato de Daniella<sup>6</sup>, mãe de Giovana<sup>7</sup>, embasa não somente o título deste artigo e das seções que se seguem, como servirá para compreender a atual situação das mães de micro frente à pandemia de Covid-19. As falas de Daniella foram recolhidas tanto a partir de conversas via *WhatsApp*, como por meio dos eventos online voltados para as famílias de micro em que ela havia sido convidada, ou até mesmo a partir das videoconferências organizadas por ela e direcionadas para outras mulheres. Embora a trajetória de Daniella seja única, seus relatos também abrangem outras mães, histórias e percursos que foram atravessados pela epidemia de Zika, e agora são novamente afetados pela pandemia de Covid-19. Eventualmente, falas de outras mães de micro serão acionadas para enfatizar e melhor ilustrar o depoimento de Daniella.

#### A “boa mãe de micro”: uma corrida contra o tempo

Microcefalia, hidrocefalia e uma série de desordens motoras e neurológicas afetam as crianças de micro. Problemas de visão e audição, dificuldades na deglutição, paralisia cerebral, alterações ortopédicas, deficiências físicas e mentais e epilepsias refratárias são apenas algumas das manifestações comuns entre os nascidos com a síndrome, segundo Lira (2017). Embora a epidemia de Zika já tenha cinco anos desde o *boom* do contágio em 2015/2016, muito pouco se sabe sobre a SCVZ atualmente, e menos ainda se sabia à época do nascimento das crianças.

Na tentativa de compreender as características da Síndrome, inúmeros exames, estudos clínicos, pesquisas científicas e notícias midiáticas foram realizados e veiculados nos anos iniciais da epidemia. Alguns antropólogos (PINHEIRO; LONGHI, 2017; SCOTT *et. al.*, 2018; CARNEIRO; FLEISCHER, 2018; LUSTOSA; SAFATLE, 2019) também passaram a se dedicar a compreender a SCVZ no estado de Pernambuco, bem como o cotidiano e a responsabilidade maternas no contexto do Zika, uma vez que junto aos cientistas, médicos, terapeutas e jornalistas, muitas mães também tentavam entender o que estava acontecendo com seus

filhos e filhas, na busca por superar os diagnósticos e prognósticos que até então davam pouca esperança e expectativa de vida para as crianças.

Estabeleceu-se, a partir do início da epidemia, uma espécie de corrida contra o tempo para compreender, salvar e cuidar das crianças. Mutirões de exames, amostras de fluidos, medições do perímetro cefálico e pesagens foram realizados frequentemente nos bebês, mas nada se comparou à necessidade de se realizar a “estimulação precoce”, tida como o principal paradigma orientador para aproveitar a ‘plasticidade’ do cérebro e sua abertura para o aprendizado durante os primeiros anos de vida (LUSTOSA; FLEISCHER, 2018, p. 10). O valor da estimulação precoce foi atrelado ao valor da boa mãe, e muitas mulheres passaram a levar seus filhos em clínicas e hospitais da cidade para realizar inúmeros tratamentos terapêuticos. Fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, musicoterapia, hidroterapia, estimulação visual, sensorial e auditiva foram algumas das atividades que se tornaram parte dos processos de estimulação das crianças. Além disso, o uso e manejo de equipamentos como sondas gástricas e órteses ortopédicas, somados às atividades reabilitadoras, tornaram-se parte da rotina diária de mães e bebês de micro.

Logo as clínicas e hospitais da Grande Recife ficaram lotados de crianças com SCVZ e muitas mães começaram a encontrar dificuldades para conseguir vaga em alguma instituição próxima à sua residência. Essas mulheres passaram então a se organizar em ONGs e associações que, além de um espaço de troca e apoio afetivo, tornaram-se também locais para discutir e pressionar as autoridades na busca por serviços, medicamentos, Políticas Públicas e benefícios do Estado. Elas pleitearam e judicializaram medicamentos, passagens nos transportes públicos, vagas em clínicas, hospitais, creches e escolas. Começaram a observar e aprender diferentes manobras terapêuticas com as profissionais de saúde, para também executar e estimular a criança em casa. Enfrentaram e enfrentam ônibus lotados, ruas esburacadas e ladeiras íngremes carregando no braço criança, cadeira de rodas e bolsas pesadas, bem como sustentando dores em suas costas e pernas. Mudaram de residência para ficar mais

6 O nome das interlocutoras e de suas filhas foram substituídos por pseudônimos com o intuito de preservar suas identidades.

7 Daniella e Giovana, assim como a maioria das famílias atravessadas pela epidemia de Zika, são negras, nordestinas e fazem parte da parcela de brasileiros que vive com menos de 1/4 do salário-mínimo *per capita*.

próximas das instituições. Lidaram e lidam com o preconceito diário. Assumiram, na maioria dos casos, o papel de única cuidadora, uma vez que muitas pessoas que compunham suas redes de apoio se afastaram, em especial companheiros e maridos devido ao pouco tempo para se dedicarem aos relacionamentos<sup>8</sup>. Perderam empregos por não conseguirem conciliar as demandas. Deixaram estudos, amigos, lazeres e igrejas para poder se dedicar integralmente ao filho, apostando tudo na melhoria e no desenvolvimento da criança.

Lustosa e Fleischer (2018) relataram como a maternidade de micro possui o tempo como fio condutor significativo. As autoras reforçam que não somente a estimulação precoce foi uma corrida contra o tempo, mas que a otimização e organização temporal são fatores primordiais na vida dessas mulheres. O tempo da terapia, de desenvolvimento da criança, da estimulação em casa, do deslocamento, do medicamento, do descanso, do cuidado, bem como a falta de tempo para si são dimensões que estão articuladas umas às outras e que implicam diretamente na saúde física e mental das mães de micro.

Os relatos sobre o tempo foram e continuam sendo constantes e, junto a isso, inúmeros foram os depoimentos de mães diagnosticadas com depressão, síndrome do pânico e ansiedade. Essas mulheres contam que se sentem, desde o começo da epidemia, sozinhas, desamparadas, desassistidas pelos familiares, pelos amigos e pelo Estado. Mulheres chamadas por muitos de guerreiras, imbatíveis e fortes por enfrentarem tamanhos obstáculos. Mulheres que se desdobram em várias e multiplicam o seu tempo em benefício dos filhos. Mães que peregrinam diariamente pelas instituições médicas da capital pernambucana em uma espécie de “mobilidade limitadora” (SCOTT, 2020), pois apesar de estarem circulando sempre, continuam invisibilizadas, silenciadas e abdicando de suas vidas em prol da vida de suas crianças na busca incansável não só de melhoria no desenvolvimento de seus filhos e filhas, mas do reconhecimento de ser uma boa mãe.

8 Inúmeros foram os relatos de mulheres que, após o nascimento da criança com SCVZ, tiveram seus casamentos desfeitos. Do mesmo modo, para aquelas que mantiveram seus matrimônios, são significativos os relatos de pais ausentes nos cuidados com os filhos, seja por falta de iniciativa, seja pelo papel do homem como o provedor financeiro da família, sendo o responsável pelo trabalho remunerado. A situação de Daniella, contudo, diverge da maioria dos casos das mães de micro. O pai de Giovana não só está presente como esposo, como também, segundo ela, busca aprender e participar como pode nos cuidados com a menina. Ainda assim, a maior parte e peso do cuidado com a criança está sobre Daniella, uma vez que o marido trabalha e se encontra, na maior parte do tempo, longe da casa e do seio familiar. As demais interlocutoras que acionam neste trabalho alegaram estar em situações semelhantes à de Daniella.

## “A pandemia não nos parou”: maternagem em tempos de Covid-19

O novo coronavírus, ou a Covid-19, foi inicialmente identificado na China, tornando-se Emergência Internacional pela OMS no dia 30 de janeiro de 2020 e, menos de dois meses depois, anunciado como uma pandemia (BRITO, 2020). Para conter a disseminação e o contágio viral, medidas de isolamento dos enfermos, distanciamento social e protocolos de higienização específicos foram instaurados em inúmeros países; fronteiras entre nações foram fechadas e atividades comerciais, escolas, universidades e voos aéreos foram suspensos. Governos e autoridades de inúmeros países foram, um a um, aderindo aos protocolos de segurança e gerenciamento do vírus. No Brasil, alguns serviços considerados como não prioritários também foram temporariamente interrompidos, dentre eles as terapias e consultas das crianças de micro. A interrupção desses tratamentos impactou negativamente inúmeras famílias, ocasionando regressões na saúde das crianças e maior carga de trabalho para as mães, que passaram a assumir também o papel de terapeutas.

Denise Pimenta (2020) já havia mostrado que eventos epidêmicos afetam mais a vida das mulheres, em especial as negras, pobres e periféricas, haja vista que são elas que estão na linha de frente do cuidado, seja no âmbito público ou doméstico. A autora traz o conceito de “epidemia do amor”, em que o amor das mulheres pela família as coloca em maior situação de vulnerabilidade e risco, ressaltando com isso que crises sanitárias possuem “cara de mulher”. Apesar de os estudos de Pimenta se referirem ao surto de Ebola em África, nota-se que a epidemia de Zika também teve como protagonistas as mulheres e o mesmo vem ocorrendo com a Covid-19, uma vez que são elas que estão na linha de frente nos hospitais e no cuidado doméstico (ALESSI, 2020). São também as mulheres, negras, pobres e periféricas, que se encontram na base da pirâmide social, parcela da população mais atingida pela pandemia de Covid-19 (PIMENTA, 2020; BRAGA;

OLIVEIRA; SANTOS, 2020). São elas, portanto, que, em tempos críticos, precisam deixar seus empregos e/ou abdicam do cuidado de si para dedicarem-se integralmente ao cuidado com os outros.

Daniella e sua filha Giovana, hoje com cinco anos de idade, foram profundamente impactadas pela atual pandemia. A mãe relatou que as terapias davam bons resultados no quadro geral da filha, mas que, com a interrupção dos tratamentos, Giovana estava atrofiando, as crises convulsivas estavam mais intensas e a filha apresentava quadros de irritabilidade e choro constantes. Na tentativa de não perder todo o desenvolvimento adquirido ao longo desses cinco anos de estimulação, Daniella contou com vídeo-chamadas oferecidas pelas terapeutas, mas percebeu que não tinha conhecimento suficiente para realizar algumas manobras específicas, como a fisioterapia respiratória, que só poderia ser executada pelos profissionais adequados. Além disso, com a reconfiguração do quadro médico voltado para os pacientes de Covid-19, estava mais difícil marcar consultas para Giovana. A mãe relatou estar “se virando nos trinta”, colocando em prática tudo o que sabia e podia, e criando alternativas caseiras, como a utilização das órteses dos membros inferiores da filha – que já estavam pequenas para suas pernas – nos membros superiores da criança, para não a ver atrofiar por completo.

Alternativas domésticas criadas e executadas por Daniella também foram temas relatados por outras mães. Valéria, mãe de Bárbara, e Janaína, mãe de Lívia, ambas moradoras da Grande Recife, comentaram algumas estratégias para estimular as filhas enquanto as terapias estavam suspensas. Valéria estava utilizando os materiais de estimulação, como bolas e tapetes texturizados, os quais havia adquirido ao longo dos cinco anos da filha, para brincar com a criança, reproduzir exercícios, gravar vídeos e mostrar para as profissionais de saúde com o intuito de tirar dúvidas e/ou pedir novas dicas. Janaína utilizava a piscina do condomínio para reproduzir os exercícios de hidroterapia, os quais, segundo ela, não só estimulavam como relaxavam a filha. Todas elas, no entanto, narraram não só casos de perda de desenvolvimento de suas filhas, como um cansaço extremo, aliado aos sentimentos de culpa por não poderem fazer os exercícios adequadamente, de tristeza por verem as filhas irritadas, de solidão pela falta da rede de apoio e, principalmente, de medo do contágio devido a um outro evento epidêmico.

Todas essas questões não fizeram com que Daniella e outras mães deixassem de frequentar as instituições terapêuticas quando estas voltaram, aos poucos, a funcionar em junho de 2020. “A pandemia não nos parou”, enfatizou Daniella ao contar sobre a decisão de enfrentar a possibilidade de contágio por Covid-19 para dar continuidade aos tratamentos da filha. Ver a criança perder os aprendizados já não era uma opção, uma vez que o desenvolvimento das crianças de micro está atrelado não só a estimulação e terapia contínuas, mas ao sentimento de dedicação e boa maternagem. Janaína comentou que, assim que o transporte da prefeitura – o qual leva mães e crianças para os centros de reabilitação – voltou a funcionar, ela passou a ir com a filha para os tratamentos, levando o próprio álcool e toalha para higienizar a van de possíveis contaminações. O medo da Covid-19 para essas mulheres ainda era menor do que o medo de não poder ser uma boa mãe e ver, gradativamente, o quadro de saúde de suas filhas piorar. Já tendo sido suficientemente afetadas pelo Vírus Zika, essas mulheres e crianças não tinham outra opção a não ser enfrentar um segundo vírus.

Não tardou para que Janaína e Daniella fossem diagnosticadas com Covid-19. No caso de Janaína, Lívia, sua filha de micro, também pegou a doença, mas os sintomas foram leves e ambas se recuperaram. Já em Daniella, apesar do medo de contaminar a filha à época, o vírus lhe deixou sequelas nos rins e nos pulmões, bem como no paladar e no olfato – sintomas comuns do contágio por Covid-19. Daniella teve dois quadros graves de pneumonia, perdeu cabelos pelo medo e estresse, agravando o seu quadro de ansiedade e depressão. Seu corpo, que enfrentou, por cinco anos, ônibus, preconceitos, negativas de clínicas, hospitais e governos, além de duas epidemias, sucumbiu. Meses depois ela precisou ser internada devido a um forte pico de estresse e cansaço, o qual resultou em um acidente vascular cerebral (AVC). “Fiquei com muito medo de perder os movimentos e não poder andar mais com a minha filha”, relatou sobre a sua preocupação com o AVC, visto por ela como uma possibilidade de parar de vez, de impedi-la de ser uma boa mãe.

### **“Virei mãe guerreira, eu não tenho nome”: desafios e consequências de ser boa mãe**

Muito tem sido comentado sobre a intensificação da carga de trabalho das mulheres durante a pandemia. A

sobrecarga de trabalho doméstico, a conciliação entre esse e o trabalho remoto, os trabalhos do cuidado com o outro, e o confinamento têm levado mulheres mães ao limite (IDOETA, 2020). Com suas redes de apoio desmanteladas, renda econômica afetada devido à interrupção das atividades laborais, e crianças, casa e relacionamentos afetivos para gerenciar, essas mulheres, cujo o destino doméstico há tempos lhes tem sido imposto, se encontram ainda mais propensas a situação de vulnerabilidade psíquica e social. Muitas mães que não possuem um companheiro para o auxílio da renda ou do cuidado com os filhos não puderam deixar de trabalhar, correndo o risco de se contaminar pela Covid-19 e levar o vírus para dentro de casa. Outras abdicaram de seus empregos e renda, ficando totalmente dependentes do auxílio do Estado. Com o trabalho doméstico e do cuidado atribuído à esfera feminina, essas mulheres não possuem grandes alternativas a não ser assumir as tarefas impostas a elas. Essa gama de funções que a mulher toma para si, reforça o estereótipo já comentado por Badinter (1985) e Scavone (2004) da mãe naturalmente devota, propícia ao cuidado, bem como corrobora para o título de mãe guerreira ao mesmo tempo em que invisibiliza as subjetividades e vontades femininas.

Após ser internada em decorrência do AVC, Daniella decidiu que era a hora de falar sobre a sua situação na pandemia para outras mulheres, bem como abrir espaço para que elas também desabafassem sobre seus sentimentos. Em uma videoconferência no *Instagram*, Daniella comentou sobre a situação precária que tem vivido na pandemia, em que se viu sem alimentos no armário, sem fraldas e leite para Giovana e sem doações de cestas básicas outrora distribuídas pelas ONGs e clínicas que frequentava. Comentou também sobre a perda de renda das mães, que usavam o espaço das terapias para tirar algum dinheiro extra – com a venda de artesanatos, bijuterias ou produtos de beleza – para complementar o Benefício de Prestação Continuada que o Estado concedeu às crianças de micro. Essas mães tiveram que apelar para o auxílio estatal e Daniella enfatizou que “se já estávamos sendo esquecidas antes, agora com a pandemia ficamos ainda mais invisíveis”.

A invisibilidade foi um tema bastante comentado por Daniella, a qual reforçou que “o rótulo de guerreira esconde muitas coisas que a gente é”, impedindo-as de sentir dor, fraqueza e tristeza. Daniella afirmou que nunca quis ser uma mãe guerreira, mas “traçaram

esse mundo para a gente e agora a gente só pode ser mãe, só pode ficar em casa com o filho”. Segundo ela, a boa mãe de micro não tem o direito de sair, de se divertir, devendo postar fotos em redes sociais somente com os filhos em clínicas e hospitais, sob pena de julgamentos morais. As mães que postam fotos com amigos, em festas, ou com bem materiais como roupas e maquiagens novas são consideradas pelas outras pessoas como uma mãe “luxenta”, isto é, uma mãe que deixa de cuidar do filho ou da filha para se dedicar ao luxo e ao autocuidado. Daniella relatou que ao se apegarem ao título de mães guerreiras, as mães de micro haviam “deixado de ser normais” por não poderem demonstrar seus sentimentos e fraquezas, e terem abdicado de suas vidas para cuidar da criança. Ela ainda disse que “ninguém me enxerga além de uma mulher guerreira”, enfatizando que não possui visibilidade como mulher, se comparando diversas vezes com a figura de um robô, que nada sente e nada reclama, apenas executa o que precisa ser feito.

Daniella trouxe à tona o título de guerreira e boa mãe de micro atrelado ao sentimento de culpa, como uma consequência do esforço e dedicação – ou da falta deles, na visão de terceiros – com suas crianças. Segundo ela, as mães de micro levam a culpa de muita coisa, como o grau de desenvolvimento das crianças, e até mesmo de seus filhos terem nascido com a Síndrome. Entretanto, Daniella lembrou que a epidemia de Zika foi fruto de um descaso público, da falta de assistência social e de saneamento básico para regiões vulneráveis o que, conseqüentemente, as deixaram mais expostas ao contágio. Essas mulheres não tiveram culpa do contágio, tampouco da condição de suas crianças, uma vez que foram também as vítimas, e não as responsáveis pela epidemia de Zika.

A culpa para as mães de micro é, portanto, algo que se carrega desde o diagnóstico de seus filhos e filhas, ainda durante a gestação, e que tem continuado até os dias atuais, recaindo, inclusive, sobre o cuidado com os outros filhos, irmãos da criança com deficiência. Valim (2020) enfatizou que o cuidado integral com as crianças com deficiência, impacta não só no autocuidado, como na relação que essas mulheres possuem com os outros filhos, podendo gerar ainda mais conflitos, julgamentos e culpabilização feminina. Valéria, mãe de Bárbara, relatou que na atual pandemia optou por contratar os serviços de uma pedagoga para estimular a filha, pois o tempo estava todo sendo dedicado à caçula, enquanto

sua outra filha não estava recebendo atenção. Ressaltou que o fato de contratar uma pedagoga não queria dizer que não gostava de cuidar da filha e que ela não queria que esse relato parecesse uma reclamação – ou um julgamento sobre a maternagem de micro – mas que era uma possibilidade de dividir melhor o seu tempo com a outra criança e seus outros afazeres e vontades. Daniella, por outro lado, ressaltou que, na tentativa de ser uma boa mãe para Giovana, se sentiu “insuficiente para educar, olhar e cuidar da primogênita”, alegando que chegou a pensar que “era a pior mãe do mundo”.

Todas essas questões impactaram na saúde física e psíquica de Daniella e de outras mães de micro. Segundo ela, por achar que era “imbatível”, se escondeu inúmeras vezes para chorar por medo de julgamentos morais. Quando começou a sentir os primeiros sinais de depressão e ansiedade, em vez de procurar por auxílio profissional, acreditou não precisar de ninguém por ser guerreira, até o momento em que se viu incapaz de cuidar de si e das próprias filhas. Por esconder seu sofrimento e encarnar no dia a dia a figura da boa mãe de micro, Daniella lembrou que “no dia em que eu caí ninguém entendeu, porque eu era guerreira”. Com a chegada da pandemia, a alta demanda de responsabilidades e o confinamento doméstico, suas crises de ansiedade se agravaram e Daniella reconheceu: “hoje preciso mais de ajuda do que minha filha”, relatou. Enquanto Giovana tinha uma rede de apoio profissional disponível, mesmo que por vídeo-chamada, e a mãe como sua cuidadora integral, Daniella estava sozinha, enclausurada em casa, lidando com as consequências de um AVC e da Covid-19. Se sentia cansada e isolada das outras mães de micro, sua principal rede de apoio desde o início da epidemia do Zika.

### **“Se hoje eu tô aqui é porque alguém me incentivou”: a importância das redes de apoio e atenção às mães de micro**

O relato de sofrimento psicológico em decorrência da amplificação dos trabalhos doméstico e de cuidado não é algo único da trajetória de Daniella. Janaína, há alguns anos também foi diagnosticada com depressão

e ansiedade. Valéria, embora não tenha diagnósticos de distúrbios psiquiátricos, reforçou que o cuidado integral com uma criança de micro traz medos e inseguranças para as mães. Ela alegou que “ser uma ‘mãe especial’ é se virar em outras trinta para conseguir ‘dar conta’, e por isso muitas mães surtam e entram em depressão”. Para tentar amenizar o sofrimento, Janaína, Valéria, Daniella e tantas outras mães de micro precisaram recorrer ao auxílio psicológico profissional.

A necessidade de auxílio psicológico para as mulheres que ocupam a posição de cuidadoras não se restringe às mães de micro. Braga, Oliveira e Santos (2020), ressaltam que na pandemia pouco se tem discutido sobre quem cuida das mulheres cuidadoras, o que corrobora para o aumento da vulnerabilidade feminina. Ferreira, líder do projeto Segura a Curva das Mães<sup>9</sup>, criado durante a pandemia, alegou para uma reportagem da BBC News Brasil que das mais de mil mulheres atendidas pelo projeto, 80% precisam de apoio psicológico com urgência (IDOETA, 2020). Além disso, de acordo com Insfran e Muniz (2020) são inúmeras as mulheres – aqui também incluo as mães de micro – que estão sem apoio, alimentos, e, muitas vezes, sem qualquer tipo de renda, dependendo do apoio de ativistas e associações para sobreviverem em meio a pandemia.

Para além do apoio psicológico, o trabalho de ONGs e associações é fundamental na vida dessas mulheres mães de micro. Lustosa e Fleischer (2018), Pinheiro e Longhi (2017), e Scott (2020) são alguns nomes que ressaltam a importância de duas organizações recifenses que acolhem as mães de micro desde o início da epidemia do Zika, a saber: a Associação de Mães e Famílias Raras (AMAR) e a União Mães de Anjos (UMA), essa última voltada exclusivamente para o apoio das famílias afetadas pelo Vírus Zika. Esses espaços, liderados também por mães de pessoas com deficiência, são ambientes de acolhimento para essas mulheres e seus filhos, oferecendo serviços de fisioterapia para as crianças, cursos profissionalizantes para as mães que tiveram que largar seus empregos, doações de cestas básicas e leites, além de somarem esforços na luta e na reivindicação por direitos, benefícios e Políticas Públicas para mães e crianças.

9 O projeto social Segura a Curva das Mães visa “realizar distribuição direta e indireta de recursos, cuidado integral, apoio psicossocial e suporte jurídico a fim de promover e garantir de forma prioritária, por meio de ações práticas, a dignidade e os direitos básicos de mulheres e crianças enquanto durar a pandemia do novo coronavírus”. O projeto abrange mulheres de todo o território brasileiro que estejam precisando de algum auxílio durante a pandemia de Covid-19. Para saber mais, acesse: <https://seguraacurvadasmaes.org/>.

O espaço dessas associações serve não só como local de sociabilidade, auxílio e informações sobre direitos, mas é também um espaço de cuidado com essas mulheres, que quando não se reúnem presencialmente, mantém contato com suas “irmãs de luta”, como chamam umas às outras, por meio das redes sociais, como o *WhatsApp*.

Esses espaços de encontro são, portanto, de extrema importância. Daniella ressaltou que “a correria era o que fortalecia a gente”, enfatizando que mesmo com uma vida marcada por andanças em clínicas, hospitais e associações, eram nesses espaços que ocorriam trocas, abraços e acolhidas antes da pandemia de Covid-19. Era entre uma consulta e outra, ou na sala de espera para serem atendidas com seus filhos e filhas, que elas se incentivavam mutuamente. Tal como a fala de Daniella que ilustra o título dessa seção, foi graças a esse apoio inicial que as mães tiveram forças para ir atrás de seus direitos e dos direitos de seus filhos e filhas quando foram surpreendidos pelo diagnóstico da SCVZ. Unidas elas se fortalecem, se encorajam, conseguem continuar e dividem um pouco do peso que é ser uma boa mãe de micro integralmente.

Embora essas mães se apoiem mutuamente, Daniella ressalta que é preciso ter uma rede de apoio profissional que olhe mais para essas mulheres, em especial neste momento de pandemia. Frases como “eu vejo pouco acompanhamento para ajudar a gente” e “isso não ocorre agora, na pandemia” foram ditas por ela para reforçar a necessidade de cuidado com a saúde mental das mães de micro. De acordo com Daniella, as pessoas precisam parar de “levar a gente como robô” e perceber que, apesar de mães, elas também são mulheres que precisam ser acolhidas, “precisam de uma palavra e de um aconchego”.

Com a interrupção das atividades terapêuticas e dos encontros nas associações em decorrência da pandemia de Covid-19, essas mulheres, para além da sobrecarga do trabalho com a casa e com os filhos, também perderam suas redes de apoio e sociabilidade, bem como notaram uma diminuição significativa de doações de alimentos. Todas essas perdas e dificuldades “trouxeram desânimo”, segundo Daniella, acarretando uma piora no seu quadro psíquico e lhe dando a sensação desesperadora de “estar morrendo aos poucos”. Mais do que assistir os filhos, Daniella percebeu que é preciso cuidar urgentemente das mães e não simplesmente deixá-las “chegar nas últimas” para só então oferecer auxílio profissional.

É preciso também que as mães não sintam culpa e nem vergonha de precisar de apoio psicológico, uma vez que “para cuidar bem, é preciso estar bem”, reforçou. Se antes Daniella dizia que “não precisava de ninguém porque era guerreira”, hoje ela reforça que “se hoje está aqui é porque alguém a incentivou”. O “ser guerreira”, para ela, tomou outro significado e já não é mais prescindir do outro e dar conta de todas as atividades maternas sozinha. A força de Daniella hoje está na coragem de saber e aceitar que não é preciso ser imbatível para ser uma “boa mãe de micro”, bem como reconhecer que toda cuidadora também precisa de cuidados.

### Considerações finais

A partir do exposto pelas interlocutoras e analisado neste artigo, é possível perceber que a imposição de um ideal de maternidade, bem como a culpabilização sobre as mães de crianças com deficiência, parece surgir desde os períodos de gestação. A descoberta de um bebê que foge ao padrão de normalidade biomédica é atrelada à sua geradora, a seus genes ou comportamentos. Logo, com o intuito de desenvolver essa criança e amenizar as possíveis consequências advindas da deficiência, essas mulheres embarcam em jornadas exaustivas de cuidado integral, abdicando de si para que os filhos possam ter saúde e qualidade de vida.

O relato de Daniella, bem como os depoimentos de Valéria e Janaína, evidencia como o ideal de “boa mãe” pode ser danoso para a subjetividade e saúde física e psíquica da mulher, uma vez que esse ideal é inatingível. Por mais que uma mãe se dedique aos seus filhos, a “maternagem devotada” andar sempre ao lado do sentimento de culpa. Para além da culpa, do medo dos julgamentos e condenações morais, essa mãe que cuida integralmente do filho se torna sozinha, desassistida e desamparada, sentimentos que podem evoluir para graves distúrbios psíquicos como a depressão e a ansiedade, ambos presentes nos relatos de muitas mães de crianças com SCVZ. Nesse sentido, confinadas ao ambiente doméstico e submetidas ao trabalho do cuidado com o bem-estar da família, essas mulheres precisam se adequar aos ideais de uma “boa mãe”, distanciando-se da esfera pública, e inserindo-se em um trabalho que, além de exaustivo, é visto como inferior. Conforme colocado por Badinter (1985; 2011) e Scavone (2004), embora o ativismo e os estudos

feministas tenham lutado pela emancipação feminina, algumas mães ainda se veem atreladas ao corpo e a saúde do filho, impossibilitadas de se desconectarem da tarefa de cuidar e assumir outras posições como mulher, amiga, esposa ou trabalhadora. Esse é o caso de muitas mães de crianças com deficiência, em especial, as mães de micro.

A partir dos relatos dessas mulheres, notou-se que embora reclamassem do cansaço, da tristeza e da solidão no cuidado com seus filhos e nos itinerários terapêuticos exaustivos antes da chegada da Covid-19, eram nas clínicas, ONGs e hospitais de Recife que elas se encontravam com outras mães de micro e obtinham algum tipo de atendimento psicológico. Lá, para além do tratamento de seus filhos e filhas, elas formavam redes de apoio, trocavam sorrisos, desabafos e informações sobre as crianças com outras famílias e profissionais de saúde, bem como geravam renda extra, vendendo artesanatos, produtos de beleza ou até mesmo fraldas e alimentos que já não eram adequados para seus filhos, mas poderiam servir para outras crianças. Se nesse contexto as mulheres se sentiam solitárias e sobrecarregadas, com a chegada da pandemia de Covid-19, o distanciamento social e a interrupção dos serviços terapêuticos de suas crianças, elas não só reduziram suas redes de apoio e troca, como também tiveram que assumir integralmente a responsabilidade da estimulação e do desenvolvimento de seus filhos. Em casa, invisíveis ao Estado e isoladas de outras mães de micro, elas passaram a ser tudo – esposas, mães, professoras, terapeutas, médicas, donas de casa e guerreiras –, exceto mulheres.

Embora essas mulheres tenham conquistado benefícios e gerado pressão para o desenvolvimento de políticas públicas adequadas para suas crianças, muito pouco foi feito em prol das próprias mães. Se por um lado essas mulheres conseguiram auxílios financeiros por parte do Estado, vagas em instituições de saúde, bem como medicamentos e transporte adequado para as crianças, é notável a ausência de políticas públicas e formas de cuidado para com essas mulheres. Pouco foi feito no sentido de auxiliar profissionalmente essas mães que hoje se encontram adoecidas e enfraquecidas pelo cansaço que o cuidado provoca. Dessa forma, sem a possibilidade de receber atendimento psicológico adequado, elas se uniram em redes de cuidado organizadas pelas próprias mães.

Nesse sentido, torna-se fundamental o fortalecimento de redes de apoio, sejam elas a partir de associações e ONGs voltadas para auxiliar essas mulheres, seja por meio de uma rede de pesquisadoras, jornalistas e gestoras que, apesar de comporem uma rede de apoio não tão óbvia, abriram caminhos para que essas mulheres tivessem espaço e visibilidade, seja por uma rede sólida de amigos, mães, familiares e vizinhas, mas principalmente uma rede que se estabeleça por meio do apoio psicológico profissional. Com a chegada da nova pandemia, essas mulheres ficaram ainda mais isoladas, invisibilizadas e restritas ao trabalho do cuidado, sem a possibilidade de encontrar e interagir com suas redes construídas ao longo dos cinco anos da epidemia do Zika. Impossibilitadas de circularem pelas ruas devido ao isolamento social e com as atividades de saúde suspensas ou realocadas para cobrir a demanda da atual pandemia, essas mulheres se encontram também sem o auxílio adequado de psicólogos e psiquiatras. O encontro das duas epidemias – a de Zika e a de Covid-19 – incidiu ainda mais sobre essas mulheres, que de provedoras passaram a demandantes de um cuidado específico.

Dito isto, é preciso que se pense em alternativas e Políticas Públicas adequadas para a realização de atendimento prioritário a essas mulheres, seja via teleatendimento, como ocorre com seus filhos e filhas no momento atual, seja dedicando um quadro profissional para essas mães na rede de saúde pública – tendo em vista que a maioria dessas mulheres se encontra em situação de vulnerabilidade. Ora, se “para cuidar bem, é preciso estar bem”, torna-se imprescindível olhar para essas mulheres com o mesmo cuidado e de maneira semelhante com a qual elas olham e cuidam dos outros.

### Agradecimentos

Pela leitura prévia e comentários atenciosos das professoras Kelly Silva e Soraya Fleischer, e dos colegas de pesquisa Mariana Simões, Wertton Matias e Thaís Valim, todos membros do PPGAS/UnB. Agradeço também às discussões, referências e trocas realizadas entre e com as integrantes do grupo de pesquisa “Quando duas epidemias se encontram: repercussões da Covid-19 no cuidado e no cotidiano de crianças com a SCVZ”, no qual a minha pesquisa de mestrado se encontra vinculada. À abertura e disponibilidade das mães de crianças com SCVZ, que me confiaram seus

depoimentos e sentimentos, possibilitando a reflexão e elaboração deste trabalho. Não poderia deixar de mencionar a importância do apoio e do financiamento do CNPq, essenciais não só para a realização desta, como da pesquisa científica brasileira como um todo. Este apoio se torna ainda mais importante em tempos de pandemia.

### Referências bibliográficas

- ALESSI, Gil. A luta contra o coronavírus tem o rosto de mulheres. **El País**. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-02/a-luta-contra-o-coronavirus-tem-o-rosto-de-mulheres.html>> . Acesso em: 12 abr. 2021.
- ARAÚJO, Carla; PERON, Isabela. Ministro defende calça comprida para mulheres evitarem Zika. **Exame**. 2017. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/ministro-recomenda-calca-comprida-para-mulheres-evitarem-zika/>>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- BADINTER, Elizabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Tradução de Vera Lucia dos Reis, - Rio de Janeiro: Record. 2011.
- \_\_\_\_\_. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Dutra W. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985.
- BRAGA, Iara; OLIVEIRA, Wanderlei; SANTOS, Manoel. “História do presente” de mulheres durante a pandemia de Covid-19: feminização do cuidado e vulnerabilidade. **Revista Feminismos**, v. 8, n. 3, 2020, p. 190-198. Disponível em <<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42459>>. Acesso em: 12 abr. 2021.
- BRITO, Sabrina. O único continente sem Covid-19 – mas talvez não por muito tempo. **Veja**. 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/ciencia/o-unico-continente-sem-covid-19-mas-talvez-nao-por-muito-tempo/>>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- CARNEIRO, Rosamaria; FLEISCHER, Soraya. “Eu não esperava por isso. Foi um susto”: conceber, gestar e parir em tempos de Zika à luz das mulheres de Recife, PE, Brasil. **Interface**, v. 22, n. 66, 2018, p. 709-719. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v22n66/1807-5762-icse-22-66-0709.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- CLÍMACO, Júlia. Análise das construções possíveis de maternidades nos estudos feministas e da deficiência. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 1. 2019. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2020000100212](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000100212)>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- DINIZ, Débora. **Zika: do sertão nordestino à ameaça global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016.
- FIOCRUZ. **Zika: sintomas, transmissão e prevenção**. 2020. Disponível em: <<https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/zika-sintomas-transmissao-prevencao-5>>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- FLEISCHER, Soraya. Introdução. In: FLEISCHER, S; LIMA, F. (Orgs.). **Micro: Contribuições da Antropologia**. Brasília: Athalaia. 2020. p. 17-38.
- IDOETA, Paula. ‘Mães estão no limite’: famílias vivem estresse inédito com crise e quarentena. **BBC News Brasil**. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-53644826>>. Acesso em: 13 abr. 2021.
- INSFRAN, Fernanda; MUNIZ, Ana. Maternagem e Covid-19: desigualdade de gênero sendo reafirmada na pandemia. **Diversitates International Journal**, v. 12, n. 2, 2020, p. 26-47.
- LAGARDE, Marcela. Mujeres cuidadoras: entre la obligación y la satisfacción. **SARE 2003 – “Cuidar cuesta: costes y beneficios del cuidado”**. 2003. Disponível em: <[http://pmayobre.webs.uvigo.es/textos/marcela\\_lagarde\\_y\\_de\\_los\\_rios/mujeres\\_cuidadoras\\_entre\\_la\\_obligacion\\_y\\_la\\_satisfaccion\\_lagarde.pdf](http://pmayobre.webs.uvigo.es/textos/marcela_lagarde_y_de_los_rios/mujeres_cuidadoras_entre_la_obligacion_y_la_satisfaccion_lagarde.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2021.
- LIRA, Lays. **Mães de micro: três redes de cuidado e apoio no contexto do surto da síndrome congênita do vírus zika no Recife/PE**. 2017. 90 f. Monografia (Bacharelado em Antropologia). Instituto de Ciências Sociais, UnB, Brasília. 2017.
- LÖWY, Ilana. **Zika no Brasil: História recente de uma epidemia**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2019.
- LUSTOSA, Raquel. “Uma boa mãe de micro” – uma análise da figura da boa mãe presente no contexto da Síndrome Congênita do Zika Vírus. In: SCOTT, P; LIRA, L; MATOS, S (Orgs.). **Práticas sociais no epicentro da epidemia do Zika**. Recife: UFPE. 2020a, Cap. 3.

CLÍMACO, Júlia. Análise das construções possíveis de

LUSTOSA, Raquel. “**É uma rotina de muito cansaço**”: Narrativas sobre cansaço na trajetória de mães de micro em Recife/PE”. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia). UFPE, Recife. 2020b.

LUSTOSA, Raquel; SAFATLE, Yasmin. “Mães de micro” – perspectivas e desdobramentos sobre cuidado no contexto da Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV) em Recife/PE. *Altera*, v. 1, n. 8, 2019, p. 115-145. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/42464>>. Acesso em: 8 mar. 2021.

LUSTOSA, Raquel; FLEISCHER, Soraya. ‘O Que Adianta Conhecer Muita Gente e no Fim das Contas Estar Sempre só?’ Desafios da maternidade em tempos de Síndrome Congênita do Zika Vírus. *Revista Antropológicas*, v. 29, n. 2, 2018, p. 6-27. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/view/239316>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PIMENTA, Denise. Pandemia é coisa de mulher: Breve ensaio sobre o enfrentamento de uma doença a partir das vozes e silenciamentos femininos dentro das casas, hospitais e na produção acadêmica. *Tessituras*, v. 8, n. 1, 2020, p. 8-19. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/issue/view/963>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PINHEIRO, Diego. & LONGHI, Márcia. Maternidade como missão! A trajetória militante de uma mãe de bebê com microcefalia em PE. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 3, n. 2, 2017, p. 114-132. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/22216>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

REIS-CASTRO, Luísa; NOGUEIRA, Carolina. “Uma antropologia da transmissão: mosquitos, mulheres e a epidemia de Zika no Brasil”. *Ilha*, v. 22, n. 2, 2020, p. 21-63.

SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida**. São Paulo: Editora Unesp. 2004.

SCOTT, Parry. Cuidados, mobilidade e poder num contexto de epidemia: Relações familiares e espaços de negociação. *Mana*, v. 26, n. 3, 2020, p. 1-34. Disponível em: <<http://doi.org/10.1590/1678-49442020v-26n3a207>>. Acesso em 12 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. et al. (2018). Itinerários terapêuticos, cui-

dados e atendimento na construção de ideias sobre maternidade e infância no contexto da Zika. *Interface*, v. 22, n. 66, 2018, p. 673-684. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0425>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

VALIM, Thaís. Transportes. In: FLEISCHER, S; LIMA, F. (Orgs.). **Micro: Contribuições da Antropologia**. Brasília: Athalaia. 2020. p. 65-77.

# As respostas dos governos municipais à Covid-19 no Brasil: a política de distanciamento social nas cidades médias nos primeiros meses da pandemia

*Marta Mendes da Rocha<sup>1</sup>*

*Paula Emília Gomes de Almeida<sup>2</sup>*

*Giliard Gomes Tenório<sup>3</sup>*

*Rafael Maciel Artuzo<sup>4</sup>*

*Helena Delgado Malvaccini Mendes<sup>5</sup>*

## Resumo

Este artigo analisa as respostas governamentais à pandemia de Covid-19 no Brasil no que se refere às medidas de distanciamento social durante os primeiros meses de sua eclosão. Desde o início da pandemia a resposta à crise tem sido liderada por prefeitos e governadores. A maior parte das análises centrou-se nas medidas adotadas por governos estaduais e capitais, deixando em segundo plano as cidades médias. Neste artigo analisamos as medidas legais voltadas para fomentar o distanciamento social em uma amostra de 49 municípios com mais de 200 mil habitantes. Utilizamos o índice elaborado por Moraes (2020) para classificar as medidas quanto ao seu grau de rigor. A análise revelou convergências e divergências entre as medidas adotadas no período de março a junho de 2020. Corroboramos que os prefeitos das cidades médias fizeram uso de suas prerrogativas, mas suas decisões foram constringidas pelas normas estaduais e pelo tipo de relacionamento estabelecido entre estados e municípios.

**Palavras-chave:** Covid-19, pandemia, distanciamento social, municípios, governos locais

## Local responses to the Covid-19 in Brazil: the social distancing measures in medium-sized cities in the first months of the pandemic

## Abstract

This article aims to shed light on the Covid-19 pandemic in Brazil regarding the governmental responses to the sanitary crisis during the first months of its outbreak. Since the outbreak started, government responses to the pandemic have been led by state governors and mayors. The major part of the analysis has focused on actions adopted by states and state capitals, overlooking those carried out in medium-sized cities. In this article, we analyze the legislative measures which aimed to promote social distancing in a sample of 49 municipalities with more than 200,000 inhabitants. We resorted to an index built by Moraes (2020) to classify the measu-

1 Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Política Local (NEPOL)

2 Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), pesquisadora no Núcleo de Estudos sobre Política Local (NEPOL)

3 Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ)

4 Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), pesquisador no Núcleo de Estudos sobre Política Local (NEPOL)

5 Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), pesquisadora no Núcleo de Estudos sobre Política Local (NEPOL)

res regarding their degree of restriction. The analysis revealed convergences and divergences between the measures enacted by state governments, mayors of capitals, and in medium-sized cities. It corroborates that mayors have mobilized their authority, but their decisions were constrained by state legislation and by the type of relationship established between states and municipalities.

**Keywords:** Covid-19, pandemic, social distancing, municipalities, local government

## 1. Introdução

Desde o início da pandemia de Covid-19 no Brasil, em fevereiro de 2020, seja em função das omissões do governo federal e da postura negacionista do presidente, seja como resultado da própria organização federativa do país, os governos subnacionais despontaram como atores centrais no enfrentamento à crise sanitária. Desde então, vários esforços de pesquisa monitoraram o comportamento dos tomadores de decisão e os impactos das medidas sobre o comportamento da população e as taxas de contaminados e de óbitos (BARBERIA et al., 2020a, 2020b; MORAES, 2020; LOTTA et al. 2020; ROCHA, ALMEIDA e CORRÊA, 2020; SCHAEFER et al., 2020). No que se refere às medidas de distanciamento social, a maior parte das análises concentrou-se nas normas estaduais e nas medidas implementadas pelas capitais estaduais, deixando de lado ou abordando apenas pontualmente as cidades médias.

Este artigo toma como objeto as medidas legais implementadas por cidades médias brasileiras voltadas para fomentar o distanciamento social durante os primeiros meses da pandemia. A análise compreende uma amostra de 49 cidades com mais de 200 mil habitantes em treze estados brasileiros, excetuando-se as capitais. A escolha dos municípios priorizou os estados que, no início da coleta de dados, eram os mais afetados pela pandemia, e garantiu que todas as regiões do país fossem contempladas. O recorte temporal vai do momento em que as primeiras medidas começaram a ser adotadas, em 12 de março de 2020, até 15 junho, quando a flexibilização se tornava uma tendência geral. Com esta análise objetivamos lançar luzes sobre a forma como tais gestores incentivaram o distanciamento social, então a principal estratégia

não farmacológica de contenção da Covid-19. Este trabalho não tem como objetivo, todavia, verificar a efetividade das medidas adotadas, mas analisar o comportamento dos gestores municipais diante de uma situação inédita tanto no âmbito da saúde pública quanto na política, uma vez que o governo federal recusou-se a assumir seu papel na coordenação da pandemia, relegando a estados e municípios a responsabilidade de lidar com a crise. Nesse sentido, nos perguntamos: em que momento estas cidades começaram a adotar as medidas de distanciamento e por quanto tempo foram capazes de sustentá-las? Em que medida elas convergiram ou divergiram das medidas estaduais e das adotadas na capital do estado? O que a comparação dos casos pode nos dizer sobre a forma de relacionamento entre estados e municípios no que se refere às medidas legais de distanciamento social? Como boa parte das pesquisas desenvolvidas no contexto da pandemia, este artigo tem pretensões exploratórias, em especial porque o presente trabalho foi realizado durante os eventos analisados. Por se tratar de um evento sem precedentes, a primeira tarefa enfrentada pelos analistas foi a de oferecer descrições sistemáticas e contextualizadas capazes de contribuir para ampliar nosso conhecimento sobre a pandemia e suas implicações políticas, econômicas e sociais.

Para tanto, replicamos a metodologia desenvolvida por Moraes (2020) para analisar quão rígidas foram as medidas legais de distanciamento implementadas por governos e prefeituras. Tal índice considera seis dimensões do distanciamento social e permite estabelecer comparações entre os municípios ao longo do tempo. Além disso, nos valem da base de dados do Núcleo de Estudos sobre Política Local (Nepol-UFJF) contendo estudos de caso sobre as medidas adotadas pelos governos locais em mais de 80 municípios de todas as regiões do país.

O artigo está organizado em três seções. Na primeira discutimos o papel desempenhado pelos governos locais no combate à Covid-19 e os principais condicionantes da tomada de decisões no nível municipal. Na segunda apresentamos uma breve descrição da metodologia utilizada na análise e a discussão dos resultados. Na terceira apresentamos as considerações finais.

## 2. Os governos municipais frente à pandemia de Covid-19 no Brasil: os primeiros meses

A confirmação do primeiro caso de contaminação por Sars-Cov-2 no país ocorreu no dia 26 de fevereiro. No dia 11 de março a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu a Covid-19 como uma pandemia. Desde meados de março governos estaduais e municipais no Brasil implementaram uma série de medidas em resposta à pandemia, entre elas as políticas de distanciamento social.

Antes mesmo da confirmação do primeiro caso no país o governo federal emitiu protocolos para orientar a ação e adotou medidas preparatórias, decretando Estado de Emergência em Saúde Pública e autorizando a contratação de profissionais de saúde e a aquisição de bens e serviços. A aprovação do projeto de lei emergencial ocorreu em tempo recorde (Lei nº 13.979/2020), e em 20 de março, o Congresso Nacional declarou Estado de Calamidade Pública. Tudo isso ocorreu enquanto o presidente Bolsonaro preferiu negar a gravidade da crise, recusando-se a assumir a liderança na sua gestão. Um importante ponto de inflexão foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em abril, pela qual afirmou a competência concorrente dos governos subnacionais na área da saúde, tornando a resposta à crise sanitária no Brasil eminentemente descentralizada, cabendo a estados e municípios adotarem medidas de contenção e mitigação.

Tais medidas foram objeto de análise de grupos e redes de pesquisadores desde março de 2020. Já em abril, Barberia et al. (2020) chamaram a atenção para as ações implementadas pelos governos estaduais e pelas capitais, especialmente as políticas visando ao fechamento de escolas, locais de trabalho e a suspensão de eventos públicos. Petherick et al. (2020) mostraram que essas medidas afetaram significativamente o comportamento dos cidadãos e foram capazes de fomentar o isolamento (especialmente nos cenários de maior restrição), e que o relaxamento das medidas de distanciamento não observou os critérios da OMS, e foi acompanhado por uma queda gradual e contínua dos índices de isolamento. Uma série de artigos sobre as respostas dos governos estaduais também destacou o protagonismo dos governadores no enfrentamento da crise, estabelecendo semelhanças e diferenças entre os estados da federação quanto ao *timing*, à abrangência

e ao rigor das medidas<sup>6</sup>. As análises publicadas pelo Nepol sobre as ações dos governos locais enfatizaram o papel desempenhado pelos prefeitos em municípios de todas as regiões do país e de diferentes portes populacionais. Nunes et al. (2020) analisaram as respostas de municípios de pequeno porte nas regiões Norte e Nordeste. Todas essas análises destacam o caráter descentralizado e descoordenado da resposta à Covid-19 no Brasil (ABRUCIO et al., 2020).

Apesar do papel crucial desempenhado pelos governadores na edição de uma série de normas, os esforços de coordenação de ações entre governadores e prefeitos careceram da institucionalidade necessária para responder a um evento dessas proporções – exceção feita ao comitê instituído pelo Consórcio do Nordeste, como destaca Moraes (2020). O que a maior parte dos estudos demonstrou é que os canais e mecanismos institucionalizados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), cruciais em crises anteriores, não foram mobilizados no contexto da emergência atual (ABRUCIO et al., 2020; MACHADO, 2020; FERNANDEZ e FERNANDES, 2020).

O caráter descentralizado, descoordenado e errático das respostas governamentais também caracterizou as estratégias de flexibilização, emergentes já em abril. No caso dos governos locais é importante considerar a enorme diversidade que caracteriza os municípios brasileiros: 68,2% possuem até 20 mil habitantes e correspondem a 15% da população total do país. Por outro lado, 1/3 da população brasileira está concentrada em 48 municípios com mais de 500 mil habitantes (IBGE, 2019). Considere-se ainda as enormes desigualdades inter e intrarregionais e variáveis que impactam diretamente tanto a gravidade da crise quanto a capacidade de resposta dos governos locais. Entre elas estão a densidade demográfica, o padrão de ocupação do espaço urbano, o perfil econômico e a localização geográfica do município, a infraestrutura de saúde, a existência de favelas ou aglomerados subnormais, entre outros.

Os municípios brasileiros gozam de autonomia política, administrativa e fiscal e desempenham um papel importante em áreas-chave como educação, saúde e assistência social. No tocante à saúde, os municípios são responsáveis pela Atenção Primária à Saúde (APS),

<sup>6</sup> A série foi coordenada pelas professoras Luciana Santana e Olívia Perez. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2020/05/10/Como-os-governos-estaduais-lidam-com-a-pandemia>. Acesso: 17 dez. 2020.

que é a porta de entrada do SUS para a maioria da população (FERNANDEZ e FERNANDES, 2020). A despeito disso, a maioria dos municípios do país é altamente dependente de recursos provenientes de outros níveis, enfrentando déficits em termos de recursos humanos e organizacionais.

Por mais que crises e emergências desta natureza e proporção mobilizem atores governamentais e não governamentais em todos os níveis de governo, ultrapassando em muito a capacidade de resposta das instituições locais, estas desempenham um papel fundamental, porque, em geral, são as primeiras a tomarem contato com a manifestação da emergência e seus desdobramentos. A resposta descentralizada à pandemia, portanto, não tem necessariamente um caráter negativo, uma vez que oferece a possibilidade de respostas e soluções sensíveis às peculiaridades locais, como sugerem outros casos de países federativos que, no início da pandemia, obtiveram resultados mais satisfatórios que o Brasil no combate à pandemia como Argentina, Alemanha e Austrália. A ausência de coordenação, contudo, não apenas agravou as condições já adversas enfrentadas, mas também ampliou a incerteza para a tomada de decisões e dificultou o aproveitamento de potencialidades importantes.

Ao não desempenhar o papel tradicional de coordenação na federação brasileira, o governo federal deixou a cargo de estados e municípios com capacidades institucionais e financeiras muito desiguais a tarefa de lidar com a crise. A falta de planejamento no nível central limitou sobremaneira a capacidade dos municípios para dar respostas efetivas (PERES e SANTOS, 2020; SOUSA e BARBERIA, 2020) e de aproveitarem potencialidades importantes como a estrutura da APS, assim como todo o aprendizado institucional acumulado no combate a outras epidemias, como a dengue, zika e chikungunya (MACHADO, 2020; FERNANDEZ e FERNANDES, 2020; SOUSA e BARBERIA, 2020).

Essas considerações sobre a postura de governo federal e presidente são importantes para compreender o conjunto de constrangimentos que marcaram a ação de governadores e prefeitos. No caso dos municípios, some-se ainda as eleições municipais de 2020, que colocaram os prefeitos diante de um cálculo complexo e arriscado. Podiam assumir uma postura rígida no combate à pandemia, despertando a oposição de grupos

organizados e influentes na esfera local, ou relaxar as medidas, correndo o risco de assistir ao descontrole da crise sanitária. Ou poderiam ainda investir em uma terceira alternativa: acompanhar as medidas dos governos estaduais buscando liberar-se parcialmente da responsabilidade pelas decisões e suas consequências.

Os artigos publicados na série “Os governos municipais frente ao Coronavírus”<sup>7</sup> do Nepol-UFJF mostram que é possível identificar um conjunto de semelhanças entre os municípios de diferentes regiões do país. Pelo menos até meados de abril houve uma tendência geral no sentido do fomento ao distanciamento social em capitais, cidades médias e municípios pequenos. Os poucos municípios que resistiram a adotar as medidas foram instados a fazê-lo por força de decisões judiciais, ou à medida em que a pandemia avançou na cidade.

Ao lado das semelhanças, é possível encontrar um quadro bastante diversificado no que se refere ao relacionamento entre prefeitos e governadores, sobretudo no tocante às medidas de distanciamento social. Há casos em que prefeitos de capitais se orientaram de forma oposta aos respectivos governos estaduais parte do tempo ou em todo o período, como se viu em Belo Horizonte, Porto Velho e no Rio de Janeiro. Casos em que os prefeitos tiveram uma postura mais central dado o espaço aberto pelas normativas estaduais ou nos quais buscaram suplementar as normas estaduais com um conjunto mais amplo de medidas como em Niterói, Maricá, Belo Horizonte e Florianópolis. Noutros onde, devido ao caráter abrangente das normas estaduais, os governos municipais restringiram-se a seguir o que havia sido estabelecido, como ocorreu em Natal.

Na maioria das situações, nota-se que uma vez iniciado o processo de flexibilização no nível estadual, tornou-se muito custoso para os municípios, sobretudo os menores, sustentar medidas muito rígidas. As análises de Moraes (2020) sugerem que a tendência foi no sentido de uma resposta cada vez mais descentralizada, com os municípios gozando de mais autonomia para tomar decisões com o passar do tempo, tendendo para uma flexibilização do distanciamento. Em junho de 2020, segundo o Ministério da Saúde, existiam casos confirmados de Covid-19 em 3771 municípios brasileiros, o que equivale a 82% do total. Em 38,9% deles já havia algum óbito confirmado (MINISTÉRIO

<sup>7</sup> Disponíveis em: <https://nepolufjf.wordpress.com/os-governos-municipais-frente-ao-coronavirus/>. Acesso: 17 dez. 2020.

DA SAÚDE, 2020). Ao final de julho, vinte e um estados já haviam adotado planos de flexibilização com adesão de boa parte dos municípios.

### 3. As medidas legais de distanciamento social: um olhar sobre as cidades médias

#### 3.1 Metodologia

Apesar de ser possível encontrar várias semelhanças nas medidas adotadas pelos prefeitos em todo o país, a análise contextualizada dos casos ilumina uma série de singularidades na forma como gestores e sociedade civil reagiram à pandemia. Com o objetivo de estabelecer uma comparação sistemática entre os casos e classificá-los em termos da rigidez das medidas de distanciamento social adotadas, Moraes (2020) desenvolveu um índice que aplicou às normas estaduais e de todas as capitais brasileiras. Neste artigo replicamos a metodologia para a análise de uma amostra de 49 cidades com mais de 200 mil habitantes distribuídas em treze diferentes estados, compreendendo todas as regiões do país.<sup>8</sup>

Esse índice leva em conta as medidas legais de distanciamento social adotadas pelos municípios em relação a seis diferentes áreas. São elas: (1) suspensão de eventos diversos (culturais, esportivos e religiosos); (2) suspensão das atividades de bares, restaurantes e similares; (3) suspensão de outros estabelecimentos comerciais (excetuando-se os essenciais); (4) suspensão das atividades de estabelecimentos industriais (excetuando-se os essenciais); (5) suspensão das aulas escolares; e, finalmente, (6) restrição ao transporte de passageiros (por via terrestre, fluvial ou marítima) (MORAES, 2020). Quando a suspensão foi total atribuiu-se valor 2; quando foi parcial, valor 1; se não houve nenhuma restrição, atribuiu-se o valor 0. Não se computa qualquer pontuação quando os decretos municipais apenas recomendam a restrição de alguma atividade. Desse modo, a soma dos valores estabelece uma variação entre 0 e 12 (por serem seis variáveis), cujo total é corrigido para 10 (oferecendo, assim, uma escala mais intuitiva). A partir da data definida como marco inicial foi atribuída uma nota (0, 1 ou 2) para todos os dias em que a medida esteve vigente<sup>9</sup>. As informações sobre as medidas adotadas pelos municípios foram obtidas nos portais oficiais das

prefeituras ou nos diários oficiais, com consultas às prefeituras e câmaras de vereadores quando necessário. O índice apresentado leva em conta a média dos valores diários de todas as localidades, em comparação com os valores apurados para as capitais e os estados por Moraes (2020).

A aplicação do índice trouxe alguns desafios. Além da dificuldade de acesso aos dados de alguns municípios, a codificação do índice encontrou obstáculos na definição do que é essencial para as variáveis 3 e 4. Um grande debate surgiu, desde o início da pandemia, sobre o que deveria ser considerado essencial ou não e, portanto, o que poderia funcionar ou não em uma determinada localidade. Além dos critérios epidemiológicos, questões práticas e, posteriormente, político-econômicas fizeram com que o “essencial” se ampliasse de maneira significativa.

Esse comportamento gerou consequências para a pontuação no índice, uma vez que o mesmo pontua de forma distinta o funcionamento de serviços essenciais, mas não tem como finalidade julgar a legitimidade dos critérios adotados pelos municípios. Ou seja, nem sempre que um município aparece com a nota 2 (suspensão total, com exceção dos serviços essenciais) quer dizer que, de fato, pouca gama de serviço estava funcionando – pode ter ocorrido como o descrito acima, em que a prefeitura ampliou o leque de serviços essenciais, o que fez a nota se manter e não ser modificada como 1 (parcial) ou 0 (inexistente).

Efeito similar ocorreu em cidades que adotaram, voluntariamente ou não, *lockdown*, para o qual não há consenso sobre sua definição prática. É o caso de Itabuna (BA), onde a prefeitura decretou “toque de recolher” entre os dias 12 e 21 de maio, visando o confinamento domiciliar obrigatório entre as 20h e as 5h (Decreto Municipal nº 13.659, de 12 de maio de 2020).

Por fim, é importante ressaltar que o índice não pretende oferecer um retrato fiel do que de fato ocorreu no município. Ele expressa como os atores políticos locais, sobretudo o prefeito, se comportaram em relação às medidas de distanciamento. Logo, uma pontuação baixa no índice não expressa necessariamente menos restrição de modo geral, e sim menos restrições

<sup>8</sup> A base de dados encontra-se disponível em: <https://doi.org/10.7910/DVN/QAEONI>

<sup>9</sup> Na análise das normas estaduais e das capitais, Moraes atribuiu aos finais de semana as mesmas notas da sexta-feira anterior. Em nossa análise verificamos a legislação em vigor todos os dias, inclusive nos finais de semana, atribuindo a nota correspondente.

impostas por força das normas municipais. Por isso é importante que, sempre que possível, os dados sejam interpretados à luz das medidas estaduais e que a análise seja complementada com dados e informações contextualizadas sobre os municípios. Para isso serão utilizadas as informações disponibilizadas pelo NEPOL.

### 3.3 As medidas legais de distanciamento social nas cidades médias nos primeiros meses da pandemia de Covid-19

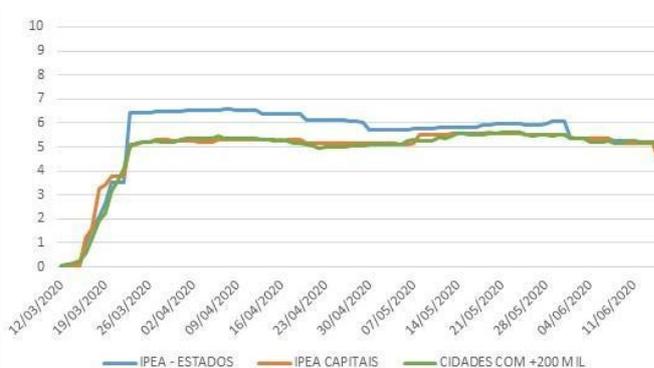
O dia 11 de março, data em que a OMS declarou o novo coronavírus como uma pandemia<sup>10</sup>, foi o marco inicial da adoção de medidas de distanciamento social por estados e municípios. O Distrito Federal foi o primeiro a adotar medidas restritivas. Em onze estados as primeiras medidas foram adotadas antes do primeiro caso de contaminação.<sup>11</sup> As primeiras capitais a adotarem medidas de restrição foram Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis, Recife e Vitória, que editaram suas primeiras legislações em 13 de março.<sup>12</sup>

Entre as cidades médias analisadas, as primeiras a adotarem medidas legais de distanciamento social o fizeram já no segundo dia após a declaração da pandemia: Itabuna, Feira de Santana e Juazeiro (na Bahia) e Duque de Caxias (no Rio de Janeiro). No oitavo dia desde a manifestação da OMS, todas as 49 cidades médias já haviam decretado algum tipo de restrição. As localidades derradeiras foram Serra (ES), Marabá e Paraopebas (PA).

Conforme se observa no gráfico 1, estados, capitais e cidades médias passaram a implementar continuamente medidas legais de distanciamento social em período quase coincidente, compreendido entre os dias 12 e 23 de março. Daí em diante, adquirem trajetória praticamente estável, com pequenas oscilações. A primeira queda no índice dos estados ocorre na segunda semana de abril, seguida por uma nova queda ao final da terceira semana e ao final do mês. O índice dos estados se estabiliza ao longo de maio e volta a cair no início de junho, enquanto o índice das capitais demonstrou mais estabilidade no mesmo período. Em média, as medidas tornaram-se mais rigorosas no

início de maio e apenas em junho observa-se queda no nível de restrição das medidas adotadas nas capitais. Estas oscilações foram menores no caso das 49 cidades médias estudadas, cuja dinâmica parece se assemelhar mais às capitais do que aos estados. O gráfico permite verificar que os estados foram os primeiros a relaxar as medidas e que esta flexibilização não se reproduziu imediatamente nos municípios. Na verdade, durante o período, foi possível observar para as capitais e cidades médias um movimento mais errático no qual uma flexibilização é seguida por endurecimento das medidas e, posteriormente, por novo relaxamento.

**Gráfico 1 - Índice de medidas legais de distanciamento social (Março-Junho de 2020)**



Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos de Moraes, 2020 e Nepol

As médias de estados, capitais e cidades médias oferecem uma visão geral do movimento dos governos subnacionais no que se refere ao distanciamento social. Mas elas escondem importantes variações entre as localidades e entre as diferentes dimensões do índice. Segundo o levantamento de Moraes (2020), estados e capitais primeiro decretaram medidas voltadas para suspensão das aulas e eventos com aglomerações. Comércio e indústria vieram na semana seguinte. De modo geral, as cidades médias analisadas repetem esse padrão, porém com menor grau de restrição. No caso do funcionamento dos restaurantes, a velocidade de implementação e a intensidade das medidas são semelhantes. Essas informações são apresentadas nos gráficos 2 a 7 que mostram os índices desagregados por dimensão para estados, municípios e cidades médias.

10 Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 17 dez. 2020.

11 Acre, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rondônia e Tocantins. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2020/05/10/Como-os-governos-estaduais-lidam-com-a-pandemia>. Acesso em: 17 dez. 2020.

12 Disponível em: <https://nepolufj.wordpress.com/os-governos-municipais-frente-ao-coronavirus/>. Acesso em: 17 dez. 2020.

A Tabela 1 (Anexo) apresenta a frequência simples do número de dias sob medidas legais de distanciamento social restritas, parciais, ou na ausência delas, para estados, capitais e cidades médias.

O gráfico 2 mostra que as cidades médias analisadas adotaram medidas legais sensivelmente menos restritivas que as capitais quanto à realização de eventos. O descolamento do índice das cidades médias para a variável eventos também chama a atenção. De fato, a frequência de dias sob restrição absoluta é muito menor entre esses municípios do que entre governos estaduais e capitais.

De maneira geral, grandes eventos foram suspensos em todo país, porém, o comportamento para as demais categorias não foi análogo. Esse foi o caso especialmente no âmbito das atividades religiosas, com restrições menores e, em alguns casos, nenhuma restrição. Ademais, pode ter pesado o fato de ter sido bastante comum entre as cidades médias a adoção de um limite máximo de pessoas para a realização de eventos, o que inevitavelmente reduziu a pontuação do índice, já que tais situações são exemplos de suspensão parcial, valorados com peso 1. Esse é o caso de Ananindeua (PA) que, ao menos inicialmente, restringiu apenas eventos com mais de 500 pessoas; Contagem (MG), Uberlândia (MG), Caruaru (PE) e Maringá (PR) agiram de modo semelhante.

**Gráfico 2- Variável de distanciamento: Eventos**

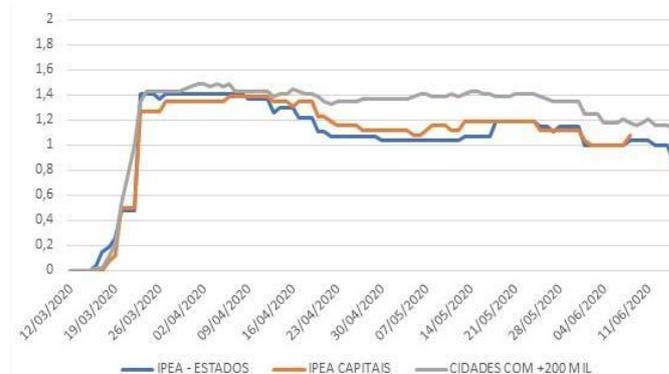


Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos de Moraes, 2020 e Nepol

O gráfico 3 aborda a suspensão das atividades de bares, restaurantes e similares, para estados, capitais e cidades médias. Nota-se que inicialmente os estados editaram as normas mais restritivas. No geral, as cidades médias editaram medidas ligeiramente mais restritivas

que as de capitais e estados. Enquanto estas registram leve relaxamento a partir de meados de abril, os 49 municípios sustentam sua média por um período mais longo de tempo com menores oscilações.

**Gráfico 3- Variável de distanciamento: Restaurantes**



Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos de Moraes, 2020 e Nepol

Em relação às atividades comerciais (gráfico 4), não havendo, *a priori*, critério para definir de forma inequívoca quais serviços deveriam ser considerados essenciais, sua definição variou substancialmente entre os municípios. Alguns deles incluíram desde o início, por exemplo, serviços de construção civil, empresas relacionadas a agronegócio e escritórios de profissionais liberais como serviços essenciais, enquanto outras não. Para além dessa variação, tem-se a própria modificação ao longo do tempo em relação ao que seria considerado essencial para um mesmo município. Em Camaçari (ES), por exemplo, no decreto 7.315, de 20 de março, excepcionaram-se das restrições impostas ao setor de serviços 16 atividades, dentre as quais a assistência médica e hospitalar, comercialização de medicamentos, de gêneros alimentícios e de higiene. Em 29 de abril, quando editado o decreto 7.340, o rol já havia se ampliado para 22 atividades, incluindo-se, dentre outras, óticas e o serviço de “profissionais liberais que exerçam atividades intelectuais”. Convém sinalizar que 37 cidades chegaram a, em algum momento, impor restrição máxima ao comércio, relaxando entre abril e maio. O gráfico 4 mostra que embora estados, capitais e cidades médias tenham mantido trajetória similar no primeiro momento, com cidades médias apresentando pontuação ligeiramente acima dos demais, essa tendência se acentua em 13 de abril, com estados e capitais partindo para flexibilização

enquanto cidades médias mantiveram o rigor até, pelo menos, o fim de maio.

**Gráfico 4 - Variável de distanciamento: Comércio**



Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos de Moraes, 2020 e Nepol

Por sua vez, no caso dos estabelecimentos industriais (gráfico 5), embora as cidades médias tenham editado medidas mais restritivas que estados e capitais, a média dos três grupos foi sensivelmente baixa em comparação com as outras dimensões. Isso pode ter ocorrido devido a dois fatores: em primeiro lugar, como ocorreu com a variável 3, grande parte dos setores industriais foi incorporada no rol das atividades essenciais. Por outro lado, é mais difícil adaptar o funcionamento do setor industrial, essencialmente de produção, ao trabalho de tipo remoto, dispensando a presença física dos trabalhadores no local de trabalho. As normas das capitais foram as menos rígidas até o início de maio. A partir de então elas passam a se assemelhar às normas estaduais com uma tendência de queda a partir do final de maio. Em todo o período as cidades médias apresentaram as normas mais rígidas, apesar de terem sido poucas as que aplicaram em algum momento restrição completa às atividades industriais, à exceção das essenciais. Dessas destacam-se: Caucaia (CE), Sobral (CE), Duque de Caxias (RJ), Londrina (PR), Campina Grande (PB) e Aparecida de Goiânia (GO).

**Gráfico 5 - Variável de distanciamento: Indústria**



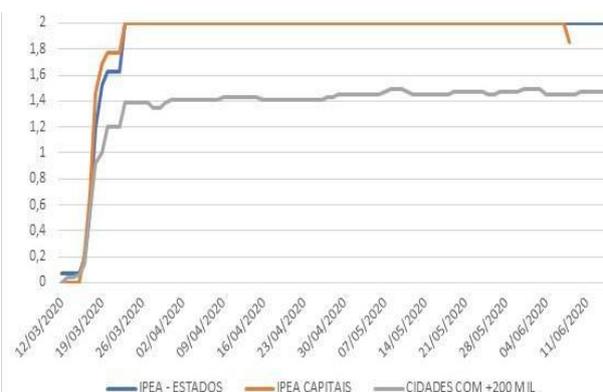
Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos de Mo-

raes, 2020 e Nepol

A variável relativa à suspensão das aulas escolares, gráfico 6, é particularmente emblemática. Os governos dos estados e das capitais mantiveram restrição absoluta durante quase todo o período, única medida de análise em que esse fenômeno ocorre. Por sua vez, as cidades com mais de 200 mil habitantes adotaram, em média, medidas menos restritivas, oscilando na faixa de 1,4 pontos. Não se trata de um fenômeno unívoco. Diversos desses municípios editaram decretos suspendendo totalmente suas escolas entre março e junho (como foi o caso de Camaçari (ES), Luziânia (GO), Campinas (SP) e Marabá (PA)). Contudo, a maioria dessas localidades adotou ações intermediárias, como medidas de suspensão das aulas apenas na rede pública de ensino (São Bernardo do Campo (SP), Contagem (MG), Cascavel (PR)). Outras se limitaram a “recomendar” a suspensão ou a adoção de medidas sanitárias para os estabelecimentos de ensino da rede particular (Guarulhos (SP), Juiz de Fora (MG), São José dos Pinhais (PR)), sinalizando, talvez, uma baixa disposição para ingerência no setor privado. Em vários casos, os decretos não eram claros a respeito das regras a serem observadas pelo setor privado.

Interessante o caso de Olinda (PE), por revelar um aspecto relevante da aplicação do índice. A prefeitura olindense foi a única dentre as analisadas que não renovou a suspensão das atividades escolares (Decreto nº 30, de 16 de março de 2020). Isso fez com que a pontuação do município no índice sofresse uma redução. Na prática, contudo, as aulas continuaram suspensas, respeitando as proibições aplicadas pelo estado. A existência de norma estadual somada a uma maior dificuldade ou disposição para interferir com a dinâmica do setor privado nas cidades médias podem explicar porque, no geral, a pontuação do índice das últimas divergiu das adotadas por capitais e estados.

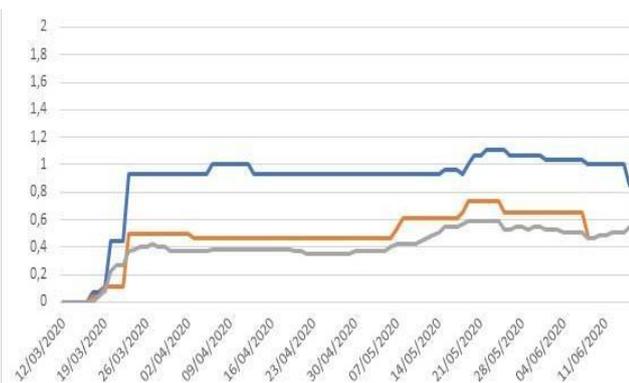
**Gráfico 6 - Variável de distanciamento: Aulas**



Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos de Moraes, 2020 e Nepol

Em relação às medidas sobre o transporte de passageiros (gráfico 7), vale destacar que as mais comuns foram a higienização da frota (não abarcada pelo índice), a redução de frota (para a qual atribui-se nota zero, já que se entende que proporciona aglomeração de pessoas) e a limitação de passageiros. Cidades como Guarulhos (SP) e Ponta Grossa (PR) optaram por reduzir o número de coletivos urbanos em circulação a fim de incentivar o isolamento social. Marabá (PA) e Contagem (MG), por sua vez, limitaram a lotação somente a passageiros sentados. A redução da frota em circulação e/ou sua redução de horário de funcionamento é um dos fatores que auxilia a explicar o desempenho das cidades médias nessa variável em relação à maior pontuação dos estados. Combinado a isso, a atuação inicial mais dura de estados nos transportes intermunicipais (ao menos entre março e abril) pode ter levado administradores locais de cidades médias a considerar que essas eram medidas suficientes para a não disseminação do vírus. Estados foram visivelmente mais rígidos na variável transportes do que capitais e cidades médias. Interessante destacar que essa foi a única variável em que as normas de estados e capitais tornaram-se mais rígidas em maio do que eram no início da série.

**Gráfico 7 - Variável de distanciamento: Transporte**



Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos de Moraes, 2020 e Nepol

Ao cabo, é conveniente especular sobre se a aplicação de uma medida legal em uma dimensão impacta a atividade social coberta por outra. A restrição ao transporte público influenciaria, provavelmente, o funcionamento do comércio, restaurantes, bares,

até mesmo das indústrias, uma vez que dificultaria a locomoção de pessoas para o trabalho. Os gráficos 2 a 7 revelam que a implementação dessas medidas de restrição ocorreu de forma coincidente, ainda que com menor radicalidade em se tratando da movimentação urbana.

### 3.4 As medidas legais de distanciamento nas cidades médias e sua relação com a política praticada pelos estados

Pela própria divisão de competências entre os entes federados e devido ao maior volume de recursos à disposição dos estados, os governadores despontaram como lideranças importantes na implementação de medidas de distanciamento social. Mas a forma como essa liderança ocorreu e o relacionamento estabelecido com os prefeitos variou no tempo e no espaço. A convergência de ações – no que se refere ao timing, tipo e abrangência – entre estados, capitais e cidades médias, sugere a existência de algum tipo de coordenação entre os níveis. Contudo, na maior parte dos casos vimos iniciativas pouco institucionalizadas na forma de reuniões e processos conjuntos de tomada de decisão entre governadores e prefeitos de capitais e dos maiores municípios (MORAES, 2020). Isso parece ter ocorrido entre o governador do estado e o prefeito de São Paulo e também em Pernambuco entre o governador e o prefeito de Recife. Nos dois casos, os governantes eram dos mesmos partidos o que pode ter facilitado os esforços de coordenação. Em outros casos foi possível observar uma ação coordenada entre municípios de diferentes estados e administrados por prefeitos de partidos diferentes. Foi o caso de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), localizadas no sertão nordestino e distantes 800 metros, separadas apenas pela ponte Presidente Dutra que atravessa o Rio São Francisco. A proximidade entre as cidades motivou os prefeitos a firmarem uma parceria para o enfrentamento da crise (ALMEIDA e VISCARRA, 2020). Caso similar ocorreu entre os municípios de Teresina (PI) e Timon (MA) que contou com uma ação coordenada dos prefeitos devido à proximidade entre as cidades e o fluxo intenso entre as mesmas (SANDES-FREITAS, 2020). O esforço de coordenação mais institucionalizado se expressou na criação do Comitê Científico de Combate ao Coronavírus, instituído pelo Consórcio do Nordeste,

formado pelos governos estaduais da região (MORAES, 2020).

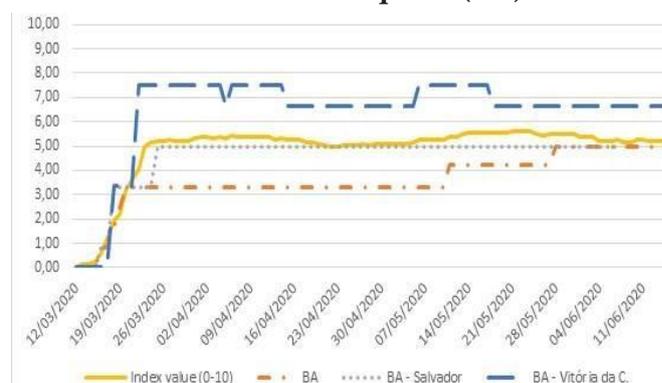
Moraes (2020) propôs uma tipologia para classificar a relação dos governos estaduais com os demais municípios, especialmente com capitais, cidades médias e áreas mais atingidas pela pandemia. Identificou-se quatro padrões de relacionamento: [1] assertiva, quando o protagonismo dos estados deixou pouco espaço de ação para os municípios; [2] articulada, quando ambas as esferas de governo tomaram decisões conjuntamente, dividindo atribuições ou adotando políticas semelhantes; [3] isenta, quando o estado delegou aos municípios a decisão de implementar as medidas que julgasse convenientes; e [4] impeditivas, quando os governos estaduais buscaram limitar o poder dos prefeitos em adotar medidas rigorosas.

As 49 cidades médias analisadas neste trabalho estão distribuídas entre estados das três primeiras categorias de classificação. Na verdade, Moraes (2020) não identificou nenhum estado com característica impeditiva em sua relação com as capitais. Entre os estados presentes em nossa análise identificados com uma postura articuladora encontram-se Pernambuco, Ceará, São Paulo, Espírito Santo e Paraná. Bahia e Rio de Janeiro mantiveram postura isenta durante todo período analisado. Ocorreram situações, todavia, nas quais estados adotaram determinada postura por um certo momento e modificaram seu comportamento a partir de certo ponto. Foram os casos do Pará, que atuou de forma assertiva até abril e a partir de maio, articuladora; Goiás, que se comportou assertivamente até meados de abril e de forma isenta a partir de então; Paraíba, que adotava postura isenta até meados de maio, quando passou a adotar um comportamento assertivo. Minas Gerais, por sua vez, foi o estado que até o fim de abril não se encaixava em nenhuma das categorias desenvolvidas por Moraes (2020), todavia, assume a partir de maio uma postura isenta.

De modo geral, a análise individual das 49 cidades médias estudadas tendeu a reforçar a classificação proposta por Moraes (2020). Os gráficos com as curvas dos índices de distanciamento social dos municípios e estados repetem o padrão de comportamento sugerido

pelo autor nas notas técnicas do Ipea. Foi o caso, por exemplo, de Vitória da Conquista, na Bahia. Trata-se de um governo estadual que preferiu se relacionar com as prefeituras de modo isento, o que exigiu dessa cidade medidas legais mais rigorosas, como mostra o gráfico 8.

**Gráfico 8 – Índice de distanciamento social em Vitória da Conquista (BA)**



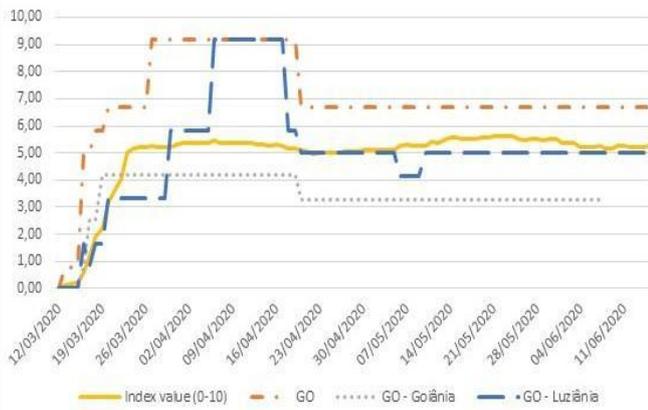
Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos de Moraes, 2020 e Nepal

O governo estadual baiano adotou como padrão medidas legais pouco rigorosas, com aumento do rigor em meados de maio, resultado de medidas específicas para regiões com aprofundamento da crise. Ainda assim, esse valor permaneceu inferior ao de Vitória da Conquista durante quase todo o período, mesmo em seu ápice. Nas demais cidades médias baianas, o fenômeno é o mesmo<sup>13</sup>.

Localizar-se em um estado cujo governo preferiu agir de modo isento não levou, contudo, a que prefeituras se vissem obrigadas a impor medidas de distanciamento social mais rigorosas. Foi o caso goiano, em que quatro das cinco cidades analisadas possuem índices que praticamente reproduzem as oscilações do índice estadual, divergindo apenas entre 6 e 9 de maio. Goiás se diferencia da Bahia por ter adotado legislações mais restritivas, de modo a que seu índice de restrição das medidas foi superior ao de seus municípios. Essas informações estão sintetizadas no gráfico 9, com detalhes sobre o município de Luziânia.

**Gráfico 9 – Índice de distanciamento social em Luziânia (GO)**

13 Para mais detalhes sobre as medidas legais em Vitória da Conquista, ver Souza (2020). Disponível em: <https://nepolufj.worpress.com/2020/06/06/a-covid-19-e-a-governanca-de-crise-em-vitoria-da-conquista-ba/>. Acesso em: 17 dez. 2020



Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos de Moraes, 2020 e Nepol

Goiás e Bahia divergiram, inicialmente, quanto ao grau de rigidez das medidas legais adotadas. Apesar de ambos os estados terem adotado como postura conferir liberdade para que os municípios tomassem as decisões cabíveis para ensejar o distanciamento social, cada um assumiu forma diversa de enfrentar a pandemia, os goianos com mais rigor que os baianos, notável em particular na variável “restaurantes”.

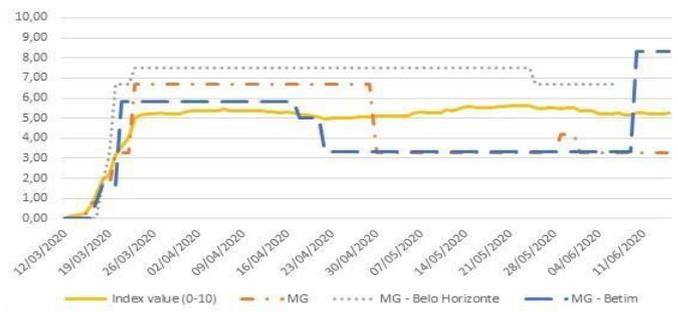
Desse modo, os municípios goianos possuíram menor margem de manobra para agir em comparação ao caso baiano. Fato que não impediu que Luziânia ampliasse o rigor das medidas legais de distanciamento social entre 30 de março e 17 de abril, enrijecendo as proibições, em particular quanto ao funcionamento de restaurantes e estabelecimentos industriais.

Minas Gerais foi o caso mais emblemático entre os estados que adotaram posturas de isenção. Isso deriva da política local de enfrentamento, o programa “Minas Consciente”, decretado em 30 de abril pelo governador Romeu Zema, e que estabelece parâmetros para a retomada das atividades econômicas, desse modo implicando a flexibilização das medidas legais de distanciamento social. Como mencionado anteriormente, antes de propor formalmente esse programa, Minas Gerais não se enquadrava em nenhuma categoria de classificação adotada por Moraes (2020).

Durante o período analisado, muito em razão de ser o “Minas Consciente” de adesão voluntária, manteve-se a postura isenta do estado frente aos municípios. Dos quatro municípios analisados, apenas Juiz de

Fora havia formalmente aderido ao programa. Não é de se estranhar que a entrada em vigor do programa, em 1º de maio, tenha produzido impactos mínimos no índice. Contagem flexibilizou suas medidas legais somente após o fim da vigência das mesmas; enquanto Betim (gráfico 10) sustentou inalterada sua pontuação entre 22 de abril e 10 de junho. Com efeito, o Decreto Municipal nº 42.082, de 17/04/2020, previu o retorno de várias atividades comerciais na cidade a partir do dia 22 de abril, incluindo academias de ginástica, bares e restaurantes, o que reduziu o índice nas variáveis de 1 a 3 até o dia 10 de junho<sup>14</sup>. A partir de então, passou a vigir o Decreto Municipal nº 42.144, de 06/06/2020, bem mais rigoroso, que restringiu novamente todas essas atividades, mantendo apenas as consideradas essenciais, e acarretou o enrijecimento de todas as seis variáveis analisadas<sup>15</sup>. Por seu turno, Uberlândia também manteve sua política inalterada. Juiz de Fora, por sua vez, embora tenha aderido ao Minas Consciente a partir da segunda quinzena de maio, não sofreu modificações em sua pontuação, uma vez que as medidas então vigentes eram correspondentes à “onda” de mesmo nível de restrição.

**Gráfico 10 – Índice de distanciamento social em Betim (MG)**



Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos de Moraes, 2020 e Nepol

A diversidade de modos de enfrentamento à pandemia, na forma de medidas legais de distanciamento social, também é notada quando observados estados que adotaram o outro padrão de relacionamento com os municípios, o de articulação. Tome-se o caso cearense. O governo estadual se notabiliza por ser um dos que adotou medidas legais mais rígidas, sustentando o valor máximo do índice de distanciamento social entre 23 de

14 Para mais detalhes sobre Betim, ver Paiva e Rodrigues (2020). Disponível em: <https://nepolufj.wordpress.com/2020/05/27/o-enfrentamento-da-pandemia-em-betim-mg/>. Acesso em: 17 dez. 2020.

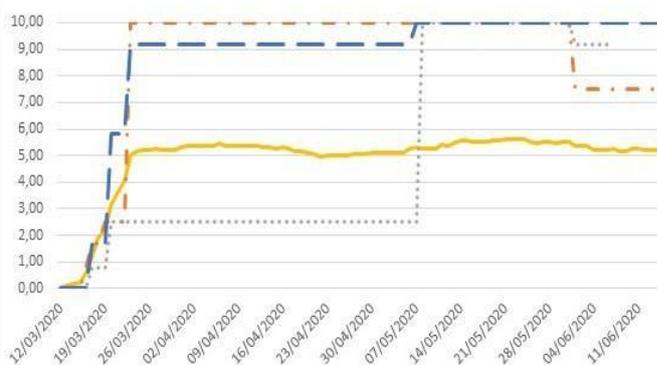
15 Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/06/10/interna\\_gerais,1155567/coronavirus-betim-recua-e-fecha-o-comercio-nesta-quarta-feira.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/06/10/interna_gerais,1155567/coronavirus-betim-recua-e-fecha-o-comercio-nesta-quarta-feira.shtml). Acesso em: 17 dez. 2020

março e 30 de maio. Esse fato não representou óbice para que as prefeituras locais adotassem diferentes posturas frente à pandemia – diferenças que, por sua vez, não implicam quebra da articulação sugerida.

De um lado, em Caucaia e Juazeiro do Norte, os índices de medidas de distanciamento social permaneceram sempre abaixo do estadual, atingindo seu ápice apenas quando o governo cearense começou a flexibilizar suas medidas. O próprio decreto a partir do qual elevou-se o índice atribuído a Juazeiro do Norte, qual seja, o 525, editado em 12 de maio, traz como sua razão de ser a baixa adesão às normativas estaduais, tendo, pois, sido o município instado a intensificá-las. Maracanaú, por sua vez, sustentando números baixos em todo o período, procedeu de forma semelhante: da adequação pontual do isolamento estadual, instituiu, por meio do decreto 3.989, de 31 de maio, uma “política de isolamento social rígido”. O ponto de inflexão, a partir do qual assumiu a prefeitura maior protagonismo, não foi, entretanto, captado quantitativamente, já que incide, sobretudo, sobre a circulação de pessoas. Observou-se que as cidades médias estiveram alinhadas com Fortaleza. A capital do estado esteve em sinergia com o esforço do governo estadual, utilizando essa coordenação para dispensar atitudes mais enérgicas<sup>16</sup>. Permaneceu assim em parcela significativa do período, até que o aumento do número de contaminados levou ao decreto de *lockdown*<sup>17</sup>.

Sobral serve de antítese dessas cidades. Ao contrário dos demais casos cearenses, a prefeitura local adotou medidas significativamente rígidas desde o início da pandemia, de modo a que seu índice particular estivesse próximo ao do governo estadual, destoando dos demais municípios cearenses, da capital do estado e, note-se, do índice referente às 49 cidades médias em análise. Tais informações estão disponíveis no gráfico 11.

### Gráfico 11 – Índice de distanciamento social em Sobral (CE)



Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos de Moraes, 2020 e Nepol

As diferenças na pontuação do índice, contudo, não devem ser interpretadas necessariamente como uma quebra na política de articulação entre estado e município. Cabe lembrar que Sobral é o berço político dos Ferreira Gomes, família que mais uma vez administra a prefeitura e é aliada do governador Camilo Santana (PT).<sup>18</sup>

Como já afirmado o estado do Pará, entre abril e maio, deixou de se comportar assertivamente para assumir uma postura articulada. Diferentemente do caso mineiro, a introdução de um novo procedimento trouxe reflexos no índice. Em todos os cinco municípios paraenses analisados, a flexibilização das medidas legais de distanciamento social pelo governo estadual ocorreu em momento próximo de um enrijecimento pelo governo municipal. Tal fato parece ter se dado em razão de uma política estadual específica para alguns municípios, entre eles os de porte médio aqui analisados (Ananindeua, Castanhal, Parauapebas, Marabá e Santarém), além da capital Belém. Isso porque o Decreto Estadual nº 729, de 05/05/2020, decretou *lockdown* em todas essas localidades, que acabaram tendo, portanto, tratamento diferenciado em relação ao restante do estado. Interessante, nesse caso, é o fato de o decreto ter sido assinado conjuntamente pelo governador e pelos prefeitos, reforçando a nova postura de articulação adotada entre os entes<sup>19</sup>.

16 Ver Cunha Filho, 2020. Disponível em: <https://nepoluff.wordpress.com/2020/04/10/fortaleza-e-covid-19-sinergia-estadual-atrito-federal-e-avanco-da-pandemia/>. Acesso em: 17 dez. 2020.

17 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/fortaleza-esta-em-lockdown-a-partir-desta-6a-feira/> Acesso em: 17 dez. 2020

18 Para mais detalhes, ver Mello e Aguiar (2020). Disponível em: <https://nepoluff.wordpress.com/?p=1433>. Acesso em: 17 dez. 2020

19 Nesse ponto, cabe esclarecer que, embora classificado como “estadual”, a assinatura conjunta com os prefeitos e as respectivas publicações nos diários oficiais municipais criaram uma situação *sui generis* para esse decreto, com autoridades de diferentes níveis emanando uma mesma norma. Para os fins da pesquisa, então, considerou-se que o decreto também se tratou de uma norma municipal.

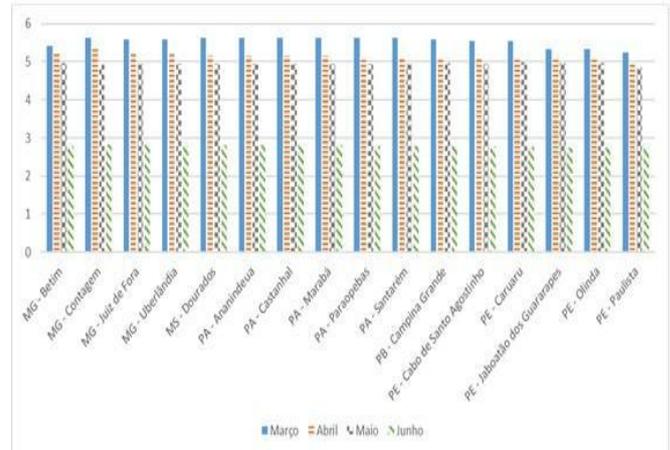
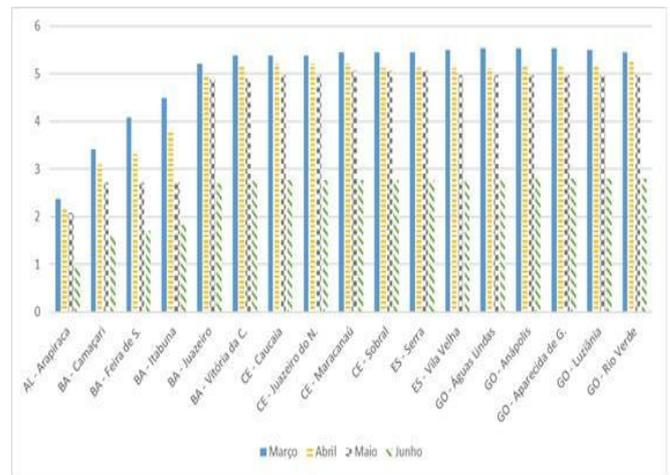
**Gráfico 12 – Índice de Distanciamento Social em Ananindeua (PA)**



Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos de Moraes, 2020 e Nepol

De modo geral, a ampla maioria das cidades médias reagiu imediatamente à declaração da pandemia do coronavírus, acompanhando a postura adotada por governos estaduais e de capitais. A maior parte desses municípios declarou situação de emergência ainda em março. Em diversos casos, tal postura foi acompanhada da publicação do decreto de situação de calamidade pública nos dias seguintes. Após esse momento, a postura dessas prefeituras deixa de seguir uma forma clara e unívoca. Um único padrão foi encontrado em todos esses municípios: o do relaxamento das medidas legais de distanciamento social, notado a partir da média mensal de seus respectivos índices. Como o gráfico 13 apresenta, para a ampla maioria das cidades médias analisadas, o mês de março é aquele cujas ações apontam para um maior nível de rigidez. Isso não se repete apenas no caso das prefeituras localizadas no estado do Rio de Janeiro e São Paulo, além das localidades paranaenses de Ponta Grossa e São José dos Pinhais. Nesses casos, o ápice do enrijecimento é abril. Daí em diante, contudo, a flexibilização é nota comum, ocorrendo de modo significativamente intenso em junho.

**Gráfico 13 – Variações mensais do índice de distanciamento social, por cidade**



Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos de Moraes, 2020 e Nepol

#### 4. Considerações finais

Governos estaduais, capitais de estado e cidades médias tiveram de assumir para si o desafio de implementar e coordenar ações com vistas ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. Para tanto, o recurso a medidas legais de distanciamento social se convencionou como uma das ferramentas não farmacológicas mais relevantes e de implementação mais prática. Vários estudiosos já tinham registrado a ampla mobilização desses recursos por governos e capitais estaduais. Neste trabalho, apuramos que o mesmo ocorre no caso de 49 cidades médias brasileiras.

A resposta que essas apresentaram ao desafio de enfrentar a pandemia também se deu na forma do distanciamento social, por meio de medidas legais que, em média, repetem o nível de endurecimento notado nas capitais durante o período analisado. A forma da implementação dessas medidas, contudo, não foi a mesma. Frente a estados e capitais, as cidades médias foram menos rígidas na restrição a eventos diversos e no transporte público. Por outro lado, assumiram postura mais rígida quanto ao funcionamento de estabelecimentos comerciais e industriais.

No entanto, há congruência quanto ao relaxamento dessas medidas no decorrer do tempo. As cidades médias repetem fenômeno já notado nos estudos conduzidos pelo Ipea e nas análises publicadas pelo Nepol, asseverando uma contínua flexibilização do distanciamento social no decorrer dos meses de abril, maio e, especialmente, junho. De outra forma, a análise dos índices individuais de distanciamento social, para cada uma das cidades médias estudadas, lança luzes sobre a tipologia proposta, no que tange ao relacionamento e à coordenação ou não de ações entre estados e municípios. Ao cabo, variam as formas como tais prefeituras intervêm, seja em estados que optaram por ações articuladas, seja em estados que deram liberdade de iniciativa aos prefeitos.

Alguns pontos merecem ser considerados quanto ao índice, sua aplicação e alguns comportamentos dos atores analisados que interferem sobre o mesmo. A iniciativa de Moraes (2020) e sua equipe em desenvolver o índice de medidas legais de distanciamento social em um período tão curto e conturbado de tempo foi admirável, proporcionando alguma forma de orientação para a análise do comportamento de atores-chave na esfera política que, em virtude da posição do governo federal, foram instados a tomar frente da situação. Entretanto, acreditamos que alguns ajustes poderiam dar mais robustez ao índice. O primeiro deles refere-se à escala do índice que, a nosso ver, necessitaria de, ao menos, 5 pontos ao invés de 3. Isso porque as medidas legais foram, em geral, sendo editadas com intervalos pequenos, entre 15 a 20 dias, muitas vezes com modificações incrementais cuja apreensão foi difícil de realizar a partir do índice com três pontos na escala. A dificuldade de captar de forma mais refinada essas mudanças pode gerar uma falsa impressão de estabilidade, quando, de fato, mudanças ocorreram a todo momento.

Essa questão tem implicações maiores para certas variáveis como as dos estabelecimentos comerciais (v3) e das atividades industriais (v4). Por comportarem uma categoria muito diversa de atividades em torno das quais, desde o início, houve muita disputa, essas dimensões poderiam ter sido melhor apreendidas com uma escala que admitisse mais gradação. Outras dimensões, como a relativa à suspensão das aulas (v5) e à restrição nos transportes (v6) puderam ser retratadas de forma mais adequada, pois envolviam categorias menos heterogêneas.

Outro ponto a ser considerado diz respeito especialmente à dimensão 1, que congrega a suspensão de eventos e atividades culturais, esportivas ou religiosas. No período analisado, com raras exceções, eventos e atividades culturais e esportivas foram suspensas em todo país – sobretudo eventos que congregam um número expressivo de participantes, como shows e partidas de futebol. O mesmo não pode ser dito em relação às atividades religiosas que receberam um tratamento sensivelmente mais permissivo do que as demais áreas cobertas nessa dimensão. O tratamento conjunto dos dois tipos de atividades em uma única dimensão dificultou apreender essas diferenças e nuances. Sugere-se, portanto, que as atividades religiosas constituam uma dimensão separada, ainda mais porque elas foram mais objeto de disputa do que os demais tipos de eventos.

Um último apontamento diz respeito não ao índice em particular, mas ao comportamento dos atores institucionais centro dessa análise. Durante a pandemia de Covid-19, não apenas atores políticos como pesquisadores de todas as áreas empreenderam grandes esforços a fim de produzir conhecimento para subsidiar os tomadores de decisão no gerenciamento da emergência. O desenvolvimento de parâmetros de mensuração de transparência, condições do sistema de saúde, atuação política, isolamento, comportamento humano e institucional, foram apenas alguns dos exemplos de frentes empreendidas por cientistas naquele momento. Muitos desses parâmetros, por sua vez, foram utilizados como formas de mostrar ao público se as autoridades responsáveis estavam tomando as medidas cabíveis em determinada situação. Isso gerou um movimento por parte de muitos administradores públicos no sentido de operacionalizar politicamente tais parâmetros, distorcendo suas finalidades e esvaziando-as de sentido. Esse foi o caso,

por exemplo, das noções de “atividades essenciais” e *lockdown*, elasticamente interpretadas, como abordadas ao longo do artigo, o que muitas vezes afetou as tentativas de oferecer uma visão ordenada de uma situação tão difícil. Longe de ser uma crítica a esse esforço de apreensão da realidade, buscamos, mais uma vez, destacar a complexidade e os desafios – por vezes não antecipados – envolvidos na construção do conhecimento científico em contextos extraordinários como o da pandemia de Covid-19.

### Referências Bibliográficas

- ABRUCIO, F. L.; GRIN, E. J.; FRANZESE, C.; SEGATTO, C. I.; COUTO, C. G. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 663-677, jul./ago. 2020.
- ALMEIDA, H. N.; VISCARRA, S. Sertão nordestino no combate à Covid-19: Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). **Núcleo de Estudos sobre Política Local**, Juiz de Fora, 13 abr. 2020. Disponível em: <<https://nepolufff.wordpress.com/2020/04/13/sertao-nordestino-no-combate-a-covid-19-juazeiro-ba-e-petrolina-pe/>>. Acesso em: 12 jul. 2020.
- BARBERIA, L.; CANTARELLI, L.; CLARO, M.; MOREIRA, N.; PEREIRA, F.; ROSA, I.; SCHMALZ, P.; ZAMUDIO, M. As políticas de distanciamento social nos estados brasileiros e a adesão à quarentena. **Rede de Pesquisa Solidária**, São Paulo, 2020a. Disponível em: <<https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2020/05/politicas-de-distanciamento-social-e-adesao-11-de-maio-de-2020.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- BARBERIA, L.; CANTARELLI, L.; CLARO, M.; MOREIRA, N.; PEREIRA, F.; ROSA, I.; SCHMALZ, P.; ZAMUDIO, M. Confronting the COVID-19 Pandemic: Brazilian Federal and Subnational-Government Responses. **Technical Report on Social Distancing Stringency**, São Paulo, 2020b. Disponível em: <<https://osf.io/wd4et/>>. Acesso em: 05 mai. 2020.
- FERNANDEZ, M.; FERNANDES, L. M. M. Atenção Primária à Saúde no contexto municipal brasileiro e a crise da Covid-19. **Núcleo de Estudos sobre Política Local**, Juiz de Fora, 8 set. 2020. Disponível em: <<https://nepolufff.wordpress.com/2020/09/08/atencao-primaria-a-saude-no-contexto-municipal-brasileiro-e-a-crise-da-covid-19/>>. Acesso em: 19 set. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE divulga as estimativas da população dos municípios para 2019. **Agência de notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 28 ago. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para-2019#:~:text=em%202019%2c%20pouco%20mais%20da,mais%20de%20100%20mil%20habitantes>>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- LISBOA, D. A. Duque de Caxias e Covid-19: enfrentamento e negociações. **Núcleo de Estudos sobre Política Local**, Juiz de Fora, 8 abr. 2020. Disponível em: <<https://nepolufff.wordpress.com/2020/04/08/duque-de-caxias-e-covid-19-enfrentamento-e-negociacoes/>>. Acesso em: 1 ago. 2020.
- MACHADO, J. A. A Covid-19 e o dilema do prisioneiro. **Núcleo de Estudos sobre Política Local**, Juiz de Fora, 30 jul. 2020. Disponível em: <<https://nepolufff.wordpress.com/2020/07/30/a-covid-19-e-o-dilema-do-prisioneiro/>>. Acesso em: 30 jul. 2020.
- MELLO, R. C.; AGUIAR, C. C. Enfrentando a pandemia no coração do Sertão Nordeste: Sobral (CE) e o combate ao Novo Coronavírus. **Núcleo de Estudos sobre Política Local**, Juiz de Fora, 10 jun. 2020. Disponível em: <<https://nepolufff.wordpress.com/?p=1433>>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- MORAES, R. F. Medidas Legais de Incentivo ao Distanciamento Social. **Notas técnicas nos 16, 18, 19, 20 e 22 da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte)**. Ipea, Brasília, 2020. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_alphacontent&section=20&Itemid=1](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&section=20&Itemid=1)>. Acesso em: 28 set. 2020.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico Especial nº 18**. Disponível em: <<http://antigo.saude.gov.br/images/>>

pdf/2020/June/18/Boletim-epidemiologico-COVID-2.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020

NUNES, M., AGUILLAR, A., LOTTA, G. e H. THAMI. Do Combate à Convivência: Respostas de Municípios à Pandemia de COVID-19. **Nota Técnica nº 15**. IEPS, São Paulo, 2020. Acesso em: 25 set. 2020.

PAIVA, D.; RODRIGUES, W. F. R. O enfrentamento da pandemia em Betim/MG. **Núcleo de Estudos sobre Política Local**, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <<https://nepolufjf.wordpress.com/2020/05/27/o-enfrentamento-da-pandemia-em-betim-mg/>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

PERES, U. D.; SANTOS, F. P. Rede de Pesquisa Solidária, **Nota Técnica nº 23**, 17 set. 2020. Disponível em: <[https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2020/09/boletimpps\\_23\\_17agosto.pdf](https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2020/09/boletimpps_23_17agosto.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2020.

PETHERICK, A; GOLDSZMIDT, R; KIRA, B; BARBERIA, L. As medidas governamentais adotadas em resposta ao COVID-19 no Brasil atendem aos critérios da OMS para flexibilização de restrições? **BSG Working Paper Series**. University of Oxford, Jun. 2020. Disponível em: <[http://fgvclear.org/site/wp-content/uploads/news-4\\_estudo-oxford\\_covid.pdf](http://fgvclear.org/site/wp-content/uploads/news-4_estudo-oxford_covid.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2020.

ROCHA, M.; ALMEIDA, P. E. G.; CORRÊA, I. Os governos municipais frente ao Coronavírus: um balanço provisório. Relatório Técnico. **Núcleo de Estudos sobre Política Local**, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: [https://nepolufjf.files.wordpress.com/2020/04/primeiro-relatc3b3rio-nepol-ufjf\\_28abril2020.pdf](https://nepolufjf.files.wordpress.com/2020/04/primeiro-relatc3b3rio-nepol-ufjf_28abril2020.pdf). Acesso em: 25 jul. 2020.

SANDES-FREITAS, V. E. V. Prefeitos definitivamente importam para a contenção de pandemias: o caso de Teresina-PI. **Núcleo de Estudos sobre Política Local**, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <<https://nepolufjf.wordpress.com/2020/04/06/prefeitos-definitivamente-importam-para-a-contencao-de-pandemias-o-caso-de-teresina-pi/>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

SCHAEFER, B. M.; RESENDE, R. C; EPITACIO, S.

S. F.; ALEIXO, M. T. Ações governamentais contra o novo coronavírus: evidências dos estados brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 5, p. 1429-1445, set./out. 2020.

SOUSA, T. C. M.; BARBERIA, L. Rede de Pesquisa Solidária, **Nota Técnica nº 20**, 14 ago. 2020. Disponível em: <[https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2020/08/boletimpps\\_20\\_14agosto.pdf](https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2020/08/boletimpps_20_14agosto.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2020.

SOUZA, C. A. A Covid-19 e a governança de crise em Vitória da Conquista (BA). **Núcleo de Estudos sobre Política Local**, Juiz de Fora, 6 jun. 2020. Disponível em: <<https://nepolufjf.wordpress.com/2020/06/06/a-covid-19-e-a-governanca-de-crise-em-vitoria-da-conquista-ba/>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

## ANEXO

Tabela 1 - Frequência simples do número de dias sob medidas legais de distanciamento social restritas, parciais, ou na ausência delas

	Eventos			Restaurantes			Comércio		
	Cid. Méd.	Capitais	Estados	Cid. Méd.	Capitais	Estados	Cid. Méd.	Capitais	Estados
<b>0</b>	8,7%	5,5%	3,9%	15,4%	34,7%	25,7%	16,1%	33,8%	27,0%
<b>1</b>	68,2%	37,3%	49,7%	33,2%	7,7%	21,9%	44,3%	24,8%	45,4%
<b>2</b>	23,1%	57,2%	46,4%	51,4%	57,5%	52,4%	39,6%	41,3%	27,5%
	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
	Indústria			Aulas			Transportes		
	Cid. Méd.	Capitais	Estados	Cid. Méd.	Capitais	Estados	Cid. Méd.	Capitais	Estados
<b>0</b>	71,9%	92,4%	88,7%	8,7%	6,9%	5,0%	65,9%	59,0%	30,8%
<b>1</b>	20,6%	1,8%	8,2%	48,6%	0,6%	0,7%	28,0%	33,5%	52,7%
<b>2</b>	7,5%	5,9%	3,1%	42,7%	92,5%	94,4%	6,1%	7,5%	16,5%
	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos de Moraes, 2020 e Nepol

Tabela 2 - Municípios da amostra

Cidade	Estado	População- Estimada 2020	IDHM -2017	Faixa do IDHM
Itabuna	BA	213685	0,712	Alto
Feira de Santana	BA	619609	0,712	Alto
Vitória da Conquista	BA	341128	0,678	Médio
Camaçari	BA	304302	0,697	Médio
Juazeiro	BA	218162	0,677	Médio
Caucaia	CE	365212	0,682	Médio
Juazeiro do Norte	CE	276264	0,694	Médio
Maracanau	CE	229458	0,686	Médio
Sobral	CE	210711	0,714	Alto
Jaboatão dos Guararapes	PE	706867	0,717	Alto
Olinda	PE	393115	0,735	Alto
Caruaru	PE	365278	0,677	Médio
Petrolina	PE	354317	0,697	Médio
Paulista	PE	334376	0,732	Alto
Cabo de Santo Agostinho	PE	208944	0,686	Médio
Ananindeua	PA	535547	0,718	Alto
Santarém	PA	306480	0,691	Médio
Marabá	PA	283542	0,668	Médio
Parauapebas	PA	213576	0,715	Alto
Castanhal	PA	203251	0,673	Médio
Uberlândia	MG	699097	0,789	Alto
Contagem	MG	668949	0,756	Alto
Juiz de Fora	MG	573285	0,778	Alto
Betim	MG	444784	0,749	Alto
Aparecida de Goiânia	GO	590146	0,718	Alto
Anápolis	GO	391772	0,737	Alto
Rio Verde	GO	241518	0,754	Alto
Águas Lindas de Goiás	GO	217698	0,686	Médio
Luziânia	GO	211508	0,701	Alto
Dourados	MS	225495	0,747	Alto
Arapiraca	AL	233047	0,649	Médio
Campina Grande	PB	411807	0,72	Alto
Londrina	PR	575377	0,778	Alto
Maringá	PR	430157	0,808	Muito Alto
Ponta Grossa	PR	355336	0,763	Alto
Cascavel	PR	332333	0,782	Alto
São José dos Pinhais	PR	329058	0,758	Alto
Foz do Iguaçu	PR	258248	0,751	Alto
Colombo	PR	246540	0,733	Alto
Guarulhos	SP	1392121	0,763	Alto
Campinas	SP	1213792	0,805	Muito Alto

São Bernardo do Campo	SP	844483	0,805	Muito Alto
São José dos Campos	SP	729737	0,807	Muito Alto
São Gonçalo	RJ	1091737	0,739	Alto
Duque de Caxias	RJ	924624	0,711	Alto
Nova Iguaçu	RJ	823302	0,713	Alto
Niterói	RJ	515317	0,837	Muito Alto
Serra	ES	527240	0,739	Alto
Vila Velha	ES	501325	0,8	Muito Alto

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do IBGE, 2019 e PNUD/Brasil, 2017.

# O enfrentamento espírita da pandemia do Covid-19 no Brasil

*André Ricardo de Souza<sup>1</sup>*

*Pedro Simões<sup>2</sup>*

## Resumo:

O artigo aborda o modo como os espíritas - que compõem o terceiro maior segmento religioso do país - têm enfrentado a pandemia da Covid-19. Para isso, foi feita uma comparação entre espíritas e não espíritas, sobremaneira os grupos religiosos majoritários dos católicos e evangélicos, abarcando respondentes de um questionário aplicado à distância. Os não espíritas serviram como um grupo de controle. Houve ainda coleta de informações junto a integrantes de três centros espíritas de São Paulo, observando-se, para efeito comparativo, o funcionamento de templos católicos e evangélicos próximos deles, além de levantamento de dados de noticiários e disponíveis em fontes confiáveis na internet. Práticas de fé e de solidariedade em relação a pessoas vulneráveis, no contexto pandêmico, foram analisadas, assim como determinadas controvérsias relacionadas ao posicionamento negacionista de indivíduos bastante conhecidos nesse segmento religioso.

**Palavras-chave:** pandemia; Covid-19; religião; espiritismo; negacionismo

## The Spiritist's coping with the Covid-19 pandemic in Brazil

### Abstract:

The article addresses the way how the Spiritists – the third major religious segment in the country – have faced the Covid-19 pandemic. Therefore, it was made a comparison between Spiritists and no-Spiritists, especially the major religious groups of Catholics and Evangelicals, approaching respondents of a questionnaire applied at a distance. The no-Spiritists was used as control group. There was, also, data collection from the participants of three Spiritist centers of São Paulo, observing, for comparative purpose, the functioning of Catholic and Gospel temples nearby them, in addition the data collection from the news and available from reliable sources on the internet. Practices of faith and solidarity in relation to vulnerable people, in the pandemic context, were analyzed, as well as some controversies related to the denial position of well-known individuals in this religious segment.

**Keywords:** Pandemic; Covid-19; religion; Spiritism; denialism

## La confrontación espírita de la pandemia Covid-19 en Brasil

### Abstracto:

El artículo analiza la forma en que los espíritas, que conforman el tercer segmento religioso más grande del país, se han enfrentado a la pandemia del Covid-19. Para ello, se realizó una comparación entre espíritas y no espiritistas, especialmente los grupos religiosos de católicos y evangélicos, cubriendo a los encuestados de un

<sup>1</sup> Doutor em sociologia pela USP e professor associado do Departamento de Sociologia da UFSCar.

<sup>2</sup> Doutor em sociologia pelo IUPERJ e professor titular do Departamento de Sociologia Política da UFSC.

cuestionario aplicado a distancia. Los no espiritistas sirvieron como grupo de control. También se recopiló información de miembros de tres centros espíritas en São Paulo, observando, a efectos comparativos, el funcionamiento de las iglesias católica y evangélica cercanas, así como recopilación de datos de noticias y disponibles de fuentes confiables en Internet. Se analizaron prácticas de fe y solidaridad en relación con personas vulnerables, en el contexto de la pandemia, así como ciertas controversias relacionadas con la posición de negación de personajes conocidos en este segmento religioso.

**Palabras llave:** pandemia; COVID-19; religión; espiritismo; negacionismo

### Introdução

O mundo vive uma fase histórica e marcante desde que, entre o final de 2019 e o início de 2020 foi noticiado o surgimento, na cidade chinesa de Wuhan do SARS-CoV-2, do vírus causador da doença Corona Vírus Disease - 2019, conhecida como Covid-19, que logo se espalhou da China para a Itália e outros países. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou se tratar de uma pandemia. A Covid-19 constitui uma doença que apresenta Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), gerando desde infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves.

Até o desenvolvimento, em dezembro de 2020, da vacina, o mundo empregou medidas de isolamento e distanciamento social. Com isso, governos de vários países executaram o início do que muitos chamam de quarentena, suspendendo atividades coletivas e escolares, circulação de algumas linhas de ônibus, fechamento de estabelecimentos comerciais e proibição de eventos que levam à aglomeração de pessoas. Em face dessa realidade, a população de inúmeras cidades do planeta teve que permanecer em isolamento domiciliar, saindo de casa só para realizar o que era muito necessário. Cabe dizer que até 8 de outubro de 2021, o Brasil registrou 600 mil mortes, o que corresponde a 12,7% do total de vítimas no planeta,

sendo que a população do país é apenas 2,5% do total mundial.

As consequências da Covid-19 vão bastante além das questões de saúde física, mesmo sendo elas as que recebem maior atenção. Deve-se pensar também nos impactos psicológicos que podem ser muito danosos. O medo de ser infectado pelo vírus provoca na população, em geral, sintomas de depressão, ansiedade e estresse, podendo levar também a casos de suicídio associado ao impacto emocional com o cenário pandêmico (SCHIMIDT; CREPALDI; BOLZE; NEIVA-SILVA; DEMENECH, 2020). O fato é que, neste cenário, a população mundial ainda está vivenciando diversos sentimentos, tais como: medo, solidão, insegurança e incertezas. A maior das preocupações pode ser a de que ninguém está totalmente isento de contaminação, até mesmo pessoas totalmente vacinadas. Em alguns países a vacinação já está avançada, diminuindo o efeito social e psicológico que a epidemia provoca, algo que não ocorre no Brasil. Com isso pergunta-se o que esse afastamento pode provocar? Difícil definir, neste momento, quais as sequelas físicas, sociais, psicológicas e econômicas a pandemia irá deixar. O que podemos afirmar é que, mais do que nunca, a população brasileira padece dos efeitos sanitários e socioeconômicos da pandemia, carecendo atenção psicológica e redes de apoio mútuo.

A população tende a recorrer às religiões, em geral, sobremaneira às cristãs, quando estão enfrentando circunstâncias de sofrimento, tais como doenças graves e perda de parentes e outras pessoas queridas. As religiões fornecem dois recursos relevantes para que a população crente atravesse as dificuldades por ela vivenciadas e que dizem particularmente respeito à pandemia: de um lado, elas trazem o sentido de pertença a uma comunidade de fé; por outro, propiciam aos indivíduos algumas certezas e sentimento de apoio espiritual.

Dentre as vertentes religiosas cristãs, este artigo aborda, particularmente, o espiritismo com seu modo peculiar de cristianismo (SOUZA, 2020), a despeito de a literatura sociológica tê-lo abordado como religião mediúnica (CAMARGO, 1961; GIUMBELLI, 1997). O espiritismo faz uma releitura dos ensinamentos cristãos à luz dos conceitos: reencarnação e mediunidade<sup>3</sup>. De

3 Tanto o culto a Jesus Cristo quanto a ênfase na caridade, manifestada nas atividades assistenciais, denotam a identidade cristã do espiritismo. Ademais, há muito menos tempo e com menos intensidade que os católicos os evangélicos, os espíritas também se dedicam a estudos bíblicos (TORRES, 2019).

fato, a obra *O evangelho segundo o espiritismo*, que é um dos cinco livros basilares do fundador Allan Kardec, aponta a relevância dos ensinamentos cristãos para este grupo religioso.

O espiritismo é uma religião minoritária também no cenário religioso brasileiro, abrangendo, em 2000, 1,3% da população (2,3 milhões de pessoas) e, em 2010, 2%, ou 3,8 milhões de brasileiros, conforme os censos feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (CAMURÇA, 2006). O debate hegemônico nas ciências sociais da religião aborda sobremaneira o declínio do catolicismo, por um lado, e o avanço dos evangélicos e seus desdobramentos na vida pública, por outro (PIERUCCI; MARIANO, 2010).

O presente artigo analisa o modo como os adeptos do espiritismo vêm enfrentando a pandemia, considerando-se aspectos da vivência religiosa e da prática solidária decorrente dela, assim como algumas controvérsias a partir da atuação de pessoas bastante conhecidas e prestigiadas nesse segmento.

### Metodologia empregada

Para a produção deste artigo houve três frentes investigativas. Na primeira delas, foi distribuído um questionário pela internet, via Google-form, entre 25 de agosto e 18 de setembro de 2020, para uma rede de espíritas, católicos e evangélicos de igrejas diferentes, sendo a grande maioria dos respondentes de Santa Catarina, estado onde vive um dos autores do presente texto. Os católicos e os evangélicos, por terem um fundamento cristão, serviram de grupo de controle, de modo a haver o dimensionamento do efeito da pandemia sobre os espíritas. O propósito foi comparar os adeptos do espiritismo com os de outras religiões, ou seja, ter um grupo de controle para avaliação e dimensionamento das respostas quanto ao enfrentamento do Covid-19.

Os questionários foram enviados por e-mail e pelas redes sociais para integrantes dos três segmentos religiosos (católicos, evangélicos e espíritas) completando o total de 157 respostas. Considerou-se que integrantes de outras religiões - ou mesmo aqueles que não abraçam nenhuma - pudessem responder o questionário. Entre o total de pessoas que responderam 96 se diziam espíritas (61%); 25 católicas (16%); 24 evangélicas (15%); 9 espiritualistas (6%); 3 adeptas de

outros vertentes religiosas (2%). Como espiritualistas foram designadas as pessoas que têm religiosidade (SIMMEL, 2011), mas não se identificam com uma religião especificamente. Estas afirmam terem crenças espirituais, embora sem identificação institucional religiosa. Entre as evangélicas foram identificadas integrantes das seguintes igrejas: Adventista do Sétimo Dia, Assembleia de Deus, Batista, Metodista, Presbiteriana, Universal do Reino de Deus, Luterana, Sara Nossa Terra e sem identificação. Entre elas estavam uma Testemunha de Jeová e duas adeptas de religiões afro-brasileiras: umbanda e candomblé. Mais adiante, são apresentadas as características gerais dos respondentes, tendo como referência a comparação entre espíritas e não espíritas.

A pesquisa foi feita também ouvindo-se integrantes de três diferentes centros espíritas situados da zona norte da cidade de São Paulo, onde mora o outro autor deste artigo. Não se pretendeu, evidentemente, comparar a realidade do estado de Santa Catarina com a da capital paulista. As atividades assistenciais de dois dos núcleos espíritas paulistanos abordados contemplam também parte da região central paulistana, mediante fornecimento gratuito de marmitas, lanches, roupas, cobertores e material de higiene pessoal. Os três centros se localizam próximos entre si: no Bairro do Limão, na Vila Nova Cachoeirinha e no bairro Casa Verde. São vinculados à Federação Espírita do Estado de São Paulo (FEESP) e têm os respectivos nomes: Núcleo Espírita Coração de Jesus (NECJ), Núcleo de Estudos Espíritas Apóstolo Mateus (NEEAM) e Núcleo Espírita Segue a Jesus (NESJ). Para fins de comparação, foram, de algum modo, observadas atividades públicas de igrejas evangélicas e paróquias católicas situadas próximas aos referidos centros espíritas. Por meio de diálogos com seus integrantes foram reunidos dados a respeito de como vêm ocorrendo as atividades religiosas e as assistenciais ligadas a tais núcleos espíritas.

Por fim, houve coleta e análise de informações contidas em noticiários de circulação nacional, bem como de dados disponíveis em fontes confiáveis na internet, referentes a dois médiuns e lideranças espíritas, bem como de um parlamentar que, destacadamente, fala em nome desse segmento religioso no Congresso Nacional.

### Participação no grupo religioso e sentimento de

## consolação

No que tange à participação dos religiosos em suas comunidades antes da pandemia, fica claro que temos dois grupos bastante atuantes. Enquanto os espíritas, em 87,3% dos casos, estavam, ao menos, semanalmente, junto a seus grupos religiosos, os não espíritas tinham a mesma frequência em 70% dos casos. No entanto, o que marca ainda mais essa diferença está no fato de que, para aqueles, em 50% dos casos, a frequência era superior a um dia na semana (e inferior a todos os dias), o que só foi observado entre os não espíritas em 27,9% dos casos.

Como observado, os espíritas apresentaram algumas diferenças em relação ao grupo controle: maior frequência às reuniões, mais leitura de livros religiosos - característica de uma religião que cultiva as letras (LEWGOY, 2006) - maior percentual de vídeos e palestras assistidos por meio da internet. Em parte esse resultado se deve ao fato de o grupo de controle não ser homogêneo, significando que em alguns casos, se discriminados os resultados internos a este grupo, veria-se, por exemplo, que a menor participação dos não religiosos se deve ao baixíssimo percentual de comparecimento dos espiritualistas a templos, ou que em um ou outro aspecto, os evangélicos ou católicos se sobressaíram aos espíritas.

Foi questionado se os adeptos das demais religiões (católicos e evangélicos), ainda que com chaves interpretativas distintas, oferecem tanta consolação a seus adeptos quanto o espiritismo a seus membros, diante da pandemia. Isso supondo que os espíritas se sintam, de fato, consolados com os ensinamentos adquiridos a partir do estudo de sua doutrina religiosa. Verificou-se que espíritas e não espíritas sentem-se igualmente consolados, embora por razões distintas, como se verá na sequência. Pouco mais de 80% dos adeptos de ambos os grupos responderam que têm na religião uma base de consolação. No entanto, em relação ao chamado cumprimento dos preceitos religiosos ou, em outras palavras, da própria moral cristã, não há o mesmo efeito consolador. Neste item, só houve respostas para a opção *consola um pouco* (75% para espíritas e 89% para não espíritas) e, ainda assim, em percentual inferior às anteriores e inferior também ao percentual de não espíritas que se consolam *um pouco* com o cumprimento de tais preceitos. Apesar do efeito consolador de tal cumprimento, é preciso

considerar que aqui não se questionou se os adeptos das religiões os cumprem ou não, mas tão somente se a ação de dar cumprimento aos mesmos tem o efeito consolador. Portanto, seria importante ter um número maior de casos para verificar se, de fato, há uma distinção entre os dois grupos. Este, portanto, não parece ser um elemento definidor de distinção entre espíritas e não espíritas.

Por fim, o reconhecimento do poder de Deus, que não consta entre os ensinamentos com base em Kardec como fonte de consolação, foi mais apontado pelos não espíritas (84%) do que pelos espíritas (44%). O importante a assinalar, conforme observado, é a igualdade na capacidade consoladora entre os dois grupos, tendo, cada um, suas bases particulares.

Para saber como os respondentes do questionário se comportam diante da pandemia foram apresentadas algumas frases em que se devia, em dois conjuntos de sentenças, escolher a que mais correspondia a seu posicionamento. Os sentidos das frases, ora creditavam a Deus a solução dos problemas da pandemia, ora conferiam ao indivíduo a autonomia de ação diante dos fatos, ou ainda, apresentavam uma alternativa, qual seja, a conciliação entre a providência divina e a ação humana. A frase que teve mais concordância, no geral, foi a que afirmava: “senti que Deus estava trabalhando junto comigo para atravessar esse período”, com 109 concordâncias (70% em 155 respondentes). Esse padrão de resposta foi semelhante para todos os religiosos estudados.

A segunda sentença com mais concordância foi “Pensei que a pandemia poderia me aproximar mais de Deus”, com 66 concordâncias (42,3%). Quando comparados, espíritas e não espíritas, os percentuais de concordância foram os mesmos.

Uma terceira frase: “Apeguei-me aos ensinamentos e práticas da minha religião” foi apresentada para que o respondente indicasse se ela o *representava integralmente* (atribuindo 5 pontos) ou *não o representava* (indicando 1 ponto). Para todos os grupos religiosos a média foi entre 3 e 4 pontos. Com isso verificou-se que os espíritas e demais religiosos se sentiram medianamente contemplados com essa sentença.

O que estas sentenças querem dizer? Há, por parte dos religiosos cristãos uma proximidade ou, ao menos, busca de aproximação divina, propiciada por este momento de dificuldade. Vale observar que é preciso questionar qual a concepção de Deus (não explorada

nessa pesquisa) já que o chamado cumprimento dos mandamentos não teve tanta adesão e concordância quanto as demais sentenças que tratavam da divindade de forma mais abstrata, sem conceituar e especificar, exatamente, o seu significado.

De todo modo, é possível afirmar que um Deus punitivo (“Permitiu a pandemia por causa dos nossos erros”), assim como uma total autonomia dos indivíduos (“Tentei lidar com a situação do meu jeito, sem a ajuda de Deus”) foram rejeitados pelos entrevistados. Por outro lado, um alheamento total do indivíduo, atribuindo à divindade a responsabilidade pela resolução da questão (“Não tentei fazer muito, apenas acreditei que Deus tomaria conta disso”) tampouco foi aceita.

Uma frase que chamou atenção, mesmo tendo uma concordância minoritária foi: “Pensei que algumas coisas estão além do controle divino”, obtendo 9% de concordância no geral. O destaque, entretanto, está que somente 4% de não espíritas dão crédito a esta ideia, contra 10% dos espíritas), revelando, ainda ser possível encontrar em mais que o dobro de espíritas, em relação às outras religiões pesquisadas, uma mentalidade de que há algo que fuja ao controle ou à justiça divina.

No item sobre consolação ficou claro que os espíritas: 1- se sentem tão consolados com sua religião quanto os não espíritas, embora por motivos distintos; 2- recorrem, seguindo o mesmo padrão e o mesmo recurso (à oração) para combater os males do isolamento social provocado pela pandemia; 3- por fim, também seguindo o mesmo padrão, a pandemia provocou: a) um sentimento de partilha com Deus deste momento difícil; b) uma busca de aproximação com a divindade; c) ainda que relativamente, um cumprimento, de forma mais rigorosa, dos preceitos religiosos. Como visto, estes padrões são próprios de grupos: espíritas e não espíritas; de indivíduos que, de fato, se sentem muito religiosos, que têm alta frequência institucional e que já faziam uso de vários recursos religiosos antes da pandemia, em especial da oração.

### **Envolvimento comunitário e trabalho assistencial**

As perguntas sobre envolvimento comunitário durante o período pandêmico buscaram identificar se os religiosos utilizaram suas redes sociais como forma de amenizar os efeitos do isolamento social. Além disso, aproveitou-se o ensejo para incluir no

conjunto de atividades realizadas, durante a pandemia, algumas práticas que supostamente teriam crescido neste período, como cuidar da casa e assistir filmes. Buscou-se também contrapor atividades de cunho religioso com outras não religiosas.

Em cinco das dez atividades pesquisadas, espíritas e não espíritas tiveram um mesmo comportamento (serviços domésticos, uso das redes sociais, comunicação com amigos, cultivo de filmes não religiosos e afastamento do prédio onde ocorrem as atividades religiosas) e nas outras cinco houve uma distinção no comportamento (realização de atos de solidariedade, audiência de palestras e demais vídeos religiosos, leitura de livros também religiosos, comunicação com demais membros da comunidade de fé e engajamento em atividades assistenciais).

No estudo de Franzolin (2020), observou-se que quando os espíritas buscam temas espíritas na internet tal procura recai sobre uma grande lista de questões. Os três temas mais citados são as explicações espíritas de males humanos (17%), os comentários de livros e mensagens espíritas (12,4%). O enfoque, portanto, é doutrinário. Ou seja, a internet tem sido uma espécie de suporte para que os adeptos do espiritismo ampliem seu conhecimento sobre a própria doutrina religiosa e para buscarem mensagens que lhes propiciem esclarecimento e consolação.

Duas atividades, entre as cinco distintivas, no entanto, podem não ter um sentido religioso explícito, mas contém grande importância na cosmologia espírita. Trata-se das duas formas mensuradas de atividades sociais, a saber: “Realizar pequenos atos de solidariedade” e “Engajar-se em trabalhos sociais”. Nesses dois casos, o lema espírita: “Fora da caridade não há salvação”, contido no livro *O evangelho segundo o espiritismo* e bastante mencionado pelos espíritas na realização de suas práticas assistenciais, prevalece de modo a tornar ambas as atividades mais frequentes do que entre os não espíritas, mesmo em tempos de isolamento.

Durante a pandemia, observa-se que os núcleos espíritas têm permanecido mais fechados para reuniões públicas do que os templos católicos e, principalmente, os evangélicos. Naquele meio, muitos centros prosseguem, se não o tempo todo, ao menos parcialmente com portas cerradas, porém realizando atividades através da internet. Entre as práticas à distância sobressai o chamado Culto do Evangelho, gravado individualmente

em vídeos e transmitidos pelo *YouTube*, em áudios disseminados pelo *WhatsApp*, ou sem gravação, mas com participação coletiva e simultânea, via *Zoom* ou *Google Meet*, forma mediante ocorrem cursos, seminários e os encontros de evangelização voltados para crianças.

Um traço historicamente bastante presente no meio espírita, que é o do trabalho assistencial (SIMÕES, 2015; SOUZA; SIMÕES, 2017), ganhou significado e intensidade maiores no contexto da profunda crise socioeconômica causada pela pandemia. Esta é uma realidade empiricamente observada em São Paulo, sendo algo que, provavelmente, se reproduziu, de algum modo, em outras grandes cidades. Além da tradicional distribuição de enxovais de bebês para gestantes carentes - até como estímulo para o não abortamento - houve intensificação dos bazares de roupas usadas e vendidas a preços bastante baixos, coleta e distribuição de alimentos em cestas básicas, bem como o preparo e a distribuição de marmitas. Esta última atividade - que se combina com a distribuição de lanches, roupas, cobertores e material de higiene pessoal - vem sendo feita por ativistas de alguns centros espíritas na região central da capital paulista, em alguns casos, de modo complementar e conjugado com o trabalho semelhante feito por evangélicos de determinadas igrejas e católicos da Pastoral do Povo de Rua, como forma de um “ecumenismo popular” (TEIXEIRA, 1977). Neste trabalho assistencial específico - aliando adeptos de tradições religiosas diferentes, inclusive pessoas transsexuais de igrejas inclusivas (NATIVIDADE, 2010) - algumas vezes é citado o trecho bíblico conhecido como “Bom samaritano” (Lucas, 10:25-37). Observa-se que as tais atividades caritativas, sobremaneira na atual conjuntura bastante difícil, acabam efetivamente por transpor preconceituosas barreiras religiosas, sexuais, étnico-raciais e político-ideológicas, de modo inspirado nos exemplos de Jesus Cristo, conforme os evangelhos.

### Enfrentamento controverso da pandemia

Há outro lado do enfrentamento pandêmico pelos espíritas que é marcado por controvérsia e deve ser

também, sociologicamente, analisado. Vejamos agora em que consiste, abordando-o por ordem crescente de questionamento.

Antes do contexto pandêmico, uma prática significativamente presente no meio espírita era a da realização de grandes eventos presenciais - que é algo comum também em outras tradições religiosas - porém com algumas peculiaridades em determinados casos e que foram, de alguma maneira, lembradas criticamente na nova conjuntura. Trata-se de congressos, seminários e atividades afins que vinham ocorrendo em ginásios, auditórios e, algumas vezes, em locais mais requintados como hotéis de quatro e cinco estrelas e *resorts* de veraneio. Os organizadores de tais eventos buscaram sempre justificar as taxas de inscrição neles a partir das despesas para sua realização, principalmente a locação dos espaços. Essa busca de justificação se devia aos valores, de fato, elevados para o padrão social no país.

O maior exemplo é o Encontro Fraternal com Divaldo Franco, atividade protagonizada pelo médium baiano, que é, atualmente, a pessoa de maior renome no segmento espírita brasileiro e mundial. Esse anual evento começou a tomar lugar, em 2011, no Hotel Iberostar Resort, que fica na famosa Praia do Forte, situada no município de Mata de São João, 80 km ao norte de Salvador. Antes, ocorria em outro *resort*, menos sofisticado, na mesma praia. Em 2019, aconteceu entre 19 e 22 de setembro, reunindo 652 pessoas de 26 unidades federativas, além de Áustria, Canadá, Estados Unidos, Paraguai e Uruguai<sup>4</sup>. O preço da inscrição para tal evento não foi mais possível conferir, mas, em contrapartida, foi localizado o valor para a inscrição na edição de 2013 - portanto, seis anos antes - ocorrido entre 10 e 13 de outubro: R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) por apartamento duplo e R\$ 2.780,00 (dois mil, setecentos e oitenta reais) por apartamento individual, abrangendo: “participação em todos os módulos de trabalho com Divaldo Franco”, traslado de ida e volta entre Salvador e o local, assim como bebidas e alimentação<sup>5</sup>. Embora parte do excedente auferido fosse revertido às obras assistenciais da Mansão do Caminho, instituição fundada e liderada pelo médium na capital baiana desde 1952 (SOUZA;

4 Ver: <http://www.oconsolador.com.br/ano13/639/especial2.html>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

5 Conforme o site da Federação Espírita do Mato Grosso do Sul (FEMS): <https://fems.org.br/r/encontro-fraternal-com-divaldo-franco/3387>. Acesso em 2 de junho de 2021. O evento é divulgado por outras federativas estaduais e também pela Federação Espírita Brasileira (FEB).

SIMÕES, p. 136-137). Fato é que se trata de um evento bastante elitizado. No contexto da pandemia, em 2020, ele aconteceu em formato remoto, entre 25 e 27 de setembro, contando também com palestras de outros médiuns e lideranças espíritas, gratuitamente.

Sobre os eventos com tal perfil, pronunciou-se criticamente numa entrevista, concedida em 20 de junho de 2020, o presidente da Federação Espírita Francesa, Charles Kempf, que é também uma referência internacional desse segmento religioso:

(...) conflito de interesses no movimento espírita do mundo inteiro, pessoas que querem mandar, impor o seu ponto de vista, os que gostam de palcos e mesas de congressos e coisas assim. Isso prejudica terrivelmente o movimento espírita internacional. A fraqueza humana, esses séculos de herança de bispos e tudo que tivemos nas vidas passadas, não permite que interiorizemos a ideia que Jesus nos ensinou ao lavar os pés dos apóstolos: “Quem quer ser o maior entre vós, seja esse que vos sirva” [Mateus, 20:26]. Quanto mais subimos na hierarquia espírita, maior o dever de servir. Mas funciona pelo avesso. E isso é uma coisa que ainda vai levar algumas gerações para ser compreendida pela maioria. Como secretário geral do Conselho Espírita Internacional, entre 2012-2016, tive oportunidade de ver e organizar alguns congressos desses. Eu vi na Europa, desde 2015, uma multiplicação desses congressos chamando os palestrantes que bombam. Divaldo, Haroldo [o mineiro juiz de direito Haroldo Dutra Dias protagoniza, ao lado do médium baiano, tais eventos], todos esses. Fazem conferências excelentes, se não, não atraíam tanta gente. Só que traz vários problemas. É como se fosse uma espécie de turismo, porque fazer um congresso dá dinheiro, mesmo que para a instituição. Fazem-se megaeventos, congressos com os palestrantes que estão bombando, sobretudo para fazer dinheiro e não para difundir a doutrina. Futuros espíritas da Europa precisam é do ABC, de coisas simples e esses palestrantes, que bombam, levaram o nível para uma elitização (...)<sup>6</sup>

Divaldo Franco estaria diretamente envolvido em outra expressiva controvérsia quanto à interpretação e o decorrente enfrentamento espírita da pandemia. Como o presidente da República Jair Bolsonaro adotou, deliberadamente, uma política negacionista combatendo o distanciamento social, o uso de máscaras e a vacinação, tal fato teve efeitos, principalmente, em seus apoiadores, tanto os ostensivos quanto os discretos. Na Bahia, estado onde a vacinação de idosos com mais de oitenta anos de idade teve início em 8 de fevereiro de 2021, Franco (então com 93 anos), veio a se imunizar somente 49 dias depois, quando o mandatário do governo federal, por conveniência política, já havia passado a aprovar, parcialmente, a vacinação<sup>7</sup>.

Sobre a questão pandêmica, Divaldo Franco também recebeu críticas<sup>8</sup> pelo fato de ter publicado, em 2020, pela Editora Leal - ligada à sua instituição religiosa - o livro psicografado por ele e ditado pelo espírito Manoel Philomeno de Miranda: *No rumo do mundo de regeneração* (2021) no qual é insinuado (página 97) que o vírus do Covid-19 teria sido produzido em algum laboratório chinês, algo rechaçado internacionalmente pela ciência médica<sup>9</sup>, porém bastante presente no imaginário e no discurso bolsonarista, sobremaneira digital. Além disso, a obra recomenda o chamado tratamento precoce (página 156) a partir de remédios comprovadamente ineficazes e até com efeitos colaterais, que foram intensamente propagandeados, além de distribuídos, pelo Ministério da Saúde. Tal livro, que, em abril de 2021, constava do site da empresa Amazon como o “1º mais vendido em Espiritualismo, Religião e Espiritualidade” não foi, porém, o único psicografado espírita a defender posições bolsonaristas em relação ao coronavírus. A obra do conhecido médium mineiro Carlos Baccelli, ditada pelo espírito Inácio Ferreira e publicada no mesmo ano pela editora Pedro e Paulo: *Um novo mandamento vos dou*<sup>10</sup>, defende a ineficaz

6 Ver: [https://www.youtube.com/watch?v=0yq2-Rar3\\_I](https://www.youtube.com/watch?v=0yq2-Rar3_I). Acesso em 30 de agosto de 2020.

7 Ver: <https://bityli.com/KdLTd> Acesso: 9 de abril de 2021. E ver: <https://bityli.com/EhywP> Acesso em: 9 de abril de 2021.

8 Referimo-nos a textos divulgados em Facebook de dois conhecidos militantes espíritas: o médico Flávio Mussa Tavares, filho do amigo próximo e biógrafo de Chico Xavier: Clóvis Tavares, além de dirigente da Escola Jesus Cristo, de Campos dos Goytacazes-RJ; e o administrador de empresas Elias Inácio de Moraes, diretor da Associação Espírita de Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (AEPHUS). Ver: <https://espiritismo-fronteiras.blogspot.com/2021/04/elias-inacio-de-moraes-franco-luciano.html> Acesso em: 14 de abril de 2021. Ver: <https://ms-my.facebook.com/groups/escolajesusristo/permalink/3987851561248579/> Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

9 Ver: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/03/18/nem-china-nem-eua-coronavirus-nao-foi-criado-em-laboratorio-mostra-estudo.htm> Acesso em: 20 de março de 2020

10 Baccelli é da cidade de Uberaba, onde viveu Chico Xavier, com quem ele atuou também. Tal como no caso de Divaldo Franco, a editora que publicou seu livro é ligada ao centro espírita, com o mesmo nome, do qual ele foi um dos fundadores.

proposta de imunidade de rebanho, gerada a partir do contato com o vírus (página 162) e sustentada pelo presidente da República por motivos econômicos, em vez de sanitários. Ademais, tal livro também enaltece Jair Bolsonaro e o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, negacionista como o brasileiro (página 28). Tanto Franco quanto Baccelli tiveram suas mediunidades questionadas pelos mencionados militantes espíritas, argumentado estes que eles haviam usado, ao menos, partes de tais obras para exporem suas próprias ideias sanitárias e político-ideológicas. Neste sentido, cabe dizer ainda que, em 2018 e 2019, Franco foi bastante criticado por indivíduos e coletivos espíritas de perfil intelectualizado e progressista, com destaque para Dora Incontri, coordenadora da Associação Brasileira de Pedagogia Espírita (ABPE). Isso se deveu ao controvertido posicionamento público do médium em relação à chamada “ideologia de gênero”, algo que o assemelhou, de fato, a um contingente de pastores e padres extremamente conservadores, tendo significativa repercussão negativa (MACHADO, 2018; ARRIBAS, 2018; SIGNATES, 2019; BARBOSA, 2019; MIGUEL, 2020; CAMURÇA, 2021).

Por fim, em termos do problemático enfrentamento espírita da pandemia, cabe abordar a atuação do senador Eduardo Girão. Empresário cearense do ramo de hotelaria, segurança privada e transporte de valores - tendo sido, em 2017, presidente do clube de futebol Fortaleza - é proprietário também da Estação da Luz Filmes, existente desde 2004, que produziu os longas-metragens espíritas para o cinema: “Bezerra de Menezes: diário de um espírito” (2008) e “As mães de Chico Xavier” (2011), além de coproduzir com a Globo Filmes: “Chico Xavier” (2010) e “Divaldo: o mensageiro da paz” (2019). Foi eleito, em 2018, por seu estado enquanto fazia parte do Partido Republicano da Ordem Social (PROS), migrando, no ano seguinte, para a legenda denominada Podemos, embora tenha permanecido apoiador de Jair Bolsonaro, sendo este, agora, não mais candidato, mas já presidente da República. Girão já conduziu sessões no Senado de homenagens ao espiritismo e

a personalidades históricas desse segmento religioso. Com um patrimônio declarado à Justiça Eleitoral de 36 milhões de reais e sendo o quarto congressista mais rico, doou um milhão, em 2020, para a campanha do candidato bolsonarista à Prefeitura de Fortaleza - Capitão Wagner (PROS), que foi derrotado no segundo turno - aparentando ele próprio ter aspiração à disputa do governo estadual cearense<sup>11</sup>.

Eduardo Girão foi um dos quatro governistas entre os onze senadores que compõem a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada em abril de 2021 para apurar desmandos do governo em relação à pandemia. Embora se diga independente, sua atuação é marcada por ferrenha defesa da gestão Bolsonaro. Tendo feito infundadas críticas à Organização Mundial da Saúde (OMS) e defendido o uso de medicamentos reconhecidamente ineficazes e até contraindicados para a Covid-19, Girão buscou desviar o foco da CPI para governos estaduais e municipais, além de questionar erroneamente a eficácia das vacinas na prevenção da doença. Quanto a este ponto, ao interrogar Dimas Covas, diretor do paulista Instituto Butantan - que produz no país a vacina chinesa Coronavac, tão atacada por Bolsonaro e seus seguidores - Girão chegou a propagar *fake news*, notícias falsas, principalmente a de que o imunizante seria fabricado por células extraídas de fetos abortados, algo rechaçado por Covas e reverberado na imprensa<sup>12</sup>.

Cabe aqui uma pequena ponderação. Em 22 de setembro, portanto, já próximo do encerramento dos trabalhos da CPI no mês seguinte, Girão teve, ao menos, uma posição contrária a Bolsonaro ao revelar que o filho do presidente da República, o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) acompanhou o diretor de uma empresa acusada (Precisa Medicamentos), de nome Danilo Trento, em uma viagem a Las Vegas, nos Estados Unidos, para tratar de *lobby* de jogatina<sup>13</sup>. Tal postura do senador cearense se deve especificamente à sua posição contrária à legalização de cassinos e aos chamados jogos de azar, postura esta coerente com os preceitos espíritas.

11 Ver: <https://bitly.com/IJwiW> Acesso em: 3 de junho de 2021.

12 Ver: <https://politica.estadao.com.br/ao-vivo/cpi-da-covid-ouve-dimas-covas-instituto-butantan%20Gir%C3%A3o%20tenta%20desacreditar%20vacina%20ao%20citar%20que%20Jos%C3%A9%20Sarney%20e%20St%C3%A1nio%20Garcia%20contra%20ADram%20a%20doen%C3%A7a%20depois%20de%20serem%20imunizados> . Acesso em: 29 de maio de 2021.

13 Ver: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/09/23/interna\\_politica,1308368/cpi-girao-liga-flavio-bolsonaro-a-em-pesario-suspeito-no-caso-covaxin.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/09/23/interna_politica,1308368/cpi-girao-liga-flavio-bolsonaro-a-em-pesario-suspeito-no-caso-covaxin.shtml) . Acesso em 30 de setembro de 2021.

## Considerações finais

Desde antes da pandemia, os espíritas, naturalmente, apresentavam um padrão de vivência religiosa distinto do grupo de controle. Ao terem que lidar com o isolamento social e as dificuldades decorrentes, como sofrer adoecimento e enfrentar falecimento de familiares, observou-se que cada um dos grupos pesquisados recorre a razões de consolação distintas, embora, no geral, 80% dos indivíduos entrevistados - que, evidentemente, não compõem uma amostra representativa da população nacional espírita - tenham na religião uma importante fonte de consolação. Enquanto os espíritas recorrem às explicações relativas à vida após a morte e à justiça divina; os não espíritas se voltam para o cumprimento dos preceitos religiosos e para a confiança em Deus. Os espíritas recorreram individualmente, de modo significativo, a práticas religiosas, como ler livros e assistir vídeos, com destaque para os de palestras religiosas.

Verificou-se ainda que os espíritas, comparativamente a católicos e evangélicos, vêm frequentando menos seus respectivos prédios religiosos, conforme observação feita de centros espíritas paulistanos e também através da obtenção de informações nos sites das federativas estaduais espíritas. De fato, federações espíritas estaduais se mostraram cautelosas, quanto mais, se comparadas a muitas denominações pentecostais, que contestaram bastante o distanciamento social, desde o início do período pandêmico. Em contrapartida, tem havido atividades à distância e intensificação de práticas caritativas, voltadas às pessoas em condição de maior vulnerabilidade no contexto de profunda crise econômica, com destaque para o fornecimento de alimentação, algumas vezes, na ampla região central paulistana, em colaboração com grupos evangélicos e católicos.

Por outro lado, há também no meio espírita certo balanço crítico dos eventos presenciais considerados elitistas, que deixaram de ocorrer no atual contexto, sobremaneira os protagonizados pela pessoa de maior prestígio nesse meio religioso: Divaldo Franco. Em relação a ele e ao também médium, porém mineiro, Carlos Baccelli, foram constatadas controvérsias relacionadas à produção mediúnica, bastante marcada pelo negacionismo, como visto. Além deles, o senador Eduardo Girão também se pautou por tal atitude, fazendo defesa contundente do governo Jair Bolsonaro

na CPI que funcionou no Senado. No entanto, verifica-se que tanto as federativas espíritas enfocadas - de São Paulo e de Santa Catarina - quanto os respondentes espíritas do questionário aplicado tiveram posturas diferentes quanto à pandemia em relação àquelas três figuras públicas.

São faces bastante distintas estas analisadas, do enfrentamento pandêmico feito pelos espíritas. Uma cotidiana, discreta e afinada com valores reconhecidamente cristãos, enquanto a outra, com expressiva projeção nacional, porém paradoxal quanto ao cerne da mensagem religiosa voltada para a responsável caridade. Poderia-se dizer que são lados de “luz e sombra” que competem, de algum modo, no âmbito desta vertente religiosa no país.

## Referências bibliográficas

- ARRIBAS, Célia da Graça. “Política, gênero e sexualidade: controvérsias espíritas entre progressistas e conservadores”. *Contemporânea*. Vol. 10, n. 2, 2020, p. 613-638.
- BACCELLI, Carlos. *Um novo mandamento vos dou*. Pelo espírito Inácio Ferreira. Uberaba: Editora Pedro e Paulo, 2018.
- BARBOSA, Allan Wine Santos. “A construção espírita do problema do aborto: ordem espiritual e discurso público”. *Religião e Sociedade*. Vol. 39, n. 3, 2019, p. 152-172.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira. *Kardecismo e umbanda*. São Paulo: Pioneira, 1961.
- CAMURÇA, Marcelo Ayres. “A realidade das religiões no Brasil no Censo do IBGE-2000”. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. (Org.). *As Religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petropolis: Vozes, 2006, p. 35-48.
- \_\_\_\_\_. Conservadores x progressistas no espiritismo brasileiro: tentativa de interpretação histórico-hermenêutica. *Plural*, v. 28, 2021, p. 136-160.
- FRANCO, Divaldo. *No rumo do mundo de regeneração*. Pelo espírito Manoel Philomeno de Miranda. Salvador: Leal, 2021.

- FRANZOLIN, Ivan. *Sumário da esquisa nacional para espíritas - PNP*. <http://franzolim.blogspot.com/>. acesso em 23 de novembro de 2020.
- GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- KARDEC, Allan. *O evangelho segundo o espiritismo*. Brasília: FEB, 1999.
- LEWGOY, Bernardo. “Incluídos e letrados: reflexões sobre a vitalidade do espiritismo kardecista no Brasil atual”. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. (Orgs.). *As religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 173-188.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. “O discurso cristão sobre a ‘ideologia de gênero’”. *Revista Estudos Feministas*. v. 26, n. 2, 2018, p. 447-463.
- MONTEIRO, Teixeira, Duglas. “Eglises, sectes et agences: aspect d’un ecumenisme populaire”. *Diogenes*, n. 100, 1977, p. 53-86.
- NATIVIDADE, Marcelo Tavares. “Uma homossexualidade santificada? Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal”. *Religião & Sociedade*, v. 30, n. 2. 2010, p. 90-120.
- PIERUCCI, Antônio Flávio; MARIANO, Ricardo. “Sociologia da Religião, uma sociologia da mudança”. In: MARTINS, Heloísa Helena Teixeira (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 279-301.
- SCHMIDT, Beatriz; CREPALDI, Maria Aparecida; BOLZE; Simone Dill Azeredo; NEIVA-SILVA, Lauro; DEMENECH, Lauro Miranda. “Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (Covid-19)”. *Estudos de Psicologia*, vol. 37, 2020, p. 1-13.
- SIGNATES, Luiz. “Espiritismo e política: os tortuosos caminhos do conservadorismo religioso e suas contradições no Brasil”. *Caminhos*. v. 17, 2019, p. 138-154.
- SIMMEL, Georg. *Religião: ensaios*. v. 2. São Paulo: Olho d’água, 2011.
- SIMÕES, Pedro. *Dá-me de comer: a assistência social espírita*. São Paulo: CCDPE/LHIPE, 2015.
- SIMÕES, Pedro; SOUZA, André Ricardo de; ARRIBAS, Célia. “Feições expressivas do movimento espírita brasileiro”. In: SOUZA, André Ricardo de; SIMÕES, Pedro (Orgs.). *Dimensões identitárias e assistenciais do espiritismo*. Curitiba: Appris, 2020, p. 51-78.
- SOUZA, André Ricardo de. “O espiritismo na pluralidade cristã brasileira”. In: SOUZA, André Ricardo de; SIMÕES, Pedro (Orgs.). *Dimensões identitárias e assistenciais do espiritismo*. Curitiba: Appris, 2020, p. 51-79.
- SOUZA, André Ricardo de; SIMÕES, Pedro. “Desafios do trabalho assistencial espírita: dois modelos de atuação”. *REVER*, vol. 17, nº 1, 2017, p. 123-145.
- TORRES, Natália Cannizza. “Jesus a porta, Kardec a chave”: a apropriação do Novo Testamento pelo segmento espírita. 91f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar, São Paulo, 2019.

# O “isolamento social” e os níveis de escolaridade: uma discussão do ponto de vista da sociologia da cultura (São Paulo, 2020).

Lidiane Soares Rodrigues<sup>1</sup>

## Resumo:

Neste artigo, discutem-se condições políticas, sociológicas e culturais do modo de praticar o “isolamento social”, como medida não farmacológica e preventiva à disseminação da “Corona Vírus Disease” (COVID-19), no estado de São Paulo. Para tanto, baseia-se nas respostas dadas por indivíduos maiores de 18 anos, a um questionário que circulou *online*, entre abril e julho de 2020 (n = 4118). Inicialmente, o artigo caracteriza alguns dos desdobramentos do caráter voluntário e não obrigatório da adesão ao isolamento social, no Brasil. Em seguida, elabora perfis de respondentes segundo seus níveis de escolaridade, com o objetivo de investigar prováveis possíveis incidências deste fator sobre o modo de gerir o “isolamento social”, ou seja, eleger os motivos da permanência ou da saída do domicílio, assim como os juízos a respeito desta equação prática. Tratando a escolarização não apenas como um indicador indireto da condição socioeconômica favorável, como já fizeram muitas pesquisas, discutem-se efeitos específicos dela. O artigo constata certa vantagem dos indivíduos com mais escolarização pois eles têm mais acesso às informações a respeito da doença, porém também por se demonstrarem mais propensos a incorporá-las em suas atitudes. Por outro lado, de modo contra intuitivo, constata-se que estes indivíduos tendem a ser mais condescendentes na avaliação de seu autocuidado e do regime de restrições característico de seu isolamento. As razões disso são discutidas com base na sociologia da cultura, tal como concebida por Pierre Bourdieu.

**Palavras-chave:** Isolamento social, Covid-19, Pandemia, Escolaridade, Capital Cultural

## The of ‘social confinement’ and educational attainment levels: what the sociology of culture has to say about it? (São Paulo, 2020).

## Abstract:

This article addresses political, sociological, and cultural conditions of the way of practicing “social isolation”, as a non-pharmacological and preventive measure to the spread of the “Corona Virus Disease” (COVID-19), in the state of São Paulo. To this end, it is based on the answers given by individuals over 18 years of age, to a questionnaire that circulated online, between April and July 2020 (n = 4118). Initially, the article characterizes some of the unfoldings of the voluntary and non-mandatory nature of adherence to social isolation, in Brazil. Then, it elaborates respondent profiles according to their levels of schooling, intending to investigate possible incidences of this factor on the way of managing “social isolation”, that is, electing the reasons for staying or leaving home, as well as the judgments regarding this practical equation. By treating schooling not only as an indirect indicator of favorable socioeconomic status, as many studies have done, but specific effects of schooling are also discussed. The article notes a certain advantage for individuals with more schooling because they have more access to information about the disease, but also because they are more likely to incorporate it in their attitudes. On the other hand, counter-intuitively, it is found that these individuals tend to be more lenient in evaluating their self-care and the restrictive regime characteristic of their isolation. The reasons for this are discussed based on the sociology of culture as conceived by Pierre Bourdieu.

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/SP).

**Keywords:** Social Confinement, Covid-19, Pandemic, Educational Level, Cultural Capital

## Introdução

Este trabalho investiga prováveis incidências de níveis de escolaridade sobre o modo de praticar o “isolamento social”, como medida não farmacológica e preventiva à transmissão do “novo coronavírus”, responsável por provocar a “Corona Vírus Disease” (COVID-19), no estado de São Paulo, entre abril e julho de 2020. Desde a emergência da pandemia, as vantagens dos indivíduos dotados de mais escolarização já foram caracterizadas tanto no que tange à capacidade de se proteger da COVID-19, assim como de sobreviverem a ela em caso de contágio – posto tratar-se de um indicador confiável de condições socioeconômicas favoráveis (SILVA, 2021; CARVALHO, NASSIF, LIMA, 2020; GRISOTTI, 2020). Em contrapartida, este trabalho interessa-se por dimensões especificamente culturais da prática do isolamento social, indissociáveis do nível de escolaridade. A fim de introduzir esta perspectiva, convém discutir, inicialmente, a maneira como a pandemia se configurou e foi conduzida politicamente no Brasil, e, particularmente no estado de São Paulo. Disso depende a inteligibilidade da abordagem proposta.

Surgida em dezembro de 2019, em Wuhan, na China, a COVID-19 foi categorizada como “pandemia”, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020. Desde então, os países membros deste organismo foram instados a adotar medidas dirigidas ao controle de sua propagação.

Em que se pesem as numerosas dúvidas a respeito da nova doença, gradativamente, tornou-se indiscutível que sua transmissão ocorria pelo ar – especificamente, por meio de gotículas que emitimos ao tossir, espirrar e falar. Por conseguinte, na ausência de tratamento e remédio, a medida mais eficiente para frear o ritmo da disseminação da doença consistiu na restrição de interações corpo a corpo. Daí que as políticas indutoras da evitação coletiva e sistemática de interações físicas tenham se tornado a estratégia mais generalizadamente

adotada em diversas escalas governamentais, de numerosos países.

Há, pelo menos, três modelos de gerenciamento destas políticas<sup>2</sup>: o *lockdown* (neste caso, os tomadores de decisões deliberam quais são as saídas domiciliares autorizadas, assim como as penalidades para o descumprimento das normas); o isolamento vertical (neste caso, os “grupos de risco”, isto é, apenas indivíduos mais suscetíveis à doença, sofrem restrições de circulação); e, por fim, o isolamento horizontal (neste caso, toda a população, exceto os atuantes das chamadas “atividades essenciais”, sofrem restrições de circulação). Comprovadamente, tais medidas são eficazes se adotadas, concomitantemente, com “quarentenas” – isto é, a segregação temporária de indivíduos com suspeita de contaminação (AQUINO, *et al.* 2020; NUSSBAUMER-STREIT, *et al.* 2020).

No ano de 2020, majoritariamente, os estados e municípios brasileiros optaram pelo último modelo, o isolamento horizontal, adotando uma gestão com duas lógicas coercitivas distintas: uma orientada para o âmbito público e outra para o âmbito privado. O estado de São Paulo é exemplar a este respeito. O decreto n. 64.881 estabeleceu seu primeiro período de “quarentena”: “fica *recomendado* que a circulação de pessoas no âmbito do Estado de São Paulo se limite às necessidades imediatas de alimentação, cuidados de saúde e exercício de atividades essenciais” (Diário Oficial do Estado de São Paulo, 2020). Desse modo, para a infração com relação à “suspensão das atividades essenciais” foram previstas punições e dispositivos de controle oficiais; porém, eles não se voltaram ao não cumprimento das diretrizes de “isolamento”, em âmbito privado/doméstico, posto que as circunstâncias sob as quais era “recomendável” sair ou permanecer em domicílio não foram estabelecidas por meio da lei.

Importa caracterizar alguns desdobramentos dessa dinâmica, no âmbito da gestão pública e privada da prática do “isolamento”. Por um lado, do ponto de vista da gestão pública, em detrimento dos dispositivos de coerção e de punições, o governo do estado de São Paulo adotou a estratégia de persuadir a população a aderir ao isolamento. Destacaram-se campanhas publicitárias, mesclando apelos a emoções (como

2 A designação e a adjetivação do “isolamento”/ “distanciamento”/ “confinamento” – enquanto evitação sistemática das interações físicas – é controversa. Há quem prefira o termo “físico”, para qualificar o “isolamento”/ “distanciamento”/ “confinamento”, em detrimento de “social”, como Marcio Sommer Bittencourt – cardiologista do Hospital Albert Einstein (Uol, 2020). No presente estudo, adota-se o termo “isolamento social” por ter sido a expressão que se cristalizou entre os brasileiros.

amor e culpa) e razoabilidade (como a “valorização da ciência”). Estas campanhas reforçavam a oposição do governador João Dória ao Presidente Jair Bolsonaro e a sua conduta negacionista (Autores, 2021).

Por outro lado, do ponto de vista da gestão doméstica e privada, a não discriminação dos motivos legalmente justificáveis para as saídas, porém a *recomendação* da restrição delas e da permanência máxima no interior da casa, investiram a adoção desta prática de um caráter *voluntário e não compulsório*. Além disso, destituídos de uma fonte de coordenação e regramento sanitário e político explícito, em suas respectivas unidades domésticas, os “isolados” elaboraram a equação entre permanecer e sair de casa, segundo critérios próprios, relativamente independentes uns dos outros. Em suma, em âmbito privado, a adesão ao isolamento social não foi compulsória e a concepção do gerenciamento dele foi atomizada nas unidades domiciliares.

Ao não assumir a orientação da gestão doméstica do isolamento, os governos delegaram esta tarefa à imprensa, deliberada ou involuntariamente, posto ter sido a instância que restou como potencial coordenadora de uma ação de enfrentamento coletivo da crise sanitária (GRISOTTI, 2020). Porém, apenas parcialmente o isolamento social foi orientado pelas informações veiculadas por ela. Em primeiro lugar, porque quanto mais próximos estivéssemos do início da crise sanitária, mais dúvidas se teria a respeito da dinâmica viral, de modo que as orientações de higiene e cuidados variavam no ritmo das descobertas científicas (BOSCO, 2020). Em segundo lugar – constituindo, talvez, uma forma específica de anomia, a pandemia (FOURNIER, 2020; LEBARON, 2020) – a suspensão generalizada das certezas retirou das autoridades legítimas (médicas, sanitárias, informacionais, políticas), a credibilidade pressuposta em sua capacidade de orientar a ação. Em cenários destituídos da interferência de regramentos institucionais ou políticos confiáveis e estáveis, a variedade das condutas resulta de disposições prévias dos indivíduos (DOUGLAS, 1998). Por fim, forçoso é reconhecer que sequer em regime de normalidade as informações oriundas da mídia sejam “recebidas” do mesmo modo pelo conjunto da população – que se segmenta segundo uma inequivalência de bens econômicos e de competências culturais.

Concebendo a *expertise* médico-sanitária, cristalizada na comunicação das informações veiculadas pela imprensa, como um caso particular de bens

simbólicos, pode-se sugerir que a apropriação delas e o modo das mesmas orientarem as ações preventivas às doenças variem, de modo não aleatório, porém, tanto em função do capital cultural e do modo de aquisição dele quanto da familiaridade social com o universo dos médicos e dos cientistas (BOURDIEU, 2003; BOLTANSKI, 1979). Com base nestes autores, pode-se lançar a hipótese de que os mais dotados de recursos culturais sejam também aqueles mais predispostos a se interessar pelas descobertas científicas e mais preparados para lidar cognitiva e praticamente com as alterações constantes das recomendações médicas a respeito dos cuidados preventivos. Dito de modo simples – a desvantagem dos menos escolarizados é, provavelmente, não apenas econômica, posto que, dentre os efeitos deste déficit, encontra-se também a pouca disposição para práticas inculcadas pelo sistema educacional – tais como: interessar-se por ciência, ler constantemente, informar-se diariamente. Desta perspectiva, a escolarização pode ser entendida não apenas como um indicador indireto de vantagens socioeconômicas, porém também de maior desenvoltura com o universo científico.

Tendo em vista o caráter não compulsório, mas voluntário, do “isolamento” privado no Brasil, o modo de geri-lo só se torna inteligível por meio da caracterização da morfologia daqueles que o adotaram, do modo como “receberam” e se apropriaram dos conteúdos midiáticos a respeito da doença e ajustaram a eles (ou não) suas ações preventivas. Para estas questões, as pesquisas sobre o “isolamento social” não atentaram. Porém, o levantamento que embasa a discussão a seguir foi orientado por elas. Convém, então, esclarecê-lo, previamente à mobilização dos dados.

Entre os meses de abril e julho de 2020, coletaram-se informações, em todo o Brasil, a respeito dos modos de praticar o isolamento social. Tratava-se de compreender a elaboração prática de uma equação, a saber: os motivos da permanência e da saída do domicílio. O instrumento utilizado para isso foi um questionário *online*. Incontornavelmente, como todas as pesquisas interessadas em surpreender aquela fase da resposta social à emergência da pandemia, a coleta sofreu de vieses cuja explicitação se faz necessária – a fim de tornar inteligível o tom hesitante de algumas sugestões de sentido. O delineamento amostral adotou a bola de neve como princípio: partiu-se da rede de apoio dos pesquisadores envolvidos, solicitando tanto

suas respostas quanto o trabalho de angariar pelo menos 10 respondentes e apoiadores, cada um. Em que se pesem os esforços para diversificar o perfil dos respondentes, o ponto de partida no espaço social condicionou a circulação da enquete num circuito com escolaridade relativamente elevada. Além disso, uma vez que o questionário circulou e foi respondido *online*, ele só alcançou a experiência dos indivíduos com acesso à *internet*, alfabetizados, com disposição para leitura, concentração, e boa vontade cultural, ligada a um tipo de vivência da crise sanitária, na qual a imersão no universo científico era requerida. Afinal, apelou-se também para uma palavra de ordem no sentido de que ao responder, as pessoas estariam “prestando grande auxílio para a compreensão do que estamos vivendo” (Autores, 2020) – a fim de convencê-las a fazê-lo.

Para a exploração do presente estudo, selecionamos os residentes do estado de São Paulo, maiores de 18 anos, autodeclarados em regime de “isolamento social”, contabilizando um amostra inicial de 4156 indivíduos. Para os objetivos do presente estudo, só interessavam os respondentes *que afirmavam não terem sido contaminados ou não saberem se foram contaminados pelo novo coronavírus (cf. discussão abaixo)*. Deste filtro, restaram 4118 indivíduos. Eles responderam ao questionário no intervalo compreendido entre 30 de abril e 01 de julho de 2020<sup>3</sup> – portanto, durante os primeiros meses da pandemia, acima caracterizados, pela incerteza geral e pela certeza mínima a respeito do contágio por meio das interações pessoais.

A discussão a seguir assume-se exploratória e sugestiva, e segue o seguinte roteiro. Num primeiro momento, propõe uma tipologia do “isolamento social”, alternativa à governamental. Diferentemente do método adotado pelos tomadores de decisões, o tempo de permanência das pessoas no interior de suas casas e o

perímetro da circulação externa a ela não são os critérios da classificação “está isolado”/ “não está isolado”, tampouco da mensuração da “taxa de isolamento”. A tipologia proposta nesta pesquisa considera esta prática como resultado de uma equação: a eleição de diversos motivos que levavam as pessoas a saírem ou permanecerem em suas residências e conceberem-se em regime de “isolamento social”. Em seguida, apresenta-se o universo dos respondentes, segundo sua escolaridade, averiguando a incidência dela sobre: sua propensão para incorporar as informações científicas em suas reações, suas modalidades de isolamento social e a avaliação que as autoridades políticas e os próprios indivíduos fazem delas. Finalmente, discutem-se as dimensões especificamente culturais e escolares da prática do isolamento social.

#### **A equação definidora do isolamento social: motivações da permanência em domicílio e das “escapadinhas” dele.**

O “índice de isolamento” governamental foi elaborado com a finalidade de monitorar a circulação das pessoas, e, por isso, adotou critérios geoespaciais. Toma-se por referência um ponto fixo residencial, que consiste no lugar em que os celulares permaneceram, entre 22hs e 2hs – informação oferecida pelas operadoras de telefone. Ao ser deslocado por mais de 200 metros em relação a este ponto fixo, durante o dia, registra-se “quebra de quarentena” (IPT, 2020). É desse modo que o “Centro de Contingência do Coronavírus do Estado de São Paulo” mensura o “isolamento social”.

No entanto, socialmente, “isolar-se” consiste numa miríade de pequenas decisões e escolhas, com graus distintos de reflexividade. O acúmulo delas vai esquadrinhando a gestão da permanência em domicílio e das “escapadinhas” da “quarentena”<sup>4</sup>. Sendo assim, esta

3 As tabelas a seguir apresentam uma ligeira variação no número absoluto de respondentes (entre 4118 e 4109). Isso se deve ao fato de que alguns respondentes tiveram problemas técnicos e não responderam a perguntas obrigatórias da enquete e que estão sendo mobilizadas neste artigo. Ao tratar dos dados, optamos por não eliminá-los da base, em função do material qualitativo que ofereceram nas perguntas dissertativas. De todo modo, os números absolutos em questão são diminutos e não interferem nas tendências que se caracterizam pelo exame relacional dos percentuais. Esclareça-se também que em função do viés da escolaridade, optou-se por reunir os indivíduos com ensino fundamental (completo e incompleto) e ensino médio incompleto num único segmento – caso contrário, o nível de dispersão dos mesmos seria muito alto.

4 Não há nova vida sem novas palavras. O surgimento de novas categorias temporais (como “ano 1 da pandemia”, “40tena”), espaciais (como “covidário”), práticos (como “webnário”, “apéro web”, “coronapero”, “webteco”, “coronamatches”, “corona date”), sociais (tais como “quarenteners”, “zoomer”, “futuros-quiças-dates”), que designam agentes (tal como comunavirus), sentimentos (coronafobia), além de trocadilhos críticos (tal como covamérica, para designar a realização da Copa América, no Brasil, em 2021) atesta o ineditismo do momento histórico e a tentativa de conferir sentido à especificidade dele. Três dicionários ingleses adicionaram o termo “distanciamento social” a seus verbetes (Collins English, Merriam-Webster e Oxford English) (MINEO, 2020). Na pesquisa mais ampla, de que se extrai os resultados parciais apresentados neste artigo, procura-se discutir esse fenôme-

prática não é redutível ao deslocamento em perímetro superior ou inferior a 200 metros, como concebe o critério do monitoramento governamental. O regime de “isolamento social” é construído diariamente, por um sistema de auto-restrições e de auto-permissões – posto que os critérios para permanecer ou sair não foram definidos por uma legislação que interviesse em foro privado. Trata-se, assim, de optar por suprimir *absoluta* ou *seletivamente* as interações físicas e interpessoais externas à moradia – e não apenas em evitar a circulação no espaço. Por isso, interessam as condutas dos adeptos da prática do isolamento, diante da variedade de problemas ordinários e imprevistos, práticos e afetivos, convocando-lhe soluções condicionadas às “escapadinhas”. Na ausência de regras formalmente estabelecidas que definissem as ações da prática, isto é, sob quais circunstâncias sair e sob quais permanecer em domicílio, sobressaem as dimensões especificamente *sociológicas* destas escolhas, posto que os próprios indivíduos isolados consistam na fonte de critérios para as minúsculas decisões que, em conjunto, caracterizam as modalidades mais autorrestritivas e mais auto-permissivas de isolamento social. Desta perspectiva, propõe-se, a seguir, uma tipologia do isolamento, alternativa ao princípio de mensuração oficial.

Os tipos de “circulação” em “regime de isolamento social” foram construídos a partir das respostas à seguinte pergunta: “você se encontra em máximo isolamento social?”. As alternativas oferecidas pelo questionário criavam uma escala, iam do “sim” ao “mais ou menos”, e, finalmente, ao “não”. Esclareça-se que aqueles que responderam “não” nesta pergunta, responderam “sim” à pergunta filtro: “você se encontra em isolamento social?”. Dito de outro modo, todos os respondentes considerados para este exame afirmaram “sim, estou (considero-me) em isolamento social”; e “não”, nesta resposta, consiste em “não estou em isolamento *máximo*”. O fraseamento da pergunta e das alternativas empenhou-se em neutralizar qualquer julgamento da conduta do respondente, propiciando a ele o conforto necessário para assumir, sem constrangimento – seja em função de sua rigidez ou

de sua permissividade. Como as caudalosas narrativas e diários de quarentena registram, estabeleceram-se, reciprocamente, pressões e juízos contraditórios a respeito da autocensura da permissividade para sair e “se arriscar”. Aqui e acolá, os círculos de convívio emitem juízos em favor de mais reserva nas saídas “mas você está mesmo isolado?; “onde você estava?; “se estava isolado, como se contaminou?; porém, também censuram excessos de zelo (REZENDE, 2020; FRÚGOLI, 2021). Tentou-se, com o termo “máximo” do enunciado, informar o respondente que a pesquisa o supunha praticando o “seu melhor”; e, com as gradações mencionadas, autorizá-los a responderem com franqueza.

Atribuiu-se uma pontuação para cada “alternativa”, nas quais figuravam diversos tipos de “saídas” de casa. A pontuação considerou o potencial de contatos físicos implicados nos tipos de saída e seu caráter interacional e interpessoal. Desse modo, pretendeu-se dar conta, em primeiro lugar, do “para quê”, ou seja, dos fins práticos pelos quais as pessoas saíam de suas casas. E, em segundo lugar, do “por quem” as pessoas saíam de suas casas – ou seja, do caráter dos vínculos sociais mais e menos significativos, reiterados, suprimidos, ou reduzidos em sua frequência, pela manutenção ou ruptura das interações corpo a corpo. Além disso, objetivou-se construir um gradiente entre as gestões mais autorrestritivas e as mais auto-permissivas – contemplando os dois critérios assinalados (fins práticos e vínculos interpessoais). Desse modo, as gestões mais autorrestritivas se caracterizam pela suspensão em quantidade (dos contatos físicos) e em qualidade (menos diversidade de vínculos interpessoais significativos) – já as mais auto-permissivas caracterizam-se pela dinâmica inversa. Chegou-se, desse modo, às seguintes modalidades de circulação em “regime de isolamento social”:

#### **Quadro 1. Modalidade de circulação em regime de isolamento social**

---

no e incorporar as “novas palavras” na caracterização do “novo normal”. Por isso, “escapadinhas” – em clara alusão à traição de regras – empregada no título desta parte. Ela tem sido empregada para designar as “quebras de quarentena” e evidencia a ciência de certo risco que as pessoas optam por correr, ao praticá-las. Cf. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2020/04/05/coronavirus-infectologista-alerta-para-risco-de-escapadinhas-durante-quarentena.ghtml>. Acessado em: 05 de julho de 2021.

a) Supressão total de qualquer tipo de circulação externa ao domicílio
b) Sem contato interpessoal
c) Seletiva familiar
d) Seletiva societal
e) Redução da frequência comparada ao período anterior à adesão ao isolamento

Fonte: Elaboração própria

Considerando-se o isolamento social como um sistema de censura e de permissividade das saídas de casa, a primeira modalidade, “supressão (total de qualquer tipo de circulação externa ao domicílio)” consiste na mais restritiva maneira de aderir à prática. A circulação “sem contato interpessoal” se caracteriza por saídas domiciliares que podem promover contatos físicos com outras pessoas, porém são previamente destituídos de caráter relacional/interpessoal, e têm por objetivo solucionar problemas do cotidiano. Este “regime de isolamento social” autoriza saídas para fazer compras, praticar esportes, caminhar com cachorro, ir ao médico e ao banco, etc. As práticas como sair de carro com a família e/ou sair para levar as crianças ao parque também foram agregadas nesta categoria, por não introduzirem interações interpessoais exteriores à configuração social do ambiente doméstico “isolado”, ao saírem dele.

Identificaram-se dois tipos de circulação motivada por relações significativas e interpessoais, com caráter seletivo: a familiar e a societal. Agrupou-se em “circulação familiar” os respondentes cujas saídas eram motivadas por relações ou obrigações de parentesco: a visita regular aos pais e/ou outros familiares (ou as visitas excepcionais, em datas festivas); viagens de carro para visitar pais e/ou outros familiares. Dois fatores distinguem este “regime de isolamento”, em contraste com os anteriores: não há privação de interações interpessoais significativas externas à unidade doméstica “isolada”; há seletividade na manutenção das interações, privilegiando o caráter familiar das mesmas.

Em contrapartida, agrupou-se na circulação societal os respondentes que se permitiam sair de casa motivados pelo círculo mais amplo de relações interpessoais significativas, alheias às de parentesco: amigos, parceiros sexuais, grupos de oração, frequência a rituais religiosos (coletivos). O regime de isolamento

desta categoria aproxima-se do observado na categoria “seletiva familiar” – pois ambos apresentam cálculo na escolha das interações. Porém, distingue-se de todos os anteriores em seu grau de censura e permissividade. Alargando o espaço das interações interpessoais significativas, externas à configuração domiciliar “isolada” e ao círculo de parentesco, ele apresenta um número menor de interdições e mais diversidade dos tipos de vínculos mantidos por meio da interação corpo a corpo.

Todas estas faixas reúnem indivíduos em *home office*. Aos que declararam deslocar-se de casa para trabalhar, atribuiu-se outro tipo de classificação. O isolamento destes respondentes corresponde ao mínimo caráter restritivo – verificou-se que tendem a praticar todas as formas anteriores de circulação, concomitantemente à do trabalho, em ritmo menos intenso do que o período anterior ao isolamento. Nesta modalidade, são auto permitidas a circulação e as interações corpo a corpo motivadas por vínculos de parentesco e/ou societais e pelas obrigações de trabalho, além das saídas por questões práticas. Posto que combinem, portanto, todas as formas de permissividade anteriores, pode-se inferir que esta modalidade tenha sido concebida como privação da frequência com a qual saíam rotineiramente no período anterior à adesão à prática do isolamento. Para este segmento, é provável que a mínima redução da circulação seja já sentida e vivida como esforço máximo de realização do “isolamento”.

Assim, caracterizam-se cinco modalidades de isolamento, definidas pelos tipos de circulação externa ao domicílio: a) supressão total de saídas; b) saídas sem contato interpessoal; c) saídas seletivas familiares; d) saídas seletivas societais; e) redução da frequência da circulação externa à residência (se comparada à rotina anterior à prática do isolamento).

### O conhecimento orienta a ação preventiva?

Durante o intervalo de tempo em que a amostra em exame respondeu ao questionário, uma informação a respeito dos atributos do novo coronavírus já havia sido largamente difundida – a saber: o caráter “assintomático” de numerosos contaminados. Num porcentual desconhecido, as pessoas contaminadas poderiam não desenvolver sintomas e, inadvertidamente, contagiar outras; assim como poderíamos nos contagiar, supondo

que interagimos com alguém saudável. Os noticiários ressaltavam que a alta velocidade da transmissão mundial do vírus atrelava-se a esta característica do vírus.

Tendo-se por parâmetro as publicações do periódico *Folha de S. Paulo*, orientadas ao esclarecimento a respeito “do que se sabe até agora sobre o coronavírus chinês”, pode-se estabelecer que no período de coleta das respostas que constituem a amostra em exame, já se contava com a difusão e a sedimentação coletiva desta informação. Com efeito, este jornal tinha começado a apresentar, destacadamente, o problema dos “assintomáticos”, dois meses antes (dias 27 e 29 de janeiro de 2020)<sup>5</sup>.

É razoável supor que o indivíduo instruído, bem informado por leitura regular, deste e/ou de veículos de imprensa equivalentes, dotado de interesse seja por descobertas científicas, seja por instruções para o cuidado de si embasadas em discussões médicas, estivesse ciente desta característica da doença. Por conseguinte, se indagado a respeito de estar ou já ter sido contaminado, e não sofresse dos sintomas, igualmente, àquela altura, já associados à COVID-19, este indivíduo hipotético responderia “não sei”, caso se guiasse por uma incorporação às reações lógicas e práticas, desse conjunto mínimo de informações e certezas a respeito da doença – a saber: o fato de que não tenho sintomas não significa que não tenha/não tenha contraído a doença.

Como o indivíduo “empírico” da coleta, correspondente a este indivíduo “hipotético”, comportou-se, e sua resposta/reação, ao ser indagado “você já foi/está contaminado pelo novo coronavírus?” Eliminando-se os que responderam “sim” a esta pergunta, a distribuição dos respondentes que interessam à exploração proposta, segundo o grau de escolaridade, corresponde, parcialmente, àquela expectativa sociológica hipotética.

**Tabela 1. “Você já foi ou está contaminado pelo novo coronavírus”? (n)**

Escolaridade	Não	Não sei	Total
Até ensino médio incompleto	78,9% (30)	21,05% (8)	0,92% (38)

5 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/01/numero-de-mortos-por-coronavirus-chines-chega-a-81.shtm>; <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudiacollucci/2020/01/fake-news-sobre-coronavirus-se-disseminam-mais-rapidamente-do-que-a-doenca.shtml>. Acessado em: 05 de julho de 2021.

Ensino médio completo	70, 85% (248)	29, 14% (102)	8, 49% (350)
Ensino superior incompleto	67,2% (495)	32, 7% (241)	17,8% (736)
Ensino superior completo	63, 35% (759)	36, 6% (439)	29, 09% (1198)
Pós-graduação	57, 57% (1034)	42, 42% (762)	43, 6% (1796)
Total	62,31 % (2556)	37,6% (1552)	100% (4118)

Fonte: Elaboração própria

Leia-se, em primeiro lugar, a distribuição total nas colunas “não” e “não sei”. Observa-se uma concentração de respostas em desacordo com a informação largamente difundida a respeito dos casos assintomáticos: enquanto 62,31%, mais da metade, responderam “não” (estar/nem terem sido contaminados), pois objetivamente não apresentavam sintomas, apenas 37,6%, pouco mais do que 1/3, responderam “não sei” (se estou/fui contaminado) – a resposta em conformidade com a informação científica. O que se pode inferir disso, cautelosamente, não deixa de ser sociologicamente significativo. É possível, mas improvável, que os 62,31%, destituídos de sintomas de COVID-19 não estivessem a par do caráter assintomático de fração dos contaminados. É possível também, e, neste caso, mais provável, que a crença em sua não-contaminação se sobrepusesse à ciência a respeito do caráter assintomático da doença. Os motivos disso merecem exploração – podem se ligar à confiança em seus cuidados próprios quanto ao reforço dela, estribado na atribuição de valor social diferencial a si mesmo, que tem base na propriedade e usufruto das condições materiais para a prática dos mesmos.

Sem o tônus normativo que a discussão pública da condução da pandemia, forçosa e compreensivelmente assumiu, e a título de facilitação da exposição, chamemos a resposta “não” (em desacordo com a informação científica difundida a respeito dos casos assintomáticos) de “errada”, e a resposta “não sei” (em acordo com a informação científica difundida a respeito dos casos assintomáticos) de “correta”. Vale, então, observar a distribuição das respostas “corretas” e “erradas” nos diferentes graus de escolaridade.

A leitura horizontal da tabela evidencia menos respostas “corretas” do que “erradas”, em todos os segmentos dos graus de escolaridade. Entre os indivíduos que estudaram até o ensino médio incompleto, por exemplo, 78,9% responderam “não estou/não fui contaminado”, e apenas 21,05% responderam, “corretamente”, “não sei”. Entre os que atingiram o ensino médio completo, 70,85% acreditam não terem sido contaminados, e, apenas 29,14%, cientes e conscientes do caráter assintomático de algumas contaminações, responderam “não sei”. Dentre os que atingiram o nível superior incompleto, 67,2% responderam “não”, e, apenas 32,7%, “não sei”. Dentre os respondentes com o nível superior completo, 63,35% acreditam não estarem nem terem sido contaminados, e, apenas 36,6%, “não sei”. Finalmente, os pós-graduados, segmentam-se entre 57,57% que acreditam não estarem nem terem sido contaminados, e, apenas, 43,42% que responderam “corretamente”.

Avaliando o gradiente de concentração em respostas “não” e “não sei”, constata-se: enquanto a primeira decresce continuamente conforme se sobe nos graus de instrução, a segunda aumenta nesta mesma direção. Assim, a menor concentração de respostas corretas encontra-se entre indivíduos que possuem até o ensino médio incompleto (21,05%); e a maior, entre aqueles que possuem pós-graduação (42,42%). Entre esses extremos, a gradação crescente e contínua é nítida (29,14%, com ensino médio completo; 32,7% com superior incompleto; 36,6%, com superior completo). Obviamente, a coluna “não” – na qualidade de resposta “errada” (insiste-se, conforme as informações médicas divulgadas àquela altura) – reforça o princípio, invertendo o gradiente: quanto menos instrução, mais concentração de respostas erradas. Dessa forma, dentre os que completaram até o ensino médio incompleto, encontra-se a maior concentração de respostas “erradas” (78,9% respondeu “não estou/não fui contaminado”), e a menor, entre pós-graduados (57,57% respondeu “não estou/não fui contaminado”). Dito de modo sintético, observa-se uma proporção crescente de respostas “não sei” (isto é, a “correta”) e uma proporção decrescente de “não” (isto é, “incorreta”), conforme se aumenta o nível de escolaridade.

Concebendo as respostas a esta pergunta como um indício do potencial de incorporação das informações científicas às reações práticas diante da doença, pode-

se sugerir que o conhecimento delas seja pouco determinante das atitudes – sobretudo quando se considera as respostas “erradas”/“corretas” no conjunto da amostra e nos seus segmentos. Há uma nuance da clivagem, condicionada pela escolaridade, que sugere duas conexões de sentido. Por um lado, pode-se supor haver mais conhecimento a respeito da Covid-19, conforme se sobe no nível de instrução – o que explicaria a tendência proporcional acima caracterizada. Neste sentido, a concentração de respostas “erradas” em níveis inferiores de escolaridade se deveria às lacunas de informação. Entrementes, trata-se de algo pouco provável – tanto pela escolarização do conjunto e pela “boa vontade” dele, expressa, dentre outros fatores, na disponibilidade a responder o questionário, quanto pela precocidade e pela intensidade de divulgação dela – dois lados de uma mesma configuração, acima caracterizada.

É mais factível sugerir que em detrimento da incorporação do conhecimento médico e científico, a reação à pergunta foi condicionada por outros fatores. Torná-los inteira e categoricamente explicáveis exigira outra sondagem, desdobramento do que é apresentado neste trabalho. De todo modo, a partir do que se coletou é possível sugerir que a escolaridade impacte a incorporação da informação científica nas atitudes práticas diante da doença – e não apenas o acesso a ela, o entendimento dela e o interesse por ela, como certo senso comum supõe. Ademais, não se esgota a investigação dos nexos entre níveis de escolaridade assimétricos e tendências para a incorporação das informações científicas nas atitudes diante da doença com o que foi exposto. Por limitados que sejam os dados levantados, eles oferecem subsídios para se discutir a hipótese de que as assimetrias escolares apresentem efeitos nos modos de gerir e de avaliar a prática preventiva mais decisiva nos primeiros meses da pandemia: o isolamento. É o que se faz a seguir.

**Tabela 2: Modalidade de isolamento social praticada x reação científica incorporada (n)**

Regime	Não “errada”	Não sei “correta”	Total
Supressão absoluta saídas	69,36% (206)	30,63% (91)	7 22% (297)
Circulação sem contato interpessoal	62,74% (1307)	37,25% (776)	50 6% (2083)
Circulação seletiva (familiar)	63,38% (322)	36,61% (186)	12 35% (508)
Circulação seletiva (societal)	57,39% (229)	42,60% (170)	9 7% (399)

Redução da frequência de circulação	60,29% (498)	39,70% (328)	20,08% (826)
Total	62,29% (2562)	37,7% (1551)	100% (4113)

Fonte: Elaboração própria

Coerentemente com o que se apresentou na Tabela 2, a concentração de respostas encontra-se numa reação “questionável”, do ponto de vista das informações científicas consensuais, em circulação àquela altura: 62,29% acreditam não terem sido contaminados (ignorando a possibilidade de serem assintomáticos) e apenas 37,7% reagem conforme a correção científica (considerando que possam ser contaminados e assintomáticos).

Reforça-se também o que já foi observado acima: em detrimento da incorporação da informação científica, as reações à pergunta parecem ser orientadas por fatores diversos. Neste caso, pode-se sugerir a validade geral do princípio segundo o qual as práticas de autocuidado reforçam a confiança no bom estado físico e de saúde. Particularmente, é o que se infere da observação das linhas da tabela, partindo daqueles que optaram pela “supressão absoluta de saídas”: eles constituem o segmento com mais confiança em sua não-contaminação. Depois deles, as respostas “erradas” encontram-se, em concentração decrescente, na seguinte ordem: os adeptos do regime de isolamento com circulação seletiva familiar (63,38%); os adeptos do regime de isolamento sem contato interpessoal (62,74%); os adeptos do regime de redução de saídas (60,29%); os adeptos do regime de isolamento seletivo societal (57,39%). Esta escala não parece casual: a circulação entre familiares é investida da legitimidade dos vínculos sanguíneos e de suas obrigações tanto afetivas quanto morais (Rodrigues, 2021). Daí que, em seguida à crença na não contaminação daqueles em regime de supressão absoluta, encontrem-se aqueles em regime de circulação familiar e, em contrapartida, aqueles mais inclinados a reconhecer que talvez sejam assintomáticos/contaminados sejam também adeptos do regime de isolamento seletivo societal (57,39%).

### Níveis de escolaridade e modalidades de circulação em regime de isolamento

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos respondentes entre os gradientes máximos de censura e permissividade, que caracterizam as modalidades de circulação em regime de isolamento social,

descritas anteriormente. Considerando-se o conjunto, indistintamente, observa-se que a “supressão” total da circulação é a modalidade menos adotada (7, 22%). Já a modalidade de circulação social em regime de isolamento que apresenta mais adeptos consiste naquela “sem contato interpessoal” (50, 65%). Entre uma e outra, crescentemente, observa-se: 9, 7% adeptos da circulação seletiva com caráter societal; 12, 35%, da circulação seletiva com caráter familiar; 20, 06%, apenas reduziram a circulação, em comparação ao período anterior ao advento da pandemia.

**Tabela 3. Escolaridade x Modalidade de circulação social em regime de isolamento (n)**

	Supressão	Sem contato interpessoal	Seletiva familiar	Seletiva societal	Redução	Total
Até ensino médio incompleto	10,5% (4)	44,7 (17)	7,89% (3)	5,26% (2)	31,5% (12)	0,92% (38)
Ensino médio completo	3,74% (13)	45,2% (157)	9,51% (33)	12,6% (44)	28,81% (100)	8,43% (347)
Ensino superior incompleto	2,3% (17)	48,5% (357)	10,7% (79)	13,45% (99)	25% (184)	17,89% (736)
Ensino superior completo	9,10% (108)	56,1% (609)	12,9% (153)	8,6% (102)	18,04% (214)	28,84% (1186)
Pós-graduação	8,58% (155)	52,24% (943)	13,29% (240)	8,42% (152)	17,45% (315)	43,89% (1805)
Total	7,22% (297)	50,65% (2083)	12,35% (508)	9,7% (399)	20,06% (825)	100% (4112)

Fonte: Elaboração própria

No conjunto dos respondentes considerados, “supressão” é a modalidade menos adotada. Contudo, no subconjunto dos que optaram por ela, nota-se que os indivíduos com escolaridade mais baixa – até o ensino médio – são os que mais frequentemente a praticam (10,5%). Eles são sucedidos por indivíduos com superior completo (9,1%), pós-graduados (8,58%), médio completo (3,74%) e superior incompleto (2,3%). Dificilmente se entrevê algum nexos ou gradação entre nível de escolaridade e esta modalidade de circulação, se vista isoladamente. Porém, pode-se, a partir desta distribuição, afirmar que o mais alto grau de instrução não implica a escolha por um isolamento absoluto em detrimento do seletivo – contrariando a ideia segundo a qual mais escolaridade conduziria a mais acesso à informação, e, por conseguinte, à adoção de condutas mais restritivas e disciplinadas. Confirma-se o que foi apresentado acima: mais “conhecimento” a respeito da dinâmica da transmissão não resulta em níveis mais austeros de permanência em domicílio.

Em contrapartida, a escolaridade incide na regulação da circulação seletiva. Se não induz a

adoção da supressão absoluta da circulação, tem efeitos na evitação da modalidade “redução”. Não por acaso, a leitura desta coluna, em paralelo à subida na escolarização, assinala concentração decrescente: adotam a modalidade “redução” (da frequência de circulação, comparativamente ao período anterior ao isolamento social), 31,5% dentre os que estudaram até o ensino médio completo; 28,81% dentre os que estudaram até o ensino médio completo; 25% dentre os que estudaram até o superior incompleto; apenas 18,04% dentre os que estudaram até o superior completo, e, ainda menos, dentre os pós-graduados, 17,45%. Considerando-se a discussão anterior – sumariamente, o nível de escolaridade não implica, necessariamente, a incorporação das assertivas científicas nas (re)ações específicas relativas à doença – pode-se aventar que esta tendência se ligue menos ao perfil esclarecido dos mais escolarizados, porém atrele-se a ela enquanto indicador indireto de condições socioeconômicas privilegiadas. Isto é: neste segmento, provavelmente, encontram-se indivíduos com condições materiais de permanecer em casa. Esta discussão sugere que se deva também pensar a respeito do nexos entre escolaridade e confiança na correção e eficácia protetiva da própria conduta.

#### Nível de escolaridade e juízos a respeito da prática do isolamento

A escolaridade teria alguma incidência sobre o modo de ajuizar as práticas de cuidado com a saúde e, em particular, o isolamento social? Oferecemos aos respondentes três alternativas para a apreciação de seu isolamento: flexível, de bom senso e rigoroso.

Eis o modo como as respostas se distribuíram, em função da escolaridade:

**Tabela 4. Escolaridade x Juízo a respeito da prática do isolamento (n)**

	Flexível	Bom Senso	Rigoroso	Total
Até ensino médio incompleto	10, 5% (4)	52, 6% (20)	36, 84% (14)	0, 92% (38)
Ensino médio completo	5, 14% (18)	46, 5% (163)	48, 2% (169)	8, 49% (350)
Ensino superior incompleto	5, 57% (41)	36, 9% (272)	57, 47% (423)	17, 87% (736)
Ensino superior completo	2, 5% (30)	35, 72% (428)	61, 76% (740)	29, 09% (1198)
Pós-graduação	2, 61% (47)	30, 34% (545)	67, 03% (1204)	43, 61% (1796)
Total	3, 39% (140)	34,67% (1428)	61, 9% (2550)	100% (4118)

Fonte: Elaboração própria

A primeira observação a ser feita a respeito da tabela acima consiste no juízo do conjunto dos respondentes: 61,09% consideram seu isolamento “rigoroso”, apenas 34,67%, de bom senso, e uma minoria de 3,39%, “flexível”. E, no entanto, como a tabela 3 (anterior) indicou, apenas 7,22% adotou a “supressão” da circulação externa ao domicílio como modalidade de isolamento.

A segunda observação a ser feita é contra intuitiva. Baseando-se numa visão idealizada dos efeitos da instrução sobre as condutas, alguns supõem que os mais instruídos fossem mais severos na avaliação dos cuidados médico-sanitários. Porém, observa-se o contrário. Chama atenção o crescimento dos números na coluna “rigoroso”, concomitantemente à subida nos graus de escolaridade: enquanto apenas 36,84% dentre os que alcançaram o ensino médio se julgam rigorosos; 48,2%, dos que estudaram até o ensino médio completo consideram-se rigorosos; em seguida, 57,47%, com superior incompleto; aumentando para 61,76% com superior completo, e, finalmente, 67,03% dentre os pós-graduados.

Ao que tudo indica, um dos efeitos da escolaridade consiste em considerar o que se faz como correto e rigoroso. Trata-se de uma espécie de autoconfiança de que os indivíduos cultos se sentem investidos, propiciada pela “competência estatutária”, em função da propriedade do capital cultural, que lhes assegura a tomada da palavra desenvolva em política, a convicção a respeito da legitimidade de suas opiniões e condutas, a certeza de ser portador da ordem social correta – num sentido amplo (Bourdieu, 2007, p. 371-434).

#### As expectativas oficiais, os juízos sociais

Há convergência ou divergência entre os princípios que regem o juízo dos indivíduos e o governamental? Perquirir este ponto embasa a discussão a respeito das condições de coordenação da ação coletiva, em âmbito público e privado, num cenário em que a gestão das condutas é atomizada, e não regrada politicamente, como se caracterizou inicialmente neste artigo. É este o objetivo desta seção.

Como as autoridades oficiais do estado de São Paulo avaliariam as cinco modalidades de isolamento caracterizadas acima? Isso pode ser inferido por meio dos princípios subjacentes às campanhas publicitárias dirigidas à persuasão em favor da adesão ao isolamento.

Destacou-se a palavra de ordem “fique em casa”, sobretudo nas primeiras semanas posteriores ao decreto de recomendação do isolamento social. Em seguida, o *slogan* foi recomposto: “se puder, fique em casa” – e não é trivial refletir a respeito disso. A primeira sentença, “se puder”, não tem conteúdo definido, ela delega ao indivíduo estabelecer o que seja “não poder (não sair de casa)”. Ela é coesa com o princípio anteriormente caracterizado, de não legislar em âmbito privado, a respeito da economia de permanência e saída da residência. Já a segunda, “fique em casa”, é igualmente destituída de conteúdo, porém, tem sentido inverso: trata-se de uma sentença imperativa absoluta, sem concessivas. Ela é condizente com a rigidez e insensibilidade sociológica do critério geoespacial de mensuração discutido acima. Enquanto esta peça publicitária se dirigia à gestão privada do isolamento (aos indivíduos e às unidades domiciliares); os decretos se dirigiam à gestão pública dele – daí a “recomendação ... de que a circulação (...) se limite às necessidades imediatas de alimentação, cuidados de saúde...” – como destacado acima. A combinação desses parâmetros, para julgar a correção da prática dos isolados, resultaria em “fique em casa, saia dela apenas para resolver sua alimentação e sua saúde”. Pode-se inferir que o julgamento oficial das cinco modalidades seria:

### Quadro 2. Como as autoridades judiciais julgariam as modalidades de isolamento

Modalidade	Avaliação			
	Não é isolamento	Flexível	Bom senso	Ideal
Supressão absoluta				X
Circulação sem contato interpessoal			X (+)	X (-)
Circulação seletiva (familiar)	X (+)	X (-)		
Circulação seletiva (societal)	X			
Redução da frequência de saídas	X			

Fonte: Elaboração própria

Imputa-se o juízo “ideal” à modalidade “supressão absoluta”, pois ela obedece a ordem imperativa, igualmente absoluta: “fique em casa”. Já “bom senso”, à “circulação sem contato interpessoal”, pois ela é

menos restritiva do que a “ideal”, e composta por saídas que equivalem às mencionadas no decreto (saúde/alimentação, ainda que incluam outras, como ida ao banco e passeio de carro). Com alguma condescendência, talvez esta modalidade fosse considerada “ideal” – pois não foge de todo ao regramento oficial. Por estes motivos, consideramos: “bom senso”, como avaliação mais provável (X +) e “ideal”, como avaliação menos provável (X -). O juízo negativo, “não é isolamento”, seria dirigido às duas últimas modalidades, posto que englobem as chamadas “festas clandestinas”; assim como a irregular obrigação ou escolha de ir trabalhar, não exercendo atividade essencial.

Finalmente, a avaliação do isolamento com circulação seletiva familiar o qualificaria prioritariamente como “não é isolamento” e, com alguma condescendência, “flexível” – por isso, assinalou-se acima, respectivamente, X + e X -. Estas avaliações foram inferidas por meio de orientações oficiais, na ocasião das festividades familiares. A título de exemplo factual, destaque-se que em maio de 2020, o Comitê de Contingência do Coronavírus do Estado de São Paulo tentou convencer os comerciantes a deixarem o feriado para agosto do mesmo ano (G1, 2020c). Sendo mantida a data, o secretário estadual da Saúde, José Henrique Germann, afirmou, na comitiva de imprensa que antecedia a data: “... vivemos um regime de guerra. Uma situação totalmente anômala. Nunca estivemos desta maneira [pandemia], então, desta vez, não poderemos comemorar da forma que sempre comemoramos [o dia das mães]”<sup>6</sup>. Além disso, o comitê também produziu um “Guia para usar os principais aplicativos de vídeoconferências” e o disponibilizou no site do governo.

Esta discussão lança luz sobre fenômeno interessante. Ao contrário do que se poderia supor, tanto sondagens com potencial representativo da população brasileira (Malta, 2020: p. 184) quanto aquelas circunscritas a determinadas cidades e estados (Lima, 2020: p. 1577), constataram majoritária adesão ao distanciamento social. A despeito de prováveis perdas econômicas, 60% de brasileiros eram favoráveis ao isolamento, em abril de 2020, por acreditarem que ele reduziria a difusão do vírus (Datafolha, 2020). Então, como explicar que os governos estaduais não alcançassem suas metas

<sup>6</sup> Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/05/governo-orienta-uso-de-criatividade-para-manter-isolamento-no-dia-das-maes.shtml> Acessado em: 05 de julho de 2021.

ideais de restrição da circulação? Pode-se sugerir que o fato de os “isolados” regradar, segundo seus próprios critérios, o grau de restrição de sua circulação e de eles não coincidirem com a métrica governamental, talvez explique esse descompasso.

Ademais, pode-se ler de modo combinado as duas tabelas anteriores (3 e 4) e reforçar-se a assertiva segundo a qual a elevação na hierarquia escolar, corroborando as fianças simbólicas estatutárias aludidas anteriormente, concorre a favor da confiança na correção da própria conduta e na condescendência com ela. Desse modo, embora apenas 8,58% dos pós-graduados pratiquem um isolamento “ideal”, para os parâmetros oficiais, 67,03% dentre eles, avaliam sua prática como rigorosa. Embora apenas 9,1% dos graduados pratiquem um isolamento “ideal”, 61,76% dentre eles avaliam sua prática como rigorosa. Embora apenas 57,47% dos que possuem o superior incompleto pratiquem um isolamento “ideal”, 2,3% dentre eles avaliam sua prática como rigorosa. Embora apenas 48,2% dos que possuem o médio completo pratiquem um isolamento “ideal”, 3,47% dentre eles avaliam sua prática como rigorosa. Embora apenas 36,84% dos que possuem o médio incompleto pratiquem um isolamento “ideal”, 10,5% dentre eles avaliam sua prática como rigorosa. Enquanto os indivíduos com a mais alta escolaridade tendem a ser mais licenciosos consigo mesmos, os de mais baixa escolaridade tendem a ser mais críticos com relação às suas práticas. Abaixo, duas tabelas em contraste comprovam estas propensões.

**Tabela 5. Como os pós-graduados avaliam o seu isolamento? (n)**

	Flexível	Bom senso	Rigoroso	Total
Supressão	1,29% (2)	3,22% (5)	95,48% (148)	8,64% (155)
Sem contato	1,6% (15)	28,4% (265)	69,9% (653)	52,06% (933)
Seletiva familiar	8,3% (2)	30,41% (73)	68,75% (165)	1,33% (240)
Seletiva societal	5,92% (9)	48,68% (74)	45,3% (69)	8,48% (152)
Redução	5,12 (16)	40,70% (127)	54,16% (169)	17,41% (312)
Total	2,45% (44)	30,35% (544)	67,18% (1204)	100% (1792)

Fonte: Elaboração própria

**Tabela 6. Indivíduos sem pós-graduação: como avaliam o eu isolamento? (n)**

	Flexível	Bom senso	Rigoroso	Total
Supressão	1,29% (2)	3,22% (5)	95,48% (148)	8,64% (155)
Sem contato	1,6% (15)	28,4% (265)	69,9% (653)	52,06% (933)
Seletiva familiar	8,3% (2)	30,41% (73)	68,75% (165)	1,33% (240)
Seletiva societal	5,92% (9)	48,68% (74)	45,3% (69)	8,48% (152)
Redução	5,12 (16)	40,70% (127)	54,16% (169)	17,41% (312)
Total	2,45% (44)	30,35% (544)	67,18% (1204)	100% (1792)

Fonte: Elaboração própria

Observe-se como se comportariam os juízos, caso contrastássemos o modo como os “pós-graduados” e os demais segmentos de escolaridade avaliam seu isolamento. Enquanto 67,18% dos pós-graduados atribuem “rigor” a seu isolamento, apenas 58% dos demais julgam-se rigorosos. Tomemos a categoria de isolamento objetivamente menos restritiva. Observe-se, nas duas tabelas, os indivíduos em regime de “redução” (retome-se: aquela modalidade de isolamento na qual apenas se diminui a frequência das saídas de casa, em relação ao período anterior ao da pandemia): enquanto para 54,16% dos pós-graduados a prática dela é avaliada como “isolamento rigoroso”, apenas 47,6% dos demais segmentos a avaliam assim. Novamente, manifestam-se os efeitos estatutários, investindo os indivíduos de senso de valor social, na inclinação a se avaliarem positivamente: os mais escolarizados tendem a ser mais condescendentes no juízo que fazem de si próprios. A propensão se repõe, lendo a coluna “rigoroso”, de baixo para cima, indo da categoria de isolamento objetivamente menos restritiva até a mais restritiva. Vejamos. Enquanto 45,3% dos pós-graduados em regime de circulação “seletiva societal” julgam-se rigorosos, apenas 33,1% dos demais segmentos, praticando o mesmo modelo de isolamento social, julgam-se desse modo. Enquanto 68,75% dos pós-graduados em regime de circulação “seletiva familiar” julgam-se rigorosos, apenas 59,7% dos demais segmentos, praticando o mesmo modelo de isolamento social, julgam-se desse modo. 69,9% dos pós-graduados em regime de circulação “sem contato” julgam-se rigorosos, em contraste com 63,41% dos demais segmentos, praticando o mesmo modelo de isolamento social. Seria de se supor que na categoria “supressão”, todos convergissem, posto

que seja objetivamente a mais restritiva de todas. Justamente por este motivo, ainda que diminuta, a diferença é sociologicamente expressiva: também nesta modalidade, os pós-graduados são mais generosos consigo mesmos (95,48% avaliando-se “rigorosos”) do que os demais segmentos (91,5% avaliando-se “rigorosos”).

### Considerações Finais

A escalada vertiginosa de contágios e mortes por Covid-19 no Brasil situa a discussão sobre o “isolamento social” em primeiro plano, posto que a restrição das interações físicas seja a única medida não farmacológica eficaz para reduzir a velocidade da disseminação da doença – máscaras, por exemplo, não apresentam 100% de eficácia. Contudo, propor um modo diverso ao governamental, para “mensurar” o isolamento, pressupõe uma abordagem não prescritiva, tampouco judicativa, dos diversos regimes de restrição e licenciosidade que o caracterizam na prática social efetiva. Sustenta-se que somente deste modo é possível compreender o modo como as pessoas concebem seus isolamentos – sobretudo, por que no âmbito privado esta gestão foi atomizada e não sincronizada em nível coletivo por qualquer instância política dirigente.

Numerosos esforços foram despendidos para assinalar as condicionantes socioeconômicas da realização do isolamento social, e, conseqüentemente, da mortalidade por Covid-19 (SILVA, 2021; CARVALHO, NASSIE, LIMA, 2020; GRISOTTI, 2020). Outros estudos assinalaram os efeitos práticos tanto da ausência de coordenação em escala federal, como das orientações díspares do Ministério da Saúde e do Presidente da República, e das condutas negacionistas de Jair Bolsonaro, constatando que sua performance foi capaz de induzir atitudes similares, sobretudo entre seus eleitores fiéis (SCHMITT, 2020). Além disso, a apreciação detalhada do processo conflituoso pelo qual se estabeleceram “acepções de essencialidade” indicou que o fator decisivo não foram critérios técnicos, orientados pela conciliação do “imperativo de conter a propagação da doença com a preservação do que é, de fato, indispensável à sobrevivência”. A discriminação de atividades essenciais e não essenciais “dependeu do resultado da correlação de forças políticas na localidade” em questão (VENTURA, 2021, p. 37).

No presente estudo, procurou-se discutir o isolamento social, de uma perspectiva que pressupõe as abordagens políticas, econômicas e jurídicas. Porém, diferentemente delas, tenciona dimensionar fatores culturais e educacionais, não da adesão ao isolamento social, porém, de sua concepção, de sua gestão e do juízo a respeito dele. A título exploratório, considerou-se os efeitos tendenciais do nível de escolaridade sobre a incorporação da informação científica (por meio da averiguação das respostas “corretas” e “erradas”, do ponto de vista sanitário); sobre os graus de censura e de licenciosidade que caracteriza o regime de isolamento social e sobre a avaliação que os indivíduos fazem a respeito de seu próprio isolamento. Além disso, demonstrou-se a distância entre as expectativas oficiais e as práticas sociais, a respeito do isolamento: enquanto os indivíduos consideram seu isolamento rigoroso, os critérios oficiais os avaliariam demasiadamente condescendentes. As principais conexões de sentido apresentadas pelo artigo são contra-intuitivas, pois afirmam que a elevação na hierarquia escolar concorre menos a favor do rigor de cuidados do que a favor da confiança na correção da própria conduta redundando na propensão à maior condescendência do juízo de si próprio.

Ao chamar a atenção para o fator educacional na organização do “regime de isolamento social” (isto é – na gestão e avaliação do mesmo), procurou-se interpelar uma crença do senso comum, segundo a qual a informação científica assume papel redentor: saber mais a respeito da doença, nesta concepção, implicaria ter mais condições de autodefesa e mais cuidados preventivos. Se sem informação não há como ajustar as atitudes à novidade “Pandemia”; se o acesso a ela é uma condição necessária para a orientação das condutas com relação à saúde, é igualmente necessário estabelecer que não se trata de condição suficiente para sua incorporação nas reações práticas, tampouco na avaliação a respeito da própria conduta. Neste sentido, ainda que o presente artigo não possua caráter normativo, interpela dimensões prescritivas e crenças que permeiam a gestão da crise sanitária tanto por organismos políticos, com suas campanhas de persuasão, quanto os veículos de comunicação auxiliares das mesmas.

## Referências bibliográficas

AQUINO, Estela M. L. *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, 2021, pp. 2423-2446. Acesso em: 16 nov. 2021.

BOSCO, Estevão (2020) Covid-19 e a reconfiguração de fronteiras sociais, culturais e políticas: reflexões sobre corpo, conhecimento e poder. In: Ribeiro, W. C. (org.) **Covid-19. Passado, presente e futuro**. São Paulo: FFLCH/USP, p. 196-207.

BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CARVALHO, Laura; NASSIF, Luiza; XAVIER, Laura. (2020). **COVID-19 e Desigualdade no Brasil**. Disponível em: 10.13140/RG.2.2.27014.73282. Acesso em: 16 nov. 2021.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo, Edusp: 1998.

DATAFOLHA, DATAFOLHA. 2020. Opinião sobre a pandemia coronavírus. Comportamento da população e medidas do governo. <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/05/1988729-60-sao-favoraveis-a-fechamento-total-para-conter-coronavirus.shtml>, acesso em 27/1/2021. Acesso em: 05 jul. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Fake news sobre coronavírus se disseminam mais rapidamente do que a doença”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudiacollucci/2020/01/fake-news-sobre-coronavirus-se-disseminam-mais-rapidamente-do-que-a-doenca.shtml> Acesso em: 05 jul. 2021.

FOURNIER, Marcel. Rereading Émile Durkheim in this time of a global health crisis. **Newsletter RC08, ISA**, May 2020, s/p.

FRÚGOLI, Heitor. A casa e a rua em tempos de Covid-19: uma leitura antropológica de “Diário de con-

finamento” (Susana Bragatto). **Horizontes Antropológicos**, v. 26, n. 58, 2021, pp. 481-507.

G1. “Governo orienta uso de criatividade para manter isolamento no dia das mães”. In. Agora/Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/05/governo-orienta-uso-de-criatividade-para-manter-isolamento-no-dia-das-maes.shtml> (Acesso em: 05 de jul. 2021)

G1. “Infetologista alerta para risco de escapadinhas durante a quarentena”. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2020/04/05/coronavirus-infetologista-alerta-para-risco-de-escapadinhas-durante-quarentena.ghtml> (Acesso em: 05 jul. 2021)

GRISOTTI, Marcia. Pandemia de Covid-19: agenda de pesquisas em contextos de incertezas e contribuições das ciências sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 02, 2020, p. 1-7.

HENRIQUE, Alfredo. “Governo orienta uso de criatividade para manter isolamento no dia das mães”. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/05/governo-orienta-uso-de-criatividade-para-manter-isolamento-no-dia-das-maes.shtml?origin=folha> (Acesso em: 20 abr. 2021)

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS (IPT). “Perguntas sobre o isolamento social”. Disponível em: [https://www.ipt.br/noticia/1623-\\_perguntas\\_sobre\\_isolamento\\_social.htm](https://www.ipt.br/noticia/1623-_perguntas_sobre_isolamento_social.htm) (Acesso em: 20 abr. 2021)

LEBARON, Frédéric, « Covid-19. L'onomie pandémique ». **Savoir/Agir**, n. 54, 2020/2, p. 7-9. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-savoir-agir-2020-2-page-7.htm> (Acesso em: 20 abr. 2021).

LIMA, D. L. F, et al. Covid-19 no estado do Ceará, Brasil: comportamentos e crenças na chegada da pandemia. In. **Ciência & saúde coletiva**, v. 25, n. 5, 2020, pp. 1575-1586.

MALTA, D. C. et al. Distanciamento social, sentimento de tristeza e estilos de vida da população brasileira durante a pandemia de covid-19. **Saúde em debate, Revista do Centro Brasileiro de estudos de saúde**, v. 44, 2020, pp. 170-190.

NUSSBAUMER-STEIT, B. et al. Quarantine alone or in combination with other public health measures to

control COVID 19: a rapid review. **Cochrane database of Syst Rev.** n. 4, v. 4.

REZENDE, Claudia B. Reflexões sobre o constrangimento e o medo na pandemia. **Boletín del Grupo de Trabajo. Vigilantismo y violencia colectiva.** CLACSO, v. 1, julho, 2020, pp. 54-59.

RODRIGUES, Lidiane Soares. Para quê e por quem os isolados saem de suas casas?. In. BOSCO, Estevão; IGREJA, Rebecca; VALLADARES, Laura (orgs). **A América Latina frente ao Governo da COVID-19: desigualdades, crises e resistências.** Brasília/Cidade do México: Ed. FLACSO e Ed. UAM, 2021.

SCHMITT, Gustavo. “Desrespeito ao isolamento social é maior em áreas onde Bolsonaro tem mais apoio, diz estudo”. In. *Época*, 25 de abril de 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/desrespeito-ao-isolamento-social-maior-em-areas-onde-bolsonaro-tem-mais-apoio-diz-estudo-24391966> (Acesso em: 19 abr 2021)

SILVA, Vitoria V. A Covid-10 enquanto questão social: classe, escolaridade e cor da pandemia no Pará. **HOLOS**, v. 1, n. 37, v.1, 2021, pp. 1-14.

VENTURA, Deise, et al. Atividades consideradas essenciais no brasil durante a Pandemia: as discrepâncias entre normas federais e estaduais. **Boletim n. 10. Direitos na Pandemia. Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil.** Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/01/boletim-direitos-na-pandemia.pdf> (Acesso em: 19 abr 2021)

UOL. “Entenda a diferença entre quarentena, isolamento e distanciamento”. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/07/24/entenda-a-diferenca-entre-quarentena-isolamento-e-distanciamento.htm> (Acesso em: 19 abr 2021).

## Artigos

# O Decisionismo Transcendente de Leo Strauss: apontamentos para interpretação da República Americana em guerra

Ronaldo Tadeu de Souza<sup>1</sup>

### Resumo:

O artigo procura argumentar que mesmo fazendo críticas ao entendimento do político de Carl Schmitt e ter se expressado sobre a insuficiência da interpretação do jurista alemão em *O Conceito do Política* na resolução dos problemas da sociedade moderna ocidental, Leo Strauss ainda reverbera, implicitamente, e talvez até inconsciente, certas noções schmittianas em sua teoria política. Lançaremos ao final algumas breves indicações, uma hipótese de trabalho futuro, de como essas questões complexas do straussianismo estiveram presentes nos neoconservadores nos Estados Unidos.

**Palavras-chave:** Leo Strauss; Carl Schmitt; Decisionismo; Transcendente; Política.

### Abstract:

The article seeks to argue that even criticizing the understanding of Carl Schmitt's politician and expressing himself about the insufficiency of the German jurist's interpretation in *The Concept of Politics* in solving the problems of modern Western society, Leo Strauss still reverberates, implicitly, and perhaps even unconscious, certain Schmittian notions in his political theory. At the end we will release some brief indications, a hypothesis of future work, of how these complex issues of Straussianism were present in the neo-conservatives in the United States.

**Keywords:** Leo Strauss; Carl Schmitt; Decisionism; Transcendent; Policy

*Ensinaamentos arcanos chegam até os cavaleiros. São eles os herdeiros.*

*Perry Anderson*

## Introdução

Leo Strauss após sua chegada aos Estados Unidos no fim do anos 30 e início dos 40 do século XX tornou-se um dos principais teóricos políticos contemporâneos. Vários motivos podem ser elencados para corroborar nossa afirmação. Destaco um deles: sua controvertida influência no pensamento político neoconservador de quando foi professor de ciência política na *Universidade de Chicago*. Assim, o objetivo principal da presente comunicação é abordar a principal obra do *corpus teórico* straussiano e verificar quais as linhas conceituais que a constitui; outro objetivo é construir algumas hipóteses de trabalho sobre possível seu impacto no pensamento político neoconservador norte-americano. *Direito Natural e Historia* é a produção teórica que dedicaremos nossas investigações, e no seu conjunto buscaremos problematizar o que estou chamando de decisionismo transcendente e se ele foi apropriado ou não pelos seguidores de Leo Strauss.

<sup>1</sup> Doutor e Pesquisador de Pós-Doutorado no Departamento de Ciência Política da USP e no Grupo de Pesquisa Soberania Popular em Perspectiva Histórica (CNPq-USP).

O argumento que o escrito procura defender tendo em vista o conceito de decisionismo transcendente é que: Leo Strauss e seu *Direito Natural e História*, por um lado respondem às insuficiências do projeto teórico e político de Carl Schmitt, o que significa dizer que em algumas proposições importantes e talvez fundamentais, dessa obra (doravante *DNH*) afasta-se e rompe com *O Conceito do Político*, a obra mais impactante do jurista alemão; e por outro lado o afastamento e a ruptura são peculiares, pois a noção de decisionismo que fundamenta as concepções schmittianas ainda “permeia” a teoria política de Strauss de modo que ela, a noção de decisionismo, se justapõe à essencial consideração acerca da ordem natural transcendente imutável – consideração esta que ele foi buscar na filosofia política grega antiga. E mais: iremos indicar ao final que essas configurações conceituais, em termos hipotéticos, estão presentes esotericamente na produção teórica e na intervenção política dos neoconservadores straussianos. No que segue então o artigo está estruturado em três momentos, de modo a executarmos as problematizações propostas: *primeiro*, faço uma breve exposição das concepções de Carl Schmitt em *O Conceito do Político*, bem como apresento as correções empreendidas por Strauss em sua resenha crítica de 1932. No *segundo* momento continuo com as correções de Strauss a Schmitt e incursiono em *The Political Philosophy of the Thomas Hobbes*, já que essa é obra imprescindível no percurso intelectual de Leo Strauss até seu *DNH*, é nela que Strauss apresenta de forma mais sistemática e significativa seu diagnóstico da crise do ocidente após estudar o escrito schmittiano de 1932. (E é nesta obra, resultado de uma pesquisa realizada nos arquivos de Hobbes em Londres, que Strauss delineia o que ele entende como a nova moral – a moral moderna da autopreservação.) No passo seguinte, o *terceiro*, está o núcleo constitutivo do presente artigo, aqui analiso *DNH* objetivando identificar ao longo do exame do texto os lineamentos que possam nos conduzir ao conceito de *decisionismo transcendente*, senão explicitamente, ao menos no entre as linhas da teoria straussiana da política. Nas considerações finais apresento algumas hipóteses de trabalho concernente à relação entre a teoria política de Leo Strauss, tal como a expusemos, e as teses mais claras do movimento-persuasão neoconservador (e para isto recolheremos um dos escritos que conforma a experiência política neoconservadora – a intervenção

de Irving Kristol em *The Weekly Standard* de agosto de 2003).

### Um Diálogo Oculto, mas Necessário com Carl Schmitt

Carl Schmitt começou sua carreira como jurista com intensas polêmicas na República de Weimar (ANDERSON, 2002, p. 320). Já no início da República Democrática de Weimar, Carl Schmitt estava perturbado pela sociedade moderna ter diluído a política estatal na *era* das neutralizações. A política havia sido envolvida por três fenômenos, de acordo com Schmitt. O primeiro foi a confusão linguística acerca do significado *do* político, equiparado com a forma estatal, o surgimento do Estado moderno com sua maquinaria burocrática e seu sistema legal tornaram o sentido do Estado existente como algo não-problemático (SCHMITT, 1992, p. 44 e 45). Carl Schmitt compreendeu que a associação do Estado com o político, a “equivalência estatal-político” (SCHMITT, 1992, p. 47), prejudicaria o significado existencial do político. É que havia na passagem do século XIX para o século XX ocorrido uma interpenetração dos assuntos sociais com o ordenamento estatal, de tal modo que as esferas da religião, da cultura, da educação e da economia, ao penetrarem a organização do Estado, neutralizavam este e por extensão prejudicava o sentido *do* político – e sua intensidade existencial. O segundo fenômeno que Schmitt verificou deriva, organicamente, do primeiro. O Estado constitucional-liberal que adquiriu forma ao longo da modernidade tinha como função primeva o atendimento dos anseios sociais de cada partido representante das áreas religiosa, cultural, educacional e econômica, levando a que “todo mundo [...] gostaria de participar de um jeito ou de outro no exercício de seu poder” (SCHMITT, 1992, p. 48). A vida liberal-burguesa e sua abrangência eram por definição neutralizadora *do* político. O terceiro elemento que causou perturbação em Schmitt deve-se à própria compreensão da *era* das neutralizações e/ou despolitizações; o progresso técnico que acompanhou o industrialismo consolidou-se na Europa como economização universal da vida – o fatal para Carl Schmitt foi que esse processo, com o passar do tempo, ganhou contornos espirituais, dado o esteticismo romântico que o econômico passou a apresentar. A economia e seu aparato científico

e tecnológico passarão a ser parte das relações cotidianas da sociedade e na medida em que atendia as necessidades da vida dos indivíduos adquiriu elementos de aceitação conformista (e até prazeroso em alguns momentos).

O político deveria ser, precisamente, conceitualizado de sorte que as elites européias se apropriassem de seu significado. Nos termos do discurso schmittiano a categoria Estado pressupõe o conceito *do* político. Na veemência existencial da definição de Carl Schmitt o conceito do político significava a relação amigo-inimigo. Do mesmo modo que no âmbito moral a relação se estabelece no bom e mau, no estético entre o belo e o feio e no âmbito econômico no útil e prejudicial: no conceito do político, definido autonomamente a esses âmbitos, o significado vem do entendimento concreto de que a existência do amigo pressupõe sempre a existência do inimigo. A relação amigo-inimigo era, portanto, o fundamento da política. Assim, o inimigo não precisava ser tratado moralmente e normativamente como feio, mau ou prejudicial; necessitava isto sim, ser apenas identificado na sua natureza objetiva existencial. Era a atitude decisionista diante da hostilidade presencial do inimigo que definia o conceito do político para Carl Schmitt: esse entendimento conformava-se como única saída para a crise das sociedades europeias no contexto da modernidade e seus elementos de neutralização política racional (SCHMITT, 1992) e, particularmente, para a instabilidade da *República de Weimar* (ALMEIDA, 1990; BOLSINGER, 2001; RÜRUP, 1992).

Com essas reflexões pode-se dizer, assim, que no âmbito específico das ciências sociais, da sociologia jurídica, da teoria direito e da teoria política, após a morte de Max Weber em 1920, Carl Schmitt foi o autor na Alemanha que mais estimou os debates públicos da época e não estaríamos cometendo nenhum exagero se disséssemos que ele se transformou no mais importante pensador alemão do período. Não havia, portanto, nenhum aspecto fortuito no diálogo de Leo Strauss com Carl Schmitt. Essa controvérsia travou-se por meio de uma resenha de Strauss sobre *O conceito do político* e por cartas. Leo Strauss, que nessas trocas de cartas considerou Schmitt seu professor <sup>2</sup>, construiu seu programa de pesquisa, ao menos até seu contato

com a filosofia platônica via Maimônides e Al-Farabi, a partir do diagnóstico e definições do teórico jurídico do Reich. No início da década de 1930, Strauss já havia entendido que não só o problema dos judeu-alemães deveria ser resolvido pela política (ZANK, 2002), mas toda a degenerescência da civilização ocidental. O Ocidente, foi a mensagem straussiana, deveria não somente resistir ao espírito moderno, mas promover um combate político pela restauração dos valores normativos da boa ordem política. E, especificamente, nessa questão que a construção teórica de Carl Schmitt não alcançou os objetivos mais indicados. Com efeito, no *Conceito do político*, Strauss identificaria resquícios da cultura liberal, sobretudo a ideia do pluralismo existencial que Schmitt pressupôs ao aceitar a presença do inimigo (ou de inimigos) como constitutivo do político. Ele percebeu um liberalismo de sinal trocado na conceituação de Schmitt sobre o político (ANDERSON, 2002, p. 323). Com efeito, o liberalismo aperfeiçoado de Carl Schmitt (MEIER, 2008, p. 23) – a ideia schmittiana das várias forças políticas em conflito circunstancial e contingente, com seus interesses e disposições concretas para reivindicá-los – fragilizava a própria construção do teórico do Reich. A demonstração disso era a experiência da *República de Weimar* assentada nos valores e liberais e plurais que Schmitt acreditou estar criticando (ARMON, 2010) de modo derradeiro. Teoricamente, o equívoco de Schmitt residia em dois níveis: na premissa ambígua que junto à autonomia do político, mesmo essa tendo a total primazia, subsistia outro conjunto de valores permitindo que seu sistema teórico fosse invadido por um nocivo pluralismo; e na necessidade de construção hipotética do inimigo destituído de moralidade para alcançar a definição do político. Schmitt partia de Thomas Hobbes e cometia o mesmo erro do autor do *Leviatã* – a aceitação da natureza inocente e incontaminada como constituição do conflito político (MEIER, 2008, p. 88). Assim, era necessária uma releitura do fundador da ciência política moderna. Ao sair da Alemanha nazificada, lembremos que Strauss descendia de judeus, com o auxílio, inclusive, de Carl Schmitt, o desafio de Strauss assentou-se, em um primeiro momento, em criticar as bases do pensamento hobbesiano – e conseqüentemente do pensamento

<sup>2</sup> Ver sobre isto a edição organizada por Heirinch Meier em que consta as três cartas de Strauss enviadas a Carl Schmitt, bem como a resenha crítica escrita por ele sobre *O Conceito do Político*. Heirinch Meier, *Sobre un Dialogo entre Ausentes: Carl Schmitt, Leo Strauss y El Concepto de lo Político*, ed. Katz, 2008.

moderno. Por outras palavras, para superar os pontos mais inconsistentes da teoria política Schmitt, era preciso desmontar, abandonar, seu fundamentos filosófico-políticos. Thomas Hobbes se tornaria um autor precípua em todo o percurso do autor de *Direito natural e história*.

### O Thomas Hobbes de Leo Strauss

A opção de Leo Strauss nunca foi repensar o Estado moderno, mas intransigentemente recusar todos os teóricos do Estado moderno como responsáveis pelas tiranias do século XX. Foram Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Burke Hegel e Marx os culpados pelo totalitarismo de massa: que com sua peculiar ausência de valores transcendentais ameaçava a civilização ocidental. A teoria política straussiana (modelada pela filosofia política antiga) repousava no fato de que Strauss construiu o mito da tradição para corrigir problemas, fundamentalmente, práticos da política. A ação do mito sobre a política concreta teve consequências significativas na resposta de Strauss às angústias de seu tempo; apenas para exemplificarmos: o excesso de normativismo transcendente fez a filosofia política de Strauss recusar qualquer perspectiva de pluralismo, teórico, social e cultural. Veremos isso mais à frente.

Escrito na Inglaterra em meados dos anos 1930, o Hobbes interpretado por Leo Strauss é até hoje na ciência política um dos mais penetrantes estudos do filósofo político inglês. Mesmo no prefácio à edição americana do livro, corrigindo sua abordagem a respeito do iniciador da filosofia política moderna, que passava a ser Maquiavel, a obsessão de Strauss por Thomas Hobbes permaneceu em boa parte de sua trajetória intelectual. A opção de Strauss na construção do diagnóstico do nosso tempo havia sido a história das ideias. A filosofia política de Hobbes chega até Strauss mediada pela leitura que ele fez de *O Conceito do Político* de Carl Schmitt como já observado. Retomemos parte das formulações acima de modo a articulá-la com este ponto. Leo Strauss, ao escrever seu comentário crítico sobre o livro do jurista de Weimar, identificou que o pluralismo natural e inocente, o liberalismo de sinal trocado, presente na argumentação de Schmitt

tinha suas fontes em Hobbes. Para Strauss, mesmo Carl Schmitt não aceitando o estado de natureza de Hobbes por esse o ter entendido como um estado de hostilidade e luta interminável entre indivíduos, de modo que na definição schmittiana a hostilidade e luta se davam entre grupos e não entre pessoas – Schmitt, implicitamente, aceita a estrutura da argumentação lógica hobbesiana ao conceituar o político como pressupondo uma multiplicidade de forças sociais (e/ou individuais) que, legitimamente, disputam seu espaço no poder para realizar os anseios constitutivos de sua cultura e valores (STRAUSS, 1932 [1998] [2008], p. 144). Assim, a crítica ao liberalismo de Carl Schmitt atuava no horizonte do mundo liberal; seu conceito do político desenvolvia-se na esfera da disputa dos valores e do pluralismo existencial: o pensamento antiliberal schmittiano continha toda a sistemática do pensamento liberal. Para Strauss foi Hobbes quem assentou as bases do liberalismo moderno. Se a teoria política contemporânea desejasse fazer jus ao projeto de Schmitt em superar o liberalismo, deveria estabelecer os fundamentos para a compreensão adequada de Thomas Hobbes (STRAUSS, 1932 [1998] [2008], p. 168).

A empreitada de Strauss tornou-se possível quando ele foi aceito como pesquisador associado na *Faculdade Sidney Sussex da Universidade de Cambridge* em 1935. Ali ele continuou suas investigações sobre Hobbes. Utilizando o mesmo método genético que Werner Jaeger utilizou para estudar Aristóteles (BARKER, apud SMITH, 2009, p. 23) Leo Strauss reconstruiu todo o percurso<sup>3</sup> de Hobbes até a criação da nova ciência política. Pode-se dizer que a filosofia política de Hobbes foi a primeira tentativa moderna sistemática em oferecer uma resposta à questão de qual a ordem política e social correta para a convivência dos indivíduos (STRAUSS, 1936 [1952], p. 1). Deste modo, a gênese da filosofia política hobbesiana encontra-se na junção do método dedutivo-mecanicista de Galileu com uma atitude moral. Enquanto que muitos leitores de Hobbes privilegiam o aspecto da ciência mecanicista galileana, o trabalho de Strauss, recolhendo materiais pouco usuais e pouco pesquisados do filósofo inglês como a *Introdução a Tradução de Tucídides, Do Homem, Do Cidadão e Elementos da Lei*, apresenta um Hobbes

3 O livro de Strauss sobre Hobbes foi aclamado por grandes personalidades do mundo intelectual europeu do período, sobretudo do mundo inglês: a pátria de Hobbes. Entre eles estavam Kojève, Oakeshott, Ernest Barker, R. H. Tawney. Esse descreveu Strauss como maior conhecedor de Hobbes que qualquer um da própria língua do filósofo inglês. Ver: Steven B. Smith, *Introduction: Leo Strauss Today in The Cambridge Companion to Leo Strauss* edited by Steven B. Smith, ed. Cambridge University Press, 2009.

teórico das paixões morais. E mais enfaticamente Leo Strauss sustenta que o sistema moral de Hobbes era independente das fundações da ciência moderna (STRAUSS, 1936 [1952], p. 5). Qual, então, é o eixo do diagnóstico de Strauss concernente à filosofia política de Hobbes como expressão dos problemas que a modernidade legou para a posteridade? O eixo no qual irão se desdobrar as variáveis argumentativas está na seguinte definição do conteúdo substantivo, a verdadeira intenção na linguagem straussiana, da filosofia de Hobbes: o teórico político inglês esclareceu que o estado de natureza assentava-se no temor da morte violenta. Daí que a interpretação de Strauss identificou que subjacente ao temor da morte violenta estava o direito natural (e moral) de todos os indivíduos buscarem da forma mais adequada a autopreservação (STRAUSS, 1936 [1952], 24). Em outras palavras o homem tinha o direito moral a todas as coisas que preservassem sua vida e suplantassem a morte violenta (STRAUSS, 1936 [1952], p. 28). As consequências para o pensamento político moderno e para a sociedade moderna da filosofia política de Hobbes seriam fatais. Antes de desdobrar o eixo de seu diagnóstico nas duas variáveis que formam o sistema filosófico-político de Hobbes, a nova moral e a nova ciência política, Strauss reconstrói as fontes da teoria moral do filósofo inglês. Elas encontram-se no aristotelismo e na escrita da história (Tucídides) de Hobbes. O período do aristotelismo, mais precisamente o humanismo, de Hobbes remonta à sua juventude. Ao seu estudo em casa, com catorze anos, do latim e do grego; e depois como estudante de *Oxford*. Em *Oxford* Hobbes entrou em contato com textos clássicos, com a filosofia escolástica e com os escritos de Aristóteles sobre lógica e física. Com efeito, nesse período humanista Hobbes considerou “which Aristotle is the highest authority in philosophy” (STRAUSS, 1936 [1952], p. 33). Nos *English Works* (vol. vi) Leo Strauss defronta-se com trabalho pouco conhecido de Hobbes. Os digestos sobre a *Retórica* de Aristóteles se tornariam anos depois, no capítulo 10 do *Leviatã*, por exemplo, de grande importância na estilização teórica da antropologia de Hobbes (STRAUSS, 1936 [1952], p. 35). Os signos de honra como conformação da natureza do homem, Hobbes havia buscado em passagens da *Retórica* em que Aristóteles tratou do mesmo tema (STRAUSS, 1936 [1952], p. 36). Mas Hobbes rompe mais tarde com seu aristotelismo – os vestígios da *Retórica* na fase

madura de Hobbes são resquícios longínquos de seu período humanista (STRAUSS, 1936 [1952], p. 42). O rompimento de Hobbes com a tradição aristotélica, segundo Strauss, completa-se singularmente com o trabalho do filósofo inglês sobre outro pensador antigo. Com a *Introdução à Tradução de Tucídides*, Thomas Hobbes depara-se com o seguinte problema: como fazer com que os homens sigam os preceitos para o comportamento correto? Por isso Hobbes sentiu a necessidade de voltar-se para a história como ciência que poderia inculcar nos homens, com a narrativa de eventos concretos e reais, o bom comportamento – “history, not philosophy, gives man prudence” (STRAUSS, 1936 [1952], p. 80). O entendimento de Strauss da passagem de Hobbes da filosofia para a história se deve não só à sua pesquisa a respeito da *Introdução à tradução de Tucídides* – o historiador da Guerra do Peloponeso –, mas ao perceber que Hobbes na *Introdução* cita autores críticos da tradição filosófica antiga, e que abordaram a necessidade do estudo da história. Lucian, Justus Lipius e Cícero, para quem o mote era *historia magistra vitae* – ampararam a compreensão de Hobbes sobre a necessidade da história (STRAUSS, 1936 [1952], p. 82). No entanto, Hobbes depois volta-se novamente para a filosofia política. A história continuava sendo necessária, porém a filosofia era uma conquista de grande valor para converter os homens dos preceitos corretos para o bom comportamento. Hobbes, assim, substitui a moralidade da ordem natural eterna pela moralidade da prudência: ele muda o interesse da ordem eterna transcendente para os desejos do homem (STRAUSS, 1936 [1952], p. 100).

Leo Strauss chega, portanto, ao seu verdadeiro intuito após apresentar as variáveis que sustentam as bases da filosofia política de Hobbes que consistia na concepção straussiana, no medo de morte violenta e na legitimidade do desejo ilimitado de autopreservação. Diagnosticar a nova moralidade e a nova ciência política como deletérias para civilização ocidental constituiu a preocupação principal de Strauss em seu estudo sobre Hobbes. A nova moralidade hobbesiana “is the morality of the bourgeois world” (STRAUSS, 1936 [1952], p. 121): é que Hobbes chega a essa nova moralidade após negar a virtude aristocrática. Enquanto que a virtude aristocrática funda-se na honra e na prudência, a moralidade burguesa ocupa-se com a justiça e a legitimidade – como consequência do medo de morte

violenta e a autopreservação. Em particular, o sentido da virtude aristocrática são as virtudes da natureza eterna, essencialmente, é a virtude do entendimento do lugar do homem no cosmo imutável; a moralidade hobbesiana, a nova moralidade burguesa, assenta-se no reconhecimento dos indivíduos de seu direito (inalienável) à autopreservação, no autoconhecimento do direito de preservação, de tal modo que no curso da modernidade esse direito se transformou em direito de autoconsciência dando as bases para o individualismo liberal. Assim, não foi ocasional para Strauss que “Hegel’s analysis of the bourgeois corroborates the [...] Hobbes’s morality and bourgeois morality” (STRAUSS, 1936 [1952], p. 123 e 128). A ciência política moderna foi buscar em Hobbes, segundo Leo Strauss, os alicerces constitutivos de seu ethos – a substituição da lei natural imutável, a obrigação natural, pelo direito natural de preservação, havia sido o legado da filosofia política hobbesiana. Deste modo, enquanto a ciência política moderna inicia seus fundamentos a partir do direito dos indivíduos, a ciência política clássica grega inicia com o direito do Estado: para eles “the right of the state is [...] law [...] the spirit of Socrates [...] acknowledged himself the slave of the law. And what is true of Socrates is true of the Athenian people” (STRAUSS, 1936 [1952], p.155). Se as quatro teses que Strauss reuniu em seu estudo sobre Hobbes – 1) que a filosofia política hobbesiana representa uma nova atitude moral e não só uma postura científica; 2) que o método científico obscureceu as reais fundações morais; 3) que a filosofia de Hobbes se desenvolveu afastando-se cada vez mais do humanismo antigo; e 4) que a nova atitude moral alicerçou a nova ciência política (OAKESHOTT, 1992, p. 143 e 144) – conseguiu convencer seus leitores onde se localizava a gênese e a base da desordem ocasionada pela ciência política moderna sua intenção alcançou seu objetivo. Seu recado estava dado: a teoria política contemporânea, se desejasse restaurar a ordem natural transcendente imutável, deveria voltar àqueles que melhor a compreenderam – a filosofia política clássica de Sócrates, Platão e Aristóteles. Essa foi a preocupação e a tarefa de Leo Strauss até sua morte em 1973.

### As Fontes do Decisionismo Transcendente

4 Esse estilo de leitura (e escrita) é o que o próprio Strauss nomeou de esotérica. Sobre a leitura esotérica ver do próprio Leo Strauss - *Persecution and the Art of Writing*. *Social Research*, v. 8, nº 1 e o comentário de Shadia Drury - *The Esoteric Philosophy of Leo Strauss, Political Theory*, v. 13, nº 3. Esse aspecto do seu estilo fica mais evidente em *Thoughts on Machiavelli*. Leo Strauss comenta ali não só as obras de Maquiavel, mas os autores que Maquiavel leu, porque os leu, qual era o intuito dos títulos dos capítulos dos livros de Maquiavel, sobretudo *Comentários sobre Tito Lívio*, e quem foi esse.

### de Leo Strauss

Cláudia Hilb (2005, p. 124) afirma que o projeto straussiano ao ler e criticar a ciência política de Hobbes era reabrir a discussão entre os antigos e modernos. Para Hilb, o confronto de Leo Strauss com a ciência política hobbesiana intencionava demonstrar que as críticas desferidas pelo autor do *Leviatã* sobre a filosofia política clássica estavam equivocadas; Hobbes argumentava que as bases idealistas da filosofia antiga eram insuficientes para a fundação de uma verdadeira ciência política. Ao procurar pelo melhor regime político, a tradição clássica havia falhado em compreender a natureza do homem. Strauss ao reabrir o debate antigos *versus* modernos por intermédio da ciência política de Hobbes pretendeu recuperar a tradição socrática da necessidade da filosofia política como busca pelo melhor regime político (HILB, 2005, p. 128). *Direito Natural e História* (doravante *DNH*) foi parte do programa de investigação de Strauss na restauração da teoria política antiga. Assim como *A condição humana* de Arendt e *A nova ciência da política* de Eric Voegelin, *DNH* resultou das *Lectures Charles Walgreen* da *Universidade de Chicago* na década de 1950 nos Estados Unidos. Quanto ao estilo e modelo de se fazer teoria política, *DNH* é um livro bem distinto de *A condição humana* e *A nova ciência da política*. Enquanto o primeiro se caracteriza pela imaginação criativa, a elíptica poeticidade na exposição e pela estrutura reflexiva, o segundo é uma densa escrita em teoria da história ancorada por erudição enciclopédica maciça. *DNH* é uma obra em que os argumentos são cerrados, constituindo um sistema conceitual denso e quase impenetrável. Isso ocorre pela hermenêutica straussiana na leitura dos textos de política. (Leo Strauss utiliza esse estilo de escrita para demonstrar sua autoridade de conhecedor profundo e singular diante de seus leitores<sup>4</sup>.) Ao ler-se *DNH* é quase impossível não concordar com a argumentação compacta de Strauss.

Ao criticar Edmund Burke e o modo como ele entendeu a conformação da boa ordem política e social, Strauss identifica que Burke busca a ordem perfeita para a convivência humana negando toda norma planejada e todo sistema regular de valores (STRAUSS, 1953

[2014], p. 390). A virtude eterna e universal (STRAUSS, 1953 [2014], p. 391), o núcleo pelo qual circulou a teoria política de Leo Strauss, jamais se constituiu em horizonte atingível para Burke. Seu ideal de sabedoria orientado pelo interesse prático estava em oposição ao que Strauss pretendeu erigir para a contemporaneidade. O diálogo com Edmundo Burke terminava a história da filosofia política moderna que iniciou com o direito natural em Hobbes. Devemos seguir, então, o trajeto percorrido por Strauss, tendo como parâmetro avaliativo a seguinte proposição. A história das ideias políticas straussiana não é só uma das variantes que compõe a teoria política contemporânea, a variante de *segunda ordem* que se apresenta como comentadora dos clássicos do pensamento político (BALL, 2004, p. 12); a prática de comentários de Strauss colocava-se, também e, sobretudo, como um tipo singular ao que nos departamentos de ciência política se denomina de *teorização de primeira ordem*, a teoria normativa, que tem no seu escopo a análise valorativa do ordenamento adequado da sociedade (BALL, 2004, p. 12). Pode-se dizer que a teoria normativa straussiana, se tomarmos como base o fato de Leo Strauss ter configurado seu programa de filosofia política a partir do paradigma de Carl Schmitt, efetuando as correções substantivas necessárias (como por exemplo: o pluralismo implícito em *O Conceito do Político*), executa-se no decisionismo transcendente. Se formularmos nossa argumentação referenciados pela arte grega a filosofia política de Strauss está em consonância com personagem de Sófocles, o *Creonte de Antígona*. É possível asseverar que *Creonte* encarnava a ordem transcendente imutável e decisionista. Mas o que quer dizer a junção dos conceitos normativo imutável e decisionismo no contexto da teoria política de Leo Strauss? Quer dizer que a lei natural normativa transcendente não deveria ser apenas um padrão avaliativo sobre quais valores e regimes políticos em disputas seria o mais adequado para a preservação da ordem na cidade, mas sim, que a lei natural imutável deve decidir o melhor valor, a melhor cultura e qual o melhor regime político para a preservação da ordem, de modo a não permitir a disputa plural dos valores (neutros) e a punir com intransigência aqueles que desafiam a ordem natural

como Antígona – punição essa que seria baseada na mesma norma imutável transcendente. Este é um dos motivos de porque o direito natural de Hobbes e dos modernos, entendido como busca incessante e ilimitada de autopreservação é problemático para Leo Strauss. Ele cria a possibilidade de destruição da ordem pública uma vez que a autopreservação não sendo assegurada conduz ao descontentamento dos indivíduos e estabelece, também, que qualquer configuração valorativa e qualquer regime político são validos desde que atenda às necessidades individuais<sup>5</sup> e grupais de autopreservação. O decisionismo normativo e transcendente é para Strauss a maneira de erradicar estes problemas da modernidade. A atitude decisionista de *Creonte* ao condenar *Antígona*, sua sobrinha, por desrespeitar a lei natural da cidade (SÓFOCLES, 2007) era o modelo perfeito no contexto da teoria política de Leo Strauss – nossa proposição pode ser verificada no seguinte raciocínio de Strauss acerca de que o que é devido ao homem deve ser dado a ele configurando com isso justiça, mas o que é devido aos homens da cidade é determinado pela “lei”, mas a “lei” pode ser estúpida, nociva e destrutiva para a ordem social da cidade; portanto “se quisermos que a justiça continue sendo boa, precisamos concebê-la como essencialmente independente da lei” (STRAUSS, 1953 [2014], p. 177). Vale dizer: a justiça deve basear-se na lei natural normativa imutável, e não nas “leis” convencionais e artificiais da cidade.

Ao iniciar sua história do pensamento político, o filósofo de Chicago concebe que a dignidade da tolerância “na realidade prática é impossível. A igualdade de todos os interesses produz desigualdade hierárquica; com isto a decisão resoluta e séria sobre a melhor ordem social torna-se obscurecida (STRAUSS, 1953 [2014], p. 7). Não pode haver dúvida para Strauss que o relativismo liberal tem suas fontes na tolerância do direito natural (STRAUSS, 1953 [2014], p. 7). É dessa maneira que Leo Strauss identifica, como o problema mais importante a ser resolvido na modernidade, a relação fato-valores. Pois para ele “a ciência social de hoje rejeita o direito natural [...] em nome da distinção entre Fatos e Valores” (STRAUSS, 1953 [2014], p. 10). Poder-se-ia imaginar que a teoria política straussiana

5 Esse foi um dos fatores que levaram Leo Strauss a criticar a ciência política behaviorista e empírica nos Estados Unidos. Sua neutralidade científica em detrimento da decisão sobre qual o melhor regime político. Ver nota 14 do texto.

6 Strauss escreve *Direito Natural e História* no momento em que começa a surgir nos Estado Unidos os movimentos de direitos civis que reivindicava do sistema político americano fundamentos pluralistas. Ver: Stephen M. Feldman, *Democracy and Dissent: Strauss, Arendt, and Voegelin in America*, Denver University Law Review, vol. 89, nº 3, 2012.

pretendesse reelaborar as concepções dos teóricos do direito natural moderno com o espelho da filosofia política socrático-platônica. Ao criticar o historicismo, as intenções de Strauss eram bem outras. O historicismo, ao opor-se aos teóricos da Revolução Francesa, solapou as bases de toda perspectiva de norma transcendente. Na hermenêutica esotérica de Strauss, o estudo das intenções ocultas dos autores ao escreverem suas obras, ou seja, aquilo que os autores não pretendem expor na praça pública, os revolucionários franceses que seguiam a tendência de Rousseau opunham-se a tudo que remetesse à transcendência (STRAUSS, 1953 [2014], p. 18). Contra a revelação, os teóricos rousseauístas pregavam a subversão. As prerrogativas de atuação dos teóricos da Revolução Francesa foram intensificadas pelos historicistas.

Enquanto a filosofia transhistórica de Strauss pressupunha a arrogância valorativa, a *escola histórica* sedia aos mais baixos costumes culturais em que as várias situações históricas eram aceitas sem qualquer padrão normativo. Uma vez que o historicismo pós-revolução francesa legitimava todas as perspectivas históricas e culturais, era consequência óbvia que as raízes dessa compreensão estavam na noção de que a história sempre é mutável e contingencial – modelar nossa intervenção política por padrões normativos eternos significava rejeitar a constante mudança histórica. A revolta de Strauss contra o pluralismo da *escola histórica* havia sido semelhante à crítica de Sócrates e Platão aos poetas na antiguidade – por esses privilegiarem a fluidez contingencial da poesia (MELZER, 2006, p. 287) em detrimento do equilíbrio da lei natural. Como Sócrates e Platão, as preocupações de Strauss não repousaram, simplesmente, na lei natural eterna enquanto tal, mas sim na harmonia da cidade: que cidade poderia ser bem governada aceitando valores, signos históricos e costumes culturais os mais variados e de qualidade existencial inferior <sup>7</sup> ao *belo* e ao *bem* (MELZER, 2006, 288)?

O projeto esotérico de Leo Strauss representava o retorno à tradição clássica para combater o historicismo

(MELZER, 2006, p. 292). A leitura esotérica pretendia desvelar a verdade intencional que subsistia nos textos, e nos vários fenômenos políticos e culturais. Assim, em *DNH* Strauss permite a seu leitor verificar o exercício da escrita esotérica, especialmente nos capítulos *A origem da ideia de direito natural* e *O direito natural clássico*. Da perspectiva histórico-filosófica era evidente que Strauss, na medida em que se opunha ao historicismo (e toda noção teleológica da filosofia da história – um procedimento interpretativo das coisas humanas tornado possível somente com a decadência do *Império Romano* e a confusão entre Ocidente e Oriente com a penetração dos povos bárbaros e sua cultura (MORA, 1996, p. 33)) recorresse ao único momento na história do Ocidente em que não havia uma consciência histórica plena e solidamente desenvolvida: a história na antiguidade não abarcava a natureza e a criação (MORA, 1996, p. 17). Ao contrário de Carl Schmitt, que sempre compreendeu a lógica da variação histórica e social (ANDERSON, 2002, p. 341) e daí sua aceitação do inimigo, Strauss recorreu a uma metafísica das origens<sup>8</sup> para responder ao historicismo. Ele foi buscar no direito natural pré-socrático os alicerces de sua leitura do próprio Sócrates e de Platão: “o problema do direito natural. A tomada de consciência desse problema não é mais antiga que a ciência política” (STRAUSS, 1953 [2014], p. 97). A filosofia procura as coisas primeiras, o fundamento de todo pensar filosófico tem como finalidade a discussão dos fenômenos da natureza; vale dizer, a filosofia é contemporânea da descoberta da natureza e muito antes por assim dizer de qualquer compreensão pela história, a cultura e os costumes (STRAUSS, 1953 [2014], pp. 98 e 99). A natureza suprema determina o modo de ser das coisas de tal maneira que esse modo é imutável e eterno: é assim que “o modo de ser do cão é latir [...] a menstruação é o modo de ser das mulheres, as loucuras [...] são o modo de ser do louco [...] o modo de ser é o equivalente pré-filosófico da natureza” (STRAUSS, 1953 [2014], pp. 98 e 99). Enquanto que o planejamento humano é artificial e pode ser mudado de acordo com a conveniência, a

7 Em *What's Liberal Education?* Strauss criticou a cultura kitsch e a democracia eleitoral de massas norte-americana como deletérias para a República bem governada. Seu ideal de educação era a leitura dos grandes livros da antiguidade, sobretudo a ciência política de Sócrates, Platão, Aristóteles e Tucídides.

8 Essa expressão foi tomada do ensaio de Perry Anderson, *A Direita Intransigente no Fim do Século* presente na coletânea de artigos *Afinidades Seletivas*, ed. Boitempo, 2002. No contexto em que ela se localiza no ensaio de Perry Anderson a expressão não se refere diretamente a Leo Strauss e sim a Schmitt. Mas no conjunto do seu ensaio é plausível compreender que Perry Anderson conhecendo o debate entre Carl Schmitt e Leo Strauss através do livro organizado por Heirinch Meier esteja se referindo implicitamente a Strauss – como autor que recorre a esse procedimento teórico para construir sua teoria política.

natureza como origem das coisas é sempre imutável e imperecível (STRAUSS, 1953 [2014], p. 107). Com efeito, as coisas que degeneram, a contingência perecível, necessitam, para poderem existir, dos seres que sempre existem; em outras palavras e nos termos que estamos argumentando aqui: as coisas que mudam e perecem necessitam de valores normativos imutáveis. Strauss após teorizar sobre a origem da lei natural transita ainda no mesmo capítulo para sua concepção de justiça. Os princípios de justiça straussianos articulam-se com a teoria do direito natural, de modo que ao desconhecer o direito natural o homem não atinge a justiça, pois no “direito natural, compreende-se que a justiça é de importância vital para o homem”, portanto, “a vida conforme à justiça” pressupõe “o conhecimento dos princípios de justiça” (STRAUSS, 1953 [2014], p. 117). Assim, os princípios normativos imutáveis de justiça são necessários “para a preservação da cidade” (STRAUSS, 1953 [2014], p. 126). Devemos observar, desde já, que um dos objetivos da filosofia política de Leo Strauss é a proteção da cidade da desordem e da anarquia causadas pelos interesses dos vários grupos sociais, o que significa asseverar a presença no projeto straussiano da construção de uma teoria do governo: o republicanismo *sui generis* de Strauss. Mesmo que Platão e Aristóteles compreendessem que a virtude perfeita e a sabedoria perfeita não eram possíveis para os comuns dos mortais; uma aristocracia universal sempre foi o ideal do republicanismo de Strauss – este encontrou seu modelo na constituição dos Estados Unidos forjada pelos *Federalistas* (WEST, 1991, p. 164). Dessa forma, os princípios normativos de justiça desenvolvidos por Strauss como consequência da origem natural das coisas, orientou sua investigação acerca do melhor regime político. E a procura pela melhor ordem civil foi o intuito principal da filosofia política clássica: em oposição intransigente à ciência política hobbesiana, foi para ela que Strauss se voltou. Pois o melhor regime possível está em profunda consonância com a natureza eterna e normativa, o que significa dizer que o melhor regime político conforme a natureza não necessita da alteração da natureza humana – a extirpação do mal e da imperfeição do homem não precisavam ser feitas para a existência do melhor regime político (STRAUSS, 1953 [2014], p. 167). O melhor regime político precisa apenas estar consciente da necessidade do decisionismo normativo transcendente (como estava *Creonte...*) para dominar o mal; o erro de Schmitt, na

compreensão de Strauss, foi seu pluralismo inocente como fundamento da relação amigo-inimigo como definição do político: o decisionismo normativo de Strauss era mais intransigente.

Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, os teóricos do direito natural moderno, opuseram-se ao paradigma da filosofia política clássica. Nenhum deles, para Leo Strauss, jamais aceitou que os valores normativos eternos e imutáveis poderiam ser parâmetros para a ciência política e para a organização da boa sociedade. A concepção a qual Hobbes e seus seguidores não concordavam e que, a partir da crítica, erigiram a ciência política moderna, assentava-se no pressuposto de que o dever é anterior ao direito; ou seja, a norma moral que delineia os contornos da sociedade civil é a única possibilidade para o homem aproximar-se da perfeição – a sociedade política e civil é e deve ser, assim, anterior ao indivíduo (STRAUSS, 1953 [2014], p. 222). Na ciência política moderna os fundamentos da sociedade política e do soberano (seja ele na forma da monarquia, da aristocracia e da democracia) derivam dos direitos e necessidades que pertencem aos indivíduos (STRAUSS, 1953 [2014], p. 222), a quase totalidade dos teóricos do direito natural moderno não percebeu que suas premissas de organização da cidade traziam consigo elementos de desordem política: o direito dos indivíduos a tudo era o direito de se rebelarem contra tudo. Não foi ocasional que bem antes de Marx, Locke havia sido o primeiro teórico moderno da revolução. Num primeiro momento, ao lermos Locke, de acordo com *DNH*, pode-se chegar à conclusão de que ele era contrário à noção hobbesiana de direito natural. Para Locke a lei natural significa uma regra eterna que todos os indivíduos devem seguir, na medida em que essa lei natural está encarnada em todos os homens – e sendo assim é inteligível (STRAUSS, 1953 [2014], p. 244). É como se a norma natural transcendente, uma vez revelada, devesse ser modelo de convivência dos indivíduos no plano político terreno – a norma revelada tornada inteligível permitiria a organização da sociedade civil. Com efeito, nessa primeira aproximação analítica de Strauss, há um afastamento de Locke da ciência política hobbesiana. Leo Strauss prossegue a leitura esotérica afirmando que Locke compreende a norma revelada a partir da lei divina revelada no evangelho; de modo que a norma e “a razão instruída pela revelação podem reconhecer o caráter completamente razoável da lei

revelada no Novo Testamento” (STRAUSS, 1953 [2014], p. 248). A passagem de Locke para a ciência política moderna, na compreensão de *DNH*, ocorre quando Locke percebe as dificuldades em demonstrar a lei e a razão revelada como originadas no divino. Locke sabia que escrever é agir, e por ser um escritor cauteloso, e como cautela é um “medo nobre” (STRAUSS, 1953 [2014], p. 250 e 251), ele passou a ocultar sua teoria da norma divina que se encarnava nos indivíduos e que estabelecia os padrões para a ordem social harmônica – Locke começa, com isto, a se distanciar do direito natural clássico. A prova disso é que Locke escreveu os *Dois tratados sobre o governo civil* e não *Politique tirée des propes paroles de l'écriture sainte*. Locke transita para a ciência política moderna operando em dois registros teóricos, segundo Strauss: na abordagem de Locke sobre os vínculos conjugais e nos ensinamentos dos direitos e deveres entre pais e filhos. Na compreensão de Locke a sociedade conjugal dos homens diferencia-se ou deve diferenciar-se da sociedade conjugal dos animais por ser mais firme e duradoura, ela deve estabelecer o horizonte de convivência permanente entre homens e mulheres; no entanto, Locke nada fala a respeito da compatibilidade entre lei natural e poligamia – e mais, ele deixa implícito que a poligamia não seja um problema para a sociedade conjugal. Do mesmo modo, Locke nada fala sobre o incesto e sua proibição natural pela lei natural. É que somente a sociedade civil derivada do direito natural dos indivíduos pode ser o juiz de todas as transgressões, sejam elas de caráter poligâmico ou de caráter incestuoso: Locke aqui segue Thomas Hobbes (STRAUSS, 1953 [2014], p. 264). Quanto ao relacionamento entre pais e filhos. Locke argumenta que o dever dos filhos para com a autoridade dos pais só existe enquanto aqueles não alcançarem a maioridade; assim “os filhos, uma vez adultos, não têm mais nenhuma obrigação natural de obedecer a seus pais” (STRAUSS, 1953 [2014], p. 265). O que Locke faz, aqui, é retirar toda forma de autoridade da norma natural transcendente, a lei da natureza fica subsumida ao desejo de preservação dos indivíduos que, para solucionar esse problema, dão início por consenso à criação da sociedade civil. Visto que a autoridade natural, seja a da conjugalidade natural, seja a do dever moral-natural dos filhos com os pais, não mais satisfaz a necessidade de autopreservação dos indivíduos, a sociedade civil deveria e deve se constituir como sociedade de abundância. Como Hobbes, a ciência

política moderna de Locke chega à conclusão de que “o direito mais fundamental de todos é, portanto, o direito de autopreservação”, base do “governo ou [d] a sociedade civil” (STRAUSS, 1953 [2014], pp. 276 e 277). Ainda mais uma palavra sobre a passagem de Locke da lei natural divina para o direito natural moderno. O deslocamento da satisfação, do âmbito da autoridade familiar para o âmbito da sociedade civil, demandou desta a criação da sociedade do trabalho. Com isto, a associação familiar perdeu os alicerces de autoridade sobre os indivíduos deixando a liberdade do seu ego, buscar na sociedade civil e do trabalho a satisfação irrefreável dos desejos. De sorte que a não satisfação do ego era sentida como dor – a sociedade do trabalho, sinônimo de sociedade moderna surge para retirar os indivíduos da dor e colocá-los no “caminho para a felicidade [...] A vida é a triste busca da alegria” (STRAUSS, 1953 [2014], p. 304).

O teórico do contrato social não só compunha a formação da ciência política moderna, como representou a crise do direito natural moderno. O que torna a abordagem de Leo Strauss mais intrigante neste contexto é o fato de Rousseau ao mesmo tempo representar o início da crise do direito moderno e os últimos vestígios da antiguidade clássica. Para Strauss a resistência de Rousseau à modernidade é decorrência da “cidade e a virtude por um lado, e a natureza, por outro” (Idem, p. 306). O núcleo da teoria política de Rousseau, no entanto, guardava elementos conflituosos com seu ideal antigo; o projeto rousseauísta também vislumbrava uma “modernidade ainda mais avançada” (Idem). Foi essa que desencadeou a crise do direito natural moderno. A antiguidade presente na ciência política de Rousseau origina-se com a distinção que o *Primeiro Discurso* estabelece entre a ciência “metafísica” e a ciência da sabedoria socrática, e somente essa pode ser conciliável com a virtude (STRAUSS, 1953 [2014], p. 318). Das duas ciências que Rousseau teoriza no *Primeiro Discurso*, a única que teria condições de proteger a cidade era a ciência da sabedoria socrática, pois essa tinha como objetivo educar as almas simples de todos os sofismas perniciosos para a ordem normativa da sociedade livre. Quando os filósofos agem por meio da ciência da sabedoria socrática é como se agissem como guardiões da cidade e “tutores do gênero humano” (STRAUSS, 1953 [2014], p. 318); mas para que a ciência teórica socrática alcance sua finalidade deve permanecer uma ciência teórica

esotérica, deve ser “privilégio dos poucos que são, por natureza, destinados a conduzir os povos” (STRAUSS, 1953 [2014], p. 319). Entretanto, a desconfiança de Rousseau do homem simples prolonga-se para o filósofo – esse, em determinados aspectos, mais se assemelha aos simples do que ao cidadão virtuoso que vive em conformidade com a norma transcendente eterna. O tipo de norma natural transcendente da teoria política de Leo Strauss não significa a aceitação dos pressupostos inocentes em que Rousseau compreendia o estado de natureza. Na ciência política straussiana, a natureza não só não era inocente, como tinha por essência, por um lado, a maldade como imperfeição do homem e, por outro, a estruturação hierárquico-gradativa dos tipos de homem e dos grupos sociais; por isso, o decisionismo transcendente de Strauss é mais intransigente que o de Schmitt. É dessa forma que Strauss, ao identificar a especificidade do estado de natureza de Rousseau, percebeu os perigos que ele representava para a ordem política. Foi em nome da natureza que Rousseau questionou “a filosofia, mas também a cidade e a virtude” (STRAUSS, 1953 [2014], p. 319). Para a abordagem esotérica de Strauss, o núcleo constitutivo da ciência política de Rousseau tem de ser buscado no *Discurso sobre a origem das desigualdades entre os homens*: “O Segundo Discurso é de fato a obra mais filosófica de Rousseau, contendo as suas reflexões mais fundamentais” (STRAUSS, 1953 [2014], p. 320). A cidade e a civilização acompanhadas pela virtude e a ciência é que corrompem a natureza inocente e boa do homem; expondo assim seu pensamento, Rousseau opôs-se à ciência política moderna hobbesiana. Hobbes sempre entendeu o direito natural como busca infinita pela autopreservação, uma vez que o temor da morte violenta ameaça incessantemente a segurança do homem. As premissas do direito natural hobbesiano jamais foram aceitas por Rousseau, segundo Strauss. Enquanto o homem de Hobbes é vaidoso e orgulhoso, o homem de Rousseau tem por característica a compaixão – mas quanto mais se desenvolve a sociedade, a ciência, a virtude e a filosofia, em uma palavra a cidade, quanto mais o desejo de autopreservação enfraquece a compaixão (STRAUSS, 1953 [2014], p. 343). O projeto de Rousseau pretendia a restauração da natureza; ou, nas palavras do próprio Strauss, o genebrino orientava seu pensamento pela “a noção de que a vida excelente consiste no retorno, no nível da humanidade, ao estado de natureza” (STRAUSS, 1953 [2014], p. 356). Com

efeito, era necessário a emancipação do indivíduo da sociedade: em Rousseau, estava criada a ciência política do direito natural revolucionário. Ao criticar o universalismo abstrato da ciência política da revolução de Rousseau, e contrapor a ela a sabedoria prática circundada pelas mais variadas experiências históricas, Burke não corrigiu o direito natural moderno. O historicismo completou o sistema de pensamento moderno que se voltou contra a norma natural imutável e transcendente da filosofia política antiga.

A angústia de Strauss com a modernidade impulsionou seu projeto esotérico de reconstrução da tradição da filosofia política ocidental. Para compreender e criticar o historicismo como movimento intelectual que devastou a autoridade política europeia e poderia devastar a constituição americana, Leo Strauss valeu-se do esoterismo como modo de investigar a intenção dos autores (MELZER, 2006). O erro de John Gunnell (1978) ao abordar o projeto straussiano como, simplesmente, a conformação de um mito da tradição que colocava autores tão díspares em uma mesma sequência histórica e que escreveram em circunstâncias políticas e sociais tão diferentes é que Leo Strauss não pretendeu ser apenas um historiador das ideias políticas. Allan Bloom, o mais autorizado seguidor de Strauss, asseverou que seu projeto de restauração e reapropriação da tradição clássica tinha objetivo político prático. É aqui que residem as tensões da teoria política de Leo Strauss. *DNH* foi um projeto intelectual ambicioso e consistente. O direito natural moderno de Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau (e Edmund Burke), que formam boa parte da leitura de ciência política quando se quer entender o que é política moderna, foi conquista inestimável para os que se preocupam em refletir sobre a política. Mas não estava isento de contradições e fragilidades teóricas como, por exemplo, a premissa de que o desejo de autopreservação fundava as bases da ordem política. Que ordem política poderia ser suficiente e bem organizada para satisfazer os desejos de autopreservação se concordamos com a definição de indivíduo apresentada pelos próprios teóricos do direito natural? A sociedade de consumo e o *mínimo eu* (LASCH, 1986) como formas potencializadas e contemporâneas do desejo de autopreservação podem ser a resposta para essa indagação. Mesmo assim é necessário problematizarmos o projeto teórico de Strauss. A principal tensão na teoria política de

Leo Strauss decorre de que, ao não aceitar outras perspectivas valorativas, o straussianismo tangencia os mesmos problemas que aparecem quando padrões normativos estão ausentes completamente da ordem política e social. O véu da neutralidade historicista sobre o dogmatismo da pluralidade em suas últimas consequências pode conduzir a sociedade e de fato conduziram para Strauss, ao totalitarismo de massa, e neste caso a solução de Carl Schmitt era ainda insuficiente, como entendia Strauss. Quando a ordem transcendente natural e imutável pretendeu corrigir o liberalismo de sinal invertido e inocente de Schmitt, conformando o modelo normativo de modo que qualquer grupo social ou de valores ou culturais que ameaçasse o equilíbrio e a busca pelo melhor regime político deveria ter o mesmo destino de Antígona ao desafiar a lei natural da sua cidade, Strauss não percebeu o que ele mesmo havia afirmado no início de *DNH*, de que o pluralismo e a tolerância, ainda que impossíveis no plano político são fenômenos que de fato existem na realidade histórica e social. Carl Schmitt ao aceitar o pluralismo existencial concreto atenuou suas consequências teóricas introduzindo em sua ciência política a noção do inimigo; inocente ou não, Schmitt entendeu desde *Weimar* que toda ordem política deveria pressupor a existência daqueles que não a aceitam – este é um fato inexorável da política. Como bem observamos Leo Strauss jamais aceitou tal pressuposto da vida política. Seu excessivo normativismo transformar-se-ia no curso de sua trajetória em decisionismo transcendente, uma fórmula tão problemática e paradoxal quanto aquelas que levaram ao totalitarismo de massas que ele tanto repudiou.

## Considerações Finais

Nestas considerações finais gostaria de propor a seguinte questão. Após a abordagem nas partes anteriores deste estudo podemos apresentar a seguinte indagação, qual a relação de Leo Strauss e *DNH* com o pensamento político neoconservador? Expondo essa questão de outra maneira, qual o impacto efetivo da teoria política de Strauss no movimento ou persuasão neoconservadora? As respostas aos problemas apresentados são de extrema complexidade. Muito mais devido ao caráter multifacetado dos neoconservadores, no que diz respeito à sua origem histórica, contexto político e cultural, ideologia política<sup>9</sup> e às figuras principais do movimento, do que à própria obra teórica de Leo Strauss<sup>10</sup> – como vimos a ciência política straussiana possui um núcleo de problemas e resoluções, ainda que de notável refinamento e sofisticação, bastante definidos. Assim, podemos formular nossa hipótese de trabalho, como estratégia de aproximação do problema, deste modo: a apropriação da teoria política straussiana presente em *DNH* pelos neoconservadores é seletiva e não total. Pretendo com a hipótese sugerir que os neoconservadores tomam de Strauss seu aspecto mais controverso – o caráter intransigente e guerreiro da teoria política do emigrado judeu-alemão. Enquanto os outros aspectos<sup>11</sup>, dado os próprios objetivos e convicções dos neoconservadores são deixados de lado – ainda que seja possível estabelecer elementos de contato e influência.

O aspecto da ciência política straussiana que, hipoteticamente, influencia os neoconservadores se tomarmos o documento escrito pelo seu principal representante, Irving Kristol, é a concepção presente em *DNH* de que o melhor regime político deve ser buscado com o máximo esforço possível (e, por vezes,

9 Os neoconservadores se apropriam de acordo com o próprio Kristol, Thomas Pangle e Adam Wolfson de partes da teoria política de Tocqueville. Pontualmente a asserção tocquevilliana sobre a prudência democrática, assim como aspectos de intervenção do Estado em área sociais como forma de equilibrar e dar legitimidade a democracia.

10 Assim os neoconservadores são oriundos de dois grupos de intelectuais. Os intelectuais de esquerda de Nova York da década de 30, alguns personagens desse grupo eram de origem judaica e antistalinistas (como Daniel Bell, Irving Howe, Irving Kristol, Nathan Glazer e Seymour Lipset). O outro grupo que compôs os neoconservadores eram provenientes do Partido Democrata que estavam insatisfeitos com o candidato a presidência para as eleições de 1972, George McGovern por suas posições sobre a guerra no Vietnã e o excessivo militarismo norte-americano (neste grupo encontra-se por exemplo Jeanne Kirkpatrick). Mas mesmo no primeiro grupo havia distinções importantes sobre tudo na leitura que fizeram do período Mccartista. Enquanto Daniell Bell e Nathan Glazer se qualificavam como liberais anti-comunistas, porém não Mccartistas, Irving Kristol que sempre reconheceu a influência de Strauss, tinha posição ambígua, pois por vezes identificava a oposição liberal anticomunistas com o Mccartismo. Ver sobre este história dos neoconservadores: Brandon High, *The Recent Historiography of American Neoconservatism*, *The Historical Journal*, vol. 52 nº 2.

11 Estes aspectos são: a crítica à ciência social moderna, a recusa de Edmund Burke (não é possível detectar com segurança a posição dos neoconservadores sobre Burke), a crítica a Locke e a sociedade civil e do trabalho, o mito da tradição, sobretudo a tradição antiga (Sócrates, Platão e Aristóteles) e a pouca teorização de Leo Strauss sobre a engenharia institucional do Estado e do governo.

impossível...), de modo a se colocar em posição de confronto contra todos os regimes políticos, e os valores culturais que os sustente, rivais. Não foi ocasional que Strauss se debruçou incisivamente sobre os autores da filosofia política moderna – ou seja, os teóricos do regime liberal moderno. O confronto que Leo Strauss estabelece com Hobbes, Locke, Rousseau e Burke mediado pela leitura corrigida que fez de Carl Schmitt objetivava a recusa transcendente e decisionista de toda forma de regime que não respeitasse a ordem natural imutável – que ele havia recuperado do pensamento filosófico, político e cultura grego antigo. A afirmação de Kristol de que o “statesmen should, above all, have ability to distinguish friends from enemies” (KRISTOL, 2003) tinha caráter esotérico: pois os neoconservadores sempre viram com excessiva desconfiança e ansiedade prática regimes políticos competidores como a União Soviética. E esta afirmação de Kristol aparece no mesmo contexto de argumentação em que surge o nome de Leo Strauss (com a especificidade de ele aparecer como leitor e divulgador de Tucídides – o autor antigo que mais teve no horizonte de suas reflexões os impasses que as ordens naturais traziam para os regimes políticos<sup>12</sup>) e antes da estrutura argumentativa em que Kristol nos diz que os Estados Unidos são:

Finally, for a *great power*, the “national interest” is not a geographical term, except for fairly prosaic matters like trade and environmental regulation. A smaller nation might appropriately feel that its national interest begins and ends at its borders, so that its foreign policy is almost always in a defensive mode. A larger nation has more *extensive interests*. And large nations, whose identity is ideological, like the Soviet Union of yesteryear and the United States of today, inevitably have ideological interests in addition to more material concerns. Barring extraordinary events, the United States will always feel obliged to *defend*, if possible, a democratic nation under *attack* from *nondemocratic forces*, external or internal. That is why it was in our national interest to come to the defense of France and Britain in World War II. That is why we feel it necessary to defend Israel today, when its survival is threatened. No complicated geopolitical calculations of national interest are necessary. Behind all this is a fact: the *incredible military superiority* of

the United States vis-à-vis the nations of the rest of the world, in any imaginable combination. This *superiority* was planned by no one, and even today there are many Americans who are in denial. To a large extent, it all happened as a result of our bad luck. During the 50 years after World War II, while Europe was at peace and the Soviet Union largely relied on surrogates to do its fighting, the United States was involved in a whole series of wars: the Korean War, the Vietnam War, the Gulf War, the Kosovo conflict, the Afghan War, and the Iraq War. The result was that our military spending expanded more or less in line with our economic growth, while Europe’s democracies cut back their military spending in favor of social welfare programs. The Soviet Union spent profusely but wastefully, so that its military collapsed along with its economy (grifo meu) (KRISTOL, 2003).

Com efeito, esta é a aguda relação entre a teoria política de Leo Strauss e os neoconservadores: a preocupação com a busca do melhor regime político com a necessidade de reverter intransigente e decisivamente quando necessário os regimes políticos que competem com aquele. Esta hipótese de trabalho, evidentemente, precisa melhor ser investigada. No espaço do presente escrito pude fazer apenas estas indicações hipotéticas; para melhor argumentação é preciso a reunião de maior bibliografia sobre os neoconservadores, a leitura que eles fizeram da tradição constitucional americana e a mediações<sup>13</sup> entre Leo Strauss e eles. Neste texto privilegiei mais os trabalhos canônicos de Leo Strauss. É preciso dar o passo seguinte.

Por fim consideremos que os estudos sobre a influência de Leo Strauss na teoria política contemporânea e no pensamento político norte-americana em sua vertente neoconservadora, já deve ter gastado muita tintas e tintas de caneta. É inegável a influência de Strauss na retomada dos estudos de teoria político nos departamentos de ciência política em momento crítico para a área. Sua forma de leitura do pensamento clássico de Sócrates a Max Weber e Nietzsche, que o historiador e ensaísta político Perry Anderson disse possuir “elegância textual, alcance e sutileza [tornando Strauss] um mestre do cânone

12 Strauss dedicará um capítulo, coincidentemente o maior, de *The City and Man* à obra de Tucídides.

13 Por exemplo: o papel de Allan Bloom. Que ganha representação romanesca no livro de Saul Bellow, *Ravelstein*, na figura de Abe Ravelstein – aluno de Felix Davarr (supostamente Leo Strauss). Pois muito dos straussianos foram alunos de straussianos e não tiveram contato direto e nem assistiram as aulas de Strauss em Chicago. Dessa forma, é preciso atentar para a rede de straussianos que se formou junto e a partir do filósofo alemão. Ver sobre isto: Nicholas Xenos, *Cloaked in Virtue: unveiling Leo Strauss and the rhetoric of american foreign policy*, ed. Routledge.

da filosofia política não teve igual em sua geração” (2002, p. 343), é de fundamental utilidade para pesquisadores da teoria política, do mesmo modo que sua preocupação com valores transcendentais em um momento em que a falta de perspectiva política assola todas as sociedades ocidentais atingidas por crises após crises, do mesmo modo que as advertências que ele proferiu aos cientistas políticos behavioristas quanto ao seu excessivo zelo por discussões metodológicas enquanto Roma pega ou pegava fogo ecoam ainda hoje. Ainda assim necessitamos ter presente que o projeto straussiano tal como o expusemos é marcado por controvérsias dado seu caráter elitista e conservador e por vezes, esotericamente, violento diante dos pluralismos existenciais. Leo Strauss é um continente a ser desterrado.

Assim os estudos straussianos no momento em que adentrarem nas universidades brasileiras<sup>14</sup> devem ser feitos com a seriedade que o autor exige – e seriedade significa crítica política e intelectual ao projeto straussiano.

### Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Angela Mendes de. *A República de Weimar e a Ascensão do Nazismo*. São Paulo. Brasiliense, 1990.
- ANDERSON, Perry. A Direita Intransigente no Fim do Século. In: *Afinidades Seletivas*, São Paulo, Boitempo, 2002.
- ARMON, Adi. Just Before the “Straussians”: The Development of Leo Strauss’s Political Thought from the Weimar Republic to America. *New German Critique*, nº 111, 2010.
- BALL, Terence. Aonde Vai a Teoria Política?, *Sociologia e Política*, v. 23, 2004.
- BARBER, Benjamin R. The Politics of Political Science: “Value-Free” Theory and the Wolin-Strauss Dust-UP of 1963, *The American Political Science Review*, v. 100, nº 4, 2006.
- BATNITZKY, Leora. Leo Strauss’s Disenchantment with Secular Society, *New German Critique*, nº 94, 2005.
- BOLSINGER, Eckard. El Ejercicio del Poder Estatal en Tiempos de Crisis Política: una aproximación teórica a partir de Carl Schmitt y la República de Weimar. In: MEDINA, Graciela; MALLORQUÍN, Carlos. *Hacia Carl Schmitt: ir-resuelto*. Mexico. México, 2001.
- DRURY, Shadia. The Esoteric Philosophy of Leo Strauss, *Political Theory*, v. 13, nº 3, 1985.
- FELDMAN, Stephen M. Democracy and Dissent: Strauss, Arendt, and Voegelin in America. *Denver University Law Review*, v. 89, nº 3, 2012.
- GUNNEL, John G. The Myth of the Tradition, *The American Political Science Review*, v. 72, nº 1, 1978.
- HIGH, Brandon. The Recent Historiography of American Neoconservatism, *The Historical Journal*, v. 52 nº 2, 2009.
- HILB, Claudia. *Leo Strauss el Arte de Leer: una lectura de la interpretación straussiana de Maquiavel, Hobbes Locke y Spinoza*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2005.
- KETTLER, David. The Political Theory Question in Political Science, 1956-1967, *The American Political Science Review*, v. 100, nº 4, 2006.
- KRISTOL, Irving. The Neoconservative Persuasion, *The Weekly Standard*, vol. 8, nº 47, 2003.
- LASCH, Christopher. *O Mínimo Eu: Sobrevivência Psíquica em Tempos Difíceis*, São Paulo Brasiliense, 1984.
- LASTRA, Antonio e MORALES, Bernal Torres. Introducción. In: LASTRA, Antonio e MORALES, Bernal Torres (Org.) *Eric Voegelin-Leo Strauss Fe y Filosofía Correspondencia 1934-1964*, Madrid, Trotta, 2009.
- LURI, Gregorio. El Papel de la Universidad, *Blog El Café de Ocatá*, Acesso em 25/05/2013.
- MEIER, Heirinch. *Sobre un Dialogo entre Ausentes: Carl Schmitt, Leo Strauss y El Concepto de lo Politico*, Buenos Aires, ed. Katz, 2008.
- MELZER, Arthur M. Esotericism and the Critique of

<sup>14</sup> Há um grupo de estudos em filosofia política na Universidade Federal de São Carlos que possui um seminário de estudos sobre Leo Strauss coordenado pela professora Mônica Stival.

Historicism. *The American Political Science Review*, v. 100, nº 2, 2006.

OAKESHOTT, Michael. Dr. Leo Strauss on Hobbes. In: *Hobbes on Civil Association*, Indianapolis, Liberty Fund, 2000.

RÜRUP, Reinhard. Génesis y Fundamentos de la Constitución de Weimar. In: ARES, Juan José Carreras (Org.) *El Estado Alemán (1870-1992)*. Madrid. Marcial Pons, 1992.

SCHMITT, Carl. *O Conceito do Político*, Petrópolis, Vozes, 1992.

SMITH, Steve B. Introduction: Leo Strauss Today. In: SMITH, Steve B. (Org.) *The Cambridge Companion to Leo Strauss*, Cambridge, Cambridge University Press, 2009.

SÓFOCLES. *Antígona*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2007.

STRAUSS, Leo. Persecution and the Art of Writing. *Social Research*, v. 8, nº 1, 1941.

\_\_\_\_\_ *The City and Man*. Chicago/London. The University of Chicago Press, 1964.

\_\_\_\_\_ *Thoughts on Machiavelli*. Chicago. The University of Chicago Press, 1978.

\_\_\_\_\_ What Is Liberal Education? In: STRAUSS, Leo. *Liberalism Ancient and Modern*. Chicago/London. The University of Chicago Press, 1995.

\_\_\_\_\_ *Spinoza's Critique of Religion*, Chicago, The University of Chicago Press, 1997.

\_\_\_\_\_ *Direito Natural e História*. São Paulo. Martins Fontes, 2014.

WEST, Thomas G. Leo Strauss and the American Founding, *The Review of Politics*, v. 53 nº 1, 1991.

XENOS, Nicholas. *Cloaked in Virtue: unveiling Leo Strauss and the rhetoric of american foreign policy*, New York, Routledge, 2008.

ZANK, Micheal. Introduction In: *Leo Strauss The Early Writings 1921-1932*, New York, State University of New York Press, 2002.

# O nascimento da observação social sistemática com Harriet Martineau

Fernanda Henrique Cupertino Alcântara<sup>1</sup>

## Resumo:

Este artigo analisa a obra “*Como observar: morais e costumes*”, de Harriet Martineau, demonstrando que esta foi pioneira em pesquisa sociológica e no desenvolvimento de técnicas para a coleta de dados, problematizou a relação do pesquisador com o objeto e as instituições sociais, a conduta ética e empática. Para tanto, utiliza o método da pesquisa bibliográfica, indicando o pioneirismo de Martineau, ao mesmo tempo em que questiona a sua não institucionalização como fundadora das Ciências Sociais. Conclui que Martineau deixou um legado efetivo, com contribuições teóricas e metodológicas, além de ser considerada a primeira socióloga e metodóloga, por ter realizado uma ampla *pesquisa social* na primeira metade do século XIX.

**Palavras-chave:** Harriet Martineau; pesquisa de campo; regras metodológicas; teoria sociológica; clássicas da Sociologia

## The birth of systematic social observation with Harriet Martineau

## Abstract:

This article analyzes the work “How to observe: morals and customs”, by Harriet Martineau, demonstrating that it was a pioneer in sociological research and in the development of techniques for data collection, problematized the researcher’s relationship with the object and social institutions, ethical and empathetic conduct. To do so, it uses the method of bibliographic research, indicating Martineau’s pioneering spirit, while at the same time questioning her non-institutionalization as the founder of Social Sciences. It concludes that Martineau left an effective legacy, with theoretical and methodological contributions, in addition to being considered the first sociologist and methodologist, for having carried out extensive social research in the first half of the 19th century.

**Keywords:** Harriet Martineau; field research; methodological rules; sociological theory; Classics of Sociology

## 1) Introdução

Este artigo defende o alargamento do cânone sociológico e o questionamento deste por meio de estudos que identificam e historicizam a contribuição das teóricas para a fundação, a institucionalização da ciência e da disciplina Sociologia. O resgate do conteúdo e da importância da obra de Harriet Martineau (1802-1876) certamente contribui para esse esforço de recontar a história da Sociologia, considerando teóricos e teóricas que efetivamente participaram de sua fundação e institucionalização. O artigo não se debruça sobre as motivações ou o processo de institucionalização do cânone, mesmo porque a primeira seria uma questão sociologicamente impossível de ser respondida e a segunda já foi amplamente abordada, como se percebe na bibliografia de referência. Dessa forma, o artigo discute a relação e as possíveis correspondências entre a obra de Martineau e os clássicos, ou o que atualmente é considerado o cânone, mas não tem por propósito realizar uma

<sup>1</sup> Professora Associada III da UFJF. Coordenadora do Grupo de Pesquisa do CNPq “Teóricas Clássicas e Sociologia”.

comparação entre as obras de Martineau e as de teóricos como Durkheim, Marx e Weber. Apontar a relação e possíveis correspondências implica em chamar a atenção da(o) leitora(r) acerca da existência desses elementos teóricos muito antes do marco histórico ao qual convencionamos nos referir e indicar trabalhos já realizados sobre esse tema, o que não implica dizer que não seja um objeto interessante e importante que deva ser considerado em outra oportunidade. Ao mesmo tempo abre o debate sobre o legado teórico de Martineau, em temas como a preparação intelectual para pesquisar, a observação da realidade social, a ocorrência de julgamentos de valor, a relação com princípios, a postura simpática do observador e os objetos de análise, estando todos estes elementos presentes no livro *Como observar: morais e costumes* (1838). Estes são temas clássicos da Sociologia em seu momento de institucionalização e, ainda hoje, ocupam um lugar de destaque nas agendas de pesquisa da área.

Ao cabo, recorrendo-se à pesquisa histórica e sociológica, demonstra que esse livro em particular, se não estabeleceu, claramente publicizou um conhecimento denso, analítico e reflexivo sobre o fazer pesquisa. Some-se a isso a autoria e experiência de Martineau, as quais esse livro materialmente prova e situa no tempo, e que se encontram, indissolúvelmente associadas ao nascimento da observação sistemática. Desse modo, este artigo contribui para rever um pressuposto naturalizado na história da Sociologia: Émile Durkheim fundou a metodologia de pesquisa em Ciências Sociais ao publicar o seu consagrado livro *As regras do método sociológico* (1895). Para além da datação histórica, a não referência a *Como observar* no ensino contemporâneo de Sociologia demonstra um processo de invisibilização e apagamento tanto da obra quanto da autora, que pode ser exemplificado pela ausência nos programas e currículos de Sociologia, traduções, publicações e estudos acadêmicos a respeito destas. Nesse sentido, o artigo busca realizar a função que Norbert Elias entendia ser precípua ao sociólogo, o destruidor de mitos, ainda que sejam mitos sociológicos.

## 2) Clássicas e clássicos

Fomos acostumadas e acostumados a acreditar que devemos aprender o que está definido para ser aprendido. Não nos assustamos com tal pressuposto,

mesmo no que tange à Sociologia. Entretanto, não me parece nada compatível com o ensino de Ciências Sociais a ausência da crítica sobre o que se deve aprender ou do questionamento sobre as motivações para tal conteúdo ser o escolhido. Ao longo da minha trajetória acadêmica não fui apresentada às clássicas da Sociologia e essa não me parece uma exceção à regra, dando a impressão de que sua ausência se devia ao fato de as mulheres não terem contribuído para a fundação e o desenvolvimento da Sociologia (ALATAS e SINHA, 2017; MCDONALD, 2019, 1998, 1993; DEBIA, 2019; ARANGO, 2005; FRITSCH, 1995). Provavelmente isso ocorreu porque, em boa medida, minhas professoras e meus professores também não foram apresentados às teóricas clássicas e porque as obras das clássicas não haviam sido traduzidas ou tornadas acessíveis para a graduação. Além disso, a crença de que existe um esforço descomunal dos professores para oferecer tudo o que é possível aos alunos é desatenta quanto ao fato de que o possível é também produto de uma escolha política, consciente ou não (ADORNO, 2008; ELIAS, 2008), embaralhada a tantas outras (ALATAS e SINHA, 2017; MCDONALD, 2019; CONNELL, 1997), e de puro desconhecimento na ótica do *saber poder* foucaultiano (FOUCAULT, 2017; 2008). Face a tal constatação, parece urgente a necessidade de desnaturalizar tais escolhas e problematizá-las a partir do reconhecimento da exclusão de teóricas pioneiras das Ciências Sociais que deveriam ser, justamente, denominadas clássicas (CONNELL, 2012; MCDONALD, 2019, 1998; 1993; ALATAS e SINHA, 2017; FRITSCH, 1995).

Neste texto em particular, falarei apenas sobre parte do legado deixado por uma das clássicas: Harriet Martineau. Para os que aleguem que ela não poderia ser chamada clássica, pois o termo se refere a consensos da academia, lembro que esses consensos são construídos de acordo com interesses e contingências, não necessariamente considerando-se critérios relativos à densidade e importância da obra produzida, ou quanto ao alcance e repercussão que sua obra obteve à época, datando-a e historicizando-a (CONNELL, 2012). Esses consensos ignoram os pressupostos sociológicos e, por essa razão, precisam ser tomados como objeto de análise e serem decodificados. É uma impropriedade técnica tentar justificar o fato de Martineau não ser considerada socióloga por ela não ter citado a *física social* em seus primeiros escritos, posto que dar o nome não é um ato constitutivo da existência e de um fazer

científico (ALCÂNTARA, 2021). Complementarmente, parece não haver dúvidas de que Auguste Comte (1798-1857) nomeou e interpretou, além de ter justificado, a necessidade de uma ciência da sociedade, mas esse movimento já existia e estava sendo engendrado por intelectuais como Martineau. Por óbvio, foi Comte quem relatou o processo e o registrou no tempo, o que mais tarde foi historicizado e reproduzido de modo androcêntrico. Martineau explicitamente falava sobre a *ciência da sociedade* como um ramo da Filosofia, tanto quanto Comte falava da *física social*, por isso mesmo ela afirmava que aquela caberia aos filósofos (MARTINEAU, 2021, p. 26; ADORNO, 2008). Por outro lado, seu legado é inquestionavelmente produto de uma análise das relações, instituições e do comportamento social, em outras palavras, inegavelmente produziu Sociologia como a conceitualizamos (ADORNO, 2008; ELIAS, 2008; BOUDON, 1995; ARON, 2000).

Não bastasse todo esse cenário, as aulas de Sociologia Clássica, geralmente, apresentam Comte como “pai fundador” da Sociologia enquanto ciência e Émile Durkheim (1858-1917) como primeiro professor, pesquisador e responsável por institucionalizar a disciplina (CONNELL, 1997; ADORNO, 2008; ELIAS, 2008; ARON, 2000). Em contrapartida, o fato de a história das Ciências Sociais ser contada assim não implica que esse pressuposto esteja correto (ALATAS e SINHA, 2017). Afinal, atentando-se para o critério temporal, importância da obra e conteúdo, Martineau é “mãe fundadora”.

Esquecida, apagada e menosprezada na contemporaneidade, essa pesquisadora foi, antes de Comte, uma socióloga (uma “viajante filosófica”, nos termos dela), e antes de Durkheim, uma metodóloga (HILL, 1991; ROSSI, 1973; ALCÂNTARA, 2021; MARTINEAU, 2021). Contemporânea de Comte, mas só tendo conhecido sua obra tardiamente, Martineau falou sobre o estudo “das morais e costumes” e a observação sistemática do comportamento social antes que ele desenvolvesse o que conceituou como *física social* e publicou muitas obras importantes antes que Durkheim nascesse. Por outro lado, Martineau não nomeou a atividade que empreendia de modo diverso do que era corrente no século XIX, a *ciência da sociedade*, pois seu foco ou a questão problema que identificava era que os *relatos de viajante* deveriam adotar uma perspectiva crítica e fundamentada, que reconhecia como sendo filosófica (MARTINEAU, 2021,

p. 26). Tratou, entretanto, de separar os tipos de relato em duas categorias: os do “observador filosófico” e os do “observador não filosófico”. Nos dois casos referiu-se aos “observadores de homens” e fez referência aos “filósofos morais” em alguns momentos (MARTINEAU, 2021, p. 29, 45, 48 e 162). Desde a forma de escrever até o conteúdo e a postura com relação ao que observava, Martineau foi bastante reflexiva e desnaturalizadora, fugindo aos dogmas de toda sorte.

A *física social* foi nomeada por Auguste Comte em 1830, no *Curso de filosofia positiva*, e a Sociologia em 1844, em seu *Discurso sobre o espírito positivo* (ALCÂNTARA, 2021; ARON, 2000). Todavia, a Sociologia foi fundada, de fato, com teoria e prática de pesquisa, por Harriet Martineau no final da década de 1830, com suas três grandes obras: *Society in America* (1837), *Retrospect to western travel* (1838) e *How to observe* (1838). Em sendo assim, o recorte proposto neste artigo tem por objeto a obra *Como observar*, dedicando-se a discutir as contribuições epistemológicas e metodológicas, já que a biografia, produção e contextualização sócio-histórica da autora já foram realizadas em outro trabalho (ALCÂNTARA, 2021). Além disso, já dispomos hoje de material traduzido para o português e trabalhos de comentadores que nos permitem dar um passo adiante da necessária apresentação em si da autora e das obras por ela assinadas, passando a demonstrar sua teoria, metodologia e conceitos. De igual modo, muitas possibilidades de abordagem foram afastadas por fugirem ao propósito do artigo e ao recorte aqui adotado, seja pela estrutura lógico argumentativa, para não fugir do tema central, como também porque o limite quanto ao tamanho do artigo não comportaria uma ampliação do debate proposto ou o investimento em um recorte mais amplo. Assim, questões que perpassam o texto, mas que não sejam fulcrais ao objeto proposto serão referenciadas ou deixadas para serem desenvolvidas em outra oportunidade, exatamente por uma impossibilidade técnica.

Em *Como observar*, o tema central é a metodologia da pesquisa e Martineau estruturou seu livro também a partir de uma percepção metodológica e didática, dividindo-o em três partes: I. Requisitos para observação; II. O que observar; III. Métodos mecânicos (MARTINEAU, 2021). Destaque para a segunda parte, em que a autora se dedica a apresentar e problematizar instituições que são objeto de pesquisa da *ciência da sociedade*, chegando a detalhar a relação entre elas e

o comportamento social, além de indicar variáveis analíticas a serem consideradas em qualquer sociedade ou território. Essa estrutura será esmiuçada a partir do próximo tópico.

Nestes tópicos Martineau desenvolveu seus argumentos e estabeleceu pressupostos a partir de sua experiência como viajante e do *capital cultural* (BOURDIEU, 2008) do qual dispunha. Lógico que, do ponto de vista atual, ela não era apenas mais uma viajante. Martineau foi uma pesquisadora que não só observou a realidade, relatou e analisou o que observava, mas também refletiu sobre as condições da própria observação, da aparelhagem moral e intelectual carregada pelo sujeito que se punha a observar algo. Não por acaso, esse livro resultou de um conjunto de observações escritas após uma longa viagem às Américas, com o intuito de conhecer os Estados Unidos e seu regime democrático (MARTINEAU, 1837), porém, ela fez uso de memórias de suas outras viagens, notícias e literatura para exemplificar suas considerações. Como bem lembra a “Propaganda”, que antecede o livro propriamente dito, não se tratava de uma iniciativa que ela empreendeu sozinha (MARTINEAU, 1838; 2021). Seu texto fazia parte de uma coleção sobre *Como observar*, escrita para viajantes acadêmicos ou leigos, sobre diversos conteúdos e Martineau foi a responsável pelo segundo volume da série: “*morals and manners*”. A própria Martineau contou em sua autobiografia que um amigo a havia encomendado um capítulo com esse título, para um livro que pretendia organizar, mas que não foi concretizado. Ela teria passado a viagem de volta, em 1836, escrevendo o referido capítulo, que foi aproveitado para uma série. Em sua autobiografia, relatou o cansaço por não saber negar-se a contribuir com os que solicitavam análises e textos de sua autoria, além da dificuldade de se escrever a bordo de um navio (MARTINEAU, 1877b; 1896).

Nestes termos, confirmada a presença de Martineau no momento da fundação da Sociologia, sua vasta produção e a repercussão de sua obra, além de temas afeitos propriamente à constituição da *ciência da sociedade* (ressaltando aqui a preocupação com o processo de sistematização da observação social), resta demonstrado que nenhum argumento que contrarie sua contribuição e efetiva participação pode prosperar para afastá-la do cânone ou da condição de clássica das Ciências Sociais.

### 3) Preparação intelectual, generalização e verdade

A escrita de Martineau é bastante peculiar, embora logicamente, sofra influências de sua época. A partir de um texto bem estruturado, com temas e subtemas propositadamente sequenciados, teses claras e intencionalidade, seu texto consegue ser transparente, didático e denso. Ou, “[...] *uma astuta teórica de sociologia, metodologista e analista de primeira ordem*” (HILL, 1991, p. 289). Em *Como observar*, Martineau estabeleceu protocolos de cientificidade, sendo conhecida como uma socióloga prática (HILL, 1991) e talvez a autora do primeiro tratado sobre metodologia da pesquisa social, como afirmaram Seymour Martin Lipset (*apud* MCDONALD, 1998) e Michael R. Hill (1991).

O primeiro tópico desse livro, “Requisitos para observação”, foi dividido pela autora em três categorias: a) *filosóficos*; b) *morais*; c) *mecânicos*. Por sua vez, os “*Requisitos filosóficos*” foram apresentados ao leitor em quatro seções, sobre as quais tratarei de agora em diante. Cabe ressaltar que Martineau nomeava *filosóficos* aos elementos que hoje reconhecemos como sociológicos. Contudo, à época, ainda não havia uma definição a respeito, lembrando que as demais ciências humanas e sociais foram desmembradas da Filosofia (ADORNO, 2008), num processo que não ocorreu de modo abrupto. Esse subtema engloba assuntos complexos que Martineau elencava e relacionava ao tema principal, em um ir e vir sem perder de vista o núcleo em torno do qual a discussão estava sendo desenvolvida.

Um desses temas é a noção de *verdade* que aparece já na introdução do livro: “[...] *tão fácil perdê-la quanto encontrá-la*” (MARTINEAU, 2021, p. 25). Dos motivos apresentados pela autora para tal assertiva, um se deve ao fato de que a *verdade* é apurada pelos nossos sentidos, no entanto, seria possível contornar essa situação, na medida em que nossos sentidos poderiam ser treinados, assim como a nossa capacidade de organização dos dados apurados. Portanto, não bastava estar na hora e no momento certo, sendo necessário se preparar para compreender o que os seus sentidos captam. A esse treinamento, Martineau denominou *preparação intelectual* ou *requisitos filosóficos*: “*O observador de homens e costumes permanece tão necessitado de preparação intelectual como qualquer outro estudante. Isto não é, de fato, geralmente suposto,*

e uma multidão de viajantes age como se não fosse verdade.” (MARTINEAU, 2021, p. 25). Sua preocupação com a preparação chegava ao ponto de afirmar que o *viajante não filósofico* interpreta as *classes de fatos* pior do que os viajantes surdos e mudos, ao não se preparar para empreender o processo de observação e relato, advogando que a carência de um sentido pode ser suprida ou contornada, mas o despreparo não.

Outrossim, Martineau escreveu a obra objeto deste artigo em 1836, vindo a publicá-la em 1838. Nela, retratou as preocupações e experiências em uma de suas importantes viagens a campo, que foi profícua o suficiente para produzir também *Society in America* (1837) e *Retrospect of Western Travel* (1838). Ao longo da leitura, fica claro que ela escreveu sobre sua experiência em observar os fenômenos sociais e as dificuldades que encontrava, mas que também demonstrou diálogo e conhecimento do trabalho tanto de escritores clássicos e seus contemporâneos, quanto de outros viajantes. Interessante atentar para o fato de que, a princípio, existe em seu texto a diferenciação entre o *traveller* e o *tourist*, todavia, ela não se dedicou a estabelecer a diferença entre eles a partir de uma definição estrita e sintética, mas citando características capazes de identificar cada um dos tipos citados, método característico da autora aqui estudada, que tece sua explicação em partes que se relacionam e não são abordadas de forma estanque. Particularmente, o termo *viajante* é característico de uma época e representa o *observador*, cujo trabalho resultava das observações que procedia em suas viagens. Em alguns trechos específicos Martineau também o nomeou como “pesquisador” (MARTINEAU, 2021, pp. 61 e 101).

E aqui cabe uma atenção mais demorada sobre dois outros aspectos que sucedem a questão da *verdade* e da *preparação para observação* na obra em pauta. Primeiro, Martineau não falava nem em *fatos sociais*, nem em *fenômenos sociais*. Os termos de maior destaque em *Como observar* são *classes de fatos*, *fatos gerais*, *morais e costumes*, tendo citado, ainda, os *sistemas sociais* (MARTINEAU, 2021, *passim*). Martineau alegava que costumes e morais não foram apartados em seu texto porque “são inseparáveis” ou “deixam de ter significado quando separados”, já que os costumes seriam manifestações das morais. Ao mesmo tempo, afirmava que relatar costumes é uma ação de um não filósofo e não observador. Desse modo, para quem

estuda “os princípios das morais”, “os costumes são um índice” (MARTINEAU, 2021, pp. 138, 146, 169 e 223).

Quanto ao conteúdo do livro *Como observar*, não restam dúvidas de que Martineau produziu o que hoje chamamos Sociologia e isso fica cada vez mais claro ao adentrar sua obra (HILL, 1991; ROSSI, 1973; MCDONALD, 1998, 2019): ela estudou as relações sociais, a partir das instituições sociais e sua relação com o comportamento social em cada povo e território, considerando seus costumes, já que a contingência era muito valorizada em sua análise. Além disso, o que nós hoje corriqueiramente chamamos *pesquisa de campo*, não existia em sua época, como concebemos na atualidade, mesmo assim, chama a atenção o fato de que Martineau falava diretamente sobre pesquisa, pesquisadores e *ciência da sociedade*.

Porém, vejam, existia a figura dos *viajantes* e seus *diários de viagem*, aos quais teóricos recorriam, entre outras fontes, para fazer análise social. A própria Martineau foi uma viajante, que propôs uma qualificação e um pensar sobre essa atividade, colocando-a como objeto a ser analisado e questionado. São, portanto, características únicas e revolucionárias para sua época. Martineau não somente foi uma das primeiras pesquisadoras sociais que existiu como se dedicou a pensar o processo e o produto de suas observações, reconhecendo os observados como agentes, não como coisas (MARTINEAU, 2021).

No livro *Como observar*, fazendo uso de uma boa ironia, a autora citou vários exemplos e casos hipotéticos para demonstrar seus pressupostos, inclusive, sobre a importância e a característica *sui generis* da observação social, tantas vezes banalizada. Martineau também conseguiu mostrar a especificidade das ciências conhecidas até meados do século XIX, seus objetos e o respeito da sociedade pelos desenvolvimentos alcançados por cada uma. Por outro lado, fica claro o fato de que a observação social, embora fosse “[...] *a menos cultivada, a menos definitiva, a menos incerta em si mesma, e a mais difícil em sua aplicação*” era, segundo ela, também a mais banalizada na sua prática e quanto aos resultados obtidos até meados do século XIX (MARTINEAU, 2021, p. 26). Inobstante tudo isso, relatou o fato de que os *viajantes* falhavam quanto a considerar a necessidade do preparo e da organização para ir a campo, mas também ignoravam por completo essa que ela nomeava como *ciência da moral e dos costumes*, cujo conteúdo e prática lembram diretamente

os padrões sociológicos e antropológicos de análise e pesquisa.

Depreende-se de tal recorte a perspectiva relativista de Martineau, a preocupação com *as práticas de generalização* a respeito da condição social dos diversos povos e a necessidade de compreender que existem *princípios da moral*, os quais devem ser considerados pelo observador de homens. Segundo ela, não devemos buscar *generalizações*, mas “indicações gerais”, já que as “conclusões” são inevitáveis. Atenta às *generalizações* de toda ordem, Martineau falou sobre sua precariedade e como refletem mais sobre como pensa o observador do que como é o objeto pesquisado. Afinal, o observador experiente saberia distinguir entre o que ele vê e ouve em um dado momento e o que é a realidade em si. Consequentemente, não estaria afeito a generalizar percepções momentâneas e particularidades como se fossem características de um dado povo ou regras abstratas universais. Por outro lado, um observador inexperiente e ignorante da realidade social não seria capaz de perceber a complexidade da vida social e, por isso mesmo, ao enunciar explicações sobre o mundo social demonstraria mais de si: ignorância ou boa formação; características psicológicas; domínio ou alienação com relação ao tema; reprodução de preconceitos ou criticidade; entre outros (MARTINEAU, 2021, p. 26).

A esse respeito Martineau discutiu a legitimidade de quem fala e sobre os recortes da realidade a partir de interesses. No entanto, foi além e discutiu a relação problemática entre *amostra* e *universo* pesquisado. Com esse intento, demonstrou que nem toda pesquisa seria representativa da realidade social e as entrevistas, ainda que bem-feitas, precisariam ser realizadas a partir da relação com o todo, enunciando a necessidade de atenção para com o padrão da amostra. Todavia, não se contentou com tal avaliação e questionou se era possível compreender algo da realidade social, fosse familiar ou estranha, próxima ou distante, num tempo curto ou longo de observação. Dessa forma, começou a discutir o que não fazer no ato de observar a sociedade e a primeira questão destacada afirmava que ao *viajante* não caberia ser peremptório, definitivo.

Além disso, Martineau estabeleceu uma associação entre o erro da pressa e a *generalização* (MARTINEAU, 2021, p. 15, 16, 29, 30 e 239). Conquanto, nesse aspecto, ela comparou o estudante ou cientista, de um lado, com o viajante, afirmando que este último tinha alcance

popular e servia também a pensadores e leitores acrítricos. Martineau chegou a discorrer sobre como funciona a proposição, aceitação e reprodução de assertivas contraposta à sua desconstrução, alegando o tempo e prejuízos causados pelo erro da *generalização*. Não obstante, asseverou que na academia existiam formas protocolares de acomodação dos erros, o que não ocorreria com relação aos dados publicizados pelos viajantes. Assim, na academia, ainda que levasse tempo e causasse algum estrago, existia a possibilidade pública de identificação do erro e retratação. Mas os relatos de viagens eram populares e os *julgamentos de valor* que emitiam propagavam-se rapidamente, sem condições de reversão (MARTINEAU, 2021).

Essas *generalizações* foram diferenciadas por Martineau em dois tipos: apressadas e seguras. Portanto, não excluiu por completo as *generalizações* como produto da observação social. Porém, estabeleceu critérios e chamou atenção para o fato de que nem toda *generalização* tem fundamento na observação social, podendo, ser resultante, inclusive, de uma incapacidade em se pensar o social. Em todo caso, asseverou que não era o papel do observador social realizá-la, mas fornecer exemplos, os quais seriam úteis a “um cauteloso filósofo” (MARTINEAU, 2021, p. 30). Não se depreende disso que Martineau ignorasse sua posição de filósofa, posto que pensava o processo de uma ponta a outra. Nem tampouco que ao filósofo não coubesse observar e ao viajante não coubesse analisar. Contudo, destacou os elementos e momentos inerentes a cada papel e função, de modo bastante programático. Segundo a autora, a *generalização* não seria função do viajante, sendo seus relatos por si só importantes, dando notícias da variedade de comportamentos e costumes sociais. Ao mesmo tempo, alfinetou que o dever do *viajante* é “*ser útil ao invés de brilhar*” (MARTINEAU, 2021, p. 31), falando sobre a vaidade e a imaturidade, a necessidade de expor menos e analisar com mais cautela se os resultados auferidos de fato procediam e se eram válidos.

Desse modo, introduziu o tema da importância, dificuldade, mas também da forma como se fazia e deveria fazer a *observação social*, colocando não só o objeto de observação em discussão, mas também a conduta do próprio observador. Tendo em vista esses apontamentos, se debruçou sobre “[...] *quais requisitos o viajante deve ter certeza que possui antes de se comprometer a oferecer observações sobre as morais*

e costumes de um povo” (MARTINEAU, 2021, p. 35), passando a elencar pressupostos.

Primeiro, deve saber claramente o que deseja conhecer, já que a descoberta aleatória, pode até ser uma constante em outras ciências, mas não na observação dos “sistemas sociais” (MARTINEAU, 2021, p. 35 e 50). Quem vai a campo sabe mais ou menos o que provavelmente encontrará, mas não se dá conta de que o que importa é como esses elementos se relacionam entre si e como isso repercute em quem os observa: afinidade, desprezo, preconceito, loucura, asco e julgamento. Essas duas relações, das coisas (MARTINEAU, 2021, *passim*) entre si e delas para com o observador, colocando este como um agente que interfere no meio e sofre interferência deste, de fato, configuram uma concepção bastante contemporânea.

Segundo, deve equipar-se com os meios necessários para alcançar o conhecimento pretendido, o que implica não confiar apenas nos sentidos naturais ao ser humano: visão, audição e capacidade cognitiva. Decorre de tal citação a necessidade do esclarecimento e da disciplina, além de *princípios* que ajudem o observador a entender como os fatos observados se relacionam. Considerando que a capacidade analítica e de concentração pode suprir a falta de alguns dos sentidos humanos, Martineau realizou a diferenciação entre dois tipos de *viajantes*: o *não filósofico* e o *filosófico*. Em todo caso, asseverou o importante papel dos relatos produzidos por qualquer viajante, ainda que este não tivesse grandes ambições. Além desses dois tipos de viajante, falava também sobre o “viajante filantrópico” (MARTINEAU, 2021, p. 68), estatística e análise de dados, clima e condições de trabalho como variantes que interferem no temperamento do observador e a importância dos registros sobre a vida social, restando claro que valorizava tanto o aspecto quantitativo quanto o qualitativo da análise social.

Terceiro, a diferença entre um viajante filósofo e um despreparado também diz respeito à noção de *sentido moral* concebida por eles: se a partir da investigação das leis que definem como esse sentimento de certo e errado se desenvolve nos homens ou se a partir de noções populares e vagas. Em razão disso, Martineau citou não só a diversidade humana, entre nações e povos de toda sorte, como também acrescentou a perspectiva histórica.

Por fim, o viajante precisa observar os modos de conduta predominantes no território observado.

Sabendo que se as leis da natureza são comuns a todos, é na contingência que se modelam as condutas, cuja origem pode ou não ser rastreável. Implica dizer que, de acordo com a autora, se passível de investigação, que o pesquisador se familiarize com o tema. No entanto, se a investigação for obscura, que, ele não se aproveite desse fato para estigmatizar indivíduos e povos devido à sua própria ignorância.

Na esteira dessa discussão, Martineau retomou a diferenciação entre *observador filósofico* e *observador não filósofico*. Embora os exemplos que Martineau trouxe para o debate fossem relativos à sua vivência, eles servem muito bem para demonstrar a discussão ainda hoje. Por fim, a autora argumentou sobre os *requisitos mecânicos* e como eles interferem no resultado da observação, elegendo o viajante a pé, como aquele que reúne as melhores condições para visualizar a realidade local, mas também de contactar os indivíduos que estarão mais dispostos a prestar-lhe informações. Obviamente, as outras opções são inerentes ao que vislumbrava como possibilidade em sua época: a pé, de carruagem, de trem ou a cavalo. Lembrando que nós estamos falando sobre um livro publicado em 1838, que problematizou a atividade do *viajante filósofo*, disposto a conhecer um povo num dado território.

Nesse sentido, o apontamento de Martineau é muito bem-vindo, posto que é um modelo não dogmático, que noticia parte da história da metodologia e da pesquisa social. Se, atualmente, o observador vai a campo com um recorte definido e um levantamento prévio, compatíveis com as referências martineauianas, a sua permanência e retorno nos locais pesquisados também é mais demorada. Ao cabo, sem fazermos qualquer referência a Martineau, institucionalizamos a sua perspectiva com relação aos meios de se observar e estar no campo de pesquisa, conversar com indivíduos que formem uma amostra representativa da sociedade, observar as instituições e como elas configuram ou moldam o comportamento social.

Tão importante quanto é a recomendação da autora a abdicar do *status* para conhecer melhor a realidade que está contactando. Acaso isso não fosse possível, asseverou, deveria o observador conversar com quem encontrasse pela rota e não seguir apenas os caminhos pré-estabelecidos. Outro ponto destacado por Martineau são as perspectivas ou os locais de onde o pesquisador se coloca para analisar uma dada *classe de fatos*. Em outras palavras, novamente reconheceu

que as conclusões e interpretações sobre a realidade social são relativas e dependem do recorte, da posição do observador em relação ao fato. Além disso, entender a cultura e a língua dos locais permitiria o contato sem intermediários, mesmo que não o tornasse um nativo. Também impediria que, por desconhecimento, o observador distorcesse os fatos, enaltecendo-os ou desprezando-os. Por outro lado, Martineau entendia que era relativamente fácil compreender a língua estrangeira, mas difícil alcançar uma boa expressão dela, posto que língua e percepção de mundo estão relacionadas e os significados atribuídos aos signos linguísticos num dado período histórico não são os mesmos de outros. Some-se a isso o fato de que a forma da fala, a construção frasal e a estrutura dos argumentos são diversas. Porém, conhecer o idioma não resolve tudo, sendo preciso ser sociável, característica também moldada pelos costumes.

#### 4) Julgamento de valor, princípios e simpatia

Aparentemente, Martineau não expressava encarnar moralismos ou religiosidade. O texto dela é liso, sem rebuscamentos ou reverências e não é prolixo. No entanto, não remetia à *neutralidade*, mas à reflexividade e à simpatia, pois falava em questionamento de si mesmo, do que se vê e do olhar do observador, corrompido ou não pelos *vícios*, embora alguns comentadores entendam haver referência à imparcialidade e à neutralidade em sua obra (MIGUEL, 2017; DAFLON e CAMPOS, 2020), o que eu não reconheço. No texto observamos dois momentos em que o tema é abordado.

O que somos? Como olhamos o que nos é estranho? Demonstramos preconceito, asco ou repulsa? Estas são apenas algumas das questões que Martineau destaca. Aos olhos de hoje nós responderíamos: essa é uma referência à *neutralidade de valores, etnocentrismo e viés*, algo já supostamente superado e consensualmente assentado. Contudo, Martineau não abordou o assunto dessa forma: não afirmou que devemos nos despir dos valores, nem os controlar. A solução martineauiana é a *simpatia*, se formos literais na tradução, ou a *empatia*, se realizarmos uma análise da escolha do termo no contexto e frente aos pressupostos expressados. Nas palavras da autora: “O observador deverá ter simpatia; e sua simpatia deve ser destravada e sem reservas” (MARTINEAU, 2021, p. 62). Esse conceito é muito

importante em sua obra e nevrálgico à percepção de seu método como uma *tipologia empático relativista* (ALCÂNTARA, 2021). *Empático* exatamente por não se impor como referência ou padrão para o qual supostamente caminhariam todos os povos, carregando consigo a consciência de que não cabe ao pesquisador julgar ou promover valores, mas observar, relatar e compreender. E, é *relativista*, na medida em que não busca a comparação, mas a compreensão de que existem vários modelos atuando concomitantemente e que não caberia compará-los entre si, mas a princípios que orientam e fundamentam a análise.

Inobstante, Martineau definiu esse elemento como característico da observação de “morais e costumes”, podendo todo tipo de pesquisa dele prescindir, exceto a *ciência da sociedade*. É possível que ocorra uma tentativa de ridicularizar Martineau, alegando uma romantização da realidade, pouco afeita à ciência, pelas referências aos termos “simpatia” e “corações” presentes em umas poucas passagens de sua obra. Entretanto, tal afirmação não procede e Martineau não usava termos com tal conotação, pois, como qualquer outro viajante, se valia do vocabulário e semântica disponíveis em sua época. O que nomeou como “coração humano”, em suas palavras, é “o desenvolvimento universal da mente e da vida” (MARTINEAU, 2021, p. 62). Em outras palavras, a essência, de como as pessoas pensam, sentem e avaliam o mundo a sua volta e a si mesmas, enquanto por *simpathy* devemos ler *empatia*. Ela se justificou afirmando que a natureza humana é a mesma em todo lugar e o que torna as sociedades tão diversas é a contingência das condições. Obviamente, essa é uma referência não só aos costumes, mas às instituições políticas e sociais em geral.

De acordo com Martineau, a *simpatia* promoveria a confiança entre observador e observado, o que renderia, ao primeiro, acesso a informações e locais indisponíveis aos contatos superficiais. Caberia, então, a quem observa, adotar uma postura simpática, que lhe permitisse se aproximar dos observados, galgando postos privilegiados para a observação. Vale dizer, posturas empáticas capazes de demonstrar relação de confiança com o interlocutor nativo, para superar as barreiras de comunicação impostas: “Viajante livre de preconceitos e egoísmo grosseiro” (MARTINEAU, 2021, p. 229).

Martineau forneceu, como complemento, aos seus contemporâneos, vários exemplos de povos e

tradições mundo afora. Além disso, insistiu fortemente na noção de que a relação entre observador e observados condicionava o tipo e a quantidade de informações obtidas, mas não apenas isso, também a qualidade e profundidade das informações: qual o fundamento e o significado dos “signos” observados. Asseverou o quão importante era a atenção e crítica do observador quanto às suas condições de observação, por exemplo, quanto ao seu conhecimento e às suas características psicológicas (MARTINEAU, 2021, p. 67). Ainda sobre as condições morais necessárias ao observador, Martineau afirmou que a formação moral dele condicionava como enxergava um país, um povo ou uma pessoa. Assim sendo, defendia que o que cada observador relatava dizia mais sobre si mesmo do que sobre o que observava. Em várias passagens do livro Martineau expressou essa concepção acerca da ligação entre nossa formação moral (que englobaria, no vocabulário contemporâneo, elementos psicológicos e sociais) e o olhar do observador. Existiria, então, o reconhecimento quanto ao recorte da realidade, bem como quanto à significação atribuída aos fatos observados, devidos ao olhar viciado do estrangeiro, em razão da sua própria condição pessoal.

Num segundo momento, o *juízo de valor* aparece na obra *Como observar* classificando uma dada instituição ou comportamento, como no exemplo: “refinada civilização” ou “leviandade e grosseria pagãs” (MARTINEAU, 2021, pp. 88 e 170). Outro exemplo ocorre quando ela associa filhos a casamento e o contrário à falta de bem-estar moral e de educação (MARTINEAU, 2021, p. 173). Em outra passagem, mencionou que “um marido mais uma esposa” é o “bem-sucedido método natural” (MARTINEAU, 2021, p. 174). Nesses momentos não parece haver uma manifestação crítica sobre o motivo de os indivíduos seguirem tais normas sem questioná-las, pois Martineau não criticou o fundamento da própria instituição casamento, restringindo-se a análise do seu funcionamento, embora tenha dedicado um capítulo a discuti-lo junto à condição da mulher, apontando de forma veemente os prejuízos sociais acarretados pela falta de liberdade desta e da desigualdade entre os sexos.

Além disso, Martineau falava em “sentimento moral prevalecente” e “espécies corruptas de sentimentos” (MARTINEAU, 2021, p. 176), alegando que o observador deveria preocupar-se com “o que é prevalecente” e mostrar o caráter de um povo, afirmando que vários

“tipos” conviveriam simultaneamente. Caberia ao observador marcar se o que observava estaria mais próximo ou mais distante de “estado de morais”, “baixo” ou “alto”, pois, de acordo com ela, em cada sociedade os indivíduos estabeleciam um “acordo geral” sobre o que é “certo e errado”.

Nesses momentos parece haver o risco de a própria autora descumprir suas orientações, por exemplo, quando se refere à “baixo tipo das morais”, ordem “inferior” ou “superior”, “baixo grau de civilização” e “baixo estado” de morais e costumes (MARTINEAU, 2021, pp. 104, 107, 93 e 143). Além disso, Martineau, em um dado trecho, refere-se às “qualidades morais infantis” e que as nações e comunidades estavam usufruindo de “qualidades morais mais baixas” (MARTINEAU, 2021, p. 121). Em outro, cita “baixo estado de sentimento religioso” e “baixo estado moral” (MARTINEAU, 2021, p. 93). Não parece ser algo defensável, como, por exemplo, ao falar sobre alguns povos possuem morais “inferiores” ou “comunidade de moral realmente elevada”, “abatimento moral, maior ou menor” e “elevação moral e pureza” (MARTINEAU, 2021, pp. 95, 112).

Se a primeira situação relatada não demonstrava estar eivada por um *juízo de valor*, na última, pelos trechos recortados da obra, não podemos ignorar que a autora se refere a uma suposta escala moral, caso contrário não haveria razão no uso dos termos “baixo” ou “inferior”. Também não fica claro, em *Como observar*, se Martineau esperava que tais comportamentos se elevassem a um nível “alto” ou “superior”, embora tenha feito referência direta à “progressão moral” (MARTINEAU, 2021, pp. 131 e 216). Todavia, a própria Martineau, explicou que classificar e marcar qual o nível do estado moral de cada povo por meio da observação e da comparação com os princípios das morais é o papel do pesquisador e, por esse motivo, novamente não estaria incorrendo em *juízo de valor*. O que intriga é que lhe parece, que ao adjetivar as morais em determinados lugares como baixas, inferiores ou infantis, não estaria incorrendo em *bias* ou *viés*, mas sim, como ela própria afirma, classificando de acordo com princípios e testando-os. Ressalto que as expressões mencionadas independem da parte da obra ou do tema que estava sendo trabalhado pela autora, na medida em que refletem uma postura classificatória e de qualificação, ou mesmo de adjetivação. Como a discussão em pauta refere-se à presença ou não

de *juízo de valor* numa obra que advoga pela inexistência desses em produções científicas da *ciência da sociedade*, falar em propósito ou contextualização da fala da autora não contribuiria para o questionamento posto.

Ao mesmo tempo, Martineau afirmou não ser objeto da observação social a comparação em si, pois a diversidade é ilimitada, cabendo ao observador usar o campo para testar *princípios* importantes e amplos. Ela propôs que um desses princípios fosse exatamente “a essência da felicidade humana”, afastando o risco de *juízo de valor* e mantendo o foco na relação entre a percepção geral do que é a busca num plano abstrato e como ela pode ser observada em cada território ou povo, como concepção e prática. Desse modo, se Comte previu a caminhada rumo ao *positivismo*, Tocqueville à *democracia* e Marx ao *comunismo*, para Martineau os povos têm por objetivo a realização do que compreendem ser a *felicidade humana*, o que não é definido num plano abstrato universal, mas de acordo com a contingência e de formas diferentes, em razão dos costumes (MARTINEAU, 2021, pp. 36, 37, 46, 215 e 223). Tal assertiva não decorre de um *juízo de valor* apenas pela referência ao termo *felicidade*, nem tampouco resulta de uma visão etnocêntrica. Cada sociedade identificava o que era a “felicidade humana” de um modo distinto, bem como os mecanismos para alcançá-la. Desse modo, o termo por si só apenas significa alcançar um estado de satisfação, o que hoje talvez chamássemos de *bem viver*. Conquanto Martineau tenha argumentado que o norte justificador e orientador dessa diversidade de arranjos é a *felicidade humana*, não deixou claro o que seria e apenas a caracterizou como uma busca. Parece imaginar que todos nós teríamos a mesma referência ou que a diversidade levaria ao mesmo resultado, sendo apenas a natureza deste último de caráter universal.

Se, por um lado, de fato, em alguns poucos momentos não centrais do texto existe o risco de um *juízo de valor*, por outro lado, é central ao mesmo texto a postura relativista e relacionista. Martineau categoricamente afirmava que quem julga é sectário e não teria conseguido se afastar do preconceito (sendo essa a diferença entre o *sectário* e o *filósofo*), alegando ser necessário excluir da análise o que denominou preconceito nacional e filosófico para que o observador conseguisse compreender a realidade. Todavia, isso não

implica advogar pela neutralidade e imparcialidade, mas sim pela objetividade.

De igual modo o *relativismo* aparece, novamente, ao questionar quais as “noções sumárias das morais”, más e boas, para orientar a análise dos *princípios* acima dos fatos. Não seria possível, então, separar a realidade social por uma linha imaginária que, de um lado, reunisse *vícios* e, de outro, *virtudes*. A referência aos *juízos de valor* reforça a perspectiva segundo a qual não caberia ao observador julgar as morais e costumes de um povo, devendo considerá-los como uma porção dos muitos exemplos possíveis. Inobstante, Martineau realizou uma diferenciação entre “ignorância e barbarismo”, de um lado, e “vício”, de outro. Ao mesmo tempo, se referiu a “melhor conhecimento” e ao fato de não existir um “universal e infalível sentido moral” (MARTINEAU, 2021, pp. 45-47).

Martineau delineou algo semelhante ao que sete décadas depois Weber chamou *tipo ideal*, se considerarmos que o mecanismo utilizado é o da construção de um elemento abstrato que pincele características observadas e presentes na realidade, mas que não é a realidade em si (WEBER, 2006). Martineau afirmava que para se compreender a realidade imediata era necessário pensá-la, abstratamente, a partir de *princípios*, que seriam utilizados pelo observador para comparar ao que encontrasse durante a pesquisa de campo. Em *Como observar*, algumas passagens exemplificam a utilização desse instrumento metodológico, como é o caso dos tipos de religião identificados por Harriet Martineau, quais sejam, *ascético, moderado e licencioso*, além das implicações destes para o comportamento social e para as classes, deixando claro que é relativo, não um dogma, além de comparar a religião com o tipo de governo equivalente ou que ela oportuniza. Não cabe discutir em que medida Martineau precedeu Weber quanto à aplicação dessa perspectiva metodológica ou outras correspondências, mas apenas asseverar que já em 1838 tal concepção estava disponível e era suficientemente conhecida. A comparação entre as obras, conceitos e perspectivas analíticas de Martineau em relação aos que a sucederam requer uma pesquisa específica à parte. De igual modo, cabe uma análise apartada sobre a sociologia da religião em Martineau e a tipologia que ela desenvolveu a respeito, embora aqui o intuito seja o de apenas situar a(o) leitora(r) no sentido de que tal tipologia encontra-se no capítulo

que se dedica a discutir a religião, inserido na Parte II, “O que observar”.

Portanto, ao mesmo tempo em que Martineau afirmou não ser devido comparar povos, mas fugir dos julgamentos e entender cada um a seu modo, como um exemplo, Martineau propôs a comparação entre um princípio abstrato e uma realidade observada. Em outras palavras, entendia o termo comparação em um sentido estrito, remetendo-o à relação coisa-coisa (que não caberia ao observador) ou coisa-princípios (inerente ao processo de observação): “*O viajante esclarecido, se ele explora somente um país, leva em sua mente a imagem de todos; pois, somente em sua relação com o todo da raça pode qualquer um povo ser julgado*” (MARTINEAU, 2021, p. 40).

Martineau falou muito em *princípios*, mas não informou a fonte, embora no correr do texto tenha citado alguns, sendo eles: princípio da centralização; princípio da economia da associação; princípio da associação; princípio da comunidade de propriedade; princípios gerais; princípios democráticos; princípios da administração da religião; princípio da consideração para o fraco; princípio da suprema consideração para o sentimento de autorrespeito no ofensor; princípio do sentimento caseiro; princípios que regulam a condição dos serviços domésticos; princípios livres; princípio da centralização em todo lugar; princípio do espírito fraternal; princípios representativos. Essa relação de princípios busca apenas exemplificar a aplicação que Martineau fez da premissa segundo a qual a realidade observada deve ser comparada à princípios claros, definidos. Não se trata de uma diferenciação trabalhada no texto, mas de referências textuais feitas pela autora e que aqui foram citadas para expressar o método. Cabe lembrar que a proposta de Martineau foi proceder uma análise sobre o método e não a aplicação do método.\*

O viajante não poderia julgar, já que precisaria ser “liberal” e não teria que concordar com as práticas, precisando apenas relatá-las e compreendê-las. Para Martineau, ser liberal é: não adotar ou eleger padrões de comportamento como os únicos possíveis ou adequados e considerar a liberdade dos indivíduos e povos a esse respeito. Por isso, era crucial estar orientado por *princípios*, não por noções morais vagas. Contudo, de acordo com Martineau, existiriam apenas dois *princípios gerais*: 1) “a lei da natureza é a única pela qual a humanidade em geral pode ser julgada”; 2) “toda virtude ou vício predominante é o resultado

das circunstâncias particulares em meio das quais a sociedade existe”. Então, toma lugar na discussão o fato de existir ou não um “sentido moral universal entre os homens”, que seria incapaz de explicar a variedade de tipos de organização humana. Portanto, Martineau refutou a perspectiva abstrata, que abordava a humanidade a partir de um modelo moral devido ou desejado e focou na contingência. Todavia, afirmou que os *princípios* seriam as formulações generalísticas e é com eles que a realidade observada deveria ser comparada. Sendo assim, seria obrigatório conhecer os “princípios das morais” e tomar os costumes apenas como um “índice” (MARTINEAU, 2021, 39, 40 e 223). Desse modo, costumes não podem apenas ser relatados e tratados em separado das morais, pois os que se dedicam a relatá-los não seriam nem filósofos, nem observadores.

Também resta claro que Martineau chamou de *filosófica* a perspectiva que leva em conta a contingência, criticando a noção de que os indivíduos já nasceriam com as noções morais. Então, embora tenha nomeado a análise e conteúdo que apresenta como filosóficos, fosse hoje, estaríamos falando em elementos sociológicos. Não podemos nos esquecer que, para Martineau, a *ciência da sociedade* era uma parte da filosofia e tinha caráter filosófico, no entanto, essa relação de dependência ou independência não fica suficientemente clara nessa obra. Entretanto, Martineau distinguiu a existência de uma “moral universal” e “sentimentos universais”, o que me parece por si só característico de sua obra e uma contribuição relevante para o período.

Martineau também se dedicou a falar sobre a postura do observador, a contenção dos julgamentos e do etnocentrismo. Os atos considerados “bárbaros” não deveriam ser tratados com “desprezo”, mas sim com “uma leve compaixão”, pois não resultariam dos indivíduos e, sim, das circunstâncias sociais, podendo, então, os fatos serem alterados ao se mudarem as circunstâncias. Novamente, a autora realiza uma análise sociológica, considerando o contexto, referindo-se às instituições sociais e à relação dessas com o comportamento individual (MARTINEAU, 2021, pp. 44, 49, e 56).

Acerca dos *requisitos morais*, o primeiro ponto elencado pela autora é o da desnaturalização do processo de observação e da condição de quem se propõe a observar fenômenos sociais. Martineau alegava que uma observação “perfeita” só seria possível

se o observador também fosse “perfeito”. Como não existe essa possibilidade, e não somos capazes de nos libertarmos dos “preconceitos e perversões morais”, devemos investir na busca da descoberta e do aprendizado reconhecendo que nossa visão é “viciada”. Cabendo, portanto, a quem observa, destacar o que é mais comum num território ou povo (MARTINEAU, 2021, p. 61). Para que tudo isso ocorra é necessário que coloquemos em xeque o nosso preconceito. Martineau também jogou luz quanto aos preconceitos que recaem sobre o viajante e que o impedem de se socializar e, daí, usufruir das informações acessíveis a partir da convivência. O que remete à mesma condição da prática de observação, porém, não mais pelo olhar viciado do estrangeiro ou as condições morais do observador, mas pela incapacidade de se comunicar com indivíduos de outras sociedades.

Resta claro que Martineau falou sobre a ética e interesse pelo que se pesquisa em duas situações: necessária à tarefa de observação e não ser indiferente ao que se estuda. Implica dizer que *Como observar* não é apenas um tratado de metodologia (DAFLON e CAMPOS, 2020; MIGUEL, 2017), mas, também, de ética e nele Martineau destrincha os temas que indica como sendo centrais à investigação no campo da *ciência da sociedade*.

### 5) O que observar: coisas e discursos

O *relativismo* está presente de modo declarado em toda a obra de Martineau, embora não nomeado. É inegável que ela reconheceu essa conexão inextrincável entre todos os fenômenos sociais, ao mesmo tempo em que admitiu ser impossível a um observador dar conta de todos esses aspectos em um único estudo. Martineau enxergava em cada “classe de fatos” e “fatos gerais”, ou classe de fatos nacionais e classe particular de fatos, vários tipos que coexistiam, demonstrando que todo tipo de instituição se desenvolve de modo diferente em cada sociedade, devido às contingências e particularidades locais (MARTINEAU, 2021, pp. 138 e 227).

Outro pressuposto diz respeito ao fato de que a escuta não é tão simples quanto se imagina, pois é necessário que os testemunhos sejam de indivíduos representativos, o que dificilmente é possível. Novamente, aparece no texto a discussão sobre a *amostragem* e a qualidade dos informantes (isto é, sua

capacidade de representar o todo), mas também sobre os dilemas que os observadores enfrentavam (em quem acreditar? existe uma verdade?). Martineau também fez referência à classe e à educação dos informantes, as quais, se não forem representativas, levarão o observador a erro. Sendo de qualidade a amostra, certamente as opiniões expressadas refletiriam essas categorias de origem, o que levaria o observador à dúvida, pois as respostas poderiam ser plurais.

Não é por acaso que Martineau entendia que a análise das *coisas* deveria prevalecer sobre a análise dos discursos e afirmava que uma pesquisa não deveria começar pelo discurso, mas pelas coisas, sendo as entrevistas usadas para comentar e exemplificar os achados. Não implica dizer que Martineau não realizasse e não recomendasse a realização de entrevistas. Por outro lado, Martineau afirmava que os *discursos* são reunidos ou ecoam em instituições, que ela dividia em: políticas, religiosas e sociais. Essa assertiva demonstra parte da sua perspectiva institucionalista. Para ela, fatos estão relacionados a pessoas, mas podem ser visualizados nas coisas, já que as ações são “corporificadas e perpetuadas” nestas: “*Chegar aos fatos da condição de um povo através do discurso dos indivíduos é um empreendimento sem esperança. A pura verdade é – está começando na ponta errada.*” (MARTINEAU, 2021, p. 86). Assim, Martineau advertia que não é possível conhecer a realidade de um povo a partir dos *discursos* ouvidos dele. As *coisas* objetificadas como representativas de um ânimo social, de maneiras e costumes, demonstrariam as diferenças existentes entre países, regiões dentro de um mesmo país, locais centrais e interioranos, classes e outras categorias.

Por *coisas*, Martineau não se referia apenas a objetos, contemplando também hábitos e costumes, referindo-se ao que foi objetificado em construções, artes, ofícios, entre outros, mas também sobre o que foi institucionalizado no comportamento social e identificável pela observação. Como exemplo de *coisas*, para Martineau, podemos citar as formas dos locais de adoração; a condição do clérigo; as superstições populares; os dias de santos; relíquias e locais públicos.

Martineau acreditava que a *ciência da sociedade* não deveria buscar conhecer a natureza dos “agentes”, “mas as proporções nas quais eles estão combinados”. O “caráter do orgulho prevalecente” seria verificado com “qual classe de objetos é mantida em maior estima”

(MARTINEAU, 2021, pp. 36 e 131). Além disso, de acordo com ela, existem “interesses universais” e o observador precisaria observar como as contingências os modificariam. Por exemplo, os primeiros interesses universalmente observados são os domésticos, como o amor parental, que é encontrado em todos os lugares, mas diferentes são as suas formas de manifestação.

Sobre o que observar, ela especificou: “*Parece-me que as morais e costumes de uma nação podem ser incluídas no seguinte departamento de pesquisa — a religião das pessoas; as suas predominantes noções morais; o seu estado doméstico; a sua ideia de liberdade; e o seu progresso, atual ou em perspectiva.*” (MARTINEAU, 2021, p. 89). Some-se a isso o fato de que em *Como observar*, Martineau abordou não apenas questões metodológicas, mas grandes temas das Ciências Sociais: democracia; metodologia; religião e comportamento; suicídio; governo; educação; liberdade; justiça; crimes; casamento; classes. Resta a dúvida se Martineau teria sido influenciada por um “clima intelectual” (BOUDON, 1995), o que explicaria temas e alguns recortes em comum entre a perspectiva dela e de Tocqueville, por exemplo, ou se ela foi destacadamente a responsável por inaugurar a problematização de tais questões nos termos expressos anteriormente. Lembro que Martineau publicou obras significativas em 1837 e 1838, cujo trabalho perdurou por mais 40 anos. Desse modo, cronologicamente, em relação aos considerados clássicos (exceto Comte e Tocqueville), ela chamou para o debate recortes, temas, relações de causalidade até então naturalizadas, dogmatizadas ou mesmo ignoradas.

Como dito anteriormente, sobre o *discurso*, Martineau explicou que ele serviria para comentar o que foi observado e não serviria para começar o trabalho. Além disso, falava sobre entrevistar todo tipo de pessoas, para tentar identificar o que denominava o “discurso geral” existente em cada país e o que interessava a elas. Todavia, o problema do *discurso* centra-se no fato de ele ser ou não uma *amostra* representativa do todo, ao mesmo tempo em que tem a vantagem de conhecer e clarear questões específicas. Com base nisso, é fácil compreender que Martineau não ignorava os relatos e os dados produzidos pelas entrevistas para enaltecer a observação das *coisas*. Caberia, então, ao observador, primeiro “observar classes de fatos”, depois considerar o *discurso*, conquanto que, para captar o *discurso* dos indivíduos, o viajante se preparasse:

“manter sua imparcialidade” e “não fazer injustiça a questões ou pessoas por bias”; “conversar com todos os tipos de pessoas”; enfrentar o cansaço e ter consciência de como isso pode atrapalhar o resultado; formular as perguntas com antecedência; organizar o trabalho e, com isso, diminuir a interferência do humor e do cansaço (MARTINEAU, 2021, pp. 30, 232, 237, 239 e 240).

## 6) Considerações Finais

É inquestionável o fato de que as sociólogas clássicas foram apagadas da história da Sociologia, dando a impressão de que as mulheres não participaram de sua fundação e sempre foram periféricas. Tal percepção decorre de um dos maiores mitos da Sociologia: a história da Sociologia se confunde com o próprio cânone. Pelo marco temporal, inegavelmente, Martineau foi a primeira pesquisadora de campo, e, se considerarmos a categoria viajantes, no rol geral, perderá apenas para Tocqueville, dentro do que atualmente conhecemos da história da Sociologia. Isso porque Tocqueville publicou “Da democracia na América”, em 1835, e Martineau “Society in America”, em 1837. Recorrendo, ainda, ao critério temporal, enquanto Comte se dedicava ao “Curso de Filosofia Positiva” (1830-1842), Martineau escreveu ao menos quatro grandes obras de caráter sociológico em 1837 e 1838. Isso a coloca no lugar do fato: a fundação da Sociologia. Inobstante, também demonstra como ela disputa ombro a ombro com os reconhecidos fundadores em quantidade, qualidade e repercussão das obras.

O cânone é uma escolha política, intencional ou não, que foi institucionalizada, mas que reflete pouco ou nada critérios objetivos sociologicamente orientados. Quanto ao conteúdo, Martineau realizou uma análise sociológica, se considerarmos por referência alguns dos conceitos clássicos da própria Sociologia e como o fazer sociológico é caracterizado. Ela realizou uma análise sistemática do trabalho que empreendeu, legando-nos importantes considerações a respeito. Entre as *coisas* e *discursos*, Martineau elencou vários temas e elementos pertinentes a eles, para os quais, necessariamente, o observador deveria ficar atento. Dentre tais, destacou a religião, a educação, o governo, as classes, a condição das mulheres, a liberdade, os tipos de caridade, as artes e as invenções. Não bastasse isso, além de analisar o que observar dedicou-se a considerar como proceder.

Desse modo, indicou que a *simpatia* era necessária para compreender o que se vê e que os pensamentos filosóficos resultariam da observação como uma espécie de generalização pautada na comparação entre os fatos e os princípios.

Em decorrência, resta claro que precisamos reescrever a história da Sociologia e não parece haver muito interesse em fazer isso, salvo algumas iniciativas isoladas e não institucionalizadas. Além disso, as mudanças nos currículos de formação e a inserção da temática nos eixos teóricos dos editais de concursos públicos são uma medida inconteste para que possamos mudar essa realidade. A aproximação da comemoração dos 200 de fundação da Sociologia é uma excelente oportunidade para pautarmos esse debate.

### 7) Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

ALATAS, Syed F.; SINHÁ, Vineeta. **Sociology theory beyond the cannon**. Londres: Palgrave Macmillan, 2017.

ALCÂNTARA, Fernanda H. C. Harriet Martineau (1802-1876): a analista social que inaugurou a Sociologia. **Revista Estudos Ibero-americanos**, v 47, n 03, 2021.

ARANGO, Luz G.. Tiene sexo la sociologia? **Revista Sociedad y Economía**, n 08, 2005.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Lisboa: Dom Quixote, 2000.

BOUDON, Raymond. (org.) **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. São Paulo: EDUSP, 2008.

COMTE, Auguste. **Auguste Comte (1798-1857)**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CONNELL, Raywell. A iminente revolução na teoria social. **RBCS**, 27, 80, 2012.

----- . Why is classical theory classical?. **The American journal of Sociology**, 102, 06, 1997.

DAFLON, Verônica T.; CAMPOS, Luna R.. Gênero e

conhecimento. **Estudos históricos**, 33, 70, 2020.

DEBIA, Eliana. Notas sobre violência de gênero y enseñanza de la sociología clásica en universidades nacionales públicas argentinas. **De practicas e discursos**, ano 08, 12, 2019.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2008.

----- . **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FRITSCH, Jon Eric. **Did Harriet Martineau's sociological methods influence Emile Durkheim's sociological methods?**. Virginia State University, Masters of Science in Sociology, 1995.

HILL, Michael R. Empiricism and reason in Harriet Martineau's sociology. In.: MARTINEAU, **How to observe**. New Brunswick, Transaction Books, 1989.

----- . Harriet Martineau (1802-1876). In.: DEEGAN, Mary Jo (ed.), **Women in Sociology**. New York, Greenwood Press, 1991.

MARTINEAU, Harriet. **Como observar: morais e costumes**. Governador Valadares: Editora Fernanda H. C. Alcântara, 2021.

----- . **Harriet Martineau's autobiography**. Boston: James R. Osgood & Co., vol. I, 1877a.

----- . **Harriet Martineau's autobiography**. Boston: James R. Osgood & Co., vol. II, 1877b.

----- . **The positive philosophy of Auguste Comte**. London: George Bell & Sons, 1896.

Mc DONALD, Lynn. Sociological theory. **The American Sociologist**, 50, 03, 2019.

----- . **The early origins of the social sciences**. McGill-Queen's University Press, 1993.

----- . (ed.) **Women theorists on society and politics**. Ontário: Wilfrid Laurier University Press, 1998.

MIGUEL, Lorena M. dos S.. Harriet Martineau. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, 16, 11, 2017.

ROSSI, Alice. **The feminist papers**. New York: Batam Books, 1973.

SILVEIRINHA, Maria João; FERREIRA, Virgínia. Harriet Martineau. In: Garcia; Martins (orgs.), **Lições de Sociologia Clássica**. Lisboa, Edições 70, 2019.

WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Ática, 2006.

### 8) Fontes

Martineau Society. <https://martineausociety.co.uk/>

# A tributação (in)justa: da utopia realista de Thomas Piketty à realidade distópica brasileira

*Matheus Guimarães Barros*<sup>1</sup>

## Resumo:

O presente artigo discute o significado de uma tributação justa na obra de Thomas Piketty e o seu papel na construção pikettyana de um socialismo participativo para o século XXI. A partir de pesquisa bibliográfica, buscamos contrapor esse sistema tributário ideal proposto pelo economista francês, baseado num modelo progressivo, com a realidade da tributação no Brasil, um país historicamente marcado por profundas desigualdades sociais e pela concentração de riqueza. Verificamos que, apesar dos propósitos políticos fundamentais da Constituição Federal de 1988, que primam por um Estado Democrático de Direito e por uma sociedade justa e igualitária, o sistema tributário brasileiro assenta-se num modelo regressivo cujo funcionamento penaliza os contribuintes mais pobres. Desse modo, entendemos o sistema tributário do Brasil como o avesso do sistema tributário democrático idealizado por Piketty, assim como concluimos que o país carece de ideologias igualitárias fortes o suficiente para resistirem à sacralização neoliberal da propriedade privada e para impulsionarem uma verdadeira reforma tributária pautada na justiça fiscal.

**Palavras-chave:** tributação justa; Thomas Piketty; modelo progressivo; Brasil; modelo regressivo.

## (Un)fair taxation:

### From Thomas Piketty's realistic utopia to Brazilian dystopian reality

## Abstract:

In this article, we discuss the meaning of fair taxation in the work of Thomas Piketty and its role in Piketty's construction of participatory socialism for the 21st century. Through a bibliographic study, we contrasted this ideal tax system proposed by the French economist, based on a progressive model, with the reality of taxation in Brazil, a country historically marked by profound social inequalities and concentration of wealth. We learned that although the fundamental political purposes of the Federal Constitution of 1988 strive for a Democratic Rule of Law and a fair and egalitarian society, the Brazilian tax system is based on a regressive model whose operation penalizes the poorest taxpayers. Overall, we conclude that the Brazilian tax system is the opposite of the democratic tax system idealized by Piketty, and that the country lacks egalitarian ideologies strong enough so as to resist the neoliberal sacralization of private property and promote a true tax reform based on fiscal justice.

**Keywords:** fair taxation; Thomas Piketty; progressive model; Brazil; regressive model.

<sup>1</sup> É graduado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora - campus Governador Valadares. Mestrando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGCIS/PUC-Rio)

## Introdução

O economista francês Thomas Piketty se tornou um fenômeno editorial e nome de referência para os estudos sobre desigualdades sociais e justiça tributária em diversos países do mundo. Suas obras, sobretudo *O capital no século XXI* (2013) e *Capital e Ideologia* (2019), impressionam pela sistematização e fluidez dos argumentos, bem como pela vasta bibliografia consultada e pelos inúmeros dados estatísticos mobilizados.

Em *Capital e Ideologia*, livro que está no centro das reflexões propostas neste artigo, Thomas Piketty faz um mergulho profundo na história mundial para discernir as formas de justificação das desigualdades em diferentes localidades e épocas. Piketty busca, e parece encontrar, as narrativas, ou melhor, as ideologias que, longe de serem epifenômenos, legitimaram ou naturalizaram os regimes desigualitários no correr do tempo histórico.

Piketty revela, ademais, a crise das democracias contemporâneas, notadamente a partir dos anos 80 e 90, quando o “fracasso” do socialismo soviético e o desenvolvimento de uma ideologia neoproprietarista, empreendedora e meritocrática levaram o mundo a patamares alarmantes e descontrolados de concentração de renda e de patrimônio que se tornam ainda mais agudos neste início do século XXI. O autor francês se refere ao neoliberalismo com seu movimento particular de desregulação social e financeira ou, para usar o termo de Piketty, ao hipercapitalismo, responsável, dentre outras coisas, por acentuar as assimetrias socioeconômicas em nível planetário.

De acordo com Piketty (2020), o coração da política neoliberal está na luta contra a progressividade tributária, isto é, na luta contra um imposto com alíquotas mais baixas para os mais pobres e que se elevam de maneira gradual para os mais ricos. Em boa parte do mundo ocidental, nos anos 80, a justificativa para não tributar os mais ricos se baseou na fantasia de um bem-estar geral. Sustentava-se que os ricos desfrutavam de maior capacidade para investir, de modo que suas fortunas poderiam beneficiar toda a sociedade. A história, todavia, revelou desde então um movimento diametralmente inverso, qual seja, o avanço exponencial das desigualdades entre as classes ricas e pobres.

Desde *O capital no século XXI*, como explica Ricardo Lodi Ribeiro (2015), Thomas Piketty vem demonstrando a tendência natural do capitalismo à concentração de riqueza, bem como indicando a inexistência de um elemento inerente ao processo de acumulação capitalista que seja capaz de evitar o crescimento da desigualdade e de coibir o aumento da distância entre os extratos opostos da pirâmide social. Isso não implica, contudo, uma absoluta falta de alternativas. Além do preciso diagnóstico, Piketty fornece elementos para uma possível solução progressiva e democrática ao mundo atual.

Para Thomas Piketty, a narrativa desigualitária imposta desde os anos 80 e 90 não é, nem pode ser, uma fatalidade. A partir da experiência histórica, o autor mostra-se convencido de que é possível “erradicar” o capitalismo privado e traçar os contornos de um socialismo participativo para o século XXI, ou seja, de uma nova perspectiva igualitária universal baseada na propriedade social, na educação e no compartilhamento de conhecimentos e de poderes (PIKETTY, 2020).

A proposta de Piketty (2020, p. 820) objetiva viabilizar uma sociedade justa que permita ao conjunto de seus membros o maior acesso possível a bens fundamentais, sobretudo a educação, a saúde, o direito ao voto e, “em termos mais amplos, a participação de todos nas diferentes formas da vida social, cultural, econômica, civil e política”.

Seu socialismo, distintamente do estatal e hipercentralizado socialismo versão soviética do século XX, tem como foco a participação e a descentralização. Piketty não busca extinguir a propriedade particular nem alcançar um estágio social de igualdade absoluta, mas simplesmente garantir que os menos favorecidos possam desfrutar das mais elevadas condições de vida. Para tanto, aquilo que se apresenta como algo a se combater com unhas e dentes no hipercapitalismo, a progressividade tributária, assume um papel crucial na construção do socialismo participativo tal como pensado pelo autor francês.

Afinal, Thomas Piketty (2020) enxerga o imposto, debatido e definido de forma coletiva, arrecadado com toda transparência em função da capacidade de contribuição de cada um, como o principal instrumento que permite a uma sociedade mobilizar recursos tendo como alvo um projeto político comum. O imposto justo, que para Piketty exige a técnica da progressividade,

revela-se central para toda e qualquer tentativa de “superação” do capitalismo privado na atualidade.

Se a proposta sociopolítica de Piketty tem uma pitada de utopia, decerto também desfruta de uma boa dose de realismo. Existe uma confluência entre utopia e realismo em seu pensamento. Trata-se, então, de uma utopia realista. Piketty parte da maneira como as coisas estão postas na realidade. Para ele, a possibilidade de mundos diferentes tem deixado rastros no mundo real, passíveis de observação mediante análise histórica.

A depender do nível de mobilização de forças que se alinhem a seus ideais igualitários, o movimento apresentado por Thomas Piketty pode encontrar formas de aplicação. Uma tributação progressiva, por exemplo, já foi realidade. Como lembra Piketty (2020), nos Estados Unidos e no Reino Unido, entre 1930 e 1980, as alíquotas tributárias chegaram a atingir 70% a 90% no topo da hierarquia dos patrimônios e rendas.

Foram os anos 80 que trouxeram consigo uma revolução conservadora, rompendo com o padrão histórico até então em andamento<sup>2</sup>. Isso é importante, pois joga luz na seguinte reflexão: se o ontem não foi como o hoje, o amanhã pode ser diferente e, quiçá, melhor – ou menos pior. A questão principal é aprender com a história, entender os erros e considerar os acertos das experiências passadas. Piketty faz isso com maestria, especialmente ao valorizar os avanços sociais propiciados pela social-democracia e pelo Estado de bem-estar, decerto inspirações decisivas para sua proposta de um socialismo participativo.

O presente trabalho, além de apresentar as reflexões de Thomas Piketty a respeito da justiça social-tributária e das medidas necessárias à sua concretização, expõe as injustiças do sistema tributário no Brasil, país onde é a massa do povo que sustenta a máquina monstruosa chamada Estado Nacional. Aqui, a progressividade tributária é tabu!

Como observa Piketty (2020), o sistema tributário brasileiro caracteriza-se por uma regressividade estrutural, de modo a impor pesados impostos e taxas indiretas sobre o consumo, mais prejudiciais às classes modestas e médias, enquanto os impostos progressivos sobre as rendas e os patrimônios mais altos são, historicamente, muito pouco desenvolvidos.

Assim sendo, a realidade do Brasil está bem distante da utopia realista de Thomas Piketty, a ponto de simbolizar o seu extremo oposto: uma distopia. Este artigo caminhará, por conseguinte, da utopia realista de Piketty à realidade distópica brasileira.

### A progressividade tributária de Thomas Piketty

O avanço colossal da desigualdade e da concentração de riqueza nos últimos 40 anos tem provocado feridas sociais profundas, a cada dia mais abertas, cujo sangue se tornou difícil de estancar. De acordo com Ladislau Dowbor,

Quando uma centena de pessoas são donas de mais riqueza do que a metade da população mundial, enquanto um bilhão de pessoas passa fome, francamente, achar que o sistema está dando certo é prova de cegueira moral avançada. Um sistema que sabe produzir, mas não sabe distribuir, é tão funcional quanto a metade de uma roda (DOWBOR, 2014, p. 09).

A distribuição de riqueza está no centro das preocupações socioeconômicas e humanitárias de Piketty. Para ele, propriedades e rendas muito concentradas não trazem qualquer tipo de ganho ao interesse geral, isto é, não contribuem em nada para o bem-estar coletivo. A fim de viabilizar um acesso universal e igualitário a bens fundamentais, a riqueza precisa ser distribuída. É nesse aspecto que a progressividade tributária ganha contornos decisivos dentro da formulação pikettyana de um socialismo participativo.

Imerso em sua utopia realista, Piketty (2020) defende que o sistema tributário ideal, em outros termos, o de uma sociedade justa, consistiria em três grandes impostos progressivos, a saber: i) um imposto progressivo anual sobre a propriedade; ii) um imposto progressivo sobre a herança; e iii) um imposto progressivo sobre a renda.

O (i) imposto progressivo anual sobre a propriedade e o (ii) imposto progressivo sobre a herança, juntos, representariam uma ferramenta central para uma verdadeira circulação e distribuição de capital. A ideia de Thomas Piketty (2020, p. 836) é que esses dois

2 Ao discutir acerca do sofrimento das classes populares europeias, numa crônica publicada em 2015 na *Libération*, Thomas Piketty (2017, p. 115) sustentou que, “desde os anos 1980, a progressividade dos sistemas tributários foi fortemente reduzida: as alíquotas aplicáveis às rendas mais elevadas caíram de forma maciça, ao passo que os impostos indiretos incidindo sobre os mais pobres foram aumentados de maneira gradual”.

impostos incidam progressivamente sobre o patrimônio global, ou seja, “sobre o valor total do conjunto dos ativos imobiliários, profissionais e financeiros (líquidos de dívidas) detidos ou recebidos por uma determinada pessoa, sem exceção”.

No que tange às alíquotas de tributação aplicáveis, o autor chega a indicar algumas porcentagens ideais, apesar de se mostrar flexível acerca da possibilidade de maior ou menor moderação quanto a isso, desde que se alcance, obviamente, o resultado igualitário pretendido. Para o (i) imposto sobre a propriedade, Piketty (2020) sugere 0,1% de alíquota para os patrimônios inferiores ao patrimônio médio, elevando-se gradualmente para 1% para os patrimônios duas vezes superiores ao médio, 10% para os cem vezes o patrimônio médio e 60% para os patrimônios mil vezes acima do médio.

Segundo Thomas Piketty (2020, p. 835), o (i) imposto progressivo anual sobre a propriedade traz consigo a vantagem de promover a transparência dos patrimônios, já que permite “produzir mais informações sobre os ritmos de expansão dos diferentes níveis de patrimônio e ajustar os impostos aplicados em função dos objetivos de desconcentração da propriedade pretendidos pela sociedade”.

Tanto em relação ao (ii) imposto progressivo sobre a herança quanto em relação ao (iii) imposto progressivo sobre a renda, Piketty (2020) propõe alíquotas que atinjam níveis da ordem de 60%-70% quando as rendas e heranças ultrapassarem dez vezes a riqueza média dos patrimônios e das rendas, bem como da ordem de 80%-90% quando ultrapassarem cem vezes a referida riqueza média.

De acordo com Piketty (2020), o valor total arrecadado pelos impostos progressivos sobre a (i) propriedade e a (ii) herança representaria 5% da renda nacional, montante a ser utilizado para financiar uma dotação de capital a cada jovem adulto. Na prática, tal montante serviria como uma espécie de herança universal. Vejamos:

Com o sistema proposto aqui, cada jovem adulto pode começar sua vida profissional com um patrimônio igual a 60% do patrimônio médio, o que oferece novas possibilidades para adquirir uma residência ou financiar um projeto de criação de empresa. Observaremos que esse sistema público de herança para todos permite, além disso, a cada

jovem adulto dispor de um capital aos 25 anos, enquanto a herança privada leva a incertezas consideráveis sobre a idade em que se vai herdar (PIKETTY, 2020, p. 833).

Já dissemos anteriormente que as alíquotas de tributação aplicáveis às mais elevadas rendas equivaleriam àquelas aplicadas às mais elevadas heranças. Todavia, não esboçamos nada mais acerca dos planos de Thomas Piketty para o (iii) imposto progressivo sobre a renda. Conforme Piketty (2020), esse imposto deveria incidir, seguindo a mesma lógica dos demais, sobre a renda global, ou seja, sobre o total das rendas do trabalho – como salários, aposentadorias, rendimentos de autônomos, etc. – e do capital – incluindo dividendos, juros, lucros, aluguéis, etc.

A arrecadação anual do (iii) imposto progressivo sobre a renda, que giraria em torno de 45% da renda nacional, serviria para financiar o Estado de bem-estar social e os gastos públicos em geral, como educação, saúde, energia, aposentadorias e seguro-desemprego. Serviria, ademais, para garantir uma renda básica e um salário justo a todos.

Piketty (2020) sustenta que um sistema de renda mínima precisa ser garantido e aprimorado, a fim de que se torne ainda mais automático e universal. O autor francês ambiciona construir uma sociedade fundada na justa remuneração do trabalho, onde a escala de salários seja menos díspar e as pessoas menos favorecidas sejam melhor remuneradas.

Atento aos impactos destrutivos das mudanças climáticas e do aquecimento global, Thomas Piketty (2020) ainda propõe acrescentar no (iii) imposto de renda uma taxa progressiva sobre as emissões de carbono para os consumidores individuais. Vale dizer que a regra, pelo menos nos países mais ricos do mundo, é a concentração de emissões de gás carbônico em pequenos grupos de pessoas com rendas e patrimônios elevados<sup>3</sup>. Além do Estado de bem-estar social, Piketty também se preocupa com um Estado de bem-estar ecológico para o século XXI.

De um modo geral, verifica-se com tais recomendações o esforço de Thomas Piketty em favor de uma justiça tributária baseada na não-regressividade. Por imposto regressivo, entende-se “aquele com alíquota

3 “O que é certo é que está na hora de pensar em um sistema de divisão que pressuponha um imposto progressivo sobre o carbono: não podemos pedir os mesmos sacrifícios às pessoas que emitem 2 toneladas por ano e àquelas que emitem 100” (PIKETTY, 2017, p. 138).

mais baixa para o topo das rendas mais altas do que para o restante da população” (PIKETTY, 2020, p. 614). Todo o projeto de Piketty a respeito da tributação se resume, portanto, na certeza de que os impostos não devem representar uma proporção da renda e da propriedade menor para os sujeitos mais ricos do que para os mais pobres. A seguir, perceberemos que no Brasil essa lógica é invertida.

### A regressividade tributária do Brasil

A tributação influencia diretamente a vida econômica e social de um país. Conforme explica Thiago Álvares Feital (2019), se por um lado o sistema tributário pode funcionar como poderoso instrumento para distribuição de recursos, por outro também pode agir como acentuador das desigualdades estruturais presentes numa sociedade.

Para que um sistema de tributos seja justo, na esteira das considerações de Piketty, ou seja, para que torne possível uma sociedade justa, faz-se necessária uma distribuição adequada da carga tributária que leve em consideração as assimetrias socioeconômicas entre os cidadãos e que busque reduzi-las rigorosamente.

Diante desse modelo ideal, o sistema tributário brasileiro encontra-se numa situação deplorável. Comparado a outros países mais desenvolvidos, o Brasil está bem longe da tão necessária justiça fiscal. O grande problema do nosso sistema não diz respeito ao tamanho da carga de tributos, mas à sua composição que cristaliza e, até mesmo, amplia desigualdades sociais. Ora, tributamos muito mais o consumo e muito menos a renda e o patrimônio do que em outros tantos sistemas tributários espalhados pelo mundo (RIBEIRO, 2015).

Thomas Piketty nos alerta para o fato de que os tributos indiretos, incidentes sobre o consumo, pesam consideravelmente mais para as classes modestas e médias do que para as classes altas<sup>4</sup>. Na mesma linha de raciocínio, Ribeiro (2015) sustenta que, apesar de dirigida à população por inteiro, a tributação sobre o consumo atinge com mais intensidade as pessoas pobres que gastam todos os seus rendimentos na aquisição de bens e serviços imprescindíveis à subsistência. Em outros termos,

A tributação sobre o consumo favorece a acumulação de capital, sendo um meio inferior de promoção da justiça distributiva, tendo quase sempre um **efeito regressivo**, na medida em que os consumidores suportam a carga tributária sobre os bens e serviços cuja aquisição para os mais pobres, por meio de itens essenciais à própria sobrevivência, esgota inteiramente todos os seus recursos (RIBEIRO, 2015, p. 13). **[Grifo nosso]**.

Dowbor ratifica:

A verdade é que quem ganha pouco compra roupa para os filhos, paga aluguel, gasta uma grande parte da sua renda em comida e transporte, e não compra belas casas, fazendas e iates, e muito menos ainda faz aplicações financeiras de alto rendimento. O pobre gasta, o rico acumula. Sem processo redistributivo, gera-se uma dinâmica insustentável (DOWBOR, 2014, p. 13).

A tributação sobre o consumo de bens e serviços, no Brasil, atinge percentuais alarmantes, tendo um sinistro potencial de comprometimento do mínimo existencial dos contribuintes menos afortunados. Trata-se da principal fonte de arrecadação tributária em nosso país. De acordo com Feital (2019), grosso modo, sistemas tributários são regressivos quando, assim como o brasileiro, oneram mais o trabalho do que o capital, ou seja, quando se assentam em tributos indiretos, que priorizam o consumo como base de incidência.

**Tabela 1 – Composição da Carga Tributária Bruta (CTB) brasileira, 2018**

Tipo de tributo	Porcentagem
Renda	21,62%
Folha de Salários	27,34%
Propriedade	4,64%
<b>Bens e Serviços</b>	<b>44,79%</b>
Trans. Financeiras	1,60%
Outros Tributos	0,01%

*Fonte: Elaboração própria com base em Natassia Nascimento (2021).*

Além dessa injustiça maior, existem outros fatores que agravam ainda mais a realidade distópica da

4 Nos termos de Piketty (2020, p. 845), “os tributos indiretos não se justificam [...] e deveriam, na prática, ser substituídos por impostos calcados na renda ou na propriedade. As alíquotas indiretas [...] não permitem distribuir os custos tributários em função do nível de renda ou de propriedade, o que constitui uma enorme limitação tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista da transparência democrática”.

tributação brasileira. Vimos que a tributação sobre o consumo é a que impera no Brasil, mas a tabela 1 também evidenciou que o imposto de renda apresenta-se como um instrumento bastante utilizado para fins de captação de recursos públicos entre nós. Tudo certo, até então. Acontece que esse imposto, haja vista a forma como incide sobre a renda de pessoas físicas, pode ser criticado de várias perspectivas. Dentre elas, destacamos que a sua alíquota máxima – 27,5% para rendas acima de R\$ 4.664,68 – é relativamente baixa, bem como que o seu número reduzido de faixas de cobrança – apenas 05 – atenua sua já muito tímida progressividade, onerando consideravelmente determinadas parcelas da classe média nacional.

**Tabela 2 – Faixas do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), 2021**

Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)
Até 1.903,98	-
De 1.903,99 até 2.826,66	7,5
De 2.826,66 até 3.751,05	15
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5
Acima de 4.664,68	27,5

*Fonte:* Elaboração própria com base na Receita Federal (2021).

A partir de uma simulação, amparada em dados da Receita Federal, Natassia Nascimento (2021) ainda sustenta que, apesar de a maior alíquota marginal do IRPF ser de 27,5% para rendas mensais acima de R\$ 4.664,68, como nos mostra a tabela 2, a alíquota efetiva paga pelo contribuinte pode ser muito menor. Isso significa que, na prática, a situação piora!

Além de tudo isso, a pesquisa de Ribeiro (2015) demonstra que, no Brasil, a renda dos trabalhadores assalariados é proporcionalmente mais onerada do que os lucros e dividendos dos proprietários de empresas. Vale lembrar, também, da baixa tributação sobre a herança patrimonial. Em termos gerais, o autor mostra que o nosso sistema tributário proporciona uma situação mais danosa para os trabalhadores e consumidores do que para os investidores, proprietários, empresários e herdeiros (RIBEIRO, 2015).

De fato, a tributação direta existente no país apresenta uma progressividade tão modesta que o seu efeito redistributivo acaba sendo completamente anulado pelo peso da tributação indireta. Pedro Júlio D'Araújo (2015) chega a refletir a respeito de como os recursos de programas sociais, voltados às demandas

das populações carentes, são financiados, de certo modo, justamente pelos mais pobres, já que decorrem de uma tributação estruturalmente regressiva. Trata-se, decerto, de um cenário diametralmente oposto daquele esboçado e desejado por Thomas Piketty.

De novo: ao invés de uma boa capacidade redistributiva, nosso sistema tributário reforça desigualdades! Esse fato leva Feital (2019) a responsabilizar o Estado brasileiro, não por omissão, mas por contribuir ativamente no agravamento das assimetrias entre ricos e pobres. Para o autor, a tributação no Brasil tem penalizado, ainda mais, aquelas pessoas que já sofrem os efeitos de uma persistente desigualdade social.

### O modelo tributário “Robin Hood às avessas” e a Constituição Federal de 1988

A nação brasileira é cindida. De um lado, há uma elite que vive muito bem, com elevados índices e padrões de consumo, dignos de países desenvolvidos. Do outro lado, há uma grande massa de subcidadãos que (sobre)vive com o que sobra de uma distribuição desigual.

Nesse quadro social, diz D'Araújo (2015), uma fatia rica da população não contribui na medida de suas possibilidades econômicas, beneficiando-se de uma tributação proporcionalmente menor em face daquela destinada ao restante da sociedade. Enquanto isso, existem pessoas bem menos afortunadas que não têm outra opção a não ser figurar como financiadoras da atividade estatal.

Fátima Gondim e Marcelo Lettieri (2014, p. 67) chamam – e com razão – o modelo tributário brasileiro de “Robin Hood às avessas”. A história mais clássica de *Robin Hood* trata, resumidamente, de um personagem que roubava os ricos e distribuía suas riquezas aos pobres. Ora, a tributação no Brasil opera numa lógica invertida.

Desde a década de 90, especialmente, quando a onda neoliberal atingiu em cheio as terras do país, a alta demanda por eficiência fiscal buscou retirar da política tributária a sua função de instrumento para uma política social. Ademais,

A partir de 1995, a política tributária foi redesenhada para beneficiar o processo de mundialização do capital financeiro, de forma a atraí-lo e mimá-lo do ponto de vista fiscal (as reformas do pacote neoliberal propuseram reformas administrativas, visan-

do reduzir os custos das administrações tributárias e do cumprimento das obrigações pelas empresas, principalmente com o objetivo de incentivar o investimento estrangeiro) (GONDIM; LETTIERI, 2014, p. 64).

Conforme Gondim e Lettieri (2014, p. 64), a fim de reduzir a tributação sobre o grande capital e, ao mesmo tempo, assegurar a arrecadação necessária ao ajuste fiscal numa economia debilitada, “o Brasil fez a opção preferencial por tributar de ‘forma fácil’ e ‘invisível’, via tributos sobre o consumo, atingindo, sobretudo, o ‘Brasil de baixo’, como dizia o poeta Patativa do Assaré”. A tributação aumentou para os mais pobres e caiu para os mais ricos<sup>5</sup>.

Vejamos as benesses para o “andar de cima”, já no início do primeiro governo FHC: redução da alíquota do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas – IRPJ, das instituições financeiras, de 25% para 15%; redução do adicional do IRPJ de 12% e 18% para 10%; redução da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, de 30% para 8%, posteriormente elevada para 9%; redução da base de cálculo do IRPJ e da CSLL ao permitir a dedução dos juros sobre capital próprio; isenção do imposto de renda sobre remessa de lucros e dividendos ao exterior, dentre outros. Além disso, a liberalização financeira internacional abriu novas oportunidades para a fuga de capitais e evasão fiscal por parte das elites, acentuando a desigualdade (GONDIM; LETTIERI, 2014, p. 64-65).

Curioso observar que nunca houve uma grande reforma destinada a suplantar, ou pelo menos corrigir

significativamente, a regressividade estrutural do sistema tributário brasileiro. Pelo contrário. O que mais impressiona é que a progressividade tributária, apesar de ser um grande tabu político no país, encontra guarida na própria Constituição Federal de 1988 (CF/88).

O artigo 3º da nossa carta constitucional prevê os seguintes objetivos fundamentais para a República Federativa do Brasil: i) construir uma sociedade livre, justa e igualitária; ii) garantir o desenvolvimento nacional; iii) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e, por fim, iv) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Por se tratarem dos objetivos fundamentais do país, consagrados e positivados pelo grande ponto de sustentação e de legitimidade do direito nacional, a Constituição, todo o ordenamento jurídico tem a obrigação de observá-los, incluindo certamente as regras de tributação. Numa leitura democrática, diz Feital (2019), os objetivos do sistema tributário nacional devem se identificar com aqueles da República Federativa brasileira. Para tanto, a técnica da progressividade mostra-se indispensável.

Cabe destacar, ainda, a existência de dois princípios constitucionais tributários importantíssimos na luta pela distribuição de riqueza e por políticas de inclusão social: o princípio da isonomia (artigo 150, II, CF/88)<sup>6</sup> e o princípio da capacidade contributiva (artigo 145, §1º, CF/88)<sup>7</sup>.

5 Importante mencionar que os prejuízos tributários ao “Brasil de baixo” não se iniciaram, propriamente, na década de 1990, muito embora tenham ganhado novo fôlego e muito mais vigor diante da onda neoliberal desencadeada ao fim do século passado. Tanto Ricardo Varsano (1996) quanto Salvador Werneck Vianna (2000) destacaram que a reforma tributária implantada – ou imposta, tendo em vista a pouca discussão com a sociedade civil – durante a ditadura militar, precisamente entre 1965 e 1967, objetivou privilegiar o estímulo ao crescimento acelerado e à acumulação privada, em suma, os detentores da riqueza. Foram dados diferentes incentivos fiscais à acumulação de capital, e também foram mobilizados mecanismos de financiamento a empresas e a setores industriais (VIANNA, 2000). No mais, a equidade foi desprezada e a regressividade escancarada, impactando social, econômica e politicamente os tempos vindouros do país.

6 Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos (BRASIL, 1988).

7 Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I – impostos;

(...)

§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte (BRASIL, 1988).

De acordo com Hugo Thamir Rodrigues e Antônio Furtado de Oliveira (2017), a isonomia está para além da igualdade formal que diz que “todos são iguais perante a lei”, atentando-se muito mais à ideia de uma igualdade material, isto é, aquela que considera as distintas situações concretas e trata desigualmente os desiguais. Em suma, a isonomia objetiva a igualização das condições dos socialmente assimétricos.

A isonomia serve de alicerce ao Estado Democrático de Direito. Aplicada na tributação, como explicam Rodrigues e Oliveira (2017), devem os contribuintes que possuem os mesmos rendimentos e despesas pagar o mesmo valor, enquanto os contribuintes com rendimentos superiores precisam pagar um valor maior. Para os autores, trata-se de uma fórmula que tem por finalidade promover a justiça social, contribuindo para amenizar os efeitos das desigualdades no país.

O princípio da capacidade contributiva, por sua vez, serve de instrumento para a realização da isonomia na tributação, devendo ser utilizado como parâmetro de comparação entre os contribuintes. Sua finalidade é assegurar a justiça distributiva, ou seja, a repartição justa da carga tributária total entre os cidadãos.

Utilizando o imposto de renda como exemplo, Rodrigues e Oliveira (2017) explicam que todos os contribuintes devem pagá-lo de acordo com o montante de renda disponível para o pagamento. Dessa forma, quanto maior a renda disponível, mais alto deve ser o imposto. No caso de contribuintes com rendas disponíveis igualmente altas, o imposto precisa ser igualmente alto. Evidentemente, para os contribuintes com rendas disponíveis desigualmente altas, o imposto deve ser desigualmente alto.

Fica nítida a inevitabilidade de tratar da progressividade tributária quando diante do princípio constitucional da capacidade contributiva. E, da mesma forma que a capacidade contributiva serve de instrumento ao princípio da isonomia, a progressividade apresenta-se como técnica tributária instrumental para a concretização da capacidade contributiva, na medida em que exige a aplicação de alíquotas maiores à medida em que se aumenta a base de cálculo do imposto (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2017).

Resgatando o caso do imposto de renda, quanto mais alta for a renda, mais elevada deverá ser a alíquota aplicável. Isso permite, especialmente, tributar com mais intensidade os ricos a fim de transferir para os mais pobres em forma de bens e serviços, de modo a contribuir na elaboração de uma sociedade mais equânime e solidária.

Frente a um país, como o Brasil, tão profundamente marcado por desigualdades sociais e pela concentração de riqueza, a progressividade ganha ainda mais relevância. A Constituição Federal de 1988, apesar de não prever expressamente que todo o sistema tributário nacional seja informado pela progressividade, limitando-se a mencionar tal técnica apenas a alguns tributos, também não impede a sua aplicação em relação às demais espécies tributárias. Muito pelo contrário, a nossa carta constitucional traz em seu bojo propósitos políticos fundamentais que primam por um Estado Democrático de Direito e pela construção de uma sociedade justa e igualitária, onde a distância socioeconômica que separa ricos e pobres seja cada vez menor.

É interessante destacar que a Constituição de 1988 ainda elenca a possibilidade de criação de um imposto sobre grandes fortunas (IGF), desde que instituído mediante lei complementar<sup>8</sup>, “sendo necessária a definição de ‘grandes fortunas’, a base de cálculo e a estipulação de alíquotas para que entre em vigor” (NASCIMENTO, 2021, p. 13)<sup>9</sup>. Apesar da previsão constitucional e das várias propostas de sua regulamentação em pauta no Congresso Nacional, algumas em trâmite desde 1989, o IGF nunca foi empregado no Brasil, reforçando a regressividade estrutural do nosso sistema tributário.

A pesquisa de Natassia Nascimento (2021) é exemplar ao mostrar, a partir de várias simulações de arrecadação, inclusive considerando as propostas supramencionadas, que o Brasil desfruta de uma sólida base de arrecadação para o IGF e que sua implementação é economicamente viável, haja vista a evidente concentração de riqueza que esteve bem longe de arrefecer nos últimos anos. A autora conclui que o IGF contribuiria para diminuir a regressividade do sistema, aumentar a sua arrecadação e, eventualmente,

8 Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:  
(...)

VII – grandes fortunas, nos termos de lei complementar (BRASIL, 1988).

9 Nas palavras de Natassia Nascimento (2021, p. 13), “a ideia é que o IGF seja um imposto direto e progressivo, com alíquotas baixas, elevada faixa de isenção e aplicado somente a altos valores de riqueza para pessoas físicas e jurídicas”.

desonerar alguns tributos indiretos que são fonte de injustiça fiscal (NASCIMENTO, 2021). Ao reduzir a concentração de riqueza e ampliar o seu orçamento, o poder público também poderia mobilizar recursos para fins de redistribuição e melhoria das condições de vida dos mais pobres.

Por todo o exposto, pode-se concluir que o maior empecilho para a aplicação da progressividade como regra do sistema tributário brasileiro não diz respeito à ausência de uma legislação própria que a exija taxativamente, ou mesmo da ausência de “circunstâncias econômicas favoráveis”, mas à falta tanto de ideologias igualitárias resistentes à sacralização neoliberal da propriedade privada quanto de vontade política para reivindicar uma verdadeira reforma tributária pautada na justiça fiscal.

### À guisa de conclusão

O sistema tributário brasileiro pode ser entendido como o avesso do sistema tributário ideal, justo e transparente, formulado e proposto por Thomas Piketty. Isso faz com que o nosso país, se observado pelas lentes teóricas do economista francês, esteja muito distante de “superar” o capitalismo privado por uma via democrática e igualitária.

O Brasil é um dos países com maiores níveis de desigualdade no mundo, e seu atual sistema de tributação reforça esse quadro desigualitário. Trata-se de um sistema que alberga a concentração de riqueza e penaliza os contribuintes mais pobres. Como dito antes, a regressividade estrutura sua forma geral de incidência.

Acontece que as desigualdades existentes não possuem fundamentos naturais. Não basta dizer que “estão aí e ponto final”. Não se trata de uma fatalidade. Elas podem, sim, ser alteradas e profundamente reduzidas, inclusive por mecanismos à disposição do poder público. Uma tributação justa, baseada na técnica da progressividade, apresenta-se como alternativa importante – tanto econômica quanto juridicamente viável! – para remodelar uma sociedade iníqua, onde boa parte das classes mais baixas é, no mínimo, duplamente explorada: sustenta os donos do capital com sua força de trabalho e sustenta o Estado com seus altos impostos.

Vimos que a Constituição Federal de 1988 acolhe a justiça social e fiscal em seu texto, dando total

abertura e, pode-se dizer, incentivo para aplicação da progressividade enquanto regra de tributação. Falta, contudo, uma grande mobilização política nacional que exija veementemente uma reforma tributária democrática e igualitária para o país.

Mais algumas palavras importantes antes do fim.

Piketty tem sido alvo de duras críticas, tanto da direita quanto da esquerda políticas. A recusa do seu pensamento por boa parte da direita é mais ou menos óbvia. São as acusações feitas por certas camadas da esquerda que nos interessam mais. Alguns teóricos marxistas denunciam o reformismo da obra pikettyana, ressaltando sua incapacidade – ou talvez falta de vontade – de verdadeiramente derrotar o modo de produção capitalista.

Segundo Russel Jacoby (2014), enquanto Karl Marx objetivou colocar um fim no domínio do capital, Piketty busca apenas redistribuir os frutos do capitalismo, a fim de reduzir o fosso entre os rendimentos mais altos e os mais baixos. De um modo geral, diz o autor,

Ele não trata nem da força de trabalho excedentária, nem do trabalho alienante, nem da sociedade movida pelo dinheiro e pelo lucro; ao contrário, aceita-os, e quer que façamos o mesmo. Em troca, nos dá algo que já conhecemos: o capitalismo, com todas as suas vantagens e menos inconvenientes (JACOBY, 2014, p. 107).

Eis uma crítica, dentre outras, que precisa ser encarada e avaliada com cuidado. Contudo, podemos afirmar de antemão que ela não invalida as valiosas contribuições de Piketty, tanto do seu diagnóstico socioeconômico quanto de suas propostas políticas. A progressividade tributária tem o condão de modificar substancialmente uma sociedade e melhorar condições concretas de vidas particularmente consideradas. Isso pode não ser tudo, mas não é pouca coisa.

Vale lembrar que, no *Manifesto Comunista*, quando Karl Marx e Friedrich Engels (2010, p. 58) trataram das fases da revolução proletária, mais precisamente do momento em que o proletariado se organizaria como classe dominante – Estado – e precisaria adotar uma série de medidas imprescindíveis para transformar radicalmente todo o modo de produção capitalista, uma dessas medidas elencadas foi um “imposto fortemente progressivo”.

## Referências bibliográficas

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 jun. 2021.
- D'ARAÚJO, Pedro Júlio Sales. *A regressividade da matriz tributária brasileira: debatendo a tributação a partir de nossa realidade econômica, política e social*. 166 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- DOWBOR, Ladislau. Entender a desigualdade: reflexões sobre O capital no século XXI. In: BAVA, S. C. (org.). *Thomas Piketty e o segredo dos ricos*. São Paulo: Veneta; Le Monde Diplomatique Brasil, 2014, p. 08-18.
- FEITAL, Thiago Álvares. *A dependência entre os direitos humanos e o Direito Tributário*. Revista de Informação Legislativa (RIL), Brasília, a. 56, n. 224, p. 37-58, out./dez., 2019.
- GONDIM, Fátima; LETTIERI, Marcelo. Tributação e desigualdade. In: BAVA, S. C. (org.). *Thomas Piketty e o segredo dos ricos*. São Paulo: Veneta; Le Monde Diplomatique Brasil, 2014, p. 62-72.
- JACOBY, Russel. Sobre algumas omissões de Thomas Piketty: indo mais além, com Marx. In: BAVA, S. C. (org.). *Thomas Piketty e o segredo dos ricos*. São Paulo: Veneta; Le Monde Diplomatique Brasil, 2014, p. 97-109.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010.
- NASCIMENTO, Natassia. *O imposto sobre grandes fortunas no Brasil: propostas e simulações*. Revista de Economia Contemporânea, v. 25, n. 3, p. 01-25, 2021, e212533.
- PIKETTY, Thomas. *Às urnas, cidadãos!: crônicas 2012-2016*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.
- PIKETTY, Thomas. *Capital e Ideologia*. Tradução de Dorothée de Bruchard e Maria de Fátima Oliva do Couto. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.
- RIBEIRO, Ricardo Lodi. *Piketty e a reforma tributária igualitária no Brasil*. Revista de Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 2015.
- RODRIGUES, Hugo Thamir; OLIVEIRA, Antonio Furtado. *A regressividade do sistema tributário brasileiro*. In: I Congresso Interinstitucional UNISC/URCA – Promovendo políticas públicas, concretizando demandas sociais. Ceará, 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/ppds/article/view/16449/4096>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- VARSANO, Ricardo. *A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reformas*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Texto para Discussão n° 405, Rio de Janeiro, p. 01-34, jan., 1996.
- VIANNA, Salvador Teixeira Werneck. *Tributação sobre renda e consumo das famílias no Brasil: avaliação de sua incidência nas grandes regiões urbanas – 1996*. 134 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

# Impasses e contribuições do debate entre agência e estrutura em um conjunto específico de autores do pensamento social

Gustavo Pacelli<sup>1</sup>

## Resumo:

Um dos principais objetos de preocupação das ciências sociais é a compreensão dos fenômenos que envolvem a relação entre agência e estrutura. Da Sociologia à Antropologia a preocupação teórica sempre se desenvolveu em dar contribuições em torno da questão da construção da ação e seus desdobramentos. O presente artigo, neste sentido, pretende dar conta da interpretação sociológica a respeito das diversas formas que veio a tomar a relação entre indivíduo e sociedade em uma tradição específica do pensamento social. Perpassando por teorias como a de Durkheim, Gabriel Tarde, Marcell Mauss, Levi-Strauss, Pierre Bourdieu, Bruno Latour e Tim Ingold, a tentativa se demonstra a apresentar as contribuições teóricas desses autores para a compreensão da relação entre indivíduo e sociedade. Sabemos que tal relação não se esgota em tais teorias. Entretanto, tal escolha se demonstra profícua devido ao debate entre eles em uma escola específica do pensamento social.

**Palavras-chave:** agência-estrutura; prática; ator-rede

## Impasses and contributions of the debate between agency and structure in a specific set of authors of social thought

## Abstract:

One of the main objects of concern of the social sciences is the understanding of the phenomena that involve the relationship between agency and structure. From Sociology to Anthropology, the theoretical concern has always been to make contributions around the question of the construction of action and its unfoldings. The present article, in this sense, intends to give an account of the sociological interpretation of the various forms that the relationship between the individual and society has taken in a specific tradition of social thought. Going through theories such as Durkheim, Gabriel Tarde, Marcell Mauss, Levi-Strauss, Pierre Bourdieu, Bruno Latour, and Tim Ingold, the attempt is to present the theoretical contributions of these authors to the understanding of the relationship between the individual and society. We know that this relationship is not exhausted in such theories. However, this choice proves to be fruitful due to the debate between them in a specific school of social thought.

**Keywords:** agency-structure; practice; actor-network

## 1. INTRODUÇÃO

Um dos principais objetos de preocupação das ciências sociais, senão o mais importante, é a compreensão dos fenômenos que envolvem a relação entre agência e estrutura. Da Sociologia à Antropologia<sup>2</sup>, a preocupação

1 Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSOUFJF).

2 Não queremos dizer, contudo, que tal preocupação também não seja objeto da Ciência Política. Ainda que esta área do conhecimento esteja preocupada tão quanto com as questões que envolvem o poder, suas interpretações bebem muito nas fontes da relação entre indivíduo e sociedade.

teórica sempre se desenvolveu em dar contribuições em torno da questão da construção da ação social e seus desdobramentos. Quais as suas fontes sociais, individuais, subjetivas, práticas, cognitivas, psicológicas ou relacionais. Isto significa, entender quais as fontes da ação social na medida que: 1) elas comportam ou não uma existência anterior ao indivíduo; 2) elas são fruto do sentido que estes indivíduos conferem ao mundo social; ou 3) elas são parte constitutiva da relação entre indivíduos, sociedade e o meio ambiente no qual estão se relacionando mutuamente. Neste sentido, as interpretações e as escolas de pensamento são variadas e apresentam tentativas de dar corpo teórico ao ambíguo objeto das ciências sociais: a vida social.

Com efeito, ainda que as ciências sociais sejam um campo do conhecimento que procura interpretar os fenômenos de ordem social, sua preocupação sempre esteve também em desvendar os mistérios da vida social de forma objetiva e criteriosa. Não obstante, a dinâmica de suas empreitadas intelectuais marcou uma distinção, que no início poderia ser profícua, entre a natureza do conceito para determinar algo e sua manifestação na realidade social. Colocar a questão da vida social para além dos sujeitos significaria embebedar este campo com a possibilidade objetiva de dar sentido a determinado fenômeno social. Entretanto, essa relação entre *práxis* e pensamento nunca foi consensual no decorrer da história das ciências sociais. Muito além, a construção de conceitos científicos que pudessem dar conta de determinada realidade sempre esteve atrelada ao contexto de desenvolvimento de determinado estudo, determinado autor. Como afirma Kuhn (1998, p. 146), as mudanças de paradigmas levam os cientistas a ver o mundo definido por seus compromissos de pesquisa de maneira diferente. Isto é, o desenvolvimento de determinado conceito ou interpretação da vida social, como afirmam Deleuze e Guattari (2010, p. 29), possui uma história, embora se desdobre em ziguezague ou cruze outros problemas ou outros planos diferentes.

Neste sentido, o presente trabalho pretende dar conta da interpretação sociológica a respeito das diversas formas que veio a tomar a relação entre indivíduo e sociedade em uma tradição específica do pensamento social. Passando por autores como Émile Durkheim, Gabriel Tarde, Marcell Mauss, Levi-Strauss,

Pierre Bourdieu, Bruno Latour e Tim Ingold, a tentativa se demonstra a apresentar as contribuições teóricas desses autores para a compreensão da relação entre indivíduo e sociedade. Sabemos que tal relação não se esgota neste conjunto de autores<sup>3</sup>. Entretanto, tal escolha se demonstra profícua devido às similaridades e diferenças que marcam o debate entre eles em uma linhagem específica do pensamento social.

## 2. Durkheim e os paradoxos da relação indivíduo e sociedade

Muito se deve ao desenvolvimento da sociologia clássica a Durkheim. Ainda que criticado por suas postulações teóricas, o autor se tornou influência em diversos institutos de pesquisa e autores. Sua visão analítica do processo social está ancorada em uma interpretação funcionalista vida social. Com efeito, na tentativa de criar uma ciência para os fenômenos sociais o autor se utilizou da analogia biológica para se respaldar de critérios mais ou menos objetivos. Longe dos *psicologismos* da escola behaviorista e do individualismo metodológico e moral da economia, o autor buscou estudar a sociedade desenvolvendo um método de análise para um objeto específico, os *atos sociais*. De acordo com o autor,

É fato social toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter. (DURKHEIM, 1972, p. 11).

É um fenômeno geral em sua existência, exerce coerção pela necessidade de manter a sociedade coesa, harmônica. Na teoria durkheimiana não existe, assim, espaço para o indivíduo. Este é visto como um receptor imediato dos valores, crenças e tendências da sociedade. As práticas dos grupos tomados coletivamente são o que compõem a natureza de um fato social. Os costumes e valores se tornam regras socialmente sancionadas. A presença e poder de tais costumes são reconhecíveis pela existência de alguma sanção determinada, a qual é consequência de alguma resistência que qualquer empreendimento individual procure executar.

3 A tradição clássica sociológica tem muito a contribuir com o debate de Weber e Marx. Entretanto, nos ateremos a um conjunto restrito de autores devido ao fato de que eles guardam semelhança entre si, como também as críticas e embates que estes estiveram tentando responder uns aos outros.

O método ao qual Durkheim se valeu para estudar os fatos sociais recupera o holismo metodológico: não se pode compreender as partes de um fenômeno sem estudá-lo em sua totalidade. Por isso sua visão funcional e organicista do mundo social. É preciso descobrir as *leis gerais* de determinado fenômeno para prever problemas e sanar as confusões.

Em Durkheim, a teoria da coesão se expressa de maneira mais latente nas formas de organização institucionais e na divisão social do trabalho. Os complexos organizacionais da sociedade operam através dos mesmos pressupostos analíticos dos fatos sociais. Imprimem maneiras de agir e pensar, são formas institucionalizadas de convenções e regras sociais. Aqui não existe espaço para qualquer ação que vá contra o sistema. Essa sempre será sancionada por regras, valores, crenças e condutas estatuídas na sociedade. De fato, qualquer ação que opere fora da regra representa uma *anomia* dentro do quadro geral da sociedade. Está fora da organicidade totalizante da sociedade ou então falta à mesma solidariedade necessária para manter o todo coeso.

O conteúdo explícito do tipo de análise funcionalista desenvolvida por Durkheim preconiza mais as normas e convenções da sociedade do que uma lógica da ação. A preocupação aqui é não gerar problemas ao sistema, não o tornar desarmonioso. Se a ação social representa algo dentro deste sistema ela, antes, tem que se identificar com as partes deste mesmo sistema: o fim último da ação é o sistema. A lógica da ação é a integração ao sistema. Parsons (PARSONS, 2010) com sua *teoria voluntarista da ação* foi quem levou os pressupostos de Durkheim ao limite. Está certo que no caso de Parsons, há a tentativa revisionista de conciliação entre a teoria da ação weberiana e a teoria sistêmica de Durkheim. A ideia de que um fim qualquer está relacionado com a situação que se demonstra de forma padronizada em um ato é o ponto chave para compreender a teoria da ação parsoniana. Neste sentido, se se estabelece que exista um padrão seletivo onde um determinado fim faz alusão concreta à situação com a qual ele está se relacionando, podemos dizer que esse fim representa uma adequação à norma prescrita na sociedade. Então, toda ação que visa um fim, é executada de acordo com que as normas que a prescreve, o parâmetro de adequação dessa ação. O ator, no curso de sua ação, será cada vez mais livre e autônomo de acordo com

que haja uma correspondência íntima entre curso da ação e a norma prescrita. Esse pano de fundo será importante para pensarmos a análise estruturalista de Levi-Strauss.

Certamente, a crítica a Durkheim gira em torno de sua visão estritamente funcionalista da vida social. Como se todas as ações, todos os sistemas integrados e em integração, convergissem para um único ponto: sua ideia de articular consciência com ação. Sua tentativa era romper com a visão estreita do egoísmo acionado pelas teorias econômicas no que tange ao processo de individualização. Porém, como afirma Lukes (1977), ao buscar uma interpretação para além dos fatores individuais, Durkheim se embrenhou em um paradoxo: procurar formas objetivas de resolução do problema da coesão social recorrendo a um mecanismo exterior ao indivíduo. Isto é, Durkheim coloca as categorias coletivas como realidades *sui generis* àqueles que as produzem, não como parte constitutiva da relação entre indivíduo e sociedade.

Por outro lado, de acordo com Giddens (1998), a perseguição de Durkheim em torno do problema do individualismo era entender como a sociedade moderna produziria um tipo de sujeito que fosse, ao mesmo tempo, dependente e autônomo. Decerto, a leitura que Giddens faz sobre Durkheim nos coloca a questão de como fatores inseridos na subjetividade do ator podem entrar como elemento explicativo na crítica ao individualismo utilitário. Para Giddens, “o indivíduo na sociedade não é simplesmente um receptáculo passivo das formas sociais, mas um agente ativo” (1998, p. 161). A ideia de agente ativo evocada por Giddens recoloca a questão do indivíduo moral em Durkheim como peça-chave para entender sua relação com a sociedade. Entretanto, o problema nessa perspectiva está em evocar uma noção de indivíduo anterior à própria sociedade. A *anomia*, apareceria neste contexto como uma categoria residual, dada à incompatibilidade relacional entre o sujeito e a ordem social. Isto é, um subjetivismo moral e autônomo à própria existência do social resolveria o problema da regulamentação e das regras sociais como elementos de coesão ou solidariedade. Cairíamos em uma aporia subjetivista do social, a qual será objeto de crítica de Bourdieu em fundamentar sua teoria da prática (BOURDIEU, 2009).

Com efeito, o pensamento de Durkheim apresenta-se um tanto quanto ambíguo. Não é à toa que apesar

das diversas críticas em torno de sua teoria, ele desenvolveu um debate com Gabriel Tarde a respeito de suas interpretações sobre a vida social (VARGAS *et al*, 2015). Neste debate é perceptível a crítica de Tarde em torno da teoria social durkheimiana: não reservar espaço necessário para a construção cognitiva do processo social. Tanto quanto, este modelo ambíguo de relação – uma relação que toma os entes sociais como estáticos – será, de certa maneira superado por seu sobrinho, Marcel Mauss.

### 3. O estudo do simbólico em Mauss: problematizando a lógica da prática e a ciência do concreto

Por via da relação teórica entre modelos estruturais e miméticos, a tradição sociológica francesa hegemônica sempre deu maior atenção ao primeiro modelo. Por influência dessa perspectiva, permitiu-se o desenvolvimento de um campo interpretativo que passou a olhar para os aspectos simbólicos de construção da realidade social. Neste sentido, parte da sociologia francesa sempre esteve empenhada em compreender as relações sociais e suas manifestações nas representações coletivas remontando o estruturalismo como pano de fundo das relações sociais. Apesar de Durkheim ter levantado questões a respeito das representações coletivas, sua teoria das formas de classificação encerra a mesma dicotomia da relação entre indivíduo (profano) e sociedade (sagrado). Como afirma Lukes (1977, p. 36), ao referir às classificações que os homens fazem da natureza, Durkheim transforma o sagrado apenas como forças coletivas hipostasiadas em objetos materiais, prosseguindo em uma dicotomia rígida entre aquilo que é sagrado (a sociedade) e aquilo que é profano (o indivíduo) separando o sujeito de qualquer relação íntima, subjetiva ou cognitiva com os objetos sagrados. Embora, essa dicotomia fosse ambígua do mesmo ponto de vista da rigidez teórica de Durkheim a tentativa de oferecer pressupostos simbólicos de interpretação dos fenômenos sociais foi perseguida por Marcel Mauss.

No ramo da antropologia a teoria de Mauss tivera muito mais respaldo do que a de seu tio, o qual sempre esteve mais atento à sociologia. A atenção dada por Mauss ao contexto de explicação dos fenômenos sociais através da noção do simbólico, do abstrato e do transcendental será a pedra de toque sobre a qual o autor irá insistir durante toda sua carreira. Ao

procurar aproximar a sociologia da psicologia Mauss irá inovar as abordagens indicando o costume e seu caráter inconsciente como o foco de investigação.

Colocando em pauta a importância da compreensão dos fenômenos sociais não somente por aquilo que eles são em sua materialidade funcional, mas pela relação que estabelecem entre si de forma simbólica, a teoria de Mauss representará um salto perante seu tio. Em suas obras Mauss apresenta o espírito humano como *locus* da compreensão dos fenômenos sociais. A mente humana através de seu funcionamento passa a ser o elemento para pensar a percepção do mundo material através dos sentidos. Neste sentido, na medida em que Mauss fundamenta o paradigma de compreensão dos fenômenos sociais através do simbólico, ele antecipa o debate sobre o estudo da linguística na investigação etnológica, exercendo uma importante contribuição/influência nos estudos de Levi-Strauss.

A modernidade do pensamento de Mauss está no fato de projetar o social no individual. Não tomando categorias estáticas como Durkheim, apostou na confluência entre a natureza social e a biológica: as relações simbólicas estão presentes em todas as relações sociais e a construção do corpo também é de ordem coletiva. Isso se torna bem contundente, primeiro, em sua teoria da *dádiva*, em que fundamenta a ideia da troca de *dons* e *contradons* e; segundo, nas técnicas do corpo, onde propõe uma noção de *habitus* cuja influência veremos em Bourdieu.

No primeiro caso, a *dádiva* envolve uma dimensão totalizante da vida social onde a ideia da troca propõe a construção de um *fato social total*. Este, não como um fenômeno *sui generis*, mas parte constitutiva das coletividades que trocam coisas e, ao mesmo tempo, o espírito. O *hau* enquanto força da coisa dada aparece, aqui, como a natureza do vínculo jurídico criado pelo trânsito das coisas. O *mana*, como categoria moral garante certa força espiritual por meio do *dom*, da obrigatoriedade, da dádiva enquanto impulsionadora da ação, o mediador entre a agência e a estrutura. Neste sentido, física e estruturalmente a coisa dada não é uma coisa inerte, “é preciso retribuir a outrem o que na realidade é parcela de sua natureza e subsistência; pois, aceitar algo de alguém é aceitar algo de sua essência espiritual, de sua alma.” (MAUSS, 2011, p. 200).

Para Levi-Strauss, a ideia de *fato social total* em Mauss é o princípio edificante da análise estrutural. É a partir dele que poderemos compreender a relação

dinâmica entre o psíquico e o simbólico. O primeiro como elemento de significação e o segundo como algo que atravessa as consciências individuais. Desta maneira, a vida social está na vida psicológica devido à condição simbólica da vida social. As relações são constituídas simbolicamente e é no *inconsciente* que este símbolo opera. Neste sentido, a noção de *inconsciente* aparece em Levi-Strauss como um conceito importante de conexão entre estrutura e ação. Como afirma o autor,

O inconsciente seria assim o termo mediador entre mim e outrem. Ao aprofundar seus dados, não nos prolongamos, se podemos dizer, no sentido de nós mesmos: alcançamos um plano que não nos parece estranho porque ele guarda nosso eu mais secreto; mas (muito mais normalmente) porque, sem nos fazer sair de nós mesmos, ele nos põe em coincidência com formas de atividade que são ao mesmo tempo *nossas e outras*, condições de todas as vidas mentais de todos os homens e de todos os tempos. Assim, a apreensão (que só pode ser objetiva) das formas inconscientes da atividade do espírito conduz do mesmo modo à subjetivação; pois, em última instância, é uma operação do mesmo tipo que, na psicanálise, nos permite reconquistar nosso eu mais estanho e, na investigação etnológica, nos dá acesso ao mais estranho dos outros como um outro nós. Em ambos os casos, é o mesmo problema que se coloca, o de uma comunicação buscada, ora entre um *eu* subjetivo e um *eu* objetivante, ora entre um *eu* objetivo e um outro subjetivado. (LÉVI-STRAUSS, 2011, p. 28-29).

Com efeito a questão importante para Levi-Strauss é que Mauss levanta o pressuposto de pensar o simbólico como um sistema de signos. E aí a importância da linguística, pois os elementos que conectam as formas de percepção do mundo estão inseridos na estrutura simbólica por meio da qual operamos via inconsciente<sup>4</sup>. O problema é que Levi-Strauss pesa a mão em colocar a estrutura simbólica enquanto um pano de fundo das relações sociais. Embora Mauss apresente o *hau* na troca como um elemento diferencial – ele é matéria e ao mesmo tempo espírito –, sua manifestação aparece muito mais como um fenômeno dinâmico do que a

proposta do estruturalismo ao colocar a estrutura simbólica como pano de fundo das relações práticas.

Em segundo lugar, na tentativa de inserir um elemento explicativo aos costumes, Mauss confere à ideia de *atualização da tradição* um comportamento constitutivo do *habitus*. De acordo com o autor, não só um ato de simples imitação é o que caracteriza todo o aspecto de uma técnica corporal propriamente dita. Perceptível que ao atentar para que se observem não somente a repetição, Mauss fundamenta um princípio de compreensão do uso do corpo baseado num sistema coerente em relação aos processos sociais de cada sociedade. Assim, o conhecimento produzido por cada sociedade em torno de seu corpo diz respeito a um sistema lógico, fruto de um ato *tradicional eficaz* em que é efetuada uma adaptação constante a um objetivo fixo, operada através de uma “série de atos montados, e montados no indivíduo não simplesmente por ele próprio mas por toda a sua educação, por toda a sociedade da qual faz parte, conforme o lugar que nela ocupa” (MAUSS, 2011, p. 408). Como afirma Mauss, “todas essas técnicas se ordenam muito facilmente num sistema que nos é comum: a noção fundamental dos psicólogos, sobretudo Rivers e Head, da vida simbólica do espírito, noção que temo da atividade da consciência como sendo, antes de tudo, um sistema de montagens simbólicas” (MAUSS, 2011, p. 408).

Neste sentido, o autor propõe falar de uma noção de educação que se destaca à natureza da imitação simples, a noção de *habitus*:

Observem que digo em bom latim, compreendido na França, “*habitus*”. A palavra exprime, infinitamente melhor que “hábito”, a “*exis*” [hexis], o “adquirido” e a “faculdade” de Aristóteles (que era um psicólogo). Ela não designa os hábitos metafísicos, a “memória” misteriosa, temas de volumosas ou curtas e famosas teses. Esses “hábitos” variam não simplesmente com os indivíduos e suas imitações, variam sobretudo com as sociedades, as educações, as conveniências e as modas, os prestígios. É preciso ver técnicas e a obra da razão prática coletiva e individual, lá onde geralmente se vê apenas a alma e suas faculdades de repetição. (MAUSS, 2011, p. 404).

4 Em *A ciência do concreto* (1976), Levi-Strauss faz uma relação entre as lógicas do pensamento selvagem com o engenheiro. Para o autor, enquanto as categorias da ciência norteiam a forma de operacionalizar do engenheiro a partir dos *conceitos*, no caso do pensamento selvagem, as categorias que operam no inconsciente estão ligadas aos *perceptos*, enquanto guias da ação. No exemplo do engenheiro o projeto viria anterior à forma, no caso do selvagem, por meio da *bricolagem*, a forma não está preconcebida ela se dá no curso da operacionalização do inconsciente, no decorrer da ação. A questão, porém, é que apesar da diferença entre as duas lógicas de operacionalização, os dois fenômenos obedeciam a uma estrutura simbólica anterior. Apesar de apontar para uma teoria da prática, Levi-Strauss cai na redundância da estrutura para explicar o seu modelo da lógica dos *perceptos*.

A noção de *habitus* aparece em Mauss de forma muito semelhante ao conceito elaborado por Bourdieu: enquanto *disposições incorporadas; sistema de estruturas cognitivas e motivadoras; passado que sobrevive no atual sistema; adquirido de esquemas geradores de práticas; produto de uma classe determinada de regularidades objetivas* (BOURDIEU, 2009, p. 87-92). Além do mais, a própria interpretação de Mauss referente às técnicas corporais precede em Bourdieu uma teoria da prática. Em Bourdieu veremos como *sistema de disposições*, os quais engendram um *habitus: geometrical locus of determination, of calculable probabilities and lived-through hopes, of objective future and subjective plans* (BOURDIEU, 1968, p. 705). Bourdieu vai dizer que o *habitus* é uma classe como um sistema orgânico e mental de disposições, com esquemas inconscientes de percepção e ação em conformidade com regularidades objetivas: é uma mediação entre o sistema de regularidades objetivas e o sistema de condutas diretamente observáveis (BOURDIEU, 1968, p. 705).

Com efeito, a preocupação de Bourdieu era colocar a categoria *habitus* como um intermediário entre a ação e a estrutura na lógica da prática. Se no caso de Levi-Strauss o mediador é o inconsciente, que traduz a estrutura na prática social<sup>5</sup>, em Bourdieu essa mediação é operacionalizada pelo *habitus* como uma tentativa de escapar à experiência individual e não cair em uma espécie de substancialismo e não dizer, necessariamente, que tudo está implicado em uma lógica estrutural maior, um *Deus ex machina*.

Contudo, a problemática encerrada até aqui é o peso em demasia nos entes sociais e a sua dependência, ora de um sistema pré-estabelecido, ou uma estrutura social que já está dada. Apesar de, nos termos de Bourdieu (2009), a prática ser algo intrínseco do comportamento cotidiano – uma lógica que não é da lógica que não confere, em si, uma coerência forçada – sua noção de campo não deixa clara a possibilidade de um entendimento que não seja prévio à constituição deste próprio campo. Por isso, para o autor a ideia de *ajustamento ao jogo* (BOURDIEU, 2009, p. 135). Isto é, Bourdieu não resolve a questão da inserção do ator no campo, e isso traz implicações sociológicas importantes:

a questão do não ajustamento, do aprendizado, tanto quanto da socialização. Bourdieu vai argumentar em *A distinção* (2007) que o princípio da diferença é o que marca o dispositivo de entrada e saída de determinado campo. Caberá ao ator compreender o conjunto de práticas que são operacionalizadas – os estilos de vida – em determinado campo, as quais conferem a *hexis*, o saber incorporado, necessário para atuar no campo. Porém, Bourdieu não resolve o problema da socialização na medida em que toma de princípio um ator autoconsciente que poderá ler, de antemão, as regras e a operacionalidade do campo. Neste sentido, a busca aqui é entender em como ele lê e aprende essas regras. De fato, Bourdieu pôde ter resolvido isso a partir do momento em que sua interpretação deixa clara que de alguma forma os atores saberão articular capitais e operar no campo. Mas ele não deixa claro como esse processo vem acontecer, como essas percepções podem ser ativadas, os trejeitos, a construção do aprendizado e a relação com o meio ambiente. O excesso do social pôde ter mais obscurecido do que elucidado a problemática interpretativa destes autores.

#### 4. O ator-rede de Latour e a teoria das malhas em Tim Ingold

A problemática encerrada nas questões do social será debatida de forma muito crítica no pensamento de Bruno Latour. Na tentativa ressignificar a teoria das monadas de Leibniz, presente em Gabriel Tarde, Latour propõe romper com a *sociologia do social* e fundamentar uma *teoria do ator-rede* (ANT - *actor-network theory*). Para Latour a ANT é uma tentativa deliberada de romper com a terminologia e o uso da palavra social substituindo-a pela palavra associação. O recurso através do qual Latour propõe essa mudança se respalda em dois argumentos da teoria de Gabriel Tarde: 1) de que a divisão entre natureza e sociedade é irrelevante para entender o mundo de interações humanas; e que 2) a distinção micro/macro sufoca qualquer tentativa de entender como a sociedade está sendo gerada (LATOUR, 2002, p. 2). Vejamos que o princípio articulado não é mais a tentativa de oferecer um pano de fundo para as relações sociais, uma meta

5 Em *A eficácia simbólica* (1975), Levi-Strauss vai demonstrar como o ritual permite a organização, via inconsciente, da estrutura. Neste caso, o objeto do canto é ajudar um parto difícil por meio de um emprego excepcional pela intervenção do xamã a pedido da parteira. O ordenamento das falas do canto reorganiza a busca pelo *purba* perdido (alma da futura mãe) contra os abusos de *Muu* e suas filhas (entidade responsável pela procriação). De acordo com Levi-Strauss, a organização dos cantos e a presença do *xamã*, assistido dos seus espíritos, permite

superior, um grande desenho ou um *telos* (LATOURE, 2002, p. 4). Antes, é compreender a rede através dos atores como também o trabalho destes atores através do rastreamento da rede.

Em Tarde, a perspectiva de Latour encontra a possibilidade de multiplicar o princípio da monada<sup>6</sup> em categorias infinitesimais de relações. Isto é, o elemento último é a natureza infinitesimal das monadas, dado que a ação e os agentes no mundo são multiplicadas e espalhadas por todos os elementos constitutivos dessas monadas. Neste sentido, tudo se torna imanente e pertencente ao mesmo plano ontológico, não existe uma separação entre natureza e sociedade, ambos se compõem e se constituem como relação. Este princípio será importante na ATN, primeiro através da noção de diferença, ou controvérsias, pois as monadas tendem a estabelecer diferenciações. Segundo, pelo rompimento da dicotomia micro/macro substituindo o conceito estático de social pela ideia de associação.

Neste sentido, para resolver o problema do excesso do social na teoria sociológica, Latour propõe um modelo de análise que está fundamentado na ideia de associação: é preciso rastrear as controvérsias, seus desdobramentos e como os atores propõem a estabilização dos agregados. Não é tudo caótico, existem padrões. O importante é saber como os atores estabilizam as incertezas<sup>7</sup>.

Veamos, que longe de procurar um fim último para ação, tanto quanto uma lei do social, Latour procura compreender a composição dos agregados sociais por intermédio dos rastros que os *actantes* deixam ao estabelecer controvérsias sobre as coisas. Neste sentido, a ideia de ator não é uma classificação pautada em regras socialmente estabelecidas. Antes, como afirma o autor,

O “ator”, na expressão hifenizada “ator-rede”, não é a fonte de um ato e sim o **alvo móvel** de um amplo conjunto de entidades que enxameiam em sua direção (...) Empregar a palavra ator significa que jamais fica claro quem ou o quê está atuando quando as pessoas atuam, pois o ator, no palco, nunca está sozinho ao atuar. (LATOURE, 2012, p. 75). (grifado)

fô nosso)

Para Latour, não é uma força que emana de uma entidade, mas aquilo que faz agir. São ações múltiplas que se desdobram nas controvérsias pelo princípio das incertezas. Neste sentido, a única forma de compreender a ação é mapear as controvérsias sobre a ação: rastrear de qual lugar sai a agência dos atores. Veja que não é um princípio anterior, ou uma entidade *sui generis* responsável para forma como a ação é conduzida. Nem mesmo um saber incorporado sem o qual os elementos de determinado campo social pudessem ou não ser traduzidos. A ideia de *alvo móvel* é, aqui, uma metáfora importante para compreender a lógica de mapear as controvérsias. Dado que a ação nunca terá um princípio ou entidade única, compreender por qual motivo tal ação está conectada com as demais é ampliar o escopo dos participantes, procurando saber o que eles dizem sobre determinada coisa.

Porém, de onde provém a força que mobiliza os atores? Para Latour, não é optar entre um plano global ou local. O autor propõe pensar em uma sociologia que não é planejada em escalas: micro/macro, sistema/ator. A ideia de *rede* aparece aqui não como algo descrito, é o que o pesquisador utiliza para descrever. Neste sentido, é necessário re-situar o global em lugares dentro de um mesmo plano e, ao mesmo tempo, redistribuir esse local de forma a ligar os locais revelados, sublinhando os principais veículos que transportam determinada ação. As controvérsias são uma delas. No entanto, Latour vai chamar atenção que não são somente as controvérsias que alimentam as ações, os objetos também fazem parte dessa relação. Estes ajudam, ainda que intermitentemente, a rastrear conexões sociais, pois além de servir de *pano de fundo* para a ação as coisas precisam autorizar, permitir, conceder, estimular, ensejar, sugerir, influenciar, interromper, possibilitar proibir (LATOURE, 2012, p. 109).

Neste sentido, Latour compara a ideia de *rede* como um relato bem preciso. A *rede* como “uma expressão para avaliar quanta energia, movimento

6 Monadas, em Leibniz, são partículas elementares, singularizam-se umas em relação às outras, são animadas por uma potência imanente. O princípio das monadas em Leibniz, diferentemente de Tarde, apelam para uma indivisibilidade e harmonização tornando-as entidades últimas. Em Tarde, porém, a monada é um universo em si mesmo contanto que exista a diferença, pois a capacidade de diferenciação é o lado substancial das coisas (LATOURE, 2002, p. 14).

7 Em *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede* (2012), Latour vai propor um rompimento com a sociologia dos sociólogos do social para lançar mão da tarefa de descobrir as associações por meio do desdobramento das controvérsias sobre o mundo social. Aqui, perde o efeito da busca incessante pela ideia de leis gerais que possam entender os desdobramentos da ação, para uma noção de mediação na qual os *actantes* fazem as coisas agir.

e especificidade nossos próprios relatos conseguem incluir. Rede é conceito, não coisa. É uma ferramenta que nos ajuda a descrever algo, não algo que esteja sendo descrito” (LATOURE, 2012, p. 192).

Com efeito, a preocupação de Latour não está em definir de maneira rígida um princípio mobilizador da ação. Sua pretensão está mais em identificar os localizadores e rastreadores que são os elementos de transporte da ação. Como afirma o autor, na pretensão de preencher o abismo da execução sempre utilizamos de pressupostos que são de fora ou de dentro do sujeito: subjetivadores, personalizadores, individualizadores etc. A ideia, aqui, é que não se trata de lugares de fora ou dentro. É preciso rastrear os elementos não sociais que que atuam como veículos transportadores, que moldam o social. Latour, retoma a metáfora da *conexão* para explicar a questão dos transportadores fazendo alusão de que a competência não vem de forma completa ou inteira, e sim em *bites* (pedaços):

“Não se imagina um humano “por atacado” munido de intencionalidade, fazendo cálculos racionais, sentindo-se responsável por suas mazelas ou torturando sua alma mortal. Ao contrário, percebe-se que, para obter humanos “completos”, é preciso *compô-los* com várias *camadas* sucessivas, cada qual empiricamente distinta da seguinte. (LATOURE, 2012, p. 299).

Neste sentido, não dá para falarmos em princípios da ação que estejam conectados a uma realidade anterior ou que são espelho de manifestações do sistema. Certamente, a metáfora dos *bites* exemplifica muito bem isso, tanto quanto a ideia do *torrent*: um mecanismo de compartilhamento em rede que conecta entre os usuários partes de um mesmo agregado. Não somente isso, mas a própria noção de *perfil* que emerge com a *web 2.0*<sup>8</sup> nos permite entender a ideia do *ator-rede* na medida que, enquanto parte de um conjunto de diferenciações e conexões infinitesimais, constroem uma associação.

8 Aqui precisamos estabelecer uma diferenciação entre os elementos que engendram uma interpretação das *redes sociais* baseados no princípio da *web 2.0* e do *perfil*. Não obstante, essa diferenciação é marcada pela relação que era estabelecida na rede através do *portal*: uma relação unilateral entre a rede (emissor) e o receptor, na qual o usuário retirava informações e dados. Para uma relação baseada no pressuposto do *perfil*, onde esse receptor passa a fazer parte do conjunto de relações dentro da própria rede. A ideia do *torrent* entra aqui como um elemento importante neste contexto: ele permite a divisão em mínimas partículas de um mesmo arquivo compartilhado em um sistema *P2P* (*peer-to-peer*) sem uma infraestrutura central baseada em uma rede de servidor que conectam usuários de ponto a ponto atualizando estes pontos (rastreadores na linguagem *torrent*) de tempos em tempos.

9 Apesar de que a ideia de experiência social não seja algo trabalhado de maneira muito aprofundada em Latour certamente pelo fato de que o próprio não está preocupado com fenômenos que permanecem ao longo do tempo. Decerto, sua preocupação é em torno das estabilizações e como os atores as produzem.

A categoria *ator-rede* proposta por Latour provoca, contudo, uma reviravolta na forma através da qual podemos abordar a relação entre estrutura e agência. Primeiro, pelo fato de que o próprio autor elimina a ideia de estrutura para pensar somente com a noção de associação. Neste sentido, a ideia de global como uma entidade anterior perde efeito. O global é produzido pelos atores, estes criam e encenam um tipo de totalidade. Se existem padrões, estes não são agregado anteriores à experiência social<sup>9</sup>. Segundo, porque ele expande a categoria micro para poder pensá-la enquanto um universo de possibilidades infinitesimais. E para isso ele julga como importante que se olhe para os elementos que produzem a ação, que mobilizam os atores, sejam eles humanos ou objetos.

Ao rastrear as controvérsias Latour dá muita importância para a questão da comunicação. Isso não é um fato tão relevante na teoria de Tim Ingold. Pelo menos não é um ponto tão central. Está certo que para Ingold a proposta de um construcionismo está muito mais ligado à ideia de seguir as linhas que as pessoas deixam no decorrer de suas ações, do que rastrear as controvérsias. Isto é, em Ingold a ideia de que precisamos entender outro lado que não seja somente a comunicação também leva em consideração a questão dos trejeitos. Dado esse fator, Ingold propõe uma guinada ontológica no sentido de abandonar a distinção entre as ciências sociais e as ciências naturais. Uma distinção realizada por Dilthey – ciências do espírito e ciências da natureza –, a qual separa, conseqüentemente, a ideia de natureza da de cultura (VELHO, 2001).

A proposta de Ingold é colocar em relação natureza e cultura numa noção hermenêutica de libertar as ciências sociais dos determinismos das ciências da natureza. Não obstante, ao se afastar das ciências da natureza as ciências sociais acabaram não vivenciando as crises do mundo científico natural. Neste sentido, a dimensão do contexto de crise ambiental passou a ser

um problema político questionando a autonomia da relação do homem perante a natureza. Com efeito, Tim Ingold propõe com essa virada ontológica um estudo que não fosse estritamente social, mas um estudo da vida. Isto é, um organismo humano em relação ao meio ambiente.

Ao pensar a relação desse organismo humano com o meio ambiente, Ingold acredita ser necessário abandonar as dicotomias humano/não humano devido às suas acepções fragilizadas. Aprofundar essa relação em uma lógica de pensamento plano que transcende à própria ideia de vida: um conhecimento de quem participa das relações não uma razão que transcende à lógica das relações. Não existe um ser ou um organismo anterior às relações, este está implicado nas relações. Estar implicado significa que este sujeito incorpora uma forma de conhecimento que é parte do que é ele e também a natureza. Como afirma Otávio Velho (2001, p. 135), Ingold absorve da influência da fenomenologia de Merleau-Ponty deslocando o foco de análise de um ser abstrato que dá sentido ao mundo para um *ser-no-mundo*.

Ao propor uma ideia de ecologia da vida, Ingold faz uma comparação entre Bateson e Levi-Strauss no que tange à relação entre mente (*mind*) e mundo (*ecology*)<sup>10</sup>. Para Ingold,

Enquanto Lévi-Strauss muitas vezes escreve como se o mundo enviase mensagens codificadas para o cérebro, que então se recupera através de uma operação de decodificação, para Bateson o mundo se abre para a mente através de um processo de revelação. Essa distinção, entre decodificação e revelação, é fundamental para o meu argumento (...) (INGOLD, 2001, p. 18) (tradução livre) (grifo nosso)

Vejamos que a proposta de mudança na forma de olhar a ação humana decorre de um processo de revelação do mundo. Para Ingold, todo ser, devido ao fato de estar dentro do processo e dando continuidade ao mesmo, surge como um centro singular de consciência e agência. A noção de *ecologia da vida* aparece aqui como anteposta à dos livros didáticos, os quais postulam uma ecologia que configura organismo e ambiente como entidades mutuamente exclusivas, que só posteriormente são reunidas e forçadas a interagir. Ingold vai argumentar que uma abordagem

ecológica tem que tomar como ponto de partida todo o organismo em seu meio ambiente: “meu ambiente é o mundo como existe e assume significado em relação a mim, e nesse sentido surgiu e sofre desenvolvimento comigo e ao meu redor” (INGOLD, 2001, p. 20).

Com efeito, a proposta de uma *ecologia da vida* em Ingold se desenvolve principalmente por intermédio da crítica aos modelos cartesianos antinômicos – corpo/mente; natureza/cultura; social/biológico; (INGOLD, 1998). Neste sentido, a ideia de vida ganha importância em sua análise a partir do entendimento do engajamento humano, não como uma revelação de formas pré-existentes, mas um processo de gerar e manter.

Ingold julga ser importante para compreender esse processo a ideia de *skill* (habilidade). Não como uma noção prévia sobre determinada coisa, um conhecimento habilidoso que confere maestria à execução de determinada prática. Para Ingold, a ideia de *skill* advém da própria relação que o *ser-no-mundo* desenvolve em sua prática: o caçador ao seguir os rastros e propor uma espécie de mapa que lhe conduz à caça é a maneira através da qual o mesmo, em sua relação no meio ambiente, desenvolve suas percepções como também sua relação com os objetos não humanos; ou então as habilidades desenvolvidas na catalogação de plantas; e na construção de habitações (INGOLD, 2001).

Neste sentido, para o autor a ideia de caminhar, observar e escrever – também em forma de narrativa –, possuem em comum a ideia de passar ao longo das linhas. A proposta de uma antropologia em linha de Ingold marca diferencialmente sua ideia de malha (*meshwork*) da noção de *network* em Latour. Para Latour, a ideia de conexão é uma categoria importante na ATN. Para Ingold, ao propor uma ideia de *network* Latour toma como princípio o fato de que essas linhas que ligam os seres por meio das controvérsias seriam, de certa maneira, intencionais. De acordo com Ingold (2012), existe uma diferença entre as *linhas de fluxo da malha* e as *linhas de conexão da rede*. Como afirma Ingold, o problema da ideia de rede é que encerra uma *relação entre* ao invés de uma *relação ao longo de*. Para exemplificar, Ingold utiliza a metáfora da aranha:

Diferente das redes de comunicação, por exemplo, os fios de uma teia de aranha não conectam pontos

10 Em tradução literal o termo *ecology* estaria para ecologia. No disposto por Ingold, *ecology* se assemelha à mundo (*world*) no sentido de que esse mundo é pensado enquanto meio ambiente (*environment*). Ver: INGOLD, Tim.

ou ligam coisas. Eles são tecidos a partir de materiais exsudados pelo corpo da aranha, e são dispostos segundo seus movimentos. Nesse sentido, eles são extensões do próprio ser da aranha à medida que ela vai trilhando o ambiente (Ingold, 2008, p. 210-211). Eles são as linhas ao logo das quais a aranha vive, e conduzem sua percepção e ação no mundo. (INGOLD, 2012, p. 40).

Neste sentido, para Ingold as relações não possuem conexões entre elementos como bem critica a visão da ANT. De acordo com o autor, a ideia de malhas é que os pontos que podem *conectar* os elementos não possuem, necessariamente, o princípio de que esta conexão possa ser estabelecida. Antes, “as vidas das coisas geralmente se estendem ao longo não de múltiplas linhas, enredadas no centro mas deixando para trás inúmeras “pontas soltas” nas periferias” (INGOLD, 2012, p. 41). Neste sentido, a noção de malhas proposta do Ingold diz respeito a) ao caráter fluído do processo vital; b) que é sustentado graças ao fluxo de materiais através deles; onde c) a mente se apresenta como um “órgão vazado” que se mistura com o corpo e com o mundo durante a execução de suas operações.

### 5. À guisa de conclusão

Observamos que na teoria social o problema que envolve a relação entre agência e estrutura é um dilema debatido há anos. Diferentes abordagens teóricas ofereceram suas contribuições para a interpretação do mundo social. Neste sentido, ora dispendiam fortemente seus esforços no ator, ora na sociedade. A questão é que ao atentar para interpretações que focalizavam um dos dois lados sempre gerava o pressuposto de um comportamento contido da outra parte. Assim, as interpretações que focalizavam os atores perdia a possibilidade de uma interpretação sobre os “limites” estruturais dessa ação. Tanto quanto, as abordagens que focalizavam a sociedade deixavam escapar os problemas e dilemas da agência individual.

Tentamos tratar de parte dessas interpretações em uma linhagem teórica proveniente do debate entre Durkheim e Tarde. De um lado, a tentativa de dar objetividade e corpo a um complexo sistema social tornando-o um Deus *ex machina* que precede e suprime qualquer manifestação individual. De outro, um princípio de interpretação fenomenológica da

vida social. Sabemos que durante muito tempo a corrente teórica que vigorou foi a de Durkheim, com inúmeras crises e críticas. Ao tratar da objetividade de uma entidade social Durkheim nos deixa escapar questões importantes que envolvem agência individual e principalmente o plano simbólico da vida social.

Não obstante, é de Mauss que decorre um importante marco teórico no entendimento do simbólico e as implicações que isso veio acarretar nas ciências sociais. Primeiramente, através do princípio da *dádiva* como elemento substancial da relação de troca entre as pessoas. O *hau* enquanto matéria e essência, enquanto objeto e força da coisa dada. Em segundo caso, sua noção de fato social total, a qual gera impactos muito importantes, por exemplo, na questão das técnicas do corpo. E aqui começamos a observar relações entre indivíduo-simbólico-sociedade-ambiente. Neste caso, a noção de simbólico impacta diretamente na teoria de Lèvi-Strauss e, a ideia de técnicas e o próprio conceito de *habitus* em Mauss tem uma correspondência na teoria da prática de Bourdieu.

Caso podemos traçar um paralelo entre a questão dos *perceptos* em Lèvi-Strauss e a questão da prática em Bourdieu, é de se observar um princípio relacional entre agência e estrutura. Está certo que o excesso de objetividade em Bourdieu coloca a prática com um peso demasiado dentro do campo: a incorporação de capitais, a *hexis* já tomam como princípio a existência de uma agência anterior. Em Lèvi-Strauss a noção de prática – e aqui falaríamos, por exemplo, dos *perceptos* – obedece a uma ordem inserida na estrutura simbólica.

Em Tarde, a característica infinitesimal das monadas fundamenta o postulado da teoria do *ator-rede* em Latour. Aqui, a virada conceitual obedece uma ordem que não distingue categorias em planos antagônicos ou superpostos. A separação entre sociedade e natureza ou entre natureza e cultura perdem significado uma vez que as ações são múltiplas e o social não é mais aquela força que emana de uma entidade. Neste sentido, as dimensões global/local, micro/macro passam a ser pensadas de forma planejada e não mais em escalas. Os objetos também ganham importância neste contexto devido ao próprio fato de que os mesmo podem fazer agir.

Por sua vez, inspirando-se na fenomenologia do *ser-no-mundo*, a proposta de Ingold é romper com o princípio distintivo entre o social e o biológico e fundar uma *ecologia da vida*. Isto é, não existe mais um sujeito

anterior à ação e nem conexões de relações as quais permitem entender de onde estas, as ações, derivam. Antes, é a proposta do *estar vivo* (INGOLD, 2015), uma sócio-biologia do humano-ambiente, onde a natureza possui uma lógica que é a do processo e não da forma.

### Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. "Structuralism and Theory of sociological knowledge." In: Social Research, vol. 35, n. 4, 1968. p. 681-706.

\_\_\_\_\_. "A casa cabile ou o mundo às avessas" In: *Esboço de uma teoria da prática, precedido de três estudos de etnologia cabila*. Oeiras: Celta Editora. 2002. p. 147-159.

\_\_\_\_\_. "O senso de honra" In: *Esboço de uma teoria da prática, precedido de três estudos de etnologia cabila*. Oeiras: Celta Editora. 2002. p. 5-35.

\_\_\_\_\_. *O senso prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. *A distinção: crítica social do julgamento*. 1. ed. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. (Org.). *Mauss: Antropologia*. São Paulo: Editora Ática, 1979.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. *O que é um conceito?* In: *O que é Filosofia*. Rio de Janeiro, Editora 34.1992. p. 25-47.

DURKHEIM, E; MAUSS, M. (2006). *Algumas formas primitivas de classificação: contribuição ao estudo das representações coletivas*. In: RODRIGUES, J. A. (org.) & FERNANDES, Florestan (Coord.) *Durkheim: Sociologia*. 9 ed. São Paulo: Editora Ática.

GIDDENS, Anthony. "Durkheim e a questão do individualismo". In: *Política, sociologia e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 147-168.

INGOLD, Tim. "From complementary to obviation: on dissolving the boundaries between social and biological anthropology, archeology and psychology." In: *Zeitschrift für Ethnologie*, 123 (1). 1998. p. 21-52.

\_\_\_\_\_. *The perception of the environment: essays of livelihood, dwelling and skill*. New York: Routledge. 2001.

\_\_\_\_\_. *Sobre a distinção entre evolução e história*. In: *Antropolítica*, v. 20, 2006. p.17-36.

\_\_\_\_\_. (2012). *Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais*. In: *Horizontes Antropológicos*, 18(37), 2012. p. 25-44.

\_\_\_\_\_. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Editora Vozes.

KUHN, Thomas. (1978). *As revoluções como mudanças de concepção de mundo*. In: *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva. 1978. p. 145-171.

\_\_\_\_\_. "O problema com a filosofia histórica da ciência" In: *O caminho desde a Estrutura*. São Paulo: Editora UNESP, 2006. p. 133-151.

\_\_\_\_\_. "As ciências naturais e as ciências humanas". In: *O caminho desde a Estrutura*. São Paulo: Editora UNESP, 2006. p. 265-273.

LATOUR, Bruno. *Gabriel Tarde and the end of social*. In: Patrick Joyce (edit. By) *The social in question: new bearings in history and the social sciences*. Routledge, London, 2002. p. 117-132.

LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. 6 ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1967.

\_\_\_\_\_. (1975). *A eficácia simbólica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975

\_\_\_\_\_. *A ciência do concreto*. In: *O Pensamento Selvagem*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

\_\_\_\_\_. (1989). *A lógica das classificações totêmicas*. In: *O Pensamento Selvagem*. 8 ed. Campinas: Papirus, 1989.

\_\_\_\_\_. *Introdução à obra de Marcel Mauss*. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. 4 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

LUKES, Steven. *Bases para a interpretação de Durkheim*. In: G. COHN (org.) *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1977. pp. 15-46.

MAUSS, M. *SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA*. 4 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

PARSONS, Talcott. *A estrutura da ação social: um estudo de Teoria Social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010. Vol. I e II.

VARGAS, Eduardo (et al) (2015). *O debate entre Tarde e Durkheim*. In: *Teoria e Sociedade*, número especial, 2015. p. 28-61.

Velho, Otávio. (2001). *DE BATESON A INGOLD: PASSOS NA CONSTITUIÇÃO DE UM PARADIGMA ECOLÓGICO*. *Mana*, 7(2), 2001. p. 133-140.

## Resenhas

## História da sexualidade IV: as confissões da carne

Mario Jorge de Paiva<sup>1</sup>

Autor: Michel Foucault  
ISBN: 978-989-641-902-8  
Editora: Relógio D'Água

O quarto volume da *História da sexualidade*<sup>2</sup>, escrito entre 1981 e 1982, mas apenas recentemente lançado, aborda o cristianismo *primitivo* (GROS, 2019, p. 11). É um volume que ainda estava sendo revisado em 1984, quando Michel Foucault (1926-1984) faleceu (GROS, 2019, p. 14).

Não nos cabe aqui realizar toda uma biografia de Foucault,<sup>3</sup> mas para termos de contextualização é válido lembrar que seu projeto de uma história da sexualidade consumiu muitos anos de seu trabalho, desde antes da publicação do primeiro volume, em 1976, até seu falecimento. Sendo que esse projeto possuiu suas intermitências, como relevantes mudanças no planejamento da obra entre o primeiro volume e os volumes que surgiram posteriormente (ERIBON, 1990).

Michel Foucault contraiu AIDS em um momento histórico em que a doença ainda era pouco conhecida e sua saúde foi se fragilizando nos anos 80, terminou por falecer relativamente jovem, ainda não possuía 60 anos. Por meses se queixou de uma gripe horrível que muito lhe cansava e prejudicava seu trabalho; tossia muito, possuía enxaquecas violentas. Houve assim um esforço em publicar as continuções do volume primeiro, de sua história da sexualidade, nesses últimos anos de vida. Indo, por exemplo, verificar notas nas fontes, independente do constante cansaço e das vertigens. No começo de 1984, Foucault já dizia para o sociólogo Pierre Bourdieu que no ano seguinte não recomençaria seu curso no *Collège de France*, o que dá margem para a interpretação de que o autor já previa seu falecimento. Vale recordar como sua hospitalização

se deu em 2 de junho de 1984 e em 25 de junho faleceu (ERIBON, 1990).

Como um livro não finalizado e sendo uma obra bastante complexa, não é simples elaborar uma resenha do texto. Porém tais dificuldades são contrapostas pela riqueza do material e pelo fato de que ele termina por dar uma coesão maior aos outros volumes de tal série. A presente resenha assim visa tratar da *História da sexualidade IV* propriamente dita, não daremos grande enfoque aos quatro anexos da edição consultada.

O livro abre com um capítulo chamado *A formação de uma experiência nova*. Nele Foucault retoma o tema da *aphrodisia* e trata como este regime foi instaurado por filósofos e guias não cristãos. Sendo uma sociedade *pagã* que deu a possibilidade de uma regra de conduta aceitável para todos, mesmo que nem todos seguissem esses comportamentos (FOUCAULT, 2019, p. 21).

Foi assim um regime que, sem modificações profundas, era encontrado na doutrina dos padres da Igreja no século II d. C (FOUCAULT, 2019, p. 21). Há, por exemplo, referências estoicas, envolvendo o domínio do desejo, rejeição de segundos casamentos, desconfiança diante do prazer etc. Logo isso releva, para a época, como os cristãos queriam escapar às acusações de imoralidade. A crença na vida eterna constitui um motivo profundo de se seguir certos preceitos, envolve intenções puras para expulsar de si até pensamentos condenáveis (FOUCAULT, 2019, p. 21).

No fim do século II a obra de Clemente de Alexandria era testemunho de uma dimensão diferente. Há um vocabulário estoico e cristão (FOUCAULT

1 Doutor, mestre, licenciado e bacharel em Ciências Sociais pela PUC-Rio.

2 Cf. Foucault (2010a, 2010b, 2011).

3 Para mais detalhes da biográfica de Michel Foucault, conferir Didier Eribon (1990).

2019, p. 26). Sendo muito usado Musônio Rufo, estóico romano, mesmo que nunca diretamente citado (FOUCAULT, 2019, p. 27). Também havendo relação com Antípatro, Hiérocles, Aristóteles e mesmo Plátão, que é um dos poucos casos expressamente citados. Mas, claro, há complementos que os relacionam com Moisés, Ezequiel, o Levítico etc. (FOUCAULT, 2019, p. 27-28).

A novidade de Alexandria, dentro da literatura cristã pelo menos, envolve entrecruzar dois debates tradicionais. Aquele que trata da justa economia dos prazeres, elemento da *aphrodisia*, e o debate do casamento, já que esse se justifica pela procriação (FOUCAULT, 2019, p. 33). Os moralistas ainda que não aceitassem as relações fora do casamento, e para a procriação, analisavam separadamente a economia dos prazeres e as convivências próprias às relações matrimônias (FOUCAULT, 2019, p. 61).

É a primeira vez que se vê, segundo Foucault, todo um regime dos atos sexuais que não se estabelece tanto em função da sensatez ou da saúde individual (FOUCAULT, 2019, p. 34). Questão do *kairos*, ocasião, da relação sexual das pessoas no casamento (FOUCAULT, 2019, p. 34-35). Se tratando da *paidopolia*, a fabricação de filhos, e da *euteknia*, traduzido como: *belos filhos* ou *família numerosa* (FOUCAULT, 2019, p. 36).

Tal autor cristão toca em questões importantes do século III e IV d. C., vide as regras da vida monástica. Há a discussão sobre a pureza dos pensamentos, uma renúncia dos desejos etc. (FOUCAULT, 2019, p. 57).

O livro avança falando de outros dois elementos novos, para a época. A disciplina penitencial, a partir de meados do século II, e a ascese monástica, no fim do século III (FOUCAULT, 2019, p. 63). Elementos que definiram certas práticas de uma relação de autoanálise e certa questão entre mal e verdade. Penitência e ascetismo como uma relação de *fazer o mal e dizer a verdade*. Logo, pouco a pouco, em vez de um regime de relações sexuais se passa ao *problema da carne*, em uma regra de vida geral, algo que atravessa a vida inteira e lhe impõe regras (FOUCAULT, 2019, p. 63-64).

Não é a passagem de um código tolerante para um intolerante (FOUCAULT, 2019, p. 64). Afinal como Foucault já havia mostrado melhor nos volumes anteriores, regras sexuais já haviam se desenvolvido bem antes do cristianismo. Então é ver o surgimento de uma maneira nova na condução do corpo.

A tarefa foucaultiana também não é a de uma rígida busca por origens dessas práticas, mas observar certos desenvolvimentos seus e momentos encarados como importantes, mesmo que muitos elementos fiquem de fora. Porque certos pontos, como os preceitos gnósticos ou as implicações da demonologia nesses primeiros séculos do cristianismo, são pouco abordados. Os gnósticos parecem formar mais um plano de fundo, uma contraposição, aos autores estudados por Foucault.

Sobre o batismo, no século II, esse é visto como um ato que pode assegurar as remissões das faltas. Sendo um novo nascimento (FOUCAULT, 2019, p. 65). Um acesso para a vida além da morte e mesmo um acesso à verdade (FOUCAULT, 2019, p. 66).

A penitência que aparece, no batismo, não se apresenta por uma longa disciplina (FOUCAULT, 2019, p. 68). Mas está de fato ligada ao ato de conhecimento, uma compreensão (FOUCAULT, 2019, p. 69).

Esse acesso à verdade e remissão dos pecados exige a *metanoia*, a penitência, que é lida por Foucault como uma manifestação de si e não como um exercício muito calculado de uma disciplina. É uma renúncia e um compromisso. Não é a procura na alma pelo que ela é, porém é a manifestação de uma passagem (FOUCAULT, 2019, p. 70).

Foucault (2019, p. 77) aponta como Tertuliano pouco fala das disciplinas antes do batismo. Mas com outros auxílios, o autor trata de como se era posto a prova o postulante, em um processo que poderia durar três anos. Envolvendo elementos rituais, morais, práticos (FOUCAULT, 2019, p. 79). Há inquirições, provas de exorcismos etc. (FOUCAULT, 2019, p. 80-85). O dizer a verdade sobre si mesmo é essencial no *jogo* de salvação e purificação, ocupando um lugar crescente do século II em diante (FOUCAULT, 2019, p. 86).

Na questão da verdade, da produção da verdade, vemos como esse estudo foucaultiano se liga aos outros trabalhos do autor. Se em outros textos Foucault procurou se focar, mormente, em questões modernas, a grande virada da última *fase* de Foucault é exatamente um deslocamento, para ver como os elementos de nosso mundo moderno já estavam em formulações e processos muito anteriores.

O processo de penitência, depois do batismo, envolve parte da misericórdia de Deus, diante do homem que volta a pecar. Sendo um recurso único, solene, como Foucault (2019, p. 93) comenta. Há, mais uma vez, procedimentos de verdade envolvendo,

por exemplo, o pecador reconhecer, ele mesmo, seus pecados. A esses processos se ligam os termos de *confessio* e *exomologesis*, vistos como similares e equivalentes, em algum sentido (FOUCAULT, 2019, p. 103).

Foucault fala de cerimônias públicas, onde os penitentes, em andrajos, gemem, choram, se ajoelham diante dos sacerdotes etc. Há um valor demonstrativo de tais práticas.

Como vemos, Foucault (2019, p. 119-120) apresenta a penitência como imprecisa. É apenas mais tarde que há a confissão medieval de dizer a verdade, na forma de enumeração dos pecados. O *fazer-a-verdade* aqui não é reconstruir, totalmente, as faltas cometidas.

Foucault aborda como a direção entre gregos e romanos possui elementos diferentes. E trata mais da direção espiritual, o exame de si mesmo, em atos e pensamentos. Essas práticas não foram imediatamente utilizadas pelos cristãos. A regra de tal tipo de exame como algo do século IV, mesmo que a temática do conhecimento de si já estivesse presente nos séculos II e III (FOUCAULT, 2019, p. 128). Falando então o autor do monaquismo e como este se desenvolveu, de maneira aprofundada, nas artes do exame e da direção. Se utilizando Foucault (2019, p. 132) bastante de Cassiano.

A vida do monge não pode dispensar uma direção espiritual, em um controle contínuo. Cassiano recusa as práticas espirituais da época que dispensavam esse tipo de controle, poder. O mau monge como aquele que não é dirigido, logo os vícios nele progridem. E Foucault (2019, p. 135-136) aponta como só pode comandar aquele que aprendeu a obedecer, logo aquele que dirige os outros também deve saber *fazer-se dirigir*. O santo não se dirige, mas é dirigido por Deus.

A direção como uma prática espiritual de treino para a obediência, entendido como renúncia das vontades próprias, envolvendo também o exame permanente de si e a confissão perpétua (FOUCAULT, 2019, p. 136). Se para o estoicismo a direção envolvia condições de um exercício soberano da vontade sobre si mesmo, no cristianismo a direção almeja uma renúncia da vontade (FOUCAULT, 2019, p. 142-143). Em um entregar-se a Deus e em um combate espiritual contra o adversário do Homem.

O monge nada deve esconder do ancião, na prática permanente do exame/confissão (FOUCAULT, 2019, p. 148-149). Satanás foi condenado às trevas, a confissão

é o que lhe puxa para a luz, arrancando-o de seu reino e o fazendo perder sua potência. Havendo até relatos de expulsões *materiais* do mal, em certas passagens de Cassiano (FOUCAULT, 2019, p. 157-158).

O capítulo 2 se chama *Ser virgem*. Começa por relembrar a importância, no século IV, que os cristãos davam a virgindade. Mas a virgindade vista como algo positivo, já estava presente desde antes também (FOUCAULT, 2019, p. 165-166).

Foucault cita algumas fontes, mas aponta o *De habitu virginum* de São Cipriano, para o cristianismo latino da primeira metade do século III, como o tratado mais amplo. Mesmo que *O banquete* de Metódio de Olimpos, de aproximadamente 271, ou as análises de Tertuliano também possuam importância na análise.

Havendo de se fazer uma diferenciação, para tais autores, com as práticas de virgindades honradas entre gregos e romanos. Algo apontado por São Jerônimo, o qual cita material de Aristóteles, Plutarco e Sêneca. A *contingência* pagã não pode ter o mesmo valor santificador (FOUCAULT, 2019, p. 196). Assim em São Crisóstomo, por exemplo, a virgindade pagã não pode esperar recompensa alguma, pois não foi inspirada pelo amor de Deus (FOUCAULT, 2019, p. 197).

Metódio, por exemplo, coloca um valor positivo ao casamento. Tais autores não esqueceram do mando de crescer e multiplicar. Mas isto pode ser visto como algo para os demasiados *fracos*, como relata Foucault (2019, p. 182). Santo Ambrósio aponta que a virgindade é para alguns, o casamento para todos (FOUCAULT, 2019, p. 203). A virgindade como mais próxima da vida dos anjos.

O capítulo 3 se chama *Ser casado*. O autor começa por explicitar que nesse momento, inicial, do cristianismo não haviam tratados sobre o casamento, como haviam tratados sobre a virgindade. Não há uma arte, *teknê*, tirando algumas exceções, como em *O pedagogo* (FOUCAULT, 2019, p. 262). Voltando ao ponto da contestação gnóstica, que existia nesse período. Mas, como também já abordamos, o autor não se aprofunda no ponto de vista gnóstico.

Assim é só no final do século IV que surgem as reflexões destinadas a guiar os cristãos casados, embora haja intensidade menor em comparação com outras discussões da época (FOUCAULT, 2019, p. 268). A importância de certas questões, como relações entre esposos e até suas atividades sexuais, Foucault (2019,

p. 272) não ignora, já eram importantes desde Platão ou Aristóteles, mas de modo diferente.

Foucault (2019, p. 279) trata também do princípio da desigualdade natural, pois Deus teria dado a mulher um papel de auxiliar do homem. A mulher como a gestora da casa, enquanto o homem é a cabeça do casamento, porque *temia* Deus que a igualdade gerasse conflitos. Também fala Foucault (2019, p. 281) como o casamento é eterno.

Um segundo casamento diante da morte de uma das partes é possível, sobretudo em caso de jovens, mas parece mais valoroso esperar a morte (FOUCAULT, 2019, p. 282). Também se falando em impedir que os jovens façam sexo antes do casamento, então seria bom casar os jovens cedo (FOUCAULT, 2019, p. 285).

Essas discussões, sobre um papel inferior da mulher, terminam podendo se ligar muito bem a debates feministas atuais, envolvendo Gayle Rubin (2018), a teoria *queer* (SPARGO, 2017) etc.

Mas qual a finalidade do casamento, já que o fim não é a procriação? Ou tendo por fim a procriação, mesmo que esta não seja o fim primário? Fazendo referência a Paulo, Foucault trata do casamento como um meio de se evitar a fornicção (FOUCAULT, 2019, p. 286-287). Seguindo Crisóstomo trata do casamento como um meio de evitar a fornicção, evitar a concupiscência e adotar uma postura de castidade, elementos que agradam a Deus (FOUCAULT, 2019, p. 287). E assim surge uma *tekhne* da vida conjugal, mesmo que também apareça como inferior a vida monástica (FOUCAULT, 2019, p. 301).

Agostinho aparece não como o fundador de uma nova linha de pensamento, mas como alguém que ao pensar a vida virginal e a vida do casal, faz surgir um elemento que se refere a ambos os modelos, o sujeito do desejo (FOUCAULT, 2019, p. 308). Pois ambas as figuras surgem unidas na comunidade, coexistindo na unidade da igreja. Se uma criatura tomada à parte pode ser vista como melhor, o conjunto das criaturas é melhor que a parte em particular. Assim os elementos se suplementam (FOUCAULT, 2019, p. 309).

Se a maior parte dos exegetas, desde Orígenes, trata da impossibilidade de relações sexuais no Paraíso (FOUCAULT, 2019, p. 315). Agostinho não exclui uma interpretação carnal, pois o que está excluído é a concupiscência. Há a possibilidade do sexo sem concupiscência antes da queda, em uma proliferação que não compensaria a morte (FOUCAULT, 2019,

p. 318). Havendo até a possibilidade de se supor que se pudesse haver procriação sem relação sexual (FOUCAULT, 2019, p. 319).

Mas a natureza de auxílio que Deus deu a mulher seria mesmo para a geração de filhos (FOUCAULT, 2019, p. 321). Chega Agostinho a noção de que esses primeiros homens fundariam uma *societas*, uma multiplicidade de indivíduos ligados por um parentesco de origem (FOUCAULT, 2019, p. 324). A relação sexual no Paraíso como algo então sem a libido, vista como uma força coercitiva (FOUCAULT, 2019, p. 351). Foi o ato da queda que gerou assim a libidinização do desejo (FOUCAULT, 2019, p. 360).

As consequências da teoria agostiniana são amplas, contudo Foucault se mantém na questão da conduta dos esposos e do governo das almas. Falando sobre o sujeito do desejo (FOUCAULT, 2019, p. 373). Porque enquanto em Cassiano, por exemplo, há desejo e vontade como duas instâncias diferentes, em Agostinho a concupiscência pertence à própria forma da vontade (FOUCAULT, 2019, p. 375). Os esposos servem-se não somente do direito ao corpo do outro, mas da sua própria concupiscência (FOUCAULT, 2019, p. 377).

Há o elemento de que toda a regulação da conduta sexual se faz a partir da relação de cada um consigo mesmo. A problematização da conduta sexual torna-se o problema do próprio sujeito, sujeito do desejo, em uma verdade, a qual não pode ser descoberta por si mesma, no fundo de si mesmo (FOUCAULT, 2019, p. 382).

Como Foucault mostra, o que se trata por demonstrar é: há uma nova relação entre subjetividade e verdade, que dá a um núcleo, bem mais antigo, modificações importantes. Que incidem menos sobre o que é ou não permitido, porém mais sobre as experiências enquanto condição de conhecimento (FOUCAULT, 2019, p. 385).

A confissão, voltemos ao ponto, envolve o dever de dizer a verdade, sendo esse papel mais complexo do que em outras religiões, mesmo dentre as quais requerem a confissão. Em comparação com os gregos e romanos, o cristianismo impôs esse dizer a verdade sobre si mesmo, que se torna infinitamente mais imperioso em sua forma e conteúdo (FOUCAULT, 2019, p. 426). Um diferencial é que o cristianismo foi a primeira religião a se configurar em uma igreja, logo desenvolvendo uma capacidade de penetração muito maior. Enfim, no início do século V, o cristianismo tinha um pressuposto

de universalidade, que se ancorava em um suporte institucional (FOUCAULT, 2019, p. 270-271).

Como estamos a ver, a análise aprofundada de Foucault, nesse volume quatro, termina em Agostinho. Assim sendo não podemos crer que haja uma história da sexualidade *terminada* entre a Grécia Antiga e o mundo moderno. Mesmo que ao entrar no cristianismo, de modo mais detalhado, Foucault tenha diminuído uma *lacuna* existente em tal obra.

Em termos de escrita: alguns elementos parecem se repetir, assim como outros pontos importantes poderiam ser mais explorados. Cabe-nos assim ressaltar, uma última vez, que é um livro incompleto.

### Referências bibliográficas

ERIBON, Didier. *Michel Foucault, 1926-1984*. São Paulo: Companhia das LETRAS, 1990.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade vol. 1: A vontade de saber*. São Paulo: Edições Graal, 2010a.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade vol. 2: O uso dos prazeres*. São Paulo: Edições Graal, 2010b.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade vol. 3: O cuidado de si*. São Paulo: Edições Graal, 2011.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade IV: As confissões da carne*. Lisboa: Relógio D'Água, 2019.

GROS, Frédéric. Advertências. In: FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade IV: As confissões da carne*. Lisboa: Relógio D'Água, 2019.

RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

SPARGO, Tamsin. *Foucault e a teoria queer*. São Paulo: Autêntica editora, 2017.

# A Pragmática Cultural de Jeffrey Alexander entre a dramaturgia e a performance

## Jeffrey Alexander's Cultural Pragmatics between dramaturgy and performance

Pedro Callari Trivino Moisés<sup>1</sup>

ALEXANDER, Jeffrey. **The Drama of Social Life**. Malden, MA: Polity Press, 2017. 180 p.

Os rituais, afirma Jeffrey C. Alexander (2004, p. 527), são um evento cultural que marcam substancialmente as primeiras formas de organização humana. Seria a partir desses episódios de interação social que os vínculos entre os indivíduos do grupo e suas crenças se revitalizariam. Já no decurso da modernidade, os rituais perderam sua relevância. A derrocada dessa centralidade teria levado alguns teóricos, em especial aqueles influenciados pela tese do triunfo da ação racional de Max Weber, a afirmar que a existência de rituais se tornou impossível no mundo moderno.

Alexander discorda desta visão. Ele defende – não só aqui, mas dentro de todo o projeto da sociologia cultural (Alexander, Smith, 2003) – que a modernidade ainda é repleta de símbolos e mitos, de valores e de normas, de rituais e de performances; em uma palavra, ela ainda é perpassada por sentido [*meaning*] (p.2). Os processos de racionalização não se deram por completo, mantendo toda uma complexa estrutura cultural que compele os indivíduos mesmo sem eles perceberem conscientemente (Alexander, 2003). É verdade, afinal, que a existência dos rituais se tornou mais esparsa na sociedade moderna, considerando a fragmentação e o conflito entre diferentes visões de mundo; mas fato é que eles continuam a existir e assumir um posto deveras importante. Ora, se a sociedade moderna se mostra fragmentada e conflituosa (ou, nos termos de Alexander “des-fusionada” [*de-fused*]), o ritual é justamente a possibilidade “re-fusionar” [*re-fuse*] os elementos da vida social.

Para abordar teoricamente os rituais nas sociedades modernas, Alexander desenvolveu a pragmática cultural [*cultural pragmatics*]. Os rituais são um tipo

específico de performance social, aquela bem-sucedida e que conseguiu fusionar atores, audiência e roteiro (p. 3-4). Sendo assim, a pragmática cultural tem como objeto as performances sociais como um todo, tanto aquelas convincentes e eficazes (mais próximas aos rituais) quanto as artificiais e forçadas (mais distante dos rituais). Essa teoria foi inicialmente desenvolvida no artigo *Cultural Pragmatics: Social Performance between Ritual and Strategy* (Alexander, 2004) e depois reelaborada nos livros *Social Performance: Symbolic Actions, Cultural Pragmatics, and Ritual* (Alexander, Giesen, Mast, 2006), *Performance and Power* (Alexander, 2011) e, finalmente, em *The Drama of Social Life*.

O livro em questão nada mais é do que mais um desenvolvimento dessa teoria, um esforço para aprimorar o modelo da pragmática cultural. *The Drama of Social Life* é organizado a partir de uma coletânea de artigos, todos adaptados de versões já publicadas anteriormente. Este formato não é novo. *Performance and Power* (2011), outro livro que aborda a pragmática cultural, segue este mesmo modelo. Neste outro livro, há um total de onze capítulos, sendo dois deles inéditos, e divididos em três seções: *A Cultural Theory of Social Performance*, *Political Power and Performance* e *Cultural Power and Performance*. Se a complexa e nem sempre tão clara relação entre cultura e poder é o fio condutor desse primeiro livro, o argumento que norteia o conjunto de textos de *The Drama of Social Life* é que elementos teatrais e dramáticos estão significativamente presentes nas performances sociais. Assim, as ferramentas providas pela dramaturgia, pela teoria do drama e pela crítica teatral são fundamentais para o desenvolvimento da pragmática cultural (p. 3).

*The Drama of Social Life* é dividido em cinco capítulos independentes, acompanhados por uma introdução inédita. O primeiro capítulo, *Seizing the*

<sup>1</sup> Mestrando em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e pesquisador do Núcleo de Estudos de Violência (NEV) e bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n. 2021/ 06778-0.

*Stage: Mao, MLK, and Black Lives Matter Today*<sup>2</sup>, se debruça sobre três movimentos sociais, a saber, os movimentos revolucionários da China, os protestos por direitos civis nos Estados Unidos e o atual movimento “vidas negras importam”. A partir destes três estudos de caso, Alexander demonstra como as manifestações precisaram penetrar no imaginário coletivo para, depois, conquistarem o poder capaz de reivindicar a realização de suas demandas. Para que essa penetração pudesse ocorrer, foi necessário que esses movimentos apresentassem suas narrativas, isto é, exibissem um drama no palco da vida social de modo efetivo e convincente. Com base nesses casos, percebe-se como a fusão entre atores, roteiro e público só pode ocorrer se o drama exibido for dirigido por agentes com talento dramático capazes de realizar o convencimento da audiência: o partido comunista chinês projetou efetivamente Mao para as massas como um “salvador heroico” (p. 38); Martin Luther King e seus companheiros eram “gênios performativos” (p. 38) capazes de mobilizar não só os negros como também os brancos; e os organizadores do movimento *Black Lives Matter*, mesmo operando enquanto “dramaturgos invisíveis” (p. 32), conseguiram projetar narrativas efetivas a partir de uma miríade de performances tanto físicas quanto digitais.

O segundo capítulo, *Revolutionary Performance in Egypt: The 2011 Uprising*<sup>3</sup>, aborda o processo revolucionário do Egito de 2011, na chamada “primavera árabe”. Ele acompanha as mobilizações, repercussões e eventos entre os dias 28 de janeiro e 11 de fevereiro, focalizando no como foi possível ocorrer tal revolução. O capítulo enfatiza que não se trata de um movimento motivado apenas por questões materiais, tais quais fome, desemprego e miséria, mas principalmente movido por ideais, esperanças e solidariedade (p. 41). Para que pudessem triunfar, os manifestantes tiveram que mobilizar uma representação social oposta à do regime, representado a si (e seus ideais) como sagrados e o regime (e o que ele simbolizava) como profano (p. 46). É a partir dessa tensão moral entre as classificações

apresentadas pelo regime de Mubarak, de um lado, e pelos revolucionários, de outro, que os diretores do movimento puderam organizar a performance (p. 57). Como em um drama teatral, os diretores precisavam organizar um roteiro, preparar a *mise-en-scène* e selecionar um palco (no caso, a praça Tahrir<sup>4</sup>, em Cairo).

Todavia, Alexander aponta uma diferença fundamental entre o drama teatral e o drama social; ora, se os dramas teatrais tem um encadeamento claro e um final *a priori* já definido, os dramas sociais são contingentes e seus fins são indeterminados (p. 60). No caso, isso se mostrou empiricamente verídico haja vista as incessantes tentativas contra-perfomáticas do regime de Mubarak de retomar o controle da situação. Foi nessa seara que o braço repressivo do Estado emergiu em cena, na tentativa de vincular as ideias de “caos” e de “anarquia” nos manifestantes (p. 68). Mas as ações do ditador não tinham mais nenhuma força performática e a violência contra os manifestantes acabou apenas atiçando os protestos. Estes, por sua vez, contavam cada vez mais com apoios internacionais, pois as tecnologias digitais contemporâneas ofereciam um meio de produção simbólica potente para que as narrativas revolucionárias pudessem emergir em países democráticos (p. 80). Esse apoio internacional foi decisivo para que Mubarak abdicasse e que a performance revolucionária fosse triunfante.

A performance política das eleições presidenciais norte-americanas de 2012 é a temática de *Political Performance in the US: Obama's 2012 re-election*<sup>5</sup>, o terceiro capítulo do livro. A democracia, para a pragmática cultural, é entendida não como um espaço de deliberação racional, mas sim como uma esfera movida por emoções e moralidades (p. 91). Os eleitores – nomeados pelo autor de cidadãos-audiência – não decidem seus votos a partir de cálculos; na verdade, essas decisões são tomadas com base nas identificações que estes fazem com os “personagens”, isto é, os candidatos. Visando a reeleição, Barak Obama teve que alterar seu personagem em relação às eleições de

2 Esse capítulo é uma versão adaptada de seu artigo publicado na TDR (*The Drama Review*) em 2017 *Seizing the Stage: Social Performances from Mao Zedong to Martin Luther King Jr., and Black Lives Matter Today*. Há uma tradução para o português da versão apresentada neste artigo (cf. Alexander, 2017).

3 Esse capítulo é uma versão adaptada do livro publicado em 2011 *Performative Revolution in Egypt: An Essay in Cultural Power*.

4 Alexander afirma que os ideais performados pelos revolucionários penetraram neste palco de modo a alterar o seu significado. Ele permaneceu, após todo o processo revolucionário, como uma materialização dos ideais democráticos e da luta contra o regime de Mubarak.

5 Esse capítulo é uma versão adaptada de seu artigo publicado na TDR (*The Drama Review*) em 2016 *Performance and Politics: President Obama's Dramatic Reelection in 2012*.

2008, pois a sua imagem anterior, um herói prometendo a salvação, foi destruída ao longo de seu governo, em que a crise econômica ainda não tinha sido superada (p. 93). Nos primeiros debates, Obama se apresentou como o “último homem racional” (p. 95). Todavia, esta apresentação não foi bem-sucedida, fazendo sua popularidade cair. Mas o drama eleitoral ainda não tinha acabado. Obama conseguiu projetar seu adversário, Romney, como um mentiroso. Se não foi se apresentando como um herói, foi mostrando seu antagonista como vilão que Obama conquistou a tão almejada reeleição.

Já no quarto capítulo, *Dramatic Intellectuals*<sup>6</sup>, o autor descreve um tipo específico de intelectual: o performático. Tratam-se dos teóricos cujas ideias produziram um grande efeito não apenas no meio acadêmico como principalmente nos atores da cena social. Alexander se debruça nos casos de Marx, Freud, Keynes, Sartre, Ayn Rand e Frantz Fanon, autores que oferecem uma compreensão dos tempos sombrios de modo que estes possam ser superados; em uma palavra, eles oferecem salvação. Importante frisar que, para se tornarem performáticos, os autores não dependem apenas de que suas ideias sejam produtoras de significado [*meaning-makers*], mas também de que uma vasta audiência se engaje profundamente com elas. A partir da dramaturgização, os textos se tornam roteiros a serem lidos e performados, os autores viram ícones carismáticos e a audiência (ou pelo menos parte dela) recebe a motivação para participar de movimentos sociais e construir novas instituições (p. 106-7). Nessa compreensão, o poder dos intelectuais não está nas suas teorias científicas, mas na possibilidade de prover sentido para o mundo social.

O último capítulo, *Social Theory and the Theatrical Avant-Garde*<sup>7</sup>, faz uma análise teórica e histórica sobre a emergência de novas práticas teatrais no processo de des-fusão das sociedades. O argumento principal é que ao longo da história os elementos das performances, tanto teatrais quanto sociais, se tornaram separados e especializados. Todavia, as diversas vanguardas dramáticas buscaram resistir a esta des-fusão e, para tanto, produziram inovações nos elementos das performances (p. 126). Para observar esse processo,

o texto aponta para as variações dramáticas que se apresentaram ao longo da história. No caso, dada a simetria entre os dramas sociais e teatrais, o autor analisa as principais viradas dentro do teatro ocidental, tais como a consolidação da independência da audiência, o aparecimento de produtores e diretores autônomos, o surgimento de adereços cada vez mais significativos, a introdução de uma nova forma de escrita dos textos por parte dos roteiristas e a mudança na relação do ator com o texto (ao invés de reproduzir as emoções do texto, o ator tem que realmente experimentá-las). O intuito de todas estas inovações foi sempre a busca pela re-fusão dos elementos da performance, a possibilidade de projetar narrativas significativas para um público mais amplo.

Os textos teóricos de Alexander, em que ele formula e conceitualiza as “teorias positivas” ou “teorias da sociedade” (Alexander, 2014, p. 360) dentro da sociologia cultural, podem soar um pouco abstratas. Todavia, seus textos empíricos possuem uma potência impar em elucidar aspectos de sua teoria. Os estudos presentes em cada um dos capítulos deste livro não são diferentes. Mais do que isso, eles complexificam o modelo e oferecem novos elementos para interpretar as performances sociais.

Eles solidificam, por exemplo, o modelo da pragmática cultural como forma de interpretação dos movimentos sociais, entendendo as performances sociais como “a arte do protesto” (capítulos 1 e 2). Também ajudam a elucidar a importância, para além dos atores, das lideranças dramáticas que, mesmo não necessariamente aparecendo no palco, atuam de forma substantiva para a sua re-fusão (capítulos 1, 2 e 5). Eles mostram como as performances são processo, com idas-e-vindas e contra-performances, sem nunca um resultado podendo ser previsto de antemão (capítulos 2 e 3). Estes estudos demonstram como os teóricos e as vanguardas não são apartados dos processos performáticos, mas poderosamente afetados por eles (capítulo 4 e 5). Até no caso do texto mais teórico (capítulo 5), há uma demonstração histórica contundente sobre o avanço das performances teatrais, de modo a lançar luz em como as vanguardas buscaram resistir à des-fusão em vista da projeção das narrativas

6 Esse capítulo é uma versão adaptada de seu artigo publicado na *Internacional Journal of Politics, Culture and Society* em 2016 *Dramatic Intellectuals: Elements of Performance*. Há uma tradução para o português da versão apresentada neste artigo (cf. Alexander, 2019).

7 Esse capítulo é uma versão adaptada de seu artigo publicado na revista *Theory, Culture & Society* em 2014 *The Fate of the Dramatic in Modern Society: Social Theory and the Theatrical Avant-Garde*.

dramáticas. Em suma, esse livro mostra como o drama, seja social ou teatral, é fundamental para a criação e manutenção dos significados coletivos, da identificação do mal e da conquista da justiça social (p. 141).

### Referências Bibliográficas

ALEXANDER, Jeffrey. **The meaning of social life**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

ALEXANDER, Jeffrey. Cultural Pragmatics: Social Performance between Ritual and Strategy. **Sociological Theory**. v. 22, n. 4, 2004.

ALEXANDER, Jeffrey. **Performance and Power**. Malden, MA: Polity Press, 2011.

ALEXANDER, Jeffrey. Entrevista conduzida por Alexandre Werneck, Antonio Brasil Jr., Cristina Buarque e Marcelo de Oliveira. **Revista Estudos Políticos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, dezembro, 2014.

ALEXANDER, Jeffrey. A tomada do palco: performances sociais de Mao Tsé-Tung a Martin Luther King, e a Black Lives Matter hoje. **Sociologias [online]**. v. 19, n. 44, 2017.

ALEXANDER, Jeffrey. Intelectuais Dramáticos: Elementos da Performance. **Teoria & Cultura**. v. 14, n. 2, 2019.

ALEXANDER, Jeffrey; GIESEN, Bernhard; e MAST, Jason (eds.). **Social Performance: Symbolic Actions, Cultural Pragmatics, and Ritual**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

ALEXANDER, Jeffrey; SMITH, Philip. The Strong Program in Cultural Sociology: elements of a structural hermeneutics. In: ALEXANDER, Jeffrey. **The meaning of social life**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

## Ensaio Fotográfico

# Semear um bom jardim: ritos de memória e de mobilização comunitária em defesa da vida nas periferias de Fortaleza

*Daniel Paiva de Macêdo Junior<sup>1</sup>*

### Resumo:

A quinta edição da Caminhada pela Paz, ocorrida em 2018 no território do Grande Bom Jardim, em Fortaleza, se constituiu em mobilização comunitária em ritos de memória e em agendamentos por uma política popular de segurança pública possíveis em razão da articulação de instituições, movimentos sociais e militantes da sociedade civil. Envolvido com o processo de organização desta edição, pratico dinâmicas sob inspiração antropológica em Magnani (2002) ao realizar inscrições fotográficas como parte de minha experiência ao me somar ao conjunto de manifestantes e, nisto, elaborar pesquisa a partir das aproximações em detrimento dos distanciamentos e pretensas isenções que ancoram o fazer jornalístico. Assim, este trabalho congrega imagens urgentes em encontros possíveis com outros agentes que, juntos, caminhavam comigo pelo direito à vida nas periferias. Deixei que a caminhada me guiasse ao tecer, em linguagem visual, outra lógica de saberes e de política ao convergir experiências sob os signos das ruas e dos becos.

**Palavras-chave:** Mobilização comunitária; Fotografia; Fortaleza; Grande Bom Jardim.

### Sowing a good garden: rites of memory and community mobilization in defense of life on the outskirts of Fortaleza

### Abstract:

The fifth edition of the Walk for Peace, held in 2018 in the territory of Grande Bom Jardim, in Fortaleza, consisted of community mobilization in rites of memory and scheduling for a popular public security policy, possible due to the articulation of institutions, social movements and civil society activists. Involved with the process of organizing this edition, I practice dynamics under anthropological inspiration in Magnani (2002) when carrying out photographic inscriptions as part of my experience in adding myself to the group of protesters and, in this, developing research based on approximations to the detriment of distances and alleged exemptions that anchor journalistic work. Thus, this work brings together urgent images in possible encounters with other agents who, together, walked with me for the right to life in the suburbs. I let the walk guide me by weaving, in visual language, another logic of knowledge and politics by converging experiences under the signs of the streets and alleys.

**Keywords:** Community mobilization; Photography; Fortaleza; Grande Bom Jardim.

<sup>1</sup> Doutorando em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, bolsista da CAPES e pesquisador no Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência. Contato: daniel.3macedo@gmail.com

829 adolescentes foram mortos no Ceará em 2018. A cada semana daquele ano, o luto tomava forma na experiência de 16 famílias que enterravam adolescentes. O número é especialmente expressivo em Fortaleza, que teve aumento de 90, 32% de homicídios contra meninas em comparação ao ano anterior segundo dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado, conferidos no Relatório de atividades do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (ALCE, 2019).

A sociedade civil, por sua vez, é parte interessada e atuante junto aos trabalhos do Comitê na medida em que a vida de crianças, adolescentes e jovens das periferias é pauta histórica de movimentos sociais articulados em fóruns e em redes. Contudo, as ações de incidência política não se restringem em articulações no legislativo e se ampliam em práticas de diálogo comunitário, de mobilização popular e de convocatória para participação social.

Dentre as iniciativas articuladas pela sociedade civil em 2018, esteve a realização da V edição da Caminhada pela Paz congregando o conjunto de iniciativas sociais e de organizações políticas no território do Grande Bom Jardim para manifestação de uma agenda popular em defesa da vida e dos direitos humanos. Ocorrido no dia 30 de maio, o ato de rua é uma pulsão de diálogo e se conforma como um instrumento de organização popular ao congregar distintos sujeitos políticos de intervenções singulares em torno de uma agenda comum.

A manifestação política, neste caso, se orienta à comunicação social na medida em que rompe cotidianos nas ruas e nos becos do território instaurando outros signos de leitura sobre as experiências possíveis na cidade ao confrontar a agenda política que, de outro modo, teria menos espaço de atenção. Por isso, a escolha do ato como formato de circulação das pautas e o itinerário percorrido não devem ser tomados como triviais; uma vez que se constituem em dinâmicas planejadas para possibilitar comunicação, orientando conteúdo e definindo público-alvo.

Nesta edição, o ato ocorre no Grande Bom Jardim. Esta é uma demarcação identitária em torno do processo de ocupação popular do que hoje são os

bairros Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Canindezinho e Siqueira situados na periferia de Fortaleza que, juntos, reúnem uma população de 211 mil habitantes e onde se articulam mais de trinta (30) organizações populares para promoção e defesa de direitos em torno da Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável – Rede DLIS como destaca Almeida (2018, p. 35). O ato se orienta, assim, a dialogar com a população de sujeitos diretos das demandas; fazendo-se como um convite a aderir a agenda popular de segurança pública reivindicada.

Em 2018, atuei como assessor de comunicação no Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza - CDVHS, instituição criada em 1994 a partir de um processo de mobilização das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs da Área Pastoral do Grande Bom Jardim em torno das lutas comunitárias para minimizar ou suplantar graves problemas sociais que afligiam as crianças, adolescentes, homens e mulheres habitantes da região (FREITAS et al., 2018, p. 196). Em aliança com a Rede DLIS, com o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA/CE, com o Fórum Permanente pelos Direitos de Crianças e Adolescentes e com as organizações e movimentos sociais de Fortaleza que se articulam nestas iniciativas, pude acompanhar de perto e de dentro o processo de articulação desta edição da caminhada.

Durante o ato, realizei inscrições fotográficas em razão de minha intrínseca relação diante da espacialidade e da movimentação comunitária. Logo, este exercício me convoca a despir-me de pretensas isenções e distanciamentos inerentes ao imaginário da atuação jornalística para conformar olhares atravessados e politicamente interessados como parte dos que ali se articulam. Em que pese meu tato de pesquisador, fotografo a Caminhada pela Paz como sujeito político sob inspiração antropológica em Magnani (2002) que propõe a prática do território como gesto para ver sentidos outros sobre as espacialidades e, assim, tomando a fotografia como inscrição das afetações, como dinâmica de composição partilhada com a cidade e com os outros que interagem na construção da poética, como propõe Martins (2016) ao discutir as dimensões sociológicas e antropológicas das imagens.



Fotografia 01. Caminhada pela Paz nas ruas do Bom Jardim

Empunhando cruzes, o ato se faz como um rito de memória ao inscrever os entes queridos que as famílias perderam ao longo dos anos vítimas da violência pública e do extermínio à juventude negra; mas também como um rito de desejos ao registrar

sentimentos e aspirações ao símbolo messiânico. Ainda que sem palavras, encontro nas cruzes erguidas por distintos sujeitos a imagem-força que congrega a mobilização comunitária.



Fotografia 02. Empunhando cruzes, o ato ganha forma



Fotografia 03. Rafael, Vandim, Michael e Marielle Franco: memórias empunhadas em cruzes



Fotografia 04. Paz e Igualdade: desejos empunhados em cruz

As cruzes eram as bandeiras políticas e, com as mãos de quem a erguia, sentidos e motivações para estar ali ganhavam formas. Encontrávamos a memória recorrente de Rafael em diversas cruzes,

pedidos de justiça por Marielle Franco, desejos de paz e de igualdade por uma outra Fortaleza possível. Encontrávamos, ainda, cruzes sem inscrições.



Fotografia 05. Erguer cruz sem inscrições



Fotografia 06. Cruzes que nos dizem sem palavras.

Inscrever em palavras no pouco espaço da cruz demanda um exercício eletivo. A ausência de vocábulos, contudo, não diminui a potência discursiva. Ao questionar as pessoas sobre as intenções de mantê-las sem palavras, as pessoas que empunham cruzes sem textos tecem histórias que se desenrolam sobre vividos

e expectativas, sobre memórias e sonhos tantos que não cabem e tampouco merecem serem sobrepostos. A cruz sem palavras, assim, é um texto visual sobre os desejos de tudo que lhes foi subtraído, é uma reivindicação afetiva que nos confronta com os signos da ausência.



Fotografia 06. Cruzes que nos dizem sem palavras.

O menino, acompanhado pelos pais no ato, recebeu a cruz e dirigiu-se ao balanço. Ao fim do ato, nada ainda tinha escrito. Ao indaga-lo, ele me explicou que passou muito tempo se balançando para decidir o que colocar na cruz. Contudo, de tantas coisas possíveis, optou seguir sem palavras ao identificar que a cruz, por si só, já o dissera tudo e assim também o podia fazer para quem a confrontasse. Mantê-la sem palavras, logo, era um convite para refletir sobre o que pode vir a compô-la.

Os passos da caminhada se norteavam em manifestações políticas de líderes comunitários e de instituições da sociedade civil e tomava ritmo nos tambores de maracatus que, ali reunidos, faziam coros ao tecer a agenda política reivindicada em musicalidades. Reunindo iniciativas de diversos agrupamentos sem ensaio prévio, a caminhada se fez sob o ritmo do Maracatu em intenso intercâmbio de experiências entre adolescentes e jovens em grupos vinculados ao CDVHS, ao CEDECA e outras iniciativas comunitárias, a exemplo do BonjaRoots.



Fotografia 08. Brincantes de Maracatu do CEDECA



Fotografia 09. Ato ritmado em sons de Maracatu



Fotografia 10. Brincantes de Maracatu do CDVHS



Fotografia 11. Intervenções do BonjaRoots

Ali, nas ruas, a agenda popular por segurança pública que reivindica o fim do extermínio da juventude, que questiona as chacinas cometidas pela polícia contra corpos negros e que rememora os parentes e amigos perdidos toma forma nos corpos e nas bandeiras que

se reúnem. Algumas famílias traziam pipas juntas as cruzes para expressar as brincadeiras comuns de meninos assassinados, grupos de militância traziam bandeiras de movimentos sociais.



Fotografia 12. Homem trans empunhando a cruz em memória de Dandara, mulher trans brutalmente assassinada em Fortaleza.



Fotografia 13. Adolescente gay empunhando a bandeira LGBT do Grupo de Resistência Asa Branca.



Fotografia 14. Cruzes que aterram, pipas que voam para lembrar dos que se foram.

As fotografias aqui dispostas são composições possíveis a partir das interações entre fotógrafo e agentes outros enredados na manifestação política e, nisto, temos nas imagens dispostas a inscrição visual dos encontros vividos por mim e com outras e outros no emaranhando com o campo. Não intenciono, com elas, totalizar o ato em um relato homogêneo. As ruas em movimento são deveras imprecisas e o conjunto de pessoas em trânsito que dão vida ao ato o tornam imensurável. Logo, tais imagens não são tomadas como uma documentação do ato; mas são depoimentos afetivos sobre as interações ali praticas.

Não proponho, aqui, uma discussão pormenorizada de natureza simbólica ou discursiva contida em cada imagem por entender que são produções realizadas sob intencionalidade que se volta à experiência, aos trânsitos em detrimento do aspecto estético. Nisto, amplio o convite ao diálogo a fim de denotar a coexistência de outras inferências e imaginários conjugados por quem também praticou esta experiência social.

As fotografias expostas, para além de retratos da territorialidade, conjugam uma faceta sobre as práticas sociais e política inerentes a um ambiente complexo e notório em contradições características de uma metrópole. Logo, não são totalizantes. Ainda que a minha atuação profissional no território permita a interação com os sujeitos em manifestação, trata-se de um ponto de vista deveras particular que localiza uma parcialidade, que revela impregnações das afetações. Não à toa, experiências de pesquisa de outros sujeitos calcadas em processo fotográfico podem revelar outros tonais para perceber a Caminhada pela Paz, a Fortaleza e as pautas políticas agendadas em processos insurgentes.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Adriano. Comunidade de comunidades: Grande Bom Jardim. In: CARLOS, Caio; AMORIM, Ícaro. *Grande Bom Jardim em perspectiva: pesquisas acadêmicas e exercícios críticos*. Fortaleza: CDVHS, 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ - ALCE. *Relatório de 2018 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência*. Fortaleza: ALCE, 2019.

FREITAS, Clarissa et al. Mobilização comunitária em torno da luta por moradia digna: a ZEIS do Bom

Jardim. In: CARLOS, Caio; AMORIM, Ícaro. *Grande Bom Jardim em perspectiva: pesquisas acadêmicas e exercícios críticos*. Fortaleza: CDVHS, 2018.

MAGNANI, José. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2002, v. 17, nº 49 pp. 11-29. Disponível em [scielo.br/j/rbcsoc/a/KKxt4zRfvVWbkbgsfQD7ytJ/](https://scielo.br/j/rbcsoc/a/KKxt4zRfvVWbkbgsfQD7ytJ/). Acesso em 03ago2021.

MARTINS, José. *Sociologia da Fotografia e da Imagem*. São Paulo:Contexto, 2016.

## Sobre os autores

### Ana Paula Marcelino

Mestranda em Antropologia (PPGA/UFPB). Participa do GRUPESSC - Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura (CNPQ/UFPB) e do projeto “ANTROPOCOVID - Estado, populações e políticas locais no enfrentamento à pandemia de COVID-19: análise social e diretrizes de ação e intervenção não farmacológica em populações em situação de vulnerabilidade e precariedade social”, coordenado pelas professoras Sonia Maluf (UFSC/UFPB), Mónica Franch (UFPB) e Soraya Fleischer (UnB).

### André Ricardo de Souza

Doutor em sociologia pela USP e professor associado do Departamento de Sociologia da UFSCar.

### Anna Paula Uziel

Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

### Bárbara Rossin Costa

Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS – Museu Nacional – UFRJ). Mestre em Antropologia Social pela mesma instituição e membro do Laboratório de Etnografias e Interfaces do Conhecimento (LEIC/IFCS - UFRJ).

### Bruna Rossi Koerich

Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora do Observatório da Socioeducação (CIESS/FACED UFRGS). Analista de Políticas Sociais na Rede Marista.

### Carlos Magno Camargos Mendonça

Professor Associado do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Fede-

ral de Minas Gerais e Co-coordenador do Núcleo de Estudos em Estéticas do Performático e Experiência Comunicacional - Neepec/UFMG. Email: macomendonca@gmail.com.

### Daniel Paiva de Macêdo Junior

Graduado em Jornalismo na Universidade Federal do Ceará (UFC), onde também realizou mestrado em Comunicação. Atua como fotógrafo no projeto @transitorio.br e atualmente realiza o doutorado em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista da CAPES e pesquisador no Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência. Contato: daniel.3macedo@gmail.com

### Danyelle Nilin Gonçalves

Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Doutora em Sociologia e pesquisadora do Laboratório de Estudos em Política, Educação e Cidade (LEPEC). Email: danyelle.nilin@ufc.br. Endereço profissional: Programa de Pós Graduação em Antropologia - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Campus I - Castelo Branco - João Pessoa, Paraíba - CEP 58059-900, Brasil.

### Fernanda Henrique Cupertino Alcântara

Professora Associada III da UFJF. Coordenadora do Grupo de Pesquisa do CNPq “Teóricas Clássicas e Sociologia”.

### Giliard Gomes Tenório

Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

### Gustavo Paccelli

Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSOUFJF). Mestre em Ciências Sociais (PPGCSOUFJF), Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (UFJF).

**Harlon Romariz Rabelo Santos**

Doutorando em Sociologia no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU). Email: harlon.romariz@gmail.com

**Helena Delgado Malvaccini Mendes**

Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), pesquisadora no Núcleo de Estudos sobre Política Local (NEPOL)

**Irapuan Peixoto Lima Filho**

Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Doutor em Sociologia e pesquisador do Laboratório de Estudos em Política, Educação e Cidade (LEPEC). Email: irapuan.peixoto@ufc.br

**Jéssica Nunes da Silva**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS), integra o Núcleo de Antropologia e Cidadania – NACi/UFRGS e o Grupo de Estudos sobre Antropologia e Deficiência – GEAD/UFRGS. Contato: jess.nunes@ufrgs.br

**Júlia Vilela Garcia**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). Orientada pela professora Soraya Fleischer. E-mail: juliagarcia.unb@gmail.com.

**Leonardo Barros Soares**

É Mestre e Doutor em ciência política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará. Coordenador do Grupo de Pesquisa Política e Povos Indígenas nas Américas - POPIAM e do projeto ABCP Indígena. Contato: leonardo.b.soares@ufv.br

**Lidiane Soares Rodrigues**

Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/SP). Pós-Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/Paris). Doutora em História (USP). Desenvolve pesquisas na área de Sociologia da Cultura, com ênfase nas temáticas: Polarização Política e Indústria Cultural no Brasil; Circulação global dos bens simbólicos, Sociologia dos Intelectuais, História das Ciências Sociais.

**Lilian Leite Chaves**

É Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília e professora Adjunta do Instituto de Antropologia da Universidade Federal de Roraima. Possui interesse nos campos da Antropologia da Saúde, Antropologia da Política e Antropologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde mental, loucura, loucos de rua, pessoas em situação de rua, políticas públicas e documentos. Participa dos grupos de pesquisa “Etnografias Contemporâneas: memória, identidades e urbanidades” da UFRR e do “Laboratório de Pesquisas Antropológicas em Política e Saúde” da UFJE.

**Lucas Gonzaga do Nascimento**

Psicólogo e Professor Colaborador da Universidade do Grande Rio (Unigranrio). Mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

**Mário Jorge de Paiva**

Doutor, mestre, licenciado e bacharel em Ciências Sociais pela PUC-Rio. Possui, aproximadamente, 9 anos de experiência com métodos de pesquisa quantitativa. Atua nas áreas de Ciência Política e Sociologia. Fez parte da organização de eventos, se apresentou em congressos (nacionais e internacionais), publicou artigos acadêmicos e foi membro de uma Comissão Científica. Oferece parecer para artigos, quando solicitado, em diferentes revistas. Contato: mariojpaiva91@gmail.com

**Marta Mendes da Rocha**

É professora associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde coordena o Núcleo de Estudos sobre Política Local (NEPOL). Marta é mestre e doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e se dedica aos seguintes temas: instituições políticas, representação política, governos subnacionais, política local, clientelismo e brokers. Mestrado e Doutorado em Sociologia pelo IUPERJ/RJ, Graduada em Ciências Sociais pela UFJF e em Direito pela ESUV/MG

**Matheus Guimarães Barros**

É graduado em Direito pelo Universidade Federal de Juiz de Fora - campus Governador Valadares. Mestrando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGCIS/PUC-Rio), desenvolve pesquisa na linha “desigualdades socioeconômicas e políticas no Brasil contemporâneo”, sob orientação de Maria Sarah da Silva Telles (PUC-Rio) e Joana D’Arc Fernandes Ferraz (UFF), atualmente com enfoque na chamada guerra às drogas e seus impactos sociais em favelas e periferias do Rio de Janeiro desde a redemocratização.

**Paula Emília Gomes de Almeida**

Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), pesquisadora no Núcleo de Estudos sobre Política Local (NEPOL).

**Pedro Callari Trivino Moisés**

Mestrando em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição. É pesquisador no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP); bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n. 2021/06778-0. E-mail: pedro.moises@usp.br.

**Pedro Simões**

Doutor em sociologia pelo IUPERJ e professor titular do Departamento de Sociologia Política da UFSC.

**Rafael Maciel Artuzo**

Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), pesquisador no Núcleo de Estudos sobre Política Local (NEPOL).

**Ronaldo Tadeu de Souza**

Doutor e Pesquisador de Pós-Doutorado no Departamento de Ciência Política da USP e no Grupo de Pesquisa Soberania Popular em Perspectiva Histórica (CNPq-USP).

**Talita Iasmin Soares Aquino**

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG), integrante do Núcleo de Estudos em Estéticas do Performático e Experiência Comunicacional (Neepec/UFMG) e bolsista CAPES, e-mail: aquino.ta@gmail.com.

## Normas para publicação

A Revista “Teoria e Cultura” do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora é uma publicação semestral dedicada a divulgar trabalhos que versem sobre temas e resultados de pesquisas de interesse para a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política. Esta revista está aberta para receber artigos, ensaios, resenhas, verbetes, conforme as suas Diretrizes para Autores.

O material pode ser enviado para o e-mail [teoriaecultura@gmail.com](mailto:teoriaecultura@gmail.com)

### DIRETRIZES PARA AUTORES

O MANUSCRITO DEVE SER PREPARADO COMO SEGUE:

**Tipografia:** o manuscrito deve ser preparado com espaçamento entre linhas simples, fonte Times New Roman ou Arial tamanho 12, paginado com margens de 3 cm à esquerda e superior e a 2cm à direita e inferior, em papel A4.

**Título e dados do autor ou autores:** o título do trabalho deverá ser redigido em negrito. O título deve ser apresentado em duas línguas, conforme as traduções do resumo (ver abaixo “resumo”). Os dados biográficos do(s) autor(es) não devem constar em qualquer parte da primeira versão do manuscrito enviado pela plataforma a fim de garantir a avaliação às cegas pelos pareceristas. Eles serão adicionados pelo(s) autor(es) no momento oportuno, caso o manuscrito seja aceito, durante o processo de revisão. Assim, as informações biográficas e institucionais do(s) autor(es) devem ser preenchidas detalhadamente em “Metadados”, disponível no momento de submissão do texto. O preenchimento dessas informações é uma exigência para que o artigo avance para a avaliação pelo conselho editorial de Teoria e Cultura. O número máximo de autorias por artigo aceitas pela revista são quatro, salvo decisão editorial em contrário.

**Resumos:** o artigo em língua portuguesa deve vir acompanhado de um resumo (150 - 200 palavras), título e palavras-chave neste idioma e sua tradução para o inglês (resumo, título e palavras-chave tam-

bém). Artigos em inglês devem ter títulos, resumos e palavras-chave nesta língua e sua tradução para o português. Caso o artigo esteja numa língua que não seja nem o português e nem o inglês, são necessários três resumos/ títulos/ palavras-chave: na língua original do texto, em português e em inglês. Portanto, esses dados (resumo, título e palavras-chave) deverão ser apresentados em dois idiomas (português e inglês) para artigos escritos na língua portuguesa e inglesa ou em três idiomas (português, inglês e outra língua) para artigos nas demais línguas.

**Palavras-chave:** o texto deve conter entre três e cinco palavras-chave sobre o tema principal, sempre separadas, assim como Keywords e Palabras-clave (Mots-clés), por ponto.

**Texto:** o texto deve possuir uma extensão entre 5.000 e 9.000 palavras para artigos e de 3.000 a 5.000 tanto para opiniões, pensatas e ensaios como para notas de investigação; e de 2.000 a 3.000 para resenhas de livros (obras acadêmicas publicadas recentemente).

**Estrutura do texto:** o trabalho deve vir acompanhado de título na língua vernácula, bem como sua tradução em mais um idioma (conforme descrito acima, em “resumo”); resumo na língua vernácula e em língua estrangeira (150 a 200 palavras), as divisões internas que se julguem necessárias (geralmente, introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e discussão, conclusão), agradecimentos (se pertinente) e referências bibliográficas.

**Citações:** as citações diretas deverão utilizar a mesma fonte em tamanho 10, e as notas de rodapé devem apresentar o mesmo tipo de letra, no tamanho 9. Não utilizar fontes nem tamanhos distintos no texto. Caso pretenda destacar alguma palavra ou parágrafo, utilize a mesma fonte em cursiva (itálico).

**Notas:** as notas explicativas devem ser utilizadas somente se forem indispensáveis, e deverão vir sempre como notas de rodapé, utilizando o mesmo tipo de letra deste no tamanho 9.

**Abreviações e acrônimos:** deverão ser definidos claramente no seu primeiro uso no texto.

**Idiomas:** o trabalho deve vir acompanhado de título na língua vernácula e em inglês, dados biográficos do(s) autor(es) (e que não ultrapassem 60 palavras), resumo na língua vernácula e em língua estrangeira (150 a 250 palavras), as divisões internas que se julguem necessárias (geralmente, introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e discussão, conclusão), agradecimentos (se pertinente) e referências. Para os artigos escritos em inglês ou espanhol deve ser enviado necessariamente um resumo em português, assim como o título; palavras chave (entre três a cinco, separadas por ponto) nas duas línguas dos resumos.

**Ilustrações e tabelas:** o caso de artigos com tabelas, quadros, gráficos e figuras, informar em cada um(a) a fonte utilizada, inclusive quando se trata de elaboração própria (por exemplo, elaboração própria com base em IBGE, 2009, ou elaboração própria com base em Gomes, 2013). Mesmo quando os dados são oriundos de projeto coordenado pelo(a) autor(a), é preciso informar o nome do projeto como fonte.

**Citações e Referências:** as referências, assim como as citações, no corpo do texto, devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 6023:2002 e NBR 10520:2002.

## GUIDELINES FOR AUTHORS

THE MANUSCRIPT MUST BE PREPARED AS FOLLOWS:

**Typography:** the manuscript must be prepared with spacing between single lines, font Times New Roman or Arial size 12, paginated with margins of 3 cm on the left and top and 2cm on the right and bottom, on A4 paper.

**Title and data of the author or authors:** the title of the work must be written in bold. The title must be presented in two languages, according to the translations of the abstract (see below “abstract”). The biographical data of the author(s) must

not appear in any part of the first version of the manuscript sent by the platform in order to guarantee the blind evaluation by the reviewers. They will be added by the author(s) in due course, if the manuscript is accepted, during the review process. Thus, the biographical and institutional information of the author(s) must be completed in detail in “Metadata”, available at the time of submission of the text. Filling in this information is a requirement for the article to advance to evaluation by the Theory and Culture editorial board. The maximum number of authorships per article accepted by the journal is four, unless an editorial decision is otherwise made.

**Abstracts:** the article in Portuguese must be accompanied by an abstract (150 - 200 words), title and keywords in this language and its translation into English (abstract, title and keywords as well). Articles in English must have titles, abstracts and keywords in this language and their translation into Portuguese. If the article is in a language other than Portuguese or English, three abstracts/titles/keywords are required: in the original language of the text, in Portuguese and in English. Therefore, these data (abstract, title and keywords) must be presented in two languages (Portuguese and English) for articles written in Portuguese and English or in three languages (Portuguese, English and another language) for articles in other languages.

**Keywords:** the text must contain between three and five keywords about the main theme, always separated, as well as Keywords and Palabras-clave (Mots-clés), per point.

**Text:** the text must have a length between 5,000 and 9,000 words for articles and between 3,000 and 5,000 for opinions, thoughts and essays as well as for research notes; and from 2,000 to 3,000 for book reviews and recently published academic works, unless otherwise decided by an editorial.

**Text structure:** the work must be accompanied by a title in the vernacular language, as well as its translation into another language (as described above, in “abstract”); summary in the vernacular and foreign language (150 to 200 words), internal divisions deemed necessary (generally, introduction,

theoretical framework, methodology, results and discussion, conclusion), acknowledgments (if relevant) and bibliographical references.

**Citations:** direct quotes must use the same font in size 10, and footnotes must have the same font, in size 9. Do not use different fonts or sizes in the text. If you want to highlight a word or paragraph, use the same font in italics (italics).

**Notes:** explanatory notes should only be used if they are essential, and should always come as footnotes, using the same font as this one in size 9.

**Abbreviations and Acronyms:** must be clearly defined on their first use in the text.

**Languages:** the work must be accompanied by a title in the vernacular language and in English, biographical data of the author(s) (not exceeding 60 words), abstract in the vernacular language and in a foreign language (150 to 250 words), the internal divisions deemed necessary (generally, introduction, theoretical framework, methodology, results and discussion, conclusion), acknowledgments (if relevant) and references. For articles written in English or Spanish, an abstract in Portuguese must necessarily be sent, as well as the title; keywords (between three to five, separated by dots) in the two languages of the abstracts.

**Illustrations and tables:** in the case of articles with tables, charts, graphs and figures, inform in each one the source used, including when it is self-elaboration (for example, self-elaboration based on IBGE, 2009, or self-elaboration based on Gomes, 2013). Even when the data come from a project coordinated by the author, it is necessary to inform the name of the project as source.

**Citations and References:** the references, as well as the citations, in the body of the text, must follow the norms of the Brazilian Association of Technical Norms NBR 6023:2002 and NBR 10520:2002